

ANAIS 12ª EDIÇÃO

SEDEPEX

sociedades inteligentes

SEMINÁRIO DE
DESENVOLVIMENTO
DO ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO

MELHORES TRABALHOS

REALIZAÇÃO:



ANAIS SEDEPEX 2020/2

MELHORES TRABALHOS

V.04, N.01 - Dezembro/2020

Caçador-SC

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva Funiarp

Presidente: Neoberto Geraldo Balestrin
Vice-Presidente: Moacir José Salamoni
Reitor Uniarp: Anderson Antônio Mattos Martins
Diretor Colégio de Aplicação: João Pedro Gonçalves
Diretor Geral Financeiro Funiarp: Carlos Alberto Luhrs
Secretário: Claudinei Bertotto

Reitoria

Reitor: Prof.Dr. Anderson Antônio Mattos Martins
Vice-Reitor Acadêmico e Vice-Reitor de Administração e Planejamento:
Prof.Dr. Jolmar Luis Haverroth
Pró-Reitor do Campus de Fraiburgo: Me.Almir Granemann dos Reis
Secretária Geral: Suzana Alves de Moraes Franco
Secretária Acadêmica: Marissol Aparecida Zamboni

Coordenação Geral do Sedepex 2020/2

Me. Juciele Marta Baldissarelli

Bibliotecária

Célia De Marco

Comissão Organizadora e Avaliadora do SEDEPEX

Profa. Ma. Juciele Marta Baldissarelli (coordenação geral)
Profa. Ma. Caroline de Fátima Esperança
Prof. Esp. Heitor Antônio Cofferi
Profa. Dra. Ivanete Schneider Hahn
Prof. Dr. Joel Haroldo Baade
Prof. Dr. Levi Hulse
Prof. Me. Marcio Takahashi Kawamura
Profa. Esp. Marissol Aparecida Zamboni
Profa. Dra. Marlene Zwierewicz
Profa. Ma. Mariluci Auerbach;
Profa. Ma. Mayne Francieli Gonçalves
Profa. Ma. Sandra Mara Bragagnolo
Profa. Ma. Suzana Alves de Moraes Franco
Profa. Ma. Talize Foppa;
Coordenadoria de Extensão, Cultura e
Serviços Comunitários: Ma. Rosana Rachinski D'Agostini.

Editoração

Agecom - Agência de Comunicação e Marketing - Uniarp

Coordenação: Juciele Marta Baldissarelli
Designer: Leonardo Passarin
Diagramação: Angela Faoro e Anderson Mazzotti

Conselho Editorial da EdiUniarp

Editor-Chefe

Prof. Dr. Levi Hülse

Membros

Dr. Adelcio Machado dos Santos
Dr. Anderson Antônio Mattos Martins
Dr. André Trevisan
Dra. Ivanete Schneider Hahn
Dra. Rosana Claudio Silva Ogoshi
Dr. Joel Haroldo Baade
Dra. Marlene Zwierewicz
Dr. Ricelli Endrigo Ruppel da Rocha
Dr. Saturnino de la Torre
Universidad de Barcelona – ES
Dra. Maria Antônia Pujol Maura
Universidad de Barcelona – ES
Dr. Juan Miguel González Velasco
Universidad Mayor de San Andres – BO

© 2020 - UNIARP

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte da obra, por qualquer meio, sem autorização da editora, constitui na violação da LDA 9.610/98.

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp Campus Caçador
Rua Victor Baptista Adami, 800 - Centro - Caçador/SC
CEP: 89500-199
Tel.: (49) 3561-6200

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp Campus Fraiburgo
Rua Carlos Maester - nº 411 - Centro - Fraiburgo/SC
CEP: 89580-000
Tel.: (49) 3561-6299

FICHA CATALOGRÁFICA SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - SEDEPEX (XI 2020: CAÇADOR, SC). Anais XI Seminário de Desenvolvimento do Ensino Pesquisa e Extensão, 14, 15 e 16 de dezembro de 2020. Volume IV. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. ISSN 2317-9791

SUMÁRIO

• PESQUISAS CIENTÍFICAS

Trabalhos oriundos de Pós-Graduação: pesquisas de Lato Sensu ou Stricto Sensu (mestrado, doutorado, pós-doutorado)

- PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL EM TEMPOS DE COVID-19 14
- O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – SANTA CATARINA (2000-2017)..... 19
- CONFECÇÃO DE ÓRTESE PARA CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PARTE DE PESQUISA DO MESTRADO PROFISSIONAL DA UNIARP 24
- ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA 29
- CONTROLE DE INSETOS PRAGA DE GRÃOS ARMAZENADOS A PARTIR DE EXTRATOS VEGETAIS.... 34

• RELATOS TÉCNICOS

Trabalhos oriundos de projetos de extensão (PAEC) ou outras atividades práticas/ intervencionistas.

- SHANTALA EM BEBÊS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO: MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA..... 40
- RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ALBINA MOSCONI..... 45
- PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DE BEM-ESTAR AOS IDOSOS DO LAR O BOM SAMARITANO..... 50
- DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS DE HABILIDADES SOCIAIS EM FAMILIARES DE DEPENDENTES QUÍMICOS 59
- PAISAGISMO NO AMBIENTE ESCOLAR 63

• INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Pesquisas oriundas de FAP, Artigo 170 e 171 pesquisa

- REFRIGERADOR DE INSULINA PORTÁTIL DE BAIXO CUSTO..... 69
- A ACELERADA EVOLUÇÃO SOCIAL E TECNOLÓGICA GLOBAL COMO VIABILIZADORES DE CRIMES CIBERNÉTICOS, FRENTE AO LENTO DESENVOLVIMENTO DE FREIOS LEGAIS PARA SUA CONTENÇÃO 74
- RECONHECIMENTO GEOLÓGICO DO LOTEAMENTO VALE DAS ARAUCÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO DE TIJOLOS ECOLÓGICOS 79
- O CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE CANAIS CIENTÍFICOS POR PARTE DA COMUNIDADE ACADÊMICA DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA EM SANTA CATARINA 84
- ANÁLISE DO NÍVEL DO RIO DO PEIXE ATRAVÉS DE REDE DE SENSORES 98

• CURSO DE MEDICINA

Trabalhos oriundos de Projetos Integradores

- PROMOÇÃO DE SAÚDE BUCAL NAS CRIANÇAS DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE CAÇADOR-SC 104
- LEVANTAMENTO DA REALIZAÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA HIV EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MEIO OESTE CATARINENSE 108
- DETERMINANTES DA SAÚDE MENTAL ENTRE ADOLESCENTES EM UM BAIRRO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC..... 113
- CONSULTAS DE PUERICULTURA EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC 118

• CURSO DE DIREITO

Trabalhos oriundos de Projetos Integradores

- A INFLUÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO DIREITO CONSTITUCIONAL 124
- EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E OS REFLEXOS DA ATUAL PANDEMIA PELO COVID-19..... 129
- SMART CONTRACTS COMO UMA TECNOLOGIA DECISIVA NA GESTÃO JURÍDICA EM TEMPOS DE PANDEMIA..... 134
- LIMITES DA ATUAÇÃO DO ESTADO-JUIZ: ANÁLISE DA (IM)POSSIBILIDADE DA CONCESSÃO DE TUTELAS DE URGÊNCIA DE OFÍCIO 139
- ESTATUTO DO DESARMAMENTO SEGUNDO A PERSPECTIVA CAÇADORENSE..... 144

• TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

- A (IN)APLICABILIDADE DAS MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS NOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO PECUNIÁRIA FRENTE À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL..... 150
- A VERTICALIZAÇÃO DA REVENDA DE COMBUSTÍVEIS FACE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LIVRE CONCORRÊNCIA..... 155
- A POSSIBILIDADE JURÍDICA DE DISPOSIÇÃO DO JULGAMENTO FRENTE AO TRIBUNAL DO JÚRI PELO ACUSADO DE COMETER CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA..... 160
- A IMPORTÂNCIA DO ADMINISTRADOR JUDICIAL NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL 165
- A IDENTIFICAÇÃO HUMANA DE VÍTIMAS DE DESASTRES EM MASSA: UMA ABORDAGEM AO PROTOCOLO DVI DA INTERPOL..... 170

• LEITURAS INTERDISCIPLINARES

- DIREITO EMPRESARIAL E A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE JUSTIÇA..... 176
- CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL..... 181
- INVASÕES DE TERRAS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE DE JUSTIÇA SOB A ÓTICA SOCIAL..... 185

• CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Trabalhos oriundos de Práticas de Estágio

- RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO: ANÁLISE DAS ÁREAS DE ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS, GESTÃO DA QUALIDADE E GESTÃO DE PESSOAS NA ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA KINDERMANN..... 191
- RELATOS DE EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS DE ESTÁGIO DE ADMINISTRAÇÃO 196
- DIAGNÓSTICO DE UMA EMPRESA DO RAMO DE MECÂNICA INDUSTRIAL 201
- “PROCESSO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DE INTERVENÇÃO” 205
- RELATÓRIO PARCIAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO NA ÁREA DE ARQUITETURA E URBANISMO 210

• TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

- MULHERES NO PODER: UM ESTUDO DE CASO COM REITORAS DE UNIVERSIDADES DO SISTEMA ACAFE 216
- FINANÇAS COMPORTAMENTAIS: ANÁLISE E IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DE POTENCIAIS INVESTIDORES NO ÂMBITO ACADÊMICO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC 222
- PERCEPÇÕES DE EGRESSOS DE UM CURSO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O MERCADO DE TRABALHO..... 227
- ESTRATÉGIA DE CONTROLE DE ESTOQUE DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO, ESTUDO EM UMA EMPRESA DO RAMO DA MADEIRA 232
- ARENA CAÇADOR: A VALORIZAÇÃO LOCAL ALÉM DO ESPORTE..... 243

• PROJETOS INTEGRADORES

- “APRENDER FAZENDO” A PRAXIS DO ACADÊMICO DE SERVIÇO SOCIAL 249
- A ECONOMIA COM ÊNFASE EM FINANÇAS 254
- EMPREENDEDORISMO E O EMPREENDEDOR..... 259
- ANÁLISE ECONÔMICA COM DADOS DE GESTORES (AS) NEGROS (AS) ATUANTES NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC 264
- PERCEPÇÃO E COMPORTAMENTOS DE IGUALDADE DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO .. 268

• CIÊNCIAS DA SAÚDE

- ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO CUIDADO COM RECÉM-NASCIDO NA PANDEMIA DO COVID-19 274
- A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM RELAÇÃO A BNCC NA EDUCAÇÃO INFANTIL..... 278
- ALTERAÇÕES HEMATOLÓGICAS OBSERVADAS NA INFECÇÃO CAUSADA PELO SARS-COV-2..... 283
- A RELEVÂNCIA DO ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO E DAS TÉCNICAS PROJETIVAS NAS EMPRESAS DE CAÇADOR/SC DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19..... 288
- OS RISCOS DA PRÁTICA DE AUTOMEDICAÇÃO À SAÚDE E SUA PERSPECTIVA DIANTE DA PANDEMIA DA COVID-19..... 293

• PRÁTICAS DE ESTÁGIO

- RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE COLETIVA..... 299
- RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE COLETIVA..... 303
- PLANO DE AÇÃO EM PSICOLOGIA DO ESPORTE: “TRABALHANDO O MEDO E A ANSIEDADE PRÉ-COMPETITIVA EM ATLETAS DA GINÁSTICA ARTÍSTICA” 308

• TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

- AVALIAÇÃO DA PREVALÊNCIA DAS DISCROMIAS QUE MAIS AFETAM A POPULAÇÃO E OS ATIVOS DE-SPIGMENTANTES EMPREGADOS PARA O TRATAMENTO BEM COMO SUA REAL EFICÁCIA..... 314
- NÍVEL DE CONHECIMENTO DE ESCOLARES DOS 1º ANOS DO ENSINO MÉDIO DE CAÇADOR SOBRE A MODALIDADE DE BASQUETEBOL..... 319
- SINDROME DE BURNOUT EM COLABORADORES DE UMA EMPRESA DE CALÇADOS E CONFECÇÕES DE CAÇADOR SC 324
- DOR E DESCONFORTO DA COLUNA CERVICAL E LOMBAR EM PROFESSORES DE SANTA CATARINA DU-RANTE A PANDEMIA DO COVID-19..... 329
- CORPO E CORPOREIDADE NA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE 334

• DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

Trabalhos oriundos de Práticas de Estágio

- ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO REALIZADO NA IMEX MEDICAL GROUP..... 341
- SISTEMA PRODUTOR DE AVES MATRIZES - RECRIA 345
- PROCESSOS INDUSTRIAIS: PASTEURIZADOR DE CREME 350
- RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO ESCRITÓRIO MODELO – UNIARP..... 355
- RELATÓRIO DE ESTÁGIO REALIZADO NA EMPRESA TROMBINI EMBALAGENS S/A..... 360

• PROJETOS INTEGRADORES

- DESEQUILÍBRIO ENTRE CÁLCIO E MAGNÉSIO NA SOLUÇÃO NUTRITIVA PROMOVE PODRIDÃO APICAL EM FRUTOS E BAIXA TAXA DE TRANSPORTE DE ELÉTRONS EM FOLHAS DE TOMATE 366
- FABRICAÇÃO DE COROA PARA REDUTOR DE VELOCIDADE..... 371
- ESTRATÉGIAS DE MANEJO DE PLANTAS DANINHAS E FLUTUAÇÃO POPULACIONAL DE PRAGAS NA CULTURA DO PESSEGUEIRO 376
- DESENVOLVIMENTO COMPARATIVO DE UM PROJETO ELÉTRICO DE UM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO 381
- A GEOESPACIALIZAÇÃO DE DADOS GEORREFERENCIADOS E GEOLOGIA SUPERFICIAL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC 386

• TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

- DESFOLHA ANTECIPADA E SUA RELAÇÃO COM O TEOR DE CARBOIDRATOS EM RAMOS DE PESSEGUEIRO CV. CHIMARRITA..... 392
- DESENVOLVIMENTO DE UM SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE DEMANDA ELÉTRICA ATRAVÉS DE FERRAMENTAS DE FÁCIL ACESSO 397
- IMPLANTAÇÃO DE ROTINAS DE MANUTENÇÃO PREDITIVA EM UMA FÁBRICA DE PAPEL NA CIDADE DE FRAIBURGO-SC 402
- APLICAÇÕES DA AUTOMAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE: SIMULADORES DE ENSINO..... 407
- ESTUDO RODOVIÁRIO DA INTERSEÇÃO LOCALIZADA NO ENTRONCAMENTO DA RODOVIA SC 355 KM 47 + 630 E O ACESSO AO LOTEAMENTO LUIZ DOMINGOS DA CIDADE DE VIDEIRA 412

• CIÊNCIAS HUMANAS E CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Trabalhos oriundos de Práticas de Estágio

- RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EMPRESA RÁDIO CAÇANJURÊ DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR 418
- GESTÃO ESCOLAR EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO 423
- A UTILIZAÇÃO DA BNCC PARA O ENSINO DE LÍNGUAGENS:1 ANÁLISE DA APLICABILIDADE DOS ESTÁGIOS CURRICULARES OBRIGATÓRIOS DO CURSO DE LETRAS–TRLÍNGUE ANTES E DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 428
- LEVANTAMENTO FLORÍSTICO DE UMA ÁREA DE FLORESTA DE OMBROFITA MISTA 434
- RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE GESTÃO ESCOLAR 439

• LEITURAS INTERDISCIPLINARES

- ECOPELAGOGIA: MUITO ALÉM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PEDAGOGIA, UM NOVO OLHAR PARA AS RELAÇÕES 447
- O ENSINO DA COMPREENSÃO 452
- ECOPELAGOGIA E A VALORIZAÇÃO DA VIDA 457
- ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA ECOPELAGÓGICA: COMPROMISSO DOCENTE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL 462
- ECOPELAGOGIA A ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA ECOPELAGÓGICA..... 467

• PROJETOS INTEGRADORES

- A CONJUNÇÃO “E” E SUAS PLURISSIGNIFICAÇÕES NO GÊNERO TEXTUAL LETRA DE MÚSICA..... 473
- A ECOPELAGOGIA E A VISÃO DA VIDA 478
- A ECOPELAGOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE NOS ANOS INICIAIS 482

PESQUISAS CIENTÍFICAS

Trabalhos oriundos de Pós-Graduação: pesquisas de Lato Sensu ou Stricto Sensu (mestrado, doutorado, pós-doutorado)

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL EM TEMPOS DE COVID-19¹

Joel Haroldo Baade, baadejoel@gmail.com²

Cristiane Elizabeth Gabiec, crisgabiec@gmail.com³

Fabiana Kitiane Carneiro, fabicarneiro7@hotmail.com⁴

Sandra Ciane Prawucki Micheluzzi, sandracpmicheluzzi@hotmail.com⁵

Pablo Andrés Reyes Meyer, pablomec@gmail.com⁶

Resumo – O presente artigo investiga as condições de trabalho remoto e à distância, impostas ao professor da Educação Básica, devido ao isolamento social decretado em função da Pandemia decorrente da propagação da COVID-19. Metodologicamente, a pesquisa é de natureza aplicada, com objetivo exploratório e descritivo. Utilizou-se como instrumento um questionário estruturado aplicado em formato digital, distribuído conforme a técnica bola de neve, no prazo de dez dias. Obteve-se 272 respostas de professores que atuam na Educação Básica, constituindo uma amostra não-probabilística. A análise dos dados é quali-quantitativa. O isolamento social afetou expressivamente a vida pessoal e profissional dos professores. A intensificação da vida familiar mostrou-se um fenômeno ambíguo. A vida profissional também foi drasticamente afetada, levando à necessidade de se conhecer novas ferramentas e modos de desempenhar a função, demandando mais tempo e esforço.

Palavras-chave: Pandemia, Educação, Tecnologias digitais, Aula remota.

INTRODUÇÃO

O surto de Coronavírus foi declarado pela OMS - Organização Mundial da Saúde - no dia 30 de janeiro de 2020. No Brasil, o vírus passou a ter uma circulação maior em meados de março. Com o aumento rápido de casos, ocorreram os primeiros decretos de isolamento social, pelos governos estaduais, que tiveram autonomia para aplicar regras específicas. Os decretos de isolamento social levaram à interrupção das aulas presenciais em todos os níveis de ensino a partir de 15 de março de 2020, em todo o território brasileiro.

Para os professores, essa mudança foi radical, na sua vida pessoal e profissional, pois o trabalho passou a ser feito em casa. Com a conciliação da vida pessoal e profissional em um mesmo espaço físico, o professor precisou se adaptar às tecnologias digitais, antes utilizadas em sala de aula de forma esporádica. O professor precisou vencer desafios e quebrar paradigmas na utilização das tecnologias digitais para o desenvolvimento do seu trabalho. Mais do que isso, o isolamento social representou para os professores a necessidade de repensar a

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Pesquisa Científica.

² Professor(a), Doutor do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Básica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Básica. Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.

⁴ Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Básica. Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.

⁵ Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Básica. Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.

⁶ Mestre em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP.

própria educação. Assim, esta pesquisa teve como objetivo investigar as condições de trabalho remoto e à distância, impostas ao professor da Educação Básica, decorrentes da Pandemia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Anteriormente ao isolamento social, a Educação Básica era caracterizada pelo ensino convencional, tradicional, no qual o professor transmitia o conhecimento que possui por meio de aulas expositivas. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), o Ensino Fundamental deverá ser presencial. Ainda de acordo com a LDB (1996), a educação a distância, na Educação Básica, deve ser utilizada apenas em duas situações especiais, como complementação da aprendizagem e em situações emergenciais.

Na Educação Básica, a LDB exige o cumprimento de 800 horas de efetivo trabalho escolar, mas também apresenta em seu art. 24, inciso I: “as Instituições de Ensino deverão reorganizar seus calendários com atividades de revisão” (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017). O Parecer nº 5 de 2020, do Conselho Nacional de Educação (CNE), apresentou a reorganização do Calendário Escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual (BRASIL, 2020).

Este cenário levou Conselhos Estaduais de Educação de diversos estados e vários Conselhos Municipais a emitirem resoluções e/ou pareceres orientativos para as instituições de ensino pertencentes aos seus respectivos sistemas sobre a reorganização do calendário escolar e uso de atividades não presenciais, ou seja, Regime Especial de Ensino Remoto. Nesse sentido, as tecnologias digitais passaram a ser demandadas em proporções sem precedentes (CHAVES, 1998; SANTOS et. al. 2020).

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de natureza aplicada e quali-quantitativa. Quanto aos objetivos, ela pode ser classificada como descritiva e exploratória, pois se ocupa com a análise de perfil e práticas docentes durante o período de pandemia da COVID-19. Quanto aos procedimentos técnicos, ela pode ser classificada como de levantamento.

O instrumento de coleta de dados consistiu de um questionário estruturado, com questões abertas e fechadas, aplicado em formato digital a docentes atuantes na Educação Básica. A primeira seção do questionário abordou questões referentes ao perfil docente, tais como faixa etária, rede de ensino, locais de atuação e área de formação. Como o principal objetivo referiu-se aos professores da Educação Básica em relação à situação de isolamento devido à COVID-19, utilizou-se como parâmetro o antes e depois do isolamento, com questões abertas, de múltipla escolha e de escala linear. As questões constantes nessa seção indagaram sobre: organização das atividades, escala de estresse, relação e tempo destinado à família, relação com a família dos alunos, tempo destinado à organização das aulas, uso de tecnologias digitais, capacitações oferecidas para o desenvolvimento de aulas remotas, comunicação com os alunos e seus familiares e perspectivas positivas e negativas na visão dos participantes.

Os dados obtidos configuram uma amostra aleatória e não-probabilística, sendo que não houve controle sobre o número de participantes. O critério de inclusão foi a atuação na Educação Básica e o aceite para participação na pesquisa, por meio

do preenchimento do questionário em formato digital. Não foram coletados dados pessoais que permitissem a identificação dos sujeitos, assegurando o anonimato. Empregou-se a técnica “bola de neve” com amostra exponencial para a aplicação do questionário, em que cada participante era convidado a distribuir o questionário a outros docentes da Educação Básica, conforme também empregado por Pederneiras et. al. (2011). Nos resultados, cada docente é identificado com um P (de professor) seguido do número sequencial atribuído pelo formulário de respostas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta desta pesquisa direcionou-se aos profissionais da Educação Básica que trabalharam de forma diferenciada (trabalho remoto) e em isolamento social devido à pandemia da COVID-19. À época de aplicação do questionário, os professores já haviam trabalhado durante dois meses com aulas remotas.

A pesquisa foi realizada no período entre os dias 28 de maio e 07 de junho de 2020 e contou com a participação de 272 profissionais da educação, abrangendo 41 municípios, preponderantemente dos estados do Paraná e Santa Catarina, sendo que o município de maior participação foi União da Vitória com 35,9%. Do total dos envolvidos, 90,8% fazia parte da rede pública, 6,6% da rede privada e 2,6% dos respondentes atuavam na rede privada e pública simultaneamente.

Questionou-se quanto ao que mais ocupava o tempo dos professores no dia a dia antes e depois do isolamento social, sendo a maior parte do tempo utilizado em função do trabalho, com uma redução de 94% para 89%. Porém a maneira como esse trabalho ocorre mudou drasticamente.

Durante as atividades presenciais, a maior parte do tempo era utilizada em função de aulas: preparo, planejamento, desenvolvimento de atividades e a aula propriamente dita. De maneira geral, nas respostas obtidas, a palavra aula esteve atrelada tanto à preparação quanto ao tempo em sala de aula. Já após o isolamento social, a palavra atividade foi a mais citada, estando atrelada à correção de trabalhos realizados pelos alunos. O que demonstrou como as aulas presenciais foram substituídas em parte por atividades enviadas aos alunos para serem realizadas em suas casas.

A pandemia também trouxe outra mudança na rotina dos professores, que diz respeito ao cuidado dos filhos. Antes, apenas um ressaltou esta atividade, enquanto após o isolamento, 19 passaram a dedicar tempo expressivo ao cuidado dos filhos. A exemplo do questionário P75, a maior parte do tempo gasto após os decretos de isolamento social foi em “ser professora de filho”.

Percebeu-se que a rotina dos professores foi afetada pela pandemia da COVID-19, tanto relacionada ao seu trabalho quanto a sua vida pessoal. Houve nas respostas os dois extremos sobre a mudança na rotina, sendo percebida por uns como boa e, por outros, como ruim. A vivência do isolamento pelos profissionais da educação, seja no âmbito pessoal quanto profissional, revelou-se, dessa forma, um fenômeno ambíguo e que ainda exigirá mais estudo para melhor compreensão.

Quanto à relação dos professores com a sua família, a pesquisa mostrou que ela mudou com os decretos que levaram ao isolamento social. Os participantes responderam numa escala de 0 a 10 qual o nível de dedicação à família antes e após o início do isolamento social. Percebeu-se em algumas declarações que o tempo com a família aumentou e teve caráter positivo (38,5%). Já para outros, o maior tempo em casa não foi considerado de qualidade: “Tenho dedicado mais tempo ao trabalho e esquecido um pouco dos momentos em família” (P12). Percebeu-se também que a

maior ou menor possibilidade de dedicação às atividades familiares esteve relacionada à capacidade de organização pessoal do tempo.

Outros aspectos relacionados à vida pessoal relatados estiveram vinculados à redução expressiva do convívio e existência social, o aumento de ansiedade e estresse, a redução de atividades físicas e a flexibilidade de horário. A fala de P60 ilustra a nova rotina pessoal:

Necessidade de preparar refeições, de manter a casa mais organizada por ser pequena e não ter um lugar adequado para trabalhar, o que exige montar/desmontar espaços para reuniões e gravações, maior dispêndio de tempo para as rotinas como compras de supermercado, que exigem higienização muito mais rigorosa.

De modo geral, infere-se que a situação de isolamento social representou uma situação turbulenta na vida, tanto em termos profissionais como pessoais.

Quanto aos recursos utilizados, percebeu-se um aumento do uso de recursos que viabilizassem a comunicação com alunos e família. Destacou-se o uso do WhatsApp®, variando de 27% para 81%. O uso de ambientes virtuais também teve incremento expressivo, de 7,7% para 58% após o início do isolamento. O uso de vídeos se manteve antes e após o isolamento, mas a modalidade de acesso sofreu alteração, sendo que antes eles eram exibidos em sala por meio de aparelho de TV e/ou projetor multimídia (*Datashow*) da escola e, após, por meio das plataformas de *streaming*, como Youtube®. Houve redução do uso de *pendrive* (para transferência dos arquivos), TV e *Datashow* após a pandemia.

Relacionado à formação e treinamento, 51,4% dos professores alegaram que não tiveram capacitação ou treinamento para desenvolver as aulas após os decretos de isolamento. Para os que tiveram treinamento, percebeu-se que foram oferecidos por meio da Internet com vídeos e *lives* (transmissão ao vivo).

Antes do isolamento social, a dedicação de tempo à preparação de aulas estava concentrada na faixa de 5 a 9 pontos, em uma escala de 0 a 10. Depois, constatou-se maior variação de tempo dedicado à preparação, indicando que muitos profissionais (78,2%) concentraram energias na busca de adaptação à nova realidade e manutenção de objetivos de aprendizagem, sendo que antes este percentual era de 42,1%.

No que se refere à aprendizagem dos alunos, 61,3% indicou que ela piorou, 31,2% consideraram que o isolamento não influenciou o aprendizado e 7,4% indicou que o aprendizado melhorou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ocorreu em 41 municípios de seis estados brasileiros, abrangendo um total de 272 profissionais da educação. Foram investigados aspectos comparando antes e depois dos decretos de isolamento, como rotina, relação com família e vida pessoal, treinamento e capacitação tecnológica e, finalmente, estratégias pedagógicas.

A pesquisa evidenciou a pluralidade de experiências docentes decorrentes da situação de isolamento social. O mesmo pode ser dito em relação à experiência dos alunos, na visão dos professores. Devido à situação completamente atípica, as “zonas de conforto” dos diferentes sujeitos da educação foram abaladas, demandando grande esforço de adaptação à nova realidade. Isso repercutiu na organização da

rotina da vida pessoal, especialmente o relacionamento com a família em casa sofreu grande mudança. A intensificação da vida familiar mostrou-se ainda um fenômeno ambíguo. A vida profissional também foi drasticamente afetada, levando à necessidade de se conhecer novas ferramentas e modos de desempenhar a função, demandando mais tempo e esforço. O exercício das atividades profissionais em casa ainda levou ao esmaecimento das fronteiras entre uma esfera e outra.

Devido à atualidade da situação retratada, ainda não é possível saber de todas as consequências para a educação decorrentes do isolamento social e da pandemia da COVID-19. Assim, o caráter exploratório deste estudo permitiu constatar impactos na vida pessoal e profissional dos professores da Educação Básica, de modo que novos estudos sobre esses impactos ao longo do tempo são necessários. Serão essenciais também pesquisas tanto para entendimento dos efeitos, por exemplo, na saúde e qualidade de vida dos profissionais, como as consequências para os sistemas de ensino e a qualidade do aprendizado dos alunos. Os impactos na vida e nos estudos na perspectiva dos alunos constitui-se em outro aspecto fundamental para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996**. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_base_s_1ed.pdf. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP Nº: 5/2020**, de 28 de abril de 2020. Dispõe sobre a reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. 2020b. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/legislacao/parecer-cne-cp-no-5-2020>. Acesso em: 29 mai. 2020.

PEDERNEIRAS, M. M. M. et al. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes na visão de líderes formais. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.19, n.71, p.381-400, jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362011000300009>. Acesso em: 22 jul. 2020.

RAMAL, A. C. **Educação na cibercultura**: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, A. M.; ACOSTA, A. C.; SANTANA, F. E.; CATAPAN, M. F.; BAADE, J. H. Tecnologias educacionais em tempo de isolamento social: uma pesquisa com professores. **Research, Society and Development**, v. 9, p. e17996450, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.6450>. Acesso em: 04 nov. 2020.

SILVA, C., Souza, C. & Carmo, G. Educação de Jovens e Adultos e Novas Tecnologias da Informação: uma abordagem educacional. **Holos**, v.2, p.312-325, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2016.2666>. Acesso em: 20 out. 2020.

O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – SANTA CATARINA (2000-2017)¹

Vinícius Lotto Maeta, vinismith@hotmail.com²

Bárbara Vanz, vanzbarbara@gmail.com³

Dr. César Augustus Winck, cesar.augustus@uniarp.edu.br⁴

Dra. Rosana Claudio Silva Ogoshi, rosana.ogoshi@uniarp.edu.br⁵

Resumo – A análise do desenvolvimento regional permite fazer projeções que auxiliam em estudos de viabilidade e planejamentos estratégicos. Esta pesquisa objetivou estudar o desenvolvimento socioeconômico da Região do Alto Vale do Rio do Peixe de Santa Catarina (2000-2017). Foi realizada pesquisa bibliográfica e documental para coleta dados de Produto Interno Bruto *Per Capita* e Índice de Desenvolvimento Humano de cada município da microrregião do Alto Vale do Rio do Peixe, Estado de Santa Catarina e Brasil, para comparação nos períodos entre 2000, 2010 e 2017. Conclui-se que houve desenvolvimento socioeconômico positivo da microrregião em ambos os períodos analisados, 2000 a 2010 e 2010 a 2017, porém houve considerável desaceleração no crescimento do PIB/*Capita* médio da microrregião entre os períodos, em linha com os dados do estado e do Brasil.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Indicadores Socioeconômicos. Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

A temática de desenvolvimento vem sendo alvo de pesquisas e ensino, sobretudo por ser fundamental levantar as fragilidades de uma região e proporcionar estímulos à criação de planos de ação que atendam as particularidades cultural e social de uma região.

Indicadores socioeconômicos correspondem às ferramentas de avaliação do desenvolvimento e de planejamento. Seguindo Bauer citado por (HAMBURGER, 1976) "a utilidade principal de indicadores sociais é prover a base para o planejamento de diretrizes futuras". Na atualidade, a importância dos indicadores se mantém, "[...] precisam ser usados pelos tomadores de decisão e gestores, públicos e privados, no planejamento de ações e empreendimentos, na formulação de políticas públicas" (KRONEMBERGER, 2019).

Embora os indicadores estejam disponíveis e consolidados há décadas, são escassas as pesquisas que tenham dado ênfase às microrregiões, sobretudo considerando àquelas do estado de Santa Catarina. Trabalhos que avaliam desenvolvimento regional possibilitam entender uma realidade e se aproximar de respostas para melhorá-la.

Desta forma, o objetivo geral da pesquisa foi estudar o desenvolvimento socioeconômico da Região do Alto Vale do Rio do Peixe de Santa Catarina (2000-2017).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade - PPGDS.

² Mestrando da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Mestrando da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Orientador do Mestrado da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Orientadora do Mestrado da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E QUALIDADE DE VIDA

O Produto Interno Bruto *Per Capita* se difere da Renda *Per Capita* pois o primeiro considera a soma de todos bens e serviços produzidos por uma pessoa, enquanto a segunda considera o quanto essa pessoa recebeu de renda. O *PIB per capita* pode ser um indicador da produtividade de cada região. Considerando essa diferença de definição, esses dois indicadores contemplam de forma apenas parcial a quantificação de qualidade de vida, como explica o PNUD sobre o IDH, que foi idealizado para complementar o entendimento e o estudo sobre qualidade de vida:

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

Para uma avaliação da qualidade de vida, foi realizada a nível municipal adaptação de critérios do IDH, conforme explicação do website do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil:

Em 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros. Esse cálculo foi realizado a partir das informações dos 3 últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000 e 2010 – e conforme a malha municipal existente em 2010.

(VIEIRA, 2008) também explica o caráter complexo do desenvolvimento, com suas variáveis econômicas, mas também sociais:

Sabe-se que desenvolvimento econômico é um processo de mudanças sociais e econômicas que ocorrem numa determinada região ou país e que contribuem para a melhoria do bem-estar da população.

Apesar da incapacidade do *PIB Per Capita* de representar o desenvolvimento de forma completa, sendo seu caráter apenas econômico, é um indicador facilmente disponível, calculado anualmente no Brasil com dados disponibilizados pelo instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mesmo para municípios com pequenas populações como é o caso da microrregião em questão. O mesmo não ocorre com o IDH, que como já demonstrado anteriormente teve seu último cálculo em 2010.

METODOLOGIA

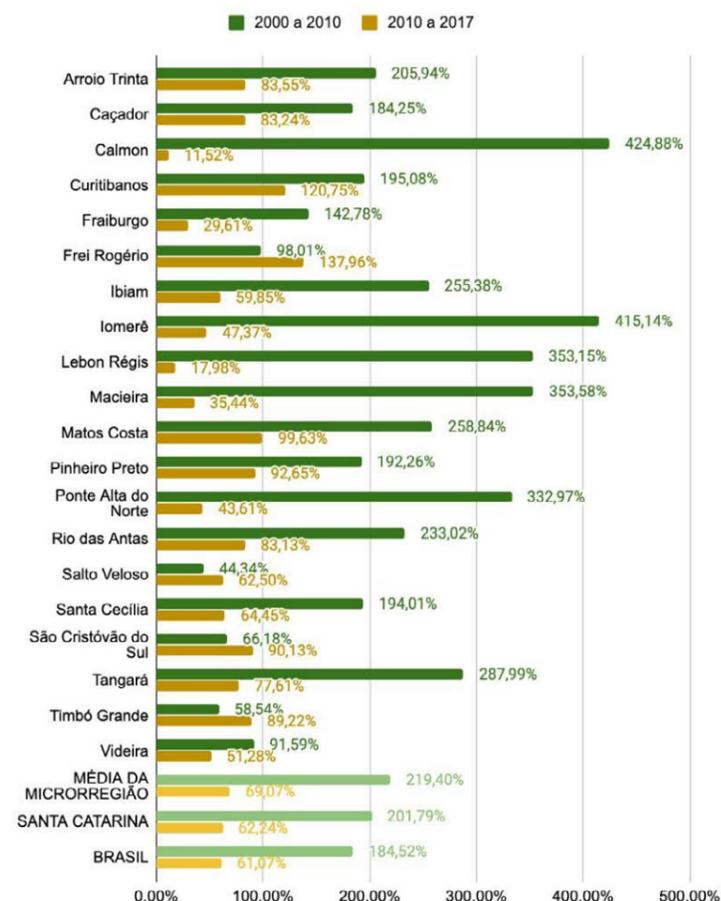
Trata-se de uma pesquisa do tipo básica, com pesquisa bibliográfica e documental para coleta dados de *PIB Per Capita* e IDH-m de cada município da microrregião do Alto Vale do Rio do Peixe, Estado de Santa Catarina e Brasil, para comparação entre os períodos de 2000 a 2010 e 2010 a 2017. Os dados foram coletados de bases de dados do IBGE e do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Para estudo da microrregião foi considerada divisão utilizada em documentos do Estado de Santa Catarina. Os dados e indicadores foram utilizados para construção de planilhas e a partir destas foram criados gráficos para apresentação

da análise dos materiais desta pesquisa. Para análise foram feitas comparações entre a microrregião com o estado de Santa Catarina e com o Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com relação à evolução do PIB/Capita é possível notar que a porcentagem de crescimento da microrregião foi maior em ambos os períodos analisados, 2000 a 2010 e 2010 a 2017, em relação ao Estado de Santa Catarina e ao Brasil (Figura 1).

Figura 1 - Evolução comparativa entre anos (2000 a 2010 e 2010 a 2019) do PIB *Per Capita* da microrregião do Alto Vale do Rio do Peixe de Santa Catarina



Fonte: Os autores.

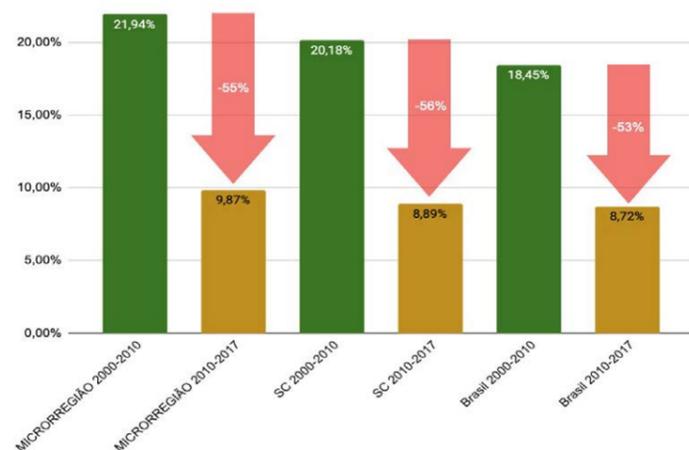
Ao analisar os dados, verifica-se que a média de crescimento do PIB/capita da microrregião do Alto Vale do Rio do Peixe nos intervalos de 2000-2010 e de 2010-2017, possuem uma média de 219,40% e 69,07%, respectivamente, enquanto o crescimento de Santa Catarina apresenta os crescimentos de 201,79% e 62,24%, e o Brasil de 184,52% e 61,07%. Isso caracteriza um crescimento do PIB/capita da microrregião de 17,61% e de 6,83%, referente aos períodos de 2000-2010 e 2010-2017, respectivamente, em relação ao crescimento do estado de Santa Catarina, e 34,88% e 5,00% em relação ao crescimento do Brasil.

Conforme Laurindo (2019), em 2017, o estado de Santa Catarina era a sexta maior economia do país sendo o crescimento do seu PIB superior ao nacional. Tal desempenho foi impulsionado principalmente pelo setor agropecuário, sob a influência do estado no apoio a lavoura, pós-colheita, produção florestal e pesca.

Além disso, o crescimento foi relacionado também ao setor de comércio e serviços.

Na comparação do crescimento médio anual para os dois períodos analisados, tanto a microrregião, como o Estado de Santa Catarina como o Brasil desaceleraram a média anual de crescimento do PIB/capital, sendo que a microrregião apresentou uma desaceleração de 55%, o Estado de Santa Catarina de 56% e o Brasil de 53% (Figura 2).

Figura 2 - Evolução PIB *Per Capita* por ano da microrregião do Alto Vale do Rio do Peixe de Santa Catarina

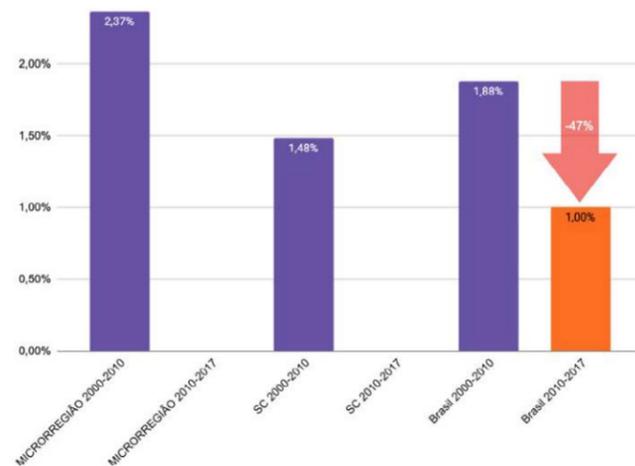


Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Em relação ao IDH é possível comparar a evolução da microrregião, o Estado de Santa Catarina e o Brasil apenas no período de 2000 a 2010, sendo que dados de 2017 só estão disponíveis para o País.

O crescimento médio anual do IDH-M no período de 2000 a 2010 foi de 2,37% ao ano para a microrregião, 1,48% para o Estado de Santa Catarina e 1,88% para o Brasil. No período de 2010 a 2017 o Brasil teve crescimento anual do IDH de 1,00%, desacelerou seu crescimento de IDH em 47% (Figura 3).

Figura 3 - Crescimento médio anual do IDHM da microrregião do Alto Vale do Rio do Peixe de Santa Catarina



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa pode-se inferir que houve desenvolvimento socioeconômico positivo da microrregião do Alto Vale do Rio do Peixe de Santa Catarina em ambos os períodos analisados, 2000 a 2010 e 2010 a 2017, porém houve considerável desaceleração no crescimento do PIB/Capita médio da microrregião entre os períodos, em linha com os dados do estado e do Brasil.

Como limitação da pesquisa, destaca-se que a falta de disponibilidade dos dados de IDH-M a partir de 2013 limitaram as discussões sobre esse indicador na microrregião e no Estado de Santa Catarina, impossibilitando a comparação com o IDH do Brasil, que desacelerou sua evolução na comparação entre os períodos.

REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. [S. l.], 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

HAMBURGER, Polia Lerner. Indicadores sociais no sistema de informação mercadológica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 16-28, Aug. 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso em: 1 jul. 2020.

KRONEMBERGER, Denise Maria Penna. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 40-45, Jan. 2019.

LAURINDO, Jean. **PIB de Santa Catarina cresce 4% e recoloca o Estado como sexta maior economia do país**. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/pib-de-santa-catarina-cresce-4-e-recoloca-o-estado-como-sexta-maior-economia-do-pais>. Acesso em: 21 nov. 2020.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home.html>. Acesso em: 8 jul. 2020.

VIEIRA, Cilane da Rosa. Crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil: uma análise comparativa entre PIB per capita e os níveis educacionais. **Análise**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 28-50, jan-jun 2008.

CONFECÇÃO DE ÓRTESE PARA CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PARTE DE PESQUISA DO Mestrado Profissional DA UNIARP

Vanessa Tumelero, vanetumelero@hotmail.com¹

Marlene Zwierewicz, marlene@uniarp.edu.br²

Resumo – Os danos da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 deveriam resultar em reflexões sobre os rumos da humanidade, tomando-se a realidade atual como um alerta que mobilize esforços para políticas locais e globais comprometidas com o bem-estar individual, social e ambiental. Este texto, pautado por essa necessidade, tem como objetivo sistematizar uma intervenção que faz parte de uma pesquisa a ser desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Básica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. O objetivo dessa intervenção é colaborar para a inclusão de crianças que frequentam instituições de Educação Infantil da Rede Municipal de Pato Branco, Paraná, por meio da confecção de órteses e da elaboração de estratégias inclusivas que possam ser utilizadas pelos docentes no período de adaptação ao uso dos referidos equipamentos. Trata-se de uma pesquisa-ação com abordagem qualitativa, cujos resultados ainda não podem ser apresentados porque a proposta está em fase de elaboração. Espera-se, contudo, que o estudo amplie as possibilidades de inclusão para as crianças implicadas na pesquisa e oportunize aos seus docentes o acesso a estratégias comprometidas com esse processo, inspirando também outros pesquisadores a investir seus esforços na promoção do bem-estar dessa população.

Palavras-chave: Educação Infantil. Inclusão. Órtese. Formação docente.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2011), no final de 2010 havia mais de um bilhão de pessoas que conviviam com alguma deficiência e, entre essas, 200 milhões com deficiências funcionais bastante significativas. Especificamente no Brasil, os dados coletados no censo do IBGE (2010) indicaram que 24% da população declararam ter algum tipo de deficiência, correspondendo a aproximadamente 46 milhões de pessoas, sendo que deste total 13.273.969 afirmaram ter alguma deficiência motora permanente.

Diante de números tão significativos, observa-se a incipiência de informações sobre essas pessoas, seus reais problemas, as adversidades enfrentadas e possibilidades que encontram para sua aprendizagem e seu desenvolvimento. Essa falta de informações dificulta ainda mais as ações sobre a inclusão e a acessibilidade, tanto nas escolas como em outros âmbitos da sociedade, evidenciando demandas que ainda não se tornaram tão perceptíveis se comparadas à visibilidade que deveriam ter depois de tantos debates sobre a inclusão promovidos nacional e internacionalmente.

¹ Docente na Universidade de Pato Branco (UNIDEP), Paraná, Brasil; Mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Educação Básica (PPGEB) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), Caçador, Santa Catarina, Brasil.

² Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil; Doutora em Educação pela Universidade de Jaén (UJA), Espanha. Coordenadora e professora do Programa de Mestrado Profissional em Educação Básica (PPGEB) da UNIARP.

Este texto sistematiza uma proposta de intervenção que faz parte de pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Básica (PPGEB) da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). A intervenção será desenvolvida com crianças da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Pato Branco, Paraná, e envolve a confecção de órteses para crianças com a ausência de membros superiores, além da elaboração de estratégias que auxiliem os docentes no processo de inclusão. Assim, espera-se não só ampliar possibilidades para a inclusão das crianças, mas também oportunizar aos seus docentes uma formação comprometida com esse processo. Além disso, espera-se que os resultados da pesquisa inspirem outros pesquisadores a investir seus esforços na promoção do bem-estar da população.

Órteses para crianças com deficiências físicas em membros superiores

No livro *Ensinar a Viver: manifesto para mudar a educação*, Morin (2015, p. 15) menciona que, apesar dos tantos conhecimentos trabalhados nas escolas, falta, cada vez mais, “[...] a possibilidade de enfrentar problemas que são fundamentais e globais do indivíduo, do cidadão, do ser humano”. A ausência de membros superiores se constitui em uma dessas adversidades que pode ser amenizada com estudos comprometidos com o bem-estar, incluindo a confecção de órteses personalizadas.

A órtese é um dispositivo adaptado a qualquer segmento do corpo, criado para auxiliar na proteção e correção de estruturas, manter ou melhorar a amplitude dos movimentos, auxiliar nos movimentos debilitados pela força muscular e restringir movimentos inadequados (CAVALCANTI; GALVÃO, 2007). Para a elaboração do projeto, a confecção das órteses e sua utilização, é necessário priorizar a funcionalidade para a criança, o que implica considerar princípios básicos para seu desenvolvimento, os materiais utilizados e seu potencial para o desempenho das atividades diárias, como vestir-se e alimentar-se, bem como as atividades escolares que envolvem a brincadeira e a interação, além de outras atividades implicadas inclusive no processo de alfabetização (ARAÚJO; GALVÃO, 2007).

No caso dos membros superiores, as mãos executam várias atividades importantes, com movimentos que exigem motricidade mais fina – movimentos mais delicados – e motricidade mais grossa – movimentos mais amplos. Para a criança, as mãos são de fundamental importância na expressão de habilidades indispensáveis para sua independência. É através delas que descobre novas experiências, realiza atividades da vida cotidiana, escolar e de lazer, sendo essenciais na manipulação de objetos, na escrita e em outras atividades (RODRIGUES *et al.*, 2007).

O sofrimento causado por trauma ou lesão pode afetar a estrutura das mãos e provocar perdas em suas funções, alterando atividades realizadas com seu auxílio. A funcionalidade das órteses reduz essas consequências, auxiliando na recuperação da capacidade de executar atividades perdidas, além de prevenir deformidades que possam agravar ainda mais o desempenho funcional (CALLINAN, 2005).

As órteses para membros superiores constituem parte dos processos utilizados nas demandas de reabilitação e melhoramentos da qualidade de vida de pessoas com deficiência nas mãos. Por isso, as órteses previstas nesta pesquisa serão desenvolvidas para atender demandas evidenciadas por Pelosi e Nunes (2009) de redução dos efeitos da deficiência nas atividades cotidianas das escolas, para que essas ações sejam realizadas da forma mais independente possível. Nesse processo, existem várias fases a serem observadas, tais como as destacadas por Coppard e Lohan (2001), ou seja, a prescrição das órteses, o design, a fabricação, a inspeção e

estímulos ao seu manuseio, que são indispensáveis para o restabelecimento e a recuperação das funções ausentes.

No caso específico de crianças, deve-se levar em consideração o processo de crescimento mais acelerado, o que pode incidir na perda de protótipos em razão do tempo de espera pela órtese. Da mesma forma, devem-se considerar os problemas relativos aos materiais utilizados na sua confecção, pois constituem um segundo fator que incide em perdas de protótipos (GRUPO DE TRABALHO SOBRE ÓRTESES E PRÓTESES, 2015).

Para que as crianças com órteses vivenciem uma educação inclusiva é necessário compreender suas especificidades e promover um atendimento personalizado. Sassaki (2010) lembra que incluir a criança com deficiência não consiste apenas em fazer sua matrícula em escolas do ensino regular, mas na oferta de subsídios para que ela possa ter acesso a um ensino de qualidade.

Especificamente em relação às estratégias didáticas, é preciso investir em alternativas que promovam a independência das crianças com deficiência. Essas intervenções podem ser utilizadas para atender as especificidades de cada estudante e colaborar com práticas que, para Mantoan (2003), não deixam ninguém fora da escola.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para atender o objetivo do estudo, será priorizada a pesquisa-ação, acompanhada pela abordagem qualitativa. Thiollent (1985) lembra que uma pesquisa-ação exige uma ação entre o pesquisador e os participantes e que, no caso deste estudo, representa a interação entre a pesquisadora e três segmentos de participantes: crianças que necessitam de órteses e estejam matriculadas na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Pato Branco, seus respectivos docentes e estudantes do Curso de Fisioterapia de uma universidade paranaense.

Para a coleta de dados, serão utilizadas como técnicas a análise documental, a entrevista e o grupo de discussão. Já o tratamento será realizado com apoio do *Software MaxQDA*, um recurso projetado para o uso em pesquisas que requisitam a análise de arquivos em diferentes formatos (textos, áudios, imagens, vídeos...) e sua transformação em nuvens de palavras, gráficos e outros recursos indispensáveis para esta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total, o estudo contará com cinco etapas. Elas compreendem desde a análise documental até a formação de docentes, conforme sistematizado a seguir.

– Etapa I: análise de laudos para conhecer as especificidades das crianças. Para tanto, será utilizado um formulário para o registro de informações determinantes tanto na confecção das órteses como na elaboração de estratégias inclusivas.

– Etapa II: conhecimento das preferências das crianças sobre cores e formatos infantis, como personagens de histórias em quadrinhos e outras condições fundamentais nos modelos das próteses. Nesta etapa será utilizado um roteiro de entrevista a ser aplicado individualmente.

– Etapa III: levantamento de materiais para a fabricação das órteses. Para essa coleta, será utilizado um roteiro de entrevista aplicado a especialistas em confecção de órteses.

– Etapa IV: avaliação da proximidade entre as órteses e as expectativas das crianças. Será realizado um grupo focal com a presença de todas as crianças beneficiadas, visando, a partir de um roteiro semiestruturado, conhecer sua percepção no primeiro contato com as órteses confeccionadas.

– Etapa V: inventário de estratégias que possam ser utilizadas pelos docentes na inclusão das crianças que receberão as próteses e realização de encontros formativos, para que as atividades sejam próximas das reais necessidades das crianças implicadas na pesquisa. Será utilizado um questionário para que os docentes avaliem a relevância das estratégias propostas.

Destaca-se ainda que, durante as ações do projeto de confecção das órteses e formação dos docentes, poderão surgir várias sugestões para o atendimento das demandas das crianças. A pesquisa pretende considerá-las tanto para o bem-estar das crianças, como para a valorização do protagonismo dos acadêmicos de fisioterapia e dos docentes da Educação Infantil, no sentido de estimular a prática do desenvolvimento das órteses a partir das reais necessidades do contexto. Assim, reitera-se que esta pesquisa converge com a posição de Morin e Delgado (2017) quando defendem a necessidade de realizar mudanças mobilizando-se pela solidariedade e por iniciativas criadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa que está sendo proposta no PPGEB, pretende-se trazer benefícios para as crianças, a fim de auxiliá-las a realizar suas atividades diárias. Tendo como foco a inclusão de crianças com deficiências físicas em membros superiores, destaca-se a relevância da interação entre a escola e a universidade para que as órteses sejam desenvolvidas de acordo com as reais demandas apresentadas pelas crianças.

Nesse sentido, a pesquisa coaduna com o desenvolvimento de estudos no campo da educação e na defesa dos direitos humanos, especialmente no sentido de inclusão defendido por Arnaiz Sánchez (1996), que diz de escolas em que todos os estudantes sejam acolhidos – independentemente de suas características pessoais, psicológicas ou sociais – e que sejam comprometidas com intervenções que residem na construção de um sistema estruturado para atender às necessidades de cada estudante.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa tem como coparticipantes a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), a Universidade de Pato Branco (UNIDEP) e a Rede Municipal de Ensino de Pato Branco, instituições às quais se externalizam os agradecimentos pela possibilidade de seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, A. E.; GALVÃO, C. Desordens neuromotoras. *In*: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática**. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2007.
- ARNAIZ SÁNCHEZ, P. Las escuelas son para todos. **Cero**, n. 2, v. 27, p. 25-34, 1996.
- CALLINAN, N. **Confecção de órtese para a mão**. 5. ed. Santos: São Paulo, 2005.
- CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Órtese e prótese**. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2007.
- COPPARD, B. M.; LOHAN, M. **Introduction to splinting**. 2. ed. St Louis: Mosby, 2008. Disponível em: <https://doku.pub/documents/brenda-m-coppard-helene-lohman-introduction-to-splinting-a-clinical-reasoning-and-problem-solving-approach-z06w5k6vxyqx>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- GRUPO DE TRABALHO SOBRE ÓRTESES E PRÓTESES. **Relatório Final** – 2015. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.editoraroncarati.com.br/v2/phocadownload/relatorio_final_gti_opme.pdf. Acesso em: 8 jan. 2020.
- IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 8 jan. 2020.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MORIN, E. **Ensinar a viver: manifesto para mudar a educação**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- MORIN, E.; DELGADO, C. J. **Reinventar la educación: abrir caminos a la metamorfosis de la humanidad**. La Havana: Editorial UH, 2017.
- OMS. **A ONU e as pessoas com deficiências**. Brasília: Nações Unidas, 2011. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- PELOSI, M. B.; NUNES, L. R. O. P. Formação em serviços de profissionais da saúde na área de tecnologia assistiva: o papel do terapeuta ocupacional. **Rev. Bras. Crescimento Desenvolvimento Humano**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 435-444, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822009000300009. Acesso em: 20 maio 2020.
- RODRIGUES, A. M. V. N. *et al.* Uso de órtese para abdução do polegar no desempenho funcional de criança portadora de paralisia cerebral: estudo de caso único. **Rev. Bras. Saúde Materna Infantil**, Recife, out./dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151938292007000400010&script=sci_arttext. Acesso em: 19 set. 2020.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA¹

Adriellen da Silva Souza, adriellen-souza@hotmail.com²

Amabile Cílião, amabilebagn@outlook.com³

Gustavo Del Sent Batista, gustavo_delsent97@hotmail.com⁴

Fábio Herget Pitanga, fhpitanga@yahoo.com.br⁵

Riccelli Endrigo Ruppel da Rocha, ricelliendrigo16@gmail.com⁶

Resumo: O estado nutricional de crianças e adolescentes do Brasil: uma revisão bibliográfica sistemática trata-se de um estudo com objetivo de avaliar os resultados obtidos na literatura acerca das prevalências do estado nutricional de jovens e crianças no Brasil, classificados em baixo peso, eutrófico, sobrepeso, obesidade ou excesso de peso, também determinadas separadamente por regiões do Brasil. Para analisar esses aspectos realizou-se uma revisão bibliográfica sistemática e exploratória nas bases de dados Scielo e BVS em que se obteve os seguintes resultados: baixo peso: 3,6%, eutrófico: 71,9%, excesso de peso: 25%, sobrepeso: 17,1% e obesidade: 17,1%. Portanto, concluiu-se que há uma alta taxa de prevalência de escolares com excesso de peso, sobrepeso e obesidade, principalmente na Região Sul, sendo um fator preocupante de saúde pública.

Palavras-chave: Estado nutricional. Avaliação Nutricional. Ensino básico. Ensino fundamental. Escolares.

INTRODUÇÃO

O estado nutricional é caracterizado pelo balanço entre a ingestão de alimentos e o gasto desses nutrientes, logo esse mecanismos estão ligados, diretamente, à saúde das crianças e adolescentes, juntamente com uma dieta adequada e a prática de atividades físicas podendo proporcionar, quando não realizadas corretamente, uma alta taxa de excesso de peso, sobrepeso ou até mesmo ocasionar obesidade. Nos últimos anos notou-se uma prevalência aumentada de sobrepeso em crianças, sendo já considerado um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde. As alterações no estado nutricional podem ocasionar diversos problemas, mas entre eles podemos citar o risco aumentado de problemas cardiovasculares, problemas respiratórios e disfunções no fígado, em virtude do acúmulo de gordura no órgão, por exemplo. Outra preocupação é que há uma tendência de aumento progressivo do nível de adiposidade durante o passar dos anos até se atingir a idade adulta, tanto em crianças previamente eutróficas como as com sobrepeso e obesidade, independentemente do sexo (FERRARI *et al.*, 2013). Sabe-se atualmente que as causas dos distúrbios nutricionais são multifatoriais, desta forma, para a avaliação de criança ou adolescente não basta um diagnóstico feito somente por um médico, mas

¹ O presente trabalho, refere-se à parte da tese de mestrado de Fábio Herget Pitanga.

² Acadêmico do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor titular do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor titular do curso de mestrado de Desenvolvimento e Sociedade (UNIARP).

sim um relatório de uma equipe multidisciplinar composta por médicos, enfermeiros, psicólogos e assistente social para que seja possível identificar a causa do problema e tratar desde o seu princípio. Um exemplo disso é a ausência familiar que colabora para que isso aconteça, já que não há um controle sobre a saúde desses cidadãos. O tema dessa pesquisa foi pensado a partir da necessidade de levantar dados de prevalência sobre o estado nutricional de crianças e adolescentes, tanto a nível nacional como separado por suas regiões, para que assim seja possível determinar os principais distúrbios nutricionais e medidas para possíveis melhoramentos sejam tomadas, conforme os problemas regionais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

ESTADO NUTRICIONAL

O estado nutricional indica o equilíbrio entre a ingestão alimentar e as necessidades nutricionais do organismo e, desta forma, a sua verificação corresponde ao resultado final entre o processo de ingestão, absorção, metabolização e excreção de nutrientes (MELLO, 2002).

Avaliar o estado nutricional de uma criança ou adolescente serve para verificar se as proporções corporais, assim como o seu crescimento, está dentro do previsto para a normalidade ou não conforme a sua idade e sexo, ou seja, a verificação do estado nutricional é uma ótima ferramenta para indicar os casos de sobrepeso e obesidade, assim como as condições de saúde e qualidade de vida desta população (MELLO, 2002).

Os métodos utilizados para avaliar o estado nutricional podem ser antropométricos, anamnese alimentar, história clínica, exames laboratoriais e por dados psicossociais e, além disso, a antropometria, método mais recomendado pela Organização Mundial da Saúde e que será utilizado neste estudo, que se baseia na mensuração física e composição corporal total (BRASIL, 2018). Além de ser um importante instrumento diagnóstico do estado nutricional da criança e adolescente, também serve para graduar o seu crescimento e desenvolvimento (IBGE, 2015).

O Ministério da Saúde do Brasil, em sua Caderneta de Saúde da Criança mais atualizada, disponibiliza as curvas de avaliação do IMC/idade e classificação em escore Z conforme indicado também pela OMS (WHO, 2006; BRASIL, 2018).

METODOLOGIA

A pesquisa se caracterizará como exploratória e bibliográfica de revisão sistemática de literatura que utilizará os procedimentos metodológicos estabelecidos pelo guia *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* – PRISMA (MOHER *et al.*; 2005). Utilizou-se as palavras *estado nutricional*, *escolares*, *ensino fundamental*, *ensino básico* e *ensino médio*, escritos nas línguas inglesa, espanhola e portuguesa. Foram selecionados somente artigos originais, de estudos realizados no Brasil, entre 2009 e 2019. Os artigos eleitos foram lidos e revisados na íntegra, sendo extraídos os dados conforme apresentados nos textos ou tabelas das pesquisas. Inicialmente procurou-se obter o nome dos autores, ano de publicação, número absoluto de participantes, idade dos alunos em cada pesquisa, cidade e estado ou região no qual a pesquisa foi realizada, distribuição por sexo e zona de moradia (urbana ou rural).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1 – Prevalência de excesso de peso, sobrepeso e obesidade por Regiões do Brasil

Região	Amostra (Total)	Estados	Baixo peso (Média ± Dp)	Eutrófico (Média ± Dp)	Excesso de peso (Média ± Dp)	Sobrepeso (Média ± Dp)	Obesidade (Média ± Dp)
Sul	45.231 alunos	PR, RS, SC	4,0% ± 4,2	71,1% ± 9,4	23,1% ± 11,5	17,9% ± 4,4	11,3% ± 5,7
	M=21.512 F=23.719	(29 artigos)					
Sudeste	43.129 alunos	MG, RJ, SP	3,0% ± 3,3	73,6% ± 7,3	27,0% ± 9,9	15,3% ± 2,7	8,1% ± 5,1
	M=21.356 F=21.773	(17 artigos)					
Nordeste	7.518 alunos	AL, CE, PB, PE, PI, RN	3,9% ± 2,7	76,1% ± 4,7	17,6% ± 6,5	12,8% ± 2,5	8,5% ± 3,9
	M=3.614 F=3904	(8 artigos)					
Norte	5.883 alunos	RO	3,2 %	80,9%	15,9%	-	-
	M=2.763 F=3.120	(1 artigo)					
Centro-Oeste	-	-	-	-	-	-	-
BRASIL	193.309 alunos M=93.505 F=99.804	13 Estados (59 artigos)	3,6% (IC95% 1,3 -5,9)	71,9% (IC95% 66,7 – 77,0)	25,0% (IC95% 19,4 – 30,7)	17,1% (IC95% 14,9 – 19,4)	10,7% (IC95% 7,4 – 14,1)

Fonte: Fábio Herget Pitanga (2020).

A partir dos dados obtidos na tabela acima pode-se dizer que em todas as regiões estudadas o percentual de crianças e adolescentes eutróficos é alto, todos passam de 70%, sendo um número relevante para a saúde do Brasil. Porém quando se fala em excesso de peso e obesidade a região Sul possui índices muito altos quando comparados com as regiões Sudeste e Nordeste, por exemplo, fazendo com que seja necessário entender as causas para que esse fator esteja ocorrendo na região citada e intervir de maneira adequada.

Entretanto, sabe-se que em muitos estados esses números são preocupantes, pois como se trata de um assunto de Saúde Pública compete, diretamente, às autoridades de cada Estado realizar ações para melhorar esses índices. Embora muitas crianças e adolescentes estão eutróficos, é necessário que haja a prevenção sempre, para que seja evitado que essas crianças cheguem à idade adulta com excesso de peso, por exemplo, podendo causar diversos problemas à saúde desses indivíduos afetando, assim, sua qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora tenha-se eleito uma grande quantidade de artigos que foram utilizados nesta revisão bibliográfica, percebe-se a ausência de artigos relacionados à Região Centro-Oeste e apenas um da Região Norte, o que limita a interpretação do estado nutricional dos escolares destas regiões. A inclusão de novos artigos que serão selecionados de mais uma plataforma (Scopus), deverá minimizar estas lacunas. No entanto, os resultados obtidos serviram para avaliar o estado nutricional dos escolares das demais Regiões, assim como a nível nacional, desta forma atingindo os objetivos propostos para esse projeto.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

À agência de fomento de financiamento do projeto FAP, deixo meu agradecimento por apoiar e incentivar a percorrer o caminho da pesquisa científica e por oferecer oportunidade aos alunos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

REFERÊNCIAS

ACUNA, Kátia; CRUZ, Thomaz. Avaliação do estado nutricional de adultos e idosos e situação nutricional da população brasileira. **Arq Bras Endocrinol Metab**, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 345-361, June 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0004-27302004000300004>. Acesso em 03 Nov. 2020.

ALEXANDRE, Dryellen da Rocha *et al.* Correlação da segurança alimentar com o estado nutricional de crianças escolares. **Motri.**, Ribeira de Pena, v. 14, n. 1, p. 164-169, mai. 2018. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-107X2018000100022&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 Nov. 2020.

BARBOSA FILHO, Valter Cordeiro *et al.* A utilização do critério da Organização Mundial de Saúde para classificação do estado nutricional em crianças. **Motriz: rev. educ. fis.** (Online) [online]. 2010, vol.16, n.4, pp.811-819. Disponível em: <https://doi.org/10.5016/1980-6574.2010v16n4p811>. Acesso em: 03 Nov. 2020.

BARBOSA FILHO, Valter Cordeiro *et al.* Índices antropométricos em escolares de um município do sul do Brasil: uma análise descritiva pelo método LMS. **Rev. paul. pediatr.** São Paulo, v. 32, n. 4, p. 333-341, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822014000400333&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 Nov. 2020.

BERTIN, Renata Labronici *et al.* Estado nutricional, hábitos alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. **Rev. paul. pediatr.**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 303-308, Sept. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-05822010000300008>. Acesso em 03 Nov. 2020.

CAMARGO, Juliana Melo Teruel Biagi; MARIN-LEON, Leticia. Factors associated with overweight among elementary schoolchildren in Campinas, São Paulo, Brazil. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 29, n. 3, p. 401-413, jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732016000300401&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 Nov. 2020.

CONDE, Wolney Lisbôa *et al.* Estado nutricional de escolares adolescentes no Brasil: a Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares 2015. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 21, supl. 1, e180008, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2018000200418&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 Nov. 2020.

CORSO, Arlete Catarina Tittoni *et al.* Fatores comportamentais associados ao sobrepeso e à obesidade em escolares do Estado de Santa Catarina. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 117-131, jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982012000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 Nov. 2020.

FERRARI, Gerson Luis de Moraes *et al.* Alterações nos níveis de adiposidade em escolares de acordo com o estado nutricional: análise ao longo de 30 anos. **Rev. bras. cineantropom. desempenho hum.**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 405-416, ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-00372013000400002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 Nov. 2020.

MELLO, Elza D. de; LUFT, Vivian C.; MEYER, Flavia. Obesidade infantil: como podemos ser eficazes?. **J. Pediatr. (Rio J.)**, Porto Alegre, v. 80, n. 3, p. 173-182, June 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.2223/JPED.1180>. Acesso em 03 Nov. 2020.

MELLO, Elza D. O que significa a avaliação do estado nutricional. **Jornal de Pediatria**, v. 78, n. 5, p. 357-358, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572002000500003&script=sci_arttext. Acesso em: 03 Nov. 2020.

ROSSI, Camila Elizandra; VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Relação entre peso ao nascer e sobrepeso / obesidade em escolares de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: um estudo de coorte retrospectivo. **São Paulo Med. J.**, São Paulo, v. 132, n. 5, p. 273-281, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-31802014000500273&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 Nov. 2020.

CONTROLE DE INSETOS PRAGA DE GRÃOS ARMAZENADOS A PARTIR

DE EXTRATOS VEGETAIS¹

Andressa Ana Ansiliero, andressa.ana@uniarp.edu.br²

Talize Foppa, talize@uniarp.edu.br³

Resumo – O manejo integrado de pragas (MIP) vem ganhando cada vez mais espaço por se tratar de uma alternativa ecologicamente correta de se controlar pragas. Estudos recentes mostram que extratos naturais podem ser eficazes no controle de diferentes pragas. A pesquisa avaliou extratos hidrometanólicos e sua eficiência no controle de *Sitophilus zeamais*. Foram analisados extratos de erva doce (*Pimpinella anisum*), poejo (*Mentha pulegium*), camomila (*Matricaria recutita*) e crisântemo (*Chrysanthemum*) em concentrações de 5% e 10%. Foram colocados 20 insetos em béqueres com farelo de trigo, borrifados com 10 mL dos extratos e feita a contagem após 12 horas. Cada tratamento teve 5 repetições para verificar o índice de mortalidade dos insetos. As médias dos dados obtidos foram comparadas pelo teste de Tukey ($p \leq 0,05$). Os extratos de crisântemo 10% e camomila 10% mostraram-se mais efetivos no controle dos insetos.

Palavras-chave: Camomila. Crisântemo. Manejo integrado.

INTRODUÇÃO

Com a grande demanda na produção mundial de alimentos, aumenta-se o uso indiscriminado de defensivos agrícolas, ocasionando intoxicação aos seres humanos e animais, poluição e degradação do meio ambiente e resistência de pragas e doenças a determinados produtos químicos utilizados em seu controle.

O manejo integrado de pragas (MIP) vem ganhando espaço por ser um meio alternativo de controle em que visa principalmente manter esse equilíbrio entre a praga e a cultura em questão. Dentro disso, a formulação de compostos naturais que auxiliem no controle dessas pragas se mostra positiva em relação à produção consciente de alimentos e com baixo custo para o produtor. Assim sendo, busca-se cada vez mais alternativas que gerem menor impacto ambiental e soluções sustentáveis de controle.

O trabalho a seguir teve como objetivo identificar ferramentas de manejo de insetos pragas de grãos armazenados da ordem coleóptera (*Sitophilus* sp.), originadas de fontes naturais, que apresentem eficiência, segurança toxicológica e facilidade de aplicação.

CONTROLE ALTERNATIVO DE PRAGAS

O uso de inseticidas na agricultura ao longo dos anos tem se demonstrado uma ferramenta importante e indispensável para o aumento da produtividade, principalmente em grandes áreas de monocultivo. Esta relevância se deve à

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Pesquisa Científica, do curso de pós-graduação em Biotecnologia Ambiental.

² Acadêmica do curso de pós-graduação em Biotecnologia Ambiental do Centro de Ensino Superior de Maringá – UniCesumar, graduada em Agronomia pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Docente da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

ocorrência de perdas significativas nas lavouras ocasionadas pelos insetos (SANTOS et al., 2007). A manutenção dos altos níveis de produtividade agrícola atual não seria possível sem o uso dos inseticidas sintéticos, o que demonstra que estes continuarão a ter um importante papel em programas de manejo integrado de pragas no futuro (HASSAN; PRIJONO, 2011).

Inseticidas são definidos como substâncias químicas sintéticas, ou naturais, ou de origem biológica que controlam insetos. O controle pode resultar em morte do inseto ou prevenir comportamentos considerados destrutivos (WARE; WHITACRE, 2012). A falta de conhecimento ou acompanhamento técnico sobre o seu manuseio adequado, com conseqüente aumento no número de pulverizações, doses acima das recomendadas e não obedecendo ao período de carência, tem contribuído para proporcionar efeitos maléficos sobre o meio ambiente e ao próprio homem, desenvolvimento de resistências das pragas a esses produtos, intoxicação dos produtores rurais, contaminação da água e do solo, impactos negativos sobre os organismos não-alvo e presença de resíduos tóxicos nos alimentos (VAN DEN BOSCH, 1978).

Inseticidas vegetais têm sido apontados como alternativas promissoras aos inseticidas químicos sintéticos no manejo de pragas agrícolas, por apresentarem riscos reduzidos para o ambiente e para a saúde humana. Estas substâncias são mais rapidamente degradáveis que os compostos sintéticos, por muitos destes serem sensíveis à luz solar, à umidade ou ao calor (MORAIS e MARINHO-PRADO, 2016). Portanto, as plantas com suas propriedades antagônicas se tornam uma ferramenta importante junto à área de proteção de plantas e ao controle biológico (BETTIOL & MORANDI, 2009).

O processo de separação desses produtos naturais bioativos corresponde a três fases principais: extração a partir da matéria vegetal, fracionamento do extrato ou óleo e purificação do princípio ativo (LIMA JUNIOR, 2011). O produto é obtido pela passagem de um solvente, como por exemplo, a água ou o álcool, através de partes de planta moída ou não, de modo a se retirar os princípios ativos contidos no vegetal (STADNIK & TALAMINI, 2004).

PRINCIPAL PRAGA DE GRÃOS ARMAZENADOS

No Brasil, a principal praga do milho armazenado é o gorgulho *Sitophilus zeamais* que possui elevado potencial biótico, capacidade de atacar grãos em armazéns ou silos e de sobreviver em grandes profundidades na massa dos grãos e devido a sua rápida multiplicação, pode ocasionar prejuízos econômicos elevados (ELIAS et al., 2009).

Figura 1 - *Sitophilus zeamais*. Larva (A), adulto dorsal (B), adulto lateral (C) e adulto ventral (D)



Fonte: Freitas, (2015).

Infestações de *S. zeamais*, se iniciam no campo, antes do armazenamento, o que aliada à sua boa capacidade de voo e poder destrutivo, propicia elevada perda na fase de pós-colheita do milho (CERUTI et al., 2008). Os adultos atacam os grãos intactos e as fêmeas ovipositam no interior do grão, de onde se alimentam e desenvolvem as larvas. A praga pode causar uma redução de até 10% na produção anual total do milho (LORINI, 2001).

Os extratos vegetais com atividade inseticida representam uma alternativa importante de controle de insetos-praga em pequenas áreas de cultivo, como as hortas, e em pequenos armazéns de grãos, situação na qual a utilização de extratos torna-se viável (DEQUECH et al., 2008). Além da mortalidade, os produtos botânicos podem ter diferentes efeitos sobre os insetos, como a inibição da alimentação ou de terrência, redução do consumo alimentar, atraso no desenvolvimento, deformações e esterilidade (DEQUECH et al., 2008).

METODOLOGIA

A pesquisa contou com duas etapas, a primeira de criação e multiplicação dos insetos e a segunda, de extração dos compostos vegetais, manipulação dos extratos e posterior aplicação para o controle. Ambas realizadas no laboratório de Fitopatologia/Pesquisa da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe Caçador - SC.

Os insetos (*S. zeamais*) foram obtidos a partir de farelo de trigo já contaminados com o mesmo. Em seguida, separados os espécimes e colocados em uma caixa com farelo de trigo e farinha de trigo integral, numa proporção de 1:1 para obtenção das pupas. As caixas foram deixadas em uma câmara incubadora com temperatura de 25°C e foto período de 12 horas.

Depois de obter as pupas, essas foram acondicionadas em uma caixa separada para que houvesse a eclosão dos adultos. Foram pesados 5 g e 10g das seguintes plantas previamente secas: erva doce (*Pimpinella anisum*), poejo (*Mentha pulegium*), camomila (*Matricaria recutita*) e crisântemo (*Chrysanthemum*), colocados em um erlenmeyer com 100 mL de solução metanol-água 70:30 v/v, para fazer os extratos nas concentrações de 5% e 10% respectivamente.

Os extratos foram deixados em repouso e abrigados sem incidência de luz durante 24 horas, após esse período foram filtrados com o auxílio de papel filtro. Em seguida, os extratos previamente colocados em béqueres mantiveram-se em banho maria à 37°C dentro da capela de exaustão durante 10 horas, para que houvesse a evaporação do metanol.

Figura 2 - Extratos em banho maria



Fonte: Ansiliero, (2020).

A análise contou com 8 tratamentos sendo eles: erva doce 10%, erva doce 5%, poejo 10%, poejo 5%, camomila 10%, camomila 5%, crisântemo 10%, crisântemo 5% e a testemunha, onde não houve aplicação de nenhum extrato. Cada tratamento teve 5 repetições.

Para realização do teste de mortalidade colocou-se 20 besouros, sem sexagem e com tempo de eclosão entre 0 e 72 horas, em béqueres com capacidade de 250 mL, com uma fina camada de farelo de trigo no fundo onde foram borrifados 10 mL de cada extrato. Após a aplicação, os béqueres foram fechados com plástico parafilme e perfurados para que houvesse a entrada de ar. Os béqueres foram colocados dentro de caixas plásticas e deixadas na câmara incubadora a 25°C durante 12 horas. Após esse período foi feita a contagem da mortalidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observa-se que os extratos de camomila e crisântemo na concentração de 10% foram eficazes no controle dos adultos, porém, estatisticamente os extratos de erva doce 10%, crisântemo 5%, erva doce 5% e poejo 5% também são extratos eficientes no controle do inseto.

Tabela 1 - Valores médios de mortalidade em função do extrato utilizado

Extrato	Mortalidade ¹
Crisântemo 10%	20,0 a
Camomila 10%	20,0 a
Erva doce 10%	19,4 a
Crisântemo 5%	18,6 a
Erva doce 5%	18,0 a
Poejo 10%	17,4 a
Poejo 5%	3,8 b
Camomila 5%	1,4 bc
Testemunha	0,0 c

¹ Médias de mortalidade em razão do extrato aplicado seguidas da mesma letra, não diferem entre si pelo teste de Tukey ($p \leq 0,05$).

Fonte: Ansiliero, (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da necessidade da aplicação de defensivos agrícolas para o controle de pragas, a necessidade de alternativas eficazes e que causem um dano menor ao meio ambiente, tem se buscado extratos de plantas que possuam efeito inseticida sobre determinadas pragas. Sendo assim, o objetivo foi testar extratos de plantas facilmente encontradas para e que possuíssem potencial inseticida sobre as mesmas. De acordo com a literatura algumas plantas que se destacaram nesse aspecto, pois possuem em sua composição moléculas como piretroides, que é caso do crisântemo ou alcaloides como a camomila e que são inseticidas naturais e eficazes no controle, como evidenciou a mortalidade das pragas.

Entre os extratos testados, o crisântemo e a camomila, na concentração de 10% mostraram-se capazes de controlar efetivamente a praga em estudo, embora, estatisticamente os extratos de erva doce 10%, crisântemo 5%, erva doce 5% e poejo 10% também foram capazes de controlar. E por serem de uma concentração menor o custo para produção também é reduzido.

Os extratos podem ser uma alternativa de controle, uma vez que por serem naturais e de fácil acesso controlam os insetos e não prejudicam o meio ambiente, toda via, em grande escala, ainda deve-se avaliar a viabilidade econômica.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Alto Vale do Rio do Peixe pela parceria na pesquisa e disponibilização do laboratório.

REFERÊNCIAS

- BETTIOL, W.; MORANDI, M. A. B. (Ed.). **Biocontrole de doenças de plantas. Uso e perspectivas**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 332p. 2009.
- CERUTI, F. C.; LAZZARI, S. M. N.; LAZZARI, F. A.; PINTO JUNIOR, A. R. Efficacy of diatomaceous earth and temperature to control the maize weevil in stored maize. **Scientia Agraria**, Curitiba: v.9, p.73-78, 2008.
- DEQUECH, S. T. B.; SAUSEN, C. D.; LIMA, C.G.; EGEWARTH, R.; Efeito de extratos de plantas com atividade inseticida no controle de *Microtheca ochroloma* Stal (Col.: Chrysomelidae), em laboratório. **Revista Biotemas**, Santa Maria: p.22-31, 2008.
- ELIAS, M. C.; LOPES, V.; GUTKOSKI, L. C.; OLIVEIRA, M.; MAZZUTTI, S.; DIAS, A. R. G. Umidade de colheita, métodos de secagem e tempo de armazenamento na qualidade tecnológica de grãos de trigo (cv. 'Embrapa 16'). **Ciência Rural**, Santa Maria: v.39, n.1, p.25-30, 2009.
- HASSAN, E.; PRIJONO, D. Plants as a source of biopesticides for pest control: a new perspective. In: GÖKCEKUS, H.; TÜRKER, U.; LaMOREAUX, J. W. (Ed.). **Survival and sustainability**, Dordrecht: Springer, p.1491-1508, 2011.
- LIMA JUNIOR, A. F. **Efeito de diferentes extratos vegetais no controle de *Anthoscelides obtectus* e *Sitophilus* sp.** 2011. 67f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – UEG. Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2011.
- MORAIS, L. A. S. de; MARINHO-PRADO, J. S. Plantas com atividade inseticida. In: HALFELD-VIEIRA, B. de A.; MARINHO-PRADO, J. S.; NECHET, K. de L.; MORANDI, M. A. B.; BETTIOL, W. **Defensivos agrícolas naturais: uso e perspectivas**. Brasília, DF: Embrapa, cap. 19, p. 542-593, 2016.
- SANTOS, M. A. T.; AREAS, M. A.; REYES, F. G. R. **Piretróides: uma visão geral. Alimentos e Nutrição**. Araraquara: v. 18, n. 3, p.339-349, 2007.
- STADNIK, M. J.; TALAMINI, V. Extratos vegetais e de algas no controle de doenças de plantas. In: STADNIK, M. J.; TALAMINI, V. (Eds). **Manejo ecológico de doenças de plantas**. Florianópolis: CCA/UFSC, p.45-62, 2004.
- VAN DEN BOSCH, R. **The pesticide conspiracy. An alarming look at pest control and the people who keep us "hooked" on deadly chemicals**. New York: Doubleday, 226 p, 1978.
- WARE, G. W.; WHITACRE, D. M. An introduction to insecticides. (4th edition). In: WARE, G. W. (Ed.). **The pesticide book**. Willoughby: Meister, 2004. Disponível em: <https://ipmworld.umn.edu/ware-intro-insecticides>. Acesso em 05 de agosto de 2020.

RELATOS TÉCNICOS

Trabalhos oriundos de projetos de extensão (PAEC) ou outras atividades práticas/ intervencionistas.

SHANTALA EM BEBÊS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO: MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA¹

Gizele Locatelli, zanellagizele@gmail.com²
Daniela dos Santos, danielasantos@uniarp.edu.br³
Liamara Basso Dala Costa, liamara@uniarp.edu.br⁴

Resumo – A Shantala é uma massagem com algumas técnicas que cada vez mais vem ganhando espaço. O contato com a pele do bebê gera uma ligação afetiva, uma experiência tátil e muitos benefícios fisiológicos. A massagem consiste em 19 movimentos realizados pelo aplicador em todo o corpo do lactente, podendo ser aplicada desde os primeiros meses de vida e geralmente é interrompida quando a criança se torna mais ativa e menos paciente. O objetivo do presente estudo foi realizar uma experiência com os bebês do berçário I da creche municipal de Salto Veloso e analisar os resultados adquiridos através da aplicação da Shantala. Como resultados finais as professoras e atendentes da creche relataram que os bebês estão dormindo mais e mudaram seu comportamento social, estando mais relaxados.

Palavras-chave: Bebês. Creche. Massagem. Shantala. Fisioterapia.

INTRODUÇÃO

A massagem é uma forma agradável de terapia que não necessita de grandes recursos para ser realizada, tem efeitos atenuadores relaxantes, atinge desde receptores do sistema nervoso até a melhoria da circulação, ela permite conhecer áreas conscientes de conforto e desconforto e segundo vários profissionais da saúde, o uso da massagem vem crescendo rapidamente entre bebês e crianças pequenas (GUZZETTA et al., 2011).

A Shantala é uma técnica para massagear bebês, ela chegou ao Ocidente através do Dr. Frederick Leboyer, que conheceu a técnica em Calcutá ao observar uma mãe indiana paraplégica massagear seu bebê, o médico se encantou com a força e a beleza dos movimentos de forma rítmica e ordenada, e batizou a massagem com o nome daquela mulher: Shantala (LEBOYER, 1998).

A Shantala é realizada através de um meio de deslizamento que não irrite a pele e que não tenha cheiro forte ou ruim para que o bebê não se sinta mal ao receber a massagem, tudo aliado a um ambiente tranquilo, com cores neutras e recomendado uma música tranquilizante de fundo. Na medicina atual, a Shantala surge como terapia geradora de saúde e bem-estar (CAMPADDELLO, 2000).

Segundo Domenico; Wood (2008, p. 279) “A utilização de diversas formas de manipulação de tecidos moles (massagem) em bebês e crianças tem sido descrita e realizada há vários séculos e, em algumas culturas orientais a milênios”. O uso de formas de estimulação tátil é, portanto, uma metodologia ancestral para promover o bem estar, relaxamento e desenvolvimento de bebê e crianças.

¹ Relato técnico, projeto de extensão PAEC – Programa de Apoio à Extensão e Cultura - 2020.

² Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Docente do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Docente do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

A correria do dia-a-dia afeta muito a parte psicológica das pessoas, fazendo com que fiquem mais estressadas e ansiosas, as crianças e bebês também são expostos a estresse e ansiedade. Há também os bebês que apresentam cólicas frequentemente, deixando-os agitados ao apresentarem sintomas. A Shantala melhora a qualidade de vida dos bebês que são expostos a esse tipo de problema, ajudando-os a relaxar e manter o funcionamento do seu corpo em homeostase (GUIMARÃES, 1997).

Os benefícios para os pais e para o bebê são: prazer, confiança, um meio de comunicação, relaxamento e incentivo por meio de contato com a pele, ajudando a desenvolver a percepção corporal e tranquilidade. A massagem fortalece os elos de afetividade e ajuda a estabelecer uma relação calorosa e positiva e pode ser feita independente da criança ter necessidade ou não (DOMENICO; WOOD, 2008).

“Benefícios emocionais são comuns, pois a Shantala alivia a tensão muscular, acalma a agitação emocional e contribui para aliviar parte da ansiedade e dos traumas associados ao nascimento” (WALKER, 2000, p. 8).

A técnica é importante em crianças nas creches, pois muitas dessas passam o dia todo longe dos pais que estão trabalhando e acabam ficando mais expostas ao estresse e ansiedade, com a Shantala ficam mais relaxadas diminuindo esses sintomas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Shantala é uma massagem para bebês praticada há mais de mil anos na Índia. Segundo Leboyer (1995, p. 29) “a massagem dos bebês é uma arte tão antiga quanto profunda. Simples, mas difícil, difícil por ser simples”.

Pesquisas e estudos sobre a Shantala mantêm um olhar científico e experimental dos movimentos e expressão corporal dos bebês através do toque com o intuito de demonstrar os benefícios motores, físicos, fisiológicos e emocionais.

De acordo com Campadello (2000, p. 22) “A técnica de Shantala é excelente para os sistemas circulatório e linfático da criança, pois ativa a circulação sanguínea local, dilatando os vasos periféricos, promovendo um melhor aporte sanguíneo e o retorno venoso do sangue das veias para o coração. Ela ajuda no fortalecimento do sistema imunológico da criança”.

A Shantala se dá pelo toque no bebê e estabelece mais uma forma de amor e carinho tornando o processo de convívio muito mais confortável e natural. Segundo Walker (2000, p. 17), “o toque constitui a primeira linguagem do recém-nascido e deve ser usado para encurtir segurança, amor e afeto”.

E os benefícios não param por aí. Pesquisas mostram que os bebês que são submetidos a sessões diárias de shantala, têm um sono mais tranquilo e relaxam com mais facilidade. Além disso, a técnica acelera o processo de maturação do intestino, o que explica o fato de a técnica ser um ótimo “remédio” para cólicas, e na maturação do tônus muscular dos bebês (CAMPADDELLO, 2020).

Para as mães, muitas vezes cansadas com a rotina do pós-parto, a massagem acaba tornando-se também um momento de relaxamento e proximidade com o bebê. Um ritual de amor e intimidade onde os dois só têm a ganhar. Segundo Guimarães (2002, p. 24) “a grande finalidade é trabalhar a relação mãe/bebê, levando ao bebê tranquilidade, segurança e autoestima”.

METODOLOGIA

O projeto envolveu aproximadamente 20 bebês matriculados na creche CMEI Nona Virginia da rede pública do município de Salto Veloso- SC.

Foram realizados dois encontros semanais nas dependências da creche no período de fevereiro e março, com duração de duas horas no período matutino, sendo realizada a massagem em dois bebês a cada dia.

Em cada encontro as manobras da Shantala com os bebês tiveram como objetivos a prevenção e tratamento de cólicas e constipação intestinal, melhora na qualidade do sono e relaxamento.

Cada aplicação de manobras da Shantala foi composta por: deslizamento em todo o corpo e nos membros separadamente, pressionamento nos membros, massagem no rosto todo com leves puxões suavemente e delicadamente nas bochechas, e torneamento dos membros.

A massagem foi realizada em um colchonete da creche, com o uso de um óleo natural para facilitar o deslizamento quando realizado com o bebê despido, dependendo da climatização do ambiente foi realizada sobre o pijama do bebê. Após realizar os movimentos, e para finalizar um alongamento sempre foi efetuado, deixando o bebê mais relaxado.

Em função da suspensão das atividades escolares presenciais devido a Covid-19, a aplicação do projeto foi interrompida. Na tentativa de dar continuidade as atividades foram desenvolvidos vídeos explicativos e panfletos, demonstrando a aplicação da massagem Shantala.

Assim, os pais puderam aprender e colocar em prática a aplicação da massagem em seus bebês neste período de isolamento social. Também no decorrer das atividades foram realizados vídeos com exercícios de estimulação precoce para que os pais em casa, trabalhassem o desenvolvimento de seus bebês, os quais relataram uma melhora funcional, no equilíbrio e movimentos das crianças.

Todo esse material foi disponibilizado nas redes sociais da UNIARP, da acadêmica e da orientadora, aumentando o alcance de divulgação das atividades oferecidas por este projeto.

Figura 1 – Shantala realizando as técnicas da massagem em seu bebê



Fonte: Leboyer, (1995).

Figura 2 – Panfleto com a explicação da aplicação da massagem Shantala - parte 1

PASSO A PASSO SHANTALA

BRAÇOS
 1ª - Com uma das mãos envolva o ombro do bebê, enquanto a outra envolve o pulso. Deslize a mão que segura o ombro em direção ao pulso. Quando as duas mãos se encontram, trocam de posição;
 2ª - Com as duas mãos, envolva o braquinho, como um bracelete, e suba oscilando do ombro até as mãos.

BARRIGA
 1ª - Coloque uma das mãos na base do peito e deslize-a em direção ao ventre. Quando uma mão termina o movimento, a outra recomeça e assim sucessivamente;
 2ª - Segure os tornozelos do bebê com a mão esquerda e mantenha as pernas elevadas na vertical. Repita o movimento anterior com seu antebraço direito;
 3ª - Faça movimentos circulares ao redor da barriga com a mão direita em cima e a esquerda embaixo. Primeiro, sua mão direita faz um semicírculo a sua direita, no sentido horário. Logo em seguida, a mão esquerda faz um círculo completo, também no sentido horário.

ROSTO
 1ª - Deslize os polegares suavemente, a partir do ápice do nariz, passando pelas laterais e terminando nas bochechas.
 2ª - Deslize os polegares pelo rosto, partindo das sobrancelhas, contorne a boca e finalize na orelha do bebê.

PEITO
 1ª - Cada mão se dirige para uma lateral, contorne os ombros e braços até terminar nas mãozinhas;
 2ª - Coloque sua mão direita sobre o lado esquerdo do quadril do bebê e vá subindo até o ombro direito e vice-versa.

MÃOS
 1ª - Com os polegares, abra a mão, massageando do centro da palma, na direção de cada dedo;
 2ª - Envolver com seu indicador e polegar cada um dos dedinhos;
 3ª - Encoste a palma de sua mão na palma da mão do bebê e massageie as costas da mão.

Ativar e Acesse C

Fonte: Locatelli (2020).

Figura 3 – Panfleto com a explicação da aplicação da massagem Shantala - parte 2

PERNAS E PÉ
 1ª - Deslize sua mão da coxa em direção ao tornozelo, terminando no pezinho. Recomece o movimento sempre pela coxa;
 2ª - Com as duas mãos envolva a coxa do bebê, como um bracelete e desça oscilando até os pés;
 3ª - Com o seu polegar, parta do calcanhar em direção a cada dedo. Em seguida, passe a palma da sua mão na sola do pé do bebê e dê leves apertões em cada dedinho.

COSTAS
 1ª - Alterne as mãos para frente e para trás, deslizando da nuca em direção às nádegas e vice-versa. As mãos sobem e descem, mantendo um ritmo lento e constante;
 2ª - Segure os tornozelos do bebê com a mão direita, mantendo as perninhas esticadas e ligeiramente elevadas. A mão esquerda parte da nuca, massageando as costas e indo até os calcanhares. Para finalizar, alongue as perninhas cruzando-as - e repita o mesmo movimento com os braços.

Curso: Fisioterapia Acadêmica: Gizele Locatelli Professora Orientadora: Daniela dos Santos

IMPORTANTE: A CRIAÇÃO DEVE ESTAR DESPIDA E LOCAL AQUECIDO. O EXERCÍCIO DEVE SER REPETIDO DE 3 A 4 VEZES E EM TODOS OS MOVIMENTOS FAZ-SE O

Fonte: Locatelli (2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados relatados pela professora e atendentes da creche enquanto as manobras aconteciam na creche foi de uma melhora no sono, pois os bebês passaram a dormir uma quantidade maior de tempo e observaram melhora no comportamento social, acredita-se que essa mudança de comportamento seja devido ao relaxamento provocado pela massagem. Também perceberam maior tranquilidade e confiança nos bebês para realizar outros movimentos.

De acordo com o relato da maioria dos pais, conseguiram aplicar a técnica seguindo as instruções dos vídeos e dos folhetos, e perceberam melhora na qualidade do sono, no comportamento no dia-a-dia e diminuição das cólicas intestinais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possui grande relevância pois a aplicação da massagem é prática, rápida e apresenta resultados positivos a curto prazo, apesar da paralisação das atividades devido a pandemia Covid-19 os pais relataram que em casa, continuaram atingindo um bom resultado, por esses motivos, a shantala deveria ser uma prática diária nas creches, pois além de estimular, melhora o vínculo entre o bebê com quem pratica a massagem e o convívio social e humor do bebê com os colegas.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS/AGRADECIMENTOS

Agradeço à agência de fomento de financiamento do projeto PAEC por proporcionar essa vivência de conhecimento e novas experiências, aos professores que sempre estiveram dispostos a ajudar, e a minha família por estar sempre presente.

REFERÊNCIAS

- CAMPADELLO, P. Massagem infantil: carinho, saúde e amor para seu bebê. **Método Shantala**. 3. ed. São Paulo: Madras, 2000.
- DOMENICO, Geovani; WOOD, Elizabeth C. **Técnicas de massagem de Beard**. 4. ed. São Paulo: Manole, 1998.
- GUIMARÃES, A. E. **Shantala, massagem terapêutica para bebês**. Fisioterapia em movimento. v. 9, n. 2, 1997.
- GUZZETTA, A. et al. **The effects of preterm infant massage on brain electrical activity**. *Developmental Medicine & Child Neurology*, v. 53, p. 46–51, set. 2011.
- LEBOYER, F. **Shantala: Massagem para bebês**. 7. ed. São Paulo: 1998.
- WALKER, Peter. **A arte prática da massagem em bebês**. São Paulo: Cultrix, 2000.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ALBINA MOSCONI

Rafaela Abraao (Bolsista PAEC), 09475778900@uniarp.edu.br¹
 Prof.ª Me. Melânia Iora, melania@uniarp.edu.br²
 Prof.ª Josieli Varela (Orientadora), josieli.varela@uniarp.edu.br³
 Prof.ª Dr.ª Ivanete Schneider Hahn (Coorientadora), ivischneider@hotmail.com⁴

Resumo: O presente trabalho é oriundo do projeto de extensão realizado com financiamento do PAEC/ Uniarp. Destinou-se a promover a cultura empreendedora e capacitar os estudantes e professores da Escola de Educação Básica Albina Mosconi, que atende estudantes do município de Macieira, Santa Catarina. Foram atendidos no total 55 estudantes do ensino médio, os quais tiveram diferentes atividades, que aconteceram de forma síncrona e assíncrona, devido a pandemia do Covid-19. Este projeto contribuiu para: (1) o avanço do conhecimento da área de Administração, promovendo o desenvolvimento teórico e prático do tema, principalmente no aluno bolsista; (2) fomentou a reflexão sobre atitudes relacionadas direta e/ou indiretamente às ciências administrativas e o espírito empreendedor nos alunos da escola pública abrangida; (3) apresentou e criou novas oportunidades, desenvolvendo ambientes de inovação e criatividade, fomentando espíritos inquietos e empreendedores; (4) integrou a universidade, empresas, instituições e comunidade, de modo a contribuir com a formação do acadêmico proponente do projeto, e também com o desenvolvimento social e regional enquanto agentes ativos da mudança.

1 INTRODUÇÃO

O empreendedorismo é geralmente associado a abertura de novos negócios (BEGLEY; BOYD, 1987), assunção de risco e individualismo (MCGRATH; MACMILLAN; SHEINBERG, 1992), inovação, ideias, criatividade, descoberta e crescimento econômico (AUDRETSCH *et al.*, 2015). Desse modo, o empreendedor é detentor da capacidade de reinventar os meios para atender as crescentes necessidades da sociedade e proporcionar grandes transformações tanto econômicas como sociais e até mesmo ambientais (AMORIN; BATISTA, 2010).

O ensino do empreendedorismo não teve sua origem em escolas regulares, como a uma habilidade adicional nos currículos escolares, tampouco nas discussões filosóficas dos educadores (LOPES, 2010). A mesma autora (2010) explica que sua origem está ligada aos cursos de Administração, que veem a educação empreendedora como uma necessidade prática. Infere-se ainda, que há um distanciamento entre os profissionais preocupados com educação e aqueles que formam empreendedores.

Infere-se que, se o desejável é construir um ambiente que favoreça o empreendedorismo, é necessário pensar em como construir um conjunto de técnicas

¹ Acadêmica do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Mestra em Desenvolvimento e Sociedade (Uniarp). Gerente da Unidade do Sicoob de Macieira.

³ Professora do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

e habilidades que favoreçam o pensamento empreendedor e a ação empreendedora (NECK et al., 2014; MITCHELL et al., 2000; MORRIS, 1996), inclusive em ambientes escolares tradicionais, especialmente em regiões menos desenvolvidas, na perspectiva de que por meio do empreendedorismo é possível emancipar as pessoas que vivem nos extratos mais baixos da pirâmide social.

Neck e Greene (2011, p. 63) explicam que a educação empreendedora como um método requer prática e permite aos estudantes usarem, aplicarem e agirem de acordo com os conceitos de empreendedorismo, desenvolvendo assim, uma série de habilidades complementares aos currículos escolares tradicionais.

Posto isso, na análise de currículos escolares da rede pública de ensino de Santa Catarina, mais especificamente das escolas públicas do município de Macieira, Santa Catarina, verificou-se não haver projetos ou esforços voltados a educação empreendedora para jovens e adolescentes. A partir disso, este projeto de extensão destinou-se a promover a cultura empreendedora e capacitar os estudantes e professores da Escola de Educação Básica Albina Mosconi, que atende estudantes do município de Macieira, Santa Catarina.

2 A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

A educação empreendedora como método é empregada para fomento das habilidades empreendedoras fundamenta-se em Neck et al. (2014) quando afirmam que a educação empreendedora não pode ser entendida como um processo, uma vez que um processo é composto por *inputs* conhecidos transformados em *outputs* previsíveis. Por isso, não se deve ensinar estudantes com a linearidade de uma linha de produção como em um processo. Deve-se construir um ambiente que favoreça o empreendedorismo e é necessário pensar em como construir um conjunto de técnicas e habilidades que favoreçam o pensamento empreendedor e a ação empreendedora (NECK et al., 2014; MITCHELL et al., 2000; MORRIS, 1996).

É importante ressaltar que construir um programa de educação empreendedora deve ir além da inclusão de disciplinas nos currículos escolares. É preciso que a instituição, a partir de novas práticas pedagógicas, se transformasse em uma instituição empreendedora (CAMPELLI, 2011).

O empreendedorismo pode ser mais do que um processo e deve ser ensinado como um método (NECK et al., 2014). Para os autores, esse método se desenvolve a partir de diferentes práticas que levam os estudantes a pensarem com um *mindset* empreendedor e que tenham, a partir disso, uma atitude empreendedora. Por isso, método e teoria devem andar juntas, conforme esquematizado no Quadro 2, onde a contraposição entre método e processo permite a compreensão da base utilizada para a metodologia de campo que será apresentada na seção posterior.

Quadro 2 - Ensino de empreendedorismo como método e como processo

Empreendedorismo como método	Empreendedorismo como processo
Conjunto de práticas	<i>Inputs</i> conhecidos e <i>outputs</i> previsíveis
Etapas de aprendizagem	Etapa para completar
Interatividade	Linearidade
Criatividade	Prevenção
Foco na ação	Foco no planejamento
Investimento na aprendizagem	Expectativa de retorno
Colaboração	Competição

Fonte: Neck e Greene, 2011 apud Costa e Silva; Mancebo; Mariano, 2017

3 A INTERVENÇÃO

O objetivo deste projeto de extensão é promover a cultura empreendedora e capacitar os estudantes do ensino médio da Escola de Educação Básica Albina Mosconi, que atende estudantes do município de Macieira, Santa Catarina. Para tal, foi utilizada a conhecida educação empreendedora como método de ensino.

Mais especificamente, o projeto atendeu a 55 estudantes do ensino médio, regularmente matriculados na Escola de Educação Básica Albina Mosconi. Este grupo de estudantes foi escolhido por dois motivos: (1) critério de acessibilidade, sendo que a escola se propôs a receber o projeto e participar enquanto agente ativo de mudança em sua cultura; (2) pelo critério da pertinência, haja vista ser uma escola que recebe os adolescentes e jovens de ensino médio do município de Macieira/SC. Mostrar novas perspectivas a estes alunos, poderá ajudar muitos desses alunos em sua escolha de curso para o ensino superior, ou para entrada no mercado de trabalho, ou ainda, de se emancipar socialmente.

4 RESULTADOS

A intervenção aconteceu por meio de capacitações online - nos dias: 19 de maio de 2020; 20 de maio de 2020; 21 de maio de 2020; 25 de maio de 2020; 29 de maio de 2020; 01 de junho de 2020; 03 de junho de 2020; 04 de junho de 2020; 08 de junho de 2020; 22 de junho de 2020; 03 de setembro de 2020; 10 de setembro de 2020; 15 de setembro de 2020; 22 de setembro 2020; 29 de setembro de 2020; 06 de outubro de 2020 - devido a pandemia do Covid-19, desenvolvidas na escola pelo bolsista PAEC, tendo como agente parceira na escola as Professora Patrícia Tasca Di Domênico e Professora Silvana Maffioletti.

No Quadro 3, encontram-se explicados e esquematizados cada etapa da metodologia.

Quadro 1 – Fases da capacitação

Ação/ atividade	Descrição
Construção da capacitação (material pedagógico para formação dos alunos do ensino médio)	Será elaborada apresentação em <i>power point</i> para a formação dos alunos
Formação de alunos do Ensino Médio	
Bases conceituais de empreendedorismo	Apresentação teórica/ expositiva sobre o tema
Exemplos práticos de empreendedorismo	Imersão ao empreendedorismo feito pela bolsista
Orientação para análise da viabilidade financeira da ideia de negócio	Vídeos explicativos feitos pela bolsista e de profissionais de mercado
Orientação para captação de recursos da ideia de negócio	Vídeos explicativos feitos pela bolsista e de profissionais de mercado

Fonte: elaborado pelas autoras (2020)

Todas as atividades desenvolvidas pelo Bolsista PAEC foram acompanhadas pelas Professoras Orientadoras do Projeto e pela direção da escola atendida. A formação de estudantes aconteceu dentro dos conteúdos estabelecidos, entre os meses de março a novembro de 2020.

As atividades, por acontecerem de forma online, utilizaram-se de atividades síncronas e assíncronas, sendo que a atividade final dos alunos consistiu em criar seu próprio negócio ou atividade que seja rentável. Isto é, o aluno teve que desenvolver um projeto na área de agronegócio, comercial ou filantrópica. O resultado da atividade foi apresentado em vídeos dos alunos aos colegas, professores e aluna bolsista.

De modo geral, os alunos da turma mostraram-se, apesar do momento da pandemia, curiosos, participativos e ativos nas atividades propostas. Diante disso, pode-se afirmar que o projeto auferiu o resultado esperado para o grupo que recebeu a intervenção.

5 CONCLUSÃO

A educação empreendedora faz com que o indivíduo se torne capaz de reconhecer oportunidades não observadas por outras pessoas, reunir e gerenciar recursos e agir em situações que envolvem riscos. Este indivíduo também é capaz de analisar o mercado, analisar financeiramente e economicamente uma oportunidade de negócio, entre outras habilidades (LOPES, 2010).

Sob esta perspectiva, educar para o empreendedorismo, principalmente o público de adolescentes e jovens, desenvolve não apenas as habilidades e a propensão empreendedora destes, mas sim, é possível mudar suas perspectivas em relação à sua carreira e perspectivas para o futuro.

Além disso, pode-se elencar que este projeto contribuiu para: (1) o avanço do conhecimento da área de Administração, promovendo o desenvolvimento teórico e prático do tema, principalmente no aluno bolsista; (2) fomentou a reflexão sobre atitudes relacionados direta e/ou indiretamente às ciências administrativas e o espírito empreendedor nos alunos da escola pública abrangida e nos professores que participaram das atividades; (3) apresentou e criou novas oportunidades, desenvolvendo ambientes de inovação e criatividade, fomentando espíritos inquietos e empreendedores; (4) integrou a universidade, empresas, instituições e comunidade, de modo a contribuir com a formação do acadêmico proponente do projeto, e também com o desenvolvimento social e regional enquanto agentes ativos da mudança.

REFERÊNCIAS

AUDRETSCH, D.B.; KURATKO, D.F.; LINK, A.N. **Making Sense of the Elusive Paradigm of Entrepreneurship Department of Economics**. University of North Carolina: Working Paper Series, 2015.

BEGLEY, T. M.; BOYD, D. P. Psychological characteristics of associated with performance in entrepreneurial firms and small businesses. **Journal of Business Venturing**, v.2, p. 79-83, 1987.

CAMPELLI, M. G. R.; FILHO, N. C.; BARBEJATT, M. E. R. P.; MORITZ, G. O. Empreendedorismo no Brasil: situação e tendências. **Revista de Ciências da Administração**, v.13, n.29, 133-151, 2011.

LOPES, R. M. A. **Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas**. Rio de Janeiro-RJ: Elsevier, 2010.

MCGRATH, R.G.; MACMILLAN, I.C.; SCHEINBERG, S. Elitists, risk-takers, and rugged individualists? An exploratory analysis of cultural differences between entrepreneurs and non-entrepreneurs. **Journal of Business Venturing**, v.7, p.115-135, 1992.

MITCHELL, R. K.; SMITH, B.; SEAWRIGHT, K. W.; MORSE, E. A. Cross-Cultural Cognitions and the Venture Creation Decision. **Academy of Management Journal**, v.53, n.5, 974-993, 2000

MORRIS, M. H.; SEXTON, D. L. The concept of entrepreneurial intensity: Implications for company performance. **Journal of Business Research**, v. 36, n. 1, p. 5-13, 1996.

NECK, H. M.; GREENE, P. G. Entrepreneurship education: known worlds and new frontiers. **Journal of Small Business Management**, v. 49, n.1, p. 55-70, 2011.

NECK, H. M.; GREENE, P. G.; BRUSH, C. G.; EBRARY, I. **Teaching entrepreneurship: A practice-based approach**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2014.

PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DE BEM ESTAR AOS IDOSOS DO LAR O BOM SAMARITANO¹

Gravações e veiculação de vídeos sobre saúde, estética e bem-estar

Ana Flávia Gomes - flagomez@gmail.com²

Juciele Marta Baldissarelli - Juciele.marta@uniarp.edu.br³

Resumo

A atividade realizada no presente projeto, trata-se de extensão. O desenvolvimento do presente projeto de extensão, tinha como objetivo inicial, difundir e atualizar conhecimentos entre o público alvo com a realização de atividades planejadas voltadas ao bem-estar e saúde do grupo de idosos do Asilo O Bom Samaritano, por intermédio da promoção de atividades de lazer, orientações, inclusão social, saúde, estética e higiene. No entanto, como fora enfrentado um período pandêmico, as atividades foram suspensas, por se tratar de idosos. Mediante a esse fator, optou-se pela realização de gravações de vídeos voltados a saúde, estética e bem-estar. Os materiais foram publicados no site e canal do YouTube da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), alcançando um público superior ao previsto inicialmente.

Palavras-chave: Saúde. Bem-estar. Estética e Cosmética. Extensão Universitária.

INTRODUÇÃO

Embora as universidades tenham se difundido tardiamente no Brasil, os programas de extensão universitária semelhantes aos que se conhecem atualmente, se expandiram, com o comprometimento de alcançar camadas populares da sociedade, tornando-as protagonistas de uma conscientização acerca de seus direitos (GADOTTI, 2017).

Um dos eixos de importante relevância para as universidades é o de extensão universitária, ou extensão acadêmica. A partir dessa vertente, os estudantes universitários têm a oportunidade de pôr em prática os eixos de ensino e pesquisa praticados dentro das instituições em prol da comunidade externa. A extensão é o recurso que aproxima comunidade acadêmica com população geral. É por meio da extensão universitária que se fomenta os trabalhos desenvolvidos dentro de uma instituição de ensino superior e que se faz a apresentação dos resultados para a sociedade (NUNES, 2019).

Buscando atender demandas regionais, diante de assumir um compromisso de responsabilidade social, o objetivo geral dos programas de extensão da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), situada no município de Caçador, no estado de Santa Catarina, é prestar serviços à comunidade. Além de integrar comunidades acadêmica e externa ao espaço universitário, o Programa de Apoio e Extensão à Cultura (PAEC) busca solucionar problemas do cotidiano social, por meio da implementação de projetos de extensão e pesquisa (UNIARP, 2020).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de pesquisa do FAP UNIARP e projeto PAEC.

² Acadêmica do curso de estética e cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), aluna bolsista PAEC.

³ Professor meste da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), orientadora do projeto PAEC.

O tema deste trabalho é relacionado aos programas de extensão universitária, que são ações promovidas pela Universidade que aproximam a instituição da comunidade. Além disso, os programas fomentam o conhecimento adquirido e desenvolvido dentro das salas de aula pelos acadêmicos. Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2019), as práticas extensionistas adotadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), tem pelo menos três abordagens: a assistencialista, a dimensão transformadora e serviços prestados para a sociedade que demandam da universidade. Com essas concepções ideológicas, ações transformadoras tanto no espaço acadêmico quanto na sociedade, são promovidas por meio da aplicação de projetos de extensão.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Projetos de Extensão Universitária

O tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. As universidades são organizações que preparam pessoas para atender as demandas sociais em escalas locais e globais. Por isso, estas instituições formam profissionais pensando num bem maior e não apenas no indivíduo, mas na coletividade, ou seja, para contribuir com a sociedade em geral (NUNES, 2019).

No tripé de pesquisa, as universidades fomentam, nos acadêmicos, o entusiasmo e o dinamismo pelo conhecimento produzido por meio da busca por novos saberes além daqueles que são reproduzidos em sala de aula. Durante a história da sociedade, vários conhecimentos foram adquiridos e as universidades repassam esses saberes se utilizando o tripé de ensino, enquanto na extensão, os estudantes colocam em prática os saberes adquiridos, seja pelo pilar de ensino ou mesmo da pesquisa. Nesta etapa, é que as universidades se relacionam com a comunidade externa, oportunizando aos acadêmicos a prática de desenvolverem trabalhos em prol da sociedade e com isso, tanto os estudantes universitários quanto a comunidade acabam sendo beneficiadas pelos pilares essenciais de uma universidade (NUNES, 2019).

Na Inglaterra, país berço da Revolução Industrial, as universidades reformularam seu papel, visando atender e fornecer mão de obra para o mercado de trabalho. Ressalta-se, que neste contexto histórico, um novo modo de produção se disseminou rapidamente e, com isso, as universidades que até então atendiam a elite passaram a qualificar pessoas preparadas tecnicamente para o que então acontecia no cenário econômico industrial da época, sendo que neste pondo, o que chamamos de extensão universitária surgiu, institucionalizando-se (SOUZA 2017).

Para Souza (2017), a extensão universitária tem papel importante na sociedade, pois é um serviço prestado a comunidade que permite a troca de experiências diante das diversas realidades sociais e, por isso, a extensão universitária não tem um caráter único, o que possibilita uma cidadania múltipla e contribui significativamente no papel conscientizador de estudantes, docentes, técnicos-administrativo sobre as múltiplas facetas sociais. Diante da importância da extensão universitária, compreende-se ela como uma prática acadêmica de múltiplas funcionalidades, que assume papel de produção de conhecimento científico e cultural e que forma estudantes para a cidadania, atuando como agentes éticos na sociedade (SOUZA, 2017).

A UNIARP viabiliza, por meio dos programas de extensão, bolsas de estudos para acadêmicos inscritos e aprovados em edital que trata sobre o assunto, sendo que para conseguir a aprovação no edital, primeiramente, os acadêmicos e docentes precisam elaborar um projeto obedecendo as normativas da ABNT e a extensão universitária. Os projetos são entregues aos coordenadores de curso, que após reunião de colegiado, encaminha para o setor de Extensão, este que, a partir de uma comissão avaliadora, verificam todos os projetos e pontuam conforme as especificações previstas no edital. Quando aprovados, os acadêmicos contemplados recebem bolsa de estudos parcial equivalente ao valor de três disciplinas do curso em que encontram-se matriculados.

Os projetos aprovados no PAEC, possuem um semestre de validade podendo ser reeditados por mais um período igual. Ao final do desenvolvimento das atividades previstas no cronograma do projeto, é realizado o Seminário de Pesquisa e Extensão (SEDEPEX), em que os acadêmicos apresentam os resultados de seus projetos realizados a partir dos programas de extensão oriundos da UNIARP.

METODOLOGIA

O desenvolvimento do presente projeto de extensão, tinha como objetivo inicial, difundir e atualizar conhecimentos entre o público alvo com a realização de atividades planejadas voltadas ao bem-estar e saúde do grupo de idosos do Asilo O Bom Samaritano, por intermédio da promoção de atividades de lazer, orientações, inclusão social, saúde, estética e higiene. No entanto, como fora enfrentado um período pandêmico, as atividades foram suspensas, por se tratar de idosos. Mediante a esse fator, optou-se pela realização de gravações de vídeos voltados a saúde, estética e bem-estar. Os materiais foram publicados no site e canal do YouTube da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), alcançando um público superior ao previsto inicialmente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades ao longo do ano letivo de 2020, foram desenvolvidas da seguinte maneira:

FEVEREIRO

No dia 17 de fevereiro de 2020, a acadêmica participou de uma reunião com os acadêmicos Bolsistas PAEC coordenado pela Extensão da UNIARP. Na ocasião foi explicado sobre a importância que a Bolsa PAEC possui para os alunos, universidade e comunidade envolvida. Já no dia 20 de fevereiro, a bolsista participou de reunião com a professora orientadora do projeto Prof^a. Juciele Marta Baldissarelli, para acertar de detalhes e início da aplicabilidade das atividades previstas em nosso projeto. Em dia 29 de fevereiro de 2020, a aluna participou de uma reunião com a coordenadora do Lar O Bom Samaritano, Generci Maria Gomes, ocasião em que foi acertado os detalhes da aplicabilidade do projeto. Na ocasião foi explicado sobre a importância que estas atividades desenvolvidas no lar fariam ao bem-estar dos idosos que são moradores do local. No dia 07 de março, aconteceu a apresentação do projeto aos idosos, explicando as atividades que seriam desenvolvidas, e foi dado início as atividades com embelezamento das unhas das mãos e pés. No dia 14 de março,

novamente ocorreram atividades de orientação sobre a pele da terceira idade, e também aplicação de massagem e hidratação das mãos e braços dos idosos.

O registro fotográfico abaixo, retrata o momento em que a acadêmica Ana Flávia Gomes, esteve junto ao Asilo O Bom Samaritano prestando atendimentos aos moradores do local.



MARÇO

Em função da pandemia, as atividades do projeto de extensão foram suspensas no Lar O Bom Samaritano, uma vez que havia a necessidade de isolamento social imposto pela pandemia do COVID19. Desta forma, o mês de março foi um período de adaptações, em que se planejou como seriam as ações com a nova realidade imposta. Optou-se por realizar o projeto por meio da divulgação de informações com gravações de vídeos a serem divulgados nos canais de comunicação da UNIARP. A escolha foi elaborar vídeos com temas para conscientizar as pessoas sobre a importância de alguns procedimentos estéticos e até mesmo produtos cosméticos.

ABRIL

Em mês de abril, a aluna gravou o primeiro vídeo, com a temática “A importância da hidratação das mãos em época de pandemia e uso do álcool em gel”. O objetivo central do material, foi informar as pessoas que enfrentaram problemas com a pele com ressecamento e rachaduras causados pela lavagem excessiva e frequente uso do álcool em gel. O vídeo foi publicado nos canais de comunicação da UNIARP, conforme mostra a figura abaixo. O material pode ser acessado no link:

<https://www.uniarp.edu.br/home/paec-acoes-para-ajudar-a-comunidade-na-pandemia/>



O mês de abril, foi ainda um período de adaptação e elaboração de temas que foram abordados nos meses subsequentes, com a apresentação de vídeos.

MAIO

No mês de maio, propriamente no dia 15 de maio, foi gravado um vídeo explicativo para orientar as pessoas a como identificar cada tipo de pele. O vídeo pode ser acessado no link: <https://www.uniarp.edu.br/home/acoes-paec-video-orientativo-sobre-os-tipos-pele-e-cuidados-necessarios/>

Hoje, vamos conhecer o trabalho da acadêmica Ana Flávia. A professora orientadora é Juciele Baldissarelli. Vídeo orientativo sobre os tipos de pele e cuidados necessários.



Já no dia 22 de maio, foi desenvolvida uma atividade de planejamento para o próximo vídeo, que foi gravado no dia 29 de maio com a temática "Os cuidados com a pele normal". Na ocasião, a aluna demonstrou de maneira prática, os cuidados em uma modelo. O vídeo possui narrativa do passo a passo da aplicação dos cuidados

com a pele. O vídeo pode ser acessado no link: <https://www.uniarp.edu.br/home/acoes-paec-cuidados-com-a-pele-normal/>

Vamos conhecer o trabalho da acadêmica Ana Flávia Gomes, do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética. Ela produziu um vídeo sobre os cuidados com a pele normal. A professora orientadora é Juciele Baldissarelli.



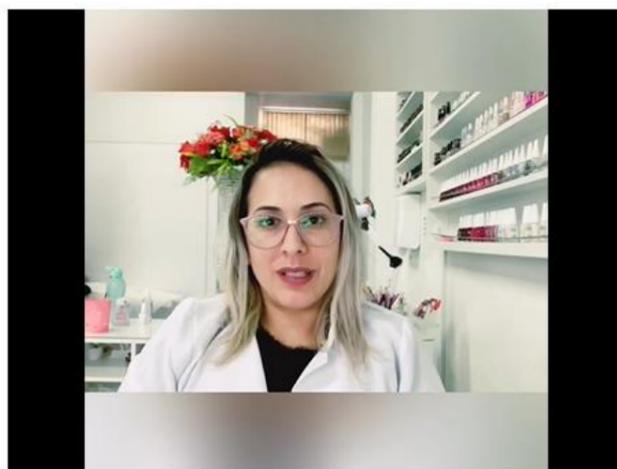
JUNHO

No começo do mês de junho, no dia 05, foi desenvolvida uma atividade de planejamento para o vídeo do mês subsequente, além da elaboração do relatório mensal para a prestação de contas das atividades desenvolvidas nos meses de maio e junho. Os estudos se concentraram em obter mais conhecimentos sobre os cuidados com a pele oleosa.

AGOSTO

No mês de agosto, a aluna executou o planejamento com a gravação de um vídeo sobre os cuidados com a pele seca. O material informativo, trouxe dicas de cuidados para minimizar problemas. Ainda, a acadêmica explicou sobre os cosméticos mais indicados para o referido tipo de pele. O vídeo pode ser acessado no link: <https://www.uniarp.edu.br/home/acoes-paec-video-sobre-cuidados-com-a-pele-seca/>

Vamos conhecer o trabalho da acadêmica Ana Flávia Gomes, do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética. Ela fez um vídeo onde orienta sobre os cuidados com a pele seca. A professora orientadora é Juciele Baldissarelli.



Já no dia 29 de agosto, a aluna realizou a gravação do vídeo com o tema “Cuidando da hidratação dos cabelos em casa”. O vídeo pode ser acessado no link: <https://www.uniarp.edu.br/home/acoes-paec-cuidados-com-os-cabelos-em-casa/>

Acadêmicos da UNIARP, participantes do PAEC estão apresentando propostas para ajudar a comunidade diante da situação da pandemia do covid-19. São várias ações e projetos, em forma de vídeos, cartilhas e textos que visam auxiliar as pessoas, compartilhando informações.



SETEMBRO

Por fim, no mês de setembro foi destinado a atividades de planejamento para o vídeo, que teve como objetivo abordar a saúde das unhas. A aluna abordou cuidados que as pessoas podem adotar com as unhas. O vídeo pode ser acessado no link: <https://www.uniarp.edu.br/home/acoes-paec-cuidados-com-as-unhas/>

A acadêmica Ana Flávia Gomes, do curso de Estética e Cosmética produziu um vídeo com dicas para cuidar das unhas. Ela é bolsista do PAEC. A orientadora é a professora Juciele Baldissarelli.

Acadêmicos da UNIARP, participantes do PAEC estão apresentando propostas para ajudar a comunidade diante da situação da pandemia do covid-19. São várias ações e projetos, em forma de vídeos, cartilhas e textos que visam auxiliar as pessoas, compartilhando informações.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa, observou-se que o setor de Extensão da UNIARP é relevante para os acadêmicos (as) e comunidade externa contemplada com os projetos. Para a entidade mantenedora do PAEC, projeto de extensão demonstram a que a UNIARP promove uma interação entre universidade e comunidade, sendo que este aspecto é de extrema relevância social, em virtude de ser este um dos principais objetivos da realização de projetos de extensão, pois a comunidade externa passa a ter acesso as ações desenvolvidas pela universidade.

Já para os acadêmicos bolsistas, executor projetos oportuniza apreender técnicas oriundas do curso de origem, tendo a possibilidade de contribuir de forma ética, profissional e com responsabilidade social para a sociedade. Utilizando essas técnicas em benefício da sociedade, percebeu-se que os cursos de graduação e o setor de extensão da UNIARP, possuem recursos humanos que podem potencializar ações sociais.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

As pesquisadoras agradecem pelos incentivos recebidos das agências de fomento de financiamento do projeto (PAEC e UNIEDU/SC).

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura - MEC. **Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/noticias/170-mec-homologa-diretrizes-nacionais-da-extensao>, - [Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018](#)- Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano

Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências., acesso em: 24/08/2019.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?**. Instituto Paulo Freire 2017. Disponível em:

<[file:///C:/Users/secretaria%20educação/Downloads/Extensão_Universitária - Moacir Gadotti fevereiro 2017.pdf](file:///C:/Users/secretaria%20educação/Downloads/Extensão_Universitária_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf)>. Acesso em 24/08/2019 às 12:40.

NUNES, Teresa. **Ensino, pesquisa e extensão: do que estamos falando?**

Disponível em <<https://posgraduando.com/ensino-pesquisa-extensao/>>, 31 de março de 2019, acesso em 23/09/2019.

SOUZA, Roberto Eduardo Santos. **Caminhos para a construção de uma sistemática de avaliação dos projetos de extensão da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro**. Monografia (Especialização em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Belo Horizonte. 2017. Disponível em:

<<http://monografias.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2328/1/AS%20AÇÕES%20DE%20EXTENSÃO%20UNIVERSITÁRIA%20NA%20ESCOLA%20DE%20GOVERNO%20DA%20FUNDAÇÃO%20JOÃO%20PINHEIRO.pdf>>, acesso em 01/09/2019

UNIARP, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. **A Extensão**. Disponível em:

<<https://www.uniarp.edu.br/home/extensao/a-extensao/>>, acesso em 24/08/2020.

DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS DE HABILIDADES SOCIAIS EM FAMILIARES DE DEPENDENTES QUÍMICOS¹

Guilherme Stocco da Silva, guilhermestocco@hotmail.com²
Neuzeli Aparecida da Silva, neuze.li@yahoo.com.br³

Resumo – A dependência química é um tema que abala não apenas os indivíduos que sofrem com ela, mas também toda a sociedade, principalmente os familiares e pessoas próximas destes, afetando a saúde mental de todos. Este relato de experiências tem o propósito de trazer as experiências adquiridas em projeto PAEC, elaborado com o intuito de desenvolver estratégias de habilidades sociais em familiares de dependentes químicos. O método proposto foi o de pesquisa aplicada em um grupo de familiares no CAPS-AD de Caçador-SC. Embora a efetuação do projeto tenha recebido alterações no método planejado inicialmente, em função do isolamento causado pela pandemia da COVID-19, o projeto contribuiu muito com o tema proposto, através dos encontros presenciais possíveis e do material elaborado para psicoeducação sobre saúde mental, dependência química, prevenção do vírus e projeto de vida dos familiares e dos próprios dependentes químicos.

Palavras-chave: Habilidades Sociais. Dependentes químicos. Familiares.

INTRODUÇÃO

O cuidado com a própria saúde mental, bem como a de seus familiares, tende a levar indivíduos a buscarem auxílio para melhor lidarem com situações de estresse e desgaste emocional. Isso parece ainda mais significativo em casos de dependência química, em que as relações familiares podem estar intensamente comprometidas.

A psicologia tem um papel fundamental em tal adaptabilidade comportamental, dando suporte e assistência para se chegar ao caminho idealizado. Em alguns cenários, os velhos modelos comportamentais são retidos, mas também ocorre a reinvenção de novas formas de ver, tratar, se aproximar, colocar limites, ajudar, se afastar; enfim, de lidar no dia a dia com as pessoas dependentes químicas.

É difícil para os indivíduos próximos daqueles com transtorno mental e também, para o próprio dependente químico, acompanhar as contrariedades da doença. O vício muitas vezes acarreta em perdas para quem está em sofrimento psíquico e também, torna cada vez mais distante a realização de seus sonhos e objetivos.

Trabalhar o tema família e dependência química decorre do interesse em compreender como é a vida cotidiana do familiar de usuários de álcool e droga e, sua convivência com a doença ou com o doente, além de identificar as

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Relato de Experiência de Projeto aplicado no Programa de Apoio à Extensão e Cultura - PAEC.

² Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora especialista do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

representações por eles construídas a respeito do fenômeno saúde/doença, face às transformações paradigmáticas que estão a orientar este campo da saúde mental.

O presente relato de experiências traz as vivências de um projeto que buscou oferecer um suporte para os familiares dos dependentes químicos, tanto no sentido de ser um espaço para tirar dúvidas sobre o tratamento que está sendo realizado com seu familiar e o manejo com este usuário, como também um momento para que o familiar cuidador pudesse desabafar, falar das suas angústias e do seu cansaço, além de, falar de si mesmo enquanto pessoa, não somente enquanto cuidador, visando o cuidado com a sua saúde e bem-estar.

DEPENDENCIA QUÍMICA E RELACIONAMENTO FAMILIAR

Quando falamos de dependência química, parece não existir uma fronteira clara entre uso, abuso e dependência. Entretanto, podemos definir o “uso” como qualquer consumo de substâncias, seja para experimentar, seja esporádico ou episódico; “abuso” ou “uso nocivo” como o consumo de substâncias já associado a algum tipo de prejuízo (biológico, psicológico ou social); e, por fim, dependência como o consumo sem controle, geralmente associado a problemas sérios para o usuário. Isso nos dá uma ideia de continuidade, como uma evolução progressiva entre os níveis de consumo: os indivíduos passariam, inicialmente, por uma fase de uso, alguns deles evoluiriam posteriormente para o estágio de abuso e, finalmente, alguns destes últimos iriam se tornar dependentes (FIGLIE, BORDIN, LARANJEIRA, 2004).

Portanto, nem todo uso de álcool ou drogas é devido à dependência. Na verdade, uma combinação de fatores contribui para que algumas pessoas tenham maiores chances de desenvolver problemas em relação às substâncias durante algum período de suas vidas. O uso de drogas tem um impacto enorme nas relações sociais e familiares do usuário, por isso para que haja uma possível recuperação, a família é parte fundamental. (SILVA 2012, MACHADO 2012, ET AL.)

A influência e o acompanhamento da família na recuperação do seu familiar são de fundamental apoio. Com a família auxiliando, esse usuário terá uma maior motivação, pois a família entra como um ponto de equilíbrio e sustentação do usuário no tratamento. Além disso, percebe-se que o dependente químico sofre muita influência do meio onde vive e por algum problema ou motivo de fraqueza acaba caindo no mundo das drogas e do álcool como um meio de fugir dos problemas sem perceber no momento que está produzindo um resultado negativo. (SILVA 2012, MACHADO 2012, ET AL.)

Segundo Silva, Machado et. al. (2012), os transtornos podem mudar o comportamento da pessoa e esse comportamento pode ser mal interpretado pelos familiares que muitas vezes chamam de “má vontade” ou “falta de vergonha”. Por isso a informação se torna uma arma importante para as famílias. Um dependente lançado a mercê da sorte, sem o apoio da família terá suas chances de recuperação diminuídas em muito. Por outro lado, quando a família não busca uma melhor compreensão sobre a dependência química e recuperação, sua participação no tratamento fica limitada. O dependente viveu muitas situações de trauma que ainda estão presentes e a confiança em si não existe mais. É preciso primeiro recuperar a confiança do indivíduo para então começar a fazê-lo entender a importância de estar ali.

HABILIDADES SOCIAIS: ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR A CODEPENDÊNCIA

Embora as relações familiares sejam importantes, os pais geralmente recebem pouca preparação, além da própria experiência como pais, produzindo maior parte da sua aprendizagem durante a realização de tarefas por meio do ensaio e erro. O surgimento de problemas comportamentais e emocionais em crianças e adolescentes tem motivado o desenvolvimento de intervenções dirigidas aos pais, tais como o treinamento de pais (OLIVARES, MENDEZ & ROS, 2005).

O trabalho com pais está fundamentado na premissa de que a falta de habilidades parentais é, pelo menos parcialmente, responsável pelo desenvolvimento ou manutenção de padrões de interação familiar perturbadores e, conseqüentemente, de problemas de comportamento nos filhos (MARINHO, 2005).

Outra estratégia utilizada é o Treinamento de Habilidades Sociais (THS), constituída numa ampla abordagem aplicável a qualquer dificuldade de natureza interpessoal, como habilidades de comunicação, resolução de problemas, de cooperação, entre outras. (LAZARUS *apud* BUENO, OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2015).

METODOLOGIA

O estudo foi realizado no período de fevereiro à outubro de 2020, utilizando-se como método de pesquisa bibliográfica, qualitativa, descritiva e aplicada, com base em materiais bibliográficos incluindo livros e artigos sobre o tema em questão.

A partir do projeto de pesquisa foi possível a aplicação de atividades com um grupo de familiares no CAPS-AD (Centro de Atenção Psicossocial) localizado em Caçador-SC, realizado em cinco encontros presenciais e demais atividades online, que tiveram que ser adaptadas do projeto inicial, devido ao isolamento causado pela pandemia da COVID-19.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação do presente projeto do PAEC teve como resultado o trabalho com alguns familiares de dependentes químicos que frequentavam o CAPS-AD de Caçador-SC, no período de fevereiro de 2020 à outubro de 2020, onde foram trabalhados conceitos de assertividade e de como melhor conviver com a pessoa com dependência química. Esses indivíduos receberam informações que agregaram a sua visão sobre a dependência química, além de conseguirem melhor lidar com os seus familiares dependentes químicos nesse período. Entretanto, o acadêmico não obteve total eficiência e retorno, pois não conseguiu realizar por completo o que foi proposto inicialmente no projeto, devido ao isolamento causado pela pandemia da COVID-19, que obrigou o encerramento das atividades grupais.

Ao surgir tal imprevisto, o discente passou a aplicar alternativas diversas como gravação de vídeo de instruções para prevenção do vírus, além de cartilha sobre saúde mental e manual de elaboração de projeto de vida, que foram encaminhados para a equipe do CAPS-AD, e que poderão ser aplicados e distribuídos para os dependentes químicos e seus familiares após o fim do período de isolamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, consideramos que o projeto proposto pelo acadêmico teve uma relevância enorme para os participantes da aplicação, entretanto, o trabalho não

obteve seu total rendimento devido às circunstâncias mundiais que dificultaram a realização do proposto, tendo que haver mudanças e adaptações que geraram contribuições relevantes, mas dentro do possível em tal cenário.

Algumas estratégias de enfrentamento foram ensinadas, além de orientação sobre dependência química e saúde mental. Não foi possível a realização de muitas rodas de conversas e grupos de encontro, mas através de vídeos e material divulgado, o acadêmico tratou de temas planejados para a promoção da psicoeducação dos familiares e dependentes.

Desde o início, o acadêmico buscou trazer reflexões e informações para os familiares de dependentes químicos, e embora as atividades grupais não tenham ocorrido como previsto, a divulgação posterior de material enviado para equipe do CAPS-AD será de grande utilização no futuro e muito importante para a melhora das habilidades sociais e do relacionamento entre dependentes químicos e seus familiares.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradeço à UNIARP- Universidade Alto Vale do Rio do Peixe pela oportunidade de aplicação do projeto, assim como os responsáveis pelo financiamento do projeto PAEC. Além disso, agradeço à equipe do CAPS-AD, aos familiares de dependentes químicos e à minha professora orientadora Neuzeli Aparecida da Silva, por fazerem parte deste projeto.

REFERÊNCIAS

BUENO, José Maurício Haas; OLIVEIRA, Sandra Maria da Silva Sales; OLIVEIRA, José Carlos da Silva. **Um estudo correlacional entre habilidades sociais e traços de personalidade**. Psico-USF (Impr.), Itatiba. 38, jun. 2001. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712001000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 28 maio 2015.

FIGLIE, Neliana Buzi. BORDIN, Selma. LARANJEIRA, Ronaldo. **Aconselhamento em dependência química**. São Paulo: Roca, 2004.

LAZARUS, A. A. **Psicoterapia Personalista – Uma visão além do condicionamento**. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

MARINHO, M. L. **Um programa estruturado para o treinamento dos pais**. In V. E. Caballo & M. A. Simon (Orgs.), Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente: transtornos específicos. São Paulo: Santos, 2005.

OLIVARES, J., MENDEZ, F. X., & ROS, M. C. **O treinamento de pais em contexto clínicos e da saúde**. In V. E. Caballo & M. A. Simon (Orgs.), Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente: transtornos específicos. São Paulo: Santos, 2005.

SILVA, A. E., MACHADO G. B., ET AL. **Dependência Química E A Importância Da Família Na Busca Pela Recuperação**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://psicologado.com/psicopatologia/saude-mental/dependencia-quimica-e-aimportancia-da-familia-na-busca-pela-recuperacao>. Acesso em 28 de maio de 2015.

PAISAGISMO NO AMBIENTE ESCOLAR¹

Douglas Scolaro, douglas-scolaro@hotmail.com²

Caroline de Fátima Esperança, caroline.esperanca@uniarp.edu.br³

Resumo – O projeto teve por objetivo a promoção da valorização e criação de um ambiente sustentável no âmbito escolar através da interação dos alunos com o meio em que vivem. A criação de jardim tem como objetivo remodelar o ambiente social natural e socializado por meio da sensibilidade da comunidade escolar, e compreender as questões ambientais na sociedade, de modo a estimular iniciativas além da comunidade onde está inserida a escola, as residências de alunos, professores e funcionários como potenciais multiplicadores de informações e atividades relacionadas à educação ambiental implementadas nas escolas. O pensamento crítico sobre o olhar do paisagismo urbano começando com a própria paisagem da escola permite trazer relevância para as comunidades escolares e cidades uma vez que as pessoas ali inseridas serão estimuladas a atuar como cidadãos no processo de busca de soluções para os problemas ambientais enfrentados pela sociedade.

Palavras-chaves: Comunidade. Educação. Meio ambiente. Relações.

INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado das cidades está cada vez mais tomando os espaços das áreas verdes disponíveis e, conseqüentemente, o acesso das crianças a espaços que proporcionem contato com a natureza. Entretanto, o convívio com a natureza através de iniciativas de educação ambiental no ambiente escolar pode trazer inúmeros benefícios e ajudar na formação do indivíduo e do cidadão.

O desenvolvimento pessoal sem intimidade com a natureza não permite a percepção do papel dela para o desenvolvimento da sociedade. Cada vez menos jovens escolhem profissões ligadas aos ambientes naturais. A dissociação entre os jovens e a natureza afeta todo o sistema uma vez que as crianças tendem a cuidar somente daquilo que faz sentido para elas.

A interação entre o homem e a natureza, quando realizada de forma consciente e construtiva, gera inúmeros benefícios aos usuários, principalmente em relação a qualidade de vida. Assim, o contato com a natureza é um importante fator para o desenvolvimento das crianças, o qual pode proporcionar melhor desempenho escolar e diminuir sintomas de transtornos de déficit de atenção (MANSUR, 2016). O paisagismo escolar auxilia no processo de aprendizagem dos alunos e torna o ambiente escolar um local mais agradável, constituindo-se de uma excelente ferramenta para ações relacionadas à educação ambiental, gerando qualidade de vida para o aluno enquanto permanece nas dependências da escola (PURCENA, 2015).

Portanto, o objetivo geral do projeto é fornecer subsídios para a capacitação de estudantes e educadores na Escola Infantil Fita Bisol no município de Tangará, SC,

¹ Projeto do Programa de Apoio a Extensão e Cultura – PAEC.

² Acadêmico do Curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

³ Professora, Mestra do Curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

para a incorporação de ações ambientais, destacando o quanto é imprescindível para todos os seres vivos, ensinando práticas de paisagismo.

A partir dessa reflexão, foram propostas atividades abrangendo diferentes áreas do conhecimento de forma interdisciplinar. Porém, em março de 2020, as atividades escolares foram suspensas por conta da paralisação da COVID-19 e, este projeto não pode ser realizado na escola. Diante disso, as atividades foram adaptadas e foi desenvolvido um material explicativo e um modelo de jardins em pequenos espaços.

REFERENCIAL TEÓRICO

Cada vez mais aumenta a preocupação com as questões ambientais devido a isso a promoção de ações ligadas a educação ambiental, melhora da qualidade de vida e construção de pensamento crítico ambiental torna-se necessária (SANTOS, 2014). Tal ações desenvolvidas no ambiente escolar torna-se uma ferramenta educativa que possibilita o trabalho em equipe com os alunos, através de conceitos de democracia, ecologia, o fazer sustentável, preservação da limpeza, e ainda, mantém os alunos conectados com o fazer da escola um lugar bonito e organizado, perfumado e colorido (SANATANA, 2015).

No ambiente escolar, local onde um grande número de pessoas está inserido em uma determinada fase da vida, e é um local para aprender, conectar, discutir, criar, comparar, comentar, estabelecer, propor e expandir ideias. Para a realização de projetos que visem a criação de um ambiente adequado e confortável, é responsabilidade da comunidade escolar preparar os cidadãos para uma vida social humana e harmoniosa com o meio ambiente (FAGUNDES et al., 2015). Ao redefinir o cuidado com a natureza e os humanos e outros como valores éticos políticos, a "educação ambiental crítica" afirma a ética ambiental, orienta a tomada de decisões sociais e muda estilos de vida coletivos e individuais.

No estudo de Prucena (2018) aborda educação ambiental desenvolveu além de conceitos de preservação ambiental, como a melhoria na qualidade de vida dos estudantes no ambiente escolar fornecendo condições para contribuir no aprendizado. Ligado a isso no estudo de Silva e Fogaça (2017) o projeto proporciona um pensamento crítico sobre o olhar paisagem urbana começando com a própria paisagem dentro da escola. De acordo com Silva e Fogaça (2017) o paisagismo no âmbito escolar surge de forma sustentável para promover e integrar as tentativas de minimizar o impacto humano na sociedade.

Os pátios escolares devem ser um ambiente projetado para possibilitar o ensino e aprendizagem (GAUTÉRIO; RODRIGUES, 2013). Diante disso, os jardins escolares podem promover a educação ambiental, explorar os conteúdos curriculares através da sensibilização para o estudo da problemáticas socioambientais da sociedade (NAKAMURA; BERNARDI; LAMIM-GUEDES, 2018).

Portanto, é importante desenvolver projetos para criar um local apropriado na preparação dos cidadãos com interação social humano e em harmonia com o meio ambiente (FAGUNDES et al., 2015). Para atingir com sucesso todos esses objetivos, a abordagem interdisciplinar é o método que fornece uma compreensão abrangente do conteúdo e dos métodos de pesquisa, constitui um problema, a troca de experiências entre professores e alunos e a participação da comunidade escolar. Este e outros métodos podem permitir que as comunidades colaborem para estabelecer relações entre degradação, problemas ambientais em espaços públicos e atores sociais e comportamentos específicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Devido a pandemia de coronavírus as aulas foram suspensas e as atividades propostas na escola não puderam ser concluídas. Entretanto, como alternativa, iniciou-se a elaboração de jardins em uma propriedade no município de Tangará. Para o planejamento de espaços verdes em áreas urbanas, algumas condições necessárias para o paisagismo são necessárias, dentre elas: fazer um memorial descritivo, verificar o papel da vegetação no embelezamento do meio ambiente, preparar o solo, aparar, irrigar e fertilizar, escolher mudas que se enquadrem no espaço disponível. Isso pode reduzir problemas na infraestrutura da área selecionada, como o crescimento excessivo de copas de árvores e raízes, ou mesmo a perda de espécies se o solo não for corrigido. Outro ponto importante é o tamanho da planta para que seja conveniente de acordo com o espaço (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Jardins urbanos em pequenos espaços. Tangará, SC, 2020.



Fonte: Os autores, (2020).

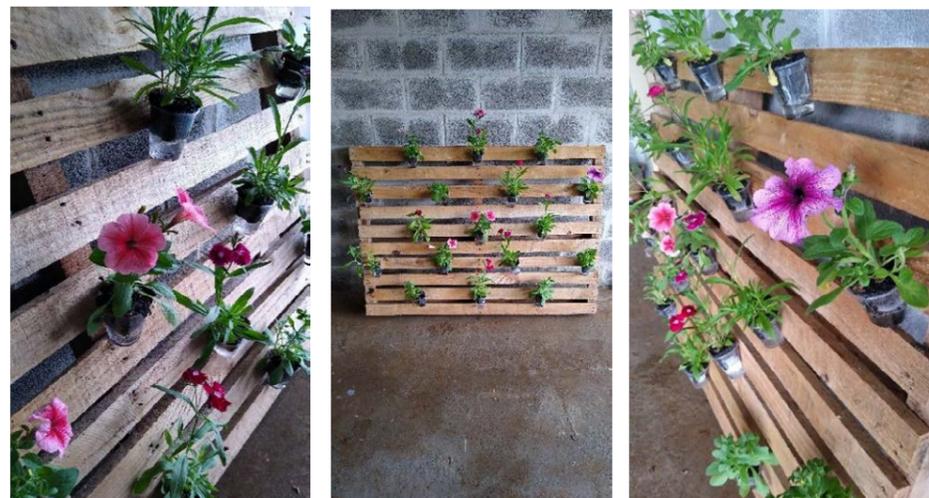
Figura 2 – Jardins urbanos em pequenos espaços. Tangará, SC, 2020.



Fonte: Os autores, (2020).

Além disso, foi construído um jardim vertical com material reciclável. Para a execução dessa atividade foram utilizados restos de madeiras de construção para montar a estrutura e copos descartáveis para colocar as plantas. Para a escolha das espécies utilizou-se duas variedades de verão (*Dianthus chinensis* - cravina e *Pelargonium hortorum* - gerânio). A proposta desse jardim foi para um espaço pequeno que pode ser fixado na parede ou muro, de acordo com o espaço disponível (Figura 3).

Figura 3 – Jardim vertical com material reciclado. Tangará, SC, 2020.



Fonte: Os autores, (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse projeto sobre paisagismo no ambiente escolar ou urbano visualizou-se que a prática de jardinagem é uma ferramenta educativa para o trabalho em equipe disseminando conceitos de democracia, ecologia, sustentabilidade e preservação. É no espaço do ambiente escolar que as futuras gerações serão construídas, iniciativas sustentáveis desencadeará nos alunos atitudes e iniciativas de cidadãos conscientes e preocupados com o meio em que vivem. O processo de jardinagem ajuda a embelezar o ambiente e a aproveitar ao máximo a imagem do espaço, podendo ser realizado de várias maneiras. Com a ajuda de flores, pequenos arbustos, folhas, grama, pequenas pedras, lagos artificiais e até mesmo o uso de materiais alternativos na produção de camas e pneus para animais de estimação, a consciência pessoal pode ser aprimorada.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS

Esse projeto foi custeado pelo Programa de Apoio a Extensão e Cultura – PAEC Edital n. 029/2020.

REFERENCIAS

CUNHA, B. F. da. **Projeto horta e jardinagem na escola, semeando qualidade de vida na escola** – Universidade Federal do Pampa Campus São Gabriel. São Gabriel – 2014.

GAUTÉRIO, V. L. B.; RODRIGUES, S. C. Os Ambientes de Aprendizagem possibilitando transformações no ensinar e no aprender. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 237, p. 603-618, 2013.

MANSUR, A. Estamos sofrendo o transtorno de déficit de natureza. **Revista Época**, São Paulo, p. 9, 2016.

NAKAMURA, H. K.; BERNARDI, N. S.; LAMIM-GUEDES, V. O trabalho de campo em jardins escolares. **Educação Ambiental em Ação**, v. 42, 2018.

PURCENA, L. L. A. Impacto do paisagismo no ambiente escolar do if goiano– campus avançado catalão. **Ciclo Revista**, v. 3, n. 1, 2018.

SANTANA, F. et. al. Coletivos Jovens de Meio Ambiente e Com - Vida na Escola: a geração do futuro atua no presente. **Rev. Bras. de Ed. Ambiental**, Cuiabá, v. 4, p. 26-32, 2015.

SANTOS, O. S. dos. **A sustentabilidade através da horta escolar, um estudo de caso - Repositório institucional da UFPB**. João Pessoa – PB. 2014.

SANTOS, S. L. S. P. Contribuições da Educação Ambiental e Horta Escolar na Promoção de Melhorias ao Ensino, à Saúde e ao Ambiente. **Rev. Eletr. do Mestrado Profissional em Ensino, Saúde e Ambiente**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 1, p. 42-60. 2014.

SILVA, M. S.; FOGAÇA, T. K. Paisagismo com arte uma solução para o ambiente escolar em Manaus/AM, 2016. **Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 11, n. 6, 2017.

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Pesquisas oriundas de FAP, Artigo 170 e 171 pesquisa

REFRIGERADOR DE INSULINA PORTÁTIL DE BAIXO CUSTO¹

Ulisses Dias Belz, ulissesdias94@hotmail.com²
Juliano Mazzotti, juliano.mazzotti@uniarp.edu.br³
Marivane Lemos, marivane@uniarp.edu.br⁴

Resumo

Em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Brasil existe o problema de conservar insulinas refrigeradas para o transporte até os usuários. Além disso, muitos usuários necessitam deslocar-se para o desenvolvimento de suas atividades diárias, e conseqüentemente, para o adequado esquema terapêutico no tratamento do diabetes, necessitam transportar a insulina refrigerada, o que não é possível, pois no Brasil não existe um produto nacional de baixo custo que contemple essa função. O presente trabalho foi elaborado com o intuito de aprimorar a técnica de armazenamento e refrigeração da insulina. O principal objetivo é fabricar um produto confiável e de qualidade, com o menor custo possível e que auxilie as pessoas diabéticas a armazenar os frascos de insulina sem que eles sofram danos físicos e em sua ação biológica, decorrentes das oscilações bruscas de temperatura. O propósito é garantir o acesso ao público mais carente financeiramente.

Palavras-chave: Peltier. Insulina. Glicose. Diabetes.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Sociedade Brasileira de Diabetes (2019), existem, atualmente, no Brasil, mais de 13 milhões de pessoas que sofrem com a diabetes, tal número representa cerca de 6,9% dos brasileiros. Além disso, 5% a 10% dos pacientes que expressam a doença, no país, detêm a variação do tipo 1.

O diabetes tipo 1 é uma enfermidade crônica não transmissível, cuja causa primária é a resistência à insulina - diminuição na resposta das células-alvo (AIRES, 2008). O tratamento é feito, preferencialmente, com a administração de insulina. Já o Tipo 2, segundo a Sociedade Brasileira de Diabetes (2019), apresenta -se quando o organismo não, de forma adequada, o uso da insulina que ele produz; ou não produz de maneira eficiente suficiente para controlar a taxa de glicemia. Cerca de 90% das pessoas com diabetes têm o tipo 2.

O presente trabalho irá contribuir para facilitar e diminuir os custos das técnicas de armazenamento e transporte da insulina. O protótipo que irá ser criado é dotado de bateria recarregável e tomada com conexão automotiva, interligados a um sistema de refrigeração controlado, trazendo confiabilidade e segurança.

¹ O presente trabalho, refere-se à bolsa de iniciação científica do Fundo de Apoio à Pesquisa da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – FAP/UNIARP.

² Acadêmica do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Fisioterapeuta, Especialista em Fisioterapia Cardiorrespiratória e Professor do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Farmacêutica Bioquímica, Doutora em Ciências e Professora do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

REVISÃO DA LITERATURA

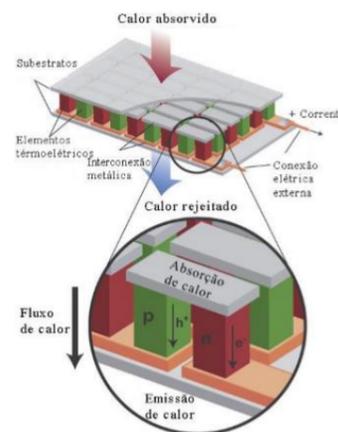
No ano de 1834, o físico francês, Jean Charles Athanase Peltier, ao realizar experimentos com dois metais, Bismuto e Cobre, verificou que a temperatura se elevava quando a junção era percorrida por uma corrente elétrica, seu fluxo era orientado e seguia do bismuto em sentido ao cobre, outra análise importante foi a percepção da inversão de temperatura a polaridade era invertida.

O efeito Peltier é, segundo Fernandes (2010, p. 26), “A produção de um gradiente de temperatura entre duas junções de dois condutores (ou semicondutores) de materiais diferentes quando submetidos a uma diferença de potencial elétrica em um circuito fechado”. Sendo assim, de acordo com Riffat (2003, p. 913), a “Refrigeração termoelétrica é conseguida quando uma corrente DC flui através de um ou mais pares de semicondutores tipo p e tipo n”.

Dessa forma, as pastilhas de Peltier são consideradas um avanço no ambiente da refrigeração, uma vez que, não demandam movimento mecânico e possuem um tamanho relativamente pequeno comparado aos tradicionais aparelhos de arrefecimento. Além disso, segundo Riffat (2003, p. 916), “não necessitam de gás CFC ou qualquer outro gás refrigerante em sua arquitetura e, por isso, são considerados amigáveis ao meio ambiente”.

A figura abaixo demonstra o funcionamento típico de uma pastilha Peltier de um estágio:

Figura 1: Módulo termoelétrico de um estágio.



Fonte: California Institute of Technology.

METODOLOGIA

A priori, o modelo criado servirá para facilitar o método de resfriamento dos frascos de insulina. Para isso, serão pesquisados métodos que aprimoram o efeito Peltier, a fim de elevar ao máximo o rendimento das células. Logo após, será definido qual o melhor sensor para adaptar o projeto. Então, posteriormente será calculado um tamanho ideal da cápsula externa, que é responsável pela proteção, aumentando a durabilidade do produto. Em seguida, o modelo será desenhado em um ambiente de simulação (Sketchup ou AutoCad) e impresso em uma impressora 3D em filamento PLA.

A posteriori, o protótipo será revestido por uma camada de isopor e depois por uma manta termo condutiva. A pastilha Peltier situará na parte central e interna do

isopor e seu lado “frio” estará em contato com a manta, sendo que o objetivo do revestimento termo condutivo é facilitar a troca de calor interna.

Após a construção do projeto, serão realizados os testes controlados para verificar a eficácia de arrefecimento. Também, serão feitas experimentações de estresse, alocando o dispositivo em diferentes condições de temperatura, tornando os resultados confiáveis as mais variadas condições.

Todos os dados coletados serão analisados por meio do software MATLAB, sendo possível monitorar e identificar a ordem do sistema montado. Se for preciso, será montado um sistema de controle inteligente que contará com um microcontrolador, programado para promover uma refrigeração manipulada, com o intuito de otimizar o gasto de energia e não ultrapassar os limites de temperatura ideal.

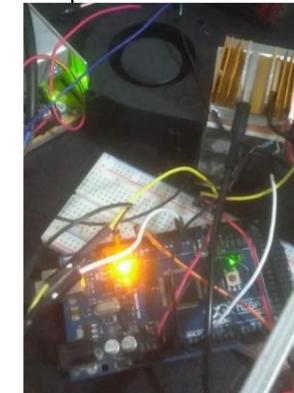
Depois da aquisição dos dados e verificação dos resultados, será montada uma tabela detalhada sobre desempenho dos experimentos em cada condição de teste criado. Aproveitando-se da tabela, será levantado o questionamento sobre a viabilidade de se investir no projeto desenvolvido, com a projeção de lançá-lo no mercado para que as pessoas diabéticas de baixa renda, também, possam usufruir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos resultados apresentados perante o teste inicial, ficou definido que não será necessária a utilização de duas células Peltiers para a refrigeração. Depois de aplicar um valor de tensão de nominal de 12 volts (corrente contínua) a célula foi capaz de reduzir 19.5°C da temperatura ambiente que era de 22.7°C, o valor atingido foi 3.2°C, ou seja, está dentro do intervalo de confiança desejado.

Logo após, foram feitos mais testes utilizando três sensores, NTC 10k, DS18B20 e o LM35, o objetivo era definir qual tinha a melhor relação de custo benefício e confiabilidade. O que obteve o melhor comportamento foi o digital DS18B20, apesar de um custo mais elevado em comparação com os outros, sua eficiência faz compensar a sua preferência, devido a maior robustez frente a ruídos.

Figura 2: Planta elaborada para comparar os sensores e o comportamento da temperatura.



Fonte: Autor (2020)

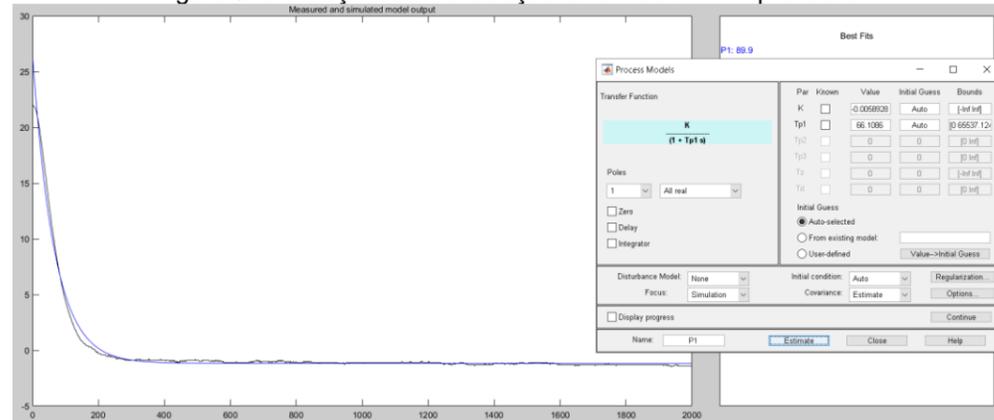
Na fase de testes foram definidas algumas peculiaridades na parte de sensoriamento. Foram utilizados, inicialmente, três sensores de temperatura – NTC 10k, LM35 e DS18B20 - após uma análise minuciosa, foram verificados os níveis de ruídos e oscilações de cada sensor em particular. Dessa forma, foi escolhido o que

menos apresentava perturbações. Outra limitação apresentada foi a pandemia na qual, os produtos comprados e planejados enfrentaram demora na entrega.

Ademais, para se obter a função de transferência (FT) da planta, foi aplicado um degrau unitário (tensão máxima de 12 Volts) na alimentação da célula peltier. Logo após, os valores do sensor de temperatura foram armazenados, representando o comportamento da resposta ao estímulo induzido. Os dados selecionados, foram colocados no *System Identification Toolbox*TM do programa de simulação *MATLAB*[®] possibilitando estimar a FT com precisão de 89,9%.

Da mesma forma, a FT foi inserida na *Control System Toolbox*TM e por meio da simulação foi sintonizado os valores aproximados de Kp e Ki que atendiam ao tempo de resposta esperado e não tinham *overshoot* maiores que 10% no sinal de controle. A ilustração a seguir, demonstra um ensaio controlado, onde a planta busca rastrear o valor de *setpoint* definido, indicando que o controlador funciona e é eficiente.

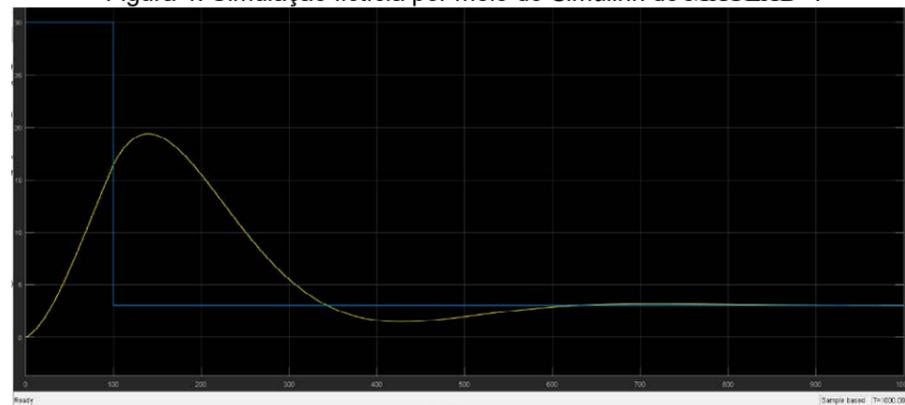
Figura 3: Simulação real da atuação do controle PI no processo.



Fonte: Autor (2020)

Anteriormente, foi realizado um ensaio simulado, via modelo computacional, com o intuito de avaliar a performance do controlador, para só então implementar o modelo na prática. De acordo com a figura abaixo, o comportamento foi dentro do esperado, pois, o sinal de controle não apresentou *overshoot* significativo e conseguiu rastrear o degrau aplicado.

Figura 4: Simulação fictícia por meio do *Simulink* do *MATLAB*[®].



Fonte: Autor (2020)

Por fim, os testes preliminares foram satisfatórios, mas os valores de Kp e Ki ainda precisam ser aprimorados. O trabalho ainda não foi concluído, os novos passos serão monitorar o gasto energético do modelo de controle estabelecido e compará-lo com um via relé. O que apresentar melhor comportamento e menor gasto energético será escolhido para a criação de uma case inteligente de armazenamento de insulina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados obtidos, torna-se evidente que a ideia inicial é viável e funcional, mas, priorizando a superioridade da qualidade e confiabilidade do projeto, serão feitos mais ajustes e testes, afim de se desenvolver uma ferramenta brasileira que evolua e auxilie os insulino dependentes a ter uma vida melhor e mais prática.

REFERÊNCIAS

AIRES, M. M. **Fisiologia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

California Institute of Technology. Disponível em: <<http://www.thermoelectrics.caltech.edu/thermoelectrics/history.html>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

DIABETES (diabetes mellitus): Sintomas, Causas e Tratamentos. *In: Diabetes (diabetes mellitus): Sintomas, Causas e Tratamentos.* [S. l.]: Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/diabetes>. Acesso em: 11 fev. 2020.

FERNANDES, Jaine Daniele FS et al. Refrigeração utilizando pastilhas de efeito peltier. **HOLOS**, v. 2, p. 25-31, 2010.

Grossi SAA. Aspectos práticos da prática da administração de insulina com seringas. **BD terapêutica**. 2004.

RIFFAT, S. ; MA, X. Thermoelectrics: a review of present and potential applications. **Applied Thermal Engineering**, v. 23, n. 8, p. 913–935, jun. 2003

A ACELERADA EVOLUÇÃO SOCIAL E TECNOLÓGICA GLOBAL COMO VIABILIZADORES DE CRIMES CIBERNÉTICOS, FRENTE AO LENTO DESENVOLVIMENTO DE FREIOS LEGAIS PARA SUA CONTENÇÃO¹

Antônio Luciano Bairros Ceron, alucianoceron@gmail.com²
André Lemuel Ferreira Krieguer, andrelfkrieguer@gmail.com³
Aldair Marcondes, aldair@uniarp.edu.br⁴

RESUMO: Este estudo pretende compreender como a legislação penal brasileira tem tratado os crimes cibernéticos. Vivemos a chamada era do conhecimento, onde a globalização juntamente com a tecnologia, transformaram profundamente a sociedade. Embora essa transformação, em sua maioria, tenha vindo para beneficiar a sociedade de uma maneira geral, infelizmente esta evolução proporcionou novas formas de criminalidade. Com o aumento dos crimes cibernéticos, a sociedade se viu diante de uma lacuna não preenchida para combater tais violações. Se fez necessário o surgimento de normas específicas na esfera penal, para tratar desta nova modalidade de crime. Neste trabalho se buscará compreender como anda a legislação brasileira no tocante ao assunto, visando identificar quais os pontos já estão regulados e quais ainda necessitam de uma melhor normatização. No cenário atualmente vivido, o assunto tem se tornado cada vez mais relevante e, de uma maneira geral, de interesse de toda a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Evolução Tecnológica. Globalização. Crimes cibernéticos.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade, de uma maneira geral, vem passando por transformações ao longo de sua história. A revolução do conhecimento nos proporcionou que vivenciássemos o surgimento de novas tecnologias, as quais, nos dias de hoje, já não conseguimos nos ver sem.

Tarefas corriqueiras de nosso dia a dia como ir ao supermercado ou até mais complexas como participar de videoconferências com pessoas do outro lado do mundo, que antes pareciam tão distantes, hoje encontram-se na palma de nossas mãos. Mas junto com toda essa comodidade, surgiu um número cada vez maior de crimes cibernéticos.

A sensação de anonimato e de impunidade tem feito que os usuários, de uma maneira geral, publiquem conteúdos ofensivos nas redes sociais. “Roubos” de senhas, invasão e sequestros de servidores particulares ou públicos, invasão de páginas de internet visando lesar seus proprietários, têm se tornando cada vez mais recorrente no mundo atual.

Nas palavras de Milagre (2016), a sociedade da informação hoje em dia também pode ser chamada de sociedade de riscos, pois são vários os riscos que a sociedade, embora tomando todas as medidas cabíveis de proteção acabam expostas no universo digital. Os criminosos digitais exploram qualquer brecha que

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de apresentação dos resultados obtidos com o projeto de pesquisa financiado pelo FAP (Fundo de Apoio a Pesquisa) da UNIARP.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

os cidadãos deixam ao adentrar neste universo sem fronteiras, que a tecnologia da informação proporciona, fazendo-se vítimas de inúmeros delitos cibernéticos.

Neste contexto que a presente pesquisa, que é subsidiada pelo Fundo de Apoio à Pesquisa – FAP, buscará abordar sobre a forma de como a legislação brasileira está tentando frear e punir a ocorrência de crimes desta natureza, de modo que o cidadão passe a crer que os crimes ocorridos na esfera digital também serão penalizados.

Para construção e desenvolvimento desta pesquisa, foram estabelecidos diversos objetivos, entre geral e específicos, onde em referência ao primeiro se almeja desenvolver conhecimentos acerca da acelerada evolução social e tecnológica global como viabilizadora de crimes cibernéticos, frente ao lento desenvolvimento de freios legais para sua contenção; por sua vez, como objetivos específicos, as intenções passam a ser de efetuar resgates históricos sobre a evolução social e a tecnologia global; apresentar as normas jurídicas brasileiras vigentes que tratam de crimes cibernéticos; identificar os crimes cibernéticos tipificados na legislação brasileira; detectar novas modalidades de violações virtuais ainda não abarcadas pela lei; e, demonstrar eventuais ineficácias legais em razão do descompasso evolutivo entre tecnologias da informática e avanços na pertinente legislação penal.

2. DIREITOS HUMANOS E NORMAS DE CRIMES CIBERNÉTICOS EXISTENTES

Assegurado pelos Direitos Humanos e por nossa Constituição Federal, temos garantidos os direitos à vida, liberdade, moradia, segurança, dentre outros. Além da liberdade de escolha, todo cidadão pode recorrer à justiça quando necessário for, sem ser oprimido pela mesma.

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 2019).

Os Direitos fundamentais como a liberdade, igualdade, segurança e privacidade, são constantemente violados no mundo todo, tendo a internet como o principal meio para se realizar os chamados crimes cibernéticos. E apesar do Marco Civil da internet (Lei nº 12.965/14) e da Lei Carolina Dieckmann (Lei nº 12.737/12), tais infrações não são punidas conforme a severidade dos fatos, pois tais leis não são aptas, por si só, para conduzir de maneira eficaz e solucionar os crimes cibernéticos de forma geral. No seu contexto, como não existem órgãos de segurança especializados para esse tipo de crime, evidentemente há uma necessidade de inclusão do Direito Eletrônico como uma legislação específica, com a finalidade de prosseguir com os crimes específicos desta área de forma mais efetiva (LIMA; TESSMANN; VENTURIN, 2018).

3. TEORIA TÉCNICA, COMPORTAMENTO E CRIME

Fazendo referência a grandes autores e influenciadores da área de Direito Informático, cita-se José A. Milagre e Damásio de Jesus, que abordam uma nova forma de tipificar os crimes informáticos, pela proposta chamada TCC (Técnica, Comportamento e Crime).

Neste contexto, há muito tempo se cobrava uma legislação no Brasil que cuidasse de crimes eletrônicos. Tal mora pode ser atribuída também ao péssimo modo de se legislar sobre o tema adotado no Brasil que, por vezes, tentou condenar técnicas informáticas (ao invés de condutas praticadas por diversas técnicas), técnicas estas que são mutantes, nascem e morrem a qualquer momento, de acordo com a evolução dos sistemas, novas vulnerabilidades e plataformas tecnológicas. Para isso apresentamos uma proposta de sistematização e que deve ser considerada quando se legisla sobre crimes informáticos. Nominamos a proposta de TCC – Técnica, Comportamento e Crime. A proposta é detalhada na sequência. (MILAGRE; JESUS, 2016, p. 26).

Segundo a sistematização de Milagre e Jesus (2016), ao se legislar sobre os crimes informáticos não se pode começar pela análise de técnicas, definindo tipos penais, mas analisando as condutas que podem ser incriminadas, que são realizadas de diversas formas (técnicas), e que merecem a consideração do Direito Penal Brasileiro, pois por muitas vezes uma técnica pode ser integrante de uma ou mais condutas penais, porém nem toda a técnica é um comportamento interminável.

4. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

O Brasil ainda não tem uma legislação tão abrangente e efetiva, mas dispõe ao menos de duas normas específicas, que são as Leis 12.737/12 e 12.965/14.

4.1 LEI CAROLINA DIECKMANN

Vitoriano (2018) nos fala que com o avanço do uso da tecnologia da informação nos últimos tempos, o mundo jurídico precisou incluir no Código Penal os crimes ocorridos no universo virtual.

Assim, conforme Vitoriano (2018), foi sancionada a Lei dos Crimes Cibernéticos (Lei 12.737/12), conhecida como Lei Carolina Dieckmann (atriz famosa que teve seus dados roubados na internet), que tipifica os atos de invadir computadores, roubar senhas e dados, divulgando informações particulares na rede.

4.2 MARCO CIVIL DA INTERNET

Conforme explicação de Martins (2015), a Lei 12.965/14, denominada de Marco Civil da Internet, é quem regula os direitos e deveres dos internautas, estabelecendo assim os princípios e garantias que reagem a relação entre usuários e empresas provedoras do acesso e serviços de internet.

O referido autor diz ainda que dentre as inovações, tal lei permite a retirada de circulação daqueles conteúdos que causem danos a terceiros. Essa retirada de conteúdos danosos é feita mediante ordem judicial.

5. A DIFICULDADE EM SE CRIAR FREIOS PARA CRIMES CIBERNÉTICOS

Segundo Nunes e Madrid (2019), dentre as dificuldades para se criar freios na esfera penal para conter os crimes virtuais, deve-se destacar a competência para julgar estes crimes, visto que é necessário determinar o tempo e o local do crime, que pode ocorrer inclusive fora do Brasil e afetar os usuários aqui estabelecidos.

Nossa Lei não consegue acompanhar o desenvolvimento quase que frenético dos crimes relacionados ao ambiente virtual. A todo momento surgem dispositivos novos, ferramentas virtuais atualizadas, gerando uma nova possibilidade de crime

virtual. Eis então um grande impasse em nossa legislação; não se pode punir alguém, sem norma anterior que defina o crime praticado, sendo assim, como é uma nova conduta do agente infrator, o mesmo se torna impune, pois ainda não existe regulamentação sobre tal crime (NUNES e MADRID 2019).

6. CAMINHOS PARA REPRESSÃO DOS CRIMES CIBERNÉTICOS

A impunidade no ciberespaço gera um ambiente propício para propagação de delinquentes virtuais. “Os criminosos virtuais aproveitam da fragilidade das leis, a ausência de fronteiras e da tecnologia para se manterem nas práticas delitivas, de modo que surge a necessidade de novos operadores da era digital” (ANDRADE, 2015 *Apud* ALMEIDA e ROQUE, 2017).

Destaca-se ainda que a carência de profissionais com conhecimento de como agir na área de crimes cibernéticos, acaba se tornando mais uma barreira para coibir tais atos. O pouco conhecimento de procuradores, promotores e até juízes, faz com muitos crimes fiquem impunes, “pois quando não possuem muito conhecimento desta tecnologia ficam mais inseguros por medo de cometer algum ato abusivo em relação ao direito de privacidade” (MELO, 2008 *Apud* ALMEIDA e ROQUE, 2017).

Ainda de acordo com Almeida e Roque (2017), a regulamentação do Direito Virtual passa muitos pelos interesses e recursos empregados pelo Estado, que pode influenciar positivamente ou negativamente na redução dos crimes virtuais, de acordo com o interesse de agir do Estado.

7. DETALHAMENTO DO PROJETO

O presente trabalho tem como finalidade o desenvolvimento de pesquisa para a obtenção de bolsa do Fundo de Apoio à Pesquisa – FAP, o que será desenvolvido junto à UNIARP.

A pesquisa procurou em seu término apresentar as respostas almejadas pelos objetivos enumerados, tendo como participantes os acadêmicos Antônio Luciano Bairros Ceron (bolsista) e André Lemuel Ferreira Krieguer (colaborador), e o professor Aldair Marcondes, como orientador.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível se compreender que a tecnologia que veio para suprir várias necessidades da sociedade atual, passa também por um processo fraudulento causado por malfeitores do mundo digital, os quais se utilizam de formas criminosas para se apoderar de informações privadas e lesar outras pessoas.

Nesse contexto, a legislação brasileira busca conter esses criminosos, fazendo com que as penas a eles impostas diminuam a ocorrência desta forma de delito.

O fato é que no Brasil, por mais que se tenha alguma normatização, a legislação para estes delitos ainda é incipiente, ou seja, ainda está engatinhando na busca de resultados efetivos frente à dificuldade de identificação dos autores de crimes cibernéticos

Portanto o interesse de agir do Estado é fundamental para a diminuição da sensação de impunidade no ambiente virtual, e isso vai desde a regulamentação e capacitação de profissionais específicos para combater tais ilícitos, até uma maior celeridade na elaboração de Leis que venham coibir os crimes no ambiente virtual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Julia da Silva; ROQUE, Braynner Victor Silva. **Desafios do Direito na Regulamentação das Relações Jurídicas na Deep Web e dos Crimes Cibernéticos**. Curitiba: Anais do VII CONBRADEC, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. São Paulo: Saraiva, 2010.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2003.

JESUS, Damásio de; MILAGRE, José Antonio. **Manual de crimes informáticos**. São Paulo: Saraiva, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Ueslei de Melo Rodrigues de; TESSMANN, Dakari Fernandes; VENTURIN, Edileuza Valeriana de Farias. **Violação dos Direitos Fundamentais em Crimes Cibernéticos e a Necessidade de Inclusão do Direito Eletrônico como Legislação Específica**. Disponível em: <http://www.ienomat.com.br/revista2017/index.php/judicare/article/view/85>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MARINHO, Guilherme. **Hackers, Crackers e o Direito Penal**. Disponível em: <https://grmadv.jusbrasil.com.br/artigos/407334629/hackers-crackers-e-o-direito-penal>. Acesso em: 09 ago. 2019.

MARTINS, Geisa. **O que é o Marco Civil da Internet?** Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-e-o-marco-civil-da-internet/>. Acesso em: 21 jun. 2020.

MATA, Leonardo André da; SANTAGATI, Claudio Jesus. **Analogia aos delitos virtuais com ênfase nos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://revistas.cua.ufmt.br/revista/index.php/revistapanoramica/article/view/436/119>. Acesso em: 10 ago. 2019.

NUNES, Mario V de A.; MADRID, Fernanda de Lima. **CRIMES VIRTUAIS: O Desafio do Código Penal na Atualidade e a Impunidade dos Agentes**. ETIC, Encontro de Iniciação Científica. 2019.

VITORIANO, Larissa. **A Lei Carolina Dieckmann atua contra Crimes Virtuais e Possui Grande Influência Midiática**. Disponível em: <https://cpjur.com.br/lei-carolina-dieckmann/>. Acesso em: 21 jun. 2020.

RECONHECIMENTO GEOLÓGICO DO LOTEAMENTO VALE DAS ARAUCÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO DE TIJOLOS ECOLÓGICOS¹

Eduarda Rizzo, dudsrizzo@gmail.com²

Roger Francisco Ferreira de Campos, roger@uniarp.edu.br³

Resumo – Conhecer o tipo de solo e suas características físicas e químicas é de suma importância para a confecção de tijolos ecológicos, tendo em vista que o mesmo influenciará em vários pontos no seu desempenho como por exemplo na sua resistência e conseqüentemente na sua durabilidade. Portanto, o presente trabalho tem como principal objetivo, a análise do reconhecimento geológico realizado no Loteamento Vale das Araucárias para a confecção de tijolos ecológicos, visando a influência do mesmo no produto final. Para o desenvolvimento do presente artigo utilizou-se a revisão bibliográfica narrativa por meio do método dedutivo, pelo embasamento técnico de laudo geológico do loteamento em questão, buscando avaliar as características geológicas do mesmo. Com a fundamentação pode-se observar que o solo analisado é considerado argiloso, o qual apresenta bons resultados para a confecção de tijolos ecológicos. Sendo assim, conclui-se que a geologia do solo em questão permite com que o produto final tenha certa resistência, contudo não descarta que o mesmo necessite de aprimoramento para o aumento de sua resistência, possibilitando com que o mesmo tenha uma maior durabilidade

Palavras-chave: Tijolo ecológico. Argiloso. Loteamento. Durabilidade.

INTRODUÇÃO

O solo é um material que permite diversas aplicações devido ao seu fácil acesso, sua abundância na natureza, sua facilidade em extração e manuseio (GRANDE, 2003). Apesar da sua grande aplicação em diversas áreas, atualmente o solo possui expressivo emprego apenas em obras de pavimentação, reforços e melhorias. Diante de tal fato, é importante estudar e compreender esta tecnologia, podendo assim haver uma mudança na área de construção civil para o uso deste material em construção sustentável (GRANDE, 2003). Para obter o conhecimento com o material com que irá ser trabalhado, é de suma importância o teste no próprio local de retirada do mesmo, como é o caso da sondagem a trado. Apesar deste teste *in loco* possibilitar a determinação das camadas do solo em questão, é necessário que o solo passe por outros testes específicos em laboratório, possibilitando na determinação da adição de estabilizantes, fazendo com que o solo tenha um melhoramento de suas características, possibilitando obter um bom desempenho físico-mecânico e durabilidade do produto final (DELGADO; GUERRERO, 2007 apud JUNIOR, 2017). Portanto, o presente trabalho tem como objetivo de avaliar o reconhecimento geológico do Loteamento Vale das Araucárias com a perspectiva teórica da elaboração de tijolos ecológicos.

¹ O presente trabalho, refere-se à bolsa de pesquisa do Art. 170 (UNIEDU).

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professor orientador da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para obter um tijolo de boa qualidade como produto final, deve-se em primeiro instante conhecer o solo em que se está trabalhando. O mesmo deve apresentar características que confirmam elevada resistência e pequena contração durante a secagem, tais características são diretamente ligadas a uma mistura equilibrada entre os componentes do solo: areia, silte e argila (PRESA, 2011). Segundo Presa (2011), os solos indicados para a confecção do tijolo solo-cimento, são solos com predomínio de fração arenosa em sua composição, onde devido a esta característica há a necessidade de uma menor quantidade de cimento quando comparado a solos argilosos e siltosos. No entanto, a presença de argila na composição do solo também possui uma importante característica, tendo em vista que esta permite uma mistura coesa, permitindo o manuseio do produto final após a prensagem.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi realizado um estudo de revisão bibliográfica narrativa, por meio do método dedutivo, acerca de resultados de pesquisas e avaliações laboratoriais já concluídos sobre a composição do solo e suas influências no resultado final da confecção de tijolos solo-cimento. Sendo avaliado neste trabalho, os laudos de reconhecimento geológico resultados de sondagem realizado no Loteamento Vale das Araucárias, localizado no bairro Bello, no município de Caçador – Santa Catarina. Segundo Borges (2014), através do método dedutivo, deve-se por meio de hipótese genérica chegar a uma conclusão por meio de dedução de análise de dados já concluídos de artigos, livros e monografias referentes ao tema em questão, sendo eles: composição do tijolo ecológico; características em gerais do tijolo ecológico submetido a testes, comparação de sua qualidade e características do solo para sua confecção.

Figura 1 – Local do Loteamento Vale das Araucárias, Caçador/ SC;



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo foi desenvolvido por meio de análise de laudo realizado no Loteamento Vale das Araucárias, localizado no bairro Bello, no município de Caçador – Santa Catarina. No loteamento em questão foram locados 26 (vinte e seis) pontos para sondagem de reconhecimento geológico, onde as sondagens ST (sondagem a trado) foram executadas com trado helicoidal de hastes removíveis conforme norma técnica ABNT NBR 9603/86, com o objetivo de identificar a espessura do perfil do solo e a distribuição espacial do lençol freático (BAGGIO, 2019).

Durante o processo de sondagem e reconhecimento geológico efetuado no loteamento, obteve-se que grande parte das sondagens realizadas apresentaram resultados semelhantes, onde a tipologia predominante da região é de solo argiloso residual nas primeiras camadas do solo (BAGGIO, 2019). Pode-se destacar que nestas camadas, o solo não é o ideal para a confecção do tijolo solos-cimento, uma vez que o mesmo apresenta a presença de matéria orgânica, onde segundo Azambuja (1979 apud GRANDE, 2003, p. 6), solos com esta característica podem apresentar quantidade de celulose, substância inerte quimicamente, e húmus, material que age como um ácido orgânico podendo reagir com a cal livre (CaO) liberada na hidratação do cimento. Dessa forma este tipo de solo não é recomendável para produção de solo-cimento, pois o mesmo pode reduzir a resistência do resultado final.

Apesar da sondagem ser um método bastante importante para a determinação das camadas existentes do solo, o mesmo deve passar por análises laboratoriais específicas, como o limite de plasticidade, limite de liquidez, análise granulométrica, entre outros. Com estes estudos, é possível determinar alguns pontos que serão relevantes para a confecção do tijolo, como por exemplo a necessidade do solo de ser estabilizado por não possuir as características ideais, podendo ser assim melhorado com a adição em proporção adequada de um ou mais estabilizantes.

A estabilização do solo proporciona uma melhor estabilidade dimensional, proporcionando o aumento da resistência mecânica, a diminuição da permeabilidade, controle da fissuração por retração devido a secagem, em consequência, estes fatores contribuem consideravelmente para a durabilidade do produto final (INGLES; METCALF, 1972 apud MIELI, 2009).

De acordo com Mieli (2009) há três métodos para a estabilização do solo, podendo ser mecânica, física e química. Na estabilização mecânica, a compactação do solo é efetuada por meio de uma ação mecânica, influenciando assim na resistência mecânica, na densidade, permeabilidade e compressibilidade do solo. Na estabilização física, há a atuação sobre a textura do solo, ou seja, há a otimização das proporções de areia, silte e argila, causando um melhor empacotamento dos grãos da matéria. A estabilização química ocorre com a adição de materiais no solo, com o intuito de modificar as propriedades do mesmo (DELGADO; GUERRERO, 2007 apud FERNANDES JUNIOR, 2017).

Para o tipo de solo do loteamento em estudo (solo argiloso), a adição de cimento Portland de alto forno como estabilizador, irá interferir no crescimento da resistência mecânica à compressão e também a diminuição do índice de plasticidade, devido o cimento permitir reações de hidratação de silicatos e aluminatos nele presentes, dando origem a um gel, o qual ocupa os vazios e agrega os grãos, concedendo uma melhor resistência final (MIELI, 2009 apud PINHEIRO, 2016).

Com a adição de estabilizante o produto final confeccionado por meio do uso do solo do loteamento deve atingir as resistências solicitadas. Segundo NBR 10836

(ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT, 1984), nos testes realizados em laboratório, os valores médios de absorção de água não devem ser superiores a 20%, nem apresentar valores individuais superiores a 22%, já para o resultado de resistência à compressão, o resultado mínimo deve ser igual a 2,0 MPa ou 20 Kgf/cm², conforme mostra tabela 01.

Tabela 1: Limites especificados para tijolos de solo cimento segundo ABNT.

Característica	Exigência NBR 8491
Resistência a compressão	Valor Médio $\geq 2,0$ Mpa
	Valor individual $\geq 1,7$ Mpa
Absorção de água	Valor Médio $\leq 20\%$
	Valor individual $\leq 22\%$

Fonte: (PRESA, 2011)

De acordo com Pinheiro (2016), as características do solo argiloso são consideráveis para a confecção de tijolos solo cimento, porém, para obter uma produção em grande escala do mesmo, o solo necessitará de uma maior quantidade de aditivos químicos para a estabilização como o cimento Portland, ou uma estabilização física feita por minerais.

Diante de dos resultados apresentados, podemos afirmar que de acordo com os testes realizados *in loco*, o solo das primeiras camadas do loteamento não poderá ser utilizado na confecção do tijolo ecológico. Contudo, as camadas mais profundas apresentam características de solo argiloso, o qual possui um bom desempenho para a confecção do mesmo. Ainda pode-se destacar que com a adição adequada de estabilizante, o resultado terá uma maior resistência e durabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das pesquisas efetuadas, é possível destacar que além da análise *in loco* do material a ser utilizado na confecção do tijolo solo-cimento, é importante submeter o solo em análises laboratoriais, analisando alguns fatores importantes, como por exemplo o limite de plasticidade, limite de liquidez, análise granulométrica e outras características. Por meio desta análise é possível identificar a necessidade ou não de estabilizante, podendo ser utilizado cimento para a melhoria de algumas características, fornecendo ao produto final, um tijolo com melhor desempenho, como por exemplo na sua resistência. Na análise realizada no loteamento Vale das Araucárias, é possível visualizar que o solo em questão é predominantemente argiloso. O mesmo possui boas características para a confecção do tijolo solo-cimento, contudo, como citado a cima, é possível melhorar as características do mesmo para que assim atinja as resistências exigidas pela NBR 10866.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) pelo fornecimento da bolsa de pesquisa, por meio do Artigo 170º Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU) para o desenvolvimento do trabalho.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10836.** Bloco de solo-cimento sem função estrutural — Análise dimensional, determinação da resistência à compressão e da absorção de água — Método de ensaio. Rio de Janeiro: ABNT, 1984.

BAGGIO, Sérgio Benjamin. **Lauda Geológico:** Hidrogeológico Núcleo Vale Das Araucárias. Caçador: ACOMP, 2019.

GRANDE, Fernando Mazzeo. **Fabricação de tijolos modulares de solo-cimento por prensagem manual com e sem adição de sílica ativa.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

FERNANDES JUNIOR, Wellington. **Avaliação das propriedades tecnológicas de tijolo ecológico modular de solo-cimento com incorporação de resíduo da fabricação de papel.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Univeridade estadual do norte fluminense darcy ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes, 2017.

MIELI, Priscilla Henriques. **Avaliação do tijolo modular de solo-cimento como material na construção civil.** Projeto Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Materiais) - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

PINHEIRO, Kevin Lemes. **Características físico-mecânicas e produção de tijolo solo-cimento com solo da cidade de Caçador/SC:** uma análise comparativa. Monografia de Graduação (Bacharel em Engenharia Civil) – UNIARP- Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, 2016.

PRESA, Marcello Bastos. **Resistência à compressão e absorção de água em tijolos de solo cimento.** Monografia de Graduação (Curso de Engenharia Civil) – Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2011.

O CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE CANAIS CIENTÍFICOS POR PARTE DA COMUNIDADE ACADÊMICA DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA EM SANTA CATARINA¹

Natanael Castanha - natanaelcstna@gmail.com²

Gustavo Ferreira Jasinski - Gustavojasinskii@icloud.com³

Juciele Marta Baldissarelli - Juciele.marta@uniarp.edu.br⁴

Resumo

A presente pesquisa possui como objetivo central realizar uma investigação acerca do conhecimento existente por parte de discentes de uma universidade comunitária em Santa Catarina, em relação a existência de canais científicos para realização de investigações acadêmicas. O projeto divide-se em duas etapas, sendo que a primeira está concluída e apresentada neste. Realizou-se a revisão de literatura, que teve por base, as bases de dados da SciELO, Spell e Google Acadêmico para encontrar os materiais relevantes à problemática aqui discutida. A segunda etapa do projeto, consistirá na aplicação de um questionário a ser respondido pelos acadêmicos pertencentes a Universidade estudada.

Palavras-chave: Cientificidade. Iniciação Científica. Ensino Superior. Pesquisa.

INTRODUÇÃO

A Iniciação Científica (IC) é um processo pelo qual, via universidade, desafia-se e disponibiliza-se um conjunto de opções à iniciação dos jovens no fazer pesquisa, produzir e socializar o conhecimento. Desta maneira, mesmo o presente projeto tratar-se de uma atividade de extensão, pode ser considerada uma maneira que promover a IC. A iniciação a que nos reportamos nesta proposta, pode ser tanto a do acadêmico universitário bolsista, quanto da comunidade escolar que será beneficiada. O ato de pesquisar requer do pesquisador uma prática científica que nem sempre se detém nas fronteiras do cientificismo. Isso significa dizer, que vai além, envolvendo ações, procedimentos e questões ideológicas, este último, é possível esbarrar na neutralidade e, também, no próprio método de investigação da realidade social. Deste modo, fazer ciência é fazer tentativas de conhecimento da verdade.

A pesquisa científica é um constante e dinâmico processo que se aproxima da busca da verdade. É isto que caracteriza o conhecimento científico como verdadeiro, “[...] todo o processo de conhecimento é um processo de acercamento, de aproximação à verdade. Dentro do conhecimento científico há níveis maiores ou menores de aproximação da verdade” (LOWY, 2002, p. 110). Assim, o processo de construção do conhecimento científico, não se constitui numa imposição. É uma proposição que encaminha à ordenação do pensamento, ao exame mental da situação e ao tratamento sério de um determinado assunto. Abrem-se possibilidades para o um controle intencional e deliberado que introduz o eu como agente e fonte de pensamento (NEZ, 2014).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de pesquisa do FAP UNIARP e projeto PAEC.

² Acadêmico do curso de administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), bolsista FAP.

³ Acadêmico do curso de administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), bolsista FAP.

⁴ Professora mestre do curso de administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Calderón (2007) destaca que a pesquisa é um elemento inerente às atividades de ensino; articulando-se ao desenvolvimento de habilidades orientadas à procura do conhecimento. Assim, justifica-se pelos resultados que se tornam públicos e acessíveis, e pela recepção e retorno que a sociedade dá a essas reflexões. Segundo Nez (2014), a pesquisa é a “alma geratriz da universidade” (p. 25) e um dos instrumentos mais específicos de sua atuação.

Dada sua importância na formação acadêmica, é dever institucional das organizações de Ensino Superior incentivar e fomentar sua realização (GOMES; MACHADO; SILVA, 2009). No entanto, em uma sociedade capitalista, para que estas pesquisas sejam viabilizadas, faz-se necessário o apoio financeiro. Para tanto, são disponibilizados recursos aos pesquisadores, visando custear suas despesas concernentes à pesquisa, entre elas destacam-se: despesas com viagem, hospedagem, inscrição em eventos científicos, e – a principal – a Bolsa de Iniciação Científica.

Desta forma, o objetivo do presente projeto de é: Verificar qual é o conhecimento existente por parte de discentes de uma universidade comunitária em Santa Catarina, acerca da existência de canais científicos para realização de investigações acadêmicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa científica

Durante muito tempo, o homem iniciou uma busca pelo conhecimento para responder às situações de seu dia a dia. Em muitas das vezes, essas explicações tinham, por base, a mitologia. Quando excluiu suas crenças e emoções para buscar por explicações mais racionais e aceitáveis, as respostas passaram a ser mais realistas, sendo inclusive mais bem aceitas pela sociedade. Essa possibilidade de entender os fenômenos fez com que surgisse a ciência (OLIVEIRA, M. F., 2011), a qual variou conforme o momento por qual passava a história humana. Por isso, é certo afirmar que a sociedade remota dela já se utilizava, tendo por intuito entender e explicar a natureza de maneira racional (SILVA, 2015).

A principal razão de ser da ciência é o potencial de fazer a diferença na vida das pessoas, já que amplia o estoque de conhecimentos (SANTOS, L. H. L., 2017). Pode-se afirmar, então, que a evolução e progresso das Ciências se dão por meio do desenvolvimento de pesquisas científicas (COSTA, 2018). Isso porque, tendo por base a contribuição dos saberes e conhecimentos de outros autores referentes ao mesmo tema, em uma investigação científica, se obtém um texto final com uma colaboração considerável de ideias extraídas de diversas fontes, gerando, com isso, a produção de conhecimento (OLIVEIRA, M. F., 2011).

De alguma maneira, então, a sociedade é permeada por conhecimentos que foram sendo produzidos (ARAGÃO; MENDES NETA, 2017). Com isso, nota-se que “[...] a investigação científica se coloca como fator predecessor da prosperidade de conhecimento dentro das sociedades [...] [que se moldou] ao longo dos tempos” (ALMEIDA; VICTOR; VENDRUSCOLO, 2018, p. 14).

Prova disso é que a produção de conhecimento que se deu, nas últimas décadas, teve um avanço considerável (PEREIRA *et al.*, 2018), considerando algumas invenções que dela se originaram, pelas quais a humanidade obteve uma vida melhor, possibilidade de ter prognósticos de fenômenos naturais, meios de educar a sociedade e desenvolvê-la (LAMANAUSKAS; AUGIENÉ, 2015),

principalmente no âmbito da saúde, uma vez as evidências nessa área foram compartilhadas por meio de publicações científicas (ASNAKE, 2015). Além disso, seja de forma direta ou indireta, as pesquisas aprimoram as tecnologias, produtos, serviços e formam profissionais melhores (ALMEIDA; VICTOR; VENDRUSCOLO, 2018).

Em outras palavras, a pesquisa científica é uma atividade humana que tem, por meta, conhecer e explicar os fenômenos observados, dando respostas às questões que são feitas. O produto de tal pesquisa deve ser o de colaborar com o avanço do conhecimento humano (PRODANOV; FREITAS, 2013). De fato, o reconhecimento da importância do desenvolvimento do conhecimento científico para as nações levou ao aumento do número de cientistas, pelo mundo, bem como nas instituições que se envolvem com pesquisa (SANTOS, S. M., 2015).

A redação de um texto científico se difere em relação a outros tipos de materiais, como os jornalísticos, publicitários e literários. Alguns dos princípios que regem a escrita de um texto científico são a objetividade, coerência, clareza, precisão, imparcialidade, uniformidade e conjugação verbal (ARAGÃO; MENDES NETA, 2017). Para atingir ao proposto, o pesquisador se utiliza do conhecimento até então obtido e manipula diferentes métodos e técnicas para obter o resultado que espera encontrar (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O método científico com que a pesquisa é realizada permite alcançar o conhecimento científico, sendo este definido como o “[...] estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas [...]” (OLIVEIRA, M. F., 2011, p. 7). Pode-se relacionar a “[...] metodologia com o ‘caminho de estudo a ser percorrido’ e ciência com ‘o saber alcançado’ [...]”. Sendo assim, entende-se que “a metodologia científica é capaz de proporcionar uma compreensão e análise do mundo através da construção do conhecimento [...]” (PRAÇA, 2015, p. 73).

Os métodos podem variar de uma pesquisa a outra, dependendo da área em que será aplicada. Em outras palavras, a pesquisa assume diferentes categorias, que variam conforme os objetivos, natureza e objeto de estudo, ao passo que as técnicas de pesquisa também se dividem entre a forma com que os dados serão colhidos e como serão analisados. As etapas de uma pesquisa científica incluem a escolha do tema, formulação do problema, definição de objetivos, justificativa, metodologia, coleta de dados, interpretação dos mesmos e conclusão a partir dos resultados obtidos (OLIVEIRA, M. F., 2011).

Com isso, percebe-se que “a pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação”. Tem, por objetivo, descobrir respostas por meio de um método científico. A pesquisa, para ser realizada, precisa ter um problema que até então não conta com um conhecimento que lhe dê uma resposta adequada. Para solucioná-lo, são levantadas hipóteses que podem ser respondidas ou não. Por vezes, até mesmo criam-se outras teorias, a partir dos fatos observados (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 43).

Não são muitas as pessoas que se tornam pesquisadoras, pelo contrário, uma minoria, em cada área da ciência, se dedica a fazer pesquisa. Portanto, o progresso da ciência se deve à essa pequena parcela que busca por conhecimentos de caráter original, mesmo que isso signifique renunciar às vantagens econômicas de sua profissão (SILVA, 2015). Por vezes, há colaboração científica entre pesquisadores, a qual tende a beneficiar os países envolvidos, as instituições em que os pesquisadores estão vinculados e a comunidade científica, até porque os recursos físicos, financeiros e intelectuais são compartilhados (SANTOS, S. M., 2015). Quando a pesquisa ocorre

nas instituições de ensino, por exemplo, pode-se afirmar que elas impulsionam o desenvolvimento e aprimoram as habilidades daqueles que as realizam (ALMEIDA; VICTOR; VENDRUSCOLO, 2018).

Nesse sentido, é preciso empenho por parte do pesquisador, que dele requer “[...] imaginação criadora, iniciativa, persistência, originalidade e dedicação [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 45). Para aqueles que desejam se inserir no mundo científico, é preciso que tenham paciência, persistência e força de vontade, considerando as dificuldades e obstáculos que surgem durante o desenvolvimento de seu trabalho científico (SILVA, 2015).

O sistema de produção científica inclui as bibliotecas, as bases de dados, os comitês editoriais e avaliadores, as editoras, as sociedades científicas (DROESCHER; SILVA, 2014) e as revistas, nas quais geralmente são publicadas as pesquisas, pelas quais são divulgados à comunidade os resultados que delas foram gerados. Essa divulgação permite que outros se utilizem dessas pesquisas para avaliá-las sob sua perspectiva, ao passo que os pesquisadores se usam desses meios para circular e tornar visíveis os resultados que obtiveram a partir de seu trabalho, direcionando-os à sociedade. Embora os números de produção científica tenham aumentado, nos últimos anos, é preciso considerar a qualidade dessas publicações. Nesse sentido, a revista, para manter um alto nível de publicação e garantir a qualidade do que é publicado, precisa apresentar rigor em seus critérios de submissão (BROFMAN, 2012).

Por isso, é importante ressaltar que a divulgação científica não se restringe à comunicação de conhecimentos científicos, porque ela assume uma importante função no que se refere à construção da imagem pública da ciência. Por vezes, a forma com que a ciência é divulgada pode comprometer como o cidadão vê as questões sócio-científicas, bem como seu interesse em se dedicar a ela (BROCKINGTON; MESQUITA, 2016).

Isso se deve ao fato de que a divulgação científica pode ser utilizada indevidamente, ou de maneira descuidada, fazendo com que haja um impacto negativo na população. Embora a divulgação científica aproxime a ciência da população, é preciso considerar que quem a divulga, geralmente, não tem acesso direto às pessoas, não tendo, portanto, uma resposta direta do público. Ademais, não tem como prever como aquilo que produziu será utilizado (BROCKINGTON; MESQUITA, 2016). De fato, um dos deveres éticos do cientista é atentar-se à qualidade científica dos resultados que expõe em seu trabalho de pesquisa. Isso porque, quando se lê ou toma conhecimento de um trabalho com esse rigor, se pressupõe que os cientistas não só seguiram os procedimentos adequados, como também os relataram devidamente, junto aos resultados (SANTOS, L. H. L., 2017).

Nesse sentido, os pesquisadores devem ter preocupação com uma comunicação eficaz sobre o que produzem (BROCKINGTON; MESQUITA, 2016), inclusive porque a escrita de trabalhos de fato relevantes pode tornar um pesquisador renomado, enquanto a ciência terá ganhos devido aos novos conhecimentos obtidos (SILVA, 2015).

Quem também se beneficia com as pesquisas científicas é a sociedade, que terá um melhor padrão de vida a partir de tais conhecimentos (SILVA, 2015), embora, por vezes, as mesmas não sejam por ela reconhecidas, já que dificilmente as pessoas visualizam as consequências que elas lhes trazem (ALMEIDA; VICTOR; VENDRUSCOLO, 2018).

Assim, fica evidente que são vários os benefícios obtidos ao se realizar pesquisa científica (PRODANOV; FREITAS, 2013), dentre os quais destacam-se as

múltiplas competências proporcionadas aos pesquisadores e os próprios resultados que dela se originam, uma vez que estes podem aprimorar as relações sociais, o mercado e as metodologias que são aplicadas nas instituições de ensino (ALMEIDA; VICTOR; VENDRUSCOLO, 2018).

Em outras palavras:

[...] a pesquisa científica se apropria da habilidade em fazer evoluir a ciência, [enquanto] o ato de pesquisar proporciona ao pesquisador [...] experiências que o levam a alcançar, desenvolver e aprimorar competências de caracteres múltiplos, notáveis por contribuir para o crescimento pessoal, acadêmico e profissional (ALMEIDA; VICTOR; VENDRUSCOLO, 2018, p. 3).

Portanto, são muitos os motivos que levam à escrita de um trabalho científico, em especial a pesquisa, sendo que alguns deles são concernentes à obtenção de uma qualificação profissional, para ter certificação em algum campo de conhecimento e adquirir reconhecimento em determinada área, seja para o indivíduo que a escreveu, para a instituição em que atua ou, até mesmo, para a região e país objeto de seu estudo, já que a publicação pode ter alcance internacional (ASNAKE, 2015).

A pesquisa científica no ensino superior

Foi a partir do século XIX que a universidade passou a ser espaço de produção de conhecimento, no mundo, de forma que a ciência se tornasse essencialmente acadêmica (SANTOS, S. M., 2015). No Brasil, a inserção da pesquisa nas universidades se deu em 1931, embora o avanço da ciência tenha se dado com maior ênfase quando na Segunda Guerra Mundial, em 1945 (BRIDI, 2015). Na década de 80, a formação científica se resumia praticamente à disciplina de metodologia científica, tendo pouco espaço para adentrar à pesquisa de fato ou à Iniciação Científica (IC) (MATOS, 1988 *apud* OLIVEIRA, A. M., 2013).

Sendo assim, o ensino superior se tornou, no Brasil, quase que exclusivamente profissionalizante, estando pouco relacionado à pesquisa. Isso se deve, em parte, à sua formação tardia no cenário no país, uma situação que se reflete até atualmente, já que são poucas as instituições que associam ensino e pesquisa (BRIDI, 2015). Contudo, as que mais investem em pesquisa são as públicas, principalmente as universitárias (OLIVEIRA, A. M., 2013).

De qualquer modo, geralmente é na universidade que o aluno vai ter contato com o mundo científico (PRAÇA, 2015; AMORAS; AMORAS, 2016), sendo a principal responsável da inserção das pessoas nesse meio, seguida dos livros didáticos e salas de aula (BROCKINGTON; MESQUITA, 2016). Geralmente essa introdução do aluno ao mundo científico se dá pela IC, motivo pelo qual é preciso que as Instituições de Ensino Superior (IES) contemple, em suas práticas acadêmicas, a pesquisa científica (BRIDI, 2015).

Inclusive, considerando as muitas IESs, no Brasil, é importante destacar a importância que a pesquisa tem, nesse meio (SOCZEK; ALENCASTRO, 2012). Prova disso é que é na educação superior onde se tem a oportunidade de estreitar a relação entre as ações acadêmicas e a sociedade e, por isso, os alunos que nela estão inseridos precisam desenvolver habilidades por meio do conhecimento, mostrando-se profissionais responsáveis e agentes de mudança no âmbito social (FREITAS, 2012).

Isso pode ser corroborado pelo fato de que “[...] a prática da pesquisa assume papel pedagógico com possibilidade de desenvolvimento de habilidades variadas, mediante a apreensão de teorias, metodologias e de postura investigativa que

contribua para a formação do pensar científico de alunos de graduação” (OLIVEIRA, A. M., 2013, p. 80).

Erdmann (2016) complementa, ao mencionar que o discente, para que se mantenha em evolução, precisa ser capaz de ler, escrever e publicar seus conhecimentos e experiências por quais passou. Se destacar no mundo do conhecimento, se manter atualizado e em contínua revitalização é, em parte, fruto da valorização e participação das publicações científicas, sendo estas uma parte da formação e atuação do profissional.

Sendo assim, para que o aluno tenha uma formação completa, quando no ensino superior, é essencial que este tenha uma formação voltada à ciência. Isso porque o mesmo obtém uma base conceitual sólida, passa a assumir uma postura investigativa crítica, começa a dominar os mecanismos que validem teorias e consegue construir o conhecimento nos campos profissional e da pesquisa (OLIVEIRA, A. M., 2013).

Nesse contexto, as pesquisas científicas são exigidas aos graduandos, pós-graduandos (COSTA, 2018) ou até mesmo aos que estão fazendo cursos de extensão. Enquanto os graduandos desenvolvem uma monografia ou participam de Programas de IC, os pós-graduandos desenvolvem um projeto de especialização ou projeto para ingressar nos cursos de mestrado ou doutorado. Os professores também realizam pesquisas científicas, quando estes desenvolvem projetos de pesquisa para apresentar às agências de fomento, tendo por intuito solicitar recursos financeiros (OLIVEIRA, M. F., 2011). Prova disso é que o docente é considerado um constante pesquisador e, nesse sentido, também ele pode ser o elo entre a pesquisa e o pesquisar, aquele que incentiva a leitura, escrita e curiosidade entre seus alunos, tornando-os igualmente pesquisadores (NERVO; FERREIRA, 2015).

A diferença entre os tipos de pesquisa consiste-se no grau de originalidade, profundidade que o estudo terá e a criatividade para sua dissertação. Enquanto na graduação geralmente as pesquisas se mostram mais acadêmicas e bibliográficas – nas quais se cobra mais os procedimentos realizados do que os resultados obtidos –, na pós-graduação se elabora uma tese a ser defendida (COSTA, 2018). Contudo, ressalta-se a lacuna que a pesquisa tem entre os cursos de graduação e pós-graduação: as grades curriculares dos cursos de graduação são pouco ou nada compostas de pesquisa, ao contrário das de pós-graduação (BORGES-ANDRADE *et al.*, 2015). De qualquer maneira, em ambos os casos, o conhecimento acontece porque o aluno transita pelos caminhos do saber, tendo o conjunto ensino/aprendizagem como protagonista (PRAÇA, 2015).

Segundo Praça (2015, p. 76):

A prática da pesquisa científica na Universidade caracteriza a vida intelectual do estudante e atua como instrumento incentivador no uso da reflexão crítica e construtiva. Esta nova realidade em que o aluno se encontra, exige dele um maior empenho e determinação, uma vez que as exigências e responsabilidades exigidas nesta etapa da vida acadêmica superam suas experiências escolares anteriores.

De fato, a pesquisa é importante, quando na graduação, porque para o aluno há integração entre teoria e prática e, ainda, consegue desenvolver um pensamento crítico para exercer em sua profissão (OLIVEIRA, A. M., 2013). Prova disso é que, quando os estudantes realizam pesquisa científica, quando em sua formação acadêmica, estão em grande parte preparados para o mercado de trabalho, além de obterem maturidade profissional precocemente e se destacarem entre os demais

alunos, quando na tomada de decisão (PRAÇA, 2015). Isso porque seu conhecimento concernente às ferramentas de que se utiliza para a pesquisa científica se mostra um diferencial, quando no mercado de trabalho (DUMER *et al.*, 2018).

Isso pode ser corroborado pelo fato de que a prática da pesquisa científica contribui, de maneira considerável, para o desenvolvimento profissional dos alunos: a partir do conhecimento obtido na universidade de como realizar pesquisas, os resultados que delas se originaram podem ser aplicados em sua vida profissional (LAMANAUSKAS; AUGIENĖ, 2015). Sendo assim, nota-se que o discente enriquece sua formação acadêmica ao produzir conhecimento por meio da pesquisa científica. Isso se dá pelos conhecimentos que adquire, durante seu desenvolvimento, como também pela metodologia que utiliza para fazer a investigação (SOCZEK; ALENCASTRO, 2012).

Por outro lado, quando as regras e passos metodológicos da pesquisa científica são de conhecimento do aluno, nele se desenvolve um hábito que o acompanhará pela sua vida: passará a ter prazer pela leitura e adotará um espírito crítico maduro. Ademais, a disciplina contribui para que o discente adote uma postura de cidadão, livre e responsável, já que o auxilia a “[...] administrar suas emoções, a exercitar o bom senso e a enfrentar desafios na conquista de suas metas” (OLIVEIRA; VALENÇA, 2015, p. 7.489).

Além disso, a contribuição de uma pesquisa científica ao estudante concerne sobre a formação de uma consciência crítica, bem como de obter um espírito científico, já que as observações, análises e interpretações levam o aluno a uma reflexão crítica. A edificação desse espírito e seu aprimoramento se dão de maneira constante, durante sua vida universitária. O exercício da pesquisa na vida acadêmica desperta, no aluno, o espírito de investigação (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Ademais, a pesquisa científica extrapola os resultados de um trabalho científico de caráter estudantil, uma vez que seus benefícios podem se estender à sociedade, isto é, ao bem comum. Isso porque o papel das universidades não se restringe à formação de profissionais: sua função também é de formar pessoas mais preparadas para atuar em sociedade, na qual direcionam seus conhecimentos (PRAÇA, 2015). Um exemplo disso é a difusão dos trabalhos acadêmicos – e seus resultados – ao grande público, de forma que os pesquisadores podem contribuir com a sociedade (ARAGÃO; MENDES NETA, 2017).

A dificuldade de graduandos com a pesquisa científica

Mesmo que sejam várias as dificuldades por quais passam os discentes de ensino superior, ao longo do curso, as mesmas se evidenciam no último ano de graduação, já que precisam elaborar textos científicos, mas desconhecem as formas de fazê-los, como por exemplo, a respeito de como se dá seu desenvolvimento, da estrutura que deve apresentar, do padrão de redação, dos procedimentos para referenciar as fontes utilizadas, de como selecionar as obras e organizá-las, de como construir o texto com citações – e quais os critérios de escolhê-las (OLIVEIRA; VALENÇA, 2015) –, escolher o tema e até mesmo para confeccionar a conclusão, a partir dos resultados que encontraram durante seu desenvolvimento (PRAÇA, 2015).

No intuito de dirimir tais dificuldades, as universidades implementaram, em sua grade curricular, a disciplina de metodologia científica, ministrada logo nos primeiros semestres de curso. Esse processo conta com o auxílio inclusive de professores, que, além de ajudarem o aluno, acabam aprimorando suas competências. Ao aluno, cabe usufruir da pesquisa científica realizada para crescer profissionalmente e adquirir

conhecimento de maneira significativa. Em conjunto, ambos atuam para a resolução dos problemas que surgem durante o desenvolvimento da pesquisa, bem como para corrigir eventuais erros (PRAÇA, 2015). Quando se compreende a metodologia de um trabalho com esse rigor, a investigação científica se torna algo mais fácil e prazerosa (ARAGÃO; MENDES NETA, 2017).

Para Oliveira e Valença (2015, p. 7.486):

[A disciplina de metodologia científica] [...] é essencial para o desenvolvimento de um trabalho científico, pois é nesta que os acadêmicos precisam saber realmente o que é e como se faz trabalhos, artigos e projetos, onde o papel do professor neste momento é o de orientar, ensinar, trabalhar de forma clara e objetiva com seu aluno, tendo uma linguagem que pode mudar a conduta do estudante frente as etapas que irão surgir.

Sendo assim, um desafio inicial com que o aluno se depara é o de escolher o tema de um trabalho científico, já que este precisa empolgá-lo. Isso porque os resultados obtidos podem se mostrar indesejáveis se as hipóteses inicialmente levantadas não foram bem formuladas. Ao tentar melhorá-las, pode haver retrabalho e perda de tempo por parte do pesquisador, o que pode levá-lo a abandonar a pesquisa (SILVA, 2015) e, até mesmo, o curso. Algumas de suas justificativas é de que o professor mostrou descaso diante de suas dificuldades nos trabalhos acadêmicos e por desacreditar de suas capacidades (FREITAS, 2012).

Além disso, os trabalhos acadêmicos geram, nos alunos, angústia e uma visão de que são como obstáculos que têm de ser ultrapassados para obterem nota (FREITAS, 2012). A monografia é um exemplo disso, já que, para o discente, trata-se geralmente de um trabalho enfadonho, difícil de ser realizado e desnecessário, sendo poucos os alunos que reconhecem em tal atividade uma oportunidade de praticar pesquisa, iniciar ou se aprofundar na vida científica (SOCZEK; ALENCASTRO, 2012).

Por vezes, a dificuldade do aluno consiste-se em passar ao trabalho a ideia que até então está pensando transmitir, ou seja, tem problema em estabelecer uma relação confiável entre o que quer apresentar e o que está escrevendo (PRAÇA, 2015). Por outro lado, a atividade de pesquisa também é mal compreendida pelo aluno quando este não entende sua natureza ou finalidade. Por vezes, as fontes não se encontram devidamente citadas e as ideias se mostram desordenadas (PRODANOV; FREITAS, 2013). Nesse sentido, faz-se necessário utilizar-se de uma adequada linguagem em uma divulgação científica, uma vez que, ao simplificar, não se pode perder o rigor ou levar a produção textual a erros (BROCKINGTON; MESQUITA, 2016).

Em casos mais graves, a pesquisa se trata apenas de uma compilação ou cópia da obra de outros autores (PRODANOV; FREITAS, 2013), o que acaba trazendo consequências no campo legal, devido ao plágio (NEUENFELDT *et al.*, 2011). Com a elevada disponibilização de trabalhos acadêmicos no meio virtual, a prática deste crime foi facilitada por conta da velocidade, espaço e visibilidade que a *web* dispõe. Além de retirar a autenticidade e validade científica de uma publicação feita pelo aluno (ARAGÃO; MENDES NETA, 2017), o plágio se mostra uma das principais preocupações das IESs, já que, no intuito de atender facilmente às solicitações do professor, o discente comete uma infração ao copiar a obra de outros autores. É uma prática que já lhe era comum nos ensinos básico, fundamental e médio, e que acabam reproduzindo no superior (FREITAS, 2012).

Nesse sentido, seria ideal que, no ensino médio, houvesse o acréscimo da disciplina de metodologia científica, já que, junto às demais disciplinas, a mesma

contribuiria para o objetivo comum “[...] de todas as instituições de ensino: estimular a construção criativa de conhecimento pelo aluno” (OLIVEIRA; VALENÇA, 2015, p. 7.489).

No que se refere ao aluno de ensino superior, dentre as habilidades que precisa ter, destacam-se a compreensão de leituras e produção de trabalhos acadêmicos (FREITAS, 2012). Contudo, os professores reconhecem que muitos de seus alunos têm dificuldade em ler e estudar corretamente. Em grande parte, isso pode ser explicado pela necessidade de manter a atenção, interpretação, empenho, entendimento e postura crítica. Isso se reflete na produção de trabalhos, já que possuem deficiências quanto à leitura (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Esse problema se soma à dificuldade em sua formação básica, que inclui gramática, matemática e conhecimentos gerais (SOCZEK; ALENCASTRO, 2012), os quais são base para a construção daquele que se obtém na vida acadêmica. De certa forma, essa carência se deve ao fato de que a maioria dos alunos do Brasil advém de escolas públicas, as quais necessitam melhorar sua qualidade de ensino. Nesse sentido, os alunos sofrem um grande impacto no que se refere à transição entre ensino médio e ensino superior, por conta das regras e métodos rigorosos presentes nas IESs, o ritmo que nelas se mantém, a necessidade de praticar leitura e reflexão (NERVO; FERREIRA, 2015).

Entretanto, um estudo realizado chegou à conclusão de que também falta interesse dos alunos em adentrar à realidade do mundo científico. Muitos apenas praticam a atividade científica por conta de cumprir com as atribuições que lhe foram dadas. Isso pode ser explicado, em parte, pelo desejo de obtenção fácil de um diploma, isto é, que não represente muito esforço e tempo, ao contrário de uma atividade de pesquisa científica, que exige “[...] criatividade, percepção, responsabilidade [e] consistência [...]”, qualidades estas que, atualmente, os graduandos não possuem (LAMANAUSKAS; AUGIENĖ, 2015, p. 139, tradução nossa).

Nesse sentido, vale ressaltar que grande parte dos alunos que optam por uma IES privada trabalha durante o dia e estuda no outro período, o que os deixam sem motivação, energia e interesse para se dedicar à pesquisa científica (SOCZEK; ALENCASTRO, 2012).

Essa motivação pode vir, em algumas das vezes, em forma de IC, pela qual a universidade auxilia o aluno financeiramente. Quando na graduação, conta com a colaboração de seu orientador, mas quando na pós-graduação, o pesquisador desenvolve um plano de pesquisa de maneira quase que autônoma (SILVA, 2015). A IC amplia a visão de mundo do discente, e reforça sua *expertise* profissional (SOCZEK; ALENCASTRO, 2012), já que o tema de sua investigação científica pode aproximá-lo de sua atual ou futura atuação no mercado de trabalho (NEUENFELDT *et al.*, 2011).

Outras dificuldades enfrentadas pelo pesquisador são a falta de materiais – em especial os sofisticados, que geralmente são onerosos – e de espaço físico (SILVA, 2015). Prova disso é que, em grande parte, as pesquisas são desenvolvidas nas próprias IESs, das quais se requer uma infraestrutura adequada, recursos humanos qualificados e investimentos massivos. No que se refere à infraestrutura, por exemplo, é preciso considerar que muitas IESs privadas se mostram precárias, já que não possuem bibliotecas com materiais suficientes para atender seus cursos, tampouco para a realização de pesquisa. Por outro lado, no que diz respeito à qualificação de profissionais, vale ressaltar que mesmo que IESs sejam compostas de mestres e doutores, estes assumem frequentemente funções de ensino, se dedicando pouco à

atividade de pesquisa científica no ambiente acadêmico de boa qualidade (SOCZEK; ALENCASTRO, 2012). Dessa forma, a limitação de docentes doutores e mestres acaba reduzindo a formação científica do estudante (BRIDI, 2015). Isso acaba interferindo, inclusive, no custo envolvido, já que há gastos adicionais devido à sua carga horária que se divide entre pesquisa e sala de aula. Por fim, destaca-se também um custo por conta das bolsas que são pagas (OLIVEIRA, A. M., 2013).

Se necessário contar com o envolvimento de outras pessoas, pode ser um desafio ao pesquisador lidar com aquelas que não estão dispostas e com vontade de colaborar (SILVA, 2015). Na pós-graduação, por exemplo, são vários os casos em que o trabalho de orientação por parte do docente é quase inexistente, já que o orientando acaba definindo sozinho o objeto ou problema de investigação de seu estudo, o que acaba por implicar na qualidade que este terá (KUHLMANN JUNIOR, 2015). Por outro lado, nota-se uma compreensão errada por parte do aluno de que o conhecimento é dado pelo docente, e não construído. Prova disso é que, em muitas das vezes, os estudantes consideram os professores que instigam a pesquisa como aqueles que enrolam, ao dar aula, dando preferência aos que fazem aulas bastante expositivas, que fazem apostilas e os treinam para as provas (SOCZEK; ALENCASTRO, 2012).

Por isso, é importante ressaltar que os pesquisadores em formação aprendem a fazer pesquisa científica sob a colaboração daqueles que já são experientes e qualificados, sendo sua tutoria um benefício ao tutelado (SANTOS, L. H. L., 2017). Sendo assim, o professor é apenas o intermediador dessa obtenção de conhecimento, e não o agente do processo, que seria o discente (SOCZEK; ALENCASTRO, 2012).

METODOLOGIA

Esta revisão de literatura teve, por base, as bases de dados da SciELO, Spell e Google Acadêmico para encontrar os materiais relevantes à problemática aqui discutida. Os descritores utilizados foram “dificuldade”, “aluno”, “ensino superior” e “pesquisa científica”, tendo por critérios de inclusão os materiais que estivessem nos idiomas português e inglês e que tenham sido publicados entre os anos de 2010 e 2020. Os critérios de exclusão, por sua vez, foram os materiais que não estivessem nos idiomas determinados e que tenham sido publicados em um período superior a 10 anos. Foram consultados artigos científicos, trabalhos para obtenção de título e outros conteúdos pertinentes ao assunto discutido neste estudo.

A próxima etapa da presente pesquisa, consistirá na aplicação de um questionário, para que possa ser verificado qual é o conhecimento existente por parte de discentes de uma universidade comunitária em Santa Catarina, acerca da existência de canais científicos para realização de investigações acadêmicas.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Os pesquisadores agradecem pelos incentivos recebidos das agências de fomento de financiamento do projeto (PAEC, FAP, UNIEDU/SC).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M.; VICTOR, F. G.; VENDRUSCOLO, M. I. A percepção do papel e do impacto da pesquisa científica sobre o meio social: uma perspectiva do discente de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 8., 12-14 ago. 2018, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2018. p. 1-17. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/10congresso/anais/8CCF/20180507124728.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2020.

AMORAS, F. C.; AMORAS, A. V. A pesquisa no ensino superior: um ensaio sobre metodologia científica. **Estação Científica UNIFAP**, Macapá, v. 6, n. 3, p. 127-136, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/2923/vilhenav6n3.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2020.

ARAGÃO, J. W. M.; MENDES NETA, M. A. H. **Metodologia científica**. Salvador: UFBA, 2017. 51 p. : il. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174996/2/eBook_Metodologia_Cientifica-Especializacao_em_Producao_de_Midias_para_Educacao_Online_UFBA.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

ASNAKE, M. A importância da publicação científica para o desenvolvimento da saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, [Rio de Janeiro], v. 20, n. 7, p. 1.972-1.973, jul. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v20n7/1413-8123-csc-20-07-1972.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2020.

BORGES-ANDRADE, J. E. *et al.* Psicologia brasileira: uma análise de seu desenvolvimento. **Universitas Psychologica**, Bogotá, v. 14, n. 3, p. 865-880, jul.-set. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rups/v14n3/v14n3a06.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRIDI, J. C. A. A pesquisa nas universidades brasileiras: implicações e perspectivas. In: MASSI, L.; QUEIROZ, S. L. (Orgs.). **Iniciação Científica: aspectos históricos, organizacionais e formativos da atividade no ensino superior brasileiro**. São Paulo: UNESP Digital, 2015. cap. 1. p. 13-35. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/s3ny4/pdf/massi-9788568334577.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2020.

BROCKINGTON, G.; MESQUITA, L. As consequências da má divulgação científica. **Revista da Biologia**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 29-34, 2016. Disponível em: <<https://revista.ib.usp.br/node/207>>. Acesso em: 26 out. 2020.

BROFMAN, P. R. A Importância das publicações científicas. **Cogitare Enfermagem**, [Curitiba], v. 17, n. 3, p. 419-421, jul./set. 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/29281/19029>>. Acesso em: 28 out. 2020.

CALDERÓN, A. I. (coord.) **Educação superior: construindo a extensão universitária nas IES particulares**. São Paulo: Xamã, 2007.

COSTA, P. D. S. **Metodologias de pesquisa utilizadas nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBCT e UNESP nos anos de 2014 a 2016**. 2018. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/552/1/TCC_MetodologiasPesquisaUtilizadas.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

DROESCHER, F. D.; SILVA, E. L. O pesquisador e a produção científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [Belo Horizonte], v. 19, n. 1, p. 170-189, jan./mar. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pci/v19n1/11.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2020.

DUMER, M. C. R. *et al.* A relevância da pesquisa científica para o graduando de Administração: análise da percepção dos discentes. **Cadernos da Fucamp**, [Monte Carmelo], v. 17, n. 31, p. 64-79, 2018. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/1194/1027>>. Acesso em: 31 out. 2020.

ERDMANN, A. L. A importância da publicação científica no contexto acadêmico. **Revista de Enfermagem da UFSM**, [Santa Maria], v. 6, n. 2, p. 3-4, abr./jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/22882/pdf>>. Acesso em: 28 out. 2020.

FREITAS, T. C. S. A percepção dos discentes sobre as dificuldades na produção do trabalho acadêmico. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, IX., 29 jul.-1 ago. 2012, [Caxias do Sul]. **Anais eletrônicos...** [Caxias do Sul]: ANPED SUL, 2012. p. 1-13. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/77721>>. Acesso em: 28 out. 2020.

GOMES, D. M.; MACHADO, D. P.; SILVA, R. P da. **Incentivo à pesquisa científica durante a graduação em ciências contábeis: um estudo nas universidades do Estado do Rio Grande do Sul**. RIC - Revista de Informação Contábil, v. 3, n. 2, p. 37-60, 2009. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/view/138/13>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

KUHLMANN JUNIOR, M. Produtivismo acadêmico, publicação em periódicos e qualidade das pesquisas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 838-855, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742015000400838&script=sci_arttext&tlng=pt#fn1>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAMANAUSKAS, V.; AUGIENĖ, D. *Development of scientific research activity in University: a position of the experts*. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, [s.l.], v. 167, p. 131-140, jan. 2015. Disponível em: <<https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S1877042814068013?token=65C7D8284C5B885084E724E856297F99E4CE3AAF7B1D8F71E856F15438496EE8871EC70681DB9871F98738C4D0FC1A38>>. Acesso em: 27 out. 2020.

LOWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.** São Paulo: Cortez, 2002.

NERVO, A. C. S.; FERREIRA, F. L. A importância da pesquisa como princípio educativo para a formação científica de educandos do ensino superior. **Educação em Foco**, [Amparo], n. 7, p. 31-40, 2015. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/3importancia_pesquisa_paraformacaocientifica.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

NEUENFELDT, D. J. *et al.* Iniciação à pesquisa no ensino superior: desafios dos docentes no ensino dos primeiros passos. **Ciência & Educação**, [Bauru], v. 17, n. 2, p. 289-300, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v17n2/a03v17n2.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2020.

NEZ, E. **Em busca da consolidação da pesquisa e da pós-graduação numa universidade estadual:** a construção de redes de pesquisa. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

OLIVEIRA, A. M. **Contribuições do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) para a formação do aluno de Psicologia.** 2013. 100 f. *Dissertação* (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17548/1/AndressaMO_DISERT.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica:** um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: UFG, 2011. 72 p. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

OLIVEIRA, T. A. B.; VALENÇA, K. F. P. A importância da metodologia científica para o ensino e aprendizagem no ensino superior. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, XII., 26-29 out. 2015, [Curitiba]. **Anais eletrônicos...** [Curitiba]: PUCPR, 2015. p. 7.480-7.490. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17807_10482.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

PEREIRA, A. S. *et al.* **Metodologia da pesquisa científica.** Santa Maria: UFSM, 2018. 119 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 out. 2020.

PRAÇA, F. S. G. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 72-87, jan.-jul. 2015. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 276 p. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2020.

SANTOS, L. H. L. Sobre a integridade ética da pesquisa. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 3, p. 4-5, jul./set. 2017. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v69n3/v69n3a02.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2020.

SANTOS, S. M. **O desempenho das universidades brasileiras nos rankings internacionais:** áreas de destaque da produção científica brasileira. 2015. 344 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-26052015-122043/publico/SOLANGEMARIADOSSANTOSVC.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2020.

SILVA, A. M. Capítulo 3: caracterização da pesquisa. In: SILVA, A. M. **Metodologia da pesquisa.** 2. ed. rev. Fortaleza: EDUECE, 2015. cap. 3. p. 45-64. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/432206/2/Livro_Metodologia%20da%20Pesquisa%20-%20Comum%20a%20todos%20os%20cursos.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

SOCZEK, D.; ALENCASTRO, M. Pesquisa acadêmica em Instituições de Ensino Superior particulares: desafios e perspectivas. **Revista Intersaberes**, [s.l.], v. 7, n. 13, p. 46-66, jan.-jun. 2012. Disponível em: <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/247/156>>. Acesso em: 26 out. 2020.

ANÁLISE DO NÍVEL DO RIO DO PEIXE ATRAVÉS DE REDE DE SENSORES¹

Luciano Abreu dos Santos, luciano_440@hotmail.com²
Liane da Silva Bueno, liane@uniarp.edu.br³

Resumo – Este resumo apresenta a primeira etapa do projeto de iniciação científica pelo Fundo de Apoio a Pesquisa(FAP), da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe(UNIARP). O projeto tem como principal objetivo, realizar uma análise criteriosa a respeito da dinâmica da variação do nível do Rio do Peixe, em área pertencente ao perímetro urbano de Caçador, região meio-oeste do estado de Santa Catarina. Nesta etapa foi realizado o referencial teórico, buscando-se fundamentar a respeito da bacia hidrográfica do rio do Peixe, índices pluviométricos, ocorrências de inundações, legislação pertinente bem como sensores remotos de monitoramento do nível de recursos hídricos. A partir daí, identificaram-se as localidades mais atingidas pelo transbordamento do rio em ambiente urbano, elegendo-se cinco localidades representativas com histórico de inundações, realizando-se reconhecimento *in loco* com registros fotográficos, afim de planejar a locação dos sensores e os pontos de coleta das medições do comportamento do nível do Rio do Peixe, objetivo desta etapa do projeto FAP. Concluindo, definiu-se a localidade denominada no projeto de FAP1, localizado no bairro Vila Kurtz, onde na etapa posterior, serão instalados os sensores de monitoramento do nível da água.

Palavras-chave: Rio do Peixe. Variação de nível. Inundação. Caçador.

INTRODUÇÃO

Observa-se nos últimos anos registros de frequentes ocorrências de desastres naturais no território brasileiro com um todo, sejam eles de escorregamentos de solos ou de ocorrências de inundações. O que não é diferente para a cidade de Caçador, região meio oeste do estado de Santa Catarina, sul do Brasil; com o advento das frequentes inundações do rio do Peixe, no contexto das áreas pertencentes ao perímetro urbano do município.

Assim sendo, com o histórico de ocorrência de enchentes na cidade de Caçador, bem como o conhecimento da dinâmica da montante da bacia hidrográfica do Rio do Peixe, fundamenta-se este resumo expandido, afim de subsidiar ações de análise, planejamento e gestão voltadas a segurança pública.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial adotado parte da bacia hidrográfica do Rio do Peixe. Segundo o Comitê de Gerenciamento Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe do Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina (SIRHESC)(2020), a Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe tem 876m de altitude média e as coordenadas geográficas que a delimitam são: latitude: S 26°36'24" e S 27°29'19" e longitude: W 50°48'04" e W 51°53'57". A bacia conta com uma área territorial de

¹ Resumo Expandido proveniente da Primeira etapa de Projeto de Iniciação Científica FAP/UNIARP.

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da UNIARP, campus Caçador/SC. email: luciano_440@hotmail.com

³ Docente do curso de Engenharia Civil da UNIARP, campus Caçador/SC. Email: liane.bueno@uniarp.edu.br

5.238 km², um perímetro de 425 Km² e abrange uma população estimada de 385.160 pessoas, somando-se zona rural (21%) e urbana (79%).

O mesmo autor relata que a bacia apresenta uma morfologia formada por vales e montanhas, com drenagens encaixadas em fraturas geológicas. Na região do município de Caçador, alto da bacia, existem ações erosivas menos intensas com topografias mais aplainadas, já na região de Joaçaba e Piratuba, baixo da bacia, ocorrem ações erosivas mais intensas. Na Bacia do rio do Peixe o Aquífero Guarani está a uma profundidade média de 600 m e apresenta grandes vazões de água.

A equação de chuvas definida por Back, Henn e Oliveira (2011) indicada para o município de Caçador/SC, foi realizado no período de 1988 a 2005.

A estação Caçador, está localizada na Latitude 26°46'00"S e Longitude 51°00'00" O; na sub-bacia 72, sub - bacia dos rios Uruguai, do Peixe e outros.

As chuvas tem elevado o nível do Rio do Peixe causando enchentes, colocando em risco, além de gerar prejuízos para quem vive às margens dos cursos d'água. As inundações em Caçador, segundo o Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) da prefeitura municipal, destacam a porção urbana da cidade, como as áreas que sofrem com os transbordamentos do rio anualmente.

Segundo Plano Municipal de Saneamento Básico de Caçador (PMSBC)(2014), as áreas sujeitas a inundações causadas pelo rio do Peixe e Caçador, foram mapeadas. Sausen e Lacruz(2015), as inundações é o tipo de desastre que mais prevalece no mundo, causando perdas econômicas e afetando elevado número de pessoas. Destacam como motivo de ocorrência além das precipitações, desmatamento, obstrução de canais de rios, práticas inadequadas de uso do solo entre outros.

Para Tominaga *et al* (2009), inundações e enchentes são desastres naturais causados geralmente por chuvas fracas com períodos alongados, ou, chuvas fortes com volumes excessivos.

Segundo UN-ISDR (2002), as inundações e enchentes são problemas geoambientais derivados de fenômenos ou perigos naturais de caráter hidro meteorológico ou hidrológico, ou seja, aqueles de natureza atmosférica, hidrológica ou oceanográfica. De acordo com Ministério Cidades/IPT (2007), o alagamento pode ser definido como o "acúmulo momentâneo de águas em uma dada área por problemas no sistema de drenagem, podendo ter ou não relação com processos de natureza fluvial". Tem-se que, as inundações de áreas urbanas, são tratadas cada vez mais frequentes, buscando-se monitoramentos com auxílio de equipamentos tecnológicos.

Conforme frisa a lei federal, Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, capítulo II, do Art. 5º: São objetivos da PNPDEC (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil):

VIII - monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres;

IX - produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres naturais;

XI - combater a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis e de risco e promover a realocação da população residente nessas áreas;

Lei 14.675, de 13 de abril de 2009, que aborda impactos ambientais, banhados de altitude, campos de altitude, corpo de água descritos no Código Estadual de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, apresenta alguns conceitos pertinentes, conforme a seguir no Art. 28:

XIV - avaliação de impacto ambiental: procedimento de caráter técnico científico com o objetivo de identificar, prever e interpretar as consequências sobre o

meio ambiente de uma determinada ação humana e de propor medidas de prevenção e mitigação de impactos;

XX - corpo de água ou corpo hídrico: denominação genérica para qualquer massa de água, curso de água, trecho de rio, reservatório artificial ou natural, lago, lagoa, aquífero ou canais de drenagem artificiais;

Já o Plano Diretor do município de Caçador/SC, na qual foi desenvolvido e voltado para o planejamento da ocupação do território como um todo, prevê manter sem ocupação as áreas de riscos, planejando drenagem das áreas já ocupadas para ter o mínimo possível de transtornos com enchentes, controlando a impermeabilização do solo, com pisos drenantes, mantendo em dia a limpeza de canais de cursos de água, galerias etc.

Para fazer o acompanhamento destes eventos naturais, como é o caso das ocorrências de inundações provocadas pela variação do nível do rio do Peixe, tem-se conforme menciona (UEYAMA, 2020), uma rede de sensores sem fio para monitorar rios e córregos urbanos.

Segundo (UEYAMA, 2020), o sistema de sensores a ser utilizado, se caracteriza por ter sido desenvolvido a partir do conceito de um sistema de detecção de inundações sem fio modular. A rede de sensores será integrada remotamente a um ponto central de armazenamento de dados, possibilitando posteriormente a realização de análises estatísticas dos dados, bem como obtém recursos de resposta a alertas de inundação via Internet. Sausen e Lacruz (2015), observam que conhecer os fenômenos de origem natural com potencial de danos a sociedade é uma das etapas iniciais para as ações de prevenção de risco, destacando-se características de ocorrências como área de abrangência, tempo de recorrência, no caso das inundações.

METODOLOGIA

Esta pesquisa será realizada a partir de um enfoque metodológico de natureza aplicada, caracterizada como explicativa e descritiva.

Segundo Gil (2008), a pesquisa explicativa busca identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. O mesmo autor caracteriza a pesquisa descritiva como aquela que descreve as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2008).

Tem como foco de investigação uma área piloto; área de estudo pré-definida no rio do Peixe, no contexto do perímetro urbano do município de Caçador, caracterizando-a como estudo de caso. Neste sentido, Gil (2008) explicita que o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um objetivo ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Onde, a partir das atividades elencadas no cronograma de atividades, pretende-se atingir os resultados esperados.

Bem como o desenvolvimento de atividades de práticas de campo prevendo algumas diligências para a visita *in loco* na área de estudo, para a identificação e análise de situações tanto de potencial de risco quanto de efetivos de desastres naturais, tendo como enfoque o fenômeno da inundação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o projeto proposto, concluiu-se o referencial teórico dos temas pertinentes a investigação da área piloto, obtendo-se informações a respeito das ocorrências de inundações a partir do Mapa das Áreas Sujeitas à Inundação (PMSB, 2014), elegendo-se cinco localidades representativas com histórico de inundações no perímetro urbano de Caçador. Com auxílio da imagem Google Earth(2020), realizaram-se reconhecimento *in loco* com registros fotográficos, afim de planejar as ações posteriores de locação dos sensores e o ponto de coleta das medições do comportamento do nível do Rio do Peixe, previstas no cronograma do projeto FAP. Para tanto, a escolha da melhor localidade, deu-se a partir do aspecto da segurança dos sensores, prevendo evitar furto ou depredação. Sendo assim, a localidade que mais atendeu a esta expectativa frente suas características, foi a localidade denominada FAP1, localizado na Rua Etelvino Pedrassani, no bairro Kurtz (26°46'04.64''S 51°00'20.41''O), conforme Figura 1:

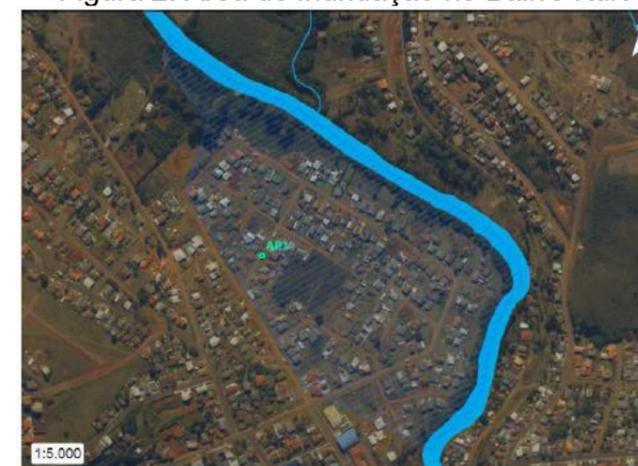
Figura 1: Localidade FAP1



Fonte: O autor

Segundo PMSB(2014), o bairro Kurt (Figura 2), apresenta ocupação de loteamento irregular em área da bacia de inundação do Rio do Peixe, onde seguidamente é atingida por um nível de cheia, causando transbordamento do rio.

Figura 2: Área de inundação no Bairro Kurt



Fonte: PMSB, 2014

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, o planejamento para locação dos sensores e o ponto de coleta das medições, previstos nos objetivos e cronograma, foi realizado.

Concluída esta etapa da pesquisa, prevê-se a locação da rede de sensores e o acompanhamento das variações do nível do Rio do Peixe no período de novembro de 2020 a julho de 2021.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

áNossos agradecimentos à UNIARP pelo financiamento do projeto FAP.

REFERÊNCIAS

BACK, Álvaro José; HENN, Alan; OLIVEIRA, José Luiz Rocha. **Heavy rainfall equations for Santa Catarina, Brazil**. In. Rev. Brasileira em Ciências do Solo. vol.35 no.6 Viçosa, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-6832011000600027&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: maio 2020.

BRASIL¹. Agência Nacional de Águas. **Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)**. Disponível em: <http://www.snirh.gov.br/>. Acesso em: jun.2020.

BRASIL². Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Código Florestal Brasileiro**. Brasília.

BRASIL³. Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012. **Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm

Defesa Civil do Estado de Santa Catarina. **Institucional**. Disponível em: <https://www.defesacivil.sc.gov.br/institucional/>. Acesso em: set.2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Lei Municipal: **Plano Municipal de Caçador**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretorcacador-sc>. Acesso em: set.2020.

Plano Municipal de Saneamento Básico de Caçador (PMSB). Florianópolis, 2014.

SAUSEN, Tania Maria; LACRUZ, María Sílvia Pardi. **Sensoriamento Remoto para desastres**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

TOMINAGA, Lídia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosangela do. **Desastres Naturais – Conhecer para Prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

UEYAMA, Jó. **Alerta contra inundações. Explorando a abordagem sensor web e o sensoriamento participatório no monitoramento de rios urbanos**. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/alerta-contrainundacoes/>. Acesso em: mai 2020.

CURSO DE MEDICINA

Trabalhos oriundos de Projetos Integradores

PROMOÇÃO DE SAÚDE BUCAL NAS CRIANÇAS DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE CAÇADOR-SC¹

Diego Melato, diegomelato1@gmail.com²

Gabriela Luiza Vázquez Nicareta, gabrielanica15@gmail.com³

Andréia Valeria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br⁴

Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br⁵

Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br⁶

Resumo – Esta pesquisa foi realizada para revelar o grau de cuidados e as informações prestadas em Unidade Básica de Saúde (UBS) em Caçador/SC, relacionadas à promoção de saúde bucal e prevenção. Objetivou-se analisar a existência de dados que forneçam informações do fluxo de crianças atendidas no consultório odontológico da unidade, com as ações de saúde bucal da escola do bairro, através do Programa Saúde na Escola e o número de atendimentos odontológicos prestados no ano de 2019, realizados em crianças de 1 a 12 anos. Encontrou-se dados de 3870 usuários. Os padrões escolhidos para discussão, foram os três procedimentos mais numerosos: Selamento Provisório de Cavidade Dentária (122), Restauração de Dente Decíduo (221) e Orientação de Higiene Bucal (302). Observou-se incoerências entre prevenção/promoção à saúde e o número de atendimentos, totalizaram-se 702 atendimentos que, deveriam reduzir o número de procedimentos curativos. Os principais tratamentos curativos na UBS, somaram 343 atuações. Dessas, 221 em dentes que deveriam ser mantidos saudáveis apenas com uma boa escovação. Inferiu-se, que existe uma lacuna entre efetividade nas práticas de promoção a saúde e os serviços prestados pela UBS. Evidenciou-se a necessidade de melhoria no plano técnico de abordagem de prevenção, principalmente nas escolas.

Palavras-chave: Higiene Bucal. Saúde Bucal. Consultas Odontológicas. Unidade Básica de Saúde. Promoção à Saúde.

INTRODUÇÃO

Na historicidade das ações de cuidado à saúde bucal se percebe um esforço unidirecional para o tratamento curativo. No entanto, nas últimas décadas a prevenção/promoção em saúde bucal, gradativamente, adquiriu patamar de relevância/importância (CASSAL; CARDOZO; BAVARESCO, 2011).

Frente à ideia de promoção à saúde, sobretudo focalizado no nível da atenção primária, ainda consiste os modelos tradicionais de intervenções educativa-preventivas desenvolvidas preferencialmente em ambientes escolares. Infere-se, portanto, que algumas dessas diretrizes apresentam problemas operacionais, como também baixo apelo técnico científico no campo odontológico (KUSMA; MOYSÉS; MOYSÉS, 2012).

Além disso, a cárie contém a classificação de doença crônica mais comum em crianças e, ainda, gera graves impactos no desenvolvimento e qualidade de vida, já que interfere no ato de comer, de modo, a afetar o crescimento saudável. Nesse contexto de nocividade, a dentição cariada pode acarretar prejuízos no sono, déficit

¹ O presente trabalho, refere-se ao Projeto Integrador da 3ª fase do curso de Medicina.

² Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

^{4,5,6} Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

na aprendizagem, na vida adulta maior vulnerabilidade da saúde bucal (NUNES; PEDROSA, 2017).

Mediante ao exposto, a pesquisa foi realizada para revelar o grau de cuidados, como também de informações prestadas da Unidade Básica de Saúde (UBS) em questão, relativas à promoção de saúde bucal e prevenção. Ainda, objetiva-se analisar se existem dados que forneçam informações do fluxo de crianças atendidas no consultório odontológico da unidade; analisar se há ações de saúde bucal na escola do bairro e verificar o fluxo de atendimento aos problemas verificados na escola.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação em saúde bucal ultrapassa o âmbito da atividade prática e propagação de informação. Desse modo, requer estar atrelada a construção e desenvolvimento de bases sólidas/integradoras de promoção à saúde. A cárie corresponde a vários fatores associados ambiental, cultural, social e de hábitos de vida. Assim, a escola favorece um ambiente promissor para diminuir os aspectos multifatoriais da falta de saúde bucal, justamente, pela possibilidade de trabalhar no comportamento coletivo (PEREIRA et al., 2018).

Nesse sentido, crianças que estudam em colégios públicos apresentam chances multiplicadas de dentição decídua cariada não tratada, à medida que a experiência de cárie dentária se torna diretamente proporcional ao contexto socioeconômico, uma vez que existem evidências que correlacionam comunidades de baixa renda com a ingestão elevada de carboidratos (açúcares), e com acesso diminuído a serviços odontológicos (ANTUNES; PERES; MELLO, 2006).

Além disso, o âmbito escolar possui elevada influência na saúde de crianças/jovens, paulatinamente, surgiram “filosofias” como Escola Promotora de Saúde ou Escola Saudável, à fim de objetivar um estilo de vida sadio, já que se desenvolveu ambientes que conduzem à promoção da saúde. Nesse sentido, os programas educativos sobre higiene bucal possuem destaque (PEREIRA et al., 2018).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo, nos quais foram buscados dados, na Secretaria Municipal de Saúde através do sistema informatizado, sobre o número de usuários que frequentam certa Unidade Básica de Saúde de Caçador/SC, o número de atendimentos odontológicos prestados no ano de 2019. Juntamente, dessas consultas, quais foram realizadas em crianças, como também foram analisadas as ações de saúde bucal na escola, através do Programa Saúde na Escola. Por fim, verificou-se o fluxo de atendimento aos problemas encontrados nessas ações.

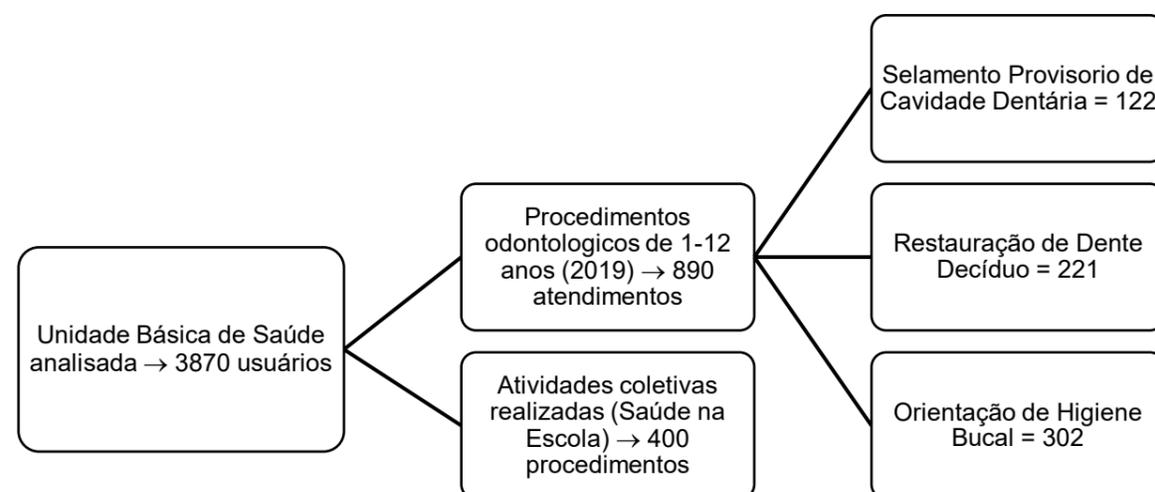
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Frente à ideia obtida na busca de informações por dados, objetivou-se a procura de informação sobre a quantidade de crianças atendidas no consultório odontológico da unidade. Assim, dentro da faixa de 1 a 12 anos foram encontrados 890 atendimentos entre as mais variadas necessidades (Acesso Polpa Dentária e Medicação; Selamento Provisório de Cavidade Dentária; Gengivectomia; Raspagem Alisamento e Polimento Supragengivais; Aplicação Tópica de Flúor; Restauração de Dente Decíduo; Restauração de Dente Permanente Anterior e Posterior; Exodontia de Dente Decíduo; Aplicação de Cariostático (por dente); Aplicação de Selante (por dente); Profilaxia; Orientação de Higiene Bucal). E, ainda, encontrou-se dados de

procedimentos realizados em atividades coletivas, como ações de Saúde na Escola, de modo, a totalizar 400 procedimentos.

Nesse sentido analítico, os padrões escolhidos para discussão foram os três mais numerosos: Selamento Provisorio de Cavidade Dentária (122), Restauração de Dente Decíduo (221) e Orientação de Higiene Bucal (302). A Figura 1 elucida uma melhor orientação sobre esses dados.

Figura 1: Fluxograma dos principais dados coletados.



Fonte: Os autores, 2020.

Sob à luz dos dados coletados, é possível observar incoerências entre a questão de prevenção/promoção à saúde e o número de atendimentos consequentes da falta dela. Dado como exemplo, a relação do número de orientações de higiene bucal e ações de Saúde na Escola, de modo, a totalizar 702 atendimentos que, teoricamente, deveriam reduzir o número de procedimentos curativos.

Nesse sentido, os principais e mais numerosos tratamentos curativos na UBS, somam 343 atuações. Dessas, 221 em dentes decíduais, um número grande, visto que esses dentes podem ser mantidos saudáveis apenas com uma boa escovação e higiene bucal, que deveriam ser ensinadas nessas ações preventivas, mostrando que elas não estão sendo tão eficazes quanto deveriam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se, pois, que existe uma lacuna entre efetividade nas práticas de promoção a saúde e os serviços prestados pela UBS, o que acarreta a não diminuição do fluxo de atendimentos emergenciais curativos. Nesse caso, evidencia-se a necessidade de melhoria no plano técnico de abordagem de prevenção, principalmente nas escolas, que se mostra o melhor local para atuar nesse sentido.

Dessa maneira, o incentivo para uma abordagem efetiva da saúde bucal na escola requer apoio das instituições públicas municipais, com kit dental incluso no material escolar, de tal modo que no mínimo contenha uma escova, creme e fio dental.

E, ainda, exige que o dentista funcionário público ou privado seja encorajado a estar dentro das escolas municipais para realizar projetos de prevenção a cárie.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira; PERES, Marco Aurélio; MELLO, Tatiana Ribeiro de Campos. Determinantes individuais e contextuais da necessidade de tratamento odontológico na dentição decídua no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 79-87, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2006.v11n1/79-87/pt/>. Acesso em: 08 nov. 2020.

CASSAL, Judith Barros; CARDOZO, Débora Deus; BAVARESCO, Caren Serra. Perfil dos usuários que procuram atendimento de urgência odontológica em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista de APS**, v. 14, n. 1, jan-mar, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/14613>. Acesso em: 04 nov. 2020.

DE SOUSA PEREIRA, Gethesemane et al. A promoção da saúde bucal no contexto escolar: uma revisão integrativa. **Revista Expressão Católica Saúde**, v. 2, n. 2, p. 09-16, 2018. Disponível em: <http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/recsaude/article/view/2111>. Acesso em: 04 nov. 2020.

KUSMA, Solena Ziemer; MOYSÉS, Simone Tetu; MOYSÉS, Samuel Jorge. Promoção da saúde: perspectivas avaliativas para a saúde bucal na atenção primária em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, p. s9-s19, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2017.v22n1/191-200/pt/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

NUNES, Vinícius Humberto; PEROSA, Gimol Benzaquen. Cárie dentária em crianças de 5 anos: fatores sociodemográficos, locus de controle e atitudes parentais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 191-200, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2017.v22n1/191-200/pt/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

LEVANTAMENTO DA REALIZAÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA HIV EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MEIO OESTE CATARINENSE¹

Juliana Floss, juliana_floss@hotmail.com²

Lidiane Caroline Zenaro Guerreiro, lidiane.zenaro@hotmail.com³

Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br⁴

Andreia V.S Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br⁵

Dayane C. Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br⁶

Resumo – O HIV é um vírus que ataca os células do sistema imunológico, responsável pela defesa do corpo contra doenças. Considerado agente causador da AIDS (ou SIDA, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), essa patologia representa um problema de saúde pública, sendo a atenção primária responsável principalmente pela prevenção. O trabalho buscou analisar os dados acerca da realização de testes rápidos na unidade básica de saúde a fim de identificar a parcela da população que é menos suscetível a realização do teste como forma de diagnóstico precoce. Foi realizado a análise segundo faixa etária e gênero no período de 2018 e 2019. As notificações de HIV no período também foram analisadas. Os dados demonstram que mulheres jovens são as que mais realizam testes rápidos na UBS, enquanto as mulheres acima dos 40 anos demonstraram menor adesão à testagem. Os homens são os que apresentam maior resistência na realização dos testes rápidos, fato que reflete no cenário, visto que representam o grupo de maior índice de notificações por HIV. O presente estudo contribuiu para identificação de grupos de vulnerabilidade e para o direcionamento das ações e estratégias na área da saúde, visando controle do aumento dos casos de HIV e melhoria do diagnóstico precoce.

Palavras-chave: HIV. AIDS. Testes rápidos. Prevenção.

INTRODUÇÃO

A AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) representa um dos maiores problemas de saúde pública da atualidade em virtude de seu caráter pandêmico (BRASIL, 2005). É uma doença crônica causada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), responsável perda progressiva da imunidade celular e, conseqüente aparecimento de infecções oportunistas (ARAÚJO et al., 2006).

Embora com o passar dos anos se tenha reduzido o número de novos casos, grande parcela dos novos doentes são identificados tardiamente. Somando isso ao fato de nem todos os doentes que são diagnosticados estarem ligados aos cuidados de saúde, nem terem supressão virologia adequada sob terapêutica antirretroviral (TARV), se explica que se verifique ainda tão elevada morbimortalidade associada a esta infecção (TRIGO e COSTA, 2016).

¹ O presente trabalho, refere-se ao Projeto Integrador da 3ª fase do curso de Medicina.

² Acadêmico do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professor(a), do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor(a), do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor(a), do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Diante disso, o presente estudo buscou analisar os dados sobre a realização de testes rápidos para a detecção precoce do vírus na unidade básica de saúde, para que assim possamos identificar os grupos que procuram com menor frequência os serviços para detecção da doença, afim de que sejam estabelecidas ações e estratégias voltadas à prevenção do HIV que aproximem os usuários ao acesso à rede pública, para melhoria dos índices de detecção precoce do HIV.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O HIV é um retrovírus causador da Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida (SIDA ou AIDS – termo em inglês) que acomete o sistema imunológico, caracterizada por depleção seletiva dos linfócitos T CD4+, prejudicando assim a resposta imunológica do indivíduo contra infecções (PATROCLO, 2007).

A transmissão ocorre pela prática sexual sem uso de camisinha, uso de seringa contaminada, transfusão de sangue contaminado e transmissão materno-fetal, que ocorre principalmente na hora do parto, mas também pela amamentação (BRASIL, 2007). Embora não tenha cura, a infecção pode ser controlada, por meio do diagnóstico precoce e terapia adequada ao indivíduo portador da imunodeficiência (BRASIL, 1998).

Diante dos altos índices da infecção revelados no decorrer dos anos, diversas ações e estratégias visando o controle da doença foram criadas no Brasil. Dentre as ações destaca-se a descentralização do Teste Rápido (TR) anti-HIV, como uma resposta imediata a demanda de casos de HIV/Aids, a fim de criar um vínculo da atenção primária com os seus usuários, e ampliando o acesso ao diagnóstico. (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2016).

A utilização de práticas de proteção em relação às infecções sexualmente adquiridas (IST) e, principalmente, à aids, envolve questões como sexo, classe social, etnia e faixa etária (LAZAROTTO, 2007). Apesar de não haver cura, fortes evidências demonstram que o tratamento do HIV é altamente eficaz na redução da transmissão do vírus e que as pessoas em terapia antirretroviral com carga viral indetectável têm chance insignificante de transmitir o HIV sexualmente (BRASIL, 2018).

Em relação ao diagnóstico das infecções sexualmente transmissíveis, a Portaria nº 77, de 12 de janeiro de 2012 preconiza a realização de testes rápidos na atenção básica para a detecção de HIV e sífilis, como também para outros agravos que estão sobre cuidados da atenção pré-natal (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2016).

A Atenção Primária a Saúde (APS) é considerada o serviço essencial na atenção em HIV/AIDS, pelo fato de ser a porta de entrada do SUS, local onde ocorre o contato entre o sistema e a população, desde o rastreamento pelas agentes comunitárias de saúde até o diagnóstico e tratamento desses portadores de HIV (COLAÇO et al., 2019).

Em casos de AIDS, segundo estudos, o risco de morte nos 12 primeiros meses após detecção da doença, está relacionada ao diagnóstico e tratamento tardio. Sendo o diagnóstico precoce fundamental para reduzir essas mortes, e é nesse cenário que a saúde primária se torna essencial para a comunidade, visando prevenção do HIV, detecção precoce e tratamento adequado dos portadores da doença (GRANJEIRO et al., 2011).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, quantitativa com foco na análise da realização de testes rápidos para HIV em uma Unidade Básica de Saúde do meio oeste catarinense. Os dados foram obtidos pela Secretaria de Saúde do município por intermédio das orientadoras, também foram obtidos através dos sites do Ministério da Saúde. Esse material contém o número de notificações de pacientes HIV positivos, o quantitativo de testes rápidos realizados para a infecção, separados por gênero e idade, compreendendo os períodos de 2018 e 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo dados do IBGE (2019), o município de Caçador conta com uma população estimada em 78.595 habitantes. Constata-se que a população adscrita da UBS em estudo é de 3.870, representando menos de 5% da população do município.

Através dos dados demonstrados na tabela abaixo, pode-se constatar que no período de 2017 e 2018 não houve variação no número de notificações de casos de HIV no município de Caçador, enquanto no ano de 2019, houve um valor reduzido de novas notificações. Ainda em 2019 o número de notificações da UBS representou 18% do total de notificações de todo o município.

Em se tratando de notificações em gestantes, na UBS estudada um único caso foi notificado em 2019, no mesmo período duplicou-se o número de novas notificações de gestantes no município. Apesar do baixo número de notificações em gestantes na UBS, o mesmo representa 16,6% do total de novos casos de gestantes HIV positivos de todo o município no mesmo período.

Número de notificações de HIV Positivos > 15 anos.				
Ano de Notificação	CAÇADOR		UBS	
	-gestantes		-gestantes	
2017	14	(3)	1	-
2018	14	(3)	0	-
2019	11	(6)	2	(1)
Total	40	(13)	3	(1)

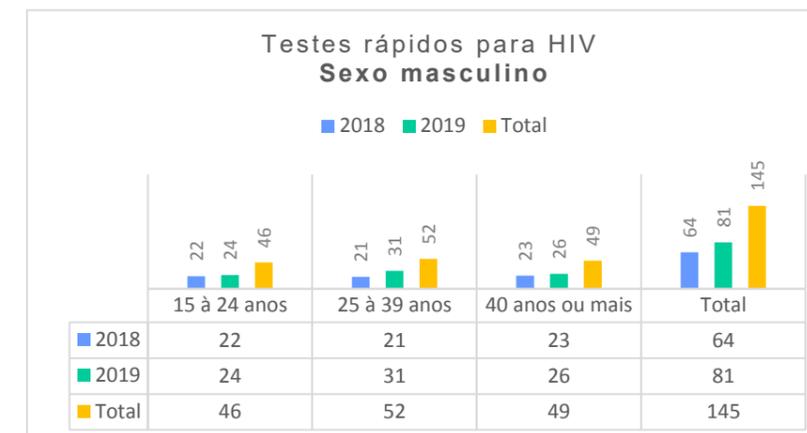
Fonte: Tabnet (2020); AIDS, MS (2020); Sec. municipal de saúde (2020).

Os Testes Rápidos (TR) para diagnóstico da infecção pelo HIV são cada vez mais utilizados no mundo, sua realização é essencial em casos de necessidade da rapidez no diagnóstico (BRASIL, 2010). A utilização dos testes rápidos na UBS teve início de forma intensiva a partir de Agosto de 2017, sendo assim, o presente estudo objetivou a análise de dados obtidos no período de 2018 e 2019.

Em se tratando da realização de testes rápidos na UBS pelo sexo masculino, o gráfico 01 demonstra que no ano de 2019 houve maior adesão do que no ano anterior. No ano de 2018 não houve grandes diferenças na realização dos testes rápidos segundo a faixa etária. Por outro lado em 2019 os homens entre 25 à 39 anos foram os que mais realizaram os testes na UBS.

Quando comparado o total dos testes realizados no sexo masculino e sexo feminino - "não gestantes", existe uma diferença significativa demonstrando que as mulheres são mais cuidadosas com a saúde que os homens. Dados do município de Caçador demonstram que homens são mais acometidos às infecções por HIV do que as mulheres. Desta maneira torna-se essencial que os mesmos realizem os testes com maior frequência a fim de obter um diagnóstico precoce.

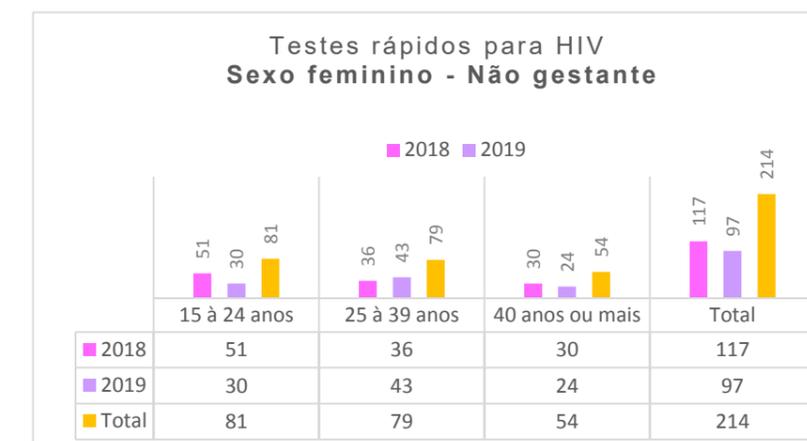
Gráfico 01: Número de testes rápidos realizados de acordo com faixa etária e ano em uma UBS do município de Caçador



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Caçador (SMS), 2020.

Em se tratando de mulheres não gestantes, o estudo demonstrou (Gráfico 02), que em 2018 e 2019 houve uma maior adesão à realização dos testes por mulheres jovens, na faixa dos 15 à 24 anos, sendo que no ano de 2018 esse índice foi maior. De forma geral, o total dos testes realizados por mulheres na faixa dos 25 à 39 anos, foi semelhante às mulheres entre 15 e 24 anos. Estando as mulheres de forma geral mais susceptíveis à realização dos testes em relação aos homens.

Gráfico 02: Número de testes rápidos realizados de acordo com faixa etária e ano em uma UBS do município de Caçador



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Caçador (SMS), 2020.

Através dos dados analisados, verificou-se que as mulheres acima dos 40 anos de idade demonstraram realizar os testes rápidos com menos frequência em relação às mais jovens. Esses dados podem estar associados ao fato de que a sexualidade na velhice ainda é um tema pouco discutido, e que o aumento do número de idosos vivendo com HIV/aids no Brasil demonstra a importância dos profissionais de saúde refletirem sobre sua atuação, pois muitas vezes não estão preparados para identificar a vulnerabilidade destes em relação ao HIV/aids, remetendo, conseqüentemente, ao diagnóstico tardio do HIV/aids nessa população (ALENCAR e CIOSEK, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo contribuiu para identificação dos principais grupos de vulnerabilidade em uma UBS no município de Caçador, estando assim notória a necessidade de ações e estratégias na área da saúde, visando a melhoria no acesso às informações e aos testes rápidos. Essas ações podem ser realizadas através de abordagens de conscientização em escolas, afim de alcançar os jovens, apresentados como um dos grupos de menor adesão às testagens. As ações voltadas aos idosos também devem ser priorizadas, podendo ser realizadas nos centros de encontro dos idosos e na UBS. Estes atualmente representam um grupo com vida sexual ativa, sendo assim, os profissionais de saúde também precisam estar com olhar atento para identificar a vulnerabilidade destes em relação ao HIV. Ações voltadas à conscientização de homens das diversas faixas etárias são imprescindíveis para alcançar este grupo que representa o mais atingido pelas infecções, ao mesmo tempo que são os que menos procuram a UBS para realizar os testes rápidos.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Rúbia Aguiar. CIOSAK, Suely Itsuko. AIDS em idosos: motivos que levam ao diagnóstico tardio. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília. v.69, n.6. nov-dez, 2016.
- ARAÚJO, Maria Alix Leite et al. Aconselhamento pós-teste anti-HIV: análise à luz de uma teoria humanística de enfermagem. **Esc. Anna Nery.** v.10 n.3 Rio de Janeiro. 2006.
- BRASIL. **Guia de vigilância epidemiológica.** Ministério da Saúde. 6. ed. 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Prevenção e Controle das DST/HIV na Comunidade: **Manual do Agente Comunitário de Saúde.** Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST/ Aids. **Boletim epidemiológico AIDS/DST.** Brasília; 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Protocolo para a prevenção de transmissão vertical de HIV e sífilis: manual de bolso,** 2007.
- COLAÇO, Aline Daiane et al. O cuidado à pessoa que vive com HIV/AIDS na atenção primária à saúde. **Rev. Texto contexto - enf.** vol.28. Florianópolis, 2019.
- LAZZAROTTO, Alexandre et al. **HIV/aids e meia idade:** avaliação do conhecimento de indivíduos da região do Vale do Sinos (RS). Feevale, Novo Hamburgo/RS. 2007.
- PATROCLO, Maria Aparecida de Assis; MEDRONHO, Roberto de Andrade. Evolução da contagem de células T CD4+ de portadores de AIDS em contextos socialmente desiguais. **Cad. Saúde Pública.** Rio de Janeiro. v.23, n. 8, Ago. 2007.
- TRIGO, Diva; COSTA, João Borges da, Infecção VIH: Epidemiologia, História Natural e Diagnóstico. **Revista SPDV.** v.74, nº4. Out-Dez, 2016.
- ZAMBENEDETTI, Gustavo, SILVA, Rosane Azevedo Neves da. Descentralização da atenção em HIV-Aids para a atenção básica. **Physis.** v.26. n.3. 2016.

DETERMINANTES DA SAÚDE MENTAL ENTRE ADOLESCENTES EM UM BAIRRO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC¹

Luiza Mezzomo Toazza, luizamezzomotoazza@hotmail.com²

Paola Patrícia Dias, paopdias@gmail.com²

Andreia Valeria de Souza Miranda, andrea.valeria@uniarp.edu.br³

Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br³

Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br³

Resumo – O conceito de saúde mental é determinado pela Organização Mundial da Saúde como um estado de completo bem-estar mental, físico e social, e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades. São inúmeros os fatores que estão envolvidos na definição da saúde mental de um indivíduo, dentre eles: estar cômodo consigo mesmo, assim como com as pessoas ao seu redor; reconhecer sua própria capacidade; consentir com as imposições da vida; saber lidar com as diferentes emoções vividas, ora boas, ora ruins; ser apto a colaborar enquanto membro de uma sociedade; reconhecer seus limites; procurar amparo quando houver necessidade. Diversos coeficientes determinam o conforto psicológico de um adolescente, deste modo, quanto mais expostos a essas condições, maior a possível perturbação na saúde mental desses jovens. Dessa forma, objetivará neste projeto de pesquisa, identificar os determinantes de saúde mental entre adolescentes em um bairro no município de Caçador/SC, assim como verificar a prevalência de transtornos mentais diagnosticados e o número de acompanhamentos psicológicos em adolescentes residentes do bairro estudado.

Palavras-chave: Saúde do Adolescente. Atenção Primária à Saúde. Autoagressão. Adolescente. Sofrimento Mental.

INTRODUÇÃO

A adolescência é um tempo primordial para que ocorra o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos hábitos emocionais e coletivos, que são indispensáveis para o bem-estar mental, os quais incluem a adoção de níveis de sono considerados saudáveis, regularidade de exercícios físicos, desenvolvimento de enfrentamento, solução de problemas e algumas habilidades interpessoais, como aprender a lidar com suas emoções. Dessa forma, a adolescência compõe uma das classes mais vulneráveis no que diz respeito aos problemas mundiais no âmbito atual (SCHOEN-FERREIRA, AZNAR-FARIAS, SILVARES, 2010).

Inúmeros são os determinantes de saúde mental de um adolescente, dessa maneira, quanto mais exposição houver a esses fatores, maior será o potencial impacto à saúde mental desses sujeitos. Outrossim, a relação das alterações no comportamento tem sido ampliada de forma significativa entre os adolescentes; ademais, metade das condições de saúde mental tem início aos 14 anos de idade, todavia, a maior parte dos casos não é identificada e nem estudada (OPAS, 2020).

Ao mesmo tempo que a maior parte dos adolescentes porta uma saúde mental adequada, várias mudanças emocionais, físicas e sociais, abrangendo a exposição à

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 3ª fase do curso de Medicina.

² Acadêmica do curso de medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

miséria, violência ou abuso, tendem a vulnerabilizar os adolescentes à algumas condições de saúde mental. Protegê-los de experiências desconformes, e fornecer o conforto psicológico, além de fatores que possam abalar sua capacidade de prosperar, não são só fundamentais para que ocorra seu bem estar, contudo igualmente para promover sua saúde mental e física durante a vida adulta, definindo oportunidades futuras (OPAS, 2020).

Portanto, a atual averiguação e posterior implementação desse projeto é de fundamental importância, vez que auxilia na identificação dos principais determinantes de saúde mental entre adolescentes em um bairro no município de Caçador/SC.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A adolescência compreende indivíduos que apresentem a faixa etária entre 10 e 19 anos e difere-se em dois períodos: inicial, entre 10 e 14 anos, e final, entre 15 e 19 anos (ULBRICH et al., 2017). As modificações biológicas da puberdade são nítidas e conduzem o jovem para a vida adulta; tais mudanças incluem: alterações sociais, cognitivas e de entendimento acerca da vida (SCHOEN-FERREIRA, AZNAR-FARIAS, SILVARES, 2010).

Essa etapa da vida abrange diversas modificações no organismo do indivíduo, ora mudanças mentais, ora fisiológicas; tais transformações são capazes de propiciar manifestações diferenciadas em relação à conduta e atitudes normais para esta fase. Apesar de existirem diversas alterações do comportamento na puberdade, algumas não são previstas para este período. As pesquisas de suicídio apontam um aumento extremamente expressivo entre os jovens. Diversos estudos indicam que nos locais em que existem informações verídicas sobre mortalidade, o ato suicida em indivíduos maiores de 5 anos está compreendido entre as dez principais causas de óbito. Ao relacionar diretamente a adolescentes entre 15 e 19 anos, essa ocorrência engloba as cinco principais causas de letalidade (ULBRICH et al., 2017).

Dessa forma, a saúde mental está relacionada diretamente com a saúde física e cognitiva, indo muito além da inexistência de uma doença (RIBEIRO et al., 2015). Ademais, o sofrimento psíquico é entendido pela população como motivo de interferência médica; nesse sentido, tal sofrimento tem compreendido o estereótipo de “transtorno mental”, recebendo também outras nomenclaturas como distúrbios e doença mental. Esses transtornos são resultados de diversos fatores extrínsecos e intrínsecos presentes na vida de um indivíduo, como modificações na fisiologia do cérebro, genética, auto personalidade, estresse e ansiedade, agressões físicas e mentais (DEL'OLMO, CERVI, 2017).

Assim, algumas circunstâncias são estabelecidas como distúrbios psíquicos, a exemplo os estados de depressão, o qual envolve um misto de sensações persistentes de abatimento, desestabilidade emocional, desesperança, desânimo, nervosismo (DEL'OLMO, CERVI, 2017). Além disso, conforme a OMS (2019), os transtornos mentais estão relacionados às apreensões irracionais, e são definidos como um excessivo nível de ansiedade, ocorrendo de forma permanente e interrupta.

Os transtornos mentais são apresentados de diversas formas e, normalmente são determinados por um conjunto de ideias, assimilações, emoções e condutas anormais, as quais acabam afetando não somente o indivíduo, mas também a sociedade na qual está inserido. Entre os distúrbios psíquicos estão: psicoses, demências, depressão, transtorno bipolar, esquizofrenia, deficiência intelectual e transtornos de desenvolvimento, como o autismo (OPAS, 2019).

Além dos determinantes individuais da saúde mental, também estão inclusos fatores culturais, sociais, políticos, ambientais e econômicos, como condições de vida do indivíduo, circunstâncias de trabalho, pessoas de seu convívio, políticas nacionais, nutrição, genética, entre outros elementos os quais favorecem o desenvolvimento de transtornos mentais (OPAS, 2019).

A conduta suicida é dividida em três conjuntos: ideação, tentativa, e o próprio suicídio. O marco para suicídio se define em ações nas quais a intenção não se resume a findar a própria vida, e sim mudar o meio no qual se está inserido. Tal conduta é característica de pessoas imaturas, as quais não tem estrutura para reagir aos próprios conflitos, o que é uma peculiaridade da adolescência (ULBRICH et al., 2017).

A autoagressão é exposta como qualquer caso de morte que seja resultado de forma direta ou indireta de uma ação positiva ou negativa, realizada pela respectiva vítima, consciente de que poderá gerar tal resultado; determinando, assim, a autoagressão como uma prática consciente e autodestrutiva que pode ser compreendida como uma enfermidade multidimensional. A tentativa de suicídio é caracterizada como um ato autodestrutivo, mas não fatal, ou seja, o indivíduo por algum motivo não concluiu o objetivo de pôr um fim à vida. A definição para suicídio foi ajustada recentemente, para referir à atos de autodestruição que não causaram morte, ou, atos em que não era presente a intenção de morrer (ULBRICH et al., 2017).

O perigo da autoagressão e da tentativa ou ideação de suicídio não teria de ser uma aflição exclusiva da área da saúde, mas sim de todo o corpo social. Perante a manifestação de ideação suicida e de comportamento autoagressivo, se fazem necessárias intervenções em vários níveis. Com a utilização do trabalho interdisciplinar entre família, profissionais da saúde e gestores é possível reduzir e prevenir atitudes autoagressivas e suicídio em meio a adolescentes em período escolar, por meio da visualização das razões e superior efetividade na prevenção (ULBRICH et al., 2017).

Conforme pesquisas científicas, a maioria dos jovens já passou por algum transtorno psicológico, ora abalos emocionais, ora idealizações suicidas e autoagressão. Acresce-se a isso que, por atingir não só o indivíduo, mas a sociedade como um todo, trata-se de um problema de saúde pública. Nesse sentido, é fundamental que os responsáveis, professores, assim como profissionais da área da saúde cada vez mais auxiliem e deem a esses indivíduos na fase de puberdade (ULBRICH et al., 2017).

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, a qual reuniu informações acerca da identificação dos principais determinantes de saúde mental em um bairro do município de Caçador/SC, através de dados eletrônicos fornecidos pela secretaria municipal de saúde. Os dados utilizados para o estudo foram: número de adolescentes por sexo residentes do bairro, número de adolescentes encaminhados para o psicólogo e número de adolescentes diagnosticados com algum problema de saúde mental. Tais dados foram registrados do período de agosto de 2019 a agosto de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme os dados oriundos da secretaria municipal de saúde, os números nos mostram que no bairro estudado, atualmente, residem 265 jovens, dos quais 12 foram

encaminhados para auxílio e intervenção médica relacionado à saúde mental; ademais, 2 deles foram diagnosticados com algum transtorno psicológico. Assim, 4,52% dos adolescentes do bairro investigado apresentam preocupações envolvendo a sanidade mental.

Apesar de os índices averiguados serem relativamente “baixos”, é nítida a crescente que esses transtornos vêm tomando, ora em âmbito nacional, ora mundial. Além disso, é explícito que inúmeros distúrbios psíquicos passam despercebidos, não sendo diagnosticados e nem ocorrendo uma intervenção e tratamento.

Ademais, estudos científicos apontam que as condições de saúde mental são motivadores de pelo menos 16% da carga global de doenças e lesões entre adolescentes, sendo que, o suicídio é a terceira principal causa de morte entre 15 a 19 anos (OPAS, 2020).

Diante do exposto, é primordial a promoção da saúde mental na escola, lar, comunidade e sociedade como um todo, para assim, trabalharmos com a prevenção ao invés do tratamento e cura. Para isso, é necessário que políticas públicas coloquem em prática projetos, ações e campanhas, os quais priorizem a saúde mental da população, incluindo também os adolescentes, já que essa fase é caracterizada por diversas mudanças hormonais, psicológicas e fisiológicas que, como consequência, acarretam no estado emocional dos jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo presente apresenta dados alarmantes ao relacionar transtornos psíquicos com a adolescência; infelizmente, estimativas apontam que esses números só tendem a crescer, visto que, a sociedade atual compreende e padroniza estereótipos a serem seguidos e preconceitos que ferem os direitos humanos, os quais, como consequência, acabam atingindo o estado emocional e psicológico dos jovens, justamente por essa cobrança visível nos dias de hoje.

Por fim, os distúrbios psíquicos e condutas autoagressivas e suicidas devem ser combatidos, para que assim, como forma de enfrentar seus conflitos, os adolescentes busquem apoio profissional em detrimento da autoagressão e ideações suicidas.

Mediante a análise de saúde mental realizada nos adolescentes do bairro pesquisado, torna-se plausível a adoção de medidas. Dessa forma, cabe à equipe multiprofissional investir em atitudes de prevenção como grupos de apoio, rodas de conversa ou até mesmo palestras para frisar a importância de reconhecer seus desalientos e a necessidade de amparo. Por meio dessas ações, será possível reduzir os níveis de eventos de saúde mental entre os adolescentes.

REFERÊNCIAS

- CORREIA, Valmir Rycheta; BARROS, Sônia; COLVERO, Luciana de Almeida. Saúde mental na atenção básica: prática da equipe de saúde da família. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 6, p. 1501-1506, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342011000600032&script=sci_arttext>. Acesso em: 14, set. 2020.
- COUTO, Maria Cristina Ventura; DUARTE, Cristiane S.; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. A saúde mental infantil na Saúde Pública brasileira: situação atual e desafios. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 30, n. 4, p. 384-389, 2008. Disponível

em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462008000400015&script=sci_arttext>. Acesso em: 09, set. 2020.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza; CERVI, Taciana Marconatto Damo. Sofrimento Mental e Dignidade da Pessoa Humana: os desafios da reforma psiquiátrica no Brasil. **Sequência (Florianópolis)**, n. 77, p. 197-220, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/seq/n77/2177-7055-seq-77-197.pdf>>. Acesso em: 09, set. 2020.

OPAS. Adolescent mental health. World Health Organization. 2020. [INTERNET]. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-mental-health>>. Acesso em: 14, set. 2020.

OPAS. Mental disorders. World Health Organization. 2019. [INTERNET]. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-disorders>>. Acesso em: 09, set. 2020.

PEREIRA, Vinícius Oliveira de Moura et al. Violências contra adolescentes: análise das notificações realizadas no setor saúde, Brasil, 2011-2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200004. SUPL. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/rbepid/2020.v23suppl1/e200004.SUPL.1/>>. Acesso em: 06, set. 2020.

REIS, Dener Carlos dos et al. Health vulnerabilities in adolescence: socioeconomic conditions, social networks, drugs and violence. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 21, n. 2, p. 586-594, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692013000200586&script=sci_arttext>. Acesso em: 06, set. 2020.

RIBEIRO, J. Pais et al. Ulterior validação do questionário de saúde geral de Goldberg de 28 itens. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 16, n. 3, p. 278-285, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862015000300001>. Acesso em: 09, set. 2020.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; DE MATTOS SILVARES, Edwiges Ferreira. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 2, p. 227-234, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000200004>. Acesso em: 09, set. 2020.

TANAKA, Oswaldo Yoshimi; RIBEIRO, Edith Lauridsen. Ações de saúde mental na atenção básica: caminho para ampliação da integralidade da atenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 477-486, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000200016&script=sci_arttext>. Acesso em: 06, set. 2020.

ULBRICH, Gislaíne Dias Siqueira et al. Motivadores da ideação suicida e a autoagressão em adolescentes. **Adolescência e Saúde**, v. 14, n. 2, p. 40-46, 2017. Disponível em: <http://adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=648>. Acesso em: 06, set. 2020.

CONSULTAS DE PUERICULTURA EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC¹

Ânari Pereira Pieczarka, ani.pieczarka@gmail.com²

Gabriela Bendlin Dias, diasgabibd@outlook.com³

Maykon Ribeiro, maykonribeiro4703@gmail.com⁴

Andréia Valeria de Souza Miranda, andreia.valeria@uniarp.edu.br⁵

Dayane Carla Borille, dayanecarla@uniarp.edu.br⁶

Talita Czekster, talita.czekster@uniarp.edu.br⁷

Resumo – A puericultura se faz necessária para a prevenção e a promoção da saúde infantil. Nestas consultas, devem ser englobadas diversas ações, que devem seguir a Caderneta de Saúde da Criança, avaliar seu crescimento e desenvolvimento, acompanhar o calendário vacinal, orientar aos pais sobre prevenção de eventuais incidentes, importância do aleitamento materno, higiene e identificação precoce de enfermidades. Tudo isso a fim de intervir preventivamente e evitar problemas futuros. Dessa maneira, buscou-se, por meio de dados documentais da Secretaria Municipal de Saúde, entender qual o índice de atendimentos puericulturais em certa Unidade Básica de Saúde de Caçador/SC, assim como o seu planejamento e as suas maneiras de melhorar a adesão e a organização das principais ações de puericultura, para que, conseqüentemente, melhore a sua eficácia. Concluiu-se que os atendimentos puericulturais na Unidade, ocorrem em três consultas/ano para cada criança cadastrada, sugerindo uma redistribuição das consultas entre a equipe multiprofissional, assim como ações da mesma para completar as orientações feitas nessas consultas.

Palavras-chave: Puericultura. Consultas. Unidade Básica de Saúde.

INTRODUÇÃO

A puericultura se resume em um conjunto de consultas e técnicas médicas, realizadas na primeira infância, que visam o perfeito desenvolvimento físico e mental da criança. O objetivo desse acompanhamento, implementado na rede básica pelo Programa Saúde da Família, é oferecer medidas preventivas de saúde, para as crianças e os seus familiares, de modo a evitar as principais doenças da infância, para que se tornem adultos mais saudáveis (DEL CIAMPO, 2006).

A puericultura, feita de maneira adequada, possibilita mais que o acompanhamento crescimento e desenvolvimento das crianças. Pode-se melhorar a cobertura vacinal, estimular a prática de aleitamento materno, e também orientar como e quando deve ser feita a introdução da alimentação complementar, entre outras ações (FREITAS; MANDU, 2010).

Para que possam se tornar eficazes, as ações de puericultura devem ser voltadas para o atendimento focado em buscar não apenas a prevenção das doenças. Deve-se investigar o paciente e todo seu contexto biopsicossocial (SANTOS, 2012).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 3ª fase do curso de Medicina.

² Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

^{5,6,7} Professoras do curso de Medicina da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Ao buscar o meio em que a criança vive, as ações médicas ficam mais fáceis de serem realizadas, pois tudo é entendido de uma maneira melhor. Evidenciando assim, a necessidade de uma boa interação com os pais e responsáveis da criança, pois sem esses é impossível de se entender as particularidades de vivência de cada um. Por isso, mostra-se necessário que os pais/responsáveis participem de forma ativa nas consultas, sejam bem orientados para que possam dar continuidade nas ações puericulturais em suas casas, visando o bem da criança (SANTOS, 2012).

Mediante o exposto, a pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de entender qual o índice de atendimentos puericulturais em certa Unidade Básica de Saúde de Caçador/SC, assim como o seu planejamento e as suas maneiras de melhorar a adesão e a organização das principais ações de puericultura, para que, conseqüentemente, melhore a sua eficácia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A puericultura, dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), atua na Atenção Primária, no sentido de promoção e prevenção de saúde infantil. Desse modo, o acompanhamento puericultural visa assegurar um desenvolvimento sadio, objetivando em um indivíduo com um futuro mais saudável e menos propenso a desenvolver patologias. Assim, se feita de maneira correta, a puericultura cumpre um dos principais eixos propostos pela Atenção Primária que é a prevenção e promoção de saúde (FERREIRA, 2017).

A rotina de puericultura, deve iniciar até o sétimo dia após a saída da maternidade, para fazer a primeira avaliação do recém-nascido, conferência da triagem neonatal, imunizações, exame físico, medidas antropométricas, orientações sobre o aleitamento materno, higiene e os principais cuidados que se devem ter com a criança (SBP, 2004). Esses cuidados devem ser mantidos durante todas as consultas posteriores, e ainda, deve-se abordar a prevenção e controle de patologias diarreicas, infecções respiratórias agudas e um acompanhamento geral do crescimento e desenvolvimento. Os registros devem ser feitos e acompanhados pela Caderneta de Saúde da Criança (DE BRITO, 2018).

A Atenção Básica recomenda que a criança tenha pelo menos sete consultas no primeiro ano de vida, sendo elas na primeira semana, segundo mês, terceiro mês, quarto mês, sexto mês, nono mês e no décimo segundo mês. Ainda, que sejam realizadas duas consultas no segundo ano de vida e a partir disso consultas anuais (SILVA, 2016).

As consultas de puericultura, podem ser realizadas pelo profissional médico, pediatra ou enfermeiros da Unidade Básica de Saúde, de acordo com a disponibilidade. Ademais, faz-se necessário uma atuação da equipe multiprofissional em atendimentos/ações que podem ser intercalados ou em conjunto (SILVA, 2016).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo, no qual foram buscados dados na Secretaria Municipal de Saúde por meio do sistema informatizado, sobre o número de crianças que frequentam certa Unidade Básica de Saúde de Caçador/SC e o número de acompanhamento puericultural. Juntamente, qual o número de consultas mensais de puericultura oferecidos durante o primeiro semestre de 2020. Ainda, foram coletados o número de gestantes, a fim de prever as necessidades das consultas de

puericultura. Por fim, quais as ações extras que são ofertadas para as crianças (grupos, atividades, etc.).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Baseado nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Caçador/SC do ano de 2019, obteve-se um cadastramento de 387 crianças de zero a cinco anos na Unidade Básica de Saúde do referido bairro em estudo. O procedimento de puericultura é realizado apenas pelo médico pediatra, que atua na Unidade, duas vezes por semana, totalizando 96 consultas/mês, correspondentes a aproximadamente 1152 atendimentos anuais. Entretanto, em 2019 foram realizados 816 atendimentos e em 2020, 390 atendimentos até o momento. Observando os dados em questão cada criança cadastrada teria em média cerca de três consultas/ano.

De acordo com as premissas do Ministério da Saúde, cada criança menor de um ano precisa de em média uma consulta por mês, menores de dois anos, duas consultas por ano e a partir do terceiro ano de vida, as consultas devem ser anuais (BRASIL, 2015). Se as crianças dessa Unidade, necessitarem de retorno ou atendimento extra, em caso de adoecimentos, o atendimento se torna inviável, visto a quantidade disponível de consultas.

A Estratégia de Saúde da Família preconiza que o atendimento puericultural seja realizado também pelo Médico de Saúde da Família e por um profissional de enfermagem, assim como outros membros da equipe multiprofissional que podem participar desse atendimento (BRASIL, 2015).

Observando os dados gestacionais do ano corrente, até o momento, nota-se uma projeção do nascimento de 34 crianças nos próximos nove meses, podendo influenciar no aumento de atendimentos de puericultura mensais. Nessa unidade de saúde, percebe-se que não há ações multiprofissionais para profilaxia e prevenção de causas evitáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando os dados referidos, conclui-se que há uma alta demanda de atendimentos na Unidade, mas também há boa disponibilidade de consultas puericulturais. Contudo, existe um limite de adoecimento que não pode ser previsto e tende a sobrecarregar os atendimentos pediátricos. Uma das alternativas é a qualificação do profissional enfermeiro e do Médico de Saúde da Família para atuar juntamente na causa de atendimentos.

Dessa maneira, seria de suma importância o engajamento de uma equipe multiprofissional para orientação e ações de prevenção e profilaxia de causa evitáveis, como por exemplo, grupo de pais e gestantes para troca de experiências e informações, em encontros quinzenais, com o rodízio entre o pediatra, nutricionista, enfermeiros e médicos da Unidade. Nesses encontros seriam abordados temas como aleitamento materno, primeiros socorros, cuidados com a criança, introdução alimentar, entre outras abordagens que ajudem a melhorar o conhecimento dos pais e responsáveis sobre a puericultura.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção à Saúde da Criança no Primeiro Ano de Vida**, 2015.

CAMPOS, Roseli Márcia Crozariol et al. Consulta de enfermagem em puericultura: a vivência do enfermeiro na Estratégia de Saúde da Família. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 566-574, jun, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342011000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 nov. 2020.

DE BRITO, Geovânia Vieira et al. Consulta de Puericultura na Estratégia Saúde da Família: Percepção de Enfermeiros. **Revista de APS**, v. 21, n. 1, 2018. Disponível em: <http://repositorio.saolucas.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1623/Dilcelene%20Menezes%20da%20Silva%20-%20Assist%C3%Aancia%20de%20enfermagem%20em%20puericultura%20-%20um%20estudo%20bibliogr%C3%A1fico.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 nov. 2020.

DEL CIAMPO, Luiz Antonio et al. O Programa de Saúde da Família e a Puericultura. **Ciência da saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 739-743, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000300021&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2020.

FERREIRA, Tainara Lôrena dos Santos et al. Avaliação do atributo coordenação do cuidado em serviços de puericultura na atenção primária à saúde. **Revista Ciência Plural**, p. 98-107, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-848600>. Acesso em: 09 nov. 2020.

FREITAS, Maria de Lourdes de Assis; MANDU, Edir Nei Teixeira. Promoção da saúde na Estratégia Saúde da Família: análise de políticas de saúde brasileiras. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 200-205, abr, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002010000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 nov. 2020.

SANTOS, Renata Cavalcante Kuhn dos; RESEGUE, Rosa; PUCCINI, Rosana Fiorini. Puericultura e a atenção à saúde da criança: aspectos históricos e desafios. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 160-165, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S104-12822012000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 out. 2020.

SILVA, Dilcelene Menezes da. Assistência de enfermagem em puericultura: um estudo bibliográfico, 2016. Disponível em: <http://repositorio.saolucas.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1623/Dilcelene%20Menezes%20da%20Silva%20-%20Assist%C3%Aancia%20de%20enfermagem%20em%20puericultura%20-%20um%20estudo%20bibliogr%C3%A1fico.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 nov. 2020.



Sociedade Brasileira de Pediatria. **Consenso do Departamento Científico de Pediatria Ambulatorial**, Rio de Janeiro, 2004.



CURSO DE DIREITO

Trabalhos oriundos de Projetos Integradores

A INFLUÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO DIREITO CONSTITUCIONAL ¹

Ana Luísa Balestrin Silva, Analuisabalestrinsilva6@gmail.com²
Daniel Galvão, danielgalvao99191177@gmail.com³
Eloiza Vitória dos Santos Correa, Eloisacorrea725@gmail.com⁴
Michelly Moreira de Souza, Michellysouza490@gmail.com⁵
Ana Lilian Villwock Azevedo, ana.lilian@uniarp.edu.br⁶

Resumo – É evidente o crescente desenvolvimento tecnológico não apenas no Brasil como mundialmente. Estas novas tecnologias se tornam indispensáveis a vida humana e subsequentemente o desenvolvimento acaba influenciando o direito, no tempo atual os profissionais na área do direito estão gradualmente empregando as novas tecnologias, devida às suas potencialidades e inteligência artificial que auxiliam em seus trabalhos para torná-los mais precisos. É notório que o assunto gera discussões relativas ao avanço da tecnologia no direito, levanta-se a hipótese que em determinado momento os profissionais jurídicos possam ser substituídos em determinadas tarefas por softwares ou aplicativos, já em outros pensamentos se pontua os benefícios e a contribuição com a justiça. O Supremo Tribunal Federal já utiliza ferramentas na otimização dos julgamentos, o sistema judiciário brasileiro é considerado bastante vagaroso por não conseguir atender todas as demandas necessárias em um andamento necessário, o tempo médio de transmutação de um processo no Brasil cresceu nos últimos dois anos demonstrando a existência de burocracia exagerada. Assim, inserir a tecnologia de forma adequada respeitando os entendimentos previstos em nosso sistema processual ajudará a agilizar as etapas burocráticas do processo e também todo o sistema o tornando mais eficiente.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Tecnologia. Avanços. Constituição.

INTRODUÇÃO

Desde o princípio o homem sempre buscou transformar o mundo a sua volta, com o intuito de lhe proporcionar mais conforto e bem-estar, certamente sem o conhecimento nada disso seria possível, a sociedade em que vivemos frequentemente vive sofrendo incoercíveis mudanças em todos os âmbitos de nossa federação, sociais, econômicos, políticos e tecnológicos. A medida que manifestou - se os avanços o estado começou a perceber que seria importante dar continuidade ao processo de desenvolvimento e implantação de políticas públicas projetando o desenvolvimento científico e tecnológico.

A nossa atual constituição, trata da ciência, tecnologia e inovação em capítulo próprio, alusivo à ordem social a emenda constitucional de nº85 criada em 2015, formou novo texto em relação a vários dispositivos deste capítulo e ratificou sua valorização dando especial destaque a inovação, a emenda incluiu o termo

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de (Colocar a modalidade, por exemplo: Projeto Integrador da 5ª fase do curso de administração).

² Acadêmico do curso de xxxxxxxxxx da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de xxxxxxxxxx da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de xxxxxxxxxx da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de xxxxxxxxxx da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor(a), titulação do curso de xxxxxxxxxx da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

inovação ao caput do art. 218, determinando que a inovação também deve ser promovida e incentivada pelo estado juntamente com a ciência, a pesquisa e a tecnologia. Consequentemente essa alteração proporcionou uma nova perspectiva para o desenvolvimento econômico do país, que incluiu a busca por novos produtos, serviços, processos e soluções, entre várias mudanças ela ampliou as possibilidades de apoio financeiro do poder público dessas áreas que encontra-se exposto no art.213 da constituição.

A emenda incluiu os incisos 6º e 7º art. 218 da constituição, incentivando a cooperação entre entes tanto públicos quanto privados nas diversas esferas do governo. O caput do art. 218 da Constituição estabelece que o estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. O Estado tem o dever de realizar as tarefas relacionadas a estas áreas, como exemplo por meio das universidades, o órgão incumbido e responsável por esta efetivação é o ministério da ciência, tecnológica e inovação (MCTI). Incentivar significa que o estado deve desenvolver oportunidades e mecanismos que possibilitem aos seus agentes atingir os objetivos já mencionados.

O que se percebe pois, é que o país cresce e progride quando desenvolve pesquisa nas mais diversas áreas. O avanço da ciência apresenta relação direta com a melhora de qualidade de vida das pessoas, de todas as pessoas, de maneira igualitária tal qual é característico dos direitos sociais. (TANAKA,2019).

O governo brasileiro tem apostado em grandes projetos, com o intuito de estimular o progresso econômico social, em áreas como setores de infraestruturas, ciência e tecnologia e educação. Alguns programas foram criados com o objetivo de auxiliar esse desenvolvimento, podemos citar, (FNDE) fundo Nacional do desenvolvimento da educação que tem como grande objetivo transferir recursos financeiros e prestar assistência aos Estados, municípios e o Distrito Federal, para garantir uma educação de qualidade a todos.

Consideramos que se trata de um tema enriquecedor para o nosso conhecimento, pois percebe-se que as Novas tecnologias permitem a incorporação do conhecimento mais avançado e determina progresso para o país, pois auxilia ultrapassar mais rapidamente as estruturas econômicas do subdesenvolvimento.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O mundo transformou-se em uma plataforma digital, assim tudo se resume a vídeos, imagens, dados e informação. Nesse processo usuários e criadores se confundem, todos almejam seus momentos de curtidas e divulgação. Dominar a tecnologia significa liberdade, a soberania, a primazia industrial enfim melhores condições de vida. Na indústria isso representa competitividade e lucros. (CASTRO, 2011)

Inegável o avanço na comunicação e modificação dos meios de se comunicar e até mesmo vender. Tudo está interligado e seus efeitos extrapolam o âmbito restrito, podendo ser transmitidos para quem interessar, combinando tempo e espaço. Assim a mesma tecnologia que facilita e modifica a forma de viver é a mesma que propõe novos desafios à proteção aos direitos da privacidade. A informação enviada, antes de chegar ao destinatário final, trafega por computadores capazes de capturar e armazenar as comunicações que passam por ela. (INELLAS, 2009)

Para o Direito, a nova realidade não pode ser desprezada, pois as consequências da informática e da rede no mundo jurídico são incontestáveis e totalmente diferentes que no mundo físico. O Direito encontra-se, assim, diante de um

grande desafio, algo muito diferente das relações que se buscava regular há cinquenta anos. O direito sempre regulou as relações decorrentes da realidade fática e de âmbito material. As redes têm muitas vantagens como ferramentas de organização em virtude de sua flexibilidade e adaptabilidade inerentes, características essenciais para sobreviver e prosperar em um ambiente de rápida modificação. (CASTELLS, 2003).

A Constituição Federal em seu artigo 218 indica que o Estado é o incentivador da ciência e da tecnologia sendo de forma direta ou indireta, no fomento da ação provada. Ainda que indiretamente o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e capacitação tecnológicas. Assim sendo sua responsabilidade para a autonomia do país, viabilizando o rompimento com o processo de dependência tecnológica em que os países subdesenvolvidos se encontram. (GRAU, 2007)

Nos artigos 218 e 219 da Constituição Federal evidencia que a prioridade deve ser com o objetivo de promover o “bem público e o progresso das ciências, e o esforço da pesquisa tecnológica nacional deve ser sempre direcionado á solução dos problemas brasileiros e para desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Sempre voltado ao mercado interno, na busca de sua independência e melhora da economia como um todo. (GRAU, 2007)

E nesse contexto há o desafio do desenvolvimento cultural. Assim incentivar o mercado é distribuir renda e realizar políticas de bem-estar, e em consequência causando o aumento da demanda, como ocorreu na industrialização central. O artigo 219 traz a situação de dependência externa e trata também do bem-estar da população, indo de encontro a heterogeneidade das classes sociais existente no Brasil. (OCTAVIANI, 2008)

O mercado interno integra o patrimônio nacional, assim subordina-se a vontade política e as posições jurídicas determinadas pelo titular do patrimônio. O titular do patrimônio, dessa forma, é a “nação” e o objeto são as relações econômicas, de produção, de circulação, de poupança e de consumo, ou seja, todo o mercado financeiro e econômico. O mercado interno deve seguir à nação e viabilizar as duas tarefas de superação do subdesenvolvimento: a eliminação das assimetrias entre as classes e setores sociais, internamente, e externamente entre os países, afinal vivemos num país interdependente e interligado. (OCTAVIANI, 2008)

O rompimento dos vínculos das relações internacionais, o comendo constitucional deveria se vincular todas as políticas públicas e ações estatais, pois é uma questão chave para a conquista da autonomia política e também tecnológica. A situação de cada sociedade diante desse desafio tecnológico é o que determinara a posição de sujeito ou objeto, no cenário internacional. (GRAU, 2007)

O ordenamento jurídico é um complexo emaranhado de normas e princípios que se complementam e se vinculam, dessa forma a visão que devemos tomar da constituição é uma visão holística, pois no artigo 3º, onde se definem os objetivos da República, são norteadores de todas as políticas públicas aplicadas pelo Estado, inserido no rol está o de desenvolvimento nacional. (GRAU, 2007)

O processo da industrialização modificou o perfil das relações econômicas e de poder na sociedade, criando um novo perfil de consumo, nessa transição constituíram-se diferenças entre as sociedades que aderiram a industrialização de forma direta para atender as suas próprias demandas e consolidar posições hegemônicas no contexto mundial. E aquelas sociedades que aderiram de forma indireta, sendo a industrialização advém das necessidades de expansão da economia internacional, sendo passivo nas demandas do mercado externo de consumo. Podemos perceber que a industrialização é um “divisor de águas” para determinar

relações de dependência, o que ocorre em grande escala devido ao fator da ciência e da tecnologia desempenham no mundo desde a industrialização. (FURTADO, 1978)

Ao observarmos a realidade do país identificamos que a Constituição não é neutra. Toma posição nos principais conflitos em que o país e seu povo inseriram-se. E sua posição é pela superação da condição do subdesenvolvimento, assim vincula os demais institutos jurídicos, tornando toda a cadeia em funcionamento para esse fim almejado. (OCTAVINI, 2011)

Dentro da ordem econômica internacional tem relevância: a) controle da tecnologia; b) controle das finanças; c) o controle do acesso à mão-de-obra barata. Todos esses combinados em doses diversas, resultam em posições de força, tanto economicamente quanto política. (OCTAVINI, 2011)

Para que exista inovação é imprescindível que exista criatividade, sendo uma dimensão da cultura. Assumindo a criatividade, o agente impõe a própria vontade, consciente ou inconsciente, aqueles que são atingidos sem seus interesses, implícito na criatividade existe o elemento de poder. Deste ponto surge a inovação, seno um elemento do sistema produtivo é capaz de movimentar um contexto, podendo modificar o perfil do consumidor bem como a composição de um preço/custo. (FURTADO, 1978)

No Brasil, o entendimento assumido para inovação é designado pela lei 10.973 de 2004, conhecida pela Lei da Inovação. A inovação tecnológica é um elemento da civilização industrial que tem o poder de reorganização a situação de dependência dos países. Também é um elemento de acumulação do excedente produzido pelo capitalismo, dessa forma há uma tendência de perpetuar as assimetrias das classes sociais. (OCTAVIANI, 2008)

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, porque, visto que a mesma oferece meios que facilitam o conhecimento geral do assunto tratado, como também permite explorar de modo mais profundo áreas específicas do tema exposto, permitindo também que o tema seja analisado sob novas perspectivas e abordagens produzindo novas conclusões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade, na busca de informações, vem influenciando amplamente em todos os setores da sociedade. No âmbito jurídico não poderia ser diferente. Visando isso, o presente artigo buscou analisar a maneira com que o direito trata a questão ciência, inovação e tecnologia.

A sentença “ciência, tecnologia e inovação” foi adotada recentemente pelo ordenamento jurídico, quando promulgada a Emenda Constitucional de 1985, em que aparecem nos artigos 218 e 219. Ambos os artigos contam com o “Bem Público” e também com o processo da ciência para que haja, conseqüentemente, um desenvolvimento e praticidade mais eficaz.

Outro marco é a Lei de Inovação Tecnológica (Lei 10.973), que foi promulgada no dia 02 de dezembro de 2004, cuja finalidade é estabilizar as metas inseridas no texto constitucional. Visando, à capacitação e o alcance da autonomia tecnológica e desenvolvimento industrial do país.

A Lei 10.973 pretende estabelecer o sistema de cooperação entre os setores acadêmicos e econômicos, concedendo que a produção de novas tecnologias também ocorra no contexto empresarial.

Apesar da incerteza que rodeiam as questões relativas ao avanço da tecnologia aplicada no direito, visto que já existem inúmeras ferramentas que prestam auxílio aos profissionais e autores do âmbito jurídico. O desenvolvimento tecnológico e da ciência, não substituirão profissionais e não servirão como algo que domina e/ou manda, mas sim como uma ferramenta tecnológica que poderá ter inúmeros benefícios para contribuir significativamente para a área almejada.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Carlos Henrique Siqueira. **Direito constitucional e regulatório: ensaios e pareceres**. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

CRUZ, Lucas Mendes Coelho. **A ciência, tecnologia e inovação no ordenamento jurídico brasileiro**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 4980, 18 fev. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/55882>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro : Editora Paz e Terra, 1978.

GRAU, Eros. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. 12ª Edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2007.

INELLAS, Gabriel Cesar Zaccaria. **Crimes na internet**. 2. ed., atual. São Paulo, 2009

OCTAVIANI, Alessandro. **Recursos Genéticos e Desenvolvimento: os desafios furtadiano e gramsciano**. Tese de Doutorado. USP. São Paulo, 2008.

SCALQUETTE, Ana Cláudia Silva; SIQUEIRA NETO, José Francisco Siqueira. **60 Desafios do Direito – Economia, Direito e Desenvolvimento**. vol. 2. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. **A benção de Hamilton na semi-periferia: Ordem Econômico-Social e os juros da Dívida Pública Interna**. 2011.

EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E OS REFLEXOS DA ATUAL PANDEMIA PELO COVID-19¹

Barbara Maria Bäuerle Motta, barbara15bauerle@gmail.com²

Bruno Roberto Fischer, bruno.fischer@hotmail.com³

Gabriella Casali Santi, gabriella.c.santi@gmail.com⁴

Isadora Zeni, dora.zeni@gmail.com⁵

Larissa Prado Xavier, laarissaxavier@gmail.com⁶

Ricardo Emilio Zart, ricardo.zart@gmail.com⁷

Resumo – O presente trabalho discorre acerca do alcance dos direitos fundamentais no sistema prisional brasileiro, inclusive considerando o atual cenário pandêmico vivenciado em decorrência da Covid-19. Para tanto, verificar-se-á o respeito e a observância dos direitos fundamentais presentes nos principais instrumentos normativos e na legislação vigente, através da contraposição entre estes e a realidade encontrada no sistema penitenciário em geral, com enfoque na situação local do Presídio Regional de Caçador, inclusive com a explanação da opinião de alguns profissionais operadores do direito atuantes na Comarca. Ademais, a metodologia utilizada foi a do método indutivo associado à pesquisa bibliográfica e de levantamento, observando-se as normas técnicas-científicas adotadas pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Ao final, concluir-se-á que, em que pese existam diversos direitos fundamentais, estes não são efetivados, sobretudo ante a falta de investimento público, sendo o direito à dignidade humana o mais evidente direito fundamental que enfrenta dificuldades para ser concretizado, o que ficou mais visível com a doença do coronavírus que resultou na pandemia atualmente enfrentada.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Sistema prisional. Legislação. Pandemia.

1 INTRODUÇÃO

O ordenamento jurídico brasileiro afasta o réu e o condenado da sociedade, através da prisão, com a intenção de punir-lhe e promover-lhe condições efetivas para que se engaje às normas e retorne ao meio social. Todavia, o que se tem em concreto é uma situação diversa, pois a realidade do sistema prisional brasileiro está muito longe de cumprir com o que determina a lei, sobretudo quanto aos direitos que um preso tem para viver dignamente. Assim, a precariedade do sistema prisional não contribui em nada para a ressocialização dos presos.

Nesse contexto, o presente trabalho visa analisar os direitos fundamentais contidos na Constituição Federal de 1988 (CF) face à necessidade de sua efetivação no sistema prisional brasileiro, posto que, na prática, estes direitos, embora estejam amplamente dispostos no ordenamento jurídico brasileiro, não possuem uma efetivação satisfatória, sendo essencial a abordagem do tema para que os demais

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Direito.

² Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

leitores conheçam a realidade carcerária, a qual é diversa da utopia apresentada nas leis e doutrinas pátrias.

Desta forma, o Sistema Penitenciário brasileiro tem exposto várias violações de direitos humanos, e, como instituição política, vem mantendo seu caráter punitivo e pouco ressocializador, deixando à margem o seu papel educativo na recuperação dos condenados, principalmente ante a sua inércia quanto à efetivação dos direitos fundamentais dos detentos.

2 SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Em um passado não tão distante nem tão diverso do atual, as prisões eram utilizadas como meio de contenção das civilizações, inexistindo efetivamente um direito ao detento. Porém, com o passar dos séculos começou-se a suscitar a ideia de que aquele preso não deixava de ser um ser humano e, como tal, merecia garantias, ainda que tivesse cometido um delito (DULLIUS; HARTMANN, 2011).

Segundo apontam os autores Dullius e Hartmann (2011), no século XIX foram feitos diversos congressos a respeito do tema, até que em 1929 a Comissão Penitenciária Internacional se transformou na Comissão Penal e Penitenciária e, após a Segunda Guerra Mundial, começaram a surgir as Leis de Execução Penal, visando justamente regulamentar o sistema penitenciário.

Neste cenário, a pena deixou de meramente visar a punição e, com isso, uma “justiça” pelo fato criminoso (pena retributiva), tornando-se imprescindível a prevenção também para que o indivíduo deixasse de continuar delinquindo, sendo uma das vertentes da prevenção a ressocialização do preso (AVENA, 2019).

2.1 DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

Os estabelecimentos penais estão destinados aos condenados (aquele cuja condenação transitou em julgado, segundo o art. 5º, LVII, da CF), aos que sofrem medida de segurança (aquele inimputável que cometeu crime, conforme art. 26 do Código Penal - CP), aos presos provisórios e aos egressos, isto com fulcro no art. 82 da Lei de Execuções Penais (LEP) (BRASIL, 1984).

De forma breve, nota-se da Lei n. 7.210/84 (BRASIL, 1984) que existem os seguintes estabelecimentos penais: Penitenciária; Colônia Agrícola, Industrial ou Similar; Casa do Albergado; Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, e; Cadeia Pública.

Na comarca de Caçador existe apenas o Presídio Regional de Caçador, o qual, segundo recibo de cadastro de inspeção elaborado em 24/09/2020, “deveria ser destinado somente aos presos provisórios” (Conselho Nacional de Justiça - CNJ, 2020, p. 4). Todavia, como se infere desse documento, existem presos definitivos e provisórios no local, com superlotação de suas celas masculinas (capacidade para 141 presos e lotação atual de 405 presos – devendo-se observar que 39,2% destes estão no regime aberto, em liberdade).

3 DIREITOS FUNDAMENTAIS RELACIONADOS AOS PRESOS E A ATUAL SITUAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Sabe-se que os direitos fundamentais encontram-se previstos na Carta Magna deste país, bem como na legislação penal vigente. Inicia-se pelo direito a dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da Constituição (art. 1º, III, CF). Além deste, depreende-se que o artigo 5º da CF traz diversas garantias, dentre elas,

é possível observar a proibição de penas mais severas (art. 5º, III e XLVII, da CF). Também, entende como prerrogativa do cidadão preso, entre outros, o direito à integridade física e moral (art. 5º XLIX, da CF), o qual é tido como um dos principais direitos fundamentais (BRASIL, 1988).

A LEP (BRASIL, 1984), em seu art. 10 e seguintes, regulamenta diversos direitos dos detentos como à assistência (material, à saúde, jurídica, educacional, social, religiosa e ao egresso), dispendo entre os artigos 40 e 43 os direitos do preso, bem como aponta medidas a serem adotadas no sistema carcerário para a recuperação e preparação do detento para o convívio social - a exemplo, o trabalho externo -.

Todavia, embora com o passar dos séculos se tenha buscado cada vez mais o reconhecimento desses e outros direitos fundamentais, a crise vivenciada pelo Estado não o permite cumprir com os objetivos da Constituição, sendo imprescindível uma mudança neste sentido para que se consiga, de forma plena, alcançar os objetivos da prisão (JÚNIOR, 2014).

Importante destacar, neste diapasão, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 347 ajuizada em maio de 2015, na qual o partido PSOL requereu o reconhecimento da inobservância dos preceitos fundamentais aos presos e a adoção de diversas medidas por parte do executivo para efetivar estas garantias (diminuindo a superlotação), o qual ainda não possui julgamento definitivo (STF, 2015). Algumas medidas inclusive legalizadas por meio da Lei n. 13.964/2019.

Assim, em que pese exista uma legislação garantidora dos direitos aos presos, a realidade tem se mostrado diversa, vez que a previsão legal não chega nem ao menos a amenizar a questão de proporções desumanas cujo cárcere esta inserido, sendo o principal causador disto a falta de interesse por parte do Poder Estatal face às necessidades destes seres humanos (JUNIOR; SIQUEIRA, 2019).

3.1 A PANDEMIA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO SISTEMA PRISIONAL

Ademais, com a expansão e chegada do Covid-19 no Brasil, o CNJ formulou a Recomendação n. 62/2020, que visava trazer um regulamento geral a ser tomado como base pelos demais magistrados do país para a contingência e proteção de todos os envolvidos no judiciário, inclusive priorizando a soltura dos detentos (através de medidas cautelares ou até mesmo da antecipação de direitos) com base na súmula vinculante 56 do STF (CNJ, 2020).

Destaca-se neste tópico que, em que pese existisse grande divulgação midiática de que todos os estabelecimentos prisionais estavam seguindo com as determinações e isolando eventuais detentos com suspeitas do coronavírus, um vídeo de grande impacto circulou na internet, no qual um preso do Complexo Prisional de Chapecó relatava a precariedade que estavam vivenciando, sem higienização adequada (principal fator para prevenção contra o vírus), sem a possibilidade de manter o espaço mínimo determinado, existindo a convivência nos mesmos alojamentos de pessoas com suspeita de infecção e pessoas saudáveis, e ao contar estes fatos fazia um apelo à população e as autoridades (ND+, 2020).

4 BREVE OPINIÃO DE OPERADORES DE DIREITO ATUANTES NA ÁREA PENAL DA COMARCA DE CAÇADOR

Para a Defensora Pública do Estado de Santa Catarina, atuante na cidade de Caçador, Elaine Caroline Masnik, a garantia da assistência jurídica é o direito

fundamental que mais encontra dificuldade em ser efetivado, tendo como base a noção de que os presos hipossuficientes, que não possuem condições financeiras para efetivamente contratar um advogado no momento em que são detidos acabam, conseqüentemente, tendo os demais direitos privados.

O servidor público aposentado, Laudemir Domingues, sargento da PM aposentado que atuou no presídio de Caçador através do CTISP, expôs:

Entendo que o princípio que se tem mais dificuldade para ser efetivado é o da Dignidade da Pessoa Humana, devido muitos acusados ficarem reclusos mais tempo que o necessário, pois foram presos precocemente. Em um caso específico, um detento ficou 8 meses preso para depois ser absolvido.

Por fim, a opinião do Juiz de Direito Gilberto Kilian dos Anjos, magistrado que atuou até o início do segundo semestre de 2020 na Vara Criminal da cidade de Caçador, foi de que:

A maior dificuldade em termos de sistema penal e efetivação de direito fundamental, a meu ver, é a consolidação da dignidade da pessoa humana, na consideração principalmente do valor intrínseco da pessoa humana, bem como do mínimo existencial.

Assim, nota-se que o direito fundamental da pessoa humana, embora mais citado, não é o único que enfrenta empecilhos para sua efetivação a nível local.

METODOLOGIA

Para a investigação, o estudo fez uso do método indutivo associado à pesquisa bibliográfica e de levantamento utilizando a produção descritiva e observando a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente projeto integrador teve como resultado, após as diversas pesquisas realizadas, a evidência de que os direitos fundamentais, embora legalizados, não estão sendo efetivados em sua grande maioria, notando-se que isto se da ante ao fraco investimento e atenção do Poder Público ao tema.

Além disso, com a pandemia ficou mais evidente a importância de se evitar a superlotação, uma vez que neste contexto as faltas de higiene e de espaço mínimo poderiam causar uma infecção em massa dos detentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, nota-se que o legislador teve a preocupação de firmar que o Estado proporcionasse a dignidade para todos os indivíduos. Assim, percebe-se a preocupação em conceder uma condição normativa aos direitos fundamentais, sendo um dos alicerces do Estado Democrático de Direito. Entretanto, percebe-se a dificuldade de sua efetivação no sistema prisional brasileiro.

Conforme evidenciado acima, os cárceres sofrem com superlotação, evidenciando o desleixo do Estado em resolver o problema carcerário. Tal problema foi amplificado com a pandemia pelo Covid-19, ficando claro que o sistema prisional não é apto, atualmente, para garantir a saúde e a vida digna aos detentos, e essa

precariedade apenas colabora para o aumento do índice de reincidência criminal em nosso país.

Dito isso, se faz necessário um investimento e uma preocupação maior de políticas públicas voltadas ao sistema prisional brasileiro, não se falando em liberação em massa, mas sim no investimento em medidas cautelares diversas da prisão e na ressocialização do presidiário, buscando ainda verificar e investir na garantia dos direitos fundamentais neste contexto, caso contrário a permanência do apenado na cadeia acaba surtindo um efeito oposto ao desejado.

REFERÊNCIAS

- AVENA, Norberto. **Execução Penal**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987411/cfi/6/10!/4/8/2@0:0>. Acesso em: 20 out. 2020.
- BRASIL. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. **Planalto**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 20 out. 2020.
- CNJ. **Recomendação Nº 62 de 17/03/2020**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3246>. Acesso em: 28 out. 2020.
- CNJ. **Relatório de Cadastro de inspeção do Presídio Regional de Caçador**. Caçador: Set/2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php. Acesso em: 21 out. 2020.
- DULLIUS, Aladio Anastacio; HARTMANN, Jackson André Müller. Análise do sistema prisional brasileiro. **Âmbito Jurídico**, 2011. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/analise-do-sistema-prisional-brasileiro/>. Acesso em 20 out. 2020.
- JUNIOR, Edson Alves de Oliveira; SIQUEIRA, Heloise Garcia. O Princípio da Dignidade Humana Inserido no Sistema Prisional do Brasil. **Âmbito Jurídico**, 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/o-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana-inserido-no-sistema-prisional-do-brasil/>. Acesso em: 24 out. 2020.
- JÚNIOR, Aderaldo Ribeiro de Queiroz. Direitos fundamentais do preso. **JUS**, 06/2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/29380/direitos-fundamentais-do-preso>. Acesso em: 25 out. 2020.
- RICARDO, William. Em vídeo, detento detalha suposta negligência para Covid-19 em Chapecó. **ND+**. Chapecó: 23/07/2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/em-video-detento-detalha-suposta-negligencia-para-covid-19-em-chapeco/>. Acesso em: 28 out. 2020.
- STF. **STF inicia julgamento de ação que pede providências para crise prisional**. Notícias STF, 27/08/2015. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=298600>. Acesso em: 25 out. 2020.

SMART CONTRACTS COMO UMA TECNOLOGIA DECISIVA NA GESTÃO JURÍDICA EM TEMPOS DE PANDEMIA¹

André Lemuel Ferreira Krieguer, e-mail: andrelfkrieguer@gmail.com²
Jaquelyne Maria Guimarães, e-mail: jaquelyneguimaraes23@gmail.com³
Pedro Henrique Willemann dos Anjos, e-mail: pwillemann32@gmail.com⁴
Sabrina Frigotto, e-mail: sabrinafrigotto19@gmail.com⁵
Thiara Zen, e-mail: thiara@uniarp.edu.br⁶

Resumo: Os contratos são negócios jurídicos bilaterais que regulam acordos de vontades. Vários princípios precisam ser analisados quando se trata deste tema, dentre eles, sobretudo o da autonomia de vontade, da força obrigatória, da boa-fé e do consensualismo. Em tempos de pandemia, pode ficar difícil consultar um advogado de maneira presencial para redigir um contrato, é neste contexto que se apresentam os Smart Contracts (Contratos Inteligentes). O presente estudo, portanto, possui o escopo de analisar os Smart Contracts como um método alternativo para a situação atípica na qual o mundo atualmente se encontra. Buscará também salientar quais são os pontos positivos e negativos da contratação em meio virtual, como também da tecnologia reguladora o contrato digital. Para os fins buscados, quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa foi de natureza básica, com abordagem qualitativa, objetivo exploratório e bibliográfico do tipo narrativo.

Palavras-chave: Contratos. Smart Contracts. Pandemia.

1. INTRODUÇÃO

Os Contratos são negócios jurídicos bilaterais regulados pela autonomia de vontade das partes. Vários princípios regem esses acordos, tais como o da força obrigatória, da boa-fé e do consensualismo. Tudo isso com o objetivo de gerar a segurança de obrigações mútuas a serem cumpridas, bem como, a alcançar uma função social.

Os Smarts Contracts (em português: contratos inteligentes), vieram para facilitar e reforçar a negociação ou o desempenho de um contrato, pois dispensam a linguagem formal e assim não requerem tanto esforço para sua construção. Havendo um baixo custo na sua formalização e execução.

É um meio seguro, sendo um protocolo de computador auto executável. Utiliza-se das criptomoedas, como o Bitcoin, para realizar pagamentos online sem a necessidade uma instituição financeira. O Bitcoin ganhou a fama de ser a mais segura e estável moeda que existe, utilizando-se de criptografias digitais, especificamente da tecnologia *blockchain*.

Mesmo não existindo envolvimento humano a partir que este contrato é firmado, sendo um negócio jurídico entre desconhecidos, terá uma relação de confiança e grande transparência entre as partes, proporcionando confiabilidade nas transações online, decorrente de uma realização formalizada e automática.

¹ O presente trabalho, refere-se ao projeto integrador da quarta fase do curso de Direito, voltado a matéria de Direito Civil III: Contratos.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

2. SMART CONTRACTS E SUA IMPORTÂNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

2.1. DOS CONTRATOS E SEUS PRINCÍPIOS

O contrato é um negócio jurídico por meio do qual as partes declarantes, auto disciplinam os efeitos patrimoniais que pretendem atingir, segundo a autonomia de vontades. Dado que a boa-fé sabidamente cumpre múltiplas funções no direito dos contratos, cuida-se aqui primordialmente de seu papel na formatação do significado e do alcance no adimplemento contratual. A questão central é saber se, e em que medida, a boa-fé atua como fonte de deveres contratuais implícitos de cooperação e colaboração, além daqueles expressamente previstos (PARGENDLER, 2017).

Todo contrato deve dispor a uma função social, assim CLÓVIS BEVILÁQUA, discorre com um enfoque historicista, em sua clássica obra Direito das obrigações:

Pode-se, portanto, considerar o contracto como um conciliador dos interesses collidentes, como um pacificador dos egoísmos em lucta. É certamente esta a primeira e mais elevada função social do contrato. E para avaliar-se de sua importância, basta dizer que, debaixo deste ponto de vista, o contracto corresponde ao direito, substitui a lei no campo restricto do negócio por elle regulado. Ninguém dirá que seja o contracto o único factor de pacificação de interesses, sendo o direito mesmo o principal delles, o mais geral e o mais forte, mas impossível será desconhecer que também lhe cabe essa nobre função socializadora (apud PAMPLONA; GAGLIANO FILHO, 2018. p. 416).

O direito contratual rege-se, basicamente, por quatro princípios, sendo eles o da autonomia de vontade, da força obrigatória, da boa-fé e do consensualismo. A boa fé compreende que o significado literal do acordo não poderá ser superior à intenção a ser inferida desta. Além disso, as partes devem agir com lealdade e confiança mútuas, havendo cooperação entre credor e devedor (GOMES, 2019).

O contrato é um acordo de vontades, assim, a *pacta sunt servanda*, (princípio da força obrigatória), coaduna com o entendimento de que o contrato faz lei entre os contratantes, suas cláusulas devem ser executadas como preceitos legais imperativos. A parte que deixa de cumprir com a sua obrigação, não apenas viola o acordo, mas a lei contratual baseada na boa fé e na livre vontade (TARTUCE, 2020).

Sobre o tema, Flávio Tartuce, exímio professor, salienta:

Decorrente do princípio da autonomia privada, a força obrigatória dos contratos prevê que tem força de lei o estipulado pelas partes na avença, constringendo os contratantes ao cumprimento do conteúdo completo do negócio jurídico. Esse princípio importa em autêntica restrição da liberdade, que se tornou limitada para aqueles que contrataram a partir do momento em que vieram a formar o contrato consensualmente e dotados de vontade autônoma (TARTUCE, 2020, p. 107).

O contrato, enquanto instrumento para realização pacífica de transações, gera entre as partes a certeza e a segurança de que as obrigações por eles assumidas serão cumpridas. Caso isso não ocorra, poderá qualquer das partes requerer perante a justiça a execução forçada, bem como a reparação de eventuais danos advindos de seu descumprimento (FERRAZ, 2019).

2.2. DOS SMART CONTRACTS

Em meio a constante evolução e ao mundo globalizado, é comum que várias ferramentas do dia-a-dia acabem por ganhar um cunho mais automatizado, é o caso,

por exemplo, dos contratos. Com a pandemia de covid19 tornou-se latente a necessidade de meios alternativos virtuais para a realização das mais diversas tarefas. O isolamento e a cautela se fazem de importância ímpar neste momento delicado, entretanto, para os que ainda assim desejam celebrar negócios jurídicos na forma de contratos, uma ótima alternativa são os Smart Contracts.

Os denominados “Contratos Inteligentes”, são acordos que dispensam a linguagem formal, pois os termos deste armazenam-se em um código de computador. Os benefícios surgem com redução de esforços em sua construção, bem como a conquista de grande transparência entre as partes, o que decorre de uma realização formalizada e automática. Além disso, possui baixo custo em sua formalização e conseqüentemente em sua execução (FERRAZ, 2019).

Aplicar-se-á aos contratos inteligentes a mesma regulamentação cabível aos demais contratos, observe-se:

Aos contratos inteligentes aplicam-se as mesmas regulamentações jurídicas da legislação referente aos contratos. Com relação ao ordenamento jurídico brasileiro, entende-se que em casos de lacunas na legislação, com aplicação especial nos temas que envolvem novas tecnologias, coadunando com o artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil, tem-se que "Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito" (FERRAZ, 2019, p. 37).

Representam, assim, uma maneira inovadora de contratar e ocorre sem o intermédio de terceiros. São criados através de uma fórmula que, implementando certa condição aguardará pela prestação contraposta. Importante frisar que os Smart Contracts, tal qual os contratos tradicionais, podem ser padronizados de modo que os contratantes escolham qual modelo se adequa melhor ao tipo de contrato em foco (EFFING; SANTOS, 2018).

2.3. TECNOLOGIA BLOCKCHAIN

Como explicação primacial, deve-se analisar a importância da tecnologia *blockchain* (corrente de blocos) utilizada em diversos meios digitais, como na moeda mais famosa do mundo chamada bitcoin e em outros negócios virtuais de que se tem conhecimento, até chegar à vista da área do Direito com os *Smarts Contracts*. O bitcoin possui a função de permitir pagamentos online sem que passem por uma instituição financeira, ou melhor dizendo, aos olhos do Estado, deixando assim nas mãos do livre mercado (MOUGAYAR, 2017).

Esta moeda que hoje em dia vale muito, ganhou a sua fama em ser a mais segura e estável que existe, utilizando-se de criptografias digitais, especificamente da tecnologia *blockchain* que é a peça responsável pelo funcionamento de todo o esquema. Ela é formada por uma corrente de blocos que funcionam como um banco de dados, organizando transações em ordem cronológica em mais de um computador, por meio de cadeias de informações criptografadas e unidas entre si (CARVALHO; ÁVILA, 2019).

A tecnologia, e todas as outras relacionadas a mesma, são também chamadas de “crypto 2.0”, são utilizadas em geral para uma solução atrativa de segurança e confiança. Ao invés de esperar que as partes ajam honrosamente, a tecnologia inclui todas as propriedades desejadas no sistema, de maneira que continuarão funcionando mesmo tentando ser alterada, e sempre havendo o registro de alterações.

Todas as transações que ocorrem por meio do “crypto 2.0” vem com rastros auditáveis de provas criptográficas. As redes descentralizadas peer-to-peer podem ser utilizadas para reduzir a confiança em qualquer servidor individualmente; a chave criptográfica pública poderia criar uma noção de identidades portáteis controladas pelo usuário. Tipos mais avançados de matemática, incluindo assinaturas em anel, criptografias homomórficas e provas de conhecimento-zero, garantem privacidade, permitindo que usuários abram seus dados de modo que algumas propriedades possam ser verificadas, e até mesmo computadas, sem realmente revelar nenhum detalhe privado (MOUGAYAR, 2017, p.10).

De forma simples os contratos inteligentes são contratos codificados e organizados em uma base de dados de execução automática e autônoma, sendo a tecnologia utilizada *blockchain*, uma rede de nós compartilhada, ou melhor, uma corrente de blocos, organizadas e compartilhadas em um banco de dados que armazena diversas informações codificadas e criptografadas. Isso insere as cláusulas do Contrato Inteligente em blocos inalteráveis, imutáveis, garantindo a execução das obrigações de modo imediato, autônomo e a prova de possíveis corrupções, formando assim um meio com maior agilidade, segurança e praticidade (CARVALHO; ÁVILA, 2019).

3. METODOLOGIA

Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa foi de natureza básica de caráter qualitativo, para analisar e interpretar até os aspectos profundos a fim de que se chegue a essência do tema. O objetivo foi exploratório, de forma a propiciar maiores informações sobre o assunto. Já o procedimento foi bibliográfico, o que implica na análise de livros e artigos, não caracterizando simples repetição do que já foi escrito, mas um olhar sob nova perspectiva, de forma a gerar conclusões inovadoras.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que se refere a fusões-jurídico-tecnológico surge os Smarts Contracts, uma nova forma de se realizar um negócio jurídico, onde a presença humana para a celebração não é frequente. Os contratos inteligentes se tornaram viáveis e promissores no ambiente das relações obrigacionais pelo seu desenvolvimento em ambiente *blockchain* (*cadeia de blocos*), tecnologia criptografada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se então, que os contratos inteligentes são grandes facilitadores para o desempenho de um acordo, especialmente em tempos de pandemia, pois geram baixo custo na sua execução e dispensam uma linguagem formal. Por ser um negócio jurídico entre desconhecidos, é esperado que haja grande confiabilidade e transparência em sua relação.

Em contrapartida por não havendo a participação de um advogado para redigir o contrato, uma das partes poderá sair prejudicada, em caso de não ser observado o princípio da boa-fé objetiva ou o contrato poderá ser redigido de forma errônea, por se tratar de leigos na elaboração do mesmo.

Os Smarts Contracts são de grande valia para quem quer poupar tempo e dinheiro. Todavia, a elaboração de um contrato não é simples, e poderá trazer prejuízos se não for bem desenvolvido. Para que um contrato tenha êxito, se faz

necessário o saber jurídico, para que, dessa forma, não existam cláusulas que venham a desrespeitar os princípios contratuais ou mesmo acarretar eventual nulidade futura, e assim garantam que os direitos e obrigações das partes sejam cumpridos.

Diante do exposto, é possível destacar que existem pontos positivos e negativos em fazer a contratação utilizando a via tecnológica digital, mas que em tempos extraordinários como os atuais constitui-se uma excelente forma para regular contratos de caráter mais simples.

6. REFERÊNCIAS

CARVALHO, Carla Arigony de; ÁVILA, Lucas Veiga. A tecnologia blockchain aplicada aos contratos inteligentes. **Revista Univem**, 2019. Disponível em: <<https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3210>>. Acesso em: 08 de novembro de 2020.

EFFING, Antonio Carlos; SANTOS, Adrielly Pinho dos. Análise dos smart contracts à luz do princípio da função social dos contratos no direito brasileiro. **Revista Direito e Desenvolvimento**, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/755/554>>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

FERRAZ, Robertson Novelino. As tecnologias envolvendo os contratos inteligentes (smart contracts) e alguns dos impactos nos contratos. **Universidade Federal de Pernambuco – UFPE**. Recife, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/37502>>. Acesso em: 14 de setembro de 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil, volume único**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil, volume 4: contratos**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MOUGAYAR, William. **BlockChain para negócios - Promessa, Prática e Aplicação da Nova Tecnologia da Internet**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

PARGENDLER, Mariana. O direito contratual comparado em nova perspectiva: revisitando as diferenças entre os sistemas romano-germânico e de *common law*. **Scielo**, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322017000300796&lang=pt>. Acesso em: 07 de outubro de 2020.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Limites da Atuação do Estado-Juiz: Análise da (IM)Possibilidade da Concessão de Tutelas de Urgência de ofício

Gabrielle Aparecida Bairros de Souza, gabidireito26@gmail.com¹

Rafaela Bolsani, rafabolsani@hotmail.com²

Rita Stefani Proença Doim, ritaproencadoim@gmail.com³

Silvane Vieira, silvanelavi2@gmail.com⁴

Gedson Pagnussatt, gedson@ppadvogadosassociados.adv.br⁵

Resumo – O presente trabalho tem como objetivo iniciar os estudos pelas tutelas disponíveis a sujeitos do processo, consistindo na proteção que o Estado-Juiz garante ao direito do indivíduo, se ramificando em tutela padrão e de urgência. Todavia, a concessão das tutelas, em qualquer de suas modalidades, via de regra, deve ser requerida pela parte interessada, cabendo ao magistrado a análise do seu cabimento. Em um segundo momento, como problema de pesquisa, detemos o questionamento sobre o cabimento da tutela reconhecida de ofício pelo magistrado, sem o prévio requerimento da parte.

Palavras-chave: Tutela. Responsabilidade Processual.

INTRODUÇÃO

Uma sociedade sem direitos é inimaginável, em sendo assim, tem-se o direito como um pilar básico para a construção de uma sociedade digna, coerente e funcional, entretanto há a necessidade de regramento desses direitos, se fazendo necessário a divisão de matérias dentro do próprio instituto para um melhor estudo de aplicação de cada direito, penalidade e organização.

No tocante ao direito civil, tanto no âmbito material quanto no processual, é possível visualizar a figura das tutelas, ferramenta que possibilita o alcance efetivo do direito antes mesmo do término do tramite processual, reconhecendo o direito e a urgência na aplicação do que é jurisdicionado.

Nessa produção, estudaremos a aplicação dessas tutelas, quando são reconhecidas de ofícios pelo homem togado, sem um prévio pleito pela parte interessada.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“No atual estágio dos conhecimentos científicos sobre o direito, é predominante o entendimento de que não há sociedade sem direito: ubi societas ibi jus.” (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2009, p. 25).

Sendo assim, o direito busca harmonizar as relações sociais intersubjetivas, de modo que os princípios são a base de um ordenamento jurídico, haja vista serem imprescindíveis para soluções interpretativas.

¹ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professor, titulação do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Dessa forma, “o sistema jurídico adota o modelo normativo de princípios e regras, o que proporciona uma maior atuação do juiz na seara da “avaliação”” (BARRETO, 2014, p. 15).

Logo, faz-se necessário compreender alguns destes princípios.

PRINCÍPIO DO DISPOSITIVO – CONGRUÊNCIA

De início, registra-se que “o princípio dispositivo consiste na regra de que o juiz depende, na instrução da causa, da iniciativa das partes quanto às provas e às alegações em que se fundamentará a decisão”. (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2009, p. 70).

A rigor, este princípio tem por escopo resguardar a imparcialidade do juiz, a qual é fundamental para o julgamento, sendo que o mesmo se encontra diretamente ligado a diversos princípios, tais como, ampla defesa e contraditório.

Outrossim, o Código de Processo Civil estabelece em seu artigo 141 que “(...) o juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas cujo respeito a lei exige iniciativa da parte”. (BRASIL, 2015).

Diante disso, o Princípio do Dispositivo igualmente conhecido como Princípio da Congruência visa impor limites ao órgão jurisdicional ao decidir a lide, veja-se:

(...) o juiz deverá declarar o provimento ou o improvimento do pedido do autor, jamais podendo ir além deste, deixar de se pronunciar sobre a totalidade da pretensão do demandante ou ainda conceder bem da vida diverso do pleiteado.” (LIMA, 2014).

Portanto, o pedido e a sentença devem ser correlatos, ou seja, estarem interligados, na medida que qualquer pronunciamento judicial que fere este princípio poderá ser reformado ou revisto, sob o argumento de decisão ultra, citra, ou extra petita, salvo questões de ordem pública, as quais o juiz poderá se manifestar sem a iniciativa da parte.

PRINCÍPIO DA INÉRCIA DA JURISDIÇÃO

É cediço que incumbe ao interessado buscar o órgão jurisdicional, a fim de solucionar a lide em questão, de modo que o Poder Judiciário tão somente se manifesta quando provocado.

Este princípio encontra-se consagrado no artigo 2º, do Código de Processo Civil, in verbis:

(...)
Art. 2º O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei. (...). (BRASIL, 2015).

Inobstante a isso, ressalta-se que sem o princípio da inércia da jurisdição, a imparcialidade do juiz seria comprometida, razão pela qual afirma-se que “(...) não há jurisdição se não houver a provocação do autor.” (BURGOS, 2019). Além disso, resta imprescindível a imparcialidade do magistrado, a fim de que o mesmo mantenha-se equidistante dos interessados.

Por fim, registra-se que apesar de o autor provocar o órgão jurisdicional, o mesmo deve dar prosseguimento ao feito, tendo em vista que o juiz permanecerá inerte, exceto as questões que poderá se manifestar de ofício.

DAS TUTELAS

Nem sempre a prestação jurisdicional necessariamente buscará resolver um conflito, mas, haverá na ação procedimentos típicos de um processo, onde se houver retardamento do judiciário será capaz de provocar ou agravar o processo existente.

A demora na tomada de decisões é conceituada pela doutrina e por pesquisadores do mundo jurídico, nas palavras do professor e pesquisador Antônio do Passo Cabral:

A demora na solução do litígio impõe a todos os litigantes em prejuízo: autor e réu perdem simultaneamente em razão do prolongamento injustificado da lide. Trata-se de um dano que não decorre da derrota em relação a pretensão deduzida, mas um “dano marginal”, expressão popularizada na doutrina Italiana por Enrico Finzi.

Dano marginal é aquele que sofrem os litigantes em razão de deficiência na tramitação dos processos, e esta demora, afeta ambos, autor e réu, vencedor e vencido. (2012, p. 102).

Diante disso, sabemos que a tutela provisória é tido agora como um gênero, na qual comporta espécies de tutelas, divididas em urgência e evidência.

Nesse sentido, Marcus Vinicius Rios Gonçalves em seu manual de direito processual civil esquematizado diz:

A tutela provisória pode ser classificada pela natureza, fundamentação ou momento em que requerida. Conforme a natureza, pode ser antecipada ou cautelar, quanto à fundamentação, de urgência ou evidência; e quanto ao momento de concessão, antecedente ou incidental. (GONÇALVES, 2016, p.348).

Diante disso, é possível analisar que a tutela provisória de urgência antecipada e a tutela provisória de urgência cautelar são distintas, e o fato de ser antecedente ou incidente diz respeito apenas ao momento procedimentos, estabelecido em ritos diferentes.

DA CONCESSÃO OU NÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DE OFÍCIO

A doutrina se divide em dois entendimentos. Há doutrinadores que entendem que não é possível a concessão de tutela antecipada de ofício em hipótese alguma, e há autores que defendem a sua possibilidade.

Para os defensores da impossibilidade de concessão de ofício da antecipação dos efeitos da tutela, tal medida implicaria violação aos princípios dispositivo e da inércia do Judiciário, haja vista que o dispositivo legal que disciplina o instituto submete a sua concessão à existência de requerimento da parte interessada.

Sobre o respectivo assunto da concessão ou não da tutela provisória de ofício na atual legislação o que se vê é a forte harmonia de entendimento dos doutrinadores sobre a impossibilidade sem ter havido o devido pedido anteriormente por uma das partes.

Importante frisarmos sobre o art 5º, XXXV da Constituição Federal:

Art. 5º (...)

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

A tutela é direito imprescindível, assegura a propositura da ação e também o direito de uma tutela conveniente na qual se deseja muito.

Desse norte, o juiz na apreciação naquilo que seja essencial para estabelecer um direito, deve e pode agir de modo independente das determinações da lei, atuando com maior eficiência no direito pleiteado.

Nossa legislação em alguns casos específicos possibilita a concessão de ofício, entretanto, deverá ser tomada apenas exclusivamente, em questões sobre fatos trazidos na ação, sendo um exame assertivo do fato.

No caso de a parte procurar o juizado especial, descrevendo seus direitos, pleiteando sem os devidos requisitos legais de costume, sendo escolha da parte apresentar sem a devida presença de um advogado, nas causas que há dispensa, poderá ocorrer lesões por falta de conhecimento, sendo que os pedidos poderão estar incompletos.

Nesse caso, o juiz poderá atuar de ofício, concedendo uma tutela provisória, ante a falta de conhecimento da parte postulante, podemos observar a conveniência de haver a concessão de ofício, sem o requerimento das partes, pois a falta do pedido ocorreu porque a parte não teve conhecimento suficiente para requerer.

METODOLOGIA

Esgotado o referencial teórico e passando aos aspectos metodológicos, pode-se dizer que a presente pesquisa acontecerá pela operacionalização da apontada análise interdisciplinar entre algumas áreas de conhecimento, numa plena troca de conceitos e visões comuns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos observar durante o decorrer da pesquisa a divergência de entendimento dos doutrinadores acerca da concessão da tutela de ofício pelo julgador.

Entretanto é possível concluir que a concessão da tutela de ofício é matéria complexa e de diversos entendimentos, podendo sim ser reconhecida de ofício, cabendo a análise do caso concreto para a aplicabilidade desta possibilidade, bem como o entendimento de cada magistrado, tendo em vista não ser um entendimento predominante ou pacificado.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Adalberto Fulco Feitosa Paes. **A flexibilidade do princípio do dispositivo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014. Disponível em:< <http://hdl.handle.net/10316/28537>>. Acesso em: 24 out. 2020.

RASIL. Constituição Federal, 1988, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em Nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o **Código de Processo Civil**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 24 out. 2020.

BURGOS, Rayam. **Jurisdição: Inércia Inicial do Estado e impulso oficial**. Revista Jus Navigandi. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/76092/jurisducao-inercia-inicial-do-estado-e-impulso-oficial>>. Acesso em: 24 out. 2020.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios, **Direito Processual Civil Esquematizado**; coordenador Pedro Lenza. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

HEINRICH, Guilherme. **Jus Brasil**. Disponível em: <https://guillermogheinrich.jusbrasil.com.br/artigos/625904539/concessao-de-oficio-da-tutela-de-urgencia#:~:text=A%20concess%C3%A3o%20de%20of%C3%ADcio%2C%20por,c autelar%2C%20e%20sob%20o%20pressuposto>. Acesso em 29 out. 2020.

LIMA, Isan Almeida. **Da revisão do conteúdo dos princípios da congruência e da demanda no processo civil a partir do neoprocessualismo**. Revista Âmbito Jurídico. Disponível em:< <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-processual-civil/da-revisao-do-conteudo-dos-principios-da-congruencia-e-da-demanda-no-processo-civil-a-partir-do-neoprocessualismo/>>. Acesso em: 24 out. 2020.

ESTATUTO DO DESARMAMENTO SEGUNDO A PERSPECTIVA CAÇADORENSE¹

Ezequiel Gonçalves Fragoso, ezeqf8@gmail.com²

Fabio Luiz Dummel, fabiodummel@gmail.com³

Jennifer Dubiella, jenniferdubiella97@gmail.com⁴

Manoela Pereira, manukapereira17@gmail.com⁵

Mileny Aparecida da Silva, milenyaparecidanaconeskisilva@gmail.com⁶

Pedro Paulo Baruffi, Pedro.baruffi@uniarp.edu.br⁷

Resumo –O projeto aborda o Estatuto do Desarmamento, frente às novas percepções armamentistas no país e na política. No decorrer do trabalho é analisado como esse sistema de ideias se manifesta nas opiniões de parcelas de Caçador-SC sobre a posse e porte de armas. A pesquisa busca delimitar um perfil qualitativo e quantitativo, sobre a opinião dos caçadorenses sobre o assunto. Foram feitas análises bibliográficas e estudo comparativo com os dados coletados pelas pesquisas “semiestruturada” lançada em redes sociais. As informações coletadas darão subsídio para a análise do perfil caçadorenses. Constatando que maior parte dos participantes da pesquisa tem conhecimento sobre o estatuto do desarmamento, concordam com ela e não tem intenção de adquirirem armas de fogo.

Palavras-chave: Políticas de Armas. Posse de Armas. Porte de Arma. Desarmamento.

INTRODUÇÃO

Vem se acirrando o debate sobre uma política armamentista mais branda no país. A pesquisa visa delinear a percepção de Estudantes de Direito de Caçador sobre a Política Nacional de Armas no Brasil, e promover a reflexão sobre a percepção dos estudantes sobre o tema.

Dentro deste contexto a criminalidade no Brasil vem crescendo, fruto do fracasso do poder público de empregar políticas capazes de conter o avanço da criminalidade, acirrando o debate sobre o estatuto do desarmamento, que para alguns é a interferência Estatal no direito à legítima defesa e de escolha do cidadão, determinando o que é “melhor ou pior para ele”. (Moura, 2016, p.307-308)

O DESARMAMENTO

Para entender a legislação atual é preciso de um breve apanhado histórico do Brasil, com uso generalizado de violência com emprego de armas na vida social e política. (Almeida, 2015). No Brasil, o controle de armas e munições não é novidade,

¹O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Direito.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor, Mestre do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

quando ainda colônia de Portugal, sujeita as “Ordenações Filipinas”, que vigoraram de 1603 a 1830, estas dispunham que (Aleixo; Behr, 2014, p.10),

[...]traz como infratora a pessoa encontrada com arma de péla de chumbo, de ferro ou de pedra feitiça. [...] um mês de prisão, multado em quatro mil réis e açoitado [...], sendo o indivíduo a quem, por nascimento, não caiba açoite, este seria “exilado” para a África por dois anos. (Aleixo; Behr, 2014, p.10),

Depois de 1831, as infrações penais concernentes ao porte e posse de arma de fogo ficaram a cargo do Código Penal do Império que impunha pena a quem fizesse uso de arma, permitindo o porte “apenas os oficiais de justiça e militares em diligência e os autorizados pelos juízes de paz” sob a pena de prisão, multa e perda das armas (Aleixo; Behr, 2014. p. 12). Mas o controle estatal, não impediram a eclosão de diversas revoltas armadas durante o Brasil Imperial que perduraram até o Brasil República,

Os conflitos políticos, também, eram resolvidos por meio das armas. De fato, chama atenção na vida política brasileira, num extenso período que pode abranger de meados do século XVIII à primeira metade do século XX, a recorrência de conflitos armados. [...] lutas entre setores das elites regionais pela condução dos governos provinciais, depois estaduais. (Aleixo;Behr, 2014. p. 12)

Com a reforma dos Códigos Penal em 1890 houve pequenas alterações referentes a fabricação de armas. Somente em 1941 com o Decreto Lei n. 3688/1941, Lei das Contravenções Penais que diz: (ALEIXO; BEHR, 2014, p.12)

“Trazer consigo arma fora de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade: – prisão simples, de quinze a seis meses, ou multa, de um a cinco contos de réis, [...], se o crime não constitui crime contra a ordem política e social.” (ALEIXO;BEHR, 2014, p.12)

O legislador não viu um potencial lesivo, julgando-a como crime menor, tendo uma pena inferior ao o crime de Calúnia (ALEIXO; BEHR, 2014, p.12).

As armas estavam relacionadas à vida doméstica e meio de vida, a caça e proteção. Culturalmente associada à masculinidade e intrinsecamente ligada à defesa da vida e da comunidade (Almeida, 2015). A sociedade vinha mudando com a industrialização, a emigração trazia pessoas dos campos às cidades, buscou coibir o porte indiscriminado de armas com mudanças na legislação (ALEIXO; BEHR, 2014, p.12).

O aumento da criminalidade novas leis buscam reprimir o porte e posse ilegal de arma, a Lei 9.437/97, não era drástica com o porte e posse de arma (Aleixo; Behr, 2014, p. 13-14), já a Lei 10.826/03, mais severa, proibiu o porte e posse de arma em todo o território nacional, tipificando como crime sua infração. (ALEIXO; BEHR, 2014, p. 14).

METODOLOGIA

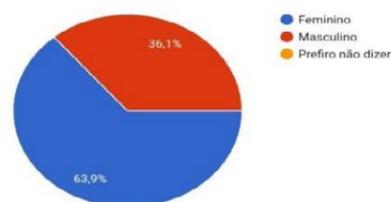
O estudo trata-se de uma pesquisa transversal onde foram convidados a participar acadêmicos de Direito do Campus de Caçador/SC, no período 16 a 18 de novembro de 2020. Questionário encaminhado via aplicativo WhatsApp, com a finalidade de obter a percepção dos acadêmicos em relação a política nacional das

armas. Foram incluídos no estudo todos acadêmicos de Direito de ambos os sexos sendo excluídos os que não preenchem todo questionário adequadamente sendo uma pesquisa qualitativa e bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

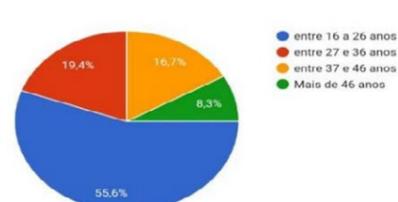
Esta pesquisa foi feita online, via Google Formulários, para obter informações sobre o desarmamento. Essa pesquisa contou com a participação de 36 pessoas, sendo todas acadêmicas de Direito da UNIARP. Obteve-se os seguintes resultados:

Gráfico 01 – Gênero



Fonte: Autores (2020)

Gráfico 02- Idade

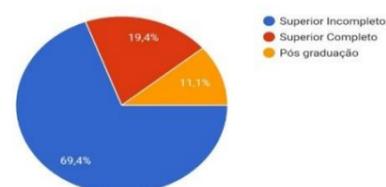


Fonte: Autores (2020)

Na primeira questão, nota-se que a maior parte dos indivíduos participantes da pesquisa se declararam mulheres. Já em relação, percebe-se que mais da metade dos que responderam à pesquisa têm entre 16-26 anos.

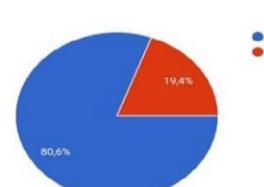
A pesquisa revela que quase 70% dos entrevistados não possuem curso superior completo.

Gráfico 03 – Nível de Escolaridade



Fonte: Autores (2020)

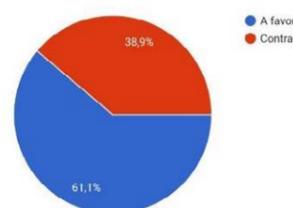
Gráfico 04 –Conhece a lei do Desarmamento?



Fonte: Autores (2020)

Nota-se, aqui, que a grande maioria dos entrevistados estão cientes sobre a lei do desarmamento, cerca de 80%. Dos 80% que disseram saber sobre a lei do desarmamento, na questão anterior, apenas 20% deles é contra essa lei.

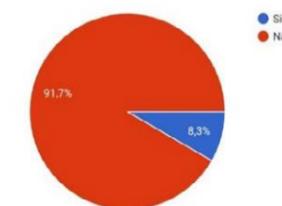
Gráfico 05 – A favor ou contra o desarmamento



Fonte: Autores (2010)

Esta questão deixa explícito que apenas 8,3% do índice acima possuem armas legalizadas, sendo que dos 91,7%, 83,3% (ver gráfico seguinte) declararam não possuir arma de fogo.

Gráfico 06 – Possui uma arma legalizada



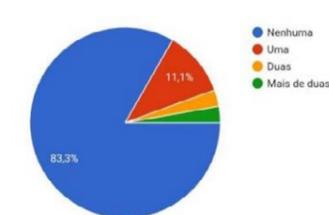
Fonte: Autores (2010).

Como visto no gráfico acima, a maior parte dos entrevistados alegaram que não possuem armas de fogo. Acreditamos que as questões 6 e 7 podem ter causado nos entrevistados ambiguidade (duplicidade de sentido) ou incoerência.

No gráfico 6, 8,3% declararam possuir arma de fogo, porém 16,7% declararam possuir arma de fogo em casa. Portanto, evidenciou-se uma divergência nas respostas. Dando margem para as seguintes interpretações. 1.a O entrevistado não possui arma, mas alguém em sua casa a possui, que não ele. 1.b O entrevistado possui arma não legalizada.

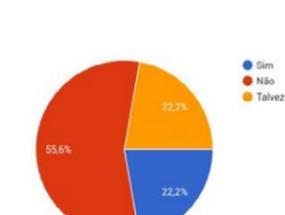
Mesmo o índice estando equilibrado entre sim e talvez, mais da metade, 55,6%, afirma não ter intenção de comprar armas de fogo.

Gráfico 07 – Quantidade de armas que possui



Fonte: Autores (2010).

Gráfico 08 – Intenção de comprar uma arma



Fonte: Autores (2010).

Portanto, pode-se concluir que a maior parte dos entrevistados são mulheres, jovens, possuem ensino superior incompleto, conhecem a lei sobre o desarmamento e são a favor dela, não possuem e não desejam possuir uma arma de fogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala em armas automaticamente pensamos em violência, para Bartley (1999), a proibição de armas de fogo não mudaria a incidência por crimes, pois criminosos não ligam em estar usando armas ilegais. Já Lott (2010), alega que o aumento de armas de fogo pode reduzir a violência por causa da dificuldade em que o criminoso encontraria, pois haveria maior número de vítimas armadas.

Os números da violência são alarmantes, mas não se trata é claro, apenas de armas, mas sim de políticas públicas que englobam não somente segurança, e sim,

a presença Estatal, saúde e educação. A redução do número de armas legais e dificultar sua aquisição não garantem segurança, ao passo que a legítima defesa é um direito constitucional (Moura, 2016. p. 307), já Roberto Brunelli, defende a ilegalidade da Lei 10.826/03, por impedir a legítima defesa. (Brunelli, 2017).

Já para os participantes da pesquisa, mesmo que dividido, maior parte não tem intenção de comprar arma de fogo, aliado ao um baixo índice de pessoas que disse ter ao menos uma arma de fogo em sua residência, ou ainda, igualmente baixo o número de participantes que discordam da Lei 10.826/03.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Márcio Santos, BEHR, Guilherme Antônio. **Desarmamento no Brasil: Lei 9.437/97 x Lei 10.826/03**. Revista Brasileira de Criminalística. Publicado em 2014. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.15260/rbc.v4i1.78> Acesso em 10/10/2020.

ALMEIDA, Adilson José de. **Sociedade armada: o modo senhorial de atuação no Brasil Império**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. Publicado An. mus. paul. vol.23 no.2 São Paulo July/Dec. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672015v23n0204> . Acesso em 21/11/2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017. Acesso em 21/11/2020.

BRUNELLI, Roberto Giordani. **A (in)convencionalidade do Estatuto do Desarmamento à Luz da Convenção Americana de Direitos Humanos**. Âmbito Jurídico 2017, Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/a-in-convencionalidade-do-estatuto-do-desarmamento-a-luz-da-convencao-americana-de-direitos-humanos/>.; Acesso em 21/11/2020.

MOURA, Rodrigo Sérgio Ferreira. **Controle de armas de fogo no Brasil: Criminalidade e defesa**. Publicado em Revista de Direito Setorial e Regulatório 2016 305-324. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/19238-Texto%20do%20artigo-32520-1-10-20181115.pdf>. Acesso em 21/11/2020.

PEKINY, Ana Carolina; LANFWANI, Bruno; ANGELI, Felipe; MARQUES, Ivan; MORIN, Stephanie, **Controle de Armas no Brasil: Caminho a Seguir**. Publicado em Dez. 2015. Friedrich Ebert Stiftung Brasil. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12336.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PINTO, Isabella Vitral; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto; SANTOS, Ana Pereira dos; BEVILACQUA, Paula; FERREIRA, Sheila Aparecida Lachtim; Pereira, Vinícius Oliveira de Moura; Malta, Deborah Carvalho. **Adolescência Ferida Retrato das violências com arma de fogo notificada no Brasil**. Publicado em Rev. Bras. Epidemiol. Jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rbepid/2020.v23suppl1/e200002.SUPL.1/>. Acesso em 21/11/2020.

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

A (IN)APLICABILIDADE DAS MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS NOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO PECUNIÁRIA FRENTE À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL¹

Amanda Baseggio, amandabaseggio_@hotmail.com²
Orientadora Prof. Letícia Lichs Nascimento Peretto³

Resumo – Frente aos inúmeros desafios processuais, principalmente no que concerne a efetividade do processo de execução civil, o presente trabalho tem como objetivo principal discorrer quanto constitucionalidade da aplicabilidade das medidas coercitivas atípicas conferidas no art. 139, IV, do Código de Processo Civil (CPC), em razão da existência de divergentes posicionamentos judiciais. Tal revisão bibliográfica se dará através de uma pesquisa aplicada descritiva de abordagem narrativa, pelo método dedutivo, por meio de análises sobre a temática em artigos científicos, livros, sites, doutrinas e jurisprudências. Sendo possível concluir que o processo de execução sofreu um grande avanço com o advento do CPC/2015 que, com o fim de garantir proteção aos princípios processuais, possibilitou uma maior flexibilização dos poderes delegados ao juiz, tendo como foco principal as consequências estabelecidas em decorrência da responsabilidade patrimonial do devedor. Assim, a aplicabilidade das medidas coercitivas típicas ou atípicas no processo de execução, torna-se fundamental para garantir o fim ao qual é destinado, sendo o atual entendimento dos tribunais a concessão das medidas coercitivas atípicas no limite da sua constitucionalidade e proporcionalidade, ou seja, poderão ser concedidas desde que analisada a peculiaridade da situação de cada devedor.

Palavras-chave: Código de Processo Civil. Processo de Execução Civil. Medidas coercitivas atípicas.

INTRODUÇÃO

A implantação do CPC 2015 apresentou significativas mudanças no sistema processual civil, em especial no processo de execução, com a concessão da possibilidade de utilização das medidas atípicas, uma vez que as medidas típicas usualmente aplicadas, geralmente, não cumpriam sua função, visto que muitos credores não conseguem receber os valores devidos por escusa do devedor que, reincidentemente, adota meios que dificultam a execução e, assim, frustram as demandas judiciais (PAULA, 2017).

O agora disposto no art. 139, inciso IV, do CPC prevê aos juízes a possibilidade de adotar medidas mais amplas a fim de assegurar maior êxito às execuções e, conseqüentemente, garantir o direito do exequente (MINATTO, 2017). Porém, há a problematização na aplicação destas medidas, uma vez que ao tempo que concedem efetividade à execução podem confrontar diretamente preceitos constitucionais, tais como o princípio da proporcionalidade, da razoabilidade, da segurança jurídica, da liberdade, da integridade física e moral e da eficiência, havendo a eventual probabilidade de resultar em medidas inconstitucionais e, desta forma, impedir que alcance o fim almejado (PAULA, 2017).

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Trabalho de Conclusão de Curso da 10ª fase do curso de Direito

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora, titulação do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Assim, enfrenta-se mais um grande desafio e, para tanto, o presente trabalho tem como objetivo principal discutir, como objetivo geral, a (in)aplicabilidade frente à CF destas novas medidas previstas no art. 139, IV, do CPC, uma vez que devem ser eficazes, contudo sem confrontar os preceitos constitucionais de ambas as partes.

Por esta razão, apresentar-se-á como objetivos específicos: a) tecer um breve estudo sobre a evolução histórica do processo civil de execução, seus princípios e suas contraposições frente ao processo de conhecimento; b) analisar o art. 139, IV, do CPC e, conseqüentemente, as medidas coercitivas típicas e atípicas; e c) delimitar os entendimentos jurisprudenciais quanto a aplicação das medidas coercitivas atípicas nas execuções respeitando os preceitos constitucionais como instrumentos fundamentais na garantia da justiça.

DA (IN)APLICABILIDADE DAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS FRENTE A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Muito se discute desde os primórdios do desenvolvimento das civilizações a relação social estabelecida entre grupos (ELIAS, 1993). Essas evoluções sociais estavam diretamente ligadas ao progresso do Direito, principalmente no que diz respeito ao direito processual e ao processo de execução, uma vez que não havia distinção entre direito material e processual. Com o passar dos anos, em meados de 1990, iniciaram-se as inúmeras alterações no CPC de 1973 por meio de um sistema gradual, o que modificou o processo de execução civil (GONÇALVES, 2017).

Com isso, separou-se o processo de conhecimento do processo de execução forçada (MARINONI, 2016), pois, até então, não havia diferenças consideráveis entre o processo de conhecimento e o processo de execução, sendo que com a Lei n. 11.232/05 o processo de execução de título judicial passou a ser visto como uma fase processual, ou seja, perdeu sua autonomia (GONÇALVES, 2020).

Contudo, toda e qualquer mudança, há de ser realizada com base nas normas fundamentais como “linhas mestras”, pois servem de base para interpretação, aplicação e estruturação processual (MARINONI, 2016).

Desta forma, após a entrada em vigor do CPC de 2015, vários operadores do direito, tais como advogados e juízes, apresentaram diversas indagações quanto à abrangência dos poderes conferidos aos juízes, em especial a aplicação das medidas indutivas, coercitivas, mandamentais, sub-rogatórias previstas no art. 139, IV, do CPC que têm por objetivo principal assegurar o cumprimento do princípio da efetividade do processo, visto que se busca a concretização de um direito embasado em um título executivo, seja ele judicial ou extrajudicial (VELLASCO, 2019).

Sabe-se que as medidas executórias, segundo o art. 139, IV, do CPC, são classificadas como indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias. Desta forma, é facultado ao juiz impor a aplicação destas medidas a fim de garantir maior efetividade ao processo de execução, visto que a modificação da legislação processual concedeu flexibilidade ao Poder Judiciário, possibilitando a aplicação de tais medidas atípicas a fim de alcançar uma maior celeridade processual e eficiência (MINATTO, 2017). Para isso o juiz ao despachar a inicial poderá, se viável, fixar multa pelo atraso ou determinar a aplicação de outra medida que entenda imprescindível, bem como honorários de 10% a encargo do executado (CARNEIRO, 2019).

São quatro os desafios processuais nas execuções: o reajustamento da prestação pecuniária; a utilização de medidas coercitivas na execução; a localização de bens da parte executada e o êxito na alienação coativa (MELLO, 2019).

Com isso, a utilização das medidas coercitivas atípicas proporciona uma maior flexibilidade nas possibilidades de métodos de executar o devedor, sendo estas medidas diversas das acima elencadas, possuindo um condão mais hostil ao executado, resultando em uma possível efetividade processual (ANDRIOTTI, 2018).

O entendimento jurisprudencial atualmente adotado tem utilizado como medidas executivas atípicas a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, a apreensão do passaporte e o bloqueio de cartões de crédito da parte que está sofrendo o processo de execução e vem, de certa forma, esquivando-se de suas obrigações legais de uma forma que a simples aplicação das medidas típicas conhecidas não são suficientes para solucionar a demanda (MELLO, 2019).

Com isso, a aplicabilidade das medidas coercitivas atípicas há de estar de acordo com vários fatores determinantes além da alegada subsidiariedade, sendo que a fim de serem efetivamente utilizadas, deverão respeitar os princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade, ambos de acordo com os eventuais excessos dos meios de execução, em observância a cada caso concreto, pois não podem feri-los de maneira que acarrete lesão aos direitos constitucionais do executado (BROGES, 2019).

METODOLOGIA

O presente trabalho é uma revisão bibliográfica, realizada por meio de uma pesquisa aplicada classificada como narrativa. Dar-se-á a utilização do método dedutivo como meio para atingir os objetivos propostos, sendo uma pesquisa por meio de periódicos, artigos científicos, sites e doutrinas e jurisprudências.

Delimita-se o presente trabalho em um tempo amostral estimado de 18 (dezoito) meses entre os anos de 2019 e 2020, tendo como foco principal grupos de operadores e acadêmicos do Direito, em especial os atuantes na esfera processual civil, entretanto, abrangerá a população em geral, pois abordará a respeito da administração de bens e direitos frente a um processo de execução.

Desta forma, a fim de facilitar os estudos, bem como a compreensão, a referida pesquisa é dividida em (três) capítulos, seguidos por subtítulos, de modo a garantir uma sequência lógica da abordagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Frente à morosidade enfrentada pelo Poder Judiciário nos processos de execução civil, estabeleceu-se um grande desafio a fim de oportunizar maior efetividade aos processos de execução, uma vez que maior parte das ações, sejam elas fundadas em títulos executivos judiciais ou extrajudiciais, apresentavam resultados insatisfatórios, pois o direito do credor não era suprido em razão da negativa por parte do devedor em cumprir com a obrigação a ele inerente.

Para tanto, o CPC/2015, em seu artigo 139, IV, trouxe medidas coercitivas conhecidas como atípicas por seu caráter indutivo, coercitivo, mandamental e subrogatório, que oportunizou ao Judiciário uma maior flexibilização na aplicabilidade das medidas executórias, tendo como única limitação a CF, contudo ainda não há entendimento jurisprudencial consolidado ou doutrinário majoritário sobre o tema.

Desta forma, o presente trabalho teve por objetivo principal estudar a (in)aplicabilidade deste artigo frente à CF e seus princípios fundamentais, uma vez que existente divergências de entendimentos.

A fim de possibilitar tal compressão, primeiramente, fez-se necessário o estudo da evolução histórica do processo civil, em que se pode concluir que o Direito evolui constantemente e simultaneamente com a sociedade, bem como, no Brasil, sofreu fortes influências das Ordenações Portuguesas.

Quanto aos princípios, notou-se que no CPC há direta aplicabilidade dos princípios constitucionais, ainda que haja princípios próprios. Contudo, ambos essenciais ao bom andamento processual e de suma importância às demandas.

Da mesma forma, constatou-se que, mesmo com semelhanças entre processo de conhecimento e de execução, este tem por objetivo a espera de medidas judiciais capazes de garantir ao credor o êxito da ação.

Ademais, estudou-se a responsabilidade patrimonial do executado, pois antigamente a garantia processual era a vida do próprio devedor, sendo hoje tal percepção modificada, visto que, agora, em regra, valerá o patrimônio do devedor.

Após, abordou-se sobre as medidas típicas e atípicas previstas no CPC, sendo que aquelas são tratadas de forma expressa, enquanto estas se dão de maneira abstrata, bem como sobre os avanços do inciso IV, do art. 139, do CPC, pois possibilitou ao Judiciário amplos poderes a fim de garantir a execução, uma vez que as ações frustradas têm prevalecido frente as dificuldades enfrentadas pelos credores garantir seus direitos só com a utilização das medidas típicas.

Desta forma, foi possível concluir que se confere ao juiz o poder de discricionariedade quanto a aplicação do inciso supracitado, buscando facilitar a solução desde desafio processual, desde que observadas as peculiaridades de cada caso, ou seja, a real situação enfrentada pelo devedor, uma vez que tais medidas não poderão lesar seus direitos fundamentais, sendo este o entendimento jurisprudencial majoritário atualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no presente trabalho, pode-se observar que o Direito Processual Civil está em constante evolução e seus princípios, que tem base constitucional, são de suma importância para a aplicação da norma, uma vez que tem o condão de proteger os direitos fundamentais do homem, bem como que a responsabilidade patrimonial, que está diretamente associada ao poder executório exercido pelo Estado, é de extrema importância para delimitar a responsabilidade do executado em face do processo de execução, sendo que tal responsabilização poderá ser tanto primária (bens do executado), quanto secundária (bens de terceiros alheios a lide).

Distinguiu-se o poder atribuído aos juízes a fim de proporcionar maior transigência nas decisões de natureza expropriatória, delimitando a aplicabilidade das medidas executórias típicas e atípicas, bem como seu papel na busca pelo êxito no deslinde processual.

Assim, com base a análise jurisprudencial realizada, foi possível concluir que o entendimento atual, ainda que haja algumas divergências de parte da doutrina, é no sentido de que é possível a aplicabilidade das medidas coercitivas atípicas, devidamente previstas no inciso IV do art. 139 do CPC, desde que usadas de forma subsidiárias e que não confrontem os preceitos constitucionais, sendo concedidas de forma fundamentada e em observância as peculiaridades de cada caso concreto, frente à condição de cada executado, a fim de não acarretar lesão aos direitos do devedor, mas garantir a execução, ou seja, o direito do credor.

REFERÊNCIAS

ANDRIOTTI, Rommel. Medidas Executórias Atípicas no Processo Civil. **Carta Forense**. 1 ago. 2018. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/entrevistas/medidas-executorias-atipicas-no-processo-civil/18257>. Acesso em: 5 out. 2020.

BORGES, Marcus Vinicius Motter. **Medidas coercitivas atípicas nas execuções pecuniárias**: parâmetros para a aplicação do art. 139, IV do CPC/2015. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 23 maio. 2020.

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**: Formação do Estado e Civilização. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito processual civil esquematizado**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Execução, processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões**. v.3. 13 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MELLO, Vitor Gomes Rodrigues. **Medidas atípicas na execução de quantia e o Contempt of Court: da efetividade e dos limites na sua aplicação**. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/depeso/300358/medidas-atipicas-na-execucao-de-quantia-e-o-contempt-of-court-da-efetividade-e-dos-limites-na-sua-aplicacao>. Acesso em: 6 out. 2020.

MINATTO, Kellen. **A imposição das medidas atípicas previstas no artigo 139, inciso iv, do código de processo civil**: uma análise à luz do direito de ir e vir e dos princípios da realidade e da utilidade da execução. 2017. Monografia (Bacharel em Direito) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/6067>. Acesso em: 29 mar. 2020.

PAULA, Isis Regina. **A aplicação de medidas atípicas em obrigações pecuniárias**: Artigo 139, IV, do CPC/2015. 2017. Monografia (Bacharel em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182415>. Acesso em: 29 mar. 2020.

VELLASCO, Allan Wellington Volpe. Medidas indutivas no novo Código de Processo Civil: aplicabilidade e limites do art. 139, IV, do Código de Processo Civil. **Revista Forense**, v. 429, n.p, 2019. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2019/06/30/revista-forense-429-medidas-indutivas-no-novo-codigo-de-processo-civil/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

A VERTICALIZAÇÃO DA REVENDA DE COMBUSTÍVEIS FACE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LIVRE CONCORRÊNCIA¹

Claudia Gattermann Perin Pollo, e-mail: pollo@conection.com.br²

Resumo – A Constituição Federal de 1988 adotou a livre concorrência como princípio que norteia a ordem econômica. Neste viés, para resguardo e estímulo à prática saudável de competitividade no ramo dos combustíveis, a Lei n° 9.478/97 e a Portaria de n° 116/2000 da ANP proíbem as distribuidoras de combustíveis de exercerem a atividade de revenda varejista. O presente trabalho tem como objetivo analisar o segmento da atividade de distribuição de combustíveis no Brasil e as possíveis consequências, oriunda da participação das maiores distribuidoras no varejo. Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se a revisão bibliográfica por meio do método dedutivo, através de artigos acadêmicos, livros, periódicos e jurisprudências. Com o conhecimento da história, evolução e organização da distribuição de combustíveis no país, do direito econômico, da intervenção do Estado para se evitar atos de concentração que gerem prejuízos econômicos e concorrência desleal, conclui-se não ser momento oportuno para a implantação da verticalização. Essa possível liberação poderá trazer efeitos deletérios aos pequenos e médios empreendedores, conseqüentemente aos consumidores.

Palavras-chave: Distribuição de Combustíveis. Livre Concorrência. Verticalização.

INTRODUÇÃO

O artigo 170 da Constituição Federal aborda o Princípio Constitucional da Livre Concorrência como um limitador ao abuso do poder econômico, em que o Estado tem função imprescindível no amparo deste princípio (CORDEIRO, 2007).

A Portaria n° 116/2000 da Agência Nacional do Petróleo – ANP, em seu artigo 12 estabelece que: “É vedado ao distribuidor de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel especificada ou autorizada pela ANP, e outros combustíveis automotivos o exercício da atividade de revenda varejista” (ANP, 2000, n.p).

A verticalização na revenda pelas distribuidoras ocorre no mercado varejista de combustíveis, quando da prática de preços que afrontam à concorrência e limitam a competitividade, o poder judiciário tem o dever de manter o mercado hígido, equilibrado, ético e leal (MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL - MPMS, 2019).

Segundo Almeida (2015) os consumidores não conhecem a organização da verticalização e suas implicações nefastas, visto que os preços baixos não refletem a realidade, frustram a concorrência e os interesses dos consumidores, posteriormente há desaparecimento da efetiva competitividade. Em longo prazo, existe a possibilidade de haver um monopólio, onde a oferta será menor que a demanda e conseqüentemente os preços elevar-se-ão (PROENÇA, 2001).

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Monografia do Curso de Direito.

² Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Neste contexto, o presente trabalho tem como escopo analisar o segmento da distribuição de combustíveis no Brasil. Conhecer sua evolução, o direito da concorrência, o direito constitucional econômico, a intervenção do Estado na ordem econômica para a compreensão do fenômeno da verticalização da revenda de combustíveis e a livre concorrência.

Ressalta-se que o objetivo do estudo está assentado sobre um tema consistente, contemporâneo e relevante ao mercado consumidor brasileiro.

A VERTICALIZAÇÃO NA REVENDA: BENEFÍCIO OU PREJUÍZO?

A distribuição de combustíveis no Brasil é uma atividade que move a economia, gera empregos e arrecada tributos desde a década de 1910, quando a primeira distribuidora instalou-se no país a *Standard Oil*. Era o início do abastecimento de um novo mercado de derivados de petróleo (NOEL, 2010).

A descoberta de petróleo no Brasil e a criação da empresa pública Petrobras no ano de “1953, para o exercício do monopólio estatal do petróleo brasileiro com a finalidade de suprir o mercado interno” (BOAMAR, 2010, p. 54) foram essenciais para o desenvolvimento e crescimento econômico. No Brasil tinha-se um mercado petrolífero fechado e controlado, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 houve grande conquista neste setor, em que foi determinada a separação entre venda e revenda de combustíveis (ABOU, 2010).

A Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997 (Lei do Petróleo), implantou um novo marco regulatório para o setor petrolífero brasileiro, com o fim de dotá-lo com perfil de livre mercado, maior eficiência econômica e fomento da competição entre os agentes econômicos (BRASIL, 1997).

O Estado deve coibir qualquer excesso ou irregularidade para alcançar patamares de desenvolvimento econômico aspirados na Constituição (NELSON; BRAGA JUNIOR, 2013). “É preciso repensar o projeto de país que se pretende concretizar e o atual contexto político/social reclama a efetivação do paradigma de regulação econômica democrática, a partir de uma cultura da transparência” para não exceder os limites jurídicos frente à complexidade desse segmento de mercado (ALMEIDA; ARAÚJO; CASTRO, 2017, p. 327).

A livre concorrência de acordo com Vieira (2017) é uma situação de mercado em que os agentes econômicos envolvidos disputam de forma igualitária toda e qualquer diferença existente em seu ramo de atividade, utilizando cada qual o seu perfil econômico, no intuito de conquistar o mercado consumidor almejado, sem a imposição de fatores que impeçam a competitividade, observando os ditames da lei.

Segundo Hernandez (2019) a estratégia de modernização intitulada de verticalização, começou a ser delineada em 2018, quando a ANP apresentou as Tomadas Públicas de Contribuições – TPC, acusava as distribuidoras de ganho elevado e primava por transparência nos preços. A tática da Petrobras foi de reduzir o custo nas refinarias para a gasolina e diesel, com total divulgação na mídia nacional, porém a redução na refinaria não significa redução na revenda. Desta maneira, “a imprensa já cobrava que a redução não havia chegado ao consumidor. Assim, com o brasileiro já convencido que o mercado de combustíveis precisa mudar radicalmente, ficou mais fácil dar sequência ao projeto de liberdade econômica” (HERNANDES, 2019, p. 03).

O próximo passo foi o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE aprovar resolução incentivando a livre concorrência no país. Os órgãos envolvidos neste roteiro são os mesmos que presenciarão o encerramento de pequenas

distribuidoras e revendedores que não terão chance de concorrer no mercado com as distribuidoras, e que a redução dos valores de venda do combustível não será uma realidade (HERNANDES, 2019).

DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

A realização do estudo utilizou o procedimento metodológico da pesquisa bibliográfica, com base na doutrina, na jurisprudência, na rede mundial, na legislação em vigor. Marconi, Lakatos (2007, p. 185) afirmam que “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

O método dedutivo segundo Santos (2019, p. 22) “caracteriza-se por sua racionalidade. Parte-se do geral para o específico por meio da razão que leva ao conhecimento verdadeiro”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção de riquezas é fator primordial para um país, posto isto, Vieira (2017, p. 23) alerta que “o desenvolvimento econômico, embora desejável, não deve se dar a qualquer custo, porquanto não é um fim em si mesmo. Ao contrário, deve ser conjugado com o aspecto social, que lhe é inerente”.

A ex-diretora-geral da ANP, Magda Chambriard (2020, p. 08) e atual coordenadora de Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Energia, não julga com bons olhos a intenção da ANP em propor o tema da verticalização, detalha para o fato de que “[...] dois terços das compras dos postos embandeirados são provenientes de apenas 3 distribuidoras (de um total de mais de 150)”. Conclui que a proposta apenas desordenaria e bagunçaria o setor, indo na contramão da real intenção do governo brasileiro, que é a de estimular a concorrência. Afirma que antes de tudo é preciso uma reforma tributária para a redução do preço dos combustíveis e simplificar o sistema atual (CHAMBRIARD, 2020).

A conclusão da pesquisa Tendência (2018, p. 65) é de que “não há benefícios suficientes para justificar a entrada de distribuidoras no segmento varejista, dados os graves danos à concorrência que poderiam ser provocados pela verticalização”. E finaliza que se aprovada à verticalização, o domínio do segmento “pelas distribuidoras verticalizadas poderia provocar uma saída de *players* menores do mercado, reduzindo a competição e as opções do consumidor final e aumentando ainda mais a concentração de mercado” (TENDÊNCIA, 2018, p. 64).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada por meio da revisão da literatura demonstrou a evolução da distribuição dos combustíveis no Brasil, os procedimentos de fiscalização na concentração empresarial, a intervenção do Estado e principalmente os motivos elencados para a proibição da atuação das distribuidoras na revenda.

O estudo proposto reconhece que desde 2018 um debate mais incisivo sobre a possibilidade das distribuidoras operarem diretamente a revenda está sobre análise, essa possibilidade requer que os consumidores obtenham o respaldo do Estado em virtude da magnitude e dos impactos das possíveis alterações.

Proteger a livre concorrência é dar liberdade a toda iniciativa empresarial, porém liberdade para que possam permanecer neste mercado exercendo seu direito

de assim o fazê-lo sem infringir os princípios constitucionais. Considerando o que aqui foi exposto, pode-se concluir que a verticalização está em sentido contrário à persecução do princípio da livre concorrência, de um segmento eficiente e benéfico ao mercado consumidor brasileiro. Sob a revenda de combustíveis paira a sombra da espada de Dâmocles em seu futuro.

REFERÊNCIAS

- ABOU, Maurício Chicre. Prefácio *in*: BOAMAR, Paulo Fernando de Azambuja. **Combustíveis automotivos: especificações técnicas, tributos e legislação**. 1. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2010. p. 11-14.
- ALMEIDA, Edmar Luis Fagundes de; OLIVEIRA, Patrícia Vargas de; LOSEKANN, Luciano. Impactos da contenção dos preços de combustíveis no Brasil e opções de mecanismos de precificação. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 531-556, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rep/v35n3/1809-4538-rep-35-03-00531>. Acesso em: 17 mai. 2020.
- ALMEIDA, Laryssa Mayara Alves de; ARAÚJO, Ludmila Albuquerque Douettes; CASTRO, Vinicius Leão de. Regulação econômica democrática e a construção da cultura da transparência na ANP. **Revista Ius Gentium**, v. 08, n. 2, p. 317-332, jul/dez. 2017. Disponível em: <https://www.uninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/349/283>. Acesso em: 23 mai. 2020.
- ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **Portaria nº 116 de 05.07.2000**. Regulamenta o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo. Brasília, DF. Disponível em: <http://legislacao.anp.gov.br/?path=legislacao-anp/portarias-anp/tecnicas/2000/julho&item=panp-116--2000>. Acesso em: 01 mar. 2020.
- BOAMAR, Paulo Fernando de Azambuja. **Combustíveis automotivos: especificações técnicas, tributos e legislação**. 1. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2010. 832 p.
- BRASIL. **Lei nº 9.478 de 06 de agosto de 1997**. Institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9478.htm. Acesso em: 08 abr. 2020.
- CHAMBRIARD, Magda. Em compasso de espera. **Revista Combustíveis & Conveniência**, ano 17, n. 181, p. 07-09. 2020. Disponível em: <https://www.fecombustiveis.org.br/edicoes-revista/revista-combustiveis-e-conveniencia--ed-181/241406>. Acesso em: 11 set. 2020.
- CORDEIRO, Rodrigo Aiache. **Poder econômico e livre concorrência**: uma análise da concorrência na constituição da república federativa do Brasil de 1988. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

HERNANDES, José Camargo. Verticalização não trará a tão sonhada redução de preços. **Revista postos & serviços**, ano 24, n. 282, p. 03-07. 2019. Disponível em: <http://www.resan.com.br/revista-postos-e-servicos/99-jogo-de-cartas-marcadas/>. Acesso em: 17 set. 2020

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2007.

MPMS - MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL. **Autos n. 0842900-59.2017.8.12.0001**. 2019. Promotor Luiz Eduardo Lemos de Almeida. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/peticao-taurus.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2020.

NELSON, Aline Virgínia Medeiros; BRAGA JUNIOR, Sérgio Alexandre de Moraes. Cláusulas gerais da responsabilidade objetiva previstas no código civil sob o foco do fornecimento de combustíveis e a repercussão nas relações consumeristas. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**, v. 4, n. 01, p. 1-17. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/4337>. Acesso em: 20 mai. 2020.

NOEL, Francisco Luiz. **História da distribuição dos combustíveis Brasil**. Rio de Janeiro: Sindicom, 2010.

PROENÇA, José Marcelo Martins. **Concentração empresarial e o direito da concorrência**. São Paulo: Saraiva, 2001.

SANTOS, Luiz Carlos dos. **A construção de um projeto de pesquisa**: aspectos teórico-epistemológicos, metodológicos, normativos e da língua culta – uma possível aplicação nas áreas das ciências contábeis, administração e do direito, 2019. Disponível em: http://www.lcsantos.pro.br/arquivos/A_Constru%C3%A7%C3%A3o_do_Projeto_de_Pesquisa_-_REVISADO_-_20-09-201927092019-123344.pdf. Acesso em: 29 ago. 2020.

TENDÊNCIAS Consultoria Integrada. **Impactos da entrada de distribuidoras de combustíveis no segmento de revenda varejista**. 2018. Disponível em: http://www.mme.gov.br/documents/36220/945012/Revenda_Fecombust%C3%ADveis_Question%C3%A1rio+Resolu%C3%A7%C3%A3o+CNPE+n%C2%BA+12-2019_Anexo+1+-+Parecer+TPC3.pdf/bc2bf310-4626-ceae-0175-ab775ac9e515?version=1.0. Acesso em: 17 mai. 2020.

VIEIRA, Gabriel Matos Monteiro. **O confronto entre a livre iniciativa, a livre concorrência e o direito à segurança nos casos de postos de combustíveis**: um cotejo entre a jurisprudência do tribunal de justiça do estado do Ceará e a do supremo tribunal federal. 2017. Dissertação (Monografia de Bacharelado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

A POSSIBILIDADE JURÍDICA DE DISPOSIÇÃO DO JULGAMENTO FRENTE AO TRIBUNAL DO JÚRI PELO ACUSADO DE COMETER CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA¹

Gabriel Piati, gabrielpiati10@gmail.com²
Ricardo Emílio Zart, ricardo.zart@gmail.com³

Resumo: A Constituição Federal de 1988, prevê que o Tribunal do Júri é juízo competente para o julgamento de crimes dolosos contra a vida. Todavia, o presente direito, tornou-se um dever imposto ao acusado, uma vez que o tribunal do júri possuiu competência absoluta no julgamento de crimes dolosos contra a vida, o que impede ao acusado dispor deste direito, e optar por um julgamento frente a um Juiz de Direito. Desta forma, o presente estudo tem como objetivo analisar a possibilidade jurídica deste acusado, dispor de seu direito constitucional, e optar por um julgamento frente a um Juiz de direito ao invés do julgamento perante ao conselho de sentença. Para o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se do método indutivo por meio de uma revisão bibliográfica narrativa da doutrina especializada. Vale ressaltar, que não há no ordenamento jurídico qualquer dispositivo que permita está renúncia, todavia, verifica-se que os dos direitos fundamentais possuem como característica a limitabilidade e historicidade, o que garante que tais direitos não são absolutos. Sendo assim, tendo em vista o avanço tecnológico, e o desenvolvimento das populações e do próprio direito, alguns dispositivos anteriormente previstos encontram-se obsoletos, motivo pelo qual possibilitam a sua supressão.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Processo penal. Tribunal do júri. Direito constitucional.

INTRODUÇÃO

O atual ordenamento jurídico brasileiro prevê que o tribunal do júri tem a competência para julgar o acusado de crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados, tal como preconiza o art. 5º, XXXVIII, “d” da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Todavia, o presente direito, tornou-se um dever imposto ao acusado, uma vez que o tribunal do júri possuiu competência absoluta no julgamento de crimes dolosos contra a vida, o que impede ao acusado dispor deste direito, e optar por um julgamento frente a um Juiz de Direito. Desta forma, além de suprimir um direito fundamental do acusado, obriga-se a este o julgamento frente a pessoas despreparadas e imparciais, o que por óbvio é uma afronta a ampla defesa, ao devido processo legal e ao contraditório (FORTI, 2009).

Diante disso, resta a dúvida, teria o acusado de cometer um crime doloso contra a vida, a possibilidade jurídica de dispor de seu direito constitucional de julgamento frente ao tribunal do júri, e optar por um julgamento frente a um juiz de direito? Sendo assim, tem-se como objetivo principal do presente estudo, verificar está possibilidade jurídica.

¹ O presente trabalho, refere-se à um Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para obtenção do título de Bacharel em Direito, do Curso de Direito, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professor Mestre do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Inicialmente, nas palavras de Sarlet (2019, p. 326): “os direitos fundamentais são posições jurídicas reconhecidas e protegidas na perspectiva do direito constitucional interno dos Estado”. Para Marmelstein (2019), os direitos fundamentais são aqueles considerados como básicos para uma vida digna em sociedade, de forma que estão assim ligados a dignidade da pessoa humana e a limitação de poder estatal.

Tais direitos possuem algumas características que os diferenciam de outros direitos. Citam-se como exemplo, a Inalienabilidade, a Imprescritibilidade e a Irrenunciabilidade, as quais determinam que tais direitos não são negociáveis ou transferíveis, não prescrevem pelo desuso, e o seu detentor não pode renunciá-los (PADILHA, 2020). Não obstante, a característica da Limitabilidade determina que os direitos fundamentais não são absolutos, podendo estes serem limitados sempre que necessários devido a colisões entre eles (PINHO, 2019).

Estas colisões se devem à grande abrangência dos direitos fundamentais, os quais refletem as mais diversas ideologias da população de um Estado Democrático de Direito, sendo evidente que por diversas vezes ocorra uma colisão entre esses direitos (MARMELESTEIN, 2019). Mendes e Branco (2019), ressaltam que nestes casos se faz necessário ponderar entres os direitos, o que está intimamente ligado ao princípio da proporcionalidade, de forma que o dano causado com a supressão de determinado direito em relação a outro, é menor do que o ganho obtido com a referida supressão.

Surge de tais questionamentos a chamada garantia do núcleo essencial dos direitos fundamentais, a qual visa proteger parcela do conteúdo do direito fundamental, sem a qual este perderia sua característica e não poderia mais ser reconhecido como tal (SANTIAGO, 2000 apud SARLET, 2019). Desta forma, Marmelstein (2019), esclarece que é possível que uma emenda constitucional, altere algum dispositivo constitucional considerado cláusula pétrea, desde que é claro, não atinja a sua a principiologia básica, a sua essência, mantendo assim os valores protegidos pelo constituinte originário.

Já em relação ao Tribunal do Júri, como relata Capez (2019), foi instituído no Brasil com a competência ao julgamento de crimes de imprensa. Todavia, foi em 1988, com a promulgação da Constituição Federal que o júri se estabeleceu da forma que conhecemos atualmente, o qual conforme determinação do art. 5º, XXXVIII, possui competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, bem como assegura, a plenitude de defesa, o sigilo das votações e a soberania dos veredictos (BRASIL, 1988).

Quanto ao seu procedimento, nas palavras de Capez (2019), o rito do tribunal do júri é escalonado. A primeira fase, conhecida como *judicium accusationis*, tem como intuito verificar a existência de provas concretas, produzidas em juízo, da prática delituosa do réu, de forma a autorizar o julgamento deste perante o Tribunal do Júri (CAMPOS, 2018). Finda a primeira fase, e o feito devidamente regularizado, deverá o juiz presidente determinar o dia do julgamento, intimando para tanto as partes, o ofendido, se possível é claro, as testemunhas e os peritos, se caso solicitado (MOUGENOT, 2019).

Todavia, para Silva (2017), o presente procedimento possui caráter tendencioso, o que o torna rotineiramente um obstáculo à efetivação dos direitos e garantias constitucionais. Uma das principais críticas ao tribunal do júri repousa na falta de fundamentação da decisão proferida pelos jurados. Lopes Jr. (2019) é claro

ao informar que esta carência, talvez se trata de um dos piores erros existentes no procedimento do tribunal do júri, pois entende que a fundamentação é primordial, para que se entenda o porquê da decisão, quais elementos levaram o jurado a concluir pela materialidade e autoria.

Além disso, a influência midiática nos casos que vão a júri é outro ponto muito discutido na doutrina. Neste sentido, Silva (2017) ressalta que é impossível dissociar o homem que é chamado ao júri, daquele que em sua vida particular, assiste a televisão, lê jornais, acessa a internet, e por consequência, consome as inúmeras notícias que são vinculadas nestes meios de comunicação, o que torna uma boa parte das condenações, frutos de um domínio psicológico exercido pelos meios de comunicação sobre os jurados.

É por este motivo, que a supressão deste direito é colocada em pauta, todavia, frisa-se inicialmente, que não há no direito brasileiro qualquer dispositivo que vise a renúncia do Júri pelo seu acusado, uma vez que o Código de Processo Penal é completamente silente no que condiz a esse assunto (ARAS, 2010). Entretanto, para Lima (2009) a renúncia de um direito fundamental é sempre possível a depender da situação fática, uma vez que em alguns casos, somente com a supressão de um determinado direito é possível usufruir de outro de forma máxima. Neste mesmo sentido, Silva (2017) alerta que não são necessárias quaisquer alterações no texto constitucional a fim de possibilitar a renúncia deste direito pelo acusado, pois para ela, seria apenas necessária uma reinterpretação do Art. 5º, XXXVIII, para alternar sua visão de norma de competência imperativa, para garantia constitucional.

Para Junior e Prado (2020), em alguns casos, não há outra maneira de impedir a imparcialidade dos jurados, envolvidos pela interferência midiática, a não ser permitindo o acusado de dispor de seu julgamento, permitindo a este a escolha entre o Tribunal do Júri e o Juiz Togado. Sendo assim, se torna naturalmente aceita a ideia de renúncia ao tribunal do júri, quando este julgamento se torna empecilho para o alcance da ampla defesa e da liberdade em si do acusado, o que de fato ocorre, uma vez que conforme já demonstrado, o Tribunal do Júri restringe as possibilidades de defesa do acusado (SILVA, 2017).

METODOLOGIA

O presente estudo se constitui em uma revisão bibliográfica narrativa acerca da possibilidade jurídica do acusado de cometer crimes dolosos contra a vida optar pelo julgamento frente a um juiz de direito. É sabido que a revisão bibliográfica, busca elucidar as questões existentes em relação a determinado tema, com base em documentos já publicados, tais como livros, revistas, jornais, artigos publicados na internet e impresso, entre outros (VERGARA, 2000).

Ciente disso, utiliza-se no presente estudo o método indutivo, o qual através de dados particulares, devidamente constatados, busca-se concluir uma verdade maior e mais ampla (LAKATOS; MARCONI, 2003). O material a ser utilizado compreende livros, artigos, periódicos e outros meios de informação, os quais são disponibilizados pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe através de sua plataforma digital, bem como pela sua biblioteca física, além é claro, de outros documentos encontrados na rede mundial de computadores. O presente estudo foi desenvolvido durante o período de um ano e meio, entre os anos de 2019 e 2020, sendo parte integrante das matérias de Metodologia da Pesquisa Jurídica, Monografia I e Monografia II, e teve como base as especificações da Normalização da UNIARP (UNIARP, 2019), e da Norma Brasileira 6023 (ABNT, 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os direitos e garantias fundamentais representam uma proteção aos mais básicos e necessários direitos que visam estabelecer um mínimo de qualidade de vida ao ser humano. Todavia, como objetivo do estudo, cabe entender se uma vez positivados no sistema jurídico, poderiam de alguma forma, tais direitos sofrerem restrições ou limitações. Sendo assim, é possível notar, que o atual cenário brasileiro garante a inexistência de direitos absolutos, de forma que resta possibilitado inúmeras limitações aos direitos fundamentais, sejam elas decorrentes de conflitos entre esses direitos, ou até mesmo por limitações impostas na própria redação destes direitos.

Desta forma, diante dos prejuízos trazidos pelo Tribunal do Júri através dos choques existentes com outros direitos fundamentais, resta evidente que a renúncia é juridicamente cabível, pois o acusado só poderá exercer completamente o seu direito de presunção de inocência, devido processo legal, e ampla defesa, se permitido a ele a renúncia do julgamento frente ao tribunal do júri.

Ademais, ainda que se entenda a necessidade de uma alteração legislativa a possibilitar tal direito, está também me parece totalmente possível, pois uma emenda constitucional que visasse a alteração do dispositivo, trazendo expressamente a possibilidade de renúncia do acusado, não infringiria as cláusulas pétreas, pois de fato não consumiria toda a existência deste direito, mas apenas adequaria a sua utilização, logo, o núcleo essencial deste direito permaneceria intangível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de finalizarmos, acredito ser importante salientar que o referido trabalho não tem o intuito condenar um instituto como o do Tribunal do Júri, pois é sabido que por diversos anos este foi sinônimo de uma luta incessante da sociedade por julgamentos justos e verdadeiros, todavia, não podemos fechar os olhos para injustiças que possam estar ocorrendo em nossa sociedade, sendo assim, possibilitar ao acusado esta disposição, é um avanço necessário em nossa legislação, trazendo maior segurança jurídica a este instituto que merece sempre o nosso respeito.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 6023**: Informação e documentação: Referências. Rio de Janeiro, 2002.

ARAS, Vladimir. Renúncia ao julgamento pelo júri no processo penal brasileiro.

Revista Custos Legis. v. II, p.1, 2010. Disponível em:

<https://revistacustoslegis.wordpress.com/2016/04/28/renuncia-ao-julgamento-pelo-juri-no-processo-penal-brasileiro/>. Acesso em 11 out. 2020

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 11 abr. 2020.

CAMPOS, Walfredo Cunha. **Tribunal do júri**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 26. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

FORTI, Iorio Siqueira D'alessandri. Tribunal do júri como garantia fundamental, e não como mera regra de competência: uma proposta de reinterpretação do art. 5º, xxxviii, da constituição da república. **Revista Eletrônica de Direito Processual**. v. 3, n. 3, p.1, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/22172/16021>. Acesso 11 abr 2020.

JUNIOR, Almir Santos Reis; PRADO, Bruno Humphreys Lobo da Costa. A renunciabilidade do direito constitucional do júri popular em face da influência midiática. **Revista das Faculdades Integradas Vianna Junior**. Juiz de Fora. v. 11, n. 2, p. 241-265. 2020

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Jairo Néia. Colisão e renúncia a direitos fundamentais nas relações entre particulares. **Revista Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 5, ed. 5, p.1, 2009.

LOPES JR., Aury. **Direito processual penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MARMELSTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MOUGENOT, Edilson. **Curso de processo penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

PADILHA, Rodrigo. **Direito constitucional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Direito constitucional: Teoria geral da constituição e direitos fundamentais**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

SILVA, Bianca Reis Gitahy da. **A possibilidade de renúncia ao julgamento pelo tribunal do júri com instrumento de efetivação dos direitos e garantias fundamentais**. 2017. Artigo (Especialização em Direito) – Escola da Magistratura, Rio de Janeiro, 2017.

UNIARP - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. **Normalização de trabalhos acadêmicos. / Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe**. Caçador: EdUNIARP, 2019.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

A importância do administrador judicial na recuperação judicial¹

Guilherme Nascimento Peretto, nascimentoperetto@hotmail.com²
 Orientador Levi Hülse³

Resumo – O presente trabalho busca demonstrar como a figura do administrador judicial é fundamental para que o processo de recuperação judicial tenha efetividade e atinja os objetivos dispostos na lei, assegurando assim o soerguimento eficaz da empresa em crise. Para o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se o método dedutivo, por meio de revisão bibliográfica narrativa de livros, artigos científicos, legislações e outros. Essa análise faz-se necessária para verificar todos os deveres e poderes que a lei confere ao administrador judicial, possibilitando assim uma aprofundada discussão sobre como esse órgão é indispensável para o bom andamento do processo de recuperação, além de todas as diligências que por ele devem ser tomadas, ainda que não estejam expressas na lei, garantindo assim a efetividade ao processo de recuperação e a consequente permanência da contribuição do empresário à sociedade em geral. Observou-se que cada um dos órgãos que constituem a recuperação judicial possui seu papel vital para o soerguimento da empresa, sob a fiscalização do administrador judicial, ao qual é dado inúmeras responsabilidades e deveres, para que possa, sob confiança do juiz, conduzir o processo de recuperação judicial, de forma imparcial, atingindo os objetivos previstos na própria lei com o fito de manter a atividade empresarial.

Palavras-chave: Empresário. Crise econômica. Recuperação Judicial. Administrador Judicial.

INTRODUÇÃO

O Administrador Judicial é peça importante na recuperação judicial. Deve ser uma pessoa de confiança do juízo, com capacidade técnica para exercer a função (MARTINS, 2014). A Lei exige do administrador uma atuação focada, visando a preservação da empresa e o interesse público, possuindo a função de auxílio do juízo para proteção dos interesses coletivos e difusos (MENDES, 2010).

Por meio do presente trabalho, pretende-se demonstrar o porquê o administrador judicial em sua figura singular possui tamanha importância para o bom andamento e principalmente a efetividade do complexo processo de recuperação judicial.

Em tempos de crise econômica, as empresas veem-se obrigadas a utilizar os meios que a legislação lhes disponibiliza para viabilizar sua continuidade existencial, sendo que o principal deles é a Recuperação Judicial, sendo este um processo judicial supervisionado por um Administrador Judicial, devidamente nomeado pelo Juízo.

Pela quantidade de interessados que o próprio processo de recuperação envolve, é necessária uma atuação mais pujante dentro do próprio processo, como seria a de um magistrado, e que ao mesmo tempo não tenha a sua imparcialidade comprometida, motivo pelo qual essa atuação não pode ser feita por um dos polos processuais, e sim por um terceiro, alheio às partes.

¹ O presente trabalho refere-se ao Trabalho de Conclusão do Curso de Direito.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ COLOCAR QUALIFICAÇÃO LEVI

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar e apresentar uma forma mais eficaz de garantir com que a finalidade da lei seja cumprida, ou seja, de que o processo longo e custoso de Recuperação Judicial sirva de fato para que a Empresa consiga soerguer, sendo essa efetividade focada na figura do Administrador Judicial, tendo como objetivos específicos: a) uma análise fundamentada sobre o benefício legal da Recuperação Judicial; b) verificar a importância que o plano de recuperação judicial tem para a superação da crise pela empresa; e c) pontuar os poderes, deveres e responsabilidades do administrador judicial que tornam ele a figura central e basilar para o bom andamento do processo de recuperação judicial em observância a todos os princípios previstos legalmente.

IMPORTÂNCIA DO ADMINISTRADOR JUDICIAL NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A crise econômica de uma empresa pode ser uma fatalidade social, uma vez que pode não gerar apenas prejuízos aos seus sócios ou investidores, mas também aos seus credores. Uma crise que venha a por um fim a sociedade empresarial significa o fim dos postos de trabalho, diminuição na arrecadação de impostos, motivo pelo qual o direito sempre se viu obrigado a inserir-se nesse meio para evitar tal fatalidade (COELHO, 2006).

O cumprimento das obrigações públicas e privadas na antiguidade sempre foi tratado de forma igualitária pelos ordenamentos, no sentido de que o devedor garantia, ou ao menos deveria garantir o pagamento de suas dívidas, por meio de sua própria vida ou própria liberdade (MAMEDE, 2019).

As Ordenações Afonsinas, consideradas por historiadores europeus como o primeiro código europeu, dispôs, dentre as várias regras que possuía sobre direito comercial e civil, que o devedor, que tiver ajustado prazo para quitação da sua dívida perante o credor, deverá cumprir esse prazo, sob pena de prisão civil por prazo indeterminado, ou seja, até que a dívida fosse sanada como deveria. E foi esse, para Negrão (2019), o marco do direito comercial no Brasil.

Em vista desse contexto internacional, no Brasil, iniciou-se o projeto de Lei nº 4.376/1993, sobre o qual Negrão (2019) relata que o projeto, já na Câmara dos Deputados, recebeu inúmeras emendas por meio das comissões pelas quais passou, sendo encaminhado ao plenário somente em 1999. Após, novas emendas por parte do plenário, o projeto permaneceu parado de 2000 até 2003, quando as discussões foram retomadas, e, após dez anos do início do trâmite, o projeto foi finalmente enviado ao senado.

A Lei nº 11.101/2005 trouxe tamanhas mudanças que por isso não pode sequer ser comparada com o Decreto-lei nº 7.661/1945, vez que na questão basilar da nova lei a regra é a tentativa de recuperação da empresa para, em últimos casos, decretar-lhe a falência; enquanto que no Decreto-lei revogado a concordata - instituto mais próximo da recuperação judicial - tinha como conceito apenas um ato processual que visava à prevenção ou suspensão da falência (HÜLSE; CENI, 2017).

A Recuperação Judicial é um benefício previsto em lei posto à disposição dos devedores que se enquadram como empresários ou sociedades empresárias, possibilitando o soerguimento destas empresas com sacrifício dos credores, seja ele maior ou menor, de acordo com o plano judicial apresentado no processo (COELHO, 2016).

Vieira (2019) explica que a Constituição de 1988 dispõe expressamente que uma empresa não pode ter o fim em si mesma, ou seja, não pode apenas visar ao lucro, mas deve também prover um benefício à sociedade.

É com base nisso que Coelho (2015 apud SOUSA, 2019, p. 1) afirma que o poder judiciário deve ser rigoroso para discriminar as empresas que devem receber o amparo da lei de recuperações judiciais e as que não devem, pois o custo principal desse processo recai, no final das contas, à sociedade.

Na recuperação judicial, o administrador assemelha-se a um fiscal, que tem o trabalho de acompanhar e fiscalizar o processo de recuperação judicial como um todo, incluindo a conduta da empresa devedora perante o processo (PEREIRA, 2018).

Para analisar as funções e qualidades implícitas que o administrador deve possuir, primeiro deve-se ressaltar o texto da lei, onde traz as explícitas: “Art. 21. O administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.” (BRASIL, 2005).

A partir do momento em que firma o termo de compromisso, “de bem e fielmente desempenhar o cargo” (BRASIL, 2005), o administrador judicial assume todas as responsabilidades, sejam civis ou criminais, a que sua função está sujeita (ARÊAS, 2015).

Tamanho é a importância e a relevância do administrador judicial dentro da recuperação, que pode até mesmo ele, sem ser credor, pedir a decretação da falência da sociedade empresária. Essa possibilidade, na verdade, trata-se de um chamado poder/dever do administrador, considerando que, caso tenha ciência da prática de atos que ensejariam a decretação da falência e não tome medidas ao seu alcance nesse sentido, pode o próprio administrador ser responsabilizado (MAMEDE, 2019).

METODOLOGIA

A presente pesquisa é caracterizada como um estudo revisão bibliográfica narrativa, utilizando para tanto em sua maioria artigos científicos e livros sobre a temática da importância do administrador judicial junto ao processo recuperacional, em especial a doutrina e a legislação vigente, obtendo o método dedutivo como revisão de literatura, onde segundo Salmon (1973) as informações ou conteúdos fatuais postos na conclusão já foram apresentados, ainda que implicitamente, nas premissas apresentadas.

A pesquisa bibliográfica foi embasada em trabalhos científicos, livros, textos oficiais, revistas e publicações constantes da *internet*, utilizando para os meios de pesquisa as palavras chaves: empresário, crise econômica, recuperação judicial e administrador judicial.

O material que será utilizado para o desenvolvimento do estudo foi buscado em artigos e livros doutrinários na área do Direito Empresarial, sendo que as fontes foram encontradas na plataforma digital disponibilizada pela instituição da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, além da própria biblioteca física que ela também disponibiliza, tendo o estudo sido desenvolvido entre julho de 2019 a dezembro de 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente estudo vem ao encontro da situação atual pelo qual o mundo está passando, com empresas sofrendo graves consequências diante da

crise econômica mundial, afetando não apenas o cenário interno do país, mas também externo.

Foi com base em cenários como esse, de graves crises, que a lei de recuperações judiciais foi promulgada, reconhecendo o papel fundamental que a indústria possui junto à sociedade e, por esse motivo, deve receber um tratamento diferenciado pela lei quando esta não puder arcar com as suas dívidas, a fim de manter sua contribuição social, ainda que seja em detrimento de interesses particulares, justamente por considerar que a magnitude do papel que a sociedade empresária exerce tem caráter de interesse público.

Para avaliarmos uma maneira mais efetiva de garantir que a empresa que passa por um processo de recuperação judicial consiga de fato se reerguer economicamente, é necessário analisar além da lei, não somente no que concerne aos poderes dos órgãos da recuperação, mas também quanto às suas responsabilidades, dependendo, portanto, também da interpretação do próprio julgador.

E é essa efetividade que a empresa deve observar quando da formulação do plano de recuperação judicial, pois são justamente os gestores da sociedade empresária que melhor a conhecem, possuem capacidade para projetar o faturamento e especialmente a capacidade de geração de caixa e de pagamento aos credores que ela terá no decorrer da recuperação judicial, necessitando que o plano de pagamento formulado esteja dentro da capacidade da própria empresa para que o plano não venha a se tornar inexecutável.

Neste sentido, o primeiro capítulo demonstrou, em síntese, como a atividade empresarial passou a ter cada vez mais espaço e importância para o desenvolvimento como um todo, no cenário global, de modo que a legislação também passou a abarcar essa importância, auxiliando aqueles que tomam para si o risco da atividade empresarial.

O segundo capítulo abordou de forma mais específica a recuperação judicial e seus órgãos, demonstrando que para existir uma efetividade no processo, ou seja, para que a empresa que entra com um pedido de recuperação judicial de fato recupere a sua capacidade econômica e exerça sua atividade de forma completa, em prol da sociedade, todos os órgãos devem trabalhar em conjunto, exercendo plenamente suas funções vitais ao processo.

O último capítulo trouxe a figura central do presente trabalho, que é o administrador judicial e a sua importância. Como auxiliar do juízo, ele tem o dever de estar equidistante das partes, mas do mesmo modo deve estar ativamente presente e atuante dentro do processo, de modo a lhe dar a efetividade necessária.

REFERÊNCIAS

ARÉAS, Ana Clara Marcondes de Mattos. **Recuperação Judicial de Empresas: aspectos processuais e a responsabilidade do administrador judicial**. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005**. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm. Acesso em: 25 mar. 2020.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à Lei de Falências e de Recuperação de Empresas**. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

HÜLSE, Levi; CENI, Lucas. O direito falimentar em suas origens históricas. In: LAMY, Anna Carolina Faraco; CATTONI, Angelo Solano; NETO, Pedro Cascaes (Org.). **Recuperação de Empresas e Falência**: Coletânea de artigos da comissão de direito empresarial da OAB/SC. Florianópolis: Empório do Direito, 2017, p. 165-182.

MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro: Falência e Recuperação de Empresas**. 10. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

MARTINS, Tamara Guetner. **A importância do Administrador Judicial na Recuperação Judicial das Empresas**: Estudo de caso com um administrador judicial da região sul catarinense. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2014.

MENDES, Bernardo Bicalho de Alvarenga. A importância do administrador judicial como órgão auxiliar ao juízo falimentar na busca pela eficácia do processo concursal. **Revista Âmbito Jurídico**, v. 80, p. 1, Set. 2010. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-80/a-importancia-do-administrador-judicial-como-orgao-auxiliar-ao-juizo-falimentar-na-busca-pela-eficacia-do-processo-concursal/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa: Recuperação de Empresas, Falência e Procedimentos Concursais Administrativos**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

PEREIRA, Nayara Alves. A recuperação judicial como ferramenta para superação da crise econômica-financeira. **Migalhas**, 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/286454/a-recuperacao-judicial-como-ferramenta-para-superacao-da-crise-economica-financeira>. Acesso em: 13 jun. 2020.

SALMON, Wesley Charles. **Lógica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SOUSA, Maria Laura de Melo. Recuperação Judicial como instrumento de superação de momentos de crise financeira. **Revista Jus Navigandi**, v. 5833, p. 1. Jun. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/69113/recuperacao-judicial-como-instrumento-de-superacao-de-momentos-de-crise-financeira>. Acesso em: 21 jun. 2020.

VIEIRA, Sara. A lei anticorrupção à luz do princípio da função social da empresa e no âmbito da recuperação judicial. **Revista Jus Navigandi**, v. 5978, p. 1, Nov. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/77779/a-lei-anticorrupcao-a-luz-do-principio-da-funcao-social-da-empresa-e-no-ambito-da-recuperacao-judicial>. Acesso em: 21 jun. 2020.

A IDENTIFICAÇÃO HUMANA DE VÍTIMAS DE DESASTRES EM MASSA: UMA ABORDAGEM AO PROTOCOLO DVI DA INTERPOL¹

LARISSA OLENKA FRANÇA, larissaolenka@outlook.com²

JEAN CARLOS KUSS, jckuss81@gmail.com³

Resumo - A identificação humana é considerada como o conjunto de técnicas, sistemas e métodos, os quais são utilizados para definir a identidade de determinada pessoa. Para tanto, a identificação será conclusiva através dos procedimentos datiloscópico, odontológico e também do DNA, de acordo com *Interpol*, estes são considerados como métodos primários. Portanto, a presente pesquisa tem como o objetivo analisar a interação do Instituto Geral de Perícia na identificação humana em catástrofes, assim como objetiva-se apresentar a antropologia forense e os métodos que dela se manifestam com a medicina legal, para que estas em união possam realizar a identificação humana. Além disso, o direito a identificação é um dever do Estado que deve proporcionar a todos os cidadãos, bem como não se deve medir esforços para que esse direito seja resguardado a toda a sociedade, devendo portando serem colocados em primeiro lugar os valores éticos e morais quando o caso de identificação versar sobre vítimas de catástrofes. Portanto, pode-se concluir a partir dessa base que a pesquisa sobre identificação humana em desastres é efetiva e importante devido à comoção social e à responsabilidade na procura constante de identificar as vítimas em catástrofes.

Palavras-Chave: Identificação Humana. Medicina legal. Catástrofes.

INTRODUÇÃO

A identificação é um conjunto de meios adequados para determinar a identidade de alguém (SANTOS; KRYMCHANTOWSKI; DUQUE, 2003). Além disso, são propriedades que apresentam sinais ou marcas que cada pessoa tem em particular, ocorrendo de forma subjetiva e objetiva, sendo que subjetiva refere-se à consciência, e a maneira objetiva, sua própria identidade física (GRECO; SANTOS, 2017). Desta forma, a identificação forense em desastres é eficaz tanto nas razões humanitárias, quanto na identificação civil e criminal quando se faz necessário (FUNABASHI et al., 2009).

Importante salientar que um dos métodos mais utilizados para identificação humana, primeiramente, são os dentes. Desta maneira, a odontologia legal assume esse papel, onde realiza uma busca em registros dentais *ante mortem* para que se possa haver a comparação *pós mortem*. No entanto, a análise de DNA é apontada como o método favorito de identificação, uma vez que é a amplificação, onde os perfis de DNA *pós mortem* são comparados com o DNA *ante mortem*. Além disso, pode ser feita a identificação por meio e objetos pessoais, como roupas, fio de cabelo em escova, entre outros métodos (FUNABASHI et al., 2009).

Neste contexto, a presente pesquisa tem como o objetivo realizar uma análise da interação do Instituto Geral de Perícia na identificação humana em catástrofes.

¹Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para obtenção do título de Bacharel em Direito.

²Bacharelada no Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³Professor Especialista no Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Para tanto, são os objetivos específicos: a) apresentar a história e o desenvolvimento da antropologia forense; b) descrever os métodos eficazes e confiáveis para a identificação humana em catástrofes em massa; e c) abordar a importância e a atuação do Instituto Geral de Perícias na identificação humana em desastres em massa, bem como elucidar o protocolo DVI da *Interpol*, fazendo um adendo a casos práticos.

A IDENTIFICAÇÃO HUMANA DE VÍTIMAS DE DESASTRES EM MASSA: UMA ABORDAGEM AO PROTOCOLO DVI DA INTERPOL

Perante uma ótica filosófica, a identidade é de grande importância à teoria do conhecimento, visto que se trata de uma afirmação verdadeira. Sobre o aspecto prático, a identidade é uma qualidade que trata de um ser que se manifesta como algo distinto, ou seja, características que individualizam cada pessoa. Para tanto, a identificação por sua vez, é pura e simplesmente considerada como o ato de identificar, trata-se do processo que determina ou estabelece a identidade de um indivíduo (FIGINI, 2012).

Inicialmente, evidencia-se como o desenvolvimento da ciência, assim como o avanço da tecnologia e da análise de DNA que se tornou imprescindível para a resolução de casos forenses, como criminais, os quais versam sobre as técnicas realizadas no exame. Dessa maneira, a metodologia aplicada é extremamente fundamental, pois visa auxiliar na solução de casos através de vestígios biológicos deixados pelas vítimas ou pelos suspeitos. Além disso, nos casos de identificação ser dificultada, como são os casos de catástrofes naturais, aéreas, mutilação, restos mortais, o DNA se torna indispensável (MACHADO; LEITE; BARCELOS, 2017).

Nesse sentido, Cunha (2017 apud JOSÉ, 2019) afirma que conforme a *Interpol*, a antropologia forense é considerada como um procedimento secundário de identificação, visto que caracteriza os indivíduos com base na evidência complementar, seguindo para tanto três fases essenciais: a reconstrutiva, a qual se examinam os restos humanos *post mortem*, a fase de recolhimento de dados dos eventos ocorridos *ante mortem* e por fim, a comparativa, na qual se realiza o confronto dos dados recolhidos nas duas fases.

O DNA, portanto, é a uma estrutura biológica única, sendo que seu pressuposto teórico é a transformação, considerada uma insígnia da humanidade. Entretanto, a geopolítica do DNA é variada, porém contém relações, onde primeiramente temos as bases de dados de perfis genéticos encontradas em países abastados, uma vez que sua tecnologia é mais avançada. Além disso, temos ainda a composição populacional, em que as bases genéticas possuem como finalidade a investigação científica para doenças, por outro lado, as bases genéticas forenses estabelecem os grupos étnicos. Por fim, reproduz e legitima desigualdades sociais (MACHADO, 2019).

METODOLOGIA

O presente trabalho constitui-se em um estudo bibliográfico, na modalidade revisão da literatura narrativa, acerca da Identificação Humana em Catástrofes, tendo como base doutrina e a legislação vigente, como o Código de Processo Penal. Assim, a revisão de literatura realizar-se-á em caráter dedutivo, pois para Lakatos e Marconi (1992), a dedução é processo mental por intermédio do qual partindo de dados gerais, adiversifica-se elementos para tratar de situações particulares. A vista disso, refere-se a uma pesquisa bibliográfica fundamentada em textos oficiais, livros, revistas, artigos e

publicações da *internet* dirigidas ao tema em pauta.

Além disso, a presente pesquisa foi desenvolvida com base em periódicos, artigos, bem como na doutrina referente a área da Medicina legal, bem como o Código de Processo Penal, sendo que as fontes são encontradas na plataforma digital disponibilizada pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, e ainda na biblioteca física, disponibilizada pela instituição, sendo que os periódicos e artigos que estão disponibilizados na rede mundial de computadores – obtendo as palavras-chaves do estudo como: Identificação Humana, Medicina legal e Catástrofes. O estudo foi desenvolvido no ano de 2020, como base nas especificações da Normalização da UNIARP (UNIARP, 2019) e complemento da Norma Brasileira 6023 (ABNT, 2002).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A identificação das vítimas de desastres, é o procedimento utilizado para reconhecer essas pessoas que foram encontradas em casos de desastres em massa causados ou não pelo homem. Para tanto, salienta-se que a DVI se origina do inglês *Disaster Victim Identification*, e trata-se de um dos trabalhos mais importantes quando se trata de desastres em massa. Desta forma, a *Interpol* aconselha que as equipes sejam interdisciplinares, ou seja, que haja especialistas de várias áreas, como por exemplo, médicos, policiais, psicólogos, dentre outros. Além disso, é recomendado que cada país-membro disponha de equipes definidas, para que caso algum dia exista um acidente em massa estejam os profissionais treinados (BIANCALA et. al., 2015).

No ano de 1984, a *Interpol* produziu o primeiro guia para a identificação de vítimas em desastres, o guia é padrão mundial exclusivo para todo e qualquer desastre (INTERPOL, 2020). Ressalta-se que as atividades relacionadas ao protocolo DVI são abordadas por um grupo de trabalho que é constituído por especialistas forenses e policiais de todo o mundo. Deste modo, o grupo se reúne disposto a se aperfeiçoar e discutir os procedimentos, bem como desenvolver programas de treinamento. Não obstante, a *Interpol* dispõe em seu site oficial de quatro etapas para a identificação, uma vez que poderá levar algum tempo para que todas as vítimas sejam efetivamente identificadas.

Além disso, a vítima geralmente é identificada por comparação. No entanto, por se tratar de um desastre em massa, deve-se proceder com cautela e, portanto, deve ser totalmente organizado e rigoroso, pois conforme já estudado, toda identificação inclui métodos secundários e primários (BIANCALA et. al., 2015).

Além disso, os profissionais que efetuam as análises deverão se reunir longe dos familiares das vítimas e da imprensa, para que possam examinar os dados. Após, será encaminhado ao Comitê de Identificação, que é responsável por formalizar a identificação a vítima. Nesse sentido, existe uma ferramenta que pode auxiliar significativamente o Comitê e o processo de reconciliação, trata-se de um sistema computacional que serve como banco de dados AM e PM. Para tanto, a respectiva ferramenta foi desenvolvida pela empresa dinamarquesa PLASSDATA Software A/S, que é recomendado pela *Interpol* (VELHO; COSTA; DAMASCENO, 2016).

O Comitê de Identificação é composto pelos especialistas dos grupos de operações. Deve para tanto ser composto pelo próprio responsável DVI, e em caso de desastres internacionais é necessário que haja um representante dos respectivos países. Já para o caso de vítimas de diversas nacionalidades, poderão ser representadas por equipes designadas pela própria *Interpol*. Após a confirmação do reconhecimento das vítimas, o responsável é informado e então a ele serão

repassados as orientações e os procedimentos para a retirada do corpo. No Brasil a confirmação da identificação se dá apenas com o preenchimento da Declaração de Óbito por representante da equipe médica (VELHO; COSTA; DAMASCENO, 2016)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto, observa-se a importância que a medicina legal exerce como um todo, desde questões relacionadas as leis civis, trabalhistas até as penais. Trata-se, portanto, de uma ciência que visa decidir sobre liberdade, honra e situações até depois do óbito do indivíduo. Auxilia ainda na busca para se apresentar ou não um culpado, bem como identificar quem cometeu ou não determinado delito.

Nesse sentido, entende-se que identificação humana é o processo que leva à ao reconhecimento da identidade de um determinado indivíduo, fazendo-se diferente de todas as outras e igual somente a ela mesma. Desta forma, o valor e a necessidade da identificação recaem sobre as exigências da vida em sociedade que se traduzem em necessidades civis, administrativas e até mesmo penais, exigindo uma forma de comprovação confiável e única.

No que tange sobre o local do desastre, basicamente é o mesmo que um local de crime, devendo para tanto ser constatado a autoria e materialidade. Além disso, sabe-se que em um desastre em massa uma série de órgãos são devidamente convocados para dar mais celeridade nas buscas e identificações, um grande exemplo é o trabalho realizado pela Defesa Civil, e no caso do Estado de Santa Catarina, pelo Instituto Geral de Perícias (IGP).

Portanto, conclui-se que a identificação humana de vítimas de desastres em massa vai além do ato identificar propriamente, uma vez que a identificação possui relação com diversos fatores, tais como fatores ambientais, sucessórios, civil e penais. Além disso, o estudo da medicina legal deve estar cada vez mais presente nos cursos de Direito no Brasil, para que seja destinado ao acadêmico a interpretação dos documentos médico-legais os quais estão presentes em todas as áreas de atuação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e Documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BIANCALA, Roberto Cesar. et al. Desastres em massa: a utilização do protocolo de DVI da Interpol pela odontologia legal. **Revista Brasileira de Odontologia Legal – RBOL**, v. 2, n. 2, p. 48-62, 2015. Disponível em: <http://portalabol.com.br/rbol/index.php/RBOL/article/viewFile/38/44>. Acesso em: 12 jun. 2020.

CUNHA, Eugenia. Considerações sobre a antropologia forense na atualidade. **RBOL- Revista Brasileira de Odontologia Legal**, v. 4, n. 2, p.110-117, 2017. Disponível em: <http://portalabol.com.br/rbol/index.php/RBOL/article/view/133/132>. Acesso em: 22 abr. 2020

FIGINI, Adriano Roberto da Luz (Coord.). **Datilosopia e revelação de impressões digitais**. São Paulo: Millennium, 2009.



FUNABASHI, Karina Silva. et al. A importância da identificação humana nos desastres de massa naturais, acidentais ou provocados: uma abordagem multidisciplinar. **Revista Saúde, Ética e Justiça**, v. 14, n. 2, p. 54-64, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sej/article/view/44924>. Acesso em: 06 abr. 2020.

GRECO, Rogerio; SANTOS, William Douglas Resinente dos. **Medicina legal à luz do direito penal e do direito processual penal**. 13. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2017.

INTERPOL. THE INTERNATIONAL CRIMINAL POLICE ORGANIZATION. Disponível em: <https://www.interpol.int/How-we-work/Forensics/Disaster-Victim-Identification-DVI>. Acesso em: 07 out. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, Andressa Paula Leite Barros; LEITE, Raisia Fernandes de Souza; BARCELOS; Rejane da Silva. Aplicabilidade do cromossomo x no DNA forense. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 16, n. 2, p. 197-209, 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cmbio/article/viewFile/15078/15165>. Acesso em: 30 mai. 2020.

MACHADO, Helena. **Geopolítica do DNA**. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/60453>. Acessado em: 29 de mai de 2020.

SANTOS, William Douglas Resinente dos; KRYMCHANTOWSKI, Abouch Valenty, DUQUE, Flávio Granado. **Medicina legal à luz do direito penal e processual penal**. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE, UNIARP. **Normalização de trabalhos acadêmicos**. Caçador: EdUniarp, 2019.

VELHO, Jesus Antonio; COSTA, Karina Alves; DAMASCENO, Clayton Tadeu Mota. **Locais de crime, dos vestígios à dinâmica criminosa**. 3. ed. São Paulo: Millennium, 2017.



LEITURA INTERDISCIPLINARES

DIREITO EMPRESARIAL E A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE JUSTIÇA ¹

Dalton João Atanasio de Farias, daltonvale@hotmail.com²

Maria Darlei Mafioletti, Mariadarlei@hotmail.com³

Ruthnéa Bernadete Fernandes Fritzen, ruthnea.fritzen@hotmail.com⁴

Simone Morsoletto Primon, smprimon@yahoo.com.br⁵

Ana Lilian Villwock Azevedo, ana.lilian@uniarp.edu.br⁶

Resumo – Este artigo tem por escopo demonstrar uma visão histórica do Direito Empresarial, sob a perspectiva da justiça social. Sua finalidade é discorrer o estudo em questão com a leitura interdisciplinar sugerida pelos professores responsáveis da Instituição de Ensino Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Nesse sentido, será exposto que o Direito Empresarial, tal qual outras áreas jurídicas, deve se valer também da sociedade, visto que o interesse social é de suma importância para o desenvolvimento jurídico da empresa e da sociedade em geral. Assim, vê-se que as evoluções sociais fazem com que as empresas sigam tais mudanças, sob pena de se tornarem obsoletas e fora dos padrões. Destarte, destacar-se-á sobre a responsabilidade da empresa frente às expectativas sociais e ambientais. E, para tanto, será usado o método dedutivo/qualitativo, sendo usadas bibliografias de diversas épocas, a fim de elucidar a trajetória do Direito Comercial desde sua origem até os dias atuais.

Palavras-chave: Direito Empresarial. Sociedade. Evolução.

INTRODUÇÃO

O Direito Empresarial, tal qual outras áreas jurídicas, não tem como estar distante da sociedade, bem como, do seu constante desenvolvimento. Assim, a cada dia surgem novas perspectivas e exigências para as quais a empresa deve estar preparada, ou adaptar-se para não se tornar obsoleta, ou mesmo, acabar por ser rechaçada por seus colaboradores. A empresa, sociedade, como um todo, está cada dia mais exigente no que tange à responsabilidade da empresa, para que atenda às expectativas tanto sociais, como ambientais, sendo o lucro, muitas vezes, reflexo de tais atitudes. Assim, pretende-se, neste estudo, discorrer sobre a evolução do Direito Empresarial na sociedade brasileira, bem como explorar os desafios que se moldam gradualmente no cenário atual.

Primeiramente procurar-se-á traçar uma retrospectiva histórica, a fim de perceber a evolução do Direito Empresarial no decorrer da história da humanidade. Nesse exame pretende-se também elucidar acerca da Teoria dos Atos do Comércio e da Teoria da Empresa, percebendo os liames que circundam a metamorfose pela

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Leitura Interdisciplinar da 9ª fase do curso de Direito.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora Especialista do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

qual passou o Direito empresarial, com a mudança do destaque do personagem do empresário para a atividade que desempenha.

Após, far-se-á uma análise acerca da questão da Responsabilidade Social Empresarial, bem como das circunstâncias que envolvem a função social da empresa num Estado Democrático de Direito. Nesse contexto, discorrer-se-á também sobre a questão da sustentabilidade ambiental no Direito Empresarial, uma vez que esta, inserida em um contexto social abrangente, não há como permanecer díspar aos compromissos ambientais. Por fim, explorar-se-á a respeito do Direito Empresarial no cenário atual, suas regulamentações e compromissos inescusáveis.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O comércio existe desde que o homem sentiu necessidade de negociar um com o outro, com o intuito de atender necessidades momentâneas, sabendo que seria a única forma de conseguir satisfazê-las. Assim, gradativamente, houve a emergência de regulamentar esse intercâmbio de bens, com a devida elaboração de normas de conduta para a relação pacífica na troca de mercadorias e produtos. (MIRAGEM, 2004).

Nessa circunstância surge o Direito Comercial, o qual, após passar pela Antiguidade, desde os fenícios, às civilizações gregas e romanas, chegou à Idade Média, com uma Europa tomada pela miséria econômica, que vê no comércio um meio tanto para gerar, quanto para multiplicar riquezas. E assim, o Direito Comercial veio para regulamentar as operações de comércio, e se expandiu ao alcance do desenvolvimento econômico, em um sistema menos formal (MIRAGEM, 2004).

Assim, nasce o Direito Empresarial, com todas as características que movem o desenvolvimento econômico de um país. Dá-se o lugar e a função ao empresário, com seu devido registro e seguimentos jurídicos, quais sejam, empresários individuais, microempresários, empresários rurais, entre outros. Contudo, o Código Civil de 2002, é então o responsável pela evolução desse ramo do direito.

Nesse cenário, verifica-se que o Direito Empresarial precisou evoluir para adequar-se às exigências sociais. Assim, o legislador, ao perceber que, num cenário essencialmente capitalista, a empresa passaria a concentrar-se apenas na geração de lucros, olvidando-se de sua responsabilidade para com a sociedade, bem como para com o próprio empregado ou colaborador, haveria a precípua necessidade de frear tal atitude. Isso porque inserida em um Estado Democrático de Direito a função da empresa ultrapassa a lucratividade, todavia passa a abarcar uma ampla gama de responsabilidades:

O Direito, por seu turno, é uma invenção humana, um fenômeno histórico e cultural concebido como técnica para a pacificação social e a realização da justiça. Em suma, enquanto a Justiça é um sistema aberto de valores, em constante mutação, o Direito é um conjunto de princípios e regras destinado a realizá-la. E nem sempre o Direito alcança esse desiderato, quer por não ter acompanhado as transformações sociais, quer pela incapacidade daqueles que o conceberam, e quer, ainda, por falta de disposição política para implementá-lo, tornando-se por isso um direito injusto. (CAVALIERI FILHO, 2002)

Nesse sentido, em função das contínuas transformações do cenário econômico, a empresa, assume responsabilidades auxiliares às contribuições sociais do Estado, assumindo assim, um novo e importante papel na sociedade. (ZAGONEL e BARACAT, 2019).

Com isso, a empresa deixou de ser vista apenas como geração de riquezas ou lucro, mas é vista também como uma instituição social, da qual depende toda a humanidade. Isso porque a empresa é a responsável pelo emprego, produção e intermediação de mercadorias, além de ser também a origem de grande parte das receitas do Estado (MAGALHÃES, 2009).

Nesse íterim, é pertinente recordar que no plano constitucional atualmente vigente no Brasil, há a garantia da livre iniciativa para o Direito Empresarial. Tal pensamento propicia ao indivíduo prerrogativas de exercer atividades econômicas sem quaisquer restrições do Estado. Todavia, tal acepção, no ordenamento jurídico nacional, não pode ser visto isoladamente, deve sim ser compreendido pela ótica dos demais princípios de natureza coletiva, ligados à dignidade da pessoa humana, bem como aos demais fundamentos econômicos previstos na Constituição (ZAGONEL; BARACAT, 2018).

Dentre os fundamentos econômicos previstos na Constituição, destaca-se também no campo do Direito Empresarial, a função social da empresa, intimamente ligada ao constitucionalismo social. Assim, percebe-se que o direito de propriedade da empresa, deve ser também exercido, sob a ótica de atendimento da função social, estabelecido pela ordem constitucional vigente, ou seja, a propriedade deve ser exercida conscientemente, visando o bem comum. (BARACHO; CECATO, 2016).

O princípio norteador da função social, assim como da liberdade de iniciativa, é a busca pela dignidade. Desse modo,

[...] a propriedade somente poderá ser considerada socialmente funcional quando respeitar a dignidade da pessoa humana e contribuir para o desenvolvimento nacional e a diminuição das desigualdades sociais” (GONDINHO, 2000 apud GOMES, 2006).

Outro fator deveras importante para a atividade empresarial é a questão da responsabilidade ambiental. A cada dia cresce o número de empresas que incorporam em seu dia-a-dia práticas visando a responsabilidade ambiental da empresa, muitas indo além do que a legislação exige. É sabido, contudo, que tais práticas, podem, muitas vezes, acarretar tanto na piora, quanto na melhora do desenvolvimento financeiro da empresa. (SOUZA, 2019).

Destarte, surge para as empresas, a Responsabilidade Socioambiental da Empresa (RSAE), na qual a empresa precisa se preocupar tanto com o bem-estar social, como com as questões de sustentabilidade. Empresas que demonstram tais preocupações, tanto de engajamento ambiental, quanto social, tem ganho destaque perante seus investidores, clientes, fornecedores e sociedade em geral, o que repercute no aumento da rentabilidade da empresa (GONÇALVES; NISCHI, 2019).

Assim, ao se pensar que “Direito e Justiça são conceitos que se entrelaçam, a tal ponto de serem considerados uma só coisa pela consciência social. Fala-se no Direito com o sentido de Justiça e vice-versa” (CAVALIERI FILHO, 2002), reflete-se que num Estado Democrático de Direito, não há espaço para pensamentos apenas patrimonialistas e fragmentados. Há, de certa forma, a superação da liberdade irrestrita de atuar submetida à autonomia da vontade, em razão e nos limites impostos pelo ordenamento jurídico, em especial, nesse sentido, da função social da empresa. (VERONESE e OLIVEIRA, 2016)

Finalmente, percebe-se, que a concepção de justiça, hoje intrinsecamente ligada ao direito empresarial, proporciona o entendimento de que o compromisso da empresa perpassa a mera função social, atinge precipuamente uma responsabilidade social. Isso porque, “no ramo do direito empresarial é possível apontar como princípios

gerais mais importantes a liberdade de iniciativa, a liberdade de competição e a função social da empresa”. (SANTOS, 2013, apud, VERONESE; OLIVEIRA, 2016).

METODOLOGIA

O presente trabalho de pesquisa é um estudo bibliográfico, que empregou a técnica da revisão literária, pelo método dedutivo, tendo como fontes de pesquisa, doutrinas, artigos científicos publicados em revistas universitárias e periódicos, além das legislações vigentes.

A pesquisa se desenvolveu no segundo semestre do ano de 2020, empregando as especificações da Normalização da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o estudo até aqui realizado verificou-se que o Direito Empresarial tem papel de destaque na regulamentação da sociedade como um todo. E para isso galgou árduos patamares, acompanhando a evolução da humanidade e remodelando-se a cada etapa da civilização.

Reconhece-se que tal evolução está longe de ter-se como finalizada, eis que novos desafios e exigências surgem diuturnamente, todavia compreende-se que em relação à concepção inicial, houve considerável progresso. Tem-se, contudo, a consciência de que para se alcançar o desenvolvimento social, com prevalência do princípio da dignidade da pessoa humana, a empresa, como parte operante desse contexto, tem papel primordial, como elemento de transformação da sociedade.

Desta forma, o Direito Empresarial vem a ser a ligação entre o interesse público e o interesse privado, cabendo a ele regulamentar e pacificar eventuais divergências, sempre prevalecendo o interesse da coletividade.

REFERÊNCIAS

- BARACHO, Hertha Urquiza; CECATO, Maria Aurea Baroni. **Da Função Social da Empresa à Responsabilidade Social: Reflexos na Comunidade e no Meio Ambiente.** Direito e Desenvolvimento, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 114-128, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/download/320/300>> Acesso em: 20 out. 2020.
- CAVALIERI FILHO, Sergio. **Direito, Justiça e Sociedade.** Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista18/revista18_58.pdf. Acesso em: 25 out. 2020.
- GOMES, Daniela Vasconcellos. **Função Social do Contrato e da Empresa: aspectos jurídicos da responsabilidade social empresarial nas relações de consumo.** Desenvolvimento em Questão, Editora Unijuí. Ano 4, n. 7, jan./jun, 127-152. 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/124>> Acesso em: 17 out. 2020.

GONÇALVES, Everton das Neves; NISHI, Lisandro Fin. **Responsabilidade Socioambiental Empresarial (Rsae):** Lucros e Bem-Estar Sob a Ótica do Princípio da Eficiência Econômico-Social (Pees). Percurso - ANAIS DO VIII CONBRADEC, vol.02, n°.29, Curitiba, 2019. pp. 196-224. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/viewFile/3495/371371924> Acesso em: 25 out. 2020.

MAGALHÃES, Rodrigo A. **A função social e a responsabilidade social da empresa.** In: Revista Magister Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor. v. 28, p. 10-23, 2009, p.03. Disponível em <<https://revistas.newtonpaiva.br/redcunp/wp-content/uploads/2020/05/PDF-D13-11.pdf>> .Acesso em 25 out.2020

MIRAGEM, Bruno Nubens Barbosa. **Do Direito Comercial ao Direito Empresarial.** Formação histórica e tendências do Direito brasileiro. 73484-304583-1-PB.pdf. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS. 2004. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/revfacdir/article/download/73484/41374>> Acesso em 17 set. 2020.

SOUZA, Carlos Aurélio Mota de. **Responsabilidade Socioambiental Empresarial (Rsae):** Lucros e Bem-Estar Sob a Ótica do Princípio da Eficiência Econômico-Social (Pees). Revista Percurso, v.2, n° 29, Curitiba, 2019. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/3495>. Acesso em 22 out.2020.

VERONESE, Eduardo Felipe; OLIVEIRA, Francisco Cardoso. **A Atividade Empresarial E Sua Função Social:** A Efetivação Dos Direitos Fundamentais. Revista Unicuritiba, v.1, n. 18, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/1732>. Acesso em: 17 ago. 2020.

ZAGONEL, Marina; BARACAT, Eduardo Milléo. **Responsabilidade Social E Função Social Da Empresa À Luz Do Princípio Da Livre Iniciativa:** Análise Do Projeto “Especiais Do Super Especial” Para Contratação De Pessoas Com Deficiência, Desenvolvido Pela Rede De Supermercados Festival. Revista Percurso, Curitiba, 2018. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/3150>. Acesso em 06 out. 2020.

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL¹

Eduardo Bernardo de Souza, eduardo.souza@trt12.jus.br²

Resumo – A constitucionalização do Direito Processual Civil é um fenômeno maximizado com promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988. Todo o sistema jurídico positivado, independentemente de qual seja a nação, deve guardar compatibilidade com a Constituição do país. No entanto, a CF/1988, por se tratar de um texto bastante extenso, deixou pouca margem para que as normas infraconstitucionais pudessem regular de forma ampla as matérias específicas sobre a qual cada uma deveria se ater. O constituinte erigiu à categoria de constitucional diversos temas sobre os quais uma simples lei específica poderia regular. O Direito Processual Civil, tendo em vista que serve para regular a atuação estatal na solução de conflitos, tem inúmeros princípios dispostos na CF. O fato ocasionou na publicação de um código, em 2015, que reverbera os princípios processuais já dispostos na CF. É notório que por estar inserido no bojo da Constituição, esses princípios gozam de uma maior estabilidade, caso não estivessem consagrados na Carta Magna. Todavia, trata-se de uma assunção pelo Estado, por meio da Constituição, de matérias que sempre estiveram tangenciadas pelos códigos, sem que haja uma perda valorativa na consecução dos trabalhos judiciais.

Palavras-chave: Direito Processual Civil. Constitucionalização. Princípios Processuais.

INTRODUÇÃO

A Constitucionalização do Direito Processual Civil se deu de maneira artificial, pois, ao inserir no texto constitucional vários princípios próprios do Processo Civil, e também de outros ramos do Direito, não houve alternativa ao legislador ordinário senão e tão somente repeti-los. Não foi uma via em que a legislação ordinária buscou uma aproximação ao texto constitucional. O fenômeno se deu de maneira hierarquizada, não restando outro meio para que uma norma infraconstitucional entre em vigor.

Consagrar no texto constitucional temas de interesse para a sociedade é uma prática que revela duas situações: ou vive-se de fato uma democracia, a tal ponto de a sociedade “poder”, por meio de seus representantes, inserir no texto constitucional os temas de seu interesse ou vive-se em um país em que as instituições são tão frágeis que se torna necessário que todos os direitos e regulamentos estejam

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Leitura Interdisciplinar da 5ª fase do curso de Direito.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

taxativamente inseridos no texto constitucional a fim de evitar uma derrubada, sem que isso seja possível sem uma contundente revolução.

A julgar pelo momento histórico, mais razoável que considerar que a CF/88 é tão prolixa a ponto de invadir áreas sistematizadas por meio de códigos pelo medo que ainda permeava naquele período. Eram tempos de muitas incertezas no campo político, no qual vários direitos, principalmente os relacionados à liberdade, foram extirpados.

Assim, natural que o constituinte ordinário inserisse o maior número de direitos e princípios. A Constituição de 88 inaugurou uma nova forma de ser, agir e pensar da sociedade brasileira.

Todavia, o processo de constitucionalização do Direito Processual Civil se deu de forma lenta, por meio de textos esparsos e também pela jurisprudência, culminando na publicação da Lei 13.105, de 16 de março de 2015, ou seja, vinte e sete anos após a promulgação da Constituição.

Há, efetivamente, uma constitucionalização de todos os ramos do Direito, razão pela qual se torna indispensável um estudo apurado e sistemático de todo o texto constitucional e, a partir daí, interpretar os códigos, dentre eles o Código de Processo Civil à luz da Constituição. Tudo passa pela Constituição!

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A CF/88 é um documento que traz no seu bojo uma enorme diversidade no tratamento de temas, que a rigor, poderiam ser regulados em textos esparsos. Tanto que o atual Ministro do STF, o guardião da Constituição, quando ainda era um doutrinador publicou artigo no qual menciona o seguinte: “A Constituição Federal de 1988 é prolixa, analítica e casuística, mas nem por isso deixa de merecer o título de fiadora da estabilidade institucional que o país vive desde a sua promulgação, há 20 anos. A opinião é do professor Luís Roberto Barroso, um dos constitucionalistas mais respeitados do país, para quem ‘o momento da elaboração da Constituição fez com que ela fosse a Constituição das nossas circunstâncias, e não a Constituição da nossa maturidade’”. (BARROSO, 2008)

Ou seja, o próprio atual Ministro entendia que a Constituição de 88 foi um tanto que afoita ao tratar de maneira indiscriminada tantos temas.

Aponta ainda, um fator prejudicial dessa exacerbada minúcia, pois por se tratar de matéria constitucional, diversos temas dependem de quantidade de votos qualificadas para alteração, o que gera um desgaste natural na relação entre o executivo e o congresso.

“Em entrevista à revista Consultor Jurídico, contudo, Barroso não deixa de revelar as fraquezas da Carta. O professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro aponta que muita coisa que foi colocada na Constituição em 1988 poderia perfeitamente ser tratada por lei ordinária. O detalhe, além de inchar a Constituição, obriga os governos a fazer política com maiorias qualificadas. ‘Para aprovar uma lei ordinária, é preciso maioria simples do Congresso. Mas para fazer uma emenda à Constituição, é preciso três quintos. Então, a excessiva constitucionalização das matérias é responsável, em alguma medida, pelo tipo de

relação que o Executivo tem que estabelecer com o Congresso’, conta”. (BARROSO, 2008)

Sobre a efetiva participação da Constituição no Direito Processual Civil é importante ressaltar que, por estar no texto constitucional, aquele texto reflete não apenas na relação sobre a qual se pretende tratar, reflete em todo o ordenamento jurídico, tendo em vista a supremacia da Constituição. Em artigo publicado, no qual é citado o atual Ministro Luís Roberto Barroso, é possível verificar que nem sempre os efeitos gerados por essa profusa constitucionalização são desejáveis. “Embora o fenômeno da constitucionalização do Direito, como aqui analisado, não se confunda com a presença de normas de direito infraconstitucional na Constituição, há um natural espaço de superposição entre os dois temas. Com efeito, na medida em que princípios e regras específicos de uma disciplina ascendem à Constituição, sua interação com as demais normas daquele subsistema muda de qualidade e passa a ter um caráter subordinante. Trata-se da constitucionalização das fontes do Direito naquela matéria. Tal circunstância, nem sempre desejável, interfere com os limites de atuação do legislador ordinário e com a leitura constitucional a ser empreendida pelo Judiciário em relação ao tema que foi constitucionalizado.”(BARROSO, 2005)

CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL E JUSTIÇA

Trazendo à baila os conceitos trazidos pelo artigo publicado pelo eminente desembargador Sérgio Cavalieri Filho, no qual a função do jurista deve ser alcançar a justiça, podemos afirmar que os princípios processuais dispostos na CF traduzem em algumas ocasiões sentimentos contrários ao da justiça. Quando é necessário para a consagração da justiça que o magistrado extrapole os limites interpretativos do texto estampado na legislação corre-se o risco de vasta insegurança jurídica, além de julgamentos casuísticos, o que se assemelha a um tribunal de exceção em razão da pessoa.

Existem casos em que a robustez das provas é tão grande que tratar o réu como inocente não guarda relação com o sentimento social de justiça. Por outro lado, severas vezes, as provas são tão frágeis, que mesmo após o trânsito em julgado é possível ainda ter incertezas sobre o grau de culpabilidade de um sucumbente, em razão da verdade trazida aos autos.

Assim, não necessariamente a decisão adotada pelo magistrado pode guardar relação com a justiça, a depender do prisma de quem analisa o caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a função do legislador é produzir normas que beneficiem e tragam pacificação social, tratar o fenômeno da Constitucionalização do Direito Processual Civil como algo que traz apenas benefícios para a sociedade é admitir que todo o regramento jurídico do país deve estar disposto na CF. É interessante que um mínimo necessário esteja resguardado na Constituição, porém constitucionalizar temas sobre os quais uma simples lei ordinária seria suficiente é, conforme palavras do atual Ministro do STF, Luís Barroso, de grande imaturidade.

É necessário, para que avancemos como sociedade, que o direito não seja tão minuciosamente expresso. O livre entendimento entre os litigantes sobre o conflito e as formas de resolvê-lo deveriam ser o norte, porém com a constitucionalização o Estado engessa a possibilidade de uma maior liberdade para todos, seja determinado formas, bem como resguardando prerrogativas.

REFERÊNCIAS

BENGOCHEA, Jorge. PROLIXA, ANALÍTICA E CASUÍSTICA. **Revista Consultor Jurídico**. Disponível em: <https://constituicao1988.blogspot.com/2011/04/prolixa-analitica-e-casuistica.html> Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2015-2018/2015/Lei/L13105.htm. Acesso em: 17 nov. 2020.

CITA, Rafael de Oliveira; STEFANO, Lara Bianca. O novo Código de Processo Civil à luz da Constituição Federal: instrumento de efetivação às soluções pacíficas de conflito. **Revista Âmbito Jurídico**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-processual-civil/o-novo-codigo-de-processo-civil-a-luz-da-constituicao-federal-instrumento-de-efetivacao-as-solucoes-pacificas-de-conflito/> Acesso em: 17 nov. 2020.

SCAPARO, Eduardo. A Dicotomia Público-Privado no Direito Processual Civil. **Blog Eduardo Scaparo**. Disponível em: <http://www.eduardoscarparo.com.br/2017/01/13/dicotomia-publico-privado-no-direito-processual-civil/> Acesso em: 17 nov. 2020.

SILVA, João Vinícius Brito. A constitucionalização do processo civil brasileiro no novo CPC. **Jus.com**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/81792/a-constitucionalizacao-do-processo-civil-brasileiro-no-novo-cpc> Acesso em: 17 nov. 2020.

INVASÕES DE TERRAS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE DE JUSTIÇA SOB A ÓTICA SOCIAL¹

Ari Antônio Guindani, ariguindani@gmail.com²
Lucas Marini Alexandre, lucas.marine5@hotmail.com³
Marco Hideaki Nagano, marconagano@pc.sc.gov.br⁴
Nelson Albino Lopes, nelsonalopes@bol.com.br⁵
Vantoir Alberti, vantoir.alberti@uniarp.edu.br⁶

Resumo: O presente trabalho visa elucidar o tema de direito civil e processual civil, com ênfase na proteção da posse de bens imóveis, nos casos de invasões de terras por indígenas, analisando os aspectos sociais e de direito daqueles que buscam a tutela judicial afim de assegurar que seus direitos não sejam tolhidos por atos ilegais ou clandestinos, praticados por pessoas que se acham possuidores daquele direito exercido por outrem. O método utilizado foi o dedutivo, através de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Invasão. Terra. Proteção. Justiça.

INTRODUÇÃO

No Brasil as invasões de terras ainda são frequentes, realizadas sob os mais diversos argumentos, com total desrespeito aos princípios constitucionais vigentes. Este trabalho visa indicar e estudar alguns aspectos relacionados a estas invasões e ao final discorrer sobre esta questão delicada de grave agressão ao direito de propriedade, seja de imóveis privados ou imóveis públicos e que fere os dispositivos legais e de justiça vigentes.

A posse das terras brasileiras, até a chegada dos portugueses, era exercida de forma natural pelos nativos, que as habitavam de forma nômade, sempre em busca de alimentos de subsistência e que não possuíam fronteiras legalmente demarcadas, sendo que estas, eram respeitadas somente pela relação tribal, comum nos povos primitivos (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

Os indígenas eram povos até então desconhecidos pelos invasores, que em sua inocência e docilidade, auxiliaram os portugueses a desbravar e explorar as riquezas da colônia, expandindo seus domínios para o interior do território, sendo pagos com a entrega de pequenos objetos, que os cativavam por serem até então desconhecidos a eles, que os achavam interessantes e atraentes e extraordinários (SOBRINHO, 2020).

A organização legal aqui existente naquela época, vinha das leis tribais, geralmente organizadas através das crenças naturais, próprias das culturas indígenas ou das civilizações isoladas, e por isso, não possuíam qualquer documento legal que lhes garantissem a posse ou domínio das terras e os próprios portugueses descreveram em seus relatórios iniciais, que os ali residentes, eram os legítimos donos daquelas terras recém descobertas (BRASIL, 2013).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Leitura Interdisciplinar da 9ª Fase do Curso de Direito, de Fraiburgo - SC.

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professor, Me. do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

METODOLOGIA

O método de trabalho é o dedutivo, fundamentado em pesquisa bibliográfica, especialmente em artigos científicos publicados em periódicos, livros, e em pesquisa documental, que inclui a análise do ordenamento jurídico brasileiro (MEZZARROBA, 2017).

DIREITO DE POSSE NO BRASIL

A posse e a propriedade das terras brasileiras na época do descobrimento do Brasil já estava consolidada em nome dos povos primitivos, seus donos legítimos, mas as mesmas foram tomadas à força e de forma desrespeitosa, em nome da Coroa Portuguesa, não só no território brasileiro original, aquele demarcado pelo tratado de Tordesilhas, mas aos poucos também pelo território que foi sendo desbravado e incorporado pelos bandeirantes e que hoje constitui-se num país de 8,5 milhões de km² (GUEDES; REYDON, 2012).

Embora adquiridas na forma de títulos oriundos da Coroa, os latifundiários continuaram no comando de suas propriedades, pois com a proclamação da independência do Brasil, D. Pedro I, juntamente com a Assembleia Constituinte de 1824, tratou de reconhecer e garantir a propriedade individual, fazendo com que aquelas terras, que eram inicialmente concedidas pela monarquia, passassem a integrar o patrimônio pessoal do cidadão brasileiro. (GASSEN, 1994).

As várias edições de Constituição com as quais o Brasil conviveu, aos poucos foi se moldando para uma configuração mais moderna e adequada aos anseios do povo brasileiro, chegando-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), que garante alguns direitos fundamentais, como o direito de propriedade (artigo 5º, inciso, XXII, da Constituição Federal. (FILHO, 2020).

O Código Civil (BRASIL, 2002) também protege muitos desses direitos e de modo especial a propriedade, conforme estabelece o artigo 1.228:

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

Essa ordem ainda se contrapõe com a necessidade de se fazer uma análise crítica de justiça, nos inúmeros casos de relevante valor social e que ainda presentes no Brasil e decorrentes de invasões de terras que são levados às barras do poder judiciário, nos dias atuais. (NASCIMENTO, 2010).

ANÁLISE DOS CASOS DE CONFLITOS DE TERRAS

As discussões sobre a legitimidade do direito de possuir uma propriedade territorial, desdobra-se, muitas das vezes, em um apanhado de suposições acerca do direito real de posse, mormente porque o Brasil é um país com dimensões continentais. (DIREITONET, 2020).

É falsa a ideia de que as terras eram improdutivas e inexploradas naquele momento histórico, pelo povo residente, pois as mesmas possuíam uma forma de exploração diferenciada, não eram comerciais, mas sim utilizadas como instrumento para subsistência daqueles povos. (DORNELLES, 2017, p.35).

Desta forma, pretende-se indicar quem seriam os reais possuidores do território, mas antes é preciso indagar sobre a necessidade da análise crítica em oposição a superficialidade daqueles que afirmam com total convicção que os

indígenas seriam os reais proprietários de tudo e que todos aqueles que vieram depois são invasores. (COHN, 2001).

Até o ano de 1530, a ocupação portuguesa ainda era bastante tímida. Somente no ano de 1531, o monarca português Dom João III enviou Martin Afonso de Souza ao Brasil nomeado capitão-mor da esquadra e das terras coloniais, visando efetivar a exploração mineral e vegetal da região e a distribuição de lotes de terras através das sesmarias. (CARVALHO, 2020).

No julgamento do RESP 1.650.730-MS, Rel. Min., Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 20/08/2019, DJE 27/08/2019, o Superior Tribunal de Justiça, assim se posiciona:

Cuida-se de ação de reintegração de posse ajuizada por particular em face de cacique de comunidade indígena, da Fundação Nacional do Índio - FUNAI e da União, em razão da ocupação de indígenas em propriedade rural. A FUNAI, a União e o MPF, apontam violação a dispositivos do Estatuto do Índio, postulam a reforma do acórdão recorrido defendendo, essencialmente, o direito de posse dos indígenas sobre as áreas por eles tradicionalmente ocupadas. Nessa quadra, mostra-se inadequada a discussão acerca da tradicionalidade da ocupação indígena, sob pena de admitir a possibilidade de justiça de mão própria pelos indígenas, tornando legal a ocupação prematura e voluntária de uma determinada área, antes mesmo de completado o procedimento de demarcatório. Enquanto não configurado o momento apropriado para a ocupação de terra indígena tradicionalmente ocupada - o que pressupõe regular procedimento demarcatório -, não há justo título para a ocupação perpetrada, daí a configuração do esbulho. Não é demais ressaltar que o reconhecimento do direito do autor à posse da área por ele ocupada concreto não exclui eventual reconhecimento da tradicionalidade da ocupação da terra indígena e os efeitos dela decorrentes, mas em sede de regular procedimento demarcatório, nos termos da legislação própria.

Nota-se que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ, tem o condão de combater as agressões que possam gerar lesões irreparáveis ao direito das pessoas que se estabeleceram nas terras, alertando que é inadequada a discussão sobre a tradicionalidade da ocupação indígena, devendo-se levar em conta os aspectos relacionados ao lapso temporal, que os indígenas deixaram de exercer seus direitos sobre aquele chão inespecífico. (BRASIL, 2013).

A demarcação de terras indígenas tem por objetivo garantir o seu direito à terra, com a real extensão da posse indígena, assegurando a proteção dos limites demarcados e impedindo a ocupação por terceiros, estabelecendo-se, desta forma, critérios de inteira justiça social e territorial. (FERREIRA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do tempo, os portugueses implantaram o Direito no Brasil e aos poucos dominaram o território brasileiro através da exploração econômica de suas riquezas com a implantação de projetos agrícolas em larga escala, possibilitando ao seu povo, indígenas inclusive, viverem sob a proteção da justiça política e social estáveis.

A evolução desse Direito, principalmente no que diz respeito ao direito de propriedade, trouxe consigo diversos conflitos litigiosos, bem pontuais, onde o Poder Judiciário se impõe para a aplicação de suas decisões, baseadas tão somente em aspectos fáticos e do direito constituído.

A invasão de terras, praticada pontualmente por uma minoria, constitui-se, em todo o seu contexto, num ato de violência inaceitável, que prejudica

indistintamente os proprietários de imóveis, quer urbanos, rurais ou públicos, em total e flagrante desrespeito à lei vigente, cabendo ao Estado a proteção destes proprietários utilizando-se dos instrumentos legais existentes e ao seu dispor.

É preciso, ainda, evoluir muito neste aspecto, já que os processos criminais não levam em conta aspectos antropológicos e históricos, mas tão somente os aspectos do Direito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição de República Federativa do Brasil de 1.988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 de ago. de 2020.

BRASIL. **Código Civil, LEI N o 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça – STJ - **RESP 1.650.730-MS, Rel. Min., Mauro Campbell Marques, Segunda Turma**. Acesso em 12 de nov de 2020.

BRASIL – Superior Tribunal de Justiça. **Agravo em Recurso Especial Nº 1706720 - SC (2020/0124438-5)**. Julgado em 03/08/2020.

BRASIL, MPPR – Ministério Público do Paraná. Direitos Humanos. **Sobre a Demarcação de Terras Indígenas no Território Brasileiro e a Capacidade Civil dos Indígenas**.

BRASIL ESCOLA. **A evolução histórica da propriedade, o surgimento de sua função social e a usucapião extrajudicial enquanto propulsora do conteúdo existencial mínimo**.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Direito, Justiça e Sociedade**. Revista da EMERJ, v. 5, n. 18, 2002.

CARVALHO, Leandro. **Colonização do Brasil**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/colonizacao-brasil.htm>. Acesso em 11 de novembro de 2020.

COHN, Clarice. Culturas em Transformação - Os Índios e a Civilização - São Paulo em Perspectiva. Vol.15 no.2 São Paulo Apr./June 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000200006>. Acesso em de nov de 2020.

DIREITONET. Direitos Reais - Conceito, características, conteúdo e diferenças com o direito pessoal. 2020.

FERREIRA, Rebeca A. A. de Campos; CHAGAS, Inara; SILVEIRA, Matheus. **Terras indígenas: como são demarcadas**. Politize!. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/demarcacao-de-terras-indigenas/>. Acesso em: 12 de nov de 2020.

GASSEN, Valcir. **A Lei de terras de 1850 e o direito de propriedade**. Universidade Federal De Santa Catarina. Florianópolis. 1994. Disponível em em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/76176/96758.pdf?sequencia=1>. Acesso em: 18 de outubro de 2020.

GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro Guedes; REYDON, Bastiaan Philip. **Direitos de Propriedade da Terra Rural no Brasil: uma proposta institucionalista para ampliar a governança fundiária**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 50, N° 3, p. 525-544, Jul/Set – Impressa em Setembro de 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/resr/v50n3/a08v50n3.pdf>.

LOBO. **Posse no Direito Brasileiro: Para além do animus e do corpus**. Genjurídico.com.br.

MAIA, Thalita de Moura Santos. **Terras e poderes: redes de solidariedade, conflitos e os domínios territoriais da Câmara do Rio de Janeiro entre 1700 e 1763**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. 2012.

MATZEMBACHER, Alanis. Canal Ciências Criminais. Uma passagem pelas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, C. S. **Manual de metodologia no direito**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

NASCIMENTO, Viviam Ester de Souza; SAESII, Maria Sylvia Macchione; ZYLBERSZTAJN, Decio. **Direitos de propriedade, investimentos e conflitos de terra no Brasil: uma análise da experiência paranaense**.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Isabela Campos Vidigal Takahashi de. **Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes**.

SCATAMACHIA, M. C. M. In: AGUILAR, N. (Org.). **Mostra do redescobrimto: arqueologia**. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo – Associação Brasil 500 anos artes visuais, 2000.

SOUZA, Maciana de Freitas e. **Direitos territoriais: A luta indígena é todo dia**. Justificando. 2019.

TODA MATÉRIA. **Entradas e Bandeiras**. 2016. Disponível em:< <https://www.todamateria.com.br/entradas-e-bandeiras/#:~:text=As%20%E2%80%9CEntradas%20e%20Bandeiras%E2%80%9D%20foram,e%20conquista%20do%20territ%C3%B3rio%20brasileiro.>>. Acesso em: 30 de ago. de 2020.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Trabalhos oriundos de Práticas de Estágio

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO: ANÁLISE DAS ÁREAS DE ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS, GESTÃO DA QUALIDADE E GESTÃO DE PESSOAS NA ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA KINDERMANN¹

Julia Bianchi, juliambianchi@hotmail.com²
Dra. Ivanete Schneider Hahn, ivischneider@hotmail.com³

Resumo: Este relato de experiência de estágio apresenta as experiências vivenciadas durante o Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Administração. A empresa cedente foi a Associação Esportiva Kindermann, situada em Caçador- SC. A Associação emprega 31 pessoas. Este estágio foi desenvolvido nas áreas de Organização, Sistemas e Métodos, Gestão da Qualidade e Gestão de Pessoas. A partir da análise da empresa cedente, foi elaborado um diagnóstico estratégico, por meio da análise das forças e fraquezas, e possíveis oportunidades ou ameaças à Associação. A partir das análises, foram construídas sugestões de melhoria.

Palavras-chave: Associação Esportiva, Análise SWOT, OSM, Gestão da Qualidade.

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório, é produto do Estágio Curricular Obrigatório realizado na Associação Esportiva Kindermann, e tem por objetivo relatar os pontos analisados durante a vigência do contrato. As áreas escolhidas para análise, foram: (1) área principal – Organização. Sistemas e Métodos; (2) área secundária – Gestão da Qualidade; e, (3) área terciária – Gestão de Pessoas. Assim, produziu-se este relatório, sendo utilizada a Análise SWOT, para avaliação dos pontos fortes e fracos da Associação, oportunidades e ameaças do ambiente externo. A análise SWOT, também serviu como base para as propostas apresentadas à Associação.

Associações são modelos de organizações que possuem características semelhantes, porém com finalidades e objetivos que as diferem, podendo ter finalidade: (1) filantrópica; (2) religiosa; (3) assistência social e cultural; (4) defesa de classe específica; (5) defender o meio ambiente; (6) atuar como clubes de sérvios; (7) servir como clubes esportivos (SEBRAE, 2020). “Segundo o art. 44 do Novo Código Civil (Lei 10.406 de 2002), associações são pessoas jurídicas de direito privado que não visam lucros e são dotadas de personalidade distinta de seus componentes”. “Essas organizações não têm a atividade econômica como objetivo principal, mas defende os interesses de um grupo que encontrou na união de esforços a melhor solução para determinados problemas” (SEBRAE, 2020, n.p.). De modo geral, as iniciativas do esporte brasileiro são instituídas no terceiro setor, que consiste nas atividades filantrópicas, ONGs e Associações.

A Associação Esportiva Kindermann (AEK), situada em Caçador, Santa Catarina, e foi fundada em 23 de agosto de 1975. Inicialmente atuou como equipe de futebol masculino amadora, se profissionalizando ainda no primeiro ano, e

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Relato de Experiência de Estágio da 6ª fase do Curso de Administração

² Acadêmica do Curso de Administração

³ Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Docente e Coordenadora do Curso de Administração na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Docente do Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Sociedade na Uniarp.

permanecendo assim até 2004. Em 2004 o presidente e fundador da Associação, Salézio Kindermann, encerrou as atividades do futebol masculino da Associação, e passou a investir no futsal feminino. Já em 2008, iniciou as atividades voltadas para o futebol feminino, motivado pelo desejo de incentivar o esporte e pela busca para se tornar referência a nível nacional. Atualmente, a Associação, ainda presidida por Salézio Kindermann, conta com 31 (trinta e um) funcionários.

A Associação obtém seus recursos por meio da Lei do Incentivo ao Esporte. Recebe também patrocínios da iniciativa privada, estas, divididas em parceiros e patrocinadores. Os patrocinadores se caracterizam por pessoas jurídicas que usualmente investem dinheiro e fazem a dedução do imposto de renda. Outras empresas, apoiam por meio de doação de alimentos ou descontos em compras da associação. Os parceiros são as pessoas jurídicas que fazem o aporte mensal de capital para a Associação, sendo parceiro-chave o Avaí Esporte Clube, equipe de tradição no futebol masculino, que realizou uma parceria em janeiro de 2019 com a AEK, que desde então, passou a ser reconhecida como, Avaí/Kindermann. Este contrato com o Avaí possui vigência de dois anos.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1 ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS

Organização, Sistemas e Métodos (O&M ou OSM), desempenha a função de aconselhar a introdução de novos métodos de administração e planejamento organizacional no intuito de atingir a redução de custos sem causar danos à estrutura social da empresa (ARAUJO, 1983). Para Cury (2017), a área de O&M, é uma das principais responsáveis da modelagem da empresa, envolvendo a institucionalização da infraestrutura coerente com os objetivos organizacionais e com a definição dos processos e métodos mecanizados da instituição, desta forma, buscando a efetividade organizacional.

2.2 GESTÃO DA QUALIDADE

“Qualidade, enquanto conceito, é um valor conhecido por todos e, no entanto, definido de forma diferenciada por diferentes grupos ou camadas da sociedade”. (LONGO, 1996, p.08). Para a obtenção da Gestão da Qualidade Total, grandes nomes da área, como Walter Andrew Shewhart (1891- 197), Joseph Moses Juran (1904-2008), William Edwards Deming (1900-1993), Kaoru Ishikawa (1915-1989), criaram e adaptaram em suas obras, ferramentas destinadas às organizações para o controle da qualidade. Para Corrêa e Corrêa (2019), as ferramentas têm a função de auxiliar as pessoas nas tomadas de decisão que resolverão problemas ou melhorarão situações. Corrêa e Corrêa (2019), definem as sete ferramentas em: (1) Fluxograma ou diagrama de processo; (2) Diagrama de causa e efeito; (3) Diagrama de Pareto; (4) Histograma; (5) Gráfico de Controle; (6) Folha de verificação; (7) Diagrama de dispersão.

2.3 GESTÃO DE PESSOAS

“A gestão de pessoas de uma empresa atua em todas as áreas de uma organização” (OLIVEIRA, et al., 2018, p.13). A gestão de pessoas busca tornar as pessoas agentes ativos nas tomadas de decisões (OLIVEIRA et al., 2018). Para Oliveira et al. (2018), gestão de pessoas se divide em 6 subsistemas relacionados a aspectos administrativos, estruturadas a partir do modelo de França (2008), sendo:

(1) Contratação – Recrutamento; (2) Manutenção – Seleção; (3) Preparação – Treinamento e Desenvolvimento; (4) Reconhecimento – Salários e remuneração; (5) Uniformização – Carreiras e Competências; (6) Proteção – Avaliação de desempenho, saúde e segurança, qualidade de vida no trabalho, comunicação interna e endomarketing.

3 DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL E PROPOSTAS DE MELHORIA

A matriz SWOT é uma ferramenta estratégica frequentemente utilizada nas organizações para analisar seu cenário interno e externo. “A análise SWOT visa identificar os pontos fortes e fraquezas de uma organização e as oportunidades e ameaças no meio ambiente” (DYSON, 2004, p.632).

A. Oportunidades

- Tecnologia de melhora de performance
- Softwares que auxiliam na gestão de qualidade
- Fomento ao futebol feminino
- Regra da Conmebol que obriga os clubes que jogam competições organizadas por ela a terem equipe feminina
- Regra da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) que obriga as equipes masculinas que disputam o Brasileirão, série A e B a terem equipes feminina.
- Calendário mais extenso de competições anuais
- Empoderamento feminino

B. Ameaças

- Recessão econômica
- Falta de incentivo ao futebol feminino
- Leis de proibição a prática esportiva
- Pandemias/ Epidemias
- Infraestrutura da região (falta de aeroportos)

C. Forças

- Experiência administrativa
- Vantagem estrutural em relação às demais associações esportivas
- Capital humano
- Transporte próprio
- Alianças estratégicas (Avaí)

- Site informativo
- Perfil no Facebook e Instagram
- Estratégia competitiva
- Departamento médico exclusivo
- Carteira Assinada as jogadoras
- Parceria com universidade para bolsas de estudo para as atletas

D. Fraquezas

- Falta de um planejamento de Gestão da qualidade
- Falta de acompanhamento nutricional
- Salários abaixo do mercado
- Falta de Instrumentos de controle e aumento de performance
- Falta de um planejamento de gestão de pessoas
- Estrutura física / Falta de campo próprio
- Orçamento
- Marketing deficiente
- Associação não reconhecida como potência a nível nacional
- Capacidade de investimento
- Falta de uma loja própria para venda de artefatos esportivos da Associação
- Localização, distante de grandes capitais
- Falta de manual de comportamento individual
- Falta de padronização de procedimentos

Baseado na análise SWOT e nas observações realizadas durante as horas do estágio, foram formuladas as sugestões de melhoria.

- 1) **Manual de conduta individual:** Durante o período de estágio, foi possível analisar que a Associação não possui um manual que especifique regras e normas de conduta, assim como horários, obrigações e punições dos funcionários.

- 2) **Implantação de um funcionograma:** A Associação não possui um esquema que define as funções de cada cargo dentro da distribuição hierárquica do organograma. Foi possível notar que alguns profissionais foram contratados para determinada função, porém desempenhavam outras funções complementares.
- 3) **Kit-PRO:** Um dos problemas identificados foi a perda de materiais, o que acarreta custos de reposição para a associação. Todos os materiais utilizados durante as atividades de campo da Associação, ficam sob a responsabilidade da comissão técnica, já que, a organização não dispõe de um profissional exclusivo para a manutenção e controle de materiais. Para evitar o extravio e perda de materiais, essa proposta visa montar um kit básico individual para cada atleta da Associação, que deverá permanecer sob responsabilidade das atletas, e será composto por: (1) Miniband; (2) rolinho de soltura miofascial; (3) esteira para alongamento. O Kit foi montado conforme sugestão do preparador físico da Associação, que afirma que esses são equipamentos básicos para atividades de pré-treino/pré-jogo.
- 4) **Folha de verificação:** Outra proposta que visa diminuir o problema de perdas de materiais, é a implantação da ferramenta de qualidade – Folha de verificação, que deverá ser preenchida após a conferência dos materiais diariamente. A folha deverá indicar a quantidade de SKUs de cada classe de material (bolas, coletes, cones, etc.)
- 5) **Acompanhamento Psicológico:** o componente emocional tem sido cada vez mais importante e tem influenciado nos resultados das partidas de futebol. Rinaldi (2020) cita que anteriormente Lane (2001), Lane; Terry (2000) inferem a existência de implicações do estado de humor do atleta em seu rendimento esportivo, esta implicação se caracteriza de forma prejudicial, caso o atleta não tenha perfil de humor considerado adequado. Embasado nisso, esta proposta infere a implementação de uma terapia em grupo para os colaboradores e atendimentos particulares quando se fazer necessário.
- 6) **Acompanhamento Nutricional:** O acompanhamento nutricional torna-se um fator de aumento desempenho, uma vez que tem interferência direta na composição do corpo humano, e esse, é o principal instrumento de trabalho do capital humano da organização. Se tratando de atletas do gênero feminino, o acompanhamento nutricional se torna ainda mais importante, pois tem envolvimento direto com o ciclo menstrual. Uma boa alimentação é necessária para regular o ciclo menstrual da atleta, melhorando o rendimento da mesma e diminuindo as chances de lesões por falta de ingestão de nutrientes suficientes. Para Manore (2002, tradução nossa), a disfunção menstrual juntamente com a baixa ingestão de alimentos que fornecem energia, pode acarretar problemas graves, como: problemas na saúde óssea, desenvolvimento de padrões alimentares desordenados, estado nutricional ruim e infertilidade.
- 7) **Gestão de Carreira:** A proposta visa a organização de um planejamento de carreira para as atletas que passarem a integraras categorias de base da equipe. A Associação entre os anos de 2010-2015, investia na formação de atletas, e era constituída por equipes sub-13, sub-15, sub-17 e sub-20, além da equipe principal. Porém, por uma falta de planejamento de carreira, muitas dessas atletas acabaram migrando para outras equipes, em busca de novas oportunidades e melhores condições de trabalho e visibilidade. Desta forma, a Associação Esportiva Kindermann fez parte da formação da atleta, que quando madura, passou a defender as cores de outro clube. A instalação de um planejamento de carreira visaria não a retenção dos talentos em si, mas também a orientação e auxílio nas

- tomadas de decisão da atleta, visando sempre seu crescimento profissional dentro do esporte.
- 8) **Educação Financeira:** Essa proposta tem por intuito, instruir as atletas financeiramente, a organizarem e gerirem suas finanças, para que possam gozar tranquilamente dos resultados financeiros oriundos de seus esforços. A proposta consiste em orientações com um profissional do mercado financeiro, a implantação de planilhas individuais de controle de finanças, e/ou o uso de aplicativos que auxiliam no controle financeiro individual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os resultados atingidos pela Associação se mostram muito efetivos em termos financeiros e resultados nas competições. Contudo, a estruturação interna da organização carece de investimentos, sendo que as melhorias sugeridas, se implementadas poderiam gerar resultados importantes para a qualidade, gestão de pessoas e estruturação da organização.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, L.C. G. Organização e métodos: uma perspectiva comportamental. **Ver. Adm. Emp.**, São Paulo, v.23, n.3, p.74, Sept. 1983
- CORRÊA, Henrique, L.; CORRÊA Carlos, A.; **Administração de produção e operações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019
- CURY, Antonio. **Organização e métodos: uma visão holística**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- DYSON, Robert G. Strategic development and SWOT analysis at the University of Warwick. **European journal of operational research**, v. 152, n. 3, p. 631-640, 2004.
- LONGO, Rose Mary Juliano. **Gestão da qualidade: evolução histórica, conceitos básicos e aplicação na educação**. Brasília, 1996.
- MANORE, Melinda M. **Dietary Recommendations and Athletic Menstrual Dysfunction**. Sports Medicine, 2002.
- OLIVEIRA, L.Y. M.; OLIVERIA, P. R. B.; SAWITZKIR.; SANTO, A. B. W. dos. **Gestão de Pessoas**. Porto Alegre: Sagah, 2018.
- RINALDI, Igor Malinosqui. **Estresse, humor e Burnout em atletas de futebol feminino**. 2020. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2020.
- SEBRAE, **Conheça os tipos de associações existentes no Brasil**. Site institucional]. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosCoperacao/conheca-os-tipos-de-associacoes-existentis-no-brasil,1dee438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 01out/2020

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS DE ESTÁGIO DE ADMINISTRAÇÃO¹

Luiz Carlos Pereira, luizcarlos901@outlook.com²
 Dayane Ap. Ebert da Silva, dayaneebert@hotmail.com³
 Genéia Lucas dos Santos, geneia@uniarp.edu⁴

Resumo – O trabalho realizado dentro das empresas nos dias atuais, deixou de ser apenas tentativas de sucesso e passou a ser organizado cada passo dado dentro da mesma. Neste sentido a forma que os setores são organizados faz toda a diferença. Quando se fala de gestão de pessoas logo tem-se a ideia de RH, apesar de hoje em dia esse termo ter outro significado dentro de uma organização. RH é responsável pelo lado burocrático quanto que a Gestão de Pessoas são estratégias de como recrutar, treinar e manter seu grupo unido e organizado, para que ao final possa ter sucesso em seu processo. Todos os processos destinados a organização empresarial é de extrema relevância, como a gestão de qualidade que priva o melhor resultado de seus produtos e também do ambiente de trabalho. O planejamento estratégico alinhava, planejamento, estratégia, organização, monitoramento e aprendizado, para que os pontos fortes da matriz SWOT sejam mais relevantes do que os pontos fracos devem se ter maior ênfase nesses processos.

Palavras-chave: Gestão, planejamento, estratégia, qualidade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade relatar as experiências vividas no período do estágio supervisionado. Sabe-se o quanto é importante a organização dentro de qualquer atividade, quando se trata de empresas, seja ela de grande ou pequeno porte, também é primordial privar pela organização e estratégias.

Dentro do capítulo 1 encontra-se o histórico da empresa cedente, o grupo Reunidas, que com muita garra e determinação estão desde 1942 no mercado de trabalho, oferecendo seus serviços e também dando empregos para a população local, onde a sua maior missão é conquistar a confiança de seus clientes sempre almejando um futuro promissor para a empresa, para a cidade que atua e o país. No segundo capítulo, discorre-se pela fundamentação teórica da área principal que foi escolhida para o estudo mais aprofundado, mostrar-se-á a diferença entre RH e Gestão de Pessoas, quando surgiu e quais as suas atribuições, a forma com que se deve lidar com pessoas nos dias atuais que não estão apenas interessados a reajustes de salário, porém também desejam crescimento pessoal e profissional, dando enfoque nos de processos de: Agregar, Aplicar, Repensar, Manter e Monitorar pessoas.

Abordar-se-á a área de Planejamento estratégico da empresa Reunidas onde os seus pilares estão voltados a mobilizar a mudança por meio de Liderança Executiva passando pelo processo de Planejar, Desenvolver, Alinhar, Planejar as operações, monitorar e aprender. Também será explanado sobre a gestão de qualidade onde a empresa vê como um desafio por ser algo que está sendo desenvolvido a pouco

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Relatos de experiências práticas de estágio de administração

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Intérprete de Libras da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora, mestra do curso de administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

tempo, com a finalidade de conciliar, pessoas, processos e tecnologia tendo como foco o cliente, liderança, engajamento das pessoas nesse processo de melhoria.

Tendo como objetivo mostrar os pontos fortes e fracos da empresa, a análise SWOT, serão mostradas as oportunidades também as ameaças onde uma dela nesse momento em que passa a humanidade é com certeza a pandemia, um dos pontos fortes do grupo com certeza é a “Força da Marca” que por muitos anos vem fazendo história pelo país. Para encerrar esse trabalho serão mostradas as sugestões de possíveis melhorias de acordo com que foi observado dentro da empresa no período do estágio.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Wanowschek (2018) antigamente para que uma pessoa fosse contratada o único requisito era a força física, principalmente no período da escravidão onde os mesmos se quer recebiam pelo trabalho prestado. Depois disso, começou a ser considerado o valor quantitativo, tendo a necessidade de saber quanto cada trabalhador iria receber ao final do mês assim como, quantas horas mensais seriam realizadas.

Segundo Wanowschek (2018), a criação do primeiro departamento para administração de pessoas aconteceu apenas no ano 1930, porém somente no ano 1990 é que se começou a pensar estrategicamente no treinamento e aprendizagem de seus funcionários, iniciando assim a “Gestão de Pessoas”.

Nos dias atuais com a grande mudança tecnológica que ocorre quase que diariamente, houve a necessidade de se rever formas de trabalho como afirma Araújo e Garcia (2014, p.04):

[...] Temos a explosão da informação, que desmontou algumas verdades seculares da administração, tais como: fonte de recrutamento; novos métodos de seleção, treinamento e desenvolvimento com múltiplas facetas; planos de carreira não só originados na própria organização, mas também projetados pelas próprias pessoas; muitas possibilidades de avaliar o desempenho de todos e autoavaliação; benefícios crescentes e customizados (sob medida) para determinados grupamentos; extrema valorização da saúde e cuidados maiores com a segurança do trabalho; exigências da assimilação de novas competências, que incluem conhecimentos das tecnologias de gestão organizacional, vital para a ação estratégica que é essencial para uma nova postura na gestão de pessoas; [...]

O Departamento pessoal era visto, anteriormente, apenas como um órgão responsável pelas atividades trabalhistas passando a ter papel fundamental dentro da área administrativa com foco não somente em produção e aumento de bens, ou que o trabalhador atual fica satisfeito apenas com um aumento salarial. Como explica Araújo e Garcia (2014, p. 07)

[...] engana-se quem acha que, como nos tempos de Taylor e Ford, apenas aumentos salariais viabilizariam o sucesso organizacional. Por isso, as estratégias adotadas não devem mais focar apenas os cargos, mas também estabelecer compromisso com seus pilares, [...]

Pessoas é o ponto mais importante dentro de uma organização, para que o trabalho seja realizado com excelência há a necessidade de investimento nessa área

como em um casamento onde há crescimento de ambos os lados, homem e empresa. Quando há o devido investimento nas duas situações, tanto funcionário quanto empregador serão beneficiados, trazendo assim um ambiente de satisfação para o trabalho. “Empresa e homem precisam estar em harmonia de comum acordo, para que esse casamento renda frutos e crescimento tanto para a empresa [...] quanto para o homem [...]” como descreve a autora Kanapik (2008, p.14).

Para Lima (2018, pg. 05) as pessoas precisam estar dispostas às mudanças, necessitam adaptar-se à novas tecnologias pois quanto maior elas forem, primordial será o contato humano. De forma as organizações não poderão existir sem a presença da figura humana, também precisam estar cientes das grandes mudanças que vem ocorrendo no mundo até os dias atuais.

Dessa forma, as empresas precisam também adaptar-se as novas formas de Gestão de Pessoas, deixando para trás a antiga visão de RH, como salienta Sowienski (2008, p. 53)

Os avanços observados nas últimas décadas têm levado as organizações a buscarem novas formas de gestão com o intuito de melhorar o desempenho, alcançar resultados e atingir a missão institucional para o pleno atendimento das necessidades dos clientes. Nota-se também que o sucesso das organizações modernas depende, e muito, do investimento nas pessoas, com a identificação, aproveitamento e desenvolvimento do capital intelectual.

Sowienski (2008, p.58) afirma que, após os anos 90 junto com a globalização houve a necessidade de quebra de paradigmas, escrevendo assim uma nova história na forma de fazer gestão, incluindo também a área de pessoas. Há tempos atrás, ouvia-se frases do tipo “Não quer trabalhar tem quem queira” coisas que nos dias atuais não cabem mais neste contexto, deixando de ter a visão de “funcionários” para “colaboradores”.

DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS

A assessoria de desenvolvimento Humano é responsável pelas atividades de Recrutamento e Seleção de Pessoas, Treinamento e Desenvolvimento, Qualidade, Carreira, Remuneração e Reconhecimento, Gestão do Clima Organizacional, Comunicação Interna, Responsabilidade Social, programas e projetos. Forma de Gestão: Na empresa cedente, a assessoria de desenvolvimento Humano integra a Unidade de Gestão Estratégica, juntamente com as assessorias de Planejamento Estratégico e Jurídica.

Está subordinada ao Presidente, Vice-Presidente e Diretoria Financeira. Esta assessoria busca por meio das suas ações de gestão fortalecer o treinamento e desenvolvimento das pessoas, fortalecer os programas de gestão da qualidade, inovação e tecnologia, promover a cultura de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, fortalecer as lideranças do Grupo, fortalecer a gestão integrada da Comunicação, Garantir o acultramento da ideologia atendendo aos objetivos estratégicos, fortalecer a cultura de feedback e a disseminação do sentimento de pertencimento, respeito e confiança, fortalecer a cultura de feedback e a disseminação do sentimento de pertencimento, respeito e confiança, integrar as pessoas por meio de um ambiente de trabalho saudável, melhorar o clima organizacional e a qualidade de vida das pessoas, atrair, reter e promover talentos.

A política da Qualidade tem como base a excelência e qualidade alinhado aos seus valores, na disseminação da cultura de excelência, com foco na melhoria contínua. Priorizar a qualidade contínua em todos os setores e segmentos da

empresa, valorizando as competências e o desempenho assertivo na tomada de decisões, bem como conciliar pessoas, processos e tecnologia, alinhando métodos e execução orientados para a gestão por resultados. Tem como diretrizes estabelecer as políticas da Qualidade, buscar a excelência na prestação de serviços, engajar as pessoas para a melhoria contínua com foco no cliente e diminuir desperdícios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Matriz SWOT da empresa Reunidas engloba transportes de passageiros e transporte de cargas onde vê-se como oportunidades externas o turismo, parcerias, uso de aplicativos e ofertas de novos modais de transportes na região Sul. Como análise interna os pontos fortes dentro do transporte de passageiros foram destacados a força da marca, diversidade de destinos, alto padrão de contratação de motoristas, transporte de mercadorias via bagageiro, venda de passagens via site ou aplicativos, bom atendimento, diversidade de cargas, sinergia entre as operações. Em relação as fraquezas ou pontos fracos foram analisados os altos custos operacionais, rotatividade do setor operacional, dificuldade de comunicação, dificuldade de fazer cumprir os padrões, falta de cultura interna para resultados de indicadores.

Para melhorias sugeriu-se a aquisição de uma ferramenta (workflow) que possa auxiliar na agilidade das assinaturas e aprovações iniciando com mais rapidez o recrutamento e seleção das pessoas, não deixando a matriz e filiais com a operação parada. Existem várias ferramentas que podem auxiliar nesse processo melhorando a performance da área. Por ser uma empresa descentralizada a área de Treinamento e Desenvolvimento apresenta um investimento alto para trazer as pessoas para serem treinadas e capacitadas na cidade de Caçador, os custos são os mais variados, hotel, alimentação, deslocamento e instrutores. A sugestão apresentada é de que a empresa possa pensar em ter uma plataforma para que auxilie na construção dos seus treinamentos e neste momento, diante da situação vivida por conta do Covid-19 seria de grande utilidade para a empresa disseminar os seus conteúdos remotamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muitos anos a pessoas com deficiência foi considerada incapaz na visão da sociedade, nos dias atuais com criações de leis e decretos que contemplam esse grupo essa atribuição vem sendo mudada, a experiência obtida através do estágio obrigatório foi de grande valia mesmo com todas as limitações encontradas pela deficiência auditiva tudo que foi observado teve uma grande relevância para a vida profissional.

Em sala de aula pode-se ter noção da teoria, porém durante o estágio teve-se a oportunidade de ver na prática as ferramentas estudadas ou a falta delas, também a rotina de uma empresa que para muitos é desconhecida. Viu-se a grande importância do planejamento estratégico, da gestão de qualidade e que gestão de pessoas não está relacionada apenas com documentos burocráticos, sim é voltado a todo contexto pessoal, onde se tem preocupação no aprimoramento das relações de trabalho, por meio de práticas justas e éticas, que valorizem as pessoas.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao grupo Reunidas por ter aberto suas portas para que o estágio fosse realizado junto aos seus colaboradores, da mesma forma disponibilizando todas as informações necessárias para a realização deste relatório de estágio.

Agradecemos também a Patrícia Favarin Assessora de Desenvolvimento Humano por todo apoio, também ao senhor Paulo Cesar Campos Assessor de Planejamento Estratégico.

REFERÊNCIAS

A.L.C.G.D.G.A.A. Gestão de Pessoas: Estratégias e Integração Organizacional - Edição Compacta, 2ª edição. São Paulo SP: Grupo GEN, 2014. 9788522491292. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522491292/>. Acesso em: 28 Oct 2020

KNAPIK, Janete. Gestão de pessoas e talentos. Editora Ibpex, 2008.

Lima, R.A. D. Gestão de Pessoas - 3ª ed.. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. 9788553131808. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553131808/>. Acesso em: 28 Oct 2020

SOVIENSKI, Fernanda; STIGAR, Robson. Recursos humanos x gestão de pessoas. Revista científica de Administração, v. 10, n. 10, p. 51-61, 2008.

Wanowschek, L.Y.M.D.O.P.R.B.O.R.S.A. B. Gestão de pessoas. Porto Alegre RS: Grupo A, 2018. 9788595023901. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023901/>. Acesso em: 28 Oct 2020

DIAGNÓSTICO DE UMA EMPRESA DO RAMO DE MECÂNICA INDUSTRIAL¹

Vinicius Girardi, vini.girardi2001@gmail.com²
 Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

RESUMO

Este trabalho constitui-se de relatório das atividades desenvolvidas durante a execução do estágio supervisionado no curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, durante os meses de agosto a outubro de 2020 em uma empresa do ramo metalúrgico. As áreas abordadas nesse trabalho foram: a) compras; b) gestão da produção; e c) administrativo. Apresenta-se breve fundamentação teórica e diagnóstico de cada uma das áreas.

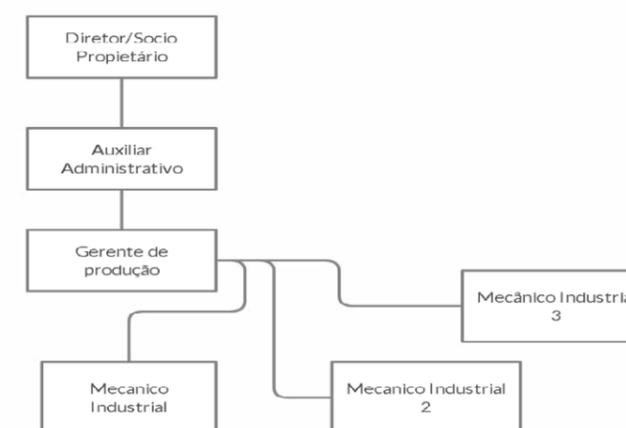
EMPRESA CEDENTE

A organização, Mecânica Industrial Metallux Eireli, fundada em 12/09/2016, na cidade de Fraiburgo, no estado de Santa Catarina, nasceu através do desejo do sócio proprietário em ser autônomo e disponibilizar serviço de qualidade e com um custo acessível ao seu cliente final.

Diante disso, a empresa começou a ganhar espaço na sua cidade, havendo um aumento exponencial de seus consumidores, usando métodos inteligentes e fáceis de fidelização.

Em 2020, conta com uma equipe altamente qualificada e pronta para receber diversos tipos de desafios, desde uma simples solda até a elaboração e fabricação de máquinas industriais. A Figura 1 mostra o organograma da organização.

Figura 1 – Organograma da Metallux



Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

¹ Trabalho apresentado como resultado do Estágio Supervisionado Obrigatório em Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Campus de Fraiburgo.

² Acadêmico da 6ª fase do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Campus de Fraiburgo.

³ Professora e Orientadora de Estágio Supervisionado em Administração. Mestre em Desenvolvimento e Sociedade. Bacharel em Administração. Docente e pesquisadora na UNIARP.

Como não havia uma missão, foi sugerido o seguinte: “oferecer aos brasileiros uma prestação de serviços de qualidade, gerando sempre uma experiência única para aqueles que aceitaram fazer parte do nosso time”.

Também não havia uma visão, foi sugerida para a organização a seguinte visão: “ser a melhor empresa do ramo metalúrgico da cidade”.

Da mesma forma, como não havia valores, foi sugerido para a organização os seguintes valores: Excelência; Integridade; Qualidade em nossos serviços; Ética e respeito com o meio-ambiente e com as pessoas; Responsabilidade em todas as decisões tomadas; Transparência.

DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE COMPRAS

Segundo Martins (1999, apud MENDONÇA, 2019, p. 10):

O setor de compras vem se desenvolvendo ao longo do tempo, estando relacionado com a evolução histórica dos sistemas de produção, que começa com a produção artesanal entre os séculos XVI e XIX, cruzando o taylorismo, e chegando na manufatura em massa no século XX, no final deste mesmo século se alcança o sistema Toyota; na década 90 o setor de compras alcança a manufatura responsiva. Essas mudanças foram estimuladas devido à forte concorrência e contínuas inovações tecnológicas, levando empresas a repensar seus produtos e custos de produção.

Durante a observação do processo produtivo na empresa, diagnosticou-se que este setor possui um funcionamento simples, os mecânicos responsáveis pela fabricação e manutenção das máquinas comparecem ao escritório da organização, passam uma lista dos materiais e dos itens que estão precisando e em seguida o responsável pela compra da matéria prima e dos consumíveis entra em ação.

De modo que, efetua ligação ao seu fornecedor principal e com ele fecha a compra, porém para que isso ocorra deve haver uma autorização por parte do socio-proprietário.

Vale ressaltar que a organização trabalha com dois modos de estoque, o primeiro que são consumíveis e o outro que é para ferros, nylon entre outros. Portanto, quando há uma baixa desses itens alocados como primeiro modo, a empresa em questão procura imediatamente entrar em contato com os seus fornecedores e cotar quanto este item está custando no momento.

Em seguida, após o levantamento dos custos, é direcionado os valores dos itens em questão para o socio-proprietário e o mesmo irá analisar os valores, estando de acordo, é autorizado a compra dos materiais.

Nessa parte do processo, foram propostas melhorias, esse modo, o primeiro passo para uma resolução do problema em questão é possuir um planejamento abrangente do que é mais usado durante um certo período, feito este levantamento, o segundo passo é repassar para a gestão, e por fim verificar a disponibilidade de caixa para a compra dos itens faltantes, sendo assim, o gargalo em questão diminuiria, e as perdas que vem junto também.

No decorrer do estágio pode-se verificar que para não perder os seus clientes, que a grande maioria já estão fidelizados, os mecânicos acabam muitas das vezes parando algum serviço para fazer o que chamam de “socorros”, e é nesses casos, que surgem a necessidade de um estoque mais apurado e completo.

DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE GESTÃO DA PRODUÇÃO

O autor define que “Gestão da Produção é a atividade de gerenciamento de recursos escassos e processos que produzem e entregam bens e serviços, visando a atender as necessidades e/ou desejos de qualidade, tempo e custo de seus clientes”. (PASQUALINI; LOPES; SIEDENBERG, 2010, p. 9)

Este setor, é o coração da organização, pois nele tudo ocorre, em uma mecânica industrial deve-se obrigatoriamente voltar todas as atenções possíveis para que se extraia o máximo que a empresa pode entregar.

De grosso modo, seu funcionamento e hierarquia é simples, os mecânicos são responsáveis por efetuar o serviço ou a fabricação do item em questão, verificando o que será necessário para cometer o serviço, em seguida o gestor irá autorizar o mesmo e desse modo o serviço ou a fabricação irá ocorrer.

Após estes processos descritos acima, a ordem de serviço é gerada por parte dos mecânicos, onde os mesmos irão entregar ao escritório da organização, para que ocorra em primeiro momento a verificação da ordem de serviço e em seguida se estiver tudo certo a autorização para entrega.

Nessa parte do processo, foram propostas melhorias, uma delas é que não se deve agir no achismo, é melhor pegar um serviço com sobra, do que entregar ao cliente atrasado, claro que problemas que não estavam dentro cronograma de entrega poderão ocorrer, por isso a importância de pegar com sobra de tempo.

Por isso, uma solução para o problema em questão e criar um diagnóstico do serviço antes de pegá-lo, ou seja, descrever o que será feito, o que irá precisar de matéria e por fim quantas horas é preciso para o desenvolvimento do mesmo.

Feito isto, o mecânico deve-se obrigatoriamente ir ao escritório e apresentar ao administrativo o seu diagnostico, o qual será responsável pela verificação dos itens que serão usados, ou seja, se há disponibilidade em estoque e, pela liberação do mesmo, no entanto, há serviços que não precisam desse tramite, que são fáceis e rápidos para serem resolvidos.

No decorrer do estágio pode-se verificar que este setor se comportou extremamente bem, contudo possui suas limitações, porém, nada agravante que traga grandes percas, como pôde ser visto acima.

DIAGNÓSTICO DA ÁREA ADMINISTRATIVA

Segundo Lopes (2006, p. 5):

Na Administração, como ciência social aplicada, o que se observa é uma situação totalmente diferente. Os fenômenos intra-organizacionais [sic] e aqueles que se referem às relações das organizações com o ambiente caracterizam-se pela rápida transformação de suas variáveis observáveis, num processo que parece responder à mudança nas relações entre eles, também demasiadamente rápidas.

Se o setor de produção é o coração da organização, o administrativo é o cérebro, pois o responsável por essa área deve estar preparado para lidar com diversos tipos de empecilhos, desde uma matéria prima que veio errado até problemas pessoais que funcionários estão trazendo para a empresa.

Portanto, na empresa em questão, o responsável por essa área fica abaixo em nível hierárquico somente do socio-proprietário, possuindo certas autonomias para tomadas de decisões, porém, essas devem-se partir em conjunto com o superior, sabendo do que pode, e do que não pode

No entanto, a único ponto que poderia ser melhorado é uma entrega maior, ou seja, uma participação mais afinada por parte do administrativo nos outros setores, verificando se tudo está ocorrendo bem, se estão precisando de algo ou não, ser mais participativo e rotativo na organização.

No decorrer do estágio pode-se verificar que este setor trabalha muito bem, suas funções estão sendo realizadas de maneira responsável, o colaborador realiza as atividades no tempo certo, sem atrasos e erros.

CONSIDERAÇÕES

Por se tratar de uma organização de pequeno porte, algumas dificuldades foram encontradas, o que já era esperado, como nível hierárquico, neste caso ele é funcional, porém com certas limitações.

O que remeteu bastante atenção foi o setor de compras, que sofria com um gargalo simples, porém difícil de resolver em uma organização que já está a quatro anos no mercado, podendo haver algumas dificuldades de aceitação por parte da gestão.

A organização como um todo vem crescendo de maneira exponencial, ou seja, a cada dia mais, alguns dias com mais demanda, outros menos, mas de maneira geral está indo muito bem, agindo com os seus clientes, colaboradores e fornecedores de maneira coerente, honesta e responsável, sempre dentro da lei e da ética comercial.

A experiência em si foi espetacular, os objetivos propostos no início do estágio foram superados, de forma consistente até ao fim, demonstrando o quão importante é o diagnóstico empresarial.

Porém os gestores são pessoas abertas a novas propostas e o melhor de tudo é que eles ouvem, mas para que eles arquem com as sugestões de melhorias as mesmas devem possuir uma fundamentação muito bem formalizada e estruturada.

As demais áreas foram tranquilas, a produção está a todo vapor, com uma capacidade de maquinário e de pessoas condizentes com a necessidade atual, os colaboradores são responsáveis, dinâmicos, experientes e vestem a camisa, auxiliando ainda mais o crescimento da organização.

O setor administrativo caminha muito bem, fazendo o que é proposto sem deixar a desejar, suas tarefas não são poucas, ficando algumas vezes sobrecarregado, mas na maioria das vezes tudo ocorre devidamente como deve ser.

REFERÊNCIAS

BALCAO, Yolanda. Organograma: representação gráfica da estrutura. **Revista de administração de empresas**, v.5, n 17. São Paulo, Out/Dez, 1965. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v5n17/v5n17a03.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

COSTA et. al. Variáveis de decisão determinantes do processo de compras em organizações: um estudo de caso. **Revista de gestão e tecnologia**, v.15, n 3. Pedro Leopoldo, Set/Dez, 2015. Disponível em: <http://revistagt.fpl.emnuvens.com.br/get/article/view/820/605>. Acesso em: 18 set. 2020.

“PROCESSO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DE INTERVENÇÃO”.

Juliana Deconto Carneiro, julianadecontocarneiro@gmail.com¹
Fátima Noely da Silva, fatima@uniarp.edu.br²
Karol Freitas de Oliveira, kfo.karol@gmail.com³

Resumo – Este artigo tem a finalidade de apresentar o funcionamento da instituição bem como os conhecimentos adquiridos a partir da realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III que foi desenvolvido na alta complexidade, mais especificamente no Serviço de Acolhimento Institucional na Casa Abrigo Maria Rosa e delimitou-se ao atendimento da demanda assistida pela instituição. O estágio teve como objetivo geral conhecer, analisar, incorporar e intervir na realidade institucional e social, inserindo-se no universo sócio-ocupacional dos Assistentes Sociais para a qualificação enquanto acadêmico do exercício profissional. As ações efetuadas no campo de estágio foram pautadas nos instrumentais técnicos operativos que dão sustentação as intervenções profissionais sendo estes: abordagem, atendimento, visita domiciliar, relatórios, entrevistas individuais e grupais, encaminhamentos em geral e reunião, além de atividades referentes a processos administrativos condizentes com a rotina profissional do assistente social, práticas estas realizadas sempre sob a supervisão da profissional responsável pela acadêmica no campo de estágio. Atuar junto a essa demanda, no terceiro setor, foi uma experiência inovadora, singular e agregadora, pois nos oportunizou a aproximação com uma realidade social em particular no que tange famílias socioeconomicamente vulneráveis, com vínculos rompidos, física e emocionalmente fragilizadas.

Palavras-chave: Violência. Gênero Feminino. Acolhimento Institucional.

INTRODUÇÃO

O estágio desenvolveu-se na Casa Abrigo Maria Rosa, no Serviço de Acolhimento Institucional a mulheres vítimas de violência. A Associação Maria Rosa (AMAR) localiza-se em Caçador / Santa Catarina e trata-se de uma entidade não governamental, filantrópica, beneficente de Assistência Social, fundada no dia 06 de agosto de 2000 por iniciativa de um grupo de mulheres comprometidas com as causas sociais.

A entidade atua no terceiro setor que abrange associações e entidades sem fins lucrativos, as atividades por mim desenvolvidas enquanto estagiária deram-se na alta complexidade e delimitaram-se ao atendimento da demanda assistida pela instituição, que são usuárias do gênero feminino e seus filhos, crianças e adolescentes, que vivenciaram algum tipo de violência ou que estão sob-risco social.

O estágio teve como objetivo geral conhecer, analisar, incorporar e intervir na realidade institucional e social, inserindo-se no universo sócio-ocupacional dos Assistentes Sociais para a qualificação enquanto acadêmico do exercício profissional. Pela relevância e seriedade desse processo escolhemos uma entidade

¹ Acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Professora e Supervisora Acadêmica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Supervisora de Campo.

idônea e realmente comprometida com a população a qual presta serviço, priorizando desta forma um atendimento humano, profissional, técnico, ético, de qualidade, visando à proteção e a garantia dos direitos da demanda atendida.

Os serviços ofertados pela entidade tem o intuito de oferecer apoio, orientação, acompanhamento, segurança, preservando sempre a integridade física dos acolhidos através de atendimento integral realizado por uma equipe multidisciplinar integrada por Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagoga e Enfermeiras, buscando sempre trabalhar nas famílias questões de superação da violência sofrida, empoderamento, emancipação, autonomia financeira, além de outras seguridades sociais. O serviço pode ser acessado através de encaminhamentos realizados por outros setores ou equipamentos da Rede de Serviços Socioassistenciais, das demais Políticas Públicas Setoriais, dos Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e do Sistema de Segurança Pública como: Polícia Militar, Delegacia de Proteção a Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI), Poder Judiciário, Conselho Tutelar e Serviço de Saúde em geral.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em resposta à histórica requisição social, bem como às finalidades, objetivos, valores e princípios com direção ética e política da profissão, os Assistentes Sociais brasileiros possuem o compromisso com a classe trabalhadora e os processos emancipatórios na perspectiva de uma sociedade igualitária. O projeto ético político do Serviço Social, que orienta o exercício e a formação profissional, resultaram de um processo histórico de construção coletiva, sob a direção das entidades nacionais da categoria Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Com isso o Serviço Social passa a intervir nas necessidades de ordem social como um espaço especializado na prática, “[...] e que historicamente a profissão adquire esse espaço quando o Estado passa a interferir sistematicamente na questão social” (GUERRA, 2000).

De acordo com o Código de Ética o assistente social tem o compromisso de respeitar o usuário diante dos seus valores conforme rege as leis determinada pela Ética do profissional. O Assistente Social tem como compromisso auxiliar na defesa dos direitos dos usuários, vivenciando novos conceitos, tomando novas iniciativas e desvinculando do passado, e adotando nova estratégia metodológica da atualidade como forma de assistência à sociedade.

O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, descolados do processo social. Afirma, como valor ético central, o compromisso com a nossa parceira inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos (IAMAMOTO, 2013, p. 77).

Com a redefinição do papel do Estado enfrentando grandes crises na forma de administrar, com excesso de burocracia e a perda da confiança na capacidade do Estado em gerar o bem-estar social e uma melhor qualidade de vida da sociedade civil, ocorre o surgimento do terceiro setor que está ligado à participação ativa da

sociedade nas atividades de interesse público, proporcionando assim melhores serviços à comunidade. Exemplo disso são os movimentos feministas que trazem em sua trajetória grandes conquistas que muitas vezes passam despercebidas aos nossos olhos. Existe muita coisa a ser feita, a caminhada ainda é grande com relação ao respeito aos direitos da mulher e igualdade entre os gêneros.

Salientamos que, as mulheres são as maiores vítimas dos problemas sociais, sendo assim a importância do engajamento dos movimentos femininos para que através da união de forças conjuntas consigamos promover um olhar mais específico para essas causas e para essa parcela da população que, ainda hoje se encontra desassistida, vítima de uma sociedade patriarcal e machista, herança esta cultural e que continua fortemente enraizada na atualidade.

ATIVIDADE DESENVOLVIDA / RELATO TÉCNICO

Entrevista semi-estruturada realizada por meio de perguntas abertas e fechadas. A atividade foi inicializada com um breve diálogo que visou estabelecer uma relação de confiança com as usuárias, objetivando dessa forma, conhecer melhor as realidades sociais por elas experimentadas, visando assim futuras intervenções e por meio desta, propiciar uma análise crítica da circunstância, pois a partir da fala das usuárias conseguimos identificar as situações que permeiam a sua realidade.

Atividade realizada em grupo, onde foram aplicadas algumas perguntas que foram compartilhadas por todas as partes. As perguntas foram relacionadas especificamente sobre como elas se autodescrevem; o que as fazem felizes; quais qualidades gostariam de destacar; quais pontos acham que precisam melhorar; se existe algum sonho que desejam realizar; onde pretendem e como desejam estar daqui dez anos; qual foi seu maior desafio até agora; que legado pretendem deixar, ou seja, como querem ser lembradas e/ou de que maneira querem marcar a vida das pessoas daqui para frente. A partir dessas perguntas foram sendo revelados pontos que até mesmo elas que residem juntas não sabiam, pois ainda não haviam tido oportunidade de partilhar tais informações ou por não haver vivenciado um momento em que sentiram descontraídas, seguras e confortáveis para revelar certas experiências relacionadas à especificidade e particularidade da vida de cada uma.

Pudemos constatar que apesar do histórico triste que cada uma vivenciou, todas conseguem ter um olhar positivo diante da vida, estão machucadas, porém fazem planos para o futuro, planos estes relacionados a prosseguir com os estudos, acessar um curso superior, se formar, ter uma profissão, ter sua própria residência, seu carro e constituir família. Todas narraram o desejo de ter filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos a importância de planejarmos as atividades com essa demanda, algo que foi bem instigante e desafiador, com certo grau de dificuldade, pois primeiramente tivemos que ganhar a confiança das usuárias para posteriormente aplicarmos os instrumentais técnico-operativos numa perspectiva de totalidade, superando a aparência do fenômeno para que se pudesse obter êxito na intervenção de determinada expressão da “questão social”, neste caso em especial uma expressão que causa feridas internas e externas, onde constatamos que as feridas internas são mais profundas, pois não deixam marcas aparentemente visíveis, mas são de difícil cicatrização.

O processo vivenciado junto a essa demanda foi uma experiência de grande aprendizado e responsabilidade, onde as atividades realizadas foram bem elaboradas e aplicadas de forma sutil, com propriedade e conhecimentos mais precisos dos instrumentais técnico-operativos que dão suporte as ações profissionais com o intuito de mudar o conceito que elas tem da violação de direitos a qual foram submetidas.

Salientamos a importância de um referencial teórico bem fundamentado, pois se faz de suma importância já no campo de estágio unirmos a teoria com a prática para obtermos resultados satisfatórios nas intervenções realizadas, fatores estes que proporcionaram uma atuação mais consistente diante das expressões da “questão social” apresentadas, atingindo eficiência nas ações junto aos sujeitos sociais.

Atuar junto a essa demanda, no terceiro setor, foi uma experiência inovadora, singular e agregadora, pois nos oportunizou a aproximação com uma realidade social em particular no que tange famílias socioeconomicamente vulneráveis, com vínculos rompidos, física e emocionalmente fragilizadas e, além dessas marcas causadas em virtude da violência sofrida, sentem-se constrangidas e moralmente feridas, discriminadas por uma sociedade machista e patriarcal, características essas históricas, que estão enraizadas em nossa cultura desde a época da colonização e que se perpetuam até hoje.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

AMAR – Associação Maria Rosa
UNIARP – Universidade Alto Vale Rio do Peixe.

REFERÊNCIAS

Associação Maria Rosa – AMAR. **Relatório de Atividades 2011**. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/769402/00081---senado-federal>. Acesso em: 09 nov. 2020.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social, 2006. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/folder_cofisite.pdf. Acesso em 18 nov. 2020.

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 18 nov. 2020.

COSTA, Suely Gomes Costa. **Movimentos feministas, feminismos**. Revista Estudos Feministas, Universidade Federal Fluminense, vol 12, Set/Dez 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 18 nov. 2020.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social1**. Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Yolanda%20Guerra%20instrumentalid.pdf>. Acesso em 18 nov. 2020.

SANTO, Mônica do Espírito; REZENDE, Cleonice de Jesus Santos; ALVES, Adrcia dos santos; OLIVEIRA, Camila Santos; ANDRADE, Flávia Rafaela Carvalho de;

SILVA, Patrícia Santos. **A atuação do Assistente Social na Habitação sob a Ótica dos Novos Espaços Sócio Ocupacional**. Disponível em: <file:///C:/Users/anderson/Downloads/1011-Texto%20do%20artigo-4544-2-10-20140402.pdf>. Acesso em 18 nov. 2020.

RELATÓRIO PARCIAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO NA ÁREA DE ARQUITETURA E URBANISMO ¹

Natalia Hegre Gonzales, lilacsiveriana2003@hotmail.com²
 Marcelo Wandscheer, marcelow@uniarp.edu.br³

Resumo

O presente resumo expandido tem por objetivo relatar as atividades do estágio supervisionado obrigatório realizadas como parte da grade do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, no período de 13 de agosto a 11 de setembro de 2020 no Departamento de Obras, da Secretaria de Transportes, obras e serviços urbanos da Prefeitura Municipal de Santa Cecília. Realizou-se o anteprojeto de um prédio de habitação popular de quatro andares em um lote adquirido pela Prefeitura para tal objetivo.

Palavras-chave: Habitação popular. Habitação de baixa renda. Prédio de habitação popular.

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Cidade foi criada com a Lei Nº 10.257 de 10 de julho de 2001, regulamentada nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, constituindo-se em uma ferramenta que estabelece princípios e diretrizes e gerais para gerir a política urbana no país e garantir o desenvolvimento das cidades (Lei Lei Nº 10.257, 2001).

O principal instrumento do Estatuto da Cidade é o Plano Diretor, porque reúne outros instrumentos do estatuto e auxilia à cidade, a desenvolver suas funções sociais, como fornecer às pessoas moradia, educação, saúde, trabalho, transporte, lazer, cultura, entre outros. Porém, a cidade é um espaço parcelado, com apropriação privada (edificações e lotes) e estatal (ruas, praças, equipamentos públicos, etc.), requerendo de um planejamento adequado para gerir e proporcionar desenvolvimento econômico e social em todas as esferas da cidade (Senado Federal, 2011).

Baseado no Estatuto da Cidade, foi elaborado o Plano Diretor Municipal de Santa Cecília, com o objetivo de servir como instrumento básico de política de desenvolvimento e expansão urbana, de cunho participativo social (Prefeitura Municipal de Santa Cecília, 2009).

A maior parcela da população ceciliense pertence as classes sociais C1, C2, D e E (SEBRAE, 2013). Tendo esta referência, a Prefeitura Municipal de Santa Cecília adquiriu um lote no Bairro Marciliano Fernandes, na denominada zona especial de interesse social para construção de um prédio de habitação popular.

No período do estágio foi possível acompanhar uma parte do processo de anteprojeto e visitas técnicas no local que será edificado o projeto.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Estágio supervisionado obrigatório da 8ª fase do curso de arquitetura e urbanismo.

² Acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

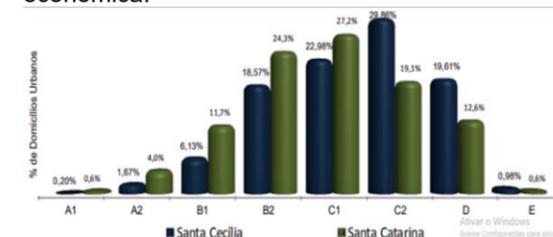
³ Professo do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. Aspectos socioeconômicos de Santa Cecília/SC

O município de Santa Cecília têm 15.757 habitantes, desses, 1,6% da população tem renda familiar per capita de até R\$ 70,00, 10,6% com até 1/2 salário mínimo e 37,9% com até 1/4 salário mínimo. Na figura 01, mostra-se que a Classe C2 concentra a maior parte dos domicílios urbanos com 29,9% (SEBRAE, 2013).

Figura 01- Porcentagem de domicílios urbanos do município de Santa Cecília segundo classe econômica.



Fonte: SEBRAE, 2013.

2. Plano Diretor do Município de Santa Cecília

O processo de urbanização historicamente é injusta, e carregam um leque de desigualdades na distribuição de benefícios, tais como: assentamentos periféricos desprovidas de infraestrutura, com moradias classificadas como sub-habitações, invasões de zonas de preservação ambiental, entre outros bastos problemas. Criando um quadro desafiador para diminuir e resolver problemas da parcela menos favorecida da população que vivem precariamente na cidade (Plano Diretor de Santa Cecília, 2009).

O principal instrumento do Estatuto da Cidade é o Plano Diretor, porque reúne outros instrumentos do estatuto e auxilia à cidade a orientar o crescimento físico e socioeconômico, como fornecendo às pessoas moradia, educação, saúde, trabalho, transporte, lazer, cultura, serviços, entre outros. Porém, a cidade é um espaço parcelado, com apropriação privada (edificações e lotes) e estatal (ruas, praças, equipamentos públicos, etc.), requerendo de um planejamento adequado para gerir e proporcionar desenvolvimento econômico e social em todas as esferas da cidade (Prefeitura Municipal de Santa Cecília, 2009).

2.1 Zona Especial de Interesse Social – ZEIS

Com a implementação do Estatuto da Cidade, regulamentada nos artigos 182 e 183 na da Constituição Federal Brasileira com a Lei 10.257 de julho de 2001, a maioria dos Planos Diretores aprovados até 2008, implementaram a denominada zona especial de interesse social – ZEIS, como parte da política urbana e habitacional, popularizada em 2007 com a execução do PAC Urbanização de Favelas e em 2009 com o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. As ZEIS são áreas destinadas à habitação popular dentro da cidade (Secretaria Nacional de Habitação, 2009).

O Plano Diretor de Santa Cecília de 2009 busca a aplicabilidade dos instrumentos do Estatuto da Cidade, com a finalidade de criar uma nova realidade e estruturação para a cidade. As ZEIS foram criadas para regularizar a ocupação fundiária dos assentamentos precários, buscando a melhoria e produção de habitações populares e ampliação de equipamentos urbanos, beneficiando a população de baixa renda salvaguardando o direito à moradia e a cidadania. No zoneamento de Santa Cecília está estabelecido uma ZEIS, subdividida em duas áreas diferentes na periferia da cidade, uma, com a maior população carente do município,

no Bairro Guilherme Granemann Grauen e outra, menor no Bairro Marciliano Fernandes. A área de interesse social está vivenciando notáveis mudanças nos últimos anos, com a implementação de equipamentos, como escolas e creches municipais, unidades de saúde da família, assim como templos religiosos. Na lista de melhorias também, pode-se mencionar a implementação infraestrutura, como iluminação, rede de água e esgoto, coleta de lixo comum e pavimentação de vias principais. (Plano Diretor de Santa Cecília, 2009).

Figura 02 – Mapa de Zoneamento de Santa Cecília



Fonte: Plano Diretor do Município de Santa Cecília, 2009.

3. Habitação Popular

Uma residência popular, consiste em uma moradia destinada à população de baixa renda, que tem limitação de adquirir um imóvel no mercado imobiliário tradicional. Para tornar possível este tipo de moradia, existem as Operações Urbanas Consorciadas, uma parceria entre iniciativa pública e privada, com isso o governo consegue reduzir o déficit de moradias de baixo custo, mas com melhor infraestrutura. Assim as moradias podem ser adquiridas através de um financiamento subsidiado pelo poder público e disponibilizado pelo Banco do Brasil ou Caixa Econômica. (Campos, 2017).

Existem questionamentos sobre a qualidade das edificações destinadas como habitação popular, esse fato pode ser explicado porque existe um padrão de construção que é definido pelo governo federal. Geralmente são construídos condomínios de casas padronizadas ou grandes conjuntos de prédios com vários apartamentos. Geralmente localizados nas periferias das cidades, gerando exclusão dessa parcela da população (Triana, 2006).

O novo empreendimento destinado à população de baixa renda do município, é a construção de um conjunto habitacional em um terreno adquirido pela prefeitura com 8.619 m². O projeto visa a construção de 56 apartamentos de 2 quartos de 46,52 m² que irá beneficiar a 56 famílias que passaram por avaliação e aprovação, e deverá ser construído no início de 2021.

Figura 03 – Mapa de Santa Cecília e lote para construção de prédio popular.



Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

METODOLOGIA

Foi utilizada a revisão de referencial teórico para o embasamento teórico do resumo e contra restar com a atividade prática desenvolvida durante o período de estágio (13 de agosto a 11 de setembro de 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Depois da análise dos aspectos socioeconômicos da cidade de Santa Cecília, 72,96% da população pertencem as classes sociais C1, C2, D e E. População que apresentam maior risco de vulnerabilidade e acesso a moradia digna com acesso a infraestrutura.

No 2009 foi elaborado o Plano Diretor do Município de Santa Cecília com o objetivo de estimular a distribuição mais igualitária de benefícios sociais, criando assim uma ZEIS (zona especial de interesses social) distribuída em dois bairros da cidade, o maior, Guilherme Granemann Rauen, e menor, Marciliano Fernandes (popularmente chamado de Garagem). Para dar acesso à população mais carente a infraestrutura e equipamentos sociais.

Figura 03 – Zona especial de interesse social.



Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

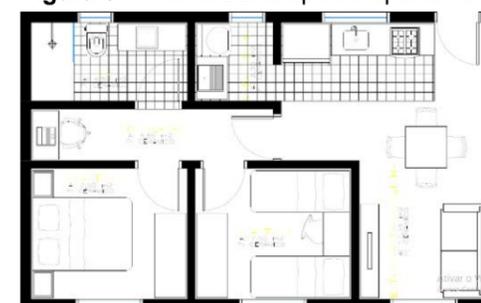
Figura 04 – Lote adquirido para prédio popular.



Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

O projeto de habitação popular, consiste em um prédio retangular com 14 apartamentos de 52, 44 m² de quatro andares com escada e rampa acessível, totalizando 56 apartamentos que beneficiaram famílias classificadas pelo estudo dos profissionais da assistência social dos dois bairros considerados como ZEIS. Para a construção do prédio não será necessário a realocação de famílias, porque o terreno é um lote vazio.

Figura 5 – Planta baixa tipo do apartamento de habitação popular.



Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Diretor cumpre uma função preponderante como instrumento jurídico que regulamenta o uso e ocupação do solo do município e cria condições para o desenvolvimento socioeconômico chega a todas as esferas da população.

Com a criação das ZEIS, o órgão municipal garante moradia digna para a porção da população que não tem condições de adquirir uma moradia devido ao custo alto. E é dever das autoridades municipais garantir que o estabelecido no Plano Diretor seja cumprido em benefício de todos os moradores indiferente de classe social.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

À Prefeitura Municipal de Santa Cecília pela oportunidade. Ao engenheiro civil Ronnie P. Salame, que foi meu supervisor no escritório e orientou-me nas diversidades. Ao professor Marcelo Wandscheer orientador de estágio e aos professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidad Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei Nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Disponível em: [http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/6367/3/taironedasilvacampos.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm#:~:text=LEI%20No%2010.257%2C%20DE%2010%20DE%20JULHO%20DE%202001.&text=Regulamenta%20os%20arts.,urbana%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art.&text=tratam%20os%20arts.-,182%20e%20183%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal,aplicado%20o%20previsto%20nesta%20Lei.Acesso em 10 nov. 2020</p>
<p>CAMPOS, Tairone. Habitação popular: da autoconstrução ao compromisso social do arquiteto. Brasil. 2017. Disponível em <a href=) Acesso em: 30 Out. 2020
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA. Plano Diretor Municipal de Santa Cecília. 2009. Disponível em: <https://www.santacecilia.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/60100> Acesso em: 30 Out. 2020.
- RAFFINO, Maria E. Organigrama. Argentina. 2020. Disponível em: <https://concepto.de/organigrama/> Acesso em: 30 Out. 2020.
- SEBRAE. Santa Cecília em números. GW editorial digital. Brasil, 2013. Pag: 134 Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Relat%C3%B3rio%20Municipal%20-%20Santa%20Cec%C3%ADlia.pdf> Acesso em 10 nov. 2020.
- SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. Como delimitar e regulamentar Zonas Especiais de Interesse Social ZEIS de Vazios Urbanos. Brasil, 2009. Disponível em: <http://planodiretor.mprs.mp.br/arquivos/vazios.pdf> Acesso em: 30 Out. 2020.
- SENADO FEDERAL. Estatuto da Cidades 10 anos: Avançar no planejamento e na gestão urbana. Brasil. 2011. Pag: 46 - 50. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/385442/Cartilha%20Estatuto%20da%20Cidade%2010%20anos.pdf?sequence=1> Acesso em 10 nov. 2020
- TRIANA, Antônio F. Habitação popular no Brasil : análise do modelo operacional de financiamento pelas agências oficiais. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3489> Acesso em: 30 Out. 2020.

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

MULHERES NO PODER: UM ESTUDO DE CASO COM REITORAS DE UNIVERSIDADES DO SISTEMA ACAFE¹

Daiane Casali Santa Clara, daiane-casali@bol.com.br²
Me. Juciele Marta Baldissarelli, juciele.marta@uniarp.edu.br³

Resumo – O presente estudo teve como objetivo identificar como as atuais Reitoras de Universidades pertencentes ao sistema ACAFE tem gerido os desafios mediante a diversidade de gênero na função. Visando atingir o objetivo principal, alguns objetivos específicos foram requeridos, sendo: (1) relatar a trajetória profissional, o perfil e o estilo de liderança desenvolvido pelas reitoras estudadas; (2) elencar os principais desafios enfrentados mediante a diversidade de gênero; (3) verificar se há preconceito e se são desafiadas a provarem suas capacidades pelo fato de serem mulheres. Ao analisar a trajetória, perfil profissional e estilo de liderança constatou-se que todas chegaram aos cargos possuindo alto nível de escolaridade, passaram pela docência no ensino superior e conciliam a vida pessoal com a profissional. Quanto aos desafios enfrentados na gestão universitária, no exercício da função são desafiadas diariamente com questões financeiras, com a forma de conduzir os processos, com o nível da educação oferecida pelas suas Universidades, transparência na gestão dos recursos, concorrência e questões comportamentais das equipes. Ao analisar-se a existência de preconceito, pode-se perceber que todas enfrentaram situações de discriminação ou da necessidade de provar que são capazes para desempenhar a função para o qual foram designadas. Por fim, conclui-se que o exercício da gestão pelas mulheres é repleto de desafios e contradições por conta das dificuldades que o gênero feminino ainda enfrenta no ambiente profissional.

Palavras-chave: Reitoras. Mulheres na Gestão. Gestão Universitária. Gênero

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca compreender de que maneira as atuais reitoras de instituições de ensino superior, pertencentes a Associação Catarinense das Fundações Educacionais, mais conhecido como sistema ACAFE, tem gerido os desafios mediante a diversidade de gênero nos cargos que ocupam como gestoras universitárias. Mudanças históricas ocorridas ao longo dos anos, juntamente com os movimentos feministas fizeram com que a mulher entrasse no mercado de trabalho, mas ainda tendo como uma responsabilidade exclusivamente sua, as tarefas domésticas, os cuidados com a casa, com a família e com os filhos. Para Araújo (2005 apud SIQUEIRA et al., 2015), mudanças culturais, econômicas e sociais, ocorridas no século XX, propiciaram a entrada das mulheres no meio produtivo.

O preconceito e falta de apoio para profissionais mulheres que decidem constituir uma família e ter filhos, ainda está presente na sociedade. Neste sentido, Bonney e Reinach (1993 apud CAVALCANTI; MACIEL, 2017), citam que existem estudos que demonstram que as mulheres trabalhando ou não fora de casa, dedicam mais tempo do que homens nos afazeres domésticos, com as crianças e com adultos

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Trabalho de Conclusão de Curso da 8ª fase do curso de Administração.

² Acadêmica do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

dependentes. Esses estudos supõem que grupos de homens brancos tem mais condições de desenvolverem-se profissionalmente do que outros grupos de pessoas.

Essa situação, presente na atualidade, demonstra que muitas vezes a mulher abdica da carreira porque não consegue apoio suficiente para conciliar todas as tarefas. Cavalcanti e Maciel (2017) indagam sobre essa questão, nos convidando a refletir, que o sucesso e o crescimento profissional das mulheres se dá muitas vezes à custa do sacrifício de sua vida particular, dos cuidados com os filhos e com a casa, e que o crescimento profissional dos homens, acontece por se dedicarem menos aos cuidados com os filhos. Siqueira, Miranda e Cappelle (2019, p. 51), mencionam que “o exercício da gestão se apresenta como um desafio, não apenas por ser permeado por dificuldades, contradições e enfrentamentos diários, mas sobretudo, por conta das dificuldades de gênero”. Se nas organizações empresariais a presença de uma mulher em cargo de gestão é mais restrita, é ainda mais difícil encontrá-las nos cargos da alta cúpula da gestão universitária. Desta maneira, tendo como base essa problemática, o presente estudo tem como propósito compreender de que maneira as atuais reitoras de universidades pertencentes ao sistema ACAFE, tem gerido os desafios mediante a diversidade de gênero na função que ocupam de gestão universitária.

DIVERSIDADE DE GÊNERO

A introdução da mulher no mercado de trabalho normalmente é estudada por questões de gênero, que pesquisam as diferentes estratégias e as dificuldades que elas enfrentam em detrimento aos homens (PEREIRA; ECCEL, 2010). As mulheres estão crescendo rapidamente em algumas ocupações, “como nos serviços de saúde, mas também são representadas em algumas ocupações de lento crescimento, como secretariado, sistemas de informação e análise financeira” (BOHLANDER; SNELL, 2013, p. 26 e 27).

Países predominantemente machistas e preconceituosos, apontam os autores Cavalcanti e Maciel (2017), como no Brasil, os homens ainda são vistos como provedores e responsáveis pelos espaços públicos, e para as mulheres ainda é atribuído as responsabilidades pelo ambiente familiar, afetivo, e esse comportamento demonstra a dificuldade em implementar mudanças nessas áreas.

Siqueira, Miranda e Cappelle (2019), citam que o matrimônio e a maternidade, para mulheres já inseridas no mercado de trabalho, podem interferir nas decisões profissionais e pessoais, já os homens, podem se sentir mais confortáveis em constituir família, pois o impacto na vida profissional deles é menor. Os autores Siqueira, Miranda e Cappelle (2019) ainda mencionam que mesmo a mulher tendo estudado muito para atingir altos cargos na organização, a proporção de mulheres é menor em relação aos homens.

Para Santos, Tanure e Neto (2015), o mundo empresarial ainda é masculino, mas não se pode desconsiderar o avanço das mulheres em cargos de Gestão Organizacional.

As expectativas profissionais das mulheres de crescem à medida que são imputadas a elas os valores que colocam a mulher como a principal responsável pela vida familiar (FIGUEREDO, 2012).

Para Xavier, Neto e Versiani (2015, p.174), “as mulheres que ascendem em suas profissões precisam saber equilibrar diferentes demandas, anseios e expectativas que recaem sobre elas, muito mais que os homens que chegam ao poder”. As executivas lutam todos os dias para conciliar a vida profissional com a vida familiar, e as organizações deveriam criar meios para favorecer essa conciliação,

porque isso influenciaria no bem-estar e na produtividade dessas colaboradoras (XAVIER; NETO; VERSIANI, 2015).

A responsabilidade de cuidar da casa e dos filhos, designada a mulher desde os tempos da Colônia, de acordo Santos, Tanure e Neto (2015), ainda estão presentes, sendo que ao longo dos anos a mulher adquiriu mais tarefas sem abandonar os afazeres domésticos e a mulher ainda é cobrada por isso, diferentemente dos homens que possuem o seu foco na vida profissional apenas. Nas palavras de Santos, Tanure e Neto (2015, p. 168) “o tempo dedicado ao trabalho reduz o tempo dedicado à família e essa situação gera culpa nas executivas”.

De acordo com Melo (2012), na atualidade as mulheres conseguem competir com os homens no mesmo nível, sendo a educação delas o principal motivo. Melo (2012) ainda considera que a elevação do nível de qualificação feminina se justifica devido à maior disponibilidade de cursos superiores onde as mulheres participam cada vez mais.

Para as mulheres, de acordo com Bohlander e Snell (2013), outro grande obstáculo é o pensamento estereotipado de que teriam pouca experiência e uma menor preparação profissional para progredir em cargos de gestão. Entretanto, escrevem os autores Bohlander e Snell (2013), o que se observa é um número cada vez maior de mulheres nos cursos de nível superior, em programas de pós-graduação e seminários gerenciais com programas de certificação que tem como objetivo prepara-las melhor para cargos administrativos de nível superior. De acordo com Melo (2012), na atualidade as mulheres conseguem competir com os homens no mesmo nível, sendo a educação delas o principal motivo.

Observa-se na atualidade que a mulher é discriminada no mercado de trabalho, de acordo com Melo (2012), mesmo se destacando em relação aos homens, buscando qualificação, galgando novos postos de trabalho e assim crescendo em sua carreira, possui menores salários em funções gerenciais.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, de acordo com Santos, Tanure, Neto (2015), elas se dedicam porque gostam do que fazem e se realizam em suas profissões. Embora tenham conflitos esses obstáculos diários, as mulheres mostram que serem executivas, estarem em cargos de gestão não é impossível ou algo que nunca poderá ser conquistado (SANTOS; TANURE; NETO, 2015).

METODOLOGIA

A natureza do presente trabalho de conclusão de curso é qualitativa. Nesta abordagem os resultados não podem ser quantificados, já que a pesquisa qualitativa, de acordo com Yin (2016), estuda fatos da vida real, eventos humanos, a vida cotidiana das pessoas e das organizações em geral. Para a elaboração deste trabalho foram utilizadas pesquisas exploratória e explicativa. A pesquisa exploratória, de acordo com Pereira (2019), é o primeiro passo em uma investigação, é utilizado quando o pesquisador quer investigar um assunto do qual se tem pouco conhecimento. Nesta modalidade de estudo, que deve ser simples, mas completa, diz Pereira (2019), busca-se descobrir se existe ou não um fenômeno. Já a pesquisa explicativa, segundo Pereira (2019), tem como objetivo explicar a relação existente entre os fatos investigados.

O presente estudo teve como universo de pesquisa as dezesseis universidades pertencentes a Associação Catarinense das Fundações Educacionais, mais conhecido como sistema ACADE. A amostra da presente pesquisa é composta por

três reitoras de Universidades Catarinenses, que participaram do III Panorama de Gestão Universitária Catarinense, evento realizado no dia 06 de maio de 2019, nas dependências da Universidade Regional de Blumenau (FURB) em Blumenau.

Optou-se por preservar a identificação das reitoras participantes e identificá-las como: Reitora A, Reitora B e Reitora C. O procedimento de coleta de dados e análise dos mesmos, se deu por intermédio da verificação do conteúdo transcrito de uma entrevista realizada no III Panorama de Gestão Universitária Catarinense, realizado pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) no dia 06 de maio de 2019, com o público pesquisado.

A transcrição da entrevista foi realizada pela presente pesquisadora, utilizando-se a gravação do evento disponível na plataforma Youtube. A gravação do evento, bem como consequentemente da entrevista pode ser consultada no endereço: https://www.youtube.com/watch?v=eAl_00UcG-0&t=1557s.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à trajetória e o perfil profissional das Reitoras, podemos observar que todas chegaram as funções de gestão universitária tendo um alto nível de escolaridade, ou seja, um cargo desta envergadura, dentro da academia exige pessoas preparadas e que entendam as particularidades do setor. Outra situação observada é a experiência profissional dentro da organização universitária. Todas passaram pela docência, o que trouxe uma base para saber administrar o todo.

Conhecer e saber se relacionar com os alunos e professores, também é apontado como algo importante dentro da gestão universitária. Outro ponto importante é a conciliação com a vida pessoal, todas possuem família e não abdicaram do direito de serem mães e esposas para chegar ao cargo. Ambas mencionam o apoio familiar como necessário para ter segurança na profissão. Inclusive, uma delas relata que os filhos cresceram e foram educados para ter uma vida correta a ponto de não interferir na profissão da mãe.

Quanto aos desafios enfrentados pelas Reitoras no exercício da Gestão Universitária, podemos verificar que elas enfrentam os mesmos desafios que caso homens enfrentariam se estivessem ocupando a mesma função. Porém, o que significa que não são poupadas de nenhuma situação, por mais difícil que possa ser. Situações do cotidiano das Universidades, como as questões financeiras, quando mencionam as preocupações com o nível de endividamento das instituições, da margem de contribuição dos cursos, auditorias, reformas administrativas para conseguir manter o fluxo de caixa, demandas trabalhistas, ajustes no quadro de pessoal para reduzir custos.

Está presente também nos relatos, a preocupação com a qualidade do ensino, com a realização de pesquisa e extensão, com o desenvolvimento regional, cumprindo assim o papel primordial da academia. Verificamos também que todas elas trabalham com transparência e administram questões comportamentais das equipes dentro do seu ambiente profissional. Ainda dentro de todos esses desafios, precisam se preocupar com a concorrência, e um número cada vez menor de estudantes entrando no Ensino Superior. São mulheres que se destacam e se tornam referência para muitas outras.

Ao analisarmos a existência de preconceito por serem mulheres na Gestão, por meio do relato das Reitoras, pode-se perceber que todas enfrentaram situações de preconceito ou da necessidade de provar que eram capazes para desempenhar a função para o qual estavam sendo designadas. Questionamentos, insinuações,

necessidade de mostrar o seu trabalho, de convencer as pessoas de que são capazes e qualificadas, enfrentamentos que ocorreram durante o processo eleitoral se usando do feminino para desqualificar a candidata, são situações preconceituosas vividas no processo de Gestão dessas mulheres. Esse preconceito, embora muitas vezes seja sutil, está intrínseco as responsabilidades que o cargo traz, e as obriga a vive-lo diariamente em sua vida profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à trajetória e o perfil profissional das Reitoras, pode-se concluir que todas possuem alto nível de escolaridade. Ainda para esse objetivo, conclui-se que a experiência profissional dentro da organização universitária como docentes, contribuiu para que as Reitoras assumissem e se destacassem no cargo e realizam tudo isso conciliando a vida profissional com a vida pessoal. Além disso ainda conciliam a vida profissional com as funções familiares.

Sobre os desafios enfrentados na gestão concluímos que as Reitoras enfrentam as mesmas situações que homens enfrentariam no cargo e as mesmas não são poupadas, mas sim cobradas.

Por fim, sobre a existência de preconceito por serem mulheres na gestão, concluímos que todas enfrentam situações preconceituosas ou necessitam provar serem capazes de desempenhar a função para o qual foram designadas.

Embora a pesquisa tenha atingido o objetivo proposto, apresenta-se como lacuna a falta de participação de uma gestora no evento. Para estudos futuros podemos sugerir uma pesquisa comparando a gestão de reitores homens e reitoras mulheres, dentro do sistema ACADE, para determinar se existe divergência entre os pensamentos e formas de gestão de ambos.

REFERÊNCIAS

BOHLANDER, George; SNELL, Scott. **Administração de Recursos Humanos**: Tradução da 14ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

CAVALCANTI, Jamille; MACIEL, Francisco. As Ações Organizacionais voltadas à Diversidade Humana no Trabalho. In: ARELLANO, Eliete Bernal; CESAR, Ana Maria Roux Valentini Coelho (Orgs). **Gestão de Pessoas**: nas empresas contemporâneas brasileiras. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. Capítulo 15. Livro Eletrônico. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595152458/>. Acesso em: 20 set 2020.

FIGUEREDO, Patrícia Maria. **Assédio Moral contra Mulheres nas Organizações**. São Paulo: Cortez, 2012.

MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres Gerentes entre o Empoderamento e o Teto de Vidro. In: FREITAS, Maria Ester de; DANTAS, Marcelo (Orgs.). **Diversidade Sexual e Trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Livro Eletrônico. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126286/>. Acesso em: 03 de outubro de 2020.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2019. Livro Eletrônico. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso em: 22 Out 2020.

PEREIRA, Maria Tereza Flores; ECCEL, Cláudia Sirangelo. Diversidade nas organizações: uma introdução a tema. In: BITENCOURT, Claudia (Org.). **Gestão Contemporânea de Pessoas**: novas práticas, conceitos tradicionais. Porto Alegre: Bookman, 2010. Livro Eletrônico. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577806225/>. Acesso em: 21 set 2020.

SANTOS, Carolina Maria Mota; TANURE, Betania; NETO, Antonio Carvalho. O percurso do trabalho feminino no Brasil: vestígios dos primórdios no presente. In: ANDRADE, Juliana Oliveira; NETO, Antonio Carvalho (Org.). **Mulheres Profissionais e suas Carreiras sem Censura**: Estudos sob diferentes abordagens. São Paulo: Atlas, 2015. Livro Eletrônico. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496716/>. Acesso em: 25 set 2020.

SIQUEIRA, Rafaela Fernanda Barbosa de, *et al.* A Presença de Docentes Mulheres em Cargos Gerenciais nas Universidades Federais do Estado de Minas Gerais.

Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 49-69, maio 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2016v9n2p49/31665>. Acesso em 02 set. 2020.

SIQUEIRA, Rafaela Fernanda Barbosa de; MIRANDA, Adílio Renê Almeida; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. Mulheres na Gestão Universitária: a ótica de docentes de Minas Gerais. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 48-71, maio-agosto 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2019v12n2p48/38458>. Acesso em: 02 set. 2020.

XAVIER, Tatiana de Almeida; NETO, Antonio Carvalho; VERSIANI, Fernanda. A difícil conciliação entre a vida profissional e pessoal: um estudo baseado na faixa etária de mulheres executivas. In: ANDRADE, Juliana Oliveira; NETO, Antonio Carvalho (Org.). **Mulheres Profissionais e suas Carreiras sem Censura**: Estudos sob diferentes abordagens. São Paulo: Atlas, 2015. Livro Eletrônico. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496716/>. Acesso em: 25 set 2020.

YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim**. Porto Alegre: Penso, 2016. Livro Eletrônico. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584290833/>. Acesso em: 19 de outubro de 2020.

FINANÇAS COMPORTAMENTAIS:¹

ANÁLISE E IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DE POTENCIAIS INVESTIDORES NO ÂMBITO ACADÊMICO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC

Liandra Caroline Cordeiro, liandracordeiro1995@gmail.com²
Thiago Augusto Duarte, tadadm@hotmail.com³

Resumo – Esse estudo busca por meio de um questionário similar a Análise do Perfil do Investidor (API) oferecida pelas instituições financeiras analisar e identificar o perfil do investidor e buscar investimentos semelhantes as características de cada perfil disponível. Visando atingir o objetivo geral, alguns objetivos específicos foram requeridos, sendo: (1) Identificar junto ao corpo discente e docente de graduação se realizam investimentos buscando o levantamento de quais os tipos de investimentos que são realizados; (2) Analisar quais são as preferências quanto ao tipo de investimento a ser realizado e; (3) Estruturar o perfil dos investidores no âmbito acadêmico. Escolheu-se como instrumento de coleta de dados um questionário contendo com 11 questões. O universo da pesquisa se concentrou em docentes e discentes da UNIARP, totalizando 108 respondentes. Conclui-se, que a maior parte dos entrevistados são investidores e investem a maior parte de seu capital exclusivamente em poupança e para a definição do perfil do investidor, ficou evidenciado que a maior parte dos docentes e discentes possuem o perfil conservador, devido as características apresentadas nos dados obtidos, onde a população pesquisada possui preferência por investimentos que ofereçam menos riscos de perda e investem em Renda Fixa, o qual oferece baixas possibilidades de perda.

Palavras-chave: Sistema Financeiro Nacional. Modalidades de Investimento. Finanças Comportamentais. Perfil do Investidor.

INTRODUÇÃO

O tema discutido no presente trabalho será sobre análise e identificação do perfil de potenciais investidores no âmbito acadêmico em Caçador/SC, sendo a amostra pesquisada e posteriormente analisada os docentes e discentes dos cursos de graduação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP Campus Caçador. O universo dos investimentos costuma ser muito desafiador para a maioria das pessoas, até a década de 60, o perfil do investidor brasileiro era extremamente conservador, a maioria dos investimentos era feito em bens mobiliários (TEIXEIRA, 2018).

¹O presente trabalho refere-se à atividade de (Trabalho de Conclusão de Curso da 8ª fase do curso de administração).

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Docente do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Na atualidade, muitos potenciais investidores deixam de realizar investimento devido alguns aspectos. Uma pesquisa realizada pela XP Investimentos em 2020 apontou que ao longo de 2019 surgiram diversas oportunidades de investimentos: o índice dos fundos imobiliários rendeu 32,88%, a bolsa de valores rendeu 27% e o CDI apenas 5,96% (XP INVESTIMENTOS, 2020). Diante do contexto apresentado o presente trabalho busca responder a seguinte questão: qual a importância de identificar o perfil do investidor mais adequado e a partir disso investir em ativos que possuam semelhança com o perfil identificado?

Considerando esse contexto, a justificativa explica-se por analisar e identificar o perfil de potenciais investidores no âmbito acadêmico no município de Caçador/SC, visto que, muitos investidores acabam optando por investir em ativos que não possuem ligação com as características que os investidores possuem. Isso explica a importância de descobrir o perfil do investidor e investir nos ativos mais indicados para cada perfil, sem causar prejuízos e perdas relevantes.

O Objetivo Geral desta pesquisa baseia-se na análise e identificação do perfil de potenciais Investidores no âmbito acadêmico em Caçador/SC. A partir disso, traçamos como objetivos específicos: 1) Identificar junto ao corpo discente e docente de graduação se realizam investimentos buscando o levantamento de quais os tipos de investimentos que são realizados; (2) Analisar quais são as preferências quanto ao tipo de investimento a ser realizado e; (3) Estruturar o perfil dos investidores no âmbito acadêmico.

Com base nos princípios apresentados, este trabalho de conclusão de curso está organizado em três capítulos. O primeiro trás o embasamento teórico, seguido das delimitações metodológicas, e por fim, o resultado e discussão em relação à pesquisa, seguido das considerações finais do trabalho de conclusão de curso.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção destina-se a apresentar um embasamento teórico do estudo com o intuito de se obter definições adequadas sobre os assuntos abordados que serão relacionados sobre as modalidades de investimentos disponíveis no mercado financeiro, finanças comportamentais, bem como a apresentação dos tipos de perfil do investidor.

1.2 MODALIDADES DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

As modalidades de investimentos sejam ativos de Renda fixa ou ativos de Renda Variável, de acordo com Maestri e Malaquias “oferecem serviços de gestão a investidores individuais e institucionais, proporcionando também maior liquidez para as aplicações financeiras neles realizadas e menores custos de transação” (MAESTRI; MALAQUIAS, 2017, p. 2).

1.3 FINANÇAS COMPORTAMENTAIS

De acordo com Lima (2003, p. 4) as finanças comportamentais podem ser definidas sendo “o estudo de como os investidores interpretam e agem de acordo com a informação para fazer decisões de investimento”. Apesar dos estudos direcionados para essa área de conhecimento ser relativamente pequena já existem pesquisas nacionais e internacionais abordando o principal objetivo dessa área de conhecimento está direcionado em juntar os estudos do mercado financeiro com estudos relacionados ao comportamento humano, especificadamente no seu processo decisório.

1.4 TIPOS DE PERFIL DO INVESTIDOR

Os tipos de investidores variam de investidor para investidor, levando em consideração vários aspectos bem como as características de cada indivíduo, existem três tipos de perfil do investidor, sendo o conservador, que de acordo com Primolan são avessos ao risco, sentem-se desconfortáveis com as oscilações de preços, ao perceber a diminuição do valor do seu patrimônio” (PRIMOLAN, 2019, p. 15), já o perfil moderado é caracterizado de acordo com Primolan como um perfil que “tolera certo volume de risco, tem uma maior aceitação nas flutuações dos preços, em troca de ganho compensador” (PRIMOLAN, 2019, p. 15) e por fim o perfil agressivo, que segundo Primolan esse perfil é para “o típico de investidor de renda variável, pois aceita correr uma grande quantidade de risco, mesmo que ocorram perdas de capital e patrimônio” (PRIMOLAN, 2019, p. 16), esse perfil está disposto a correr qualquer risco para que o resultado final seja maior que o esperado, geralmente esse perfil se encaixa com investidores experientes, que realizam investimentos há bastante tempo.

METODOLOGIA

A natureza da pesquisa foi quantitativa, utilizou-se o tipo de pesquisa descritiva e de levantamento - *Survey*. A amostragem da pesquisa foi feita por conveniência do pesquisador, utilizou-se da amostragem não probabilística, aleatória simples. Escolheu-se como instrumento de coleta de dados um questionário contendo com 11 questões. O universo da pesquisa se concentrou em docentes e discentes da UNIARP, totalizando 108 respondentes. Para as análises utilizou-se da estatística descritiva, com o método de tabulação eletrônica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados obtidos para a caracterização do perfil dos respondentes, observou-se que a predominância dos respondentes foi entre acadêmicos, do gênero feminino, tendo faixa etária abaixo de 25 anos, não possuem dependentes e sua faixa de renda é até R\$ 2.000,00.

Assim constatou-se que (1) A maioria dos respondentes (40,7%) realizam investimentos, porém, exclusivamente em Renda Fixa sendo, Poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Fundos de Renda Fixa e Títulos públicos e (36,1%) dos respondentes investiram apenas em caderneta de poupança nos últimos 2 anos; (2) As preferências da maioria dos respondentes (55,1%) optam por um investimento seguro, com baixíssimas probabilidades de perda.

E, por fim o (3) O perfil do investidor foi estruturado numa junção de várias questões presentes no questionário que foi aplicado, desta forma, (39,8%) relataram que seus gastos consomem entre 50% a 75% da renda mensal, já (55,1%) preferem investimento seguros, com baixas probabilidades de perda, já (40,7%) investe exclusivamente em Renda Fixa (poupança, CDB, fundos de renda fixa e títulos públicos, com relação a forma que a maior parte dos respondentes (44,9%) avaliam os investimentos como uma segurança financeira, para o caso de eventuais necessidades, (36,1%) dos respondentes investiram apenas em poupança nos últimos 2 anos e (68,2%) da população não conhecem as regras de investimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, pode-se concluir que as características descritas acima compactuam com as características do perfil do investidor do tipo conservador, onde

os gastos mensais dos pesquisados consomem entre 50% e 75% da sua renda mensal, sendo assim os investidores buscam por investimentos onde as probabilidades de perda sejam mínimas, pois como possuem gastos relativamente altos, não acham seguro investir o seu patrimônio em investimentos incertos, ou seja, que não possuam um valor prefixado no momento da aplicação do ativo, preferem investimentos seguros com baixas probabilidades de perda, investem exclusivamente em Renda Fixa, avaliam os investimentos como uma forma de segurança financeira para possíveis necessidades, nos últimos 2 anos investiram exclusivamente em caderneta de poupança e conhecem pouco das regras do mercado financeiro, relatando que ao investir precisam de toda a orientação necessária de um profissional.

REFERÊNCIAS

- ANBIMA. Principais indicadores de investimento. Disponível em: <https://comoinvestir.anbima.com.br/acompanhe/compreensao-do-mercado/principais-indicadores-de-investimento/>. Acesso em 17 Ago. 2020.
- LIMA, Murillo Valverde. Um estudo sobre finanças comportamentais. **RAE eletrônica**, v. 2, n. 1, p. 0-0, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482003000100004&script=sci_arttext/. Acesso em: 06 Nov. 2020.
- MAESTRI, Cláudia Olímpia Neves Mamede; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes. Exposição a fatores de mercado de fundos de investimentos no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 28, n. 73, p. 61-76, 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/44276/exposicao-a-fatores-de-mercado-de-fundos-de-investimentos-no-brasil-/>. Acesso em: 08 Set. 2020.
- PRIMOLAN, Luiz Valdeci. O comportamento do investidor no mercado financeiro. **O comportamento do investidor no mercado financeiro**, p. 1-388-416, 2019. Disponível em: <https://www.finersistemas.com/atenaeditora/index.php/admin/api/artigoPDF/26586/>. Acesso em: 20 Ago. 2020.
- TEIXEIRA, Filipe. História do mercado financeiro e de capitais no Brasil. Disponível em: <https://www.euqueroinvestir.com/a-historia-do-mercado-financeiro-e-de-capitais-no-brasil/>. Acesso em: 11 Set. 2020.
- XP INVESTIMENTOS. Live especialista XP investimentos: onde investir na crise?. Disponível em: <https://comoinvestir.thecap.com.br/live-xp-investimentos-onde-investir-na-crise/>. Acesso em: 10 Set. 2020.

PERCEPÇÕES DE EGRESSOS DE UM CURSO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O MERCADO DE TRABALHO¹

Julia Poliana Rodrigues Alberti, juliaalberti31@gmail.com²
 Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

RESUMO

Esse estudo tem por objetivo levantar percepções de egressos de um curso de Administração sobre o mercado de trabalho. Para o desenvolvimento do objetivo geral foram propostos objetivos específicos: a) Caracterizar a instituição e o curso em estudo; b) Descrever o perfil dos respondentes da pesquisa; c) Apresentar e analisar as percepções de egressos de um curso de Administração sobre o mercado de trabalho; e d) Propor formas de o curso potencializar a formação acadêmica. A metodologia foi a qualitativa, através de aplicação de questionário a 18 egressos de Administração dos anos de 2018 e 2019, utilizando-se, portanto, de levantamento, através de pesquisa descritiva e de campo. Observou-se que 44,4% dos formados têm entre 26 e 30 anos, sendo 61,1% do gênero feminino, com o estado civil casado (61,1%). Após a análise dos dados, sugere-se que a universidade do curso em estudo ofereça com mais frequência workshops e palestras voltados à atuação do administrador, com profissionais da área; também, que os professores atuem na área da disciplina ministrada; e, ainda, que sejam oferecidas palestras sobre empreendedorismo e temas relacionados à gestão de carreira.

Palavras-chave: Administração. Egressos. Gestão de Carreira.

INTRODUÇÃO

A administração é tratada como ciência por volta de um século, apesar de ser mais antiga, a todo momento está sendo aperfeiçoada de acordo com as necessidades das organizações (RIBEIRO; BARILLARI, 2017). A profissão de Administrador no Brasil foi regulamentada pela Lei 4.769 de 1965, dando origem também aos Conselhos Federais (CFA's) e Regionais (CRA's) de Administração (CFA, 2020, n.p).

As mudanças decorrentes do mundo empresarial refletem diretamente na questão da empregabilidade pelo fato de exercerem grande influência sobre a atuação profissional, resultando no aumento dos estudos e pesquisas relacionados a auxiliar na preparação dos trabalhadores para o mercado de trabalho (CAMPOS et. al. 2008).

Assim, tendo em vista a relevância deste tema, levanta-se a seguinte pergunta-problema que norteará esse trabalho de conclusão de curso: **Quais as percepções de egressos de um curso de Administração sobre o mercado de trabalho em que se inserem e como o curso em estudo pode potencializar a formação acadêmica a partir do que esses dados revelam?**

Apesar do alto valor agregado que qualquer formação superior apresente, ainda assim, os recém-formados administradores passam por algumas dificuldades quando o assunto é adentrar no mercado de trabalho, na sua área de formação.

¹ Trabalho apresentado para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso em Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmica do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

(LOPES, 2001). Segundo Regio et al. (2014), a fim de que a avaliação de um curso superior de graduação seja eficiente, faz-se necessária a participação de seus egressos, visto que, a partir de seus exercícios profissionais, poderão relatar se o curso auxiliou no desenvolvimento das competências pretendidas.

De acordo com essa realidade e para resolver a problemática levantada, o objetivo geral dessa pesquisa centra-se em levantar as percepções de egressos de um curso de Administração sobre o mercado de trabalho em que se inserem e concluir sobre como o curso em estudo pode potencializar a formação acadêmica a partir do que esses dados revelam. Para que esse objetivo seja alcançado, são necessárias ações específicas, as quais nortearão o desenvolvimento da pesquisa: a) Caracterizar a instituição de ensino e o curso em estudo; b) Descrever o perfil dos respondentes da pesquisa; c) Apresentar e analisar as percepções de egressos do curso de Administração em estudo sobre o mercado de trabalho; e d) Propor formas de o curso em estudo potencializar a formação acadêmica.

REVISÃO TEÓRICA

“A Administração é uma ciência da área humana fundamentada em sistemas e processos que buscam planejamento, organização, direção e controle das realizações, tanto na esfera pública quanto na privada” (CFA, 2020, n.p).

No Brasil, a profissão foi regulamentada por meio da Lei 4.769 de 1965, que criou, também, os Conselhos Federal e Regionais de Administração (CFA/CRA) (CFA, 2020, n.p). “O contexto para a formação do Administrador no Brasil começou a ganhar contornos mais claros na década de quarenta” (CFA, 2020, n.p).

“Atualmente, é observada uma tendência no aumento da demanda de emprego no mercado de trabalho e, como consequência, maior exigência por profissionais cada vez mais qualificados” (STACHIU et al., 2018, p. 15).

Para Ciampa (et al., 2014, p. 34), “a empregabilidade agrega valor aos profissionais a às empresas e está baseada em: autoconhecimento, plano de desenvolvimento de carreira e visibilidade”.

“A escolha da carreira profissional é algo de extrema importância para a vida de um indivíduo. Escolher uma ocupação que traga satisfação, ganho apropriado, desenvolvimento e reconhecimento não é nada simples” (STACHIU et al. 2018, p. 22).

“O marketing pessoal foi apresentado e aprofundado como uma ferramenta para otimização das capacidades individuais do homem, para que ele possa obter sucesso no acirrado mundo profissional” (ESPERIDIÃO; AVILA; FERNANDES, 2016, p. 7).

METODOLOGIA

Na elaboração deste trabalho foram utilizadas: pesquisa descritiva, tratando-se de um levantamento de dados realizado com egressos de um curso de administração, caracterizando-se, portanto, como uma pesquisa de campo. Os dados coletados sofreram um tratamento qualitativo e foram organizados em tabelas e gráficos para análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o alcance do primeiro objetivo específico foi usado o site da Universidade e o PPC do Curso de administração de Fraiburgo. A descrição do perfil dos respondentes se deu através do questionário aplicado aos egressos. Através dos dados coletados, observou-se que 44,4% dos formados têm entre 26 a 30 anos, sendo

61,1% do gênero feminino, com o estado civil casado (11 deles), totalizando a porcentagem de 61,1%.

Após a descrição do perfil dos respondentes foi feita análise dos dados levantados, onde percebeu-se que o curso na opinião dos egressos foi insuficiente em alguns aspectos, como aulas mais práticas, e aprofundamento em conteúdos mais atuais.

Tabela 1 - Ao Formar-se

VARIÁVEIS	PORCENTAGEM
Nada mudou, pois já estava sendo valorizado(a) por estudar	16,7%
Nada mudou, pois não era valorizado(a) enquanto estudava e continuou estagnado(a) profissionalmente	38,9%
A vida profissional mudou um pouco, mas não o quanto gostaria	27,8%
A vida profissional mudou muito, houve progresso a partir da formatura	16,7%
TOTAL	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em relação à vida profissional após a conclusão do ensino superior, 38,88% dos egressos responderam que nada mudou, pois não eram valorizados enquanto estudavam e continuam estagnados profissionalmente. Talvez tenha faltado a essas pessoas algo relacionado à gestão de suas carreiras enquanto estudavam.

Tabela 2 - Principal razão para escolher Administração

VARIÁVEIS	PORCENTAGEM
Já atuar na área e desejar aprofundar conhecimentos	16,7%
Formação direcionada para área de conhecimento específico	5,6%
Complementação para o desenvolvimento profissional	16,7%
Existência de um amplo mercado de trabalho	38,9%
Vocação	0%
Abrir seu próprio negócio	0%
Para obter um diploma em nível superior	22,2%
TOTAL	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Percebe-se que 38,9% dos egressos escolheram cursar Administração pela existência de um amplo mercado de trabalho; e 22,2% apenas para conseguirem obter um diploma em nível superior.

Tabela 3 - Escolha por Administração se voltasse o tempo

VARIÁVEIS	PORCENTAGEM
Faria o mesmo curso	44,4%
Cursaria outra área	44,4%
Não faria faculdade	0%
Esperaria mais tempo, esperaria ter mais maturidade	11,1%
TOTAL	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ao serem perguntados sobre se pudessem voltar no tempo, 44,4% responderam que fariam o mesmo curso; e a mesma porcentagem (44,4%) respondeu que cursaria outra área.

Aos respondentes que fariam o mesmo curso, pode ter ocorrido a identificação com a profissão, a expectativa de um amplo mercado de trabalho ou até mesmo a necessidade de ingressar naquela área de estudo. Percebe-se também que 44,4% responderam que cursariam outra área, talvez por não se identificarem com o curso, por não terem alcançado suas expectativas ou, ainda, por terem tido oportunidade de colocação em outra área no mercado de trabalho depois de terem iniciado o curso.

Tabela 4 - Lacunas identificadas na formação acadêmica

Observação dos Egressos	Frequência
Melhor capacitação dos professores	1
Atualização e aprofundamento de conteúdos e projetos	4
Desenvolvimento de mais atividades práticas, menos teóricas	5
Foco em gestão de carreira	1
Não identificaram lacunas	4

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Foi possível perceber com a opinião deixada pelos respondentes de que o curso foi insuficiente em alguns aspectos, como por exemplo, aulas mais direcionadas à prática.

A opinião de cada egresso foi muito importante, pois, ao cursar uma graduação, ainda não se tem noção do que vem depois, não se pode dizer se o curso conseguirá alcançar as expectativas para o mercado de trabalho ou se irá faltar alguma coisa. Essa percepção somente aparece depois.

Percebendo algumas lacunas deixadas pelo curso, foram feitas propostas de melhoria, onde sugere-se que a universidade ofereça com mais frequência palestras e workshops sobre a profissão de Administrador e também sobre empreendedorismo.

A fim de, obter maior aproveitamento dos professores, a proposta foi de que os mesmos, estivessem atuando na área da disciplina ministrada por eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa de conclusão de curso teve como objetivo principal coletar dados através de um questionário aplicado com egressos de um curso de administração para analisar quais são suas percepções sobre o mercado de trabalho, e sugerir propostas de melhoria para a potencialização do curso.

Em relação à vida profissional após a conclusão do ensino superior, 38,88% dos egressos responderam que nada mudou, pois não eram valorizados enquanto estudavam e continuam estagnados profissionalmente. O registro de atividade profissional predominante, 83,3% dos respondentes possuem carteira assinada, e 16,7% são autônomos. Esses dados revelam que há predominância, para os egressos do curso da universidade em análise, da colocação no âmbito das organizações, como profissionais contratados, e não com foco no empreendedorismo, apontado por apenas uma pessoa ou funcionalismo público, com nenhuma ocorrência.

A análise realizada evidenciou com a opinião deixada pelos respondentes de que o curso foi insuficiente em alguns aspectos, como por exemplo, aulas mais

direcionadas à prática. Em relação aos professores, seria proveitoso que estivessem atuando na área da disciplina ministrada por eles.

Por fim, é possível sugerir que a universidade busque aprofundar os pontos da nova matriz curricular que estejam voltados para preparação e motivação de seus acadêmicos para o mercado de trabalho, oferecer com mais frequência workshops e palestras voltados à atuação do profissional de administração com profissionais de empresas da região, de fora dela e, quem sabe, até de outros países, abrindo os horizontes e esclarecendo o quanto se pode ir longe com uma formação sólida e com objetivos definidos.

REFERÊNCIAS

CFA - Conselho Federal de Administração. **TÍTULO**. Brasília: Asa Sul, 2020. Disponível em: <https://cfa.org.br/>. Acesso em: 15 set. 2020.

CIAMPA, Amábile de Lourdes. et al. **Marketing Pessoal e Empregabilidade**. Do Planejamento de Carreira ao Networking. São Paulo: Érica, 2014. [Minha Biblioteca].

ESPERIDIÃO, Márcia; AVILA, Renato Nogueira Perez; FERNANDES, Pamella Rodrigues Bavia. **MARKETING PESSOAL: planejamento e estratégias para o desenvolvimento do indivíduo**. INESUL, [S. l.], 2016. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_30_1401827512.pdf. Acesso em: 21 out. 2020.

LOPES, Paulo da Costa. **Formação de administradores: uma abordagem estrutural e técnico-didática**. 2001. Departamento de engenharia de produção e sistemas; Programa de pós-graduação em engenharia de produção - Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/81473/181153.pdf>. Acesso em: 22 de ago. 2020.

REGIO, Maria de Lourdes Severo et al. **Gestão de competências profissionais na formação de administradores**. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 19, n. 1, p. 131-155, 2014.

RIBEIRO, Letícia Abadia; BARILLARI, Cleide Aparecida Martins. **Empregabilidade dos egressos em Administração da Faculdade de Talentos Humanos (FATCHUS) de Uberaba**. **Revista Factus de Administração e Gestão**, v. 1, n. 1, p. 72, 2017. Disponível em: <http://publicacoes.factus.edu.br/index.php/administracao/article/view/61/56>. Acesso em 14 set. 2020.

STACHIU, Mariana; TAGLIAMENTO, Grazielle; POLLI, Gislei Mocelin. **Empregabilidade e carreira de universitários: uma visão da psicologia social comunitária**. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 38, n. 94, p. 15-25, jan. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v38n94/v38n94a02.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

ESTRATÉGIA DE CONTROLE DE ESTOQUE DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO, ESTUDO EM UMA EMPRESA DO RAMO DA MADEIRA.¹

Paulino Sérgio Andrioni paulino_235@hotmail.com²

Karina Kelly Tessaro, karinatessaro@gmail.com³

RESUMO

Com alto valor agregado e demanda irregular e os prazos diferenciados para entrega os estoques de peças de reposição podem se tornar armadilhas para a empresa. A linha de pesquisa deste trabalho acadêmico é voltada para análises de formas de gestão de estoque e de aplicação de estoque mínimo e máximo e seu ponto de reposição, visando atender a demanda, conciliando com a redução de estoque e consequentemente custo e otimizando o processo de reposição de peças.

A ideia de estudo é apresentar modelos de gestão de controle de estoque que atenda de maneira rápida a necessidade produtiva e com redução de valor em estoques de materiais. Apresentada a proposta da definição de estoque mínimo e máximo e ponto de reposição considerando o lead time para disparo de pedidos será apresentando os resultados trabalhados na curva ABC com levantamento de informações mais complexas. Fazer uma segregação dos itens de maior valor agregado e baixo giro e trabalhar de formas que possam apresentar uma proposta para reduzir estes estoques e/ou através da definição de parâmetros de reposição automática.

Palavras-chave: Estoque. Curva ABC. Giro, Investiment.

INTRODUÇÃO

Atualmente os estoques de peças de reposição representam uma grande fatia do ativo de uma empresa, devido à valorização de muitos itens de estoque isso acabam se tornando “armadilhas” para as empresas. Por um lado, grande valor agregado, e por outro o risco do item se tornar obsoleto, surgindo sempre a perguntas básicas: quanto manter em estoque? Qual seu nível de serviço?

Segundo Wanke (2011), o estoque de peças pode representar uma das maiores parcelas de custos em corporações de diferentes ramos da indústria. Ainda segundo ele, os estoques de matérias podem ser divididos em duas categorias: os reparáveis, que são substituídas e posteriormente retornam ao estoque de almoxarifado; e os consumíveis sendo esses irrecuperáveis e não retornam ao estoque.

¹Trabalho apresentado para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).campus Caçador – SC.

³ Professora especialista no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Para Tubino (2008) apud Borges et al (2010), as empresas trabalham com diferentes tipos de estoques e estes necessitam ser bem administrados e a gestão de estoques é uma das atividades mais importantes de uma manufatura.

Neste sentido Slack et al (2009), completa que os gerentes de produção carregam valores contrários com relação aos estoques. Por um lado, eles são de altos custos e empatam quantidade considerável de capital, mantê-los também representam riscos, pois os itens em estoques podem tornar-se obsoletos ou perder-se com o tempo. Também ocupam espaços valiosos. E por outro lado eles trazem um certo nível de segurança para em ambientes complexos e incertos com variação de consumo.

Nesse sentido, as empresas buscam explorar técnicas inovadoras e sempre definindo a importância de seus controles de estoque e do processo de armazenagem em qualquer que seja sua área de atuação, seja por meio de ferramentas ou técnicas de gestão de estoque.

Devido algumas peças de reposição serem peculiares, a falta destes itens pode afetar diretamente nos custos e prejudicando assim a empresa, afetando sua competitividade e produtividade. Um exemplo é a quebra de uma máquina de importância produtiva e não possuindo esta peça de reposição em estoque, podendo ocorrer uma parada de poucas horas ou dias, até que se providencie a peça nova para substituição. A consequência clássica são atrasos na produção e não atender os clientes e muitas vezes manchando a imagem da empresa. No entanto, se mantermos em excesso as peças, as mesmas podem se tornar desnecessárias no estoque, podendo gerar depreciação ou perda da peça, estará também gerando custo de armazéns, funcionários, desvalorização da peça e este valor financeiro poderia estar sendo aplicado em algo mais rentável que tenha maior giro.

Na empresa onde o estudo foi realizado, trabalha-se com a quantidade de compra definida através da análise de quantas peças saíram em um determinado período, definindo assim, manualmente a quantidade de peças que irá fazer a solicitação de compra, ou seja, a compra está relacionada com a última saída do estoque, e a compra de forma manual geralmente não se considera o lead time e muitas vezes pode ocorrer compras em quantidades maiores ou pelo contrário pode ser em poucas quantidades correndo risco de falta de produto. O objetivo geral deste trabalho é levantar o tempo de reposição o Lead time e a criticidade e assim levantar

a quantidade de estoque que se consome em média ou seja seu giro e fazer uma definição dos parâmetros de estoque como principal ponto de reposição, para disparar pedido no sistema de forma prática.

De acordo Borges et al (2010), um bom gerenciamento de estoques auxilia com a redução dos valores monetários envolvidos, de forma para mantê-los com os níveis mais baixos possíveis, sempre dentro dos níveis de segurança e não deixando de atender a demanda.

O estudo será feito com uma amostragem, ou seja, parte escolhida aleatoriamente do estoque, estas serão escolhidas peças de diferentes quantidades consumidas e diferentes Lead times das principais máquinas para se ter uma amostra geral da filial do grupo do estamos estudando. Será apresentado dados de giro de estoque e valores atualmente aplicados e confrontando os resultados com a aplicação de estoque mínimo, máximo e ponto de reposição, sempre atendendo a necessidade fabril para que não ocorram riscos de paradas de produção por falta de peças, e sempre conciliando a redução do valor em estoque, ou seja, reduzir as disponibilidades.

De acordo com Dias (2010), a avaliação do estoque anual deve ser feita em termos de preço, para proporcionar uma exatidão nas informações a serem trabalhadas. O grande desafio é gerenciar o estoque de peças de reposição para que não gere atrasos na produção da empresa, e assim será feita uma verificação para itens que talvez possam ser reduzidos em sua quantidade de estoque e/ou programar entregas com datas próximas a previsão de substituição ou troca quando houver a necessidade, sendo assim apresentar possibilidades de estar reduzindo disponibilidades financeiras para itens cuidando para evitar que estas peças não falem, impactando a perda de produção.

REVISÃO TEÓRICA

Segundo Tadeu (2010) apud Dantas (2015), “a concorrência de mercado era escassa e o que importava para os comerciantes era a ausência de falhas na produção e o lucro estava inteiramente ligado ao volume de vendas. Por este motivo, eram estocados grandes volumes de mercadorias, pois não havia muita concorrência no mercado”.

Os estoques representam um dos ativos mais importantes do capital circulante e da posição financeira da maioria das companhias industriais e comerciais.

Sua correta determinação no início e no fim do período contábil é essencial para uma apuração adequada do lucro líquido do exercício. Os estoques estão intimamente ligados às principais áreas de operação dessas companhias e envolvem problemas de administração, controle, contabilização e principalmente de avaliação (IUDICIBUS; MARTINS; e GELBCKE, 2000, p. 101).

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (2009) revisão 13, estabelece um tratamento contábil sobre o estoque, onde algumas definições relevantes devem ser acatadas. A mensuração deve ocorrer pelo valor do custo ou pelo valor realizável, valendo o que for menor entre as duas alternativas. Um dos motivos principais pelo qual uma empresa deve manter um estoque está relacionado ao seu crescimento financeiro, contudo, para estocar é preciso conhecer a rotatividade, as exigências da clientela e sua concorrência.

A gestão de estoques, não fica só na análise que quantidade de itens que estão estocados, mas também com relação a busca de constante da redução dos seus valores financeiros disponibilizados, a meta é de mantê-los baixos, mas sempre com preocupação do seu nível de segurança, apresentados pelos autores. Slack, Chambers e Johnston (2001).

METODOLOGIA

A elaboração deste trabalho usou-se a pesquisa descritiva, pesquisa exploratória e estudo de caso.

A pesquisa é descritiva na forma de levantamento dos dados de estoques da empresa e seus custos para mensurar uma quantidade de estoque ideal para manter que seja viável e mantenha a atividade da empresa em funcionamento.

A pesquisa é exploratória se aplica no trabalho para torná-lo mais claro, sua forma de levantamento de dados na forma de pesquisa e análise das áreas técnicas para ter maior ênfase na necessidade de manter o estoque em funcionamento aceitável para a realidade da empresa.

Os pesquisa e dados foram levantados em uma unidade fabril de uma grande empresa do ramo da madeira e papel. Devido a empresa possuir um grande estoque de peças de reposição de MRO, separamos uma amostragem de itens de suma importância com baixo e baixíssimo giro.

A demanda em consumos de peças de reposição as MRO são se suma importância pois a falta de um item crítico pode gerar um grande atraso na entrega, reduzindo seus lucros e até manchando a imagem da empresa.

O objetivo geral deste trabalho é levantar o tempo de reposição, o Lead time e a criticidade e assim através de seus objetivos específicos levantar a quantidade de estoque que se consome em média ou seja seu giro e fazer uma definição dos parâmetros de estoque como principal ponto de reposição para disparar pedido no sistema de forma prática, não permitindo falta de peças e nem manter baixos níveis de estoque sem prejuízos de paradas de produção por falta de peças.

A análise dos dados foi objetivada quando colocados todos os dados quantitativos que foram coletados com entrevistas em campo e com os relatórios demonstrados nas planilhas e gráficos do Excel para demonstrar a importância que cada item tem no estoque e na estrutura da empresa e posteriormente, colocador para análises na teoria de autores que defendem formas de gestão de estoques para otimizar o processo e reduzir valores em estoques. Após a apuração de todos os gráficos fica claro os resultados apresentados e estes, servirão de base para a tomada de decisões

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada tem o intuito de nos responder alguns questionamentos como: “Como gerenciar o estoque de reposição para que não gere atrasos na produção da empresa?” E “Quantas peças devemos manter em estoque?” Mesmo tendo uma gestão já eficiente, buscamos identificar possíveis “armadilhas” para a gestão.

As peças de baixíssimo giro usamos os valores repassado pelo setor responsável da empresa, este custo representa o valor desta máquina parada por hora, ou seja, quanto ela deixa de produzir. Após ter este custo da máquina somamos ao da logística de tratar o ressuprimento o mais breve, ou seja, trazer a peça o mais breve possível. Com o levantamento desses custos foi possível notar a criticidade e impacto relacionado a não manter peça no estoque e assumir um “Downtime”, e quanto maior o consumo maior a incidência de faltas e o resultado financeiro se torna muito alto, não sendo viável tal método aplicado. Os resultados representados no Quadro 1 e Gráfico 1.

Quadro 1 - Comparativo entre manter 0 ou manter 01 em estoque.

BAIXÍSSIMO GIRO MANTER 0 OU 01 PEÇA EM ESTOQUE						
ITEM	CUSTO ALMOX (R\$).	LEAD TIME (ANO)	CUSTO DOWNTIME (R\$)	CONSUMO ANUAL (UNID.)	CUSTO MANTER 0 ESTOQUE (R\$)	CUSTO MANTER 01 PEÇA EM ESTOQUE (R\$)
Item 21	4.389,04	0,04	6964,86	1	11.353,90	2.838,48
Item 23	31.995,02	0,11	10393,28	1	42.388,30	3.867,93
Item 35	989,74	0,11	8497,10	1	9.486,84	887,87
Item 38	7.992,65	0,16	7543,95	1	15.536,60	994,89
Item 53	53.474,01	0,49	1404,48	1	54.878,49	1.119,03

Fonte: Autor (2020).

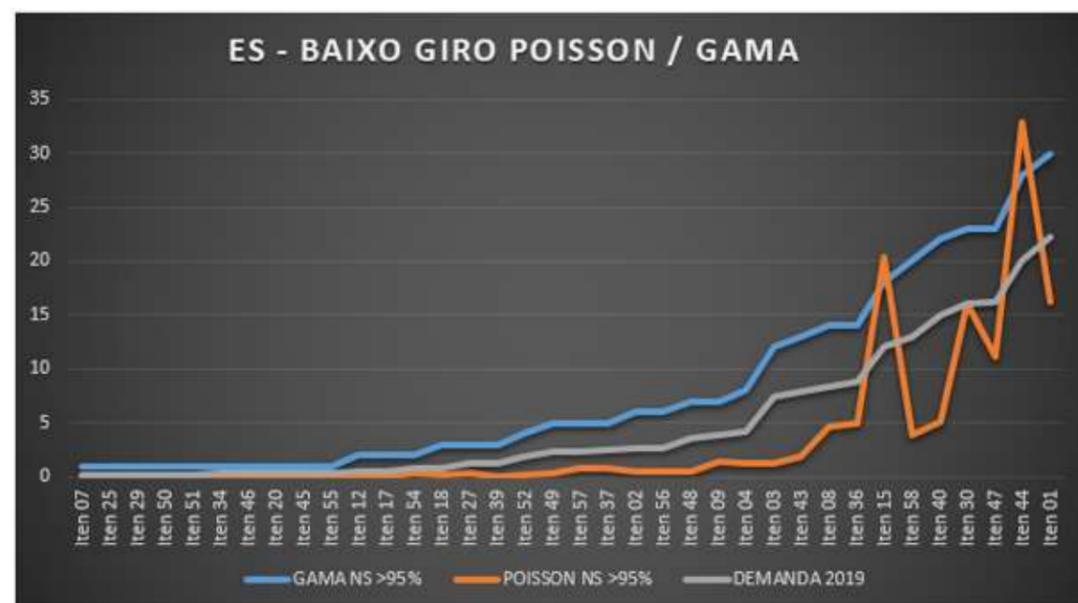
Gráfico 2 – Gráfico representando os custos de “DOWNTIME”.



Fonte: Autor (2020).

Para os Itens de baixo giro seguindo a teoria de Wanke (2002) (2010), que sugere a aplicação da distribuição Poisson a qual analisa a média histórica e as demandas. Aplicadas a equação de Poisson e levada ao nível de serviço de 95%, nível este que são citados pelos autores (Garcia, Martin, e Lara 2008), obtivemos bons resultados somente para itens que possuem um consumo mais uniforme, ou seja, com poucas variações. Aplicamos também a distribuição Gama sugerida por Yeh (1997), o qual apresentou bons resultados para as demandas irregulares porem ficou fora do esperado quando se tratou de itens de maior lead time como é o caso das importações, representado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Comparativo entre o ponto de pedido para distribuição Poisson e Gama e demanda 2019.



Fonte: Autor (2020).

Os itens de demanda classificados como consumo em massa usamos Wanke (2012) e aplicados a equação proposta pelos autores Ribeiro, Silva, e Benvenuto, (2006), esta equação apresentou um resultado satisfatório pois na maioria dos pontos de reposição atenderam a demanda média de consumo do ano de 2019. A equação proposta é eficaz porém em casos de variância maiores ela não atendeu com eficácia, como exemplo o item 05 no mês de maio teve um aumento no consumo de 71% este não teria atendido a demanda e provavelmente neste caso teríamos um custo de “Downtime”.

Gráfico 3 – Item 05 aplicado consumo em massa.



Fonte: Autor (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do estudo após definidos os itens que seriam usados, isso de forma aleatória, notou-se que 24% não possuíam movimentação a mais de um ano, e dentre eles 03 sem movimentação a mais de 05 anos, somado o valor somente dos 03 itens resultou em R\$ 55.446,81. Por um lado, são peças que podem parar uma máquina e gerar um custo maior por falta, porém, essas peças podem ser de um equipamento desativado no processo, que está gerando custos de armazenagens e depreciação no estoque. Como sugestão para futuro é fazer um estudo juntamente com a área técnica, se caso não exista aplicação para estes itens e se podem ser retirados do estoque.

Os métodos de gestão de estoque estudados e aplicados, trouxeram uma visão melhor e com resultados diferentes em relação a classificação conforme seu giro de estoque propostas pelos autores, algumas delas ficaram totalmente fora do contexto não podendo ser utilizadas, mas contrapartida algumas foram testadas e trouxeram bons resultados, principalmente para as de consumo em massa aplicadas de modo clássico.

Outra situação encontrada é o impacto na quantidade estocada devido a alguns Lead time ser alto como no caso de itens importados, para isso a gestão precisa manter uma quantidade maior por considerar a probabilidade de necessidade da peça enquanto ocorre o tempo de reposição. A sugestão é fazer um estudo para redução deste prazo junto ao fornecedor, ou tentar nacionalizar as peças quando possível pois assim reduziria o seu lead time e consequentemente a quantidade estocada.

O nosso objetivo geral deste trabalho em levantar o lead time e criticidade dos itens que obtivemos êxito, pois mesmo com diversas particularidades de cada item conseguimos destacar a importância de cada um inclusive demonstrando os custos de “Downtime” da falta de cada um pode gerar. O nosso objetivo específico conseguimos demonstrar os consumos e seu ponto ideal de reposição porém este ponto de reposição deve ser comparado com a equação de distribuição de Gama e Poisson e demanda em massa. As análises de alguns itens não foram satisfatórias na distribuição de Gama pois em itens que possui mais de 30% dos meses com consumo nulo, mais os itens com consumo com menos oscilações atenderam bem. Para itens com menos oscilações e um lead time menores o resultado foi satisfatório na distribuição Poisson, mas os itens de maior Lead time ele sugere um estoque maior não sendo satisfatório.

A maioria das teorias aplicadas o ponto de pedido (PP) ficou acima dos praticados atualmente, portanto os resultados não irão trazer redução de estoque dos itens, mas sim uma segurança pois as equações aplicadas são para dar suporte para que não haja paradas na produção. A redução do estoque pode ocorrer com um trabalho nos itens parados a longos períodos que talvez possam ser retirados do estoque.

Por fim as teorias são eficazes para que não ocorra falta e conseqüentemente atrasos em pedidos, e nos trazem uma visão de itens que podem ser melhorados em sua gestão para assim evitar algumas “armadilhas”.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, Felipe. **Gestão de estoques**. 02 ed. Rio de Janeiro: FGV editora, 2019.
- ANDRADE, Maria Aparecida. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. São Paulo; Atlas 2001.
- ANDRADE, Rafael. Gestão de estoque. Uma revisão teórica dos conceitos e características. Belo horizonte MG: **revista encontro nacional de engenharia de produção**. 04 a 07/out/2011.
- BALLOU, R. H. **Logística empresarial: transportes, administração de materiais e Distribuição física**. São Paulo: Atlas, 1993.

BELINI, Willian; FENERICH, Francielle, Proposta de modelo matemático-estatístico para gestão de estoques, uso da função densidade de probabilidade gama para atingir o nível de serviço desejado de um estoque MRO. Estudo de caso de uma indústria de fios. **Trabalho de conclusão de curso DEP** - Universidade Estadual de Maringá UEM, Maringá 2018.

BRASIL. **Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943**. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v.7, 1943. Suplemento.

BRASIL. **Constituição (1998). Emenda constitucional n. 9**, de 9 de novembro de 1995. Lex: legislação federal e marginalia, São Paulo, v. 59, p. 1966, out./dez.1995.

BORGES C. T. Implantação de um sistema para o controle de estoques em uma gráfica/editora de uma universidade. **Revista Eletrônica Produção & Engenharia**, Volume 3º, p. 236-247, 2010.

Borges, Tiago; Campos, Silverio; Borges, Elias. **Revista Eletrônica Produção & Engenharia**, v. 3, n. 1, p. 236-247. 2010.

Claudio Rufino. Baixa de obsoletos. **Fórum contábeis**.
<https://www.contabeis.com.br/forum/contabilidade/17552/baixa-de-estoque-deteriorado/> Acesso em 25/09/2020.

ARAÚJO, Gesiane dos Santos. **A importância da gestão de estoques nas organizações contemporâneas**. Artigo, Presidente Prudente S.P 2014.

DANTAS, July Caroline de Araújo. **A importância do controle de estoque**. Monografia no curso de ciências contábeis. CAICÓ 2015.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais: uma abordagem logística** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DAVID, Ana Carolina Rodrigues; JUNIOR, Antônio Ulian; SALES, Diego de Souza; RICCI, Gabriela Bosqueti; MAGIOLLO, Igor Henrique. **Estoques apuração de aquisição e venda**. Revista. Faculdade Unilago, São José do Rio Preto S.P. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GRAEML, A. R.& PEINADO, J. Administração da Produção. **Operações Industriais e de Serviços**. Curitiba: Unicen P, 2007.

GARCIA, E. S. Martin, A., & Lara, M. (2008). Gestão de Estoques MRO. **Otimizando a Logística de Peças de Reposição**. Revista Mundo Logística, 1(4), 6-10.

KLAUS, Gleyca Crishtine, **Análise do processo logístico do almoxarifado central do hospital regional do oeste de Chapecó-SC**, UFFS, Chapecó S.C 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6ª edição. São Paulo: Atlas 2003.

LIMA, Matheus Campos. Estratégia de estoque de peças de reposição. **Um estudo de caso de um OSRV**. Escola politécnica. Rio de janeiro, 2017.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. A Conciliação dos Estoques. **Portal de Contabilidade**, V.01,p.1(2011). –
 <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/conciliacaoestoques.htm>>Acesso em 10/09/2020.

LUNELI, Luiz. 4 erros de gestão de estoque que a sua confecção deve evitar. Site <http://lunelli.com.br/blog/4erros-de-gestao-de-estoque-que-a-sua-confeccao-deve-evitar-> Acesso em 26/set/2020.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9ªed.São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINELLI, Leandro; DANDARO, Fernando. Planejamento e controle nas organizações. **Revista gestão industrial**, Ponta Grossa PR, Volume 11 nº 2, p.170-185, (2015).

PAOLESCHI, Bruno. **Almoxarifado e Gestão de estoque**: São Paulo: Editora Érica 2014, 2ª edição

PAOLESCHI, Bruno. **Estoques e Armazenagens**: São Paulo: Editora Érica 2014, 1ª edição.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Manual de contabilidade Básica**. 7ª Edição. São Paulo. Atlas (2009).

WANKE, Peter. Gestão de Estoque: **Na Cadeia de Suprimentos**. 3ª Edição. São Paulo. Atlas (2012).

PEREIRA, Elizabeth; MENDES, Jediel; PARANAIBA, Alexandre; LIMA, Luiz. **A atuação contábil junto ao cliente como resposta ao processo evolutivo da contabilidade**. Inovarse. Rio de Janeiro, RJ. 2016

SLACK, Nigel. **Administração da Produção**: 3ª edição. São Paulo. Atlas (2009).

SLOMINSKI, Juliana Coelho, **A importância da realização da gestão de estoque em pequenas empresas**. UFP Curitiba 2016.

TUBINO, Dalvio Ferrari. **Planejamento e Controle da produção**: São Paulo: Atlas 2008, 1ª Edição.

WANKE, P. Gestão de Estoques na Cadeia de Suprimentos: **Decisões de modelos Quantitativos**. (Vol. 03). São Paulo: Atlas (2011).

WANKE, Peter; **Gestão de estoque de peças de reposição de baixíssimo giro**. <<https://www.ilos.com.br/web/gestao-de-estoques-de-pecas-de-reposicao-de-baixissimo-giro/>> Publicado em 10/08/2002, acesso em 26/09/2020.

HOINASKI, Fabio. **Como otimizar custos usando lote econômico de compras?** <<https://ibid.com.br/blog/como-otimizar-os-custos-usando-o-lote-economico-de-compras/>> Acesso em 26/09/2020.

ARENA CAÇADOR¹

A VALORIZAÇÃO LOCAL ALÉM DO ESPORTE

Eduardo El Khouri da Silva, eduardoelkhouri@hotmail.com²
 Cláudia Maté, claudia.mate@uniarp.edu.br³

Resumo – A prática esportiva representa uma importante função no cenário social, uma vez que atende necessidades físicas e socioemocionais da população, bem como proporciona desenvolvimento econômico e social. Sob essa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo nortear o desenvolvimento do projeto arquitetônico de uma Arena para a prática de esportes de alto rendimento no município de Caçador, vislumbrando competições regionais e nacionais, assim como opção de entretenimento e de desenvolvimento econômico local. A pesquisa foi desenvolvida sob o olhar arquitetônico e social, dividindo-se em pesquisa bibliográfica, de obras arquitetônicas correlatas, diagnóstico urbano e local, e desenvolvimento do projeto arquitetônico. Como resultado, tem-se, inicialmente, a definição de diretrizes para a execução do projeto da respectiva Arena e, na sequência, a proposta projetual que buscou suprir os anseios estruturais requeridos por atletas, e, como decorrência, oportunizar divertimento e lazer para a população do município e região.

Palavras-chave: Esporte. Práticas desportivas. Arena esportiva. Arquitetura.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca evidenciar a visão macro que a prática do esporte produz no cotidiano social, uma vez que desencadeia uma série de valores neste contexto. Diante disso, almeja salientar a importância do esporte, não somente no âmbito físico, mas igualmente social, enfatizando o futebol como instrumento de transformação do espaço local, além de ser um mecanismo capaz impactar diretamente nos aspectos culturais, econômicos e políticos de uma região.

Independentemente da modalidade praticada, o esporte possui potencial de socializar indivíduos das mais diferentes classes e oportuniza grandes benefícios às comunidades. Contudo, o Brasil enfrenta falta de investimentos e de incentivo por parte da iniciativa pública em decorrência de uma má governança a nível nacional, que reflete, principalmente, em cidades de pequeno e médio porte. A realidade na maioria destes municípios, diante da baixa arrecadação e destinação da pouca verba a outras áreas consideradas prioritárias, não há um tratamento especial em relação ao esporte profissional. Esse contexto leva as políticas públicas a atuarem longe da ambição de absorver possíveis talentos na região.

Em relação a legislação, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabelece a prioridade de recursos públicos para a área do esporte, como descrito no inciso II do artigo 217. No entanto, apesar de ser um dever do poder público, o mesmo tem falhado no que diz respeito a estrutura física, bem como na disposição de recursos humanos para o encorajamento da profissionalização de jovens nos mais variados esportes.

¹ O presente trabalho refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo.

² Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora, Me. do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

No cenário local, Caçador/SC, município mais populoso da região do Contestado, apresenta uma notória carência de espaços esportivos de qualidade, tanto como forma de lazer, quanto no que tange a prática no âmbito profissional, pois destacam-se as escassas políticas públicas exercidas pela cidade nessa modalidade.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo geral desenvolver o projeto arquitetônico de uma Arena Esportiva que atenda tanto a demanda do futebol do município de Caçador como a promoção de eventos. Pretende-se, como o projeto, que a arena funcione também como espaço de treinamento, desenvolvimento e preparo de atletas que, de forma mais integrada e autossustentável através de uma divulgação eficaz das leis de incentivo fiscal, propicie maior desenvolvimento aos que praticam tais atividades.

INCENTIVO AO ESPORTE

No que tange à legislação, o esporte brasileiro é regido pelo artigo 217 da Constituição Federal que estabelece como “[...] dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um [...]” (BRASIL, 1988, n.p). Para fins de cumprimento da legislação, o esporte no Brasil é organizado pela Secretaria Especial de Esporte, tendo ligação e influência do Ministério da Cidadania.

Os principais recursos destinados ao esporte encontram-se nos repasses feitos pelas loterias ao COB e CPB, na porcentagem de 2,7% da arrecadação bruta das loterias federais, sendo 62,96% desse valor ao COB 37,04% CPB (BRASIL, 2002). Dessa parcela, 10% são para o esporte escolar e 5% ao esporte universitário (BRASIL, 1998). Além dos percentuais estabelecidos em Lei, é de competência dos comitês conforme seus critérios, realizar os repasses (BRASIL, 1998). O Comitê Brasileiro de Clubes é uma instituição que luta pela pelos interesses dos clubes formadores de atletas, e recebe repasse das loterias federais (0,5%) devendo destinar exclusivamente a formação de atletas olímpicos e paraolímpicos (BRASIL, 2011).

Mediante o exposto, nota-se que o Brasil é um país que investe no esporte e que possui legislação pertinente com diretrizes de atuação. Contudo, falha com sua população por não designar agentes verdadeiramente responsáveis pelas ações, bem como por não estabelecer fiscais para acompanhar o cumprimento da Lei e a efetivação de sua aplicabilidade, o que acaba por gerar a perda de potenciais atletas e o desenvolvimento da respectiva região.

ESPORTE E SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

Diante do contexto socioeconômico brasileiro atual, a esfera pública deve fornecer incentivo à prática de modalidades esportivas como forma de superação das desigualdades e desenvolvimento da comunidade local, proporcionando qualidade de vida e saúde. “Os Projetos Sociais Esportivos no Brasil surgem através do Ministério do Esporte, que adota a Política Nacional do Esporte (PNE), que visa beneficiar a todos os brasileiros através do esporte, em especial aqueles excluídos socialmente e economicamente” (FERNADES; GRAÇA, 2014, p. 1).

Além disso, de acordo com Cunha (1997), o esporte percorre uma análise de estudo do espaço onde as atividades se desenvolverão. A estrutura física destinada ao esporte é um patrimônio - seja público ou privado, e tem suas relações com a comunidade, as quais se dão pela localização; a capacidade de público; período de fundação; e ligações afetivas, como o acompanhamento das competições, vibrações com as vitórias, dentre outros. Tal afirmativa pressupõe alegar que as instalações

desportivas possuem, desse modo, ligação direta com a sociedade e seu entorno, como o público local da cidade ou região.

Para que seja uma política eficiente, Cunha (1997) ressalta que é necessário ter uma gestão eficiente dos investimentos, a fim de que os espaços esportivos realmente sejam bem distribuídos, conforme as modalidades e regiões as quais desejam desenvolver. Respeitando essas diretrizes, é possível observar que a construção de espaços físicos destinados a recreação, esporte e lazer, se de fato concretizados através da gestão competente dos recursos, proporcionam à sociedade em geral alternativas de superação de algumas fragilidades sociais, bem como fomento à qualidade de vida local.

METODOLOGIA

O desenvolvimento do respectivo trabalho se deu através de pesquisa bibliográfica e, para diagnóstico municipal, entrevistas com treinadores e atletas do município e levantamento de documentos e dados de diversas fontes ligadas ao esporte da região. Na sequência, foram avaliados os ambientes existentes no município destinados a práticas esportiva.

A etapa projetual teve início com a análise de obras arquitetônicas correlatas, visando identificação de aspectos funcionais e formais relacionáveis aos esportes e demandas de Caçador. O estudo da legislação e normas vigentes, somadas ao levantamento e diagnóstico municipal e ao estudo de obras correlatas, embasaram o desenvolvimento das diretrizes projetuais, elaboração do programa de necessidades e escolha do terreno para a Arena Esportiva para o município. E, por fim, foi desenvolvido o projeto arquitetônico, em nível de anteprojeto, juntamente com as propostas paisagísticas e para o entorno urbano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

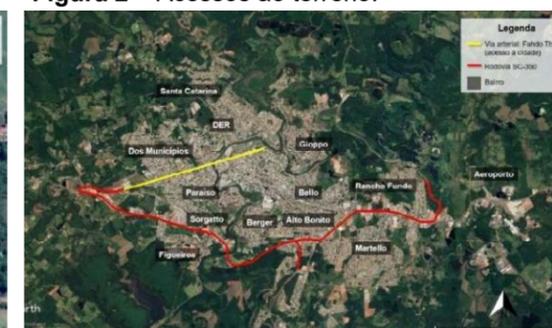
O projeto desenvolvido buscou promover a integração entre diversos fatores que envolvem o esporte, tais como sociedade, cultura, lazer e educação. O público alvo foram os times profissionais da cidade, torcedores, comerciantes e população em geral, além de jogadores que não possuem residência em Caçador.

O terreno proposto para o projeto situa-se na Avenida Fahdo Thomé, no bairro dos Municípios, em Caçador/SC (Figura 1). Área de fácil acesso, próxima da região central, porém ainda afastada da mancha urbana consolidada, favorecendo o seu acesso através da rodovia principal e também das vias arteriais da cidade, como mostra a Figura 2.

Figura 1 - Terreno escolhido para o projeto.



Figura 2 – Acessos ao terreno.

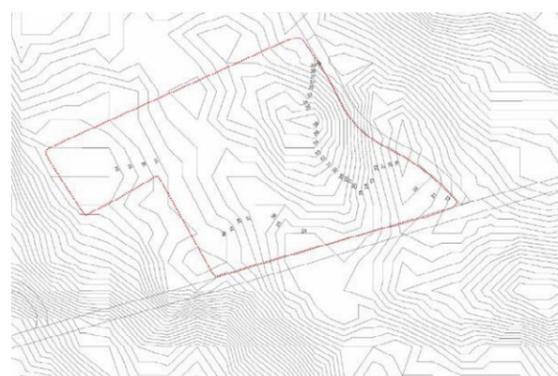


Fonte: Elaborado com base em Google Earth (2020).

Trata-se de um terreno pouco acidentado (Figura 3), ponderando sua magnitude, 77.735,00m² de área total, visto que obras deste porte elevam o custo em excesso com grande movimentação de terra, além de que a área prevista para o campo deve ser considerada irretocável.

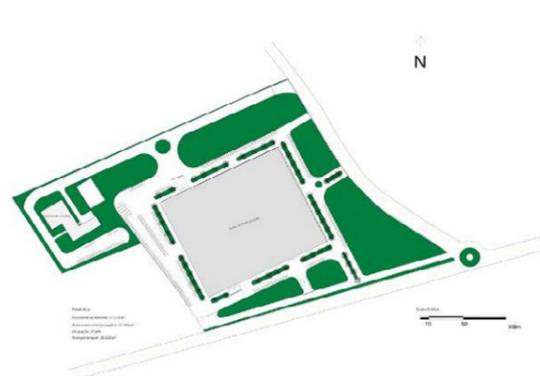
Para a sua implantação (Figura 4), foram considerados aspectos funcionais críticos, tais como entrada e saída de espectadores em lotação máxima. Desta forma, são previstos sete acessos, além de uma via paralela e a inserção de uma rotatória, a qual distribuem veículos para térreo e subsolo, sendo o último citado o estacionamento coberto para até 700 veículos e outros 150 externamente. Um fator estimado exclusivamente para dia de jogos, o ingresso de torcedores e time visitante se dão pela via Sul, evitando assim conflitos no entorno do local.

Figura 3 – Curvas de nível do terreno.



Fonte: O autor (2020).

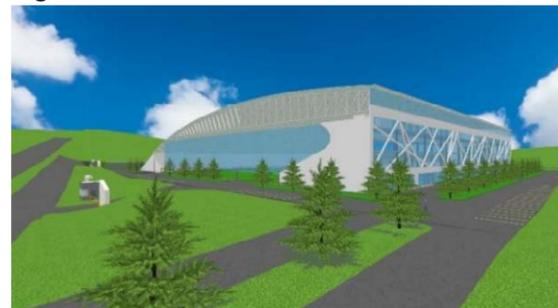
Figura 4 – Projeto de implantação.



Fonte: O autor (2020).

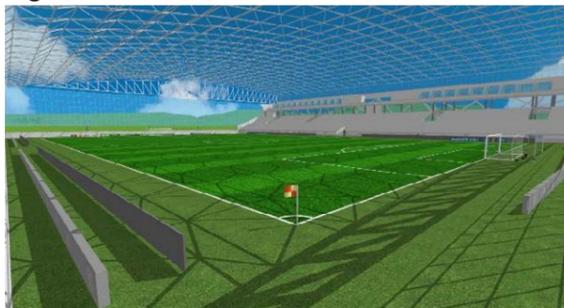
Como demonstrado na Figura 5, há uma busca pela valorização estética da obra, destacando a sua linha curva a qual integra arquibancada e cobertura, optando-se também pelo seu posicionamento de forma lateral em vista da Avenida devido a predominância de vento Nordeste havendo, desta forma, um melhor conforto térmico aos usuários internamente. Para a cobertura, como destacado na Figura 6, e demais áreas transparentes, são utilizados de chapas de policarbonato alveolar, devido à sua retenção de raios UV, durabilidade e fácil manuseio, sustentada por treliças metálicas. No interior, optou-se pelo concreto queimado para pisos devido ao seu baixo custo e fácil manutenção, *drywall* para divisórias nas áreas de vestiários e camarotes, além do tradicional concreto em banheiros e lanchonetes.

Figura 5 – Vista sudeste da Arena.



Fonte: O autor (2020).

Figura 6 – Vista interna da Arena.



Fonte: O autor (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática esportiva representa uma importante função no cenário social, uma vez que o desenvolvimento de um município está intimamente ligado a inclusão social e qualidade de vida de seus cidadãos. Nesse sentido, tal concepção permite observar a unificação presente esporte, saúde e bem-estar, o que leva a justificar investimentos em projetos dessa natureza.

Contudo, quando não há espaços devidamente estruturados para tais atividades, percebe-se a necessidade emergente de transformações locais. Sob essa perspectiva, o presente trabalho buscou viabilizar o desenvolvimento de um projeto arquitetônico de uma Arena Esportiva na cidade de Caçador/SC, obtendo sucesso em suas propostas primárias.

Diante disso, o respectivo projeto atendeu sua aspiração principal, despertando o fomento de práticas culturais para a Região, e, como consequência, viabilizar oportunidades de emprego, ascensão social, divertimento e lazer para toda população do Contestado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011**. Altera as Leis nº s 9.615, de 24 de março de 1998 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12395.htm. Acesso em: 08 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 4 jun. 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Obras públicas**: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras de edificações públicas. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, 2002.

CUNHA, Luis M. **O espaço, o desporto e o desenvolvimento**. Lisboa: Ed. FMH-UTL, 1997.

FERNANDES, Emanuelle M.; GRAÇA, Rômulo L. da. **A influência do esporte na vida social dos participantes do Projeto Social Sementinhas**. Revista Digital. Buenos Aires, ano 18, n. 189, fev., 2014. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd189/a-influencia-do-esporte-na-vida-social.htm>. Acesso em: 20 mai. 2020.

PROJETOS INTEGRADORES

PROJETO INTEGRADOR: “APRENDER FAZENDO”

A PRAXIS DO ACADÊMICO DE SERVIÇO SOCIAL¹

Liane Capelin, lianecapelin@gmail.com²
 Tânea Maria Hoffmann, tanyhoffy1011@gmail.com³
 Adriane Alves da Cruz, adriane.cruz@uniarp.edu.br⁴

RESUMO

O presente trabalho objetiva explicar sobre a importância de se conhecer os espaços de trabalho do assistente social, o conceito da profissão, qual seu principal objeto de trabalho e a importância das experiências vivenciadas e sua relevância para a aprendizagem, bem como os resultados deste “aprender fazendo” no campo de trabalho do assistente social. O curso de Serviço Social Híbrido visa a formação de profissionais conhecedores de suas competências, críticos em sua atuação, aptos a enfrentar os desafios que a profissão propõe e, acima de tudo, capacitados a gerir, executar, monitorar e formular programas e projetos em instituições públicas e privadas. Nesse contexto de aprendizagem, o projeto integrador entra como ferramenta fundamental para instigar o estudante a desenvolver criticidade, capacidades e competências inerentes ao exercício da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social. Prática profissional. Projeto integrador. Experiências Vivenciadas

INTRODUÇÃO

O acadêmico ao ingressar no curso de Serviço Social traz consigo um pré-conceito do que é Serviço Social e do trabalho desenvolvido pelo profissional, uma visão equivocada, vinculada à ideia da benevolência e de caridade. Esse conceito diverge totalmente do real significado da profissão compreendido durante o processo de aprendizagem.

O assistente social é um profissional capacitado para atuar diante das mazelas da questão social e suas expressões, atuando nas áreas das políticas sociais públicas e em organizações privadas, na busca pela garantia dos direitos dos seus usuários.

As múltiplas manifestações da questão social originadas da relação entre o trabalho e o capital, estabelecem as demandas para a atuação do assistente social, assim, a questão social, por meio da intervenção do assistente social, constitui-se em objeto central no exercício da profissão.

O projeto integrador tem como premissa a interdisciplinaridade, unindo o técnico operativo, o metodológico e o ético-político, conduzindo o acadêmico à

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do: Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Serviço Social Híbrido.

² Acadêmico do curso de Serviço Social Híbrido da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Serviço Social Híbrido da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora, do curso de Serviço Social Híbrido da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

experiência da prática profissional, um contato direto com a realidade, facilitando e estimulando a aprendizagem, agindo como uma ferramenta que busca reforçar a unidade teoria-prática despertando nos acadêmicos o interesse e a busca pelo conhecimento da profissão.

Os campos ocupacionais do profissional de serviço social são inúmeros, no entanto, conciliar teoria à prática no fazer profissional traz certa inquietação ao acadêmico, e o projeto integrador vem subsidiar essa necessidade, proporcionando experiências *in loco*, oportunizando conhecer/vivenciar as expressões da questão social, objetivando aprimorar seus conhecimentos teóricos, norteando-o a um possível campo de atuação. Com o foco direcionado à apresentar os espaços ocupacionais do assistente social, o projeto integrador do Curso de Serviço Social Híbrido envolve também a adaptação aos instrumentos e técnicas utilizadas no dia a dia do fazer profissional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O serviço social, é uma profissão de caráter interventivo, inserida na divisão sócio técnica do trabalho, que tem como objeto de trabalho as expressões da questão social, ou seja, é uma profissão que intervém na vida do indivíduo, da família e da comunidade. Está amparado por lei, a qual regulamenta a profissão, tendo a competência de trabalhar em vários âmbitos das políticas sociais, de saúde, educação, dentre outras, trabalhando com um conjunto de problemas, todos resultantes dos conflitos entre capital e trabalho. O Conselho Federal de Serviço Social, em 2010, assim define a profissão:

O/a assistente social ou trabalhador/a social atua no âmbito das relações sociais, junto a indivíduos, grupos, famílias, comunidade e movimentos sociais, desenvolvendo ações que fortaleçam sua autonomia, participação e exercício de cidadania, com vistas à mudança nas suas condições de vida. Os princípios de defesa dos direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social, com vistas à superação da desigualdade social e de situações de violência, opressão, pobreza, fome e desemprego. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2010).

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) a demanda por assistentes Sociais é crescente no Brasil, tendo registrado cerca de 160 mil profissionais, com prevalência do vínculo estatutário em todas as regiões, sendo ainda os espaços tradicionais, tais como saúde, assistência social e a previdência, o “tripé da assistência social”, os maiores campos de atuação. O trabalho do assistente social pode ser dividido em duas grandes áreas, público e privada onde desempenha papéis de gestão e planejamento além de executar políticas, programas e projetos na área social.

Para os assistentes sociais será reservada, prioritariamente, a relação com os segmentos sociais mais vulnerabilizados pelas sequelas da questão social e que buscam, nas políticas públicas especialmente nas políticas sociais, em seus programas e serviços, respostas às suas necessidades mais imediatas e prementes. (RAICHELIS, 2009, p. 3).

METODOLOGIA

Os dados aqui apresentados, foram colhidos a partir de alguns instrumentais, tais como: bibliografias, entrevistas online, relatórios, e trabalho *in loco*. Esta disciplina proporciona uma visão de mundo mais ampla e crítica, levando a um melhor entendimento acerca da profissão e do agir profissional na contemporaneidade oferecendo as condições necessárias para que os acadêmicos determinem suas competências de acordo com a relação teoria/prática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

O assistente social busca executar suas técnicas teórico metodológicas nos mais diversos contextos, objetivando o enfrentamento da questão social. Sendo assim, a disciplina de Projeto Integrador visa inserir o discente nas práticas cotidianas. Para tanto, o primeiro desafio proposto foi a realização de uma entrevista com um profissional de serviço social, levando à aproximação e familiarização com a profissão. Os acadêmicos tiveram a oportunidade de conversar, conhecer e entender melhor a profissão, o fazer profissional do assistente social, como desenvolve seu trabalho diante de tantos desafios que a profissão exige, expectativas, dúvidas, curiosidades e incertezas acerca do dia a dia do profissional. Assim, muitas reflexões foram construídas no tangente ao conceito de profissão e à atuação do assistente social na viabilização dos direitos em detrimento da precarização do serviços ofertados.

ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS

Com o intuito de reforçar o embasamento teórico acerca dos espaços sócio ocupacionais do assistente social, foram realizadas leituras de conteúdos que promoveram uma percepção maior dos espaços onde este profissional efetivamente assume seu exercício profissional e, por meio do material oferecido, bem como através de pesquisas os acadêmicos apresentaram um levantamento das instituições que executam programas, projetos, e ações voltadas às políticas públicas associando-as aos espaços sócio ocupacionais do assistente social. Assim, foram listadas múltiplas instituições que contemplam o assistente social em seu quadro funcional, sobressaindo a importância deste profissional no âmbito da articulação e gerência das políticas públicas fomentando a garantia dos direitos aos cidadãos.

Partindo deste norte, os acadêmicos divididos em grupos, realizaram visitas técnicas a alguns desses locais onde os assistentes sociais concretizam sua práxis profissional. As informações coletadas foram, posteriormente, elencadas em relatório. Outrossim, foi possível identificar, conhecer e aprender sobre suas condições de trabalho, estrutura, demandas diárias, a organização da Política de Assistência Social, a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais e, primordialmente propiciar que o acadêmico de serviço social se habitue ao campo de trabalho compreendendo a realidade para então apropriar-se verdadeiramente do serviço social.

AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

A terceira atividade proposta pelo projeto integrador, traz como objetivo um momento de observação e de vivência prática. Por meio de visita *in loco* em ambientes e localidades permeadas pelas expressões da questão social, os acadêmicos foram defrontados com as mais diversas mazelas, induzindo-os a uma leitura profunda sobre a vulnerabilidade social.

Este momento propiciou agregar informações importantíssimas para o aprimoramento de conceitos e valores, assim como, para uma análise crítica sobre o “como fazer”, “para quem fazer” e “por que fazer”, e assim, participar da garantia de direitos aos cidadãos.

FAMÍLIA EM VULNERABILIDADE SOCIAL

A última prática desenvolvida no Projeto Integrador propôs, num primeiro momento, a elaboração de um questionário investigativo, sendo este, o instrumental utilizado na visita à famílias que se encontram em situação de risco social. No segundo momento, realizar visita domiciliar à famílias que se encontram em vulnerabilidade social, uma realidade complexa e multifacetada. Essa atividade objetivou despertar no acadêmico a interação necessária para o desenvolver de um trabalho pautado nos princípios éticos, onde o profissional deve despir-se de julgamentos pois ao adentrar no seio familiar ele será um elo de transformação, num ambiente onde seus componentes são atingidos diretamente pela ineficácia ou falta de políticas públicas. O profissional deve olhar a família no seu movimento, sua vulnerabilidade e sua fragilidade, compreendendo a significação de família, numa visão ampla do contexto social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central do presente trabalho foi analisar o quão importante é que o acadêmico conheça e entenda sua futura profissão, presencie e identifique o objeto de trabalho do assistente social com olhar crítico às manifestações e suas principais implicações a fim de desenvolver habilidades conciliando-as à capacidade de correlacionar conhecimentos básicos e aplicados das disciplinas envolvidas. Há que se mencionar também a importância desse contato direto com os espaços sócio ocupacionais do assistente social que nos remete à análise dos campos de trabalho e das áreas de atuação disponíveis para o serviço social.

Diante desse cenário, muito mais se faz necessário a presença de profissionais de serviço social éticos, qualificados, críticos, atuantes na garantia dos direitos no combate às desigualdades. Essas aptidões são adquiridas na formação acadêmica desse profissional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL. Definição global da profissão de serviço social. Lisboa: APSS, 2014. Disponível em: . Acesso em: 23 abr. 2017.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: . Acesso em: 01 maio 2017

<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/administracao/a-atuacao-assistente-social-na-implementacao-projetos.htm#:~:text=O%20profissional%20de%20Servi%C3%A7o%20Social,e mpresas%2C%20habita%C3%A7%C3%A3o%2C%20entre%20outras> acesso em 18/11/2020 às 16:57

A ECONOMIA COM ÊNFASE EM FINANÇAS¹

José Ronildo Furtado de Oliveira, jronildo@hotmail.com²
Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

A economia sofreu transformações ao longo do tempo, porém seus princípios básicos permanecem iguais, sendo baseados na escassez, no consumo e na busca de recursos para suprir essa escassez. Evidencia-se, assim, a participação dos entes governamentais, empresas e indivíduos em gerais no mercado econômico. Destaca-se a globalização de economia mundial, apontando pontos positivos e negativos, sendo que alguns países se desenvolveram e outros há onde as desigualdades sociais prevaleceram. Devido à relevância na economia, buscou-se um estudo sobre finanças, mercado financeiro e empreendedorismo. Tem-se como objetivo ampliar o conhecimento sobre economia de modo geral e mais especificamente em finanças, busca-se entender os fatores econômicos e financeiros e seus impactos no desenvolvimento de um país. Essa pesquisa é, portanto, bibliográfica sobre a temática de economia e finanças. Essa pesquisa possibilitou um entendimento dos problemas econômicos, seus impactos, o surgimento das crises econômicas e também a potencialização importantíssima do empreendedorismo para a economia. Por fim, destaca-se que, com a interligação econômica, o mercado financeiro sofre alterações constantes, onde o fracasso e o sucesso de uma empresa dependem de uma boa gestão com conhecimento macroeconômico.

Palavras-chave: Economia. Finanças. Mercado Financeiro. Empreendedorismo.

INTRODUÇÃO

Ao se fazer uma análise, percebe-se que a economia afeta a vida das pessoas, independentemente da sua situação financeira, todos sofrem as consequências em seu cotidiano, seja consumidor, produtor ou empresário. Uma vez inseridas nesse ciclo, as pessoas tornam-se entes econômicos, com participação ativa na economia, pois, através de suas escolhas, influenciam a lei da oferta e da procura, ou seja, interferem na escassez dos recursos.

Diante do exposto, desperta o interesse de se estudar e tentar entender melhor esses fatores econômicos e financeiros. Destaca-se como a globalização mudou a economia mundial, elencando seus principais pontos, tantos positivos como negativos, marcando, assim, o rompimento das fronteiras geográficas da economia global.

Pode-se afirmar que, na economia, a área financeira é marcante, podendo ser considerada um fator chave, visto que no mercado financeiro acontecem as principais transações com impacto direto na economia. Destaca-se, também, o

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Ciências Contábeis do campus de Fraiburgo.

² Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) do campus de Fraiburgo.

³ Professora Mestre do curso de Ciências Contábeis da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), Campus de Fraiburgo.

empreendedorismo, como válvula propulsora que move a economia, seja oferecendo novos produtos ou serviços, seja pela geração de empregos.

Dentro da problematização, esse trabalho busca trazer entendimento sobre os fatores que influenciam na economia, os quais contribuem positivamente ou aumentam as desigualdades sociais. Assim sendo, cabe indagar se esses fatores econômicos poderiam ser melhores conduzidos por gestores financeiros mais qualificados, sejam eles da iniciativa privada ou pública.

É notável que, em qualquer área de atuação, o conhecimento e a excelência em qualificação, potencializam a assertividade de um profissional. Frente à complexidade do mercado econômico e financeiro, há a necessidade de gestores qualificados. Assim, o objetivo desse estudo é desenvolver uma pesquisa bibliográfica na área da economia, haja vista a importância dessa área para o desenvolvimento da sociedade. Mais especificamente analisar as áreas de finanças, mercado financeiro e o empreendedorismo.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

Segundo Hubbard e O'Brien (2010), economia pode ser definida como o estudo a respeito das escolhas feitas por consumidores, agentes governamentais e empresários em gerais, tendo por objetivo alcançar um resultado frente a seus recursos escassos.

Conforme destaca Vasconcellos (2012), um dos fatores principais da economia é a demanda, ou seja, é a procura propriamente dita por um recurso, seja ele produto ou serviço. A demanda sofre diversas influências que podem ser a escolha, o preço, a concorrência de outros similares, e também fatores financeiros como a renda dos consumidores, entre outros.

Em qualquer sociedade, os recursos produtivos ou fatores de produção (mão de obra, terra, matérias primas etc.) são limitados. Já as necessidades humanas são ilimitadas, e sempre se renovam, por força do próprio crescimento populacional e do contínuo desejo de elevar o padrão de vida. Independentemente do seu grau de desenvolvimento, nenhum país dispõe de todos os recursos necessários para satisfazer a todas as necessidades da coletividade. Tem-se, então, um problema de escassez: recursos limitados, contrapondo-se a necessidades humanas ilimitadas (VASCONCELLOS, 2012, p. 4).

Outro fator principal da economia segundo Vasconcellos (2012) é a demanda, ou seja, é a procura propriamente dita por um recurso, seja ele produto ou serviço. A demanda sofre diversas influências que podem ser a escolha, o preço, a concorrência de outros similares, e também fatores financeiros como a renda dos consumidores, entre outros.

Salienta-se, assim, que a demanda também de certo modo pode ser criada, principalmente através de propaganda, a qual faz com que o consumidor se sinta atraído a consumir o produto ou serviço, mesmo sem ter a real necessidade. Destaca-se nesse conceito a importância do marketing, o qual é fator importante para a venda e consumo em nossa sociedade (VASCONCELLOS, 2012).

globalização foi um marco primordial para a economia, visto que acelerou o processo econômico internacional, fazendo fluir mais rápido os fluxos comerciais, para Oliveira (2011) muitos fatores que ocorrem nos dias atuais estão relacionados a globalização. Pois pode ser entendida como um processo capitalista complexo, sendo resultado da revolução e evolução tecnológica, onde surgiram mecanismos de informação e controle como a OMC (Organização Mundial do Comércio).

Para Pena (2018) uma das principais vantagens da globalização é o encurtamento das distâncias e do tempo. Ocorrido principalmente pelo avanço dos meios de comunicação e de transporte, tornando assim tudo mais acessível. Permitindo a difusão de notícias e do conhecimento em geral de forma mais rápida, destacando assim a transposição das barreiras físicas e políticas do mundo.

Todavia mesmo com alguns aspectos negativos a globalização precisa ser entendida como uma aliada do desenvolvimento e não como um inimigo, pois com ela se abre horizontes tanto para vendas como para compras. Nesse conceito as empresas podem vender para vários mercados, podendo assim abrir o seu portfólio de produtos para mundo, também a tecnologia passa a ser melhor compartilhada. Isso possibilitou que muitas empresas de países em desenvolvimento conseguissem importar a tecnologia de primeiro mundo para as suas indústrias, podendo assim em alguns casos reduzir os custos e aumentar a sua capacidade produtiva (Pena, 2018).

Dentro desse contexto da globalização, Rossetti (2016) destaca que o terceiro grande desafio que acabamos herdando de acontecimentos passados, é a universalização do desenvolvimento socioeconômico, isso vai além de conceitos convencionais, necessitando de políticas econômicas estratégicas, buscando avanços nos índices de competitividade. Visto que historicamente o fracasso de políticas econômicas não bem estruturadas, acabaram contribuindo para o baixo crescimento econômico de alguns países

Na área de finanças, conforme Hoji (2017) independente se a empresa é privada ou pública o seu objetivo é a geração de lucro. Sendo entendida por parte dos investidores como um sistema de geração de retorno sobre os seus investimentos. Uma vez gerando retorno aos investidores, todos os envolvidos no processo acabam ganhando também.

Nesse contexto, segundo Kuster e Nogacz (2002) para a empresa atingir seu objetivo de geração de lucros, crescer, ou mesmo sobreviver, precisa de um gerenciamento administrativo adequado. Destacando a figura de um bom gestor com conhecimentos financeiros e contábeis, de modo que possa fazer um excelente controle e planejamento dos números da empresa.

Destaca-se como parte importante da economia, o mercado financeiro pode ser conceituado como a livre negociação de fornecedores de fundos, investidores e tomadores de empréstimos. Também segundo Gitman (2010) o mercado financeiro pode ser dividido em dois, sendo mercado de capitais e mercado monetário. Enquanto no mercado monetário são realizadas as transações de curto prazo ou de valores mobiliários negociáveis. No mercado de capitais são realizadas as transações de longo prazo, como títulos de dívidas de ações.

Em relação aos títulos, percebe-se que independentemente de serem de mercado de capitais ou monetário, ambos iniciam no com a emissão no mercado primário. Sendo a característica desse mercado o envolvimento direto nas transações ou do governo ou das sociedades anônimas. Desse modo recebendo os benefícios diretos sobre essa emissão, ou seja, recebem o efetivo pelas vendas dos títulos. Já no mercado secundário é onde acontece a venda dos títulos adquiridos no mercado primário, sendo caracterizado pela compra e venda, sem o envolvimento do órgão

emissor. Nesse estágio o objetivo principal é dar liquidez aos títulos, através da negociação (SILVA; LUIZ, 2018). Conforme Losada (2020) é essencial que dentro de um empreendimento tenha alguém na análise dos números, pois é necessário o controle das finanças. Mesmo em pequenas empresas ou empresas mais enxutas, se faz necessário um profissional capacitado para administrar as finanças, visando o sucesso da empresa. Salienta ainda que esse pode ser um fator determinante, evitando o fracasso e garantindo a solidez da empresa no mercado.

Indiferentemente da modalidade, o empreendedor é uma válvula propulsora na economia de uma nação. Através do empreendedorismo o dinheiro circula, seja através da criação de empregos, através de soluções ou pela própria concorrência, desse modo oferecendo novas opções seja pela qualidade, menor preço ou novos produtos. Entende-se que pessoas empreendedoras são visionárias e inovadoras, criam riquezas e contribuem como desenvolvimento da sociedade (SIGNIFICADOS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar sobre economia, se abre um leque muito grande, pois é algo intrínseco a cada indivíduo e na sociedade como um todo. É possível entender que cada pessoa é um agente econômico, seja como força de trabalho, como um ser consumista, empreendedor entre outros. Desde os tempos mais remotos as pessoas buscaram formas de fazer as suas negociações, explorando o desconhecido e em busca algo novo. De tal modo que foram sendo criado novas necessidades, mediante a busca incessante em satisfazer os consumidores.

Compreende-se que em função da escassez dos recursos surgiu a necessidade de estudar a economia e os fatores que interferem nesse processo, sejam eles desemprego, inflação, crescimento ou déficit entre outros. A ciência economia analisa todos esses fatores, buscando encontrar soluções para melhorar a vida em sociedade.

Percebe-se um novo paradigma criado pela globalização, onde todos os países estão interligados, desse modo todos são dependentes um dos outros, seja para comprar ou para vender. Criando assim uma interdependência econômica, de tal modo que não importando o desenvolvimento do país, necessita-se dessa relação, como destacou o autor acima, nenhum país detém todos os recursos de que sua população precisa.

REFERÊNCIAS

- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- HUBBARD, R. Glenn; O'BRIEN, Anthony. **Introdução à economia**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- KUSTER, Edison; NOGACZ, Nilson Danny. **Finanças Empresariais**. 4. ed. Curitiba: Gazeta do Povo, 2002.

LOSADA, Bruna. **Finanças para startups**: o essencial para empreender, liderar e investir em startups. 1. ed. São Paulo: Saint Paul Editora, 2020.

OLIVEIRA, Murilo. **A Economia Mundial e a Globalização**. São Paulo: 2011. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-economia-mundial-e-a-globalizacao>. Acesso em 23 out. 2020.

SIGNIFICADOS. **O que é Empreendedorismo**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/empreendedorismo/>. Acesso em 25/10/2020.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Vantagens e desvantagens da Globalização**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/pos-contras.htm>. Acesso em: 24 out. 2020.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SILVA, Cesar Roberto Leite da; LUIZ, Sinclayr. **Economia e Mercados**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Economia Básica**. São Paulo: Atlas, 2007.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S. **Introdução a Economia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

EMPREENDEDORISMO E O EMPREENDEDOR¹

Matheus Cuccarolo, matheuscucca@gmail.com²
 Sandra Mara Bragagnolo, sandramara@uniarp.edu.br³

Resumo

O empreendedorismo é uma atividade necessária tanto para a economia quanto para a sociedade como um todo, pois graças ao empreendedorismo existe a inovação e o avanço tecnológico. O empreendedorismo é caracterizado pela iniciativa e pela mudança, em que a busca por algo novo e inédito é seu objetivo. O empreendedor é o agente que torna o empreendedorismo realidade, é aquele disposto a enfrentar os paradigmas, assumindo riscos para tornar suas ideias realidades viáveis. O termo empreendedorismo vem sendo muito utilizado na atualidade, e de forma equivocada na maioria das vezes, sendo o objetivo desse trabalho conceituar de forma científica a atividade empreendedora. O resultado é a constatação do termo através de autores, que conceituaram a atividade empreendedora, concluindo que o termo está ligado diretamente à inovação e à criação de algo novo e inédito.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Empreendedor. Inovação.

INTRODUÇÃO

A inovação é fundamental para a sociedade, apenas com a inovação se tem o progresso, se melhora a vida das pessoas e sua qualidade de vida. A inovação, até mesmos as mais pequenas e simples, nós ajudaram a superar os desafios que enfrentamos ao o passar do tempo. E não tem como falar de inovação sem falar sobre empreendedorismo, apenas com a figura do empreendedor que pode existir a inovação (BESSANT; TIDD, 2019).

O empreendedorismo é caracterizado pela busca de algo novo, de aproveitar oportunidades, ter iniciativa de abrir algo próprio. O empreendedorismo vem cada vez mais ocupando espaço no ambiente empresarial atual, em que grandes empresas vem perdendo lugar, para pequenas empresas inovadoras (MAÇÃES, 2017).

É com o empreendedor, com suas características de iniciativa e proatividade, que as inovações começam a surgir. O empreendedor tem a disposição de assumir riscos em virtude de suas ideias, a partir do momento em que começa a colocar em ação seus planos, muda as percepções do mercado (TAJRA, 2014).

O objetivo principal dessa revisão teórica é identificar os conceitos acerca desse tema, respondendo à pergunta, quais os principais conceitos associados ao empreendedorismo?

Nos últimos anos se teve um aumento com a utilização dos termos empreendedorismo e empreendedor, os quais, na maioria das vezes, é usado de forma errônea ou com outro sentido que não o certo.

O empreendedorismo é fundamental tanto para a economia quanto para a sociedade em geral, devido a isso a importância de realizar um trabalho em que conceitue de forma certa o termo, e ao mesmo tempo desmitifique termos errados a

¹ Trabalho referente à atividade de Projeto Integrador da 2ª fase do curso de Administração.

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do curso de Administração e pesquisadora da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

ele. Abordar esse tema traz uma reflexão sobre a conceituação correta, e dessa forma tirando a redundância assimilada ao empreendedorismo e ao empreendedor. Em que o conceito correto esteja claro e compreensível após a leitura desse trabalho.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica aplicada. Quanto ao seu objetivo, classifica-se como exploratória a partir de levantamento bibliográfico.

REVISÃO TEÓRICA

Jean Baptiste Say e Edgar Alois Schumpeter tinham similaridade ao definir empreendedorismo, sendo o empreendedor o agente que transferia os recursos econômicos para melhorar e modificar de forma mais eficiente o setor produtivo. Que para existir o empreendedorismo é necessário propor algo novo e viável, a iniciativa e a inovação pilares para o progresso de um empreendedor (VELHO, 2017).

“Numa visão mais simplista, podemos entender como empreendedor aquele que inicia algo novo, que vê o que ninguém vê, enfim, aquele que realiza antes, aquele que sai da área do sonho, do desejo, e parte para a ação” (VELHO, 2017, p. 11).

O empreendedorismo na atualidade está retirando barreiras econômicas, sociais e culturais, através da globalização, inovações criadas por empreendedores melhoram a vida das pessoas diariamente e podem ser usadas por todo o globo, além de trazerem novos aspectos para as relações de trabalho, criando novas formas de criar riquezas, fazendo com que mais pessoas possam se incluir na economia de forma com que são transformadas em novos geradores do progresso econômico (DORNELAS, 2018).

“O empreendedorismo é, indiscutivelmente, um importante vetor de progresso econômico e desenvolvimento social, acelerador de inovações, gerador de empregos e renda, impulsionador do aumento de produtividade e do crescimento” (BARROS NETO et al., 2018, p. 145).

As dificuldades sempre estiveram presentes na história da humanidade, as quais só foram superadas através de atos de mudança, criatividade e criação de algo novo. Dessa forma, o ato de empreender é algo muito antigo, que beira o início da civilização humana, sendo fundamental para a sobrevivência e, conseqüentemente, o progresso da humanidade. Claro que o empreendedorismo deve ser compreendido de acordo com cada período histórico, mas a essência sempre permanece a mesma: solucionar e buscar respostas a necessidades e, somente através da mudança, isso é possível (PATRÍCIO; CANDIDO, 2016).

Para Kuratko (2016, p. 3) as iniciativas empreendedoras “são aquelas cujos objetivos principais do empreendedor são a inovação, a rentabilidade e o crescimento acelerado. Assim, o negócio é caracterizado por práticas estratégicas inovadoras e crescimento sustentável”.

A atitude é fundamental ao empreendedorismo, a postura do empreendedor deve ser de proatividade, transformando as situações com entusiasmo, focando nos resultados, com soluções criativas e inovadoras. Essa atitude é que vai transformar e promover desenvolvimento nas empresas, fazendo com que se mantenham participativas no mercado. Assim, é necessária adaptação às mudanças tanto tecnológicas quanto sociais e culturais. Aquele que queria ser o empreendedor precisa ser o agente da mudança, estimulando a inovação (TAJRA, 2019).

O empreendedor tem em suas características a paixão pelo que faz, não se satisfaz com o senso comum, ele está em busca de algo em com que possa se sobressair, se diferenciando com ideias que os outros não conseguem nem imaginar. O que o movimenta também é o reconhecimento, as pessoas saberem que foi ele quem teve a motivação para criar algo que é diferente de tudo que já foi criado, e que com isso está ajudando e facilitando a vida de diversas pessoas (DORNELAS, 2018).

Diversos são os fatores que influenciam as características do empreendedor, Nesse caso, aspectos como o Estado, estilo de consumo e a cultura, são influências externas ao empreendedor, e as características pessoais, como liderança e criatividade, sendo aspectos internos de influência. Mas existe o consenso de que o empreendedor deve ser aquele que se antecipa e explora oportunidades, saindo de sua zona de conforto, sendo intenso e apaixonado pelo que está realizando, tomando iniciativa e mudando os paradigmas existentes (BARROS NETO et al., 2018, p. 145).

“Vemos, deste modo, que atividade empreendedora é toda aquela que começa com uma visão ou sonho, mas que depois por via de etapas de concepção e implantação, converte esse mesmo sonho inicial em realidade” (SARAIVA, 2015, p. 34).

“Ser empreendedor é pensar diferente. Enquanto a maioria das pessoas busca segurança, os empreendedores assumem riscos. Não querem um emprego; querem criar em pregos” (JOHNSON, 2019, p. 10).

Com a popularização da palavra empreendedorismo surgiu várias dúvidas e perguntas acerca do termo, muitos se utilizaram da palavra para criar ideias errôneas sobre o empreendedor e a atividade que ele desempenha, termos como sorte, e expressões como não é preciso estudar ou se nasce pronto para ser empreendedor, foram associados a atividade empreendedora (TAJRA, 2019).

O empreendedor precisa de muito conhecimento sobre o que está realizando, não é possível ter sucesso sem uma base de estudo e conhecimento. O empreendedor não nasce pronto, e não é de uma hora para outra que se torna um empreendedor de sucesso ou que se tem uma ideia que muda todos os paradigmas, é necessário muita dedicação e pesquisa (PATRÍCIO; CANDIDO, 2016).

A sorte é, por muitos, relacionada à principal causa para um empreendedor ter sucesso, mas, na verdade, o motivo de ter tido sucesso é que estava no lugar certo e com o preparo necessário para aproveitar uma oportunidade, não adianta ter sorte se não se tem o que é necessário para transformar uma oportunidade em um empreendimento de êxito (KURATKO, 2016).

Empreendedores correm riscos calculados, riscos que podem ser controlados e aproveitados. A ideia que o que os empreendedores assumem riscos diariamente e que esses riscos são desconhecidos ou que levarão eles a falência é um erro. Correr riscos faz parte do empreendedorismo, mas isso não significa que são apostas feitas sem planejamento, mas na verdade são decisões baseadas em pesquisa e conhecimento (KURATKO, 2016).

O dinheiro e o capital inicial são importantes, mas a determinação e a confiança em criar algo que irá mudar a vida das pessoas tem que ser mais importante. Uma ideia pode sim ser posta em prática sem dinheiro, muitos são os exemplos de empresas que hoje são gigantes que iniciaram suas atividades praticamente sem nenhum recurso financeiro, o importante é começar (MENDES, 2017).

A liderança é um fator fundamental para um empreendedor, é preciso estar diante da equipe, os liderando e mostrando os caminhos que o negócio deve tomar. Sendo necessário inteligência emocional, para lidar com todos os desafios

dificuldades que terá pelo caminho, mantendo a motivação e a coragem (CAVALCANTI; FARAH; MARCONDES, 2017).

O primeiro desafio de um empreendedor é elaborar um plano de negócios, colocar suas ideias e objetivos no papel, tentar identificar tudo o que é necessário para colocar o negócio em atividade, com informações que irão auxiliar em todo a jornada (HASHIMOTO; BORGES, 2020).

O empreendedor assume a responsabilidade por todos os seus atos e pelo que acontece dentro de sua empresa. Dessa forma, é desafiador enfrentar todas as variáveis e a complexibilidade de um negócio. Além de ter que balancear a vida pessoal com a vida de empreendedor. Não trazer para a vida pessoal as incertezas é um desafio ao empreendedor (MENDES, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização dessa revisão, fica claro que o empreendedorismo é uma atividade relacionada à inovação, à criação de algo novo e viável. O empreendedorismo pode ser definido como atividade fundamental para o desenvolvimento, pois, através de ideias inovadoras, soluciona problemas do seu entorno.

O empreendedor se dedica para fazer com que sua ideia dê resultados, abdicando de sua vida pessoal em prol de tornar seu sonho realidade. O empreendedor age de forma que os objetivos sejam alcançados, com muita dedicação e estudo.

Os desafios são muitos, o empreendedor precisa enfrentar diariamente uma série de obstáculos, tanto pessoais quanto relacionados à sua empresa ou negócio, mas sabe que de sua resiliência depende o sucesso de seus projetos.

O objetivo proposto foi esclarecido com a realização do trabalho, ficando constado de forma clara os conceitos e aspectos relacionados ao empreendedorismo e ao empreendedor.

REFERÊNCIAS

- BARROS NETO, João Pinheiro de, et al. **Administração: Fundamentos da Administração Empreendedora e Competitiva**. São Paulo: Atlas, 2018.
- BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.
- DORNELAS, José. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 7. ed. São Paulo: Editora Empreende, 2018.
- FARAH, Osvaldo Elias; CAVALCANTI, Marly; MARCONDES, Luciana Passos. **Empreendedorismo estratégico: criação e gestão de pequenas empresas**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.
- HASHIMOTO, Marcos; BORGES, Candido. **Empreendedorismo: plano de negócio em 40 lições**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
- JOHNSON, Kevin D. **A mente do empreendedor**, Bauru: Astral Cultural, 2019. Livro Eletrônico. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=x7aIDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=empreendedor&ots=cU_5

[wfGsOh&sig=6RC61WaTmq7WcayJui-o-L2wUrU#v=onepage&q=empreendedor&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=wtWICwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=empreendedorismo&ots=nRtDHFvutT&sig=u3jUtpYLERs-luvFUjFe6tzkCCK#v=onepage&q=empreendedorismo&f=false) Acesso em: 06 outubro de 2020

KURATKO, Donald F. **Empreendedorismo: teoria, processo, prática**. 10.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

MAÇÃES, Manuel Alberto Ramos. **Empreendedorismo, inovação e mudança organizacional**. Coimbra: Conjuntura Actual, 2017.

MENDES, Jerônimo. **Empreendedorismo 360º: A prática na prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PATRÍCIO, Patrícia; CANDIDO, Claudio R. **Empreendedorismo: uma perspectiva multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016.

SARAIVA, Pedro Manuel. **Empreendedorismo: do conceito à aplicação, da ideia ao negócio, da tecnologia ao valor**. 3. ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. Livro Eletrônico. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=wtWICwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=empreendedorismo&ots=nRtDHFvutT&sig=u3jUtpYLERs-luvFUjFe6tzkCCK#v=onepage&q=empreendedorismo&f=false Acesso em: 04 outubro de 2020

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Empreendedorismo: conceitos e práticas inovadoras**. 2. ed. São Paulo: Erica, 2019.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Empreendedorismo: conceitos e práticas inovadoras**. São Paulo: Erica, 2014.

VELHO, Adriana Galli; GIACOMELLI, Giancarlo. **Empreendedorismo**. 3. ed. Porto Alegre: Sagah, 2017.

Análise econômica com dados de gestores (as) negros (as) atuantes no município de Caçador/SC

André Lucas Bueno, buenoandre63@gmail.com¹

Natanael Castanha, natanaelcstna@gmail.com²

Tatiane Bernardy, e-mail³

Resumo – Este estudo tem o objetivo de pesquisar e analisar a economia do município de Caçador, conforme dados dos gestores negros. E apresentando os desafios e dificuldades neste ano em meio a pandemia do Covid-19. Os resultados informados foram em sua grande maioria conclusivos que há em Caçador a promoção da diversidade.

Palavras-chave: Diversidade. Caçador/SC. Gestores. Economia. Pandemia.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem o objetivo de pesquisar e analisar a econômica com dados de gestores (as) negros (as) atuantes no município de Caçador/SC. As dificuldades encontradas pelos gestores tornam-se cada vez mais recorrentes. Pois a economia está em constante mudança. Esta pesquisa se caracteriza por sua natureza quantitativa e tem como objetivo levantamento e análise de dados quantitativos referentes a análise econômica de gestores negros no município de Caçador/SC. Devido à COVID-19 a pesquisa sofreu alterações em seu cronograma inicial e o exposto neste trabalho não reflete a totalidade dos dados e análises inferidas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Existe uma relação enfatizada por alguns economistas, há certo tempo, entre crescimento econômico e saldo da conta de transações corrente, conhecido como lei de Thirlwall. De acordo com essa abordagem, é fundamental um bom desempenho do setor exportador de forma a manter a conta-corrente equilibrada para que um determinado país consiga elevados níveis de investimentos e de crescimento econômico.

Além de relaxar a restrição do setor externo, altas taxas de crescimento das exportações dinamizam a economia pela possibilidade que se abre na produção de bens mais intensivos em tecnologia, pois ocorre um processo de descolamento entre o consumo e a produção domésticos. Adicionalmente, os preços das exportações são inelásticos em relação à quantidade produzida, como argumentando por Eichengreen (2008). Vale mencionar ainda que um bom desempenho do setor exportador, com ganhos de participação deste no Produto Interno Bruto (PIB), estimula o crescimento econômico porque ele possui grande capacidade de absorver tecnologia do resto do mundo, além do maior potencial de

¹ Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora, Mestra em Administração, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

ganhos de learning by doing quando se compara aos demais setores da economia (Eichengreen, 2008).

Como meio de produção e bem de consumo do capital (MINGIONE, 1977), o território se expande segundo seus interesses de acumulação, e as intervenções nele realizadas se articulam com outras áreas geográficas em relações de subordinação (MASSEY, 1995), promovendo mudanças na estrutura econômica expressas na diversificação e multiplicação de atividades econômicas.

A depreciação cambial também eleva o nível de poupança e investimentos de forma a estimular o processo de acumulação de capital, de acordo com Bresser Pereira (2004). Segundo o autor, uma taxa de câmbio competitiva mantém os salários reais em níveis baixos, assim como o consumo. Em contrapartida, o câmbio depreciado provoca oportunidades de obtenção de lucros para as empresas do setor exportador, o que acaba promovendo uma elevação nos investimentos.

R.M. Fischer temos que "qualquer técnica não pode ser tomada por si só, mas como elemento de uma totalidade mais complexa que a determina; como componente do quadro social e político no qual se insere, cujas características essenciais ela não pode acobertar ou mascarar pela força com que se impõe, baseada na eficiência dos resultados obtidos. O predomínio da razão técnica na sociedade moderna, o qual enfatiza na empresa as técnicas de organização, as técnicas gerenciais e de supervisão, as técnicas de maquinaria e equipamentos, e, no Estado, privilegia as técnicas de planejamento e de controle da vida social, é elemento componente do quadro ideológico legitimador do Capitalismo Monopolista"¹³. É claro que podem ser destacados diversos aspectos positivos resultantes da introdução de formas mais participativas e consensuais de administração da força de trabalho. A busca de critérios mais universalistas na seleção, recrutamento, remuneração etc. tem sido amplamente apontada pela literatura administrativa e gerencial. O rompimento com critérios clientelísticos, patrimonialistas e particularistas na administração de RH, além de contribuir para o aumento da produtividade do trabalho, tem sido a meta de toda administração que se diz moderna e democrática. Assim, a "modernização da administração de Recursos Humanos verificou-se prioritariamente nas empresas do setor dinâmico, que demandavam uma mão-de-obra da qual o mercado de trabalho era carente na ocasião, e que traziam tecnologias ou processos de trabalho que mudariam radicalmente as formas habituais de trabalho. Ou então, em empresas nas quais, independentemente de pertencerem ao setor dinâmico ou tradicional da economia, o modo como se administrava o pessoal já não se mostrava eficiente para manter o controle da mão-de-obra, em função de causas diversas, tais como: mudanças no perfil da oferta de trabalhadores, introdução de aperfeiçoamentos técnicos ou tecnológicos, alterações das características do mercado consumidor, e condicionantes conjuntarias específicas.

METODOLOGIA

Estatística Inferencial ou Indutiva

Busca inferir, induzir ou estimar sobre a característica do todo (a população) com base nos dados da parte (amostra). Usa técnicas para generalizar um fato particular tendo como referência uma amostra

A pesquisa busca o levantamento e análise de dados qualitativos e quantitativos referente a análise econômica com dados de gestores (as) negros (as) atuantes no município de Caçador/SC. E tem como pergunta norteadora: Qual é o cenário econômico do município de Caçador, ainda como objetivos identificar e analisar as

dificuldades apresentadas pelos gestores no que tange os saberes os desafios relacionados à resolução de problemas sociais e econômicos, visa ainda e promover a diversidade no meio econômico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme análise dos dados pesquisados, os gestores identificaram que no município de Caçador há oportunidades para pessoas negras, assumirem cargos de gestão, desta forma promovendo a diversidade nas organizações. Dois desafios informados pelos gestores, dentro das organizações é a Qualificação e Experiência, pois ao assumir e liderar uma equipe é de grande valia deter esses dois aspectos, a qualificação que é o conhecimento, e a experiência para poder lidar com situações adversas.

Segundo os gestores, o maior desafio relativo a economia no ano de 2020, foi a Pandemia, pois todos foram pegos de surpresa, conforme legislação os estabelecimentos comerciais tiveram que se adequar, no início um cenário de instabilidade estava instaurado, mas ao longo da pandemia, a economia foi se regulando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme análise dos dados, em meio a pandemia o e-commerce se fortaleceu, o aumento da utilização deste modo de comercio foi necessário. Os lojistas tiveram que se adequar a este modo operandis. Outra forma foi o delivery, assim mantendo o comercio de acordo com a legislação.

Agradecemos primeiramente a todos entrevistados e a professora orientadora por auxiliar neste projeto, este projeto foi de grande importância porque com os resultados conseguimos ter um grande entendimento das situações do mercado e econômicas de Caçador. Esse trabalho trouxe um grande impacto em nosso grupo aprendemos muito sobre como se comporta o mercado de trabalho através da opinião de pessoas do mesmo.

A questão racial deve ser sempre discutida para evitarmos desigualdades com essa pesquisa nós conseguimos ter uma noção de como é participação e opinião negra sobre o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

MEIRELES, S. F.; JAYME JR, F. G.; LIBÂNIO, G. A. **Mobilidade de capitais e crescimento econômico: identificando elementos para uma síntese teórica.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 3 (37), p. 439-467, 2009.

BARBOSA-FILHO, N. H. **Growth, exchange rates and trade in Brazil: a structuralist postKeynesian approach.** Nova Economia, v. 14, n. 2, p. 59-86, 2004.

S, J.; DIAS, M. H. A.; LIMA, F. F. **Os efeitos da política educacional no crescimento econômico: teoria e estimativas dinâmicas em painel de dados.** Revista de Economia Política, v. 29, n. 3, p. 232-251, 2009.

MONTEIRO APARECIDO JORGE. **A questão racial e a administração de recursos humanos nas empresas brasileiras.** Rev. adm. empres. vol.29 no.1 São Paulo Jan./mar. 1989

PERCEPÇÃO E COMPORTAMENTOS DE IGUALDADE DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO¹

Arthur Tribeck, arthurtribeckmaciel@hotmail.com²

Rafaela Abraão, 09475778900@uniarp.edu.br³

Thaíni Nunes Dias, thaininunes@hotmail.com⁴

Vinicius Scapinelli Parizotto, Parizottovinicius69@gmail.com⁵

Vitor Luiz França Gonçalves, vitorluiz299@gmail.com⁶

Dra. Ivanete Schneider Hahn, ivischneider@hotmail.com⁷

Resumo

Este estudo é o resultado do Projeto Integrador da 4ª fase do Curso de Administração, que possui como tema central a Diversidade. Considerando que o produto do Projeto Integrador é um artigo científico, foi conduzida uma pesquisa de campo, com o intuito de identificar a percepção e os comportamentos de igualdade de gênero no ambiente universitário, tendo como unidade de análise a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Para tal, uma *survey* com 106 estudantes foi conduzida. Os resultados mostram que: a amostra entende que (1) as mulheres são mais empáticas que os homens; (2) os homens teriam mais agressividade para negociar e expressam menos seus sentimentos; (3) grande parte dos respondentes afirma não manifestar comportamentos machistas, embora um percentual que variou entre 2,8% e 31% assumiu eventualmente ter tido tais comportamentos.

Palavras-chave: Igualdade de gênero. Feminismo. Ambiente Universitário.

INTRODUÇÃO

As diferenças entre os sexos têm sido percebidas por meio da história, não apenas como diferenças, mas sobretudo como sinais de superioridade do masculino sobre o feminino (CARVALHO *et al.*, 2001). A mulher tem sido vista e tratada como inferior ao homem na sociedade e, como consequência, no mercado de trabalho. Isto ocorre desde tempos remotos, com a criação e disseminação do conceito filosófico do “essencialismo genérico” defendido inclusive por pensadores que contribuíram significativamente para os valores disseminados no mundo ocidental, como Aristóteles, Platão e Rousseau. Tal conceito exaltava a capacidade masculina de utilizar a razão como forma de dominar as necessidades corpóreas e apresentava a mulher como um ser dominado pela sensibilidade, sendo assim incapaz de se controlar frente aos desejos corpóreas. O “essencialismo genérico” explica essas diferenças entre os gêneros a partir de uma explicação fundamentada na biologia. Assim, por ser de ordem natural, acreditava-se que as diferenças entre homens e mulheres eram imutáveis, sendo que a mulher passou a ser vista como uma ameaça

¹ O presente trabalho refere-se ao Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Administração.

² Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do Curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp)

⁵ Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Doutora em Administração (UFSM/RS), Professora do Curso de Administração da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

à ordem pública, devendo ser relegada apenas às tarefas domésticas (CARVALHO *et al.*, 2001).

Após a revolução industrial houve algumas mudanças em relação ao conceito de gênero. Tema que primeiramente fora estudado pela Antropologia, posteriormente Psicanálise e nas décadas de 1960 e 1970 pelas feministas, o que ajudou a animar estudos nas Ciências Sociais (SCOTT, 1960; LOURO, 2000). Os estudos relacionados a gênero, por sua vez, começaram a sugerir que as noções de “homem” e “mulher”, “masculino” e “feminino”, foram noções historicamente construídas e suas particularidades derivam das diferenças culturais de cada grupo social e das definições de realidade. Isto quer dizer que essas relações são ativas e, portanto, mutáveis e conjunturais (SCOTT, 1986; AMÂNCIO, 1996; LASSANCE e MAGALHÃES, 1997; LOURO, 2000; GROSSI, 2004).

Mas apesar de inegáveis mudanças que trouxeram melhoras para o sexo feminino, a desigualdade entre os gêneros está presente em todas as dimensões das relações sociais e evidencia-se, sobremaneira, no âmbito das organizações. Com efeito, o “problema da mulher” jamais deixou de existir. As manifestações da posição de domínio masculino são, hoje, menos explícitas, todavia continuam presentes tanto no trabalho quanto no âmbito doméstico/privado. Embora já não existam obstáculos legais ao acesso das mulheres às diversas esferas da vida social, inúmeras situações de discriminação são mantidas, o que indica que da igualdade de direitos à igualdade de fato há ainda um longo caminho a percorrer (BETIOL, 2000; HURLEY, 1999; MAVIN; BRYANS, 1999).

Pode-se observar o desenvolvimento da mulher na sociedade, como o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho (HALLOCK *et al.*, 1998; SOUZA; GUIMARÃES, 2000; WOOD, 1999), a subordinação dos papéis femininos aos masculinos (HABERFELD, 1992; KORAC-KAKABADSE; KOUZMIN, 1997; OLIVEIRA *et al.*, 2000). Mesmo o tema sendo amplamente estudados nos últimos anos, verifica-se que existem espaços considerados, historicamente, mais propensos a inclusão feminina, que é o caso das Universidades. Portanto, o **objetivo desse estudo é identificar a percepção e os comportamentos de igualdade de gênero no ambiente universitário, tendo como unidade de análise a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).**

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A desigualdade entre os gêneros ainda é real e engloba tanto a extensão das relações sociais, quanto as organizações. O cenário de dominação masculina ainda codifica os valores de todas as sociedades. Mesmo que esteja sendo disseminada de maneira menos explícita, esta dominação ainda se reflete em inúmeras situações de discriminação que continuam ocorrendo, o que indica que da igualdade de direitos à igualdade de fato há ainda uma profunda diferença (BETIOL, 2000).

Os homens, em relação a liderança da mulher acreditam que elas encontram mais dificuldades para utilizar da autoridade sobre os colaboradores, por serem mais sensíveis, compreensivas e criativas. Já para as mulheres isto é apenas uma forma diferente de liderar, compreendendo mais o emocional de todos e sendo mais democrática, já o homem utiliza mais da agressividade e objetividade. Sendo assim, o homem é muito mais individualista ao trabalhar em equipe e desafia mais ainda autoridade se ela for mulher (BETIOL; TONELLI, 1991).

Além disso, a família como um todo, casamento, e filhos acabam impactando negativamente para a mulher e positivamente para o homem. O homem não sente culpa de não dar toda a atenção para seus filhos, porque esse fator já está arraigado culturalmente. Porém, a mulher que cuida dos seus filhos e leva trabalhos para a casa, e não consegue dar toda a atenção que merecem, se sente culpada assim trazendo stress e conflitos para a família por estar sobrecarregada (NOOR, 2002). Outro fator determinante para a mulher na carreira profissional seria a decisão de escolher entre ser mãe ou ingressar no mercado de trabalho, pois é nesse exato momento em que ocorrem esses dois fatos, é que a mulher cresce em sua carreira (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002).

METODOLOGIA

Esta pesquisa se pautou num levantamento quantitativo e exploratório. A técnica de coleta de dados utilizada foi a *survey*, sendo um questionário estruturado, elaborado por meio da ferramenta do Google Forms, e aplicado online por meio da rede de contato dos pesquisadores. A seleção dos participantes foi aleatória simples, por conveniência. A coleta de dados ocorreu entre os meses de setembro e outubro de 2020 e obteve-se um no total de 106 questionários válidos.

A análise dos dados foi feita utilizando técnicas estatísticas, por meio do software SPSS Statistics 21. Inicialmente, foi conduzida a preparação da matriz de entrada de dados, onde foram analisados *missing values*, *outliers*, e a normalidade da distribuição de dados. Em seguida, realizou-se a análise descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra da pesquisa foi composta por 81,1% de respondentes do sexo feminino e 18,9% do sexo masculino. Destes, 77,3% são solteiros. A faixa de renda mais frequente entre os respondentes é 2 a 6 salários mínimos (40,6% dos respondentes), seguido de até 2 salários mínimos (34,9% dos respondentes). Entre os respondentes, havia estudantes do Curso de Administração (37,7%), Direito (16%), Medicina (8,5%), Serviço Social (15,1%), Educação Física (6,6%), Fisioterapia (5,7%), Sistemas de Informação (2,8%), Psicologia (5,7%), Arquitetura e Urbanismo e Pedagogia (1,8%). Nas Tabelas 1 e 2, são sintetizados demais resultados da pesquisa de campo.

Tabela 1 – Resultados da análise descritiva

	Igual	Homens +	Mulheres +	Não opinou
Esforço investido no trabalho e comprometimento	67,9%	2,8%	25,5%	3,8%
Disposição em assumir riscos	48,1%	25,5%	17%	9,4%
Empatia (entender de fato o problema do outro, seja liderado, par, chefe, cliente)	35,8%	-	55,7%	8,5%
Agressividade para negociar	37,7%	47,2%	6,6%	8,5%
Estilo de gestão centralizador	47,2%	20,8	19,8%	12,3%
Expressa menos os sentimentos	17%	72,6%	7,5%	2,8%
Racionalidade e tomada de decisão	46,2%	28,3%	19,8%	5,7%

Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Tabela 2 – Resultados da análise descritiva

	Sim	Não, para mulher	Não, para ninguém	Não opinou
Já interrompeu a fala de uma mulher no trabalho/ ambiente de estudo / outro	34%	1,04%	53,8%	1,9%
Já deu tratamento depreciativo quanto as falas e opiniões de mulheres	7,5%	20,8%	65,1%	6,6%
Já boicotou ou ridicularizou falas e pronunciamentos de colegas que defendem causas feministas	11,3%	15,1%	68,9%	3,8%
Já desprezou ou desvalorizou a capacidade/competência de uma mulher	9,4%	85,8%	4,7%	-
Já ignorou o pedido de palavra de uma mulher no ambiente de trabalho/ universidade / qualquer outro	5,6%	14,2%	80,2%	-
Já fez uso de reiterações discursivas como forma de ter a “última palavra” em discussões com mulheres	11,3%	9,4%	70,8%	8,5%
Já deu tratamento discriminatório no controle do tempo de fala das mulheres	2,8%	11,3%	84%	1,9%
Já rotulou de “histéricas, loucas e descontroladas” quando uma mulher reagiu ao seu discurso/ fala	18,9%	20,8%	56,6%	3,8%
Já adjetivou de forma depreciativa ou com expressões de conotação sexual uma mulher no trabalho / universidade	15,1%	14,2%	67,9%	3,8%
Já olhou com deboche, ou fez gestos e expressões faciais de reprovação ao que foi dito pelas mulheres no trabalho / universidade	31,1%	14,2%	50,9%	3,8%
Já pensou que é melhor ou que deveria ganhar mais que uma colega mulher no ambiente de trabalho / universidade	2,8%	8,5%	81,1%	7,5%

Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Para os respondentes, considerando a sua posição face à relação trabalho/vida pessoal e familiar, 81,1% considera que a vida pessoal e familiar é tão importante quanto a carreira, 11,3% entende que a vida pessoal e familiar são mais importantes que a carreira, e para 7,5% a carreira está acima de tudo. Para 98,1% dos respondentes, homens e mulheres têm igual responsabilidade em garantir a subsistência da família.

Por fim, foi solicitado aos respondentes qual posicionamento teriam, sendo que 87,7% se consideram feministas (onde há igualdade de direitos e competência entre homens e mulheres), 0,9% se consideraram femistas (mulheres superiores aos homens) e 11,3% não opinaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise da percepção de perfil entre homens e mulheres, tem-se os respondentes entendem que as mulheres são mais empáticas que os homens, ao ponto que os homens teriam mais agressividade para negociar e expressam menos seus sentimentos.

Na análise de comportamentos machistas, tem-se que grande parte dos respondentes afirma não os manifestar, embora um percentual que variou entre 2,8% e 31% (para a variável “olhou com deboche, ou fez gestos e expressões faciais de reprovação ao que foi dito pelas mulheres no trabalho / universidade”) assumiu eventualmente ter tido tais comportamentos.

REFERÊNCIAS

- AMÂNCIO, L. Gender representation and the representation of person. **The European Legacy: towards new paradigms**, v.3, p.999-10, 1996.
- BETIOL, M. I. S. Ser administradora é o feminino de ser administrador? In: ENANPAD, 24. Anais... Florianópolis: ENANPAD, 2000. CD-ROM.
- BETIOL, M. I. S.; TONELLI, M. J. A mulher executiva e suas relações de trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, v. 31, n.4, p.17 - 33, out/dez. 1991
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu.**, v.17/18, p. 157-196, 2002.
- CARVALHO, M. P. F. S.; CARVALHO, J. F. L. S.; CARVALHO, F. A. Z.; O Ponto de Vista Feminino na Reflexão Ética: Histórico e Implicações para a Teoria de Organizações. In: ENANPAD, 25, **Anais...** ENANPAD, 2001.
- GROSSI, M. **Identidade e gênero**. IN: Dantas, C. C. Seminário de relações de gênero. 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced/geerge/redes>>. Acesso em: 8 Set. 2020.
- HABERFELD, V. Employment discrimination: an organizational model. **Academy of Management Journal**, v. 35, n. 1, March 1992.
- HALLOCK, Kevin F., HENDRICKS, Wallace e BROADBENT, Emer. Discrimination by gender and disability status: Do workers perceptions match statistical measures? **Southern Economic Journal**, v. 65, n. 2, Oct. 1998.
- KORAC-KAKABADSE, N.; KOUZMIN, A. Maintaining the Rage: From 'Glass and Concrete Ceilings' and Metaphorical Sex Charges to Psychological Audits and Renegotiating Organizational Scripts. **Women in Management Review**, v. 12, n. 5, 1997.
- LASSANCE, M.C.P.; MAGALHÃES, M.O. **Gênero e escolha profissional**. In: LEVENFUS, R.S. (Org.). A Psicodinâmica da escolha profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- LOURO, G. L. **Nas redes do conceito de gênero**. 2000. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced/geerge/>>. Acesso em: 08 Set. 2020.
- MAVIN, S.; BRYANS, P. Gender on the Agenda in Management Education? **Women in Management Review**, v. 14, n. 3, 1999.
- NOOR, N. M. Work-family conflict, locus of control, and women's well-being: tests of alternative pathways. **The Journal of Social Psychology**, v. 142, n. 5, p. 645-662. 2002.
- OLIVEIRA, N.; OLIVEIRA, R.C.M.; DALFIOR, S.R. Gênero e novas perspectivas de trabalho: Um estudo junto a mulheres gerentes de atendimento no Banco do Brasil. In: 24º Encontro da ANPAD, **Anais...** ENANPAD, 2000.
- SCOTT, J. W. Gender: A useful category of historical analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n.5, p. 1053-1101, 1986

CIÊNCIAS DA SAÚDE

Trabalhos oriundos de Projetos Integradores

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO CUIDADO COM RECÉM-NASCIDO NA PANDEMIA DO COVID-19¹

BARROS, Jaynara Renata Thibes de, jaythibes@yahoo.com.br²

CORRÊA, Suelen Ribeiro, suelenribe21@gmail.com³

BUZZI, Talissa, talissanathan@gmail.com⁴

OLIVEIRA, Silmara, oliveirasilmara361@gmail.com⁵

ANDRADE, Raquel Fátima Ribeiro de, raquel0030@gmail.com⁶

MASSOCO, Sarah Cristina Chiesa Massoco, sarahmassoco@gmail.com⁷

Resumo – Objetivo: O aleitamento materno é influenciado por mitos, crenças e tradições, o que pode acarretar em suspensão da amamentação exclusiva, atualmente o COVID-19 também afetou a relação mãe e bebê na questão de há transmissão pelo leite materno. **Método:** este trabalho através de revisão bibliográfica com as principais publicações na área da saúde, descreve que forma qualitativa as informações sobre aleitamento e COVID-19. **Resultados:** as contribuições deste será parte integrante de um e-book interdisciplinar, com as recomendações de manter o aleitamento materno, mesmo com a mãe suspeita ou positiva do coronavírus, com medidas de higiene, uso de máscara, orientações sanitárias, o vínculo deste binômio deverá ser promovido pelo Enfermeiro.

Palavras-chave: COVID-19, Amamentação, Enfermagem.

INTRODUÇÃO

Segundo a OPAS (2020) “as recomendações sobre aleitamento materno devem se basear não apenas nos riscos potenciais da COVID-19 para o bebê, mas em relação a mortalidade e mortalidade ao não aleitamento”. Além de que o risco de infecção pela COVID-19 é baixo (OPAS, 2020).

O presente estudo irá tratar sobre a amamentação de crianças por mães suspeitas ou infectadas pelo vírus SARS-CoV-2 (Síndrome Respiratória Aguda Grave de Coronavírus 2), cuidados que elas devem ter com relação a utilização higienização de instrumentos, bem como os benefícios trazidos da continuidade do aleitamento materno aos recém nascidos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pandemia do novo COVID-19 trouxe um sério problema de saúde pública no mundo, enquanto ainda se descobrem mais evidências sobre a doença, se mantém

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto Integrador da 6ª fase do curso de graduação em Enfermagem – Cartilha de Orientação à Saúde da Criança na Pandemia do COVID-19).

² Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a), Especialista do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

medidas preventivas de aglomerações, uso de máscara e lavagens das mãos frequentemente, diante deste cenário, muitas mães têm dúvidas a respeito da amamentação, se este ato pode gerar risco de infecção através do leite materno (SILVA, 2020).

Segundo evidências do Departamento Científico de Aleitamento Materno da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), não tem riscos de transmissão vertical do vírus Síndrome Respiratória Aguda Grave de Coronavírus 2 (SARS-Cov-2) no leite materno, a amamentação não deve ser interrompida e o contato da mãe com o bebê deve ser preservado, porém medidas preventivas devem ser mantidas (SILVA, 2020).

METODOLOGIA

Em período de pandemia do COVID-19 em que a adoção do isolamento social como medida de prevenção, o apoio familiar e de pessoas próximas às mulheres gestantes e puérperas pode ser fazer prejudicado e um momento de novo ciclo vital, com tantas dúvidas com o novo papel, inseguranças entre outros. É possível contribuir, na divulgação de conhecimentos de enfermagem sobre maternidade em tempos de COVID-19 por meio de um e-book?

Neste projeto integrador teve-se como objetivo a elaboração capítulo de um e-book com orientações de Enfermagem para a saúde do recém-nascido em tempos de Pandemia do COVID-19, e posterior à divulgação em mídia e publicação a comunidade junto ao através do portal da universidade. Assim a escolha metodológica foi uma revisão bibliográfica na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) online, com os descritores amamentação e COVID-19 com o total de 139 artigos, após a utilização dos descritores específicos: (aleitamento) AND (COVID-19) AND (fulltext:"1") AND mj: ("Aleitamento Materno") AND la:("en" OR "pt") na versão português e inglês e critérios de inclusão textos completos, publicados no ano de 2020 sendo 8 artigos, sendo sintetizado os aspectos da assistência de enfermagem na orientação a amamentação durante esta pandemia mundial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O papel do profissional de enfermagem no enfrentamento ao COVID-19, na assistência ao aleitamento materno, deparou-se com as reflexões mantem a amamentação, contato pele a pele com mãe suspeita, benefícios e medidas de prevenção, para esta análise e síntese da assistência de enfermagem na amamentação no COVID-19, utilizou-se da revisão bibliográfica.

Conforme Silva (2020), os estudos científicos demonstram que as mães que amamentam precisam ter cuidado com a higiene das mãos antes e após o contato com o bebê, além de usar máscara facial, para as que não se sentem seguras em relação à amamentação, podem ordenhar o leite manualmente ou com bombas extratoras, utilizando os mesmos cuidados de higiene para depois disponibilizá-lo através de colheres ou copos, os profissionais devem orientar a iniciar ou manter a amamentação, pois os benefícios da amamentação são essenciais à saúde da mulher e do bebê, além de ser superior ao risco de contágio causado pelo COVID-19.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), recomendam o contato mãe-bebê e a manutenção do aleitamento materno, primeiramente deve ser feito uma avaliação abrangente que leve em consideração os riscos da COVID-19 para a criança, os prejuízos associados

à ausência da amamentação e o uso inadequado das fórmulas infantis. Visto que a amamentação, é uma estratégia natural de vínculo, proteção e nutrição, pois quando feita de forma exclusiva até os 6 meses de e ainda a proteção contra infecções, inclusive a infecção por COVID-19, redução da mortalidade neonatal; redução da probabilidade de sobrepeso e obesidade, efeitos positivos na inteligência, contribuição no alcance de maior renda durante a vida adulta, no aspecto materno diminui o risco de câncer de ovário e mama, reduz os gastos voltados para a saúde e auxilia no planejamento familiar evitando gravidez indesejada, através do Método de Amenorréia Lactacional (LAM).

Até o presente momento não existem dados suficientes para determinar se é possível a transmissão vertical da COVID-19 pela amamentação, em contrapartida se tem conhecimento sobre dois aspectos: o primeiro está relacionado aos diversos benefícios trazidos com o aleitamento materno, e o segundo diz respeito a infecção pelo novo coronavírus, a qual em bebês é comumente leve ou assintomática com risco baixo (OPAS,2020).

Em um estudo proposto por Marin et. al (2020), apresentou dados que a transmissão é negativa de SARS-CoV-2 para colostro expresso manualmente de mães positivas evidenciou que a expressão manual (garantindo o uso de máscara e as medidas higiênicas adequadas para as mãos e a mama), quando a amamentação direta não é possível, parece ser uma forma segura de alimentação de recém-nascidos de mães com COVID-19. O ácido nucleico do SARS-CoV-2 não foi detectado no leite materno, mas os anticorpos, não havendo assim evidência de transmissão do vírus na amamentação, o aleitamento materno não é considerado fonte de infecção de vírus para o bebê, ao contrário, tem o papel de prevenir as infecções respiratórias, permitindo o vínculo do binômio (MARTINS-FILHO; SANTOS; SANTOS JR., 2020)

As recomendações durante a lactação durante o risco do COVID-19 são : lavar as mãos frequentemente com água e sabão ou higienizá-las com álcool em gel, principalmente antes de tocar no bebê, usar máscara médica (cirúrgica) durante qualquer contato inclusive durante a amamentação, espirrar ou tossir em um lenço de papel e descartá-lo imediatamente após o uso, além de lavar as mãos novamente, limpar e desinfetar rotineiramente as superfícies em que se toca com frequência (OPAS, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao profissional Enfermeiro compete a assistência de enfermagem na orientação quanto amamentação durante a pandemia do COVID-19: início ou manutenção da amamentação mesmo em casos suspeita de infecção, a lactação é essencial para a manutenção do vínculo familiar, os benefícios da livre demanda ao leite materno ao recém-nascido são desde a proteção contra infecções, inclusive a infecção por COVID-19, redução da mortalidade neonatal, redução de sobrepeso e obesidade e promove o desenvolvimento neurológico. E quando as recomendações para evitar a infecção retoma-se as mesmas em condições cotidianas ao enfrentamento da pandemia: higienização das mãos e o uso de máscaras.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimento a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), campus de Fraiburgo pelo incentivo à iniciação científica.

REFERÊNCIAS

GABRIEL, Miguel Ángel Marín et al. Transmissão negativa de SARS-CoV-2 para colostro expresso manualmente de mães positivas para SARS-CoV-2. **Remédio para Amamentação**, v. 15, n. 8, p. 1-6, ago., 2020. Disponível em: <https://www.liebertpub.com/doi/10.1089/bfm.2020.0183>. Acesso em: 23 out. 2020.

HAND, Ivan L.; NOBLE, Lawrence. Covid-19 e a amamentação: qual é o risco? **Journal of Perinatology**, ano 2020, n. 40, p. 1459-1461, jul., 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41372-020-0738-6.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

MARTINS-FILHO, Paulo Ricardo; SANTOS, Victor Santana; SANTOS JR., Hudson P. Amamentar ou não amamentar? Ausência de evidências sobre a presença de SARS-CoV-2 no leite materno de mulheres grávidas com COVID-19. **Revista Panamericana de Saúde Pública**, n. 44, p. 1-5, abr., 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52038>. Acesso em: 26 out. 2020.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Aleitamento materno e a doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19)**: informações científicas 23 de junho de 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52479>. Acesso em: 16 out. 2020.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Benefícios da amamentação superam riscos de infecção por COVID-19, afirmam OPAS e OMS**. Disponível em: www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6267:beneficios-da-amamentacao-superam-riscos-deinfeccao-por-covid-19-afirmam-opas-e-oms&Itemid=820. Acesso em: 14 out. 2020.

SILVA, Luciana Rodrigues. **SBP, aleitamento materno e Covid-19**: compromisso com a ética e a ciência, ed. 26, set., 2020. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/especiais/sbp-amamentacao-2020/>. Acesso em: 19 out. 2020.

A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM RELAÇÃO A BNCC NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MAGUEROSKI, Carla
MACHADO, Dieison
MOREIRA, Fabio Henrique
FERNANDES, Gabriele
REIS, Mauro Rogério
CAETANO, Joel

Resumo O presente estudo tem como objetivo verificar a percepção dos professores de educação física em relação a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na educação infantil. A BNCC é um documento lançado pelo Ministério da Educação que define as aprendizagens essenciais que os alunos brasileiros devem ter no Ensino Básico. A pesquisa caracterizou-se como descritiva, transversal, com análise quanti-qualitativa dos dados. A amostra foi composta por 10 professores do ensino fundamental que aceitaram participar do estudo voluntariamente. A coleta de dados se deu através de um questionário fechado respondido pela amostra pela plataforma Google Forms e analisado pelo programa excel 2010. Os resultados revelam que a amostra pesquisada não tem grandes dificuldades de incorporar os conteúdos estabelecidos pela BNCC em seus planejamentos, visto que a grande maioria revela que recebeu capacitação para isso e que ao incorporam os conteúdos, estes tendem a ter uma grande contribuição na formação integral destes alunos. Por fim conclui-se que os conteúdos tem grandes possibilidades de serem incorporados nas aulas de Educação Física, visto que houve capacitação desses profissionais e que há uma boa perspectiva na formação integral desses alunos, através destes conteúdos.

Palavras-chave: Educação Física - Educação Infantil - BNCC.

INTRODUÇÃO

Com a implementação da BNCC, pelo ministério da educação, um nova perspectiva se formou em todas as áreas do conhecimento que compõem o currículo da educação infantil. Nesses sentido, estudar esse novo documento que embasa a educação nacional e sua aplicabilidade no cotidiano escolar é fundamental na medida que precisamos estar sempre o aprimorando.

Assim sendo, o objetivo estudo foi verificar a percepção dos professores de educação física em relação a BNCC na educação infantil. E os objetivos específicos foram: apontar a aceitação dos professores de Educação Física sobre a inserção dos conteúdos propostos pela nova base; verificar os conteúdos mais trabalhados pelos professores; identificar as dificuldades na inserção deste conteúdo e apresentar as contribuições da BNCC para aulas de Educação Física na Educação Infantil.

Reiterando que, essas análises devem e precisam ser feitas para que este documento e a prática pedagógica dos professores sejam sempre atualizadas e adequadas as exigências da sociedade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação brasileira) Educação Física é componente curricular da Educação Básica, portanto, também é componente curricular obrigatório na Educação Infantil (creche e pré-escola).

Ainda na LDB, no artigo 26, fala-se sobre a BNCC na Educação Básica:

“Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.”

Os campos de experiências são aspectos de uma organização curricular que inclui experiências concretas da vida cotidiana das pessoas e vinculando isso, com as áreas do conhecimento que nos rodeiam. Os Campos de Experiências são baseados na Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI), mais especificamente nos saberes e conhecimentos fundamentais a serem propiciados às crianças e associados às suas experiências.

É através do corpo que as crianças exploram o espaço e os objetos ao seu redor, por meio de gestos, movimentos e sentidos espontâneos ou coordenados, impulsivos ou intencionais, estabelecem relações, expressam-se, brincam, produzem conhecimento sobre si, sobre o outro, sobre a vida social e cultural e ganham, progressivamente, consciência corporal. É através de diferentes formas de gestos e linguagens que as crianças se comunicam e se expressam e estabelecem uma relação entre o Corpo, as emoções e linguagem. O corpo das crianças na Educação Infantil tem importância central pois é foco das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para emancipação, para liberdade, e não para a submissão.

Os movimentos As sensações e funções corporais são reconhecidas, através dos gestões e movimentos as potencialidades e limites são identificados e desenvolvem a consciência sobre o que é seguro ou o que é risco a integridade física.

Na educação infantil, apesar de não serem definidos como Educação Física, a BNCC menciona aprendizados essenciais relacionados ao corpo na educação de crianças entre 0 e 5 anos e 11 meses de idade.

Quanto as crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses), segundo a BNCC ela devem aprender a:

- Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convivem.
- Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música.
- Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.

METODOLOGIA

A pesquisa caracterizou-se como descritiva, transversal, com análise quanti-qualitativa dos dados. A amostra foi composta por 10 professores do ensino fundamental que aceitaram participar do estudo voluntariamente.

A coleta de dados se deu por conta de um questionário composto com 10 perguntas sobre a visão dos Professores de Educação Física sobre a Inserção dos Conteúdos da Nova Base Nacional Comum Curricular na Educação Infantil. O questionário foi elaborado por acadêmicos regularmente matriculados na 8ª fase do curso de Bacharelado em Educação Física da UNIARP, e os professores de educação Física das escolas responderam através da plataforma Google forms.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gráfico 1

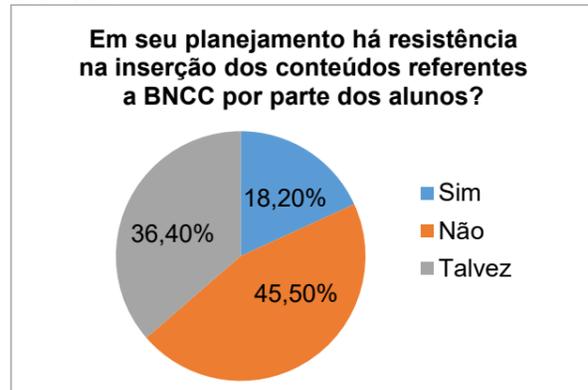


Gráfico 2



Através dos gráficos 1 e 2 percebe-se respectivamente que, primeiro, embora não haja uma resistência para a inserção dos conteúdos da BNCC por parte dos alunos, também se verifica que muito precisa ser feito para que estes sejam completamente aceitos; e em segundo lugar percebe-se, também, que os professores receberam capacitação para essa implementação.

Gráfico 3

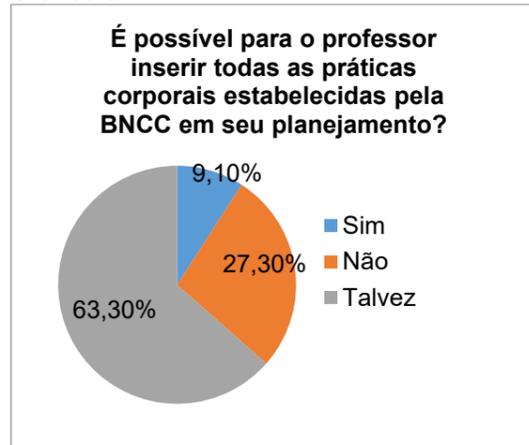
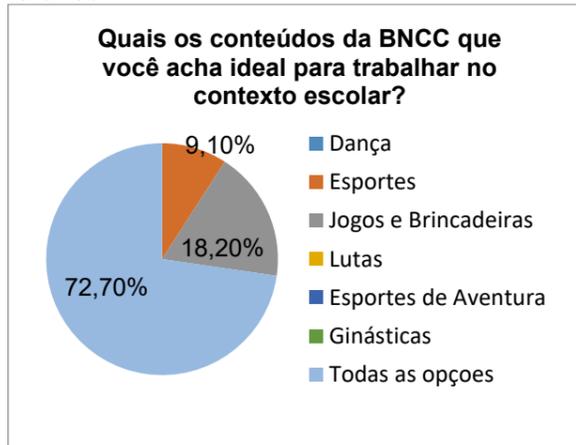


Gráfico 4



Nos gráficos 3 e 4, fica evidente a opinião da amostra de que não só é possível a inserção nos seus planejamentos das práticas corporais estabelecidas pela BNCC como a maioria acha que é possível trabalhar todas elas no ambiente escolar.

Gráfico 5

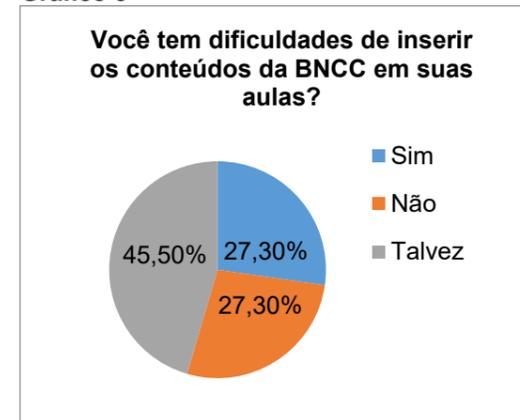
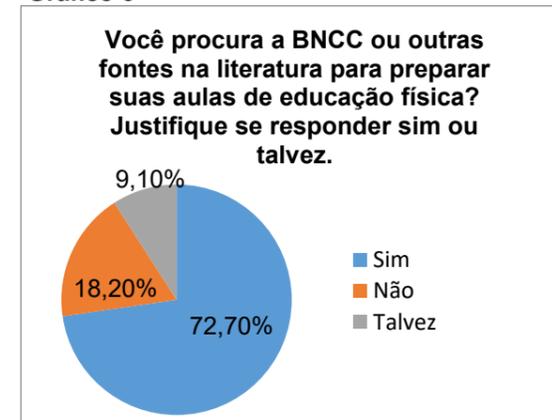


Gráfico 6



Quanto a dificuldade dos professores inserirem as práticas corporais estabelecidas na BNCC em suas aulas, no gráfico 5, vê-se que a maioria não encontra dificuldade. Já no gráfico 6 percebe-se que a maioria busca outras fontes de consulta para preparar suas aulas além da BNCC.

Gráfico 7

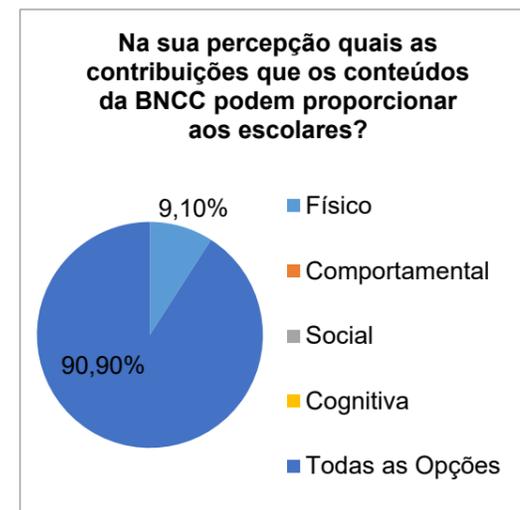
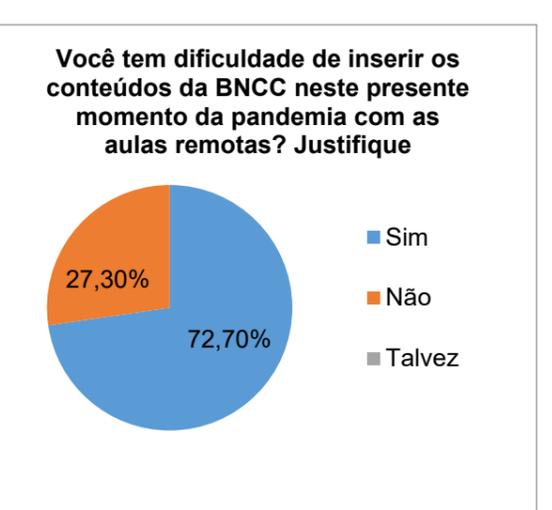


Gráfico 8



No gráfico 7, nota-se que a maioria da amostra entende que essas práticas corporais contribuem para a formação integral dos alunos. Um dado muito

interessante e bem atual é a percepção dos professores sobre o momento atual de isolamento social decorrente da pandemia, em que eles tem dificuldade de cumprir os seus planejamentos anteriormente elaborados, através das aulas remotas.

Gráfico 9



E por fim, no gráfico 9 os professores entrevistados tem convicção de que esses conteúdos estabelecidos pela BNCC podem formar cidadão que irão interagir positivamente na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizada a pesquisa e analisado as informações coletadas, foi possível concluir que tanto professores e alunos não tiveram grande resistência para incorporar os conteúdos estabelecidos pela BNCC, percebeu-se, também, que estes conteúdos tem grandes possibilidades de serem incorporados nas aulas de Educação Física, visto que houve capacitação desses profissionais por parte das escolas em que trabalham e que há uma boa perspectiva na formação integral desses alunos, através destes conteúdos. Dentro da realizada atual de isolamento social provocado pela pandemia do corona vírus, e a mudança para as aulas remotas, ficou evidente que os planejamentos anteriormente elaborados não puderam ser seguidos.

Visto que a BNCC é um instrumento educacional recente, precisa continuamente de estudos afim de que a monitorem com o intuito de aprimorá-la.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 1996.

BRASIL. Ministério da **Educação**. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010

ALTERAÇÕES HEMATOLÓGICAS OBSERVADAS NA INFECÇÃO CAUSADA PELO SARS-COV-2

Jocelaine Mancias Javorski¹
Taiza de Moura²
Vilmair Zancanaro³

RESUMO

A COVID-19, a qual a notificação é crescente em diferentes países, atualmente afeta mais de um milhão de pessoas, segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), que a caracterizou como pandemia. As anormalidades hematológicas mais consistentes com COVID-19 incluem, trombocitopenia, contagem de plaquetas e níveis aumentados de D-dímero. A Trombose e danos a órgãos extrapulmonares também são observados sem a presença comprovada do vírus nos locais, postulando-se que a infecção pelo SARS-CoV-2 envolva intensa resposta inflamatória, com estado de hipercoagulabilidade e isquemia, agravados por hipoxemia. A gravidade da doença é variável e está associada ao prolongamento do tempo de protrombina (TP), INR e o tempo de trombina (TT); entretanto, o tempo parcial de tromboplastina (TTPa) pode apresentar-se diminuído. Dos artigos selecionados, todos relatam alterações hematopoiéticas, como, linfopenia e plaquetopenia, relacionando com o grau de gravidade do paciente.

Palavras-chaves: SARS-COV-2. COVID-19. Alterações Hematológicas.

INTRODUÇÃO

O SARS-CoV-2 entra nas células via receptor da enzima conversora de angiotensina 2, que está presente nos alvéolos. A forma grave da infecção é caracterizada por uma resposta inflamatória imunológica intensa, evidenciada pela presença de neutrófilos, linfócitos, monócitos e macrófagos. As plaquetas têm um papel central no desenvolvimento das anormalidades da coagulação na sepse e podem ser ativadas diretamente por mediadores pró-inflamatórios, como o fator ativador de plaquetas, bem como por meio da trombina gerada. A ativação de plaquetas também pode estimular a formação de fibrina por mecanismo alternativo (CHEN; GUANG et al., 2020).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O dímero-D, um produto da degradação da fibrina, quando elevado, tem sido associado a maior taxa de mortalidade. A opinião de especialistas, baseada em experiência clínica e análise de poucos estudos descritivos, destaca o papel do estado de hipercoagulabilidade na fisiopatologia da COVID-19, uma vez que o nível de dímero-D aumenta progressivamente com a exacerbação da infecção. A fase da doença em que ocorre o desenvolvimento de SDRA (Síndrome do Desconforto

^{1,2}Acadêmicas do Curso de Farmácia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador-SC, Brasil. e-mail: jocelainejavorski20@hotmail.com, taizamoura@hotmail.com

³Professora do curso de Farmácia da Uniarp. E-mail: vilmair@uniarp.edu.br

Respiratório Agudo) e a piora do padrão radiológico é marcada pela elevação expressiva de dímero-D, observando-se nos casos mais graves injúria miocárdica e coagulação intravascular disseminada (CIVD) (LI; LU; ZHANG, 2020).

Trombose e danos a órgãos extrapulmonares também são observados sem a presença comprovada do vírus nos locais, postulando-se que a infecção pelo SARS-CoV-2 envolva intensa resposta inflamatória, com estado de hipercoagulabilidade e isquemia, agravados por hipoxemia (ZHANG; SUN; FENG et al., 2020).

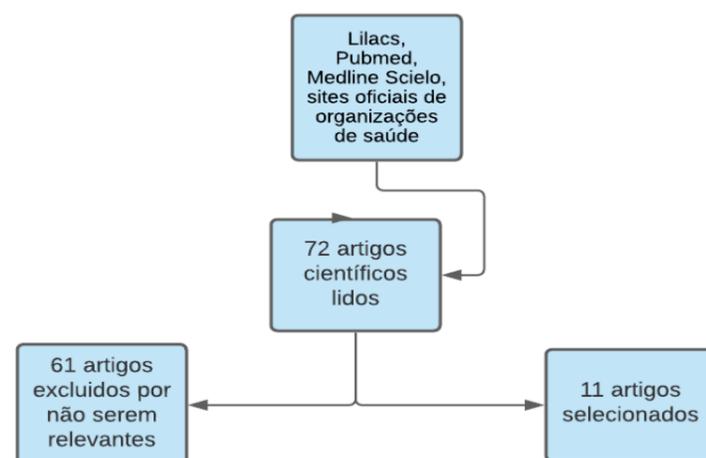
As anormalidades hematológicas mais consistentes com COVID-19 incluem, trombocitopenia, a qual pode ser classificada como leve (contagem de plaquetas de 100.000 a 150.000/mm³), moderado (50.000 a 99.000/mm³) e grave (<50.000/mm³); e níveis aumentados de D-dímero. A gravidade da doença é variável e está associada ao prolongamento do tempo de protrombina (TP), INR e o tempo de trombina (TT); entretanto, o tempo parcial de tromboplastina (TTPa) pode apresentar-se diminuído (BIKDELI et al., 2020).

As alterações laboratoriais mais frequentes em pacientes com a COVID-19 são aumento de 75%-93% da proteína C reativa (PCR) com diminuição da albumina sérica em 50%-98% e contagem total de leucócitos com considerável variação, conforme relatos na literatura, por vezes aparecendo alta ou diminuída, mas com evidente presença de linfopenia (35%-75%). Há também diminuição da hemoglobina de cerca de 41% a 50% e aumento da taxa de sedimentação de eritrócitos (VHS) em 15%-85%, Alanina Aminotransferase (ALT) e Aspartato Aminotransferase (AST) de cerca de 8%-37% e lactato desidrogenase (LDH) em aproximadamente 12% (LIPPI; PLEBANI, 2020).

Linfopenia pode ser considerada um achado laboratorial básico, com um potencial de prognóstico. A razão neutrófilos/linfócitos e a relação pico de plaqueta/linfócito podem também ter um valor de prognóstico para determinar casos graves. Durante o curso da doença, uma avaliação longitudinal da contagem de linfócitos, sua dinâmica e os índices inflamatórios, incluindo LDH, PCR e IL-6, podem auxiliar na identificação de casos com prognóstico sombrio e na mediata intervenção com o objetivo de melhorar os resultados. Biomarcadores como procalcitonina sérica alta e ferritina também emergiram como pobres fatores de prognóstico (LI; LU; ZHANG, 2020).

METODOLOGIA

Foram realizados levantamentos bibliográficos, sobre as alterações hematológicas na infecção por SARS-COV-2.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o estudo realizado por Huang; Kovalic e Graber (2020) na província de Wuhan na China, onde foram admitidos 41 pacientes, o hemograma apresentou 10 (25%) de leucopenia (contagem de leucócitos inferior a $4 \times 10^9/L$) e 26 casos (63%) de linfopenia (linfócitos contagem $<10 \times 10^9/L$). O tempo de protrombina e o nível de dímero-D na admissão eram maior em pacientes de UTI (tempo médio de protrombina 12s; nível médio de dímero D 2mg/L) do que nos pacientes da enfermaria (protrombina media tempo 10s; nível médio de dímero D 0,5mg/L).

Segundo QIN et al. (2020) alguns fatores são associados à mortalidade intra-hospitalar, entre eles destacam-se a contagem de neutrófilos superior a $6,3 \times 10^9$ células, linfocitopenia, tempo de protrombina >13 segundos e dímero D >1 mg. Concluindo, neste estudo, idade avançada, aumento da contagem de neutrófilos, tempo de protrombina, dímero-D e diminuição da contagem de linfócitos na admissão foram fatores de risco associados à mortalidade hospitalar da COVID-19. Sendo assim o autor analisa que o modelo de predição combinado desses fatores pode melhorar a identificação precoce do risco de mortalidade em pacientes com a COVID-19.

FENG et al. (2020), analisou pacientes da província de Wuhan, onde 216 (75%) dos pacientes apresentavam leucócitos na faixa normal e a linfopenia ocorreu em 91 (31,6%) dos pacientes. Quando foi comparando pacientes graves com os que não estavam em situação crítica, os pacientes graves tiveram redução significativa da hemoglobina sérica, plaquetas e mioglobina, bem como aumento significativo de leucócitos.

No estudo de AN et al. (2020), 28 (43,8%) pacientes com a COVID-19 apresentaram leucopenia, 10 (15,6%) apresentaram linfopenia, 41 (64,1%) apresentaram alta taxa de sedimentação de eritrócitos e, 30 (46,9%) apresentaram aumento da concentração de fibrinogênio. Após o tratamento, a contagem de leucócitos e plaquetas aumentaram significativamente. Sendo assim, os autores concluíram que os resultados dos exames de sangue têm valor clínico potencial em pacientes com a COVID-19.

Segundo Liu e Jing et al. (2020), a linfopenia é observada em 4% dos pacientes leves e 6% dos pacientes graves no início da doença, as contagens absolutas de linfócitos no sangue periférico dos pacientes graves foram significativamente menores, enquanto as contagens absolutas dos leucócitos e neutrófilos foram significativamente maiores do que as dos pacientes leves no momento da admissão hospitalar.

Os dados agrupados em estudos iniciais validam uma correlação significativa entre a contagem elevada de leucócitos e a diminuição da contagem de linfócitos entre pacientes com casos graves em comparação com aqueles com casos leves e o porque a linfopenia está associada a doenças graves ainda não está claro. Foi hipotetizado que essa associação poderia resultar de infecção direta de linfócitos, destruição de tecido linfático, inflamação levando à apoptose de linfócitos ou inibição de linfócitos por distúrbios metabólicos, como acidose láctica. A linfopenia como marcador de gravidade não parece ser específica para a COVID-19, tem sido usado para prognosticar outras pneumonias virais, como influenza. A neutrofilia pode ser mais específica para a doença grave do que a leucocitose, mas a contagem de neutrófilos não foi relatada de maneira uniforme nos estudos incluídos em nossa análise (HUANG; KOVALIC; GRABER, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa, conclui que a COVID-19 possui manifestações no sistema hematopoiético que está associado com hipercoagulabilidade e linfopenia, o que pode determinar a gravidade do quadro do paciente, bem como o prognóstico.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS

O trabalho foi realizado artigos com publicação em português e inglês, com pesquisa sobre alterações hematológicas na infecção por COVID-19, tendo como instituição apoiadora a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Agradecemos a Professora orientadora Vilmar Zancanaro pela orientação onde não mediu esforços para nos ajudar.

REFERÊNCIAS

- AN, XU-SHENG. et al. Clinical Characteristics and Blood Test Results in COVID-19 Patients. **Annals of Clinical & Laboratory Science**, v. 50, n. 3, p. 299-307, 2020. Acesso em: 16 de set. 2020.
- BIKDELI, BEHNOOD. et al. COVID-19 and Thrombotic or Thromboembolic Disease: Implications for Prevention, Antithrombotic Therapy, and Follow-Up: JACC State-of-the-Art Review. **Journal of the American College of Cardiology**, v. 75, n. 23, p. 2950-2973, 2020. Acesso em: 16 de set. 2020.
- CHEN, GUANG. et al. Clinical and immunologic features in severe and moderate forms of Coronavirus Disease. **J Clin Invest.**, v. 137244, 2019. Acesso em: 17 de set. 2020.
- FENG HE. et al. Risk factors for severe cases of COVID-19: a retrospective cohort study. **Aging (Albany NY)**, v. 12, n. 15, p. 15730, 2020. Acesso em: 17 de set. 2020.
- HUANG, GLEN; KOVALIC, ALEX J.; GRABER, CHRISTOPHER J. Prognostic value of leukocytosis and lymphopenia for coronavirus disease severity. **Emerging infectious diseases**, v. 26, n. 8, p. 1839, 2020. Acesso em: 18 de set. 2020.
- LI T, LU H, ZHANG W. Clinical observation and management of COVID-19 patients. **Emerg Microbes Infect** 2020 Dec; 9(1): 687-690. Acesso em: 18 de set. 2020.
- LIPPI, GIUSEPPE; PLEBANI, MARIO. Laboratory abnormalities in patients with COVID-2019 infection. **Clinical Chemistry and Laboratory Medicine (CCLM)**, v. 58, n. 7, p. 1131-1134, 2020. Acesso em: 18 de set. 2020.
- LIU, JING. et al. Longitudinal characteristics of lymphocyte responses and cytokine profiles in the peripheral blood of SARS-CoV-2 infected patients. **EBioMedicine**, p. 102763, 2020. Acesso em: 19 de set. 2020.

OMS - Organização Mundial da Saúde. Relatórios de situação da doença coronavírus 2020 (COVID-19). Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports>. Acesso em: 22 Set. 2020

QIN, ZHI-JUN. et al. Impaired immune and coagulation systems may be early risk factors for COVID-19 patients: A retrospective study of 118 inpatients from Wuhan, China. **Medicine**, v. 99, n. 35, 2020. Acesso em: 22 de set. 2020.

ZHANG, T.; SUN, L. X.; FENG, R. E. Comparison of clinical and pathological features between severe acute respiratory syndrome and coronavirus disease 2019. **Zhonghua jie he he hu xi za zhi= Zhonghua Jiehe he Huxi Zazhi= Chinese Journal of Tuberculosis and Respiratory Diseases**, v. 43, p. E040-E040, 2020.

A Relevância do Aconselhamento Psicológico e das Técnicas Projetivas nas Empresas de Caçador/SC Durante a Pandemia da COVID-19¹

Dannielly Aparecida Bernardes, danbernardes810@gmail.com²
Guilherme Sttocco da Silva, guilhermesttocco@hotmail.com³
Jozeane Zanella Cassol, jozezc2011@hotmail.com⁴
Paola Carolyna Marim, marincpaola@gmail.com⁵
Talia Rodrigues Santiago, taliasantiago21@outlook.com⁶
Patrícia Aparecida Rusczyk Favarin, patricia@uniarp.edu.br⁷

Resumo – Essa pesquisa tem como objetivo principal apresentar e analisar os dados obtidos em pesquisa realizada pelos acadêmicos da sexta fase do curso de Psicologia, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, em dez organizações da cidade de Caçador/SC. Esta pesquisa busca compreender a relevância do aconselhamento psicológico e das técnicas projetivas nestas empresas durante o período de pandemia da COVID-19. Para isso, utilizou-se um questionário quantitativo elaborado na plataforma Google Forms e enviado por e-mail aos psicólogos participantes. Como resultado constatou-se que o aconselhamento se fez muito necessário durante a pandemia, uma vez que a sua frequência aumentou neste período em praticamente todas as organizações que fizeram parte da pesquisa. O projeto verificou que dentre as empresas pesquisadas, muitas delas veem que os testes psicológicos seriam uma ferramenta útil neste processo.

Palavras-chave: Aconselhamento. Covid-19. Técnicas Projetivas. Empresas.

INTRODUÇÃO

O mundo está vivendo uma situação atípica desde o início de 2020, a pandemia de COVID-19. A doença se espalhou por todas as partes do globo, levando populações e países inteiros a se isolarem, na esperança de conter o contágio rápido da doença.

Esta crise atingiu não só a economia e a saúde pública, mas também a saúde mental da população, que ao mesmo tempo que possui medo de se infectar com a doença, não suporta os longos períodos de isolamento e confinamento sugeridos pelas medidas de contenção da COVID-19. Diante desta situação advinda da pandemia, sentiu-se a necessidade de verificar junto às empresas da cidade de Caçador, por meio dos psicólogos que nelas atuam, a relevância do aconselhamento psicológico e do uso de testes projetivos em tempos de pandemia.

É sabido que, pela brevidade da duração do aconselhamento psicológico, não há tempo hábil para a aplicação de testes psicológicos. Contudo, buscou-se verificar

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Psicologia

² Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora, especialista do Curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

se neste momento singular que estamos vivendo, viu-se a necessidade de empregar o uso destas ferramentas como forma de auxílio aos atendimentos efetuados nas organizações.

COVID-19 (CORONAVIRUS DISEASE OF 2019 - COVID-2019)

O início da contaminação do coronavírus se deu na China, mais precisamente na cidade de Wuhan, no começo do mês de dezembro de 2019. Tão rápida como a evolução da doença é a sua propagação e devido a estas características, a COVID-19 (coronavirus disease of 2019 - COVID-2019) se espalhou por todos os cantos do planeta, fazendo com que a Organização Mundial de Saúde (OMS) a nomeasse como pandemia. (SCHMIDT et al, 2020).

Mesmo tomando todos os cuidados necessários para evitar a sua contaminação e a de outras pessoas, nem sempre é fácil conviver com esta situação de risco iminente. Conforme Lima (2020), esta pandemia tem atingido a todos, não preservando a coletividade ou a individualidade de nenhuma pessoa, gerando abalos na saúde mental destes indivíduos. Como nenhuma esfera populacional foi poupada das consequências da COVID-19, aqui na cidade de Caçador/SC não foi diferente e neste trabalho, se busca saber quais as ferramentas utilizadas pelas empresas sediadas no município que auxiliam os trabalhadores a enfrentar esta nova verdade.

TESTES PSICOLÓGICOS

Segundo Cohen, Swerdlik e Sturman (2014), a testagem psicológica é compreendida como um processo que tem por objetivo estimar as variáveis psicológicas através de ferramentas e instrumentos planejados para coletar e observar amostras dos fenômenos psicológicos que atingem os indivíduos.

Os testes psicológicos podem ser divididos em dois subgrupos: os psicométricos e os projetivos. Para Formiga e Mello (2000), os psicométricos são mais objetivos e mais científicos ao analisar os dados coletados, sendo muitas vezes caracterizados como mais confiáveis em seus resultados. Já os projetivos são definidos pelos autores como uma grande interpretação de resultados a partir das respostas do inconsciente de cada indivíduo, o que leva à dúvida de sua confiabilidade, visto que não há teor quantitativo, ou seja, provas empíricas e científicas.

Completando a informação acima, Frank (1939 apud PINTO, 2014) cita que as técnicas projetivas oferecem acesso ao mundo dos sentidos, significados, padrões e sentimentos, revelando aquilo que o sujeito pode ou não querer dizer, frequentemente por não se conhecer bem.

ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO

Para Corey (1983, p. 22 apud SCORSOLINI-COMIN, 2014), o aconselhamento é o processo por meio do qual "se dá oportunidade aos clientes de explorarem preocupações pessoais; esta exploração conduz a uma ampliação da capacidade de tomar consciência e das possibilidades de escolha". É um processo de duração curta com enfoque na solução de problemas, dessa forma ajuda as pessoas na remoção de alguns obstáculos encontrados em seu processo de crescimento.

Temos visto no momento atual de pandemia devido ao vírus da COVID-19 a necessidade significativa e um aumento dos aconselhamentos psicológicos, principalmente nas empresas. Atualmente, o aconselhamento psicológico nos

contextos da saúde e da doença relaciona-se com a mudança verificada na morbidade: ênfase crescente na promoção da saúde e na prevenção da doença, aumento dos tratamentos de longa duração com maior ênfase no controle do que na cura, e participação ativa do sujeito doente. (TRINDADE e TEIXEIRA, 2000).

METODOLOGIA

Esse estudo foi realizado através de pesquisa quantitativa por meio de questionário criado pelos acadêmicos na plataforma Google Forms; com onze questões, sendo duas delas perguntas abertas e nove delas perguntas de múltipla escolha. Este questionário foi enviado por e-mail para psicólogos de dez empresas, de diversos segmentos, localizadas em Caçador/SC. Ao receber a devolução do questionário com as respostas, das dez perguntas, estas foram analisadas e os dados relevantes foram utilizados para o desenvolvimento do resumo expandido. O trabalho foi realizado pelos acadêmicos da sexta fase do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, no percurso da disciplina de Técnicas Projetivas, com supervisão da professora Patricia Favarin.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram obtidos por meio do questionário, realizado junto aos colaboradores nas empresas, que contava com questões sobre o aconselhamento psicológico e testes projetivos. Tal ferramenta buscou estabelecer relações entre o cenário atual de pandemia e os benefícios destas práticas psicológicas para fundamentar um encaminhamento para outro profissional, quando necessário.

Como resultado dessa pesquisa, constatou-se que grande parte das empresas entrevistadas (70%) realiza aconselhamento psicológico, entretanto, o restante delas (30%) ainda não realiza tal procedimento. A partir dos resultados obtidos, algumas respostas vieram a contribuir ainda mais com nossa pesquisa. A maioria destas empresas já realizava o aconselhamento antes da pandemia e aproximadamente 14% destas não o fazia, passando a prestar este serviço após às necessidades impostas pela COVID-19.

Em relação aos aconselhamentos, as respostas obtidas mostraram que 50% destes ocorreram com colaboradores que trabalhavam próximos a quem foi positivado pela COVID-19 e os outros 50%, ocorreram com o grupo de colaboradores que testou positivo. Com relação a frequência da ocorrência dos aconselhamentos, as respostas apresentaram os seguintes resultados: diário (28,6%), semanal (28,6%) e trimestral (42,9%); nenhuma das empresas assinalou a opção mensal.

A respeito do aumento no número de aconselhamentos após o início da pandemia, 71,4% das organizações responderam de maneira afirmativa. Sobre este aumento, comparado às respostas anteriores, 28,6% das empresas relataram que os aconselhamentos que antes eram feitos semanalmente, passaram a ser feitos diariamente, já os demais, aumentaram de mensal para semanal (28,6%) e de trimestral para mensal (14,3%).

Um ponto importante descoberto na pesquisa, foi que todas as empresas respondentes confirmaram que quando o aconselhamento não consegue suprir a demanda necessária para sanar o sofrimento ou dificuldade apresentada no aconselhamento, os profissionais responsáveis fazem o encaminhamento para outros profissionais.

Ao falarmos sobre testes projetivos e psicométricos, esse trabalho demonstra uma realidade de que poucos profissionais utilizam testes psicológicos para auxiliar no aconselhamento, em média de 14%. Sendo que estes poucos profissionais que fazem o uso, utilizam tanto testes projetivos quanto psicométricos. A grande maioria baseia seu atendimento nos aconselhamentos, em percepções de alteração comportamental e demais fenômenos psicológicos apresentados.

Para finalizar essa pesquisa, foi questionado às empresas se estas acreditam que seria benéfico o uso de testes projetivos ou psicométricos no aconselhamento. Como resultado obteve-se respostas diversas, em sua maioria (60%) acreditam que seria válido o uso de testes psicológicos para o aconselhamento. A resposta negativa para essa questão (20%) justificou-se pelo fato do profissional em questão, considerar o aconselhamento um momento para resolução de situações urgentes e emergentes, sendo o uso dos testes desnecessário. Além disso, outra pequena parte (20%) acredita que o uso dos testes no aconselhamento pode ser benéfico apenas em alguns casos, sendo mais utilizado por esse profissional o diálogo e a observação no aconselhamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto integrador teve como objetivo compreender a relevância do aconselhamento psicológico e das técnicas projetivas nas empresas de Caçador/SC durante a pandemia da COVID-19. Os resultados obtidos por meio da pesquisa nos levam a concluir que o aconselhamento psicológico ainda não está presente em todas as empresas, entretanto, grande parte das organizações entrevistadas já utilizam esta prática e uma delas passou a adotá-la após o início da pandemia da COVID-19.

O aconselhamento se fez muito necessário durante a pandemia, uma vez que a sua frequência aumentou neste período em praticamente todas as organizações que fizeram parte da pesquisa. As empresas afirmaram que 50% dos seus aconselhamentos foram feitos para pessoas próximas de quem testou positivo para a COVID-19. O que nos leva a concluir que o foco do aconselhamento é para demandas emergentes, assim sendo, o mesmo tem enorme importância em situações de esclarecimento de dúvidas e necessidades dos colaboradores.

Nossos estudos a respeito desse tema mostram que nos dias atuais se faz pouco uso de testes psicológicos em aconselhamento. Entretanto, o projeto verificou que dentre as empresas pesquisadas, muitas delas percebem de maneira positiva o uso de tal ferramenta nesse processo.

Quando as organizações se deparam com situações extremas e inesperadas, como uma pandemia, alguns métodos que não eram utilizados podem tornar-se de grande valia. Nesse sentido, observa-se que a psicologia tem conquistado e ampliado cada vez mais seu campo de atuação. O cenário atual mostrou a necessidade de ver as pessoas com outros olhos e aprimorar a forma de se gerenciar o capital humano. Uma maneira de fazer a diferença é implementar os serviços psicológicos em todas as empresas e prezar pela qualidade dos mesmos. Ademais, tanto colaboradores quanto seus familiares e a própria organização, obtêm ganhos independente das circunstâncias em que se encontrem.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à UNIARP - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, de Caçador-SC, pela oportunidade de realizar o projeto, aos profissionais de psicologia das empresas caçadorenses, que se prontificaram em responder ao nosso questionário. Agradecemos principalmente, a professora Patrícia Favarin que desde o início do projeto nos auxiliou e nos deu o suporte necessário para efetivação desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

COHEN, Ronald J.; SWERDLIK, Mark E.; STURMAN, Edward D. **Testagem e Avaliação Psicológica: Introdução a Testes e Medidas**. Artmed, 2014.

FORMIGA, Nilton Soares; MELLO, Ivana. **Testes psicológicos e técnicas projetivas: uma integração para um desenvolvimento da interação interpretativa indivíduo-psicólogo**. *Psicol. cienc. prof. Brasília*, v. 20, n. 2, p. 12-19, Junho 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-9893200000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 out. 2020

LIMA, Rossano Cabral. **Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental**. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.30, n. 2, jul. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/physis/2020.v30n2/e300214/pt>>. Acesso em: 25 out. 2020.

PINTO, Elza Rocha. **Conceitos fundamentais dos métodos projetivos**. *Ágora (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 135-153, June 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982014000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 out. 2020.

SCHMDIT, Beatriz et al. **Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)**. *Estudo de Psicologia*, Campinas, 37, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2020000100501&script=sci_arttext&lng=pt> Acesso em: 08 out. 2020.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Aconselhamento psicológico e psicoterapia: aproximações e distanciamentos. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 02-14, jun. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822014000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.71.01>.

TRINDADE, Isabel; TEIXEIRA, José A. Carvalho. Aconselhamento psicológico em contextos de saúde e doença: Intervenção privilegiada em psicologia da saúde. **Aná. Psicológica**, Lisboa, v. 18, n. 1, p. 3-14, 2000. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312000000100001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 nov. 2020.

OS RISCOS DA PRÁTICA DE AUTOMEDICAÇÃO À SAÚDE E SUA PERSPECTIVA DIANTE DA PANDEMIA DA COVID-19¹

Luan Carlo Vicente, vicenteluancarlo@gmail.com²
 Márcia Maria de Oliveira Rocha Dawe, direitokids@gmail.com³
 Michaela Letícia Lemes, lemes.michaela@gmail.com⁴
 Thaís Duarte, thaisduarte_93@hotmail.com⁵
 Aline Fantin Grando, alifgrando@gmail.com⁶

Resumo – A prática da automedicação é um problema de saúde pública atual e amplo, que possui vertentes profundas na cultura mundial há gerações, sendo também uma realidade brasileira, principalmente, diante da atual pandemia da COVID-19. Englobando pessoas de diversas faixas etárias, inclusive crianças, que acabam recebendo o medicamento, por intermédio de um cuidador que confia e aposta, por inúmeros fatores nessa prática. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo realizar um levantamento sobre como a pandemia de COVID-19 influenciou a prática da automedicação na população e administração realizada por pais ou cuidadores em crianças e idosos. Para tanto, baseou-se em pesquisas quantitativas, através de um levantamento de dados, por meio de questionário, online, aplicado a população em geral. Dos participantes envolvidos, 56% encontram-se na faixa etária de 20 a 39 anos e 31,5% de 40 a 59. 18,7% estão cursando o nível superior e 58,2% têm ensino superior completo, dessa parcela, 36,4% declararam praticar a automedicação e 16% declararam utilizar medicamentos sem prescrição médica em seus filhos durante a pandemia. A promoção de educação em saúde, incentivando à população na busca por orientação e prescrição médica, se faz necessária diante dos riscos em evidência causados pela prática de autoadministração medicamentosa.

Palavras-chave: Automedicação. Cuidados. Prevenção. Crianças. Pandemia.

INTRODUÇÃO

A prática da automedicação, já amplamente utilizada, se destaca ainda mais na atualidade, sobretudo com aspectos relacionado à pandemia da COVID-19, onde muitas pessoas evitam sair de suas casas e optam por utilizar medicamentos de forma autônoma. Como as formas básicas de autocuidado são milenares, as mesmas se mantiveram com tendência de se intensificar na população mundial, principalmente quando o acesso aos medicamentos é ainda facilitado pela praticidade de compra, pagamento, ou pela dificuldade de recorrer a um profissional da área médica.

Infelizmente esse método de autocuidado, ocorre desde de muito cedo, onde os pais sem conhecer os riscos em questão, optam por medicar seus filhos, a fim de reduzir sintomas, como febre e dor, interferindo no processo da doença, possibilitando o diagnóstico tardio ou agravamento da mesma. Já nos adultos e idosos, a prática é ainda mais sugestiva, pois se torna um procedimento de iniciativa do próprio usuário, com a crença de que este lhe trará benefícios, como os de aliviar sintomas e tratar a doença que também erroneamente foi autodiagnosticada.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 8ª fase do curso de Psicologia.

² Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Professora, titulação do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O presente estudo, tem como objetivo realizar um levantamento sobre como a pandemia de COVID-19 influenciou a prática da automedicação na população e administração realizada por pais ou cuidadores em crianças e idosos, quando detectada a necessidade de intervenção medicamentosa em virtude de alguma desordem de saúde.

1. AUTOMEDICAÇÃO

“A prática da automedicação é conhecida não só no Brasil, mas abrange o restante do mundo. É uma prática realizada pela própria pessoa ou por seu responsável com a finalidade de obter resultado satisfatório no tratamento da doença ou alívio do sintoma” (MATOS et al, 2018). “A Organização Mundial da Saúde (OMS) define automedicação como o uso de produtos terapêuticos para obtenção da cura ou alívio dos sintomas de uma doença sem que estes tenham sido indicados por profissional prescritor” (CORRÊA; GALATO; ALANO, 2012 apud WHO, 1998).

“A automedicação é uma forma comum de atenção própria à saúde, ou seja, consiste no consumo de medicamento não prescritos por médico, mas que possibilite alguma melhora de sintomas” (SOUZA; SILVA; NETO, 2008). “Aqui são incluídos também pessoas não habilitadas no uso da medicina, mas que indiquem medicamentos, como por exemplo, farmacêuticos ou balconistas, familiares, amigos, pessoas próximas” (SOUZA et al., 2008, apud KOVACS & BRITO, 2006).

O mesmo autor, enfatiza que “estes medicamentos, vendidos sem receita médica, possibilitam a automedicação, onde o indivíduo, motivado por fatores econômicos, sociais e culturais, baseado em conhecimentos próprios, reconhece alguns sintomas de sua doença e os trata”. “Ao menos 35% dos medicamentos adquiridos no Brasil são feitos através da prática de automedicação” (AQUINO, 2008).

1.1 MOTIVOS QUE LEVAM A PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO

“Em alguns países, com sistema de saúde pouco estruturado, a ida à farmácia representa a primeira opção procurada para resolver um problema de saúde, e a maior parte dos medicamentos consumidos pela população é vendida sem receita médica” (AUTOMEDICAÇÃO. Rev. Assoc. Med. Bras. 2001).

“A prática ocorre por diversos fatores motivantes, mas um bastante comum é o fator econômico e as dificuldades de obtenção de consulta médica em serviços de saúde” (CORRÊA; GALATO; ALANO, 2012).

Outro fator importante é a medicalização de crianças. “Atualmente muitos dos responsáveis por elas empregam a automedicação para alívio dos sintomas como cefaleia, resfriado e dor” (FILHO; JÚNIOR, 2013 apud ALBARRÁN; ZAPATA, 2008). O mesmo autor, cita que, “as famílias recorrem a farmácias domiciliares, que contêm analgésicos, antigripais e anti-inflamatórios que representam risco às crianças”.

Desse modo, as razões pelas quais as pessoas se automedicam são inúmeras. A propaganda desenfreada e massiva de determinados medicamentos contrasta com as tímidas campanhas que tentam esclarecer os perigos da automedicação (AUTOMEDICAÇÃO. Rev. Assoc. Med. Bras. 2001).

2. O PERIGO DA AUTOMEDICAÇÃO

“A utilização inadequada de medicamentos pode tornar difícil a detecção de doenças, pois as complicações são verificadas em longo prazo, mascarando os efeitos indesejáveis ocasionados pela automedicação” (BRITO, 2017).

Atualmente muitos dos responsáveis pelas crianças empregam medicamentos para alívio dos sintomas como cefaleia, resfriado e dor, recorrendo a farmácias domiciliares, as quais contêm analgésicos, antigripais e anti-inflamatórios que podem representar risco para as crianças (TELLES et al., 2013, p. 292).

Vale salientar ainda, que a automedicação pode mascarar diagnósticos na fase inicial da doença. “No Brasil, embora haja regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para a venda e propaganda de medicamentos que possam ser adquiridos sem prescrição médica, não há regulamentação nem orientação para quem os utiliza” (AUTOMEDICAÇÃO. Rev. Assoc. Med. Bras. 2001).

Silva et. al. (2012), ressalta que essa prática pode acarretar prejuízos à saúde decorrentes de reações de hipersensibilidade, utilização de dosagem insuficiente ou excessiva, enfermidades iatrogênicas, alteração do padrão evolutivo das doenças, de má-formação fetal, mascaramento ou agravamento da doença de base, dependência do medicamento, resistência à ação dos fármacos, entre outros.

METODOLOGIA

O presente estudo, baseou-se em pesquisas quantitativa e qualitativa. Onde se concretizou no período de setembro a novembro de 2020, um levantamento de dados de modo transversal e exploratório, através de um questionário próprio, online, conseguidos por meio da ferramenta Google Forms, aplicado a 225 pessoas, de forma aleatória e anônima. Foram realizadas perguntas relativas ao nível de escolaridade e questões relacionadas à prática de automedicação, tais como: classes medicamentosas mais utilizadas sem prescrição médica e principais situações que impulsionaram a prática da automedicação. Posteriormente os dados foram avaliados através de uma análise estatística descritiva simples.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os entrevistados, 19,6% foram homens e 80,4% foram mulheres, com idade igual ou superior a 14 anos. Nas seguintes faixas etárias: 10 - 19 anos – 7,5%; 20 – 39 anos – 56%; 40 – 59 anos – 31,5% e 60 ou mais – 4,8%.

Os dados obtidos no presente estudo demonstraram que houve uma predominância por automedicação no sexo feminino (80,4%). Dados semelhantes foram encontrados por Arrais et. al. (2016). Este fato pode estar relacionado à maior preocupação das mulheres em relação à saúde, sobretudo durante a pandemia da Covid-19.

No presente estudo, pode-se avaliar, que o consumo de medicamentos sem qualquer critério médico muda radicalmente de acordo com a faixa etária dos brasileiros. Entre os 20 e os 39 anos 56% das pessoas chegam a se medicar sozinhas. Dos 60 anos em diante, o índice cai para 4,8%.

Possivelmente os jovens vivendo numa sociedade imediatista optam pela automedicação com o objetivo de aliviar apenas os sintomas, evidenciando a baixa disposição para marcarem uma consulta médica.

Em relação ao nível de instrução, este estudo revelou que 15,6% dos entrevistados possuem ensino médio completo, 18,7% estão cursando o nível superior, 58,2% têm ensino superior completo e apenas 5,3% possuem o ensino médio incompleto.

Dados semelhantes foram encontrados no estudo realizado por Arrais et. al. (2016). Provavelmente, um nível de escolaridade elevado, pode aumentar a confiança do indivíduo na prática da automedicação devido uma melhor compreensão das informações contidas na bula do medicamento.

Da população estudada, 36,4% declararam praticar a automedicação e 16% declararam utilizarem medicamentos sem prescrição médica em seus filhos na Pandemia da Covid-19. Além disso, este estudo apontou que a maioria dos medicamentos utilizados na automedicação foi por conhecimento e decisão própria.

Apesar deste levantamento apontar que 89,8% das pessoas conhecem os riscos relacionados a automedicação e que 58,7% acreditam na automedicação responsável, porém o estudo não abordou o nível de conhecimento em farmacologia que teriam estas pessoas para decidirem com segurança pela prática da automedicação.

Na análise dos principais motivos que atualmente justificaram a prática da automedicação identificou-se o medo de contaminação ao sair de casa com 18,7%, comodidade com 10,7%, confiança em quem indicou a medicação com 10,2% e apenas 5,8% apontaram a influência de propaganda nesta decisão. Possivelmente a influência de familiares e amigos somada ao apelo das propagandas, induzem à prática da automedicação.

Ao mesmo tempo, 30,2% da população estudada relataram terem utilizados antiparasitários (Ivermectina, Annita) e 22,7% os complexos vitamínicos para prevenção ou tratamento da Covid-19, sem prescrição médica.

Ainda, 41,3% dos entrevistados afirmaram que a procura por medicamentos sem prescrição médica se manteve igual ao período antes da Pandemia da Covid-19, 58,7% informaram que acreditam em automedicação responsável, 89,8% disseram conhecer os riscos relacionados à prática da automedicação e 51,3% dos entrevistados estocam medicamentos em suas casas (farmácia caseira).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A automedicação ainda é uma prática muito comum na sociedade atual. Os consumidores são impulsionados por inúmeros fatores para obterem alívio imediato dos sintomas diante de qualquer tipo de transtorno. Sabe-se que os medicamentos isentos de prescrição não são isentos de risco, o que implica maior atenção por parte de gestores e profissionais da saúde no sentido de reforçar e ampliar as práticas educativas, principalmente diante da pandemia da Covid-19, a qual estamos enfrentando. Além disso, a maioria dos interessados não possui conhecimento adequado a respeito dos efeitos farmacológicos, posologia e interações causadas pelo uso indevido dos medicamentos.

O cenário de incertezas e o medo de contrair uma doença infectocontagiosa, a exemplo da COVID-19, associada a propagandas de medidas, preventivas e curativas, estimulam ainda mais a procura de uma solução eficaz e imediata, levando ao aumento do índice de automedicação, não só em adultos e idosos, mas também em crianças, que sofrem com a falta de orientação de seus cuidadores, e que neste momento passam a ter um maior contato com eles, em virtude do período de quarenta, imposto como medida preventiva durante a pandemia.

Cabe então esclarecer a importância da divulgação de informações com respaldo científico, que auxiliem na utilização de medicações em condições seguras e responsáveis e que desta forma possam priorizar a orientação e prescrição médica.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Daniela Silva de. Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade? **Ciênc. saúde coletiva**, vol.13, p.733-736, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232008000700023&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 nov. 2020.

ARRAIS PSD, FERNANDES MEP, DA SILVA DAL PIZZOL T, RAMOS LR, MENGUE SS, LUIZA VL, et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. **Rev Saúde Pública**. 2016.

AUTOMEDICAÇÃO. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 47, n. 4, p. 269-270, Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0104-42302001000400001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 de nov. de 2020.

BRITO, Everton Guedes de. (2017). **Automedicação dos Profissionais de Saúde: uma revisão de literatura**. Pernambuco, Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/29316/1/467.pdf>. Acesso em: 14 de nov de 2020.

CORRÊA, Taís dos Santos; GALATO, Dayani; ALANO, Graziela Modolon. Condutas relacionadas à automedicação de adultos: um estudo qualitativo baseado na técnica de grupo focal. **Revista Brasileira de Farmácia**, v. 93, p. 315-320, 2012. Disponível em: <https://rbfarma.org.br/files/rbf-2012-93-3-8.pdf>. Acesso em 04 nov. 2020.

FILHO, Paulo Celso Prado Telles; JÚNIOR, Assis do Carmo Pereira. Automedicação em crianças de zero a cinco anos: fármacos administrados, conhecimentos, motivos e justificativas. **Esc. Anna Nery**, v.17, N. 2, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452013000200013. Acesso em: 02 de nov. de 2020.

MATOS, Januária Fonseca et al. Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 26, p. 76-83, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cadsc/v26n1/1414-462X-cadsc-26-1-76.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020

Silva RCG, Oliveira TM, Casimiro TS, Vieira KAM, Tardivo MT, Faria JM, et al. Automedicação em acadêmicos do curso de medicina. **Rev. Medicina (Ribeirão Preto)**. 2012. 45(1): 5-11. Disponível em: <http://www.fmrp.usp.br/revista> Acesso em: 03 de nov. de 2020.

SOUZA, Hudson W. O; SILVA, Jennyff L; NETO, Marcelino S. A importância do profissional farmacêutico no combate à automedicação no Brasil. **Revista Eletrônica de Farmácia**, V. 5(1), P. 67-72, 2008. Disponível em: http://scholar.google.com.br/scholar_url?url=http://www.revistas.ufg.br/index.php/REF/article/download/4616/3938&hl=pt-BR&sa=X&ei=mmKYX43fJ4_0mQHdI78Q&scisig=AAGBfm0zVh98MIsk3ozZPQ6e0S-N6Vcjxg&nossl=1&oi=scholar. Acesso em 03 de nov. de 2020.

TELLES FILHO, Paulo Celso Prado; PEREIRA JUNIOR, Assis do Carmo. Automedicação em crianças de zero a cinco anos: fármacos administrados, conhecimentos, motivos e justificativas. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 291-297, June 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452013000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de nov. 2020.

PRÁTICAS DE ESTÁGIO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE COLETIVA

Eduarda Pruner Valentini, eduardapruner@hotmail.com¹

Sarah Cristina Massoco, sarahmassoco@gmail.com²

Resumo – Foi realizado estágio curricular obrigatório na unidade básica de saúde (UBS) São Miguel, no município de Fraiburgo, no período de 15/07/2020 a 01/10/2020 das 13:30 às 17:30, totalizando 225 horas. Com isso tive a oportunidade de executar atribuições do enfermeiro de uma estratégia saúde da família (ESF) e conseqüentemente aprimorar meu conhecimento e experiência sobre saúde coletiva e sistema único de saúde (SUS). A UBS campo do estágio possui três equipes de ESF e presta assistência a uma população de aproximadamente 10.000 habitantes.

Palavras-chave: Estágio.Saúde.Enfermagem.

INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade apresentar meu desenvolvimento no estágio curricular obrigatório da 10ª fase em saúde coletiva e descrever minhas atividades desempenhadas junto a UBS. O período de estágio tem por objetivo o desenvolvimento de atividades relacionadas às funções atribuídas ao enfermeiro da ESF, neste contexto o acadêmico deve aplicar seu conhecimento adquirido durante a graduação em todas as práticas e condutas, visando contribuir com a UBS e somar conhecimento prático e vivencial.

CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE CONCEDENTE

“As UBS’s ainda hoje conhecidas como postos de saúde, surgiram na década de 1980 no contexto de organização dos serviços, como possibilidade de maior eficácia de tratamento (resolutividade nas questões referentes à saúde)” (CHIAPINOTTO; FAIT; JÚNIOR, 2007, p.158).

A UBS campo deste estágio possui 03 ESF’s, atendendo uma população de aproximadamente 10 mil habitantes, a unidade disponibiliza atendimento com médico pediatra e médico ginecologista e obstetra (além do clínico geral de cada ESF). A equipe de saúde da UBS São Miguel é composta por: 3 médicos clínicos gerais, 3 enfermeiros, 4 técnicos de enfermagem (sendo um da sala de vacina), 1 assistente social, 1 dentista, 1 auxiliar odontológico, 11 agentes comunitários de saúde (ACS’s), 1 fisioterapeuta, 1 nutricionista (atende de 15/15 dias mediante agendamento), 3 assistentes administrativos (2-recepção e 1-farmácia), 2 auxiliar de serviços gerais, 1 motorista exclusivo para a UBS.

ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

A Atenção Básica ou Atenção Primária à saúde é a principal porta de entrada do sistema de saúde, inicia-se com o ato de acolher, escutar e oferecer resposta resolutiva para a maioria dos problemas de saúde da população, minimizando danos e sofrimentos e responsabilizando-se pela efetividade do cuidado (BRASIL, 2011 apud FIGUEIREDO, 2011). Para isso, é necessário que o trabalho seja realizado em

¹ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Docente do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

equipe, de forma que os saberes se somem e possam se concretizar em cuidados efetivos dirigidos a população (BRASIL, 2011 apud FIGUEIREDO, 2011).

No Brasil, o Ministério da Saúde adota, desde 1994, a Estratégia de Saúde da Família para estruturar os sistemas municipais de atenção básica visando reordenar e promover a transformação do modelo biomédico tradicional de atenção e racionalizar a utilização dos demais níveis assistenciais (CAMPOS et al., 2011).

Figura 1- Fachada da UBS



Fonte: Prefeitura de Fraiburgo (2018).

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Durante o estágio obrigatório foi possível desenvolver diversas atividades, sendo elas: Consulta de enfermagem à livre demanda, evolução no prontuário eletrônico, pré-natal, testes rápidos, teste mãe catarinense, passagem de sonda vesical de demora (SVD), visitas domiciliares, alimentação nos sistemas de informação de saúde, organização de planilhas.

SUGESTÕES DE MELHORIAS

Durante o estágio foi possível observar a rotina de serviço, com isso alguns pontos foram levantados para que o atendimento e organização dos serviços sejam ainda melhores elaborados, trazendo benefícios para os usuários do SUS e profissionais.

Quadro 1- Descrição do planejamento estratégico em saúde coletiva.

Avaliação	Diagnóstico situacional	Ações estratégicas
Gestão do serviço de enfermagem (Enfermeiro)	Ausência de organização de agenda mensal/ semanal do enfermeiro ficando sempre atendimento à livre demanda.	Elaborar uma agenda do mês com todos os dias úteis e estabelecer o trabalho executado em cada dia. Ex: Segundas-feiras: atendimento de pré-natal; Terças-feiras: Visitas domiciliares. Quartas-feiras: PCCU Quintas-feiras: Atendimento à livre demanda; Sextas-feiras: Grupos HIPERDIA/Saúde mental.
Sistematização da assistência de enfermagem (SAE)	Ausência de realização do processo de enfermagem em alguns atendimentos	Estabelecer uma rotina de realização de processos de enfermagem visando o melhor atendimento e tomada de decisão em relação ao usuário.

Fonte: VALENTINI (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início da graduação eu nunca tive pretensão de futuramente trabalhar em um hospital, não me identificava com as atribuições do enfermeiro no hospital e tampouco com o horário de trabalho no hospital. Minha realização profissional é e sempre foi ser enfermeira concursada e trabalhar em uma UBS.

Neste estágio pude executar tarefas, atribuições e competências que executarei num futuro não tão distante, como enfermeira. Minha admiração ficou ainda maior pelo trabalho realizado por toda equipe da UBS, é um trabalho de organização, prevenção, acompanhamento, tratamento e reabilitação da população assistida dentro da área territorial de abrangência, toda a equipe é essencial. Sem dúvidas foi o melhor estágio que já realizei em toda a graduação, a enfermeira responsável pela Estratégia Saúde da Família, me deixou muito à vontade e contribuiu bastante para com meu conhecimento e manejo das situações que nos deparamos cotidianamente dentro de uma UBS.

Fiz esse estágio com muita dedicação, procurando absorver todas as experiências e buscando executar as tarefas de maneira que pudesse contribuir com os atendimentos da unidade, desde uma simples orientação até um procedimento privativo do enfermeiro, como uma passagem de sonda. Apesar de a UBS seguir uma rotina, todos os dias nos deparamos com alguns casos diferenciados, que exigem muito profissionalismo e conhecimento para que seja desempenhado da melhor forma com a finalidade de solucionar as questões trazidas pelos pacientes. O enfermeiro da UBS- ESF é fundamental para a saúde em geral, sendo que na atenção básica este profissional tem autonomia e voz para liderar a equipe, e assim desempenhar um trabalho que seja efetivo e traga bons resultados para a saúde da população.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Elisabeth Niglio. **A Estratégia Saúde da Família na Atenção Básica do SUS**. São Paulo, p. 01-12, 2011. Disponível em:

<https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade05/unidade05.pdf> Acesso em: 14 ago. 2019.

CAMPOS, Rosana Onocko et al. Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde: estudo avaliativo em uma grande cidade brasileira. **Ciência e Saúde Coletiva**, Campinas, v. 16, p. 4643-4652, out. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1413-81232011001300013> Acesso em: 13 ago. 2019.

CHIAPINOTTO, Luciane; FAIT, Cláudia Sedano; JÚNIOR, Manoel Mayer. O modo de fazer saúde: reflexões sobre o cotidiano de uma unidade básica de saúde de Porto Alegre – RS. **Saúde e Sociedade**, Porto Alegre, v.16, n.1, p.155-164, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902007000100014#:~:text=As%20Unidades%20B%C3%A1sicas%20de%20Sa%C3%BAde,nas%20quest%C3%B5es%20referentes%20%C3%A0%20sa%C3%BAde> Acesso em: 22 set. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO. **Informações das Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Apoio**. Fraiburgo, p. 01-04, out. 2018. Disponível em:

<<https://www.fraiburgo.sc.gov.br/site/orgaosmunicipais.aspx?o=368&n=456>> Acesso em: 22 set. 2020.

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SAÚDE COLETIVA II: GESTÃO E GERENCIAMENTO DE ENFERMAGEM

Gabriela Carolina Caregnato Frigotto, gaabi_frigotto@hotmail.com¹

Jussara Almeida, jussara.rd@gmail.com²

Resumo – O estágio é considerado como uma experiência primordial para a formação de vínculos profissionalizantes. Para o currículo da graduação de Enfermagem, é notório a sua necessidade para desempenhar as competências quando inseridos nos serviços de saúde, aperfeiçoando o conhecimento técnico-científico e aprimorando a forma de trabalho em equipe, com visão mais ampla e específica sobre a realidade epidemiológica de uma determinada população, proporcionando uma assistência integral e preventivo. O estágio em gestão em saúde pública foi realizado nos meses de julho a outubro de 2020, na Unidade Básica Nossa Senhora Salete e na Vigilância Epidemiológica, localizadas no município de Caçador (SC). O objetivo geral foi desempenhar atividades de gestão e gerenciamento de enfermagem. E como alguns dos objetivos específicos: delinear os problemas e propor melhorias; descrever as atividades de estágio desenvolvidas. Notou-se que há necessidade de melhorias nos serviços de saúde e que sua maioria depende da gestão municipal. E que, diante do novo panorama de saúde decorrente da pandemia mundial, conclui-se a partir da experiência que a gestão dos estabelecimentos de saúde são essenciais para a construção de um atendimento eficaz dos pacientes.

Palavras-chave: Saúde Pública. Enfermagem. Estágio Obrigatório. Gerenciamento.

INTRODUÇÃO

O estágio como um todo, favorece na formação do aluno enquanto vínculo educativo profissionalizante, sendo considerado uma experiência primordial para correlacionar a teoria e prática vista em sala de aula com a realidade da profissão, além de aprimorar o pensamento crítico e reflexivo, aprimorar as habilidades e competências para construir o conhecimento (NEGREIROS; LIMA, 2018).

Quando relacionado a enfermagem, mais especificadamente na formação do enfermeiro(a), o estágio curricular supervisionado (ECS) torna-se fundamental para que o estudo não se restrinja apenas na sala de aula ou no desenvolvimento técnico/mecânico, pelo contrário, quando o aluno é inserido na Atenção Básica ou Atenção Hospitalar, passa-se a se a conhecer e desempenhar o papéis específicos da profissão e a atuar diante da realidade que ali está apresentada fortalecendo as competências quando inseridos nos serviços de saúde (ESTEVEES et al., 2017).

Os conteúdos curriculares a serem desenvolvidos na formação da/o enfermeira/o devem ser exercidos, por meio de atividades teóricas, teórico-práticas, práticas, estágios e Estágio Curricular Supervisionado (ECS), devendo conferir ao futuro enfermeiro a capacidade profissional para atender às demandas e necessidades prevalentes e prioritárias da população, conforme realidade epidemiológica da região e do país, em consonância com as políticas públicas (BRASIL, 2018, n.p).

¹ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Docente do curso de Enfermagem da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

As competências ditas nas Diretrizes Nacionais Curriculares para a graduação de enfermagem são: atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, administração e gerenciamento dos serviços de saúde e educação em saúde (BRASIL, 2001).

Diante disso, o futuro profissional enfermeiro, amplia os valores, a autonomia, o saber científico, a responsabilidade, o compromisso, a criatividade e o seu papel social durante a prática dos estágios, tornando-se evidente a importância de execução dos mesmos (ESTEVEZ et al., 2017).

O estágio supervisionado da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), campus Caçador/SC, para o curso de Enfermagem, é realizado durante a 9ª e 10ª fase, em saúde coletiva e atenção hospitalar. As cargas horárias são de 360 horas para o penúltimo semestre e 450 horas para o último. Sendo optativo a Unidade Básica de Saúde (UBS) e setor hospitalar.

O presente relatório de estágio de gestão e gerenciamento em enfermagem em saúde coletiva II, refere-se às atividades que foram realizadas pela acadêmica de enfermagem na Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora Salete e Vigilância Epidemiológica, situada na cidade de Caçador/SC, com duração de 225 horas, desenvolvidas entre os dias 21 de julho até a 07 de agosto, e 01 de setembro a 28 de outubro.

É importante ressaltar que durante este ano houve mudança nas datas de estágio devido as suspensões de atividades pela universidade devido ao coronavírus (COVID-19), que após o dia 07 de agosto até dia 30 do mesmo mês, os estágios foram suspensos pelo Secretário Municipal de Saúde pois Caçador encontrava-se em nível gravíssimo de infecção e contaminação por COVID-19.

Devido a pandemia mundial, a forma como os estágios ocorreram foi de um novo modo, com maiores cuidados e utilização de EPI's específicos para evitar a contaminação.

Para tanto, o estágio teve como objetivo geral desenvolver atividades de gestão e gerenciamento de enfermagem em uma UBS e Vigilância Epidemiológica do município de Caçador. E como objetivos específicos: Conhecer a rotina do enfermeiro na unidade básica de saúde e como é prestada a assistência desse profissional nesse serviço; Delimitar os problemas de cada um desses locais e correlacionar com o diagnóstico situacional; Propor melhorias através do planejamento estratégico; Descrever as atividades que foram realizadas durante o período de estágio; Caracterizar os serviços quanto ao atendimento, estrutura e organização de recursos humanos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

A atenção básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades (BRASIL, 2012, p.19).

São dirigidas por meio de práticas de cuidado e gestão, através de equipe multidisciplinar, a qual possui responsabilidade sanitária. O manejo é feito a partir da necessidade da população de determinado território, avaliando os critérios de risco,

vulnerabilidade, onde todos com necessidade de saúde ou em sofrimento devem receber atendimento (BRASIL, 2012).

Atuam a partir dos princípios de universalidade, equidade e integralidade. E diretrizes como: regionalização e hierarquização, territorialização e adstrição, resolutividade, longitudinalidade do cuidado, participação da comunidade, entre outros (PNAB, 2017).

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Conjunto articulado de instituições do setor público e privado, componente do SUS, que direta ou indiretamente, notifica doenças e agravos, presta serviços a grupos populacionais ou orienta a conduta a ser tomada para o controle dos mesmos (MS, 2005, p. 34 apud CARVALHO et al., 2011, p. 26).

Como função são descritas: coleta e consolidação de dados; processamento, análise e interpretação dos dados; recomendação e adoção de medidas de controle; apropriadas; promoção de ações de controle; avaliação da eficácia e efetividade das medidas adotadas; retroalimentação e divulgação de informações; subsidiar o planejamento, organização e operacionalização dos serviços de saúde (CARVALHO et al., 2001; AGUIAR; RIBEIRO, 2019).

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Atividades de estágio na UBS Nossa Senhora Salete: conhecimento da unidade, estrutura, fluxograma, atualizações no atendimento devido a pandemia; sistemas utilizados comumente (IDS, SISREG, SISCAN, GAL); triagens e consultas para pacientes (livre demanda, gestantes, puérperas); atendimentos do enfermeiro (prescrições, escuta ativa, preventivos, testes rápidos e visitas domiciliares); entrega de exames, receitas, agendamentos, materiais (lancetas, fitas reativas, sondas, gazes para curativos); procedimentos de enfermagem (curativos, injetáveis, sinais vitais, medicações orais); notificações semanais negativas e de agravos (tuberculose, síndrome gripal e sífilis gestacional); monitoramento de pacientes isolados por COVID-19.

Atividades desenvolvidas na Vigilância Epidemiológica: triagens e acompanhamento de consultas de rotina de pacientes positivos para HIV, Hepatite B e C, sífilis congênita; acolhimento e dispensação de medicamentos; sistemas utilizados comumente (SINASC, SIM, SINAN, SIVEP Gripe, E-SUS, SIPNI); fluxograma dos pacientes notificados por SRAG e SG e como é o monitoramento; inclusão de DNV, DO e notificações em seus respectivos sistemas; contato, capacitação e orientação para as profissionais da CCIH sobre notificações; planilhas comparativas do COVID e imunizações no município; participação da campanha da vacina; acompanhamento de suto de Doença Transmitida por Alimento- DTA.

LEVANTAMENTO DE PROBLEMAS E PLANO DE AÇÃO

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NOSSA SENHORA SALETE

A. Falta de computadores para as agentes comunitárias de saúde para a digitação de produção.

Justificativa: na sala das agentes havia apenas um computador, por conta disso, estas precisavam revezar o seu uso ou quando precisavam de mais um local para a digitação utilizavam o consultório médico.

Ação: Enviar ofício via DOC para o requerimento de mais um computador.

B. Goteiras e rachaduras em salas e na parte externa da UBS.

Justificativa: desabamento e infiltrações com o surgimento de mofo e fungos.

Ação: Abrir chamado junto a manutenção para discutir possíveis providências, conforme RDC 50.

C. Carrinho de emergência não é conferido semanalmente

Justificativa: necessita-se conferir diariamente/semanalmente as medicações; contabilizando e verificando o prazo de validade. Assim como verificar os equipamentos utilizados durante o atendimento a emergências clínicas.

Ação: fazer um checklist semanal, no mínimo, para a conferência de todos os materiais e medicações.

D. Consultórios médicos sem pia para lavagem das mãos

Justificativa: RDC 50/20027 dispõe sobre as normas de projetos físicos para estabelecimentos assistenciais de saúde, prevê que o consultório possua uma pia exclusiva para a lavagem das mãos, sendo com torneiras com fechamento que dispense o uso das mãos.

Ação: Encaminhar DOC para setor de manutenção solicitando a adequação dos consultórios.

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

E. Adequação dos computadores no ambulatório

Justificativa: Computadores desligavam e travavam com frequência. Risco de perda de dados.

Ação: Solicitar ao serviço de TI ou manutenção para troca de máquinas.

F. Sala para arquivo de fichas de notificações inadequadas, em ambientes expostos.

Justificativa: As notificações são documentos importantes e não devem ser armazenadas em ambientes de livre acesso ou inadequados.

Ação: Solicitar sala própria aos gestores como secretário, através de documento formal. E após a aprovação, organizar notificações conforme ano, mês e agravos.

G. Ausência de locais para realizar a lavagem das mãos no setor administrativo e ambulatorial.

Justificativa: RDC 50/20027 dispõe sobre as normas de projetos físicos para estabelecimentos assistenciais de saúde, prevê que o estabelecimento possua uma pia exclusiva para a lavagem das mãos, sendo com torneiras com fechamento que dispense o uso das mãos.

Ação: Solicitar ao setor de manutenção a adequação do local.

H. Triagem do ambulatório no mesmo local de recepção para consultas.

Justificativa: Viu-se que durante a triagem para consultas, outros pacientes chegavam ao local para se ter algumas informações. Diante disso, é necessária privacidade para a realização da triagem, pois são pontuadas questões que muitas vezes são delicadas para o paciente.

Ação: solicitar sala para a realização da recepção do paciente ou familiar ao coordenador ou setor de infraestrutura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda a experiência, é notório a necessidade do enfermeiro nos estabelecimentos de saúde. É esse o profissional que tem sobre si o conhecimento do paciente, da sua unidade e da sua equipe, tornando-se referência para todos os que estão ao seu redor e é geralmente a ele que o paciente recorre por primeiro.

Atingi diversos objetivos que tinha perante o estágio. Mas, tivemos limitações quanto ao panorama mundial de pandemia que vivemos, onde tudo se tornou mais difícil, até a forma de abordagem do paciente e família.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Z. N.; RIBEIRO, M. C. S. Doenças transmissíveis. 3 ed. São Paulo: Martinari, 2009.

BRASIL. **Acolhimento a demanda espontânea**: cadernos de atenção básica. 1ª ed. 1 vol. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_demanda_espontanea_cab_28v1.pdf

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>

CARVALHO, D. S.; et al. **Vigilância epidemiológica no estado do Sergipe**: Saberes e tecnologias para implantação de uma política. 1ª ed. Aracajú: FUNESA, 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigilancia_epidemiologica_aprendiz.pdf

ESTEVES, L. S. F.; et al. O estágio curricular supervisionado na graduação em enfermagem: revisão integrativa. **Rev. Bras. Enferm.** [Internet], v. 71, n. 2, p. 1842-1853, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reben/v71s4/pt_0034-7167-reben-71-s4-1740.pdf

NEGREIROS, R. V.; LIMA, V. C. Importância do estágio supervisionado para o acadêmico de enfermagem no hospital: compartilhando experiências vivenciadas com a equipe de trabalho. **Rev. Univ. Alto Vale do Rio Verde**, v. 16, n. 2, 2018. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/4359/pdf_819

PNAB. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**: operacionalização. 2017. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizConsolidacao/comum/250693.html>

PLANO DE AÇÃO EM PSICOLOGIA DO ESPORTE: “TRABALHANDO O MEDO E A ANSIEDADE PRÉ-COMPETITIVA EM ATLETAS DA GINÁSTICA ARTÍSTICA”¹

Josiéli Varela, josieli.varela@uniarp.edu.br²
Claudia de Oliveira Mroz, claudia_mroz@hotmail.com³

Resumo – O trabalho apresentado trata-se de um plano de ação de um psicólogo do esporte na área da Ginástica Artística, a fim de diminuir os efeitos do medo e da ansiedade nos atletas. Como os dois elementos afetam diretamente o desenvolvimento e a performance dos ginastas é de suma importância a presença do profissional da Psicologia em equipes de alto nível. Dessa forma, o objetivo geral do presente plano é analisar a ação do Psicólogo do Esporte na área da Ginástica Artística e objetivos específicos: controlar o medo no contexto competitivo das ginastas, entender como o medo afeta a performance dos atletas; compreender o manejo da ansiedade pré-competitiva na Ginástica Artística e evitar danos emocionais e físicos através da atuação do profissional na equipe. O método de pesquisa caracterizou-se como revisão bibliográfica devido ao momento atual de pandemia.

Palavras-chave: Psicologia. Esporte. Medo. Ansiedade. Intervenção.

INTRODUÇÃO

O presente Plano de Ação em Psicologia do Esporte foi baseado em atletas praticantes da Ginástica Artística. A ação do Psicólogo dentro do ambiente de esporte de alto nível competitivo deve ser pautada na redução de ansiedade, estresse e medo, a fim de melhorar o desempenho dos ginastas, garantindo bons resultados e colocações nas competições.

Visto essa demanda de alta performance esportiva, constam algumas situações-problema para o profissional da Psicologia. Duas delas serão abordadas neste Plano de Ação: O medo inserido no contexto competitivo dos ginastas e como controlá-lo e o manejo da ansiedade pré-competitiva a fim de evitar danos emocionais e físicos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O mundo dos esportes cada vez mais é marcado pela existência de uma competição muito grande, além dos conflitos na busca de vitórias. Salienta Gil (apud GOULD, 2001, p. 28) que “a Psicologia do Esporte e do Exercício é o estudo científico de pessoas e seus comportamentos em contextos esportivos e de exercício e as aplicações práticas de tal conhecimento”.

Para Abrantes (2007) as derrotas em sua maioria se devem principalmente pela dificuldade em controlar as emoções de cunho negativo, dentre elas o estresse e a ansiedade, dois fatores perturbadores do rendimento de atletas. Diversos

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Práticas de Estágio na matéria de Psicologia do Esporte do curso de Psicologia ofertado pela UNIARP.

² Professora do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

estudos comprovam o efeito positivo que a ansiedade e o estresse podem influenciar o rendimento desportivo visto que assumem um grande papel na preparação psicológica dos atletas. Nota-se que antes de uma competição, o mesmo se encontra em intensa carga psíquica (também chamado de estresse psíquico), o que alguns autores chamam de “estado pré-competitivo”.

Na superação do medo é preciso muita preparação psicológica, tanto em situações de treinamento quanto de competição. Existem diversos métodos para controle do medo e eles podem se classificar, de acordo com Machado (2006), de dois modos: método de controle científico e método de controle “ingênuo” (naiv). Em cada uma dessas categorias há uma subdivisão que se refere à origem do controle (auto-regulação ou regulação externa) e à sua orientação (à pessoa ou ao ambiente).

Para o autor, dentro da categoria naiv, um atleta se convence (auto-sugestão) que é mais forte do que o adversário e assim não fica com medo; o treinador convence o atleta de que os adversários também são “gente como a gente”, para diminuir o medo e também monta uma sequência metodológica com aparelhos auxiliares. Ao se adotar o método científico, pode-se utilizar a dessensibilização sistemática, técnicas de relaxamento (yoga, meditação), de ativação, de biofeedback, técnica de relaxação progressiva, treinamento autólogo, biofeedback-training, entre outros (Machado, 2006).

Para que ocorra o equilíbrio emocional em situações de competição, Hongler (1988) cita condições como: o atleta deve compreender todas as manifestações que ocorrem em situações de estresse (físicas e psicológicas); analisar predisposições e objetivos do atleta; e introduzir, aos poucos, as informações sobre o contexto geral da competição.

De acordo com Arnold (1999), no ambiente da ginástica artística, o medo surge ao presenciar uma queda ou sofrer uma lesão. Ele surge através de pensamentos negativos no estilo de: Não vou conseguir, Vou cair. Isso acaba dando a sensação de perda de controle. Ou seja, na visão do autor, um dos principais aspectos para o sucesso na prática da ginástica, é ter um pensamento disciplinado e sob controle, um processo que foi chamado de “Coreografia Mental (CM)”.

A prática mental (PM) é uma estratégia bastante difundida na Ginástica Artística. A utilização do treinamento mental parece ser essencial para controlar as respostas físicas, mentais e comportamentais resultantes de situações causadoras de medo. Para cada situação específica, seja no treinamento ou na competição, os ginastas podem utilizar diferentes tipos de imagens mentais e diferentes conteúdos, através da memorização de aspectos do movimento, do controle da distração, do equilíbrio dos estados emocionais, do aumento da autoconfiança e, até mesmo, da recuperação de lesões (BRANDÃO, 2005).

Segundo Eberspacher (1995) citado por Samulski (2002) existem três formas de se realizar o treinamento mental:

Autoverbalização: que consiste em repetir mentalmente a prática do movimento de forma consciente.

Auto-observação: na qual se observa por meio dos “olhos mentais”, tentando se imaginar realizando um movimento como se fosse um filme.

Treinamento Ideomotor: através do qual o indivíduo deve atualizar intensa e profundamente as perspectivas internas do movimento. Ele deve procurar se auto transferir no movimento para poder sentir, vivenciar a sensação dos processos internos que ocorrem na execução do movimento.

Uma técnica para lidar com esse estresse é conscientizar o atleta de que é uma reação absolutamente normal e que o relaxamento muscular e as técnicas

respiratórias podem ajudar a aliviar a tensão. Dessa forma, alguns estudos relatam que os esforços realizados pelos atletas para superar as adversidades do contexto esportivo podem influenciar positivamente o enfrentamento desses aspectos (Belem e colaboradores, 2014; Fletcher e Sarkar, 2012).

Nesse sentido, a resiliência apresenta relação positiva com a autoestima e as relações afetivas, consideradas como fatores protetivos do indivíduo (Sarkar e Fletcher, 2014; Sarkar, 2017). Os atletas que se sentem apoiados na sua tarefa pelos seus treinadores sentem-se mais motivados, capazes e respondem de modo resiliente a situações adversas no contexto esportivo (Belem e colaboradores, 2014; White e Bennie, 2015).

Ao procurarem compreender mais profundamente de determinados comportamentos que podem afetar o desempenho de atletas, HARDY, JONES e GOULD (1996) observaram que os estudos desenvolvidos nesta área de pesquisa tem sido focado em dois pontos interessantes: a resposta de atletas a situações de ansiedade e estresse, e como eles buscam controlar estas situações (também conhecidos como processos de “coping”). O “coping” consiste de respostas comportamentais aprendidas que diminuem, com sucesso, o nível de ativação, minimizando ou neutralizando a importância de uma condição perigosa ou desagradável. (LAZARUS & FOLKMAN, 1984)

O uso de exercícios de imaginação e de antecipação à ansiedade também foi descrito por HUBER (2000), partindo-se do mesmo princípio do treinamento autôgeno ou da prática mental (PM). Nestes exercícios, o indivíduo enfrenta seus medos no plano imaginário, que irão impedir e reduzir as condutas de fuga. No entanto, o indivíduo terá que ser capaz de superar os níveis de ansiedade produzidos na situação imaginária, pois caso contrário, ele nunca será capaz de diminuí-los em uma situação real ameaçadora.

O treinamento mental irá influenciar no controle das respostas físicas, mentais e comportamentais a esses fatores BRANDÃO (2005). Para cada situação específica, seja no treinamento ou em competição, os ginastas podem utilizar diferentes tipos de imagens mentais e diferentes conteúdos, através da memorização de aspectos do movimento, do controle da distração, do equilíbrio dos estados emocionais, do aumento da autoconfiança e, até mesmo, da recuperação de lesões. Outra estratégia utilizada na GA é denominada de coreografia mental (ARNOLD, 1999), na qual o ginasta se imagina realizando corretamente uma sequência de exercícios.

O treinamento de relaxamento tem como objetivo relaxar o corpo, permitindo controlar a musculatura para que o atleta possa se manter relaxado em uma situação na qual encontra dificuldade. Esta técnica consiste no relaxamento, através do controle da respiração, e da avaliação racional da situação temida. Assim, pode-se usar o relaxamento como uma etapa básica em outro treinamento, como visualização, controle de concentração e domínio do estresse (MACHADO, 2006). O relaxamento prepara o atleta para desempenhar uma habilidade mais efetivamente do que se ele estivesse em um estado de tensão, assim como um músculo relaxado tem maior capacidade de contração do que um músculo ligeiramente tenso (KUBISTANT, 1986).

Ao se sentirem relaxadas, as ginastas tem sua capacidade de concentração facilitada, auxiliando-as na conservação de energia e no controle fino de aspectos de seu desempenho (DUDA & GANO-OVERWAY, 1996).

METODOLOGIA

O presente plano de ação foi realizado para a empresa fictícia municipal do ramo desportivo especializado em Ginástica Artística, localizada na cidade de Caçador – SC, para o segundo semestre do ano de 2020. Será realizado pela acadêmica Claudia de Oliveira Mroz, 23 anos, cursando a 10ª fase do curso de Psicologia fornecido pela Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp visando beneficiar os atletas de Ginástica Artística envolvidos através de atividades práticas de relaxamento e treinamento mental, abaixo relacionadas.

Tendo em vista duas questões problemas serão realizadas atividades específicas, a primeira é: Como enfrentar o medo inserido nas competições e treinamentos na GA? E a segunda: Quais estratégias utilizar para diminuição da ansiedade pré-competitiva nos atletas da GA?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações apresentadas pode-se concluir que a presença do profissional da Psicologia em equipes esportivas de alta performance é de suma importância. O psicólogo, ao participar do preparo dos atletas pode prevenir lesões que ocorrem devido à medo e ansiedade, pode auxiliar no processo de diálogo entre pais e atletas, assim como treinadores e atletas.

Além disso, com as técnicas corretas, o estresse pré-competitivo e a ansiedade podem diminuir consideravelmente, auxiliando assim na melhora da performance do atleta em competições e treinamentos. Algumas das técnicas utilizadas são o coping, a coreografia mental, o biofeedback e as de relaxamento.

Dessa forma, toda a equipe pode se beneficiar da presença do psicólogo do esporte, desde o atleta em si, até treinadores, familiares e amigos.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, João. **Stress e a ansiedade pré-competitiva e sua influência no rendimento desportivo**, 2007.

ARNOLD, A. **Dealing with fear. USA Gymnastics**. 1999.

BELEM, I.C.; Caruzzo, N.M.; Nascimento Junior, J.R.; Vieira, J.L.; Vieira, L.F. **Impact of coping strategies on resilience of elite beach volleyball athletes**. Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano. Vol. 16. Núm. 4. 2014.

BRANDÃO, M.R.F. **Aspectos psicológicos da Ginastica Artística**. In: NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V.L. (org.) *Compreendendo a Ginastica Artística*. São Paulo: Phorte Editora, p.107-117, 2005.

DUDA, J.L. & GANO-OVERWAY, L. **Anxiety in elite young gymnastics: Part II. Sources of stress**. *Technique*, v.16, p.4-5, 1996.

FLETCHER, D.; Sarkar, M. **A grounded theory of psychological resilience in Olympic champions**. *Psychology of sport and exercise*. Vol. 13. Núm. 5. 2012.

GOULD, Daniel. **Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HARDY, L., JONES, G. & GOULD, D. **Understanding psychological preparation for sport**. Chichester: Wiley, 1996.

HONGLER, R. **El stress y el miedo en deporte**. Revista de Entrenamiento Desportivo, v.II, n.4, p.20-31, 1988.

KUBISTANT, T. **Performing your best: A guide to psychological skills for high achievers**. Champaign: Leisure Press, 1986.

LAZARUS, R.S. & FOLKMAN, S. **Stress appraisal and coping**. New York: Springer, 1984

MACHADO, A.A. **Psicologia do esporte: da Educação Física Escolar ao Esporte de Alto Nível**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

SAMULSKI, D. **Psicologia do Esporte: teoria e aplicação prática**. 1.ed. Belo Horizonte: Imprensa Universitária/UFMG, 1995.

SAMULSKI, Dietmar. **Psicologia do Esporte**. Barueri: Manole Ltda, 2002.

SARKAR, M. **Psychological resilience: Definitional advancement and research developments in elite sport**. IJSPW. Vol. 1. 2017.

SARKAR, M.; Fletcher, D. **Psychological resilience in sport performers: a review of stressors and protective factors**. Journal of Sports Sciences. Vol. 14. Núm. 32. 2014

WHITE, R.L.; Bennie, A. **Resilience in youth sport: A qualitative investigation of gymnastics coach and athlete perceptions**. International Journal of Sports Science & Coaching. Vol. 10. Núm. 2-3. 2015.

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

AVALIAÇÃO DA PREVALÊNCIA DAS DISCROMIAS QUE MAIS AFETAM A POPULAÇÃO E OS ATIVOS DESPIGMENTANTES EMPREGADOS PARA O TRATAMENTO BEM COMO SUA REAL EFICÁCIA

Sabrina Konflanz Pessoa, sabrinakonflanz@hotmail.com¹
Aline Fantin Grando, aline.fantin@uniarp.edu.br²

Resumo – A pele funciona como uma barreira natural para nos proteger do meio externo, ela é composta por 3 camadas principais, epiderme, derme e hipoderme. Em uma das camadas da epiderme, encontram-se os melanócitos, células que produzem a melanina. Entretanto, existem algumas alterações na pigmentação cutânea, chamadas de discromias, que podem ser do tipo hipocromias ou hiperpigmentações. As hiperpigmentações ocorrem por diversos motivos, como exposição solar, genética, gravidez, entre outros motivos. Atualmente, podemos encontrar diversos ativos despigmentantes, capazes de amenizar estas manchas na pele. Este artigo tem como objetivo realizar um levantamento das discromias que mais afetam a população, e avaliar os principais ativos despigmentantes utilizados, bem como a eficácia obtida pós tratamento. Para tanto, baseou-se em pesquisas quantitativas, através de um levantamento de dados, por meio de questionários, online. Também foram coletadas informações por meio de pesquisa bibliográfica. Todos os ativos, proporcionam redução das discromias, não havendo nenhum que se destaque quanto a indicação, ou eficiência, já que todos apresentam vantagens e desvantagens quanto ao seu uso.

Palavras-chave: Pele. Melanina. Discromias. Hiperpigmentação. Ativos despigmentantes

INTRODUÇÃO

Atualmente, por meio das mídias sociais, a busca e preocupação em ter uma aparência perfeita, tem aumentado. São comerciais, produtos, fotos em redes sociais, tudo isso sempre passando aos consumidores a ideia de que não estamos encaixados no padrão de beleza, influenciando diretamente em uma cobrança pessoal e em uma autoestima diminuída. Um dos fatores que mais influenciam na aceitação com a aparência, são as discromias, famosas manchas de pele, principalmente na região do rosto. É comum pessoas que possuem manchas de pele, se sentirem incomodadas com vergonha de sua aparência.

O presente estudo foi elaborado com a finalidade de proporcionar um maior conhecimento sobre as discromias, entender o que é melanina e como funciona o mecanismo de formação das discromias, em especial das hiperpigmentações. E desta forma, comparar diversos ativos despigmentantes, baseados em livros e artigos científicos. Além, da utilização de dados de uma pesquisa realizada com pessoas comuns e profissionais da área de estética. Este artigo tem como objetivo realizar um levantamento das principais discromias que afetam a população, de forma a avaliar os principais ativos despigmentantes utilizados no tratamento de discromias, bem como a real eficácia obtida pós tratamento.

¹ Acadêmica do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Professora Orientadora do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

PELE E AS DISCROMIAS

A pele possui diversas funções, sendo a principal, a proteção contra o meio externo (GERSON ET AL., 2011, p.5). Segundo Elder (2011, p.7), “a pele é dividida em duas camadas separadas, epiderme e derme, que dependem uma da outra para executar suas funções”. Patriota (2019, p.11 apud Obagi, 2004), destaca que “a epiderme é formada por cinco tipos diferentes de células, organizadas em camadas, que são: estrato córneo, estrato lúcido, estrato granular, estrato espinhoso e a camada basal ou estrato germinativo”. No estrato germinativo é onde se localizam as células responsáveis pela coloração da pele, chamadas melanócitos, que produzem um pigmento chamado de melanina (RIZZO, 2011, p.116). O mesmo autor também destaca que todos nós temos a mesma quantidade de melanócitos, o que varia é a sua produção de melanina. Mascena (2016, p.9 apud Sampaio e Rivitti, 2007), explica que a radiação solar pode aumentar a quantidade de melanina produzida.” Patriota (2019 p.13 apud Caetano, 2014; Lin JY, 2007), relata que a melanina “desempenha, um importante papel foto protetor contra danos da radiação”.

Moura, et al. (2017 p.36 apud Souza; Junior, 2011), relatam que “as discromias são alterações na pigmentação da pele, chamadas comumente de manchas, divididas em: hiperpigmentações quando há um aumento na pigmentação da pele ou hipocromia quando ocorre a diminuição ou deficiência de pigmentação na pele”. Souza e Reis (2017 p. 12 apud Draelos, 2012 p. 29), descrevem que “os melanócitos podem sofrer alterações, devido a traumas ou inflamações, passando a produzir menor ou maior quantidade de melanina”.

Além disso, Moura, et al. (2017 p.36 apud Souza; Junior, 2011), destaca que “a radiação solar, principalmente a radiação UVA acentua as hiperpigmentações, que se tornam mais visíveis [...], deixando a pele com manchas irregulares escuras, diferentes do tom da pele normal”.

“A hiperpigmentação da epiderme, chamada de hiperpigmentação, ocorre devido a produção excessiva de melanina” (ARAUJO; MEJIA, [20-] apud BOLOGNIA et al, 2011). “Essas manchas podem manifestar-se em consequência do envelhecimento, alterações hormonais, inflamações, alergias e exposição ao sol” (TIBURTINO; VIDAL, 2017, p.154 APUD EVELINE, 2006).

PRINCÍPIOS ATIVOS DESPIGMENTANTES

Para Araújo e Mejia ([20-] p.4 apud Tedesco, 2007; Andrade et al, 2012), “os princípios ativos despigmentantes são destinados a clarear a pele e manchas pigmentares, isso ocorre através de diferentes mecanismos de ação”. O mesmo autor, cita “dentre os principais mecanismos a inibição da produção de melanina, da síntese de tirosina e da formação de melanossomas, além da alteração química da melanina, entre outros”.

Destacam-se no presente estudo, os seguintes ativos: “A hidroquinona que é um ativo despigmentante de uso tópico, utilizado para clarear áreas com hiperpigmentações na pele” (ARAUJO E MEJIA, [20-] p.7 APUD BORGES, 2010), a cisteamina, o ácido tranexâmico que “possui efeito despigmentante na pele e é utilizado de forma tópica, injetável e pode ser utilizado também via oral” (GOMES ET AL.,2019, P.89 APUD BANIHASHEMI ET AL 2015), a niacinamida que para Portilho e Pacheco (2016 apud Mohammed et al, 2013), “é a forma amida da niacina (vitamina B3) utilizada para tratamentos de acne, rosácea e dermatoses autoimunes

[...], o alpha arbutin, que “atua inibindo a tirosinase e é um clareador proveniente da hidroquinona, porém possui menos propriedade nocivas” (MACRINI, 2004 P. 19 APUD ZHAI ET AL, 2001), o ácido kójico “possui ótimos resultados e dentre os despigmentantes é um dos mais naturais, ele age inibindo a síntese de melanina e bloqueando a ação da tirosinase” (GOMARA, 2003 p.20 apud BEZERRA; REBELLO, 1996), o antipollon HT, que é “um silicato de alumínio sintético, finamente granulado e que absorve muito bem a melanina” (MASCENA, 2016 P. 34 APUD RODRIGUES; GUEDES, 2009),

METODOLOGIA

O presente artigo, baseou-se em pesquisas quantitativa e qualitativa. Onde se concretizou no período de agosto a outubro de 2020, um levantamento de dados de modo transversal e exploratório, através de dois questionários próprios, online. Um destinado a população em geral e outro destinado aos profissionais da área da estética, de forma aleatória e anônima. Além disso, também se realizou pesquisa bibliográfica para a revisão de literatura. Dessa forma, foram utilizados como base para a realização do estudo em questão: artigos científicos, revistas científicas e livros da biblioteca da UNIARP (Universidade Alto Vale do Rio do Peixe), com publicações realizadas a partir do ano de 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa contou com a participação de 169 pessoas, sendo destas, 6 profissionais da área de estética, os quais responderam um questionário específico para profissionais. Após a análise do questionário popular pode-se observar os seguintes dados: dos participantes, 84,7% eram mulheres e 15,3% homens.

Em relação a faixa etária, verifica-se que a maioria dos participantes apresentam idade entre 25 e 40 anos sendo 42,9%. A coloração de pele predominante obtida foi de 78,5% cor branca. Dos pesquisados 63,2% possuem algum tipo de discromia. Sobre o período do surgimento das manchas, 34,6% não apresentam manchas, 21,6% não sabem identificar quando apareceram as manchas, 19,1% responderam que apareceu durante a adolescência, 13,6% após a gestação e 11,1% surgiu com o envelhecimento. Sobre a utilização do protetor solar e, 41,7% quase nunca utilizam, 25,2% utilizam apenas quando lembram, 23,3% utilizam todos os dias e apenas 9,8% utilizam na maioria das vezes. Janasco et al. (2016, p.15), “aconselham que o uso correto de protetores solares pode prevenir o aparecimento das discromias”.

O questionário trazia uma comparação por meio de imagens descrevendo os principais tipos de discromias, sendo assim, 31,5% se enquadram naqueles que não possuem manchas, 22,8% responderam possuir manchas de acne, 13,6% melasmas, 9,9% efélides, 6,8% melanose solar, 6,2% alegaram que nenhuma das imagens se assemelhava com as suas manchas, 4,9% relataram apresentar acromia e 4,3% lentigo solar.

Quando questionados sobre suas manchas, 49,7% afirmaram incomodar-se com as manchas que possuem, 33,7% relataram não possuir manchas e 16,6% não se incomodam. Os mesmos, foram então questionados, se pretendem tratar as manchas e o resultado obtido foi o de que 33,8% não possuem manchas, 33,8% pretendem tratar logo, assim que for possível, 25% pretendem tratar futuramente e, 7,5% não pretendem tratar as manchas, já que não se importam com a sua

aparência. Em relação aos ativos e tratamentos que já foram utilizados, os pesquisados relataram que já utilizaram ativos como o Ácido Kójico, Ácido Hialurônico, Tri-luma, Hidroquinona, Ácido Glicólico e Peeling do mar morto. Alguns já realizaram tratamentos com laser, peeling de diamante, além de tratamentos com nitrogênio. A maioria relatou que obteve resultados temporários.

Já entre os 6 profissionais da área de estética entrevistados, os resultados obtidos foram os seguintes: todos possuem pacientes com discromias, e todos são do sexo feminino, portanto nota-se que a procura pelo tratamento das discromias se destaca entre as mulheres. Outro destaque é a faixa etária dos pacientes, sendo 83,3% de 30 a 40 anos. Também, vale ressaltar que discromia mais comum relatada pelos profissionais de estética são os melasmas atingindo a marca de 66,7%.

Sobre o grau de importância que seus pacientes relatam ter sobre suas discromias (em relação ao incômodo que elas ocasionam) o resultado foi que, 50% dos pacientes relatam ter um grau alto (se importam muito) e pretendem tratar e livrar-se das manchas o mais rápido possível, já 50% relatam ter um grau médio (se importam relativamente) e pretendem tratar futuramente com cautela. Para finalizar, buscou-se informação sobre o protocolo de tratamento mais utilizado, e o resultado obtido foi de que 66,7% utilizam peeling químico para tratar discromias. Sobre os ativos utilizados nos protocolos, os mais citados foram: ácido mandélico, hidroquinona, ácido tranexâmico, niacinamida, ácido glicólico e ácido retinóico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com a saúde e aparência, além do padrão de beleza imposto principalmente pelas mídias, são as principais causas de influência direta na busca por tratamentos estéticos para a redução das discromias. Sendo que, a maior parte da população apresenta algum tipo de discromia e pretende tratá-las quando for possível, principalmente as mulheres, que são as que mais buscam estar em harmonia com a sua aparência externa. Entretanto é importante salientar que ainda, há uma parcela significativa da população, que não se importa, ou talvez não tenha tempo ou o devido cuidado para buscar esses tratamentos alternativos.

Em geral o estudo demonstra que todos os ativos citados, realmente proporcionam alguma eficácia na redução das discromias, não havendo nenhum que se destaque quanto a indicação, ou eficiência durante o tratamento, já que todos apresentam vantagens e desvantagens quanto ao seu uso. Constata-se também que a maioria das manchas ressurgem, principalmente quando não há o devido cuidado pelo paciente, pós tratamento. Principalmente, pela falta ou uso indevido do protetor solar. Sendo assim, é importante recomendar às pessoas que buscam melhorar a sua aparência, ir além do tratamento estético ou paliativo, mas além disso, realizar os cuidados preventivos, reduzindo o risco de discromias e também problemas mais graves relacionados a pele.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Islane Lunier; MEJIA, Dayana Priscila Maia. **Peeling químico no tratamento das hiperpigmentações**. Artigo científico (Pós-graduação em fisioterapia) - Faculdade Cambury, Goiás, [20-].

ELDER, David E. **Histopatologia da pele**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

GERSON, Joel et al. **Fundamentos de Estética 3: Ciências da Pele**, Volume 3. 1ª Edição. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

GOMARA, Fernanda de Lacerda. **Estudo de permeação cutânea in vitro do ácido kójico**. Dissertação (Pós-graduação em Ciências Farmacêuticas) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2003.

GOMES, Andreia Bartachini et al. **Ácido tranexâmico: diferentes formas de utilização para tratamento de melasma**. Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research, Rio de Janeiro, v.29, n.2, p.88-92, dez./fev., 2020.

JANASCO, Aline Da Silva; ROCHA, Caroline De Freitas da; SILVA, Luany Meneguini da; VALÉRIO, Adriana Cristina Lourenção. A importância do filtro solar nas discromias: revisão de literatura. **Revista Científica do Centro Universitário de Jales (Unijales)**, ed. VII, p. 15-29, São Paulo, 2016.

MACRINI, Daclé Juliani. **Avaliação de extratos de plantas da região amazônica quanto à atividade inibitória da tirosinase**. Dissertação (Pós-Graduação em fármaco e medicamentos) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MASCENA, Thereza Cristina Feitosa. **Melasma e suas principais formas de tratamento**. 2016. Monografia (Especialização em Biomedicina Estética) - Instituto Nacional de Ensino Superior e pesquisa e Centro de Capacitação Educacional, Recife, 2016

MOURA, Maria Cristiana de., et al. O uso de ácidos e ativos clareadores associados ao microagulhamento no tratamento de manchas hiper-crômicas: estudo de caso. **Revista Científica da FHO Uniararas**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 34-45, 2017. Disponível em: http://www.uniararas.br/revistacientifica/_documentos/art.026-2017.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.

PATRIOTA, Juciele Cleice Malaquias de Lima. **Melasma: principais tratamentos estéticos**. 2019. Monografia (Pós-Graduação em Biomedicina Estética) - centro de capacitação educacional, Recife, 2019.

PORTILHO, Lucas; PACHECO, Hermano. Niacinamida e Dermatologia. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, São Paulo, vol.15, n.3, p.123-129, jun./ago., 2016.

RIZZO, Donald C. **Fundamentos de anatomia e fisiologia**. 3ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SOUZA, Danielly José de., REIS, Natália Nascimento dos. **Experiências Estéticas na Redução da Hiperpigmentação da Pele**. Monografia (Bacharelado em Estética) - Centro Universitário Hermínio da Silveira, Rio de Janeiro, 2017.

TIBURTINO Kalygia Maria de Sousa; VIDAL, Giovanna Pontes. **Ação do dermaroller nas hiperpigmentações dérmicas**: revisão de literatura. Temas em saúde, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 149-158, 2017.

NÍVEL DE CONHECIMENTO DE ESCOLARES DOS 1º ANOS DO ENSINO MÉDIO DE CAÇADOR SOBRE A MODALIDADE DE BASQUETEBOL

DAROS, Vinícios
 SOMENSI, Mauricio, Luiz
 CAETANO, Joel

Resumo: O presente estudo teve como objetivo identificar o nível de conhecimento de escolares do 1º Ano do Ensino Médio de duas escolas no Município de Caçador sobre a modalidade de basquetebol. Essa pesquisa foi desenvolvida com estudantes da Escola de Educação Básica Paulo Schieffler e do Colégio Aplicação (da Uniarp). Na elaboração deste trabalho, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e descritiva, onde os resultados foram obtidos através de questionário enviado via Google Docs. As questões que apresentaram maior percentual de acerto estão relacionadas à regra para início da partida, ao país onde foi criado o Basquetebol e ao maior jogador de todos os tempos. As questões que apresentaram maior nível de dificuldade entre os participantes referem-se ao peso da bola, à punição após a quinta falta cometida e ao local de reposição da bola após uma falta, quando não há situação de lançamento. Conclui-se com este trabalho que, durante as aulas de Educação Física no Ensino Fundamental, as regras do Basquetebol devem ser trabalhadas na teoria e na prática para que sejam bem assimiladas pelos alunos, oportunizando a construção do aprendizado para elevar o nível de conhecimento dos escolares acerca de Basquetebol.

Palavras-chaves: Conhecimento. Escolares. Basquetebol.

INTRODUÇÃO

A Educação Física Escolar leva à percepção das diversas possibilidades de garantir a formação integral dos alunos através da prática de esportes. O contexto escolar, por sua vez, é um ambiente estimulador para a aprendizagem de várias modalidades esportivas apresentando elementos que influenciam favoravelmente o desenvolvimento dos alunos (FINCK, 2011).

Os conteúdos da Educação Física Escolar são desenvolvidos, na sua maioria, a partir de aulas práticas, considerando que os esportes fazem parte de boa parte do desenvolvimento das aulas, entre eles o basquetebol, o qual consiste na sucessão de esforços intensos e breves, corridas, saltos e lançamentos. Pela prática desta modalidade, é possível aprimorar o desenvolvimento dos praticantes nos aspectos físico, técnico, tático, psicológico, moral e social contemplados nesta modalidade esportiva (COUTINHO, 2003 apud SAVIETTO; MONTEIRO, 2008).

O presente projeto contempla a temática da avaliação do conhecimento de escolares do 1º Ano do Ensino Médio de três instituições de ensino no Município de Caçador- SC sobre a modalidade de basquetebol, a qual apresenta amplo espaço de possibilidades para uma aprendizagem cada vez mais sistematizada. O problema da pesquisa responde à questão: Qual o nível de conhecimento dos 1º Anos no Município de Caçador sobre a modalidade de basquetebol?

O objetivo geral deste projeto buscou identificar o nível de conhecimento de conhecimento dos 1º Anos no Município de Caçador sobre a modalidade de basquetebol. Para progressão do objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: Abordar a importância da Educação Física no espaço escolar com base em aspectos legais, apresentando a história do Basquetebol e sua contribuição para o desenvolvimento motor; Conhecer o nível de conhecimento sobre a modalidade de basquete, através da aplicação de um questionário; e Identificar o nível de conhecimento dos alunos sobre as regras de basquetebol.

Do ponto de vista social, o presente projeto contribuiu para uma melhor compreensão dos aspectos que envolvem o processo de intervenção pedagógica nas aulas de Educação Física, tratando especificamente da modalidade do basquetebol.

DESENVOLVIMENTO

A BNCC – Base Nacional Comum Curricular (2017, p. 231), novo documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais, propõe que o educando do Ensino Médio (etapa de ensino equivalente à última fase da Educação Básica, cuja finalidade é o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, bem como a formação do cidadão para etapas posteriores da vida), pense no significado social das práticas corporais e nas relações de poder de que elas são fruto, categorizando-as em seis unidades temáticas:

- Brincadeiras e Jogos: essa temática explora as atividades com limites de tempo e espaço, regras definidas, obediência de cada participante ao que foi combinado coletivamente e apreciação do ato de brincar em si;
- Esportes: reúne os esportes formais e informais dividindo-os em sete categorias (Marca, Precisão, Técnico-combinatório, Rede/quadra dividida ou parede de rebote, campo e taco, Invasão ou territorial e Combate);
- Ginásticas: divide em ginástica geral (conhecida mais comumente como acrobacias, por exemplo); ginástica de condicionamento físico (visando melhorar a condição física, a exemplo da laboral), e ginástica de conscientização corporal (movimentos mais suaves e de percepção do corpo, a exemplo do yoga);
- Danças: incluindo suas formas individuais, em dupla ou em grupo. Trata das práticas corporais caracterizadas por movimentos rítmicos, com passos ou evoluções específicas, podendo ou não incluir coreografias;
- Lutas: contemplando as tradicionais brasileiras (capoeira, huka-huka, luta marajoara, etc.) e de outros países (judô, jiu-jitsu, muay thai, etc.);
- Práticas Corporais de Aventuras: atividades em que o participante supera um ambiente desafiador. Essas práticas são divididas em práticas na natureza (corrida orientada, arborismo, etc.) e no ambiente urbano (*parkour*, *skate*, etc.).

O profissional de Educação Física, enquanto professor escolar, deve estar preparado para a diversificação de atividades que envolvem o basquetebol. Para tal, deverá propor uma pedagogia adequada que respeite as limitações do aluno e que lhes mostre um amplo universo de possibilidades para uma aprendizagem cada vez mais sistematizada (GOMES; MACHADO, 2001).

O Basquetebol foi criado pelo canadense James Naismith (1861-1940) no final de 1891, na Associação Cristã de Moços, em Springfield, estado de Massachusetts, partindo dos seguintes objetivos: criar uma atividade física que pudesse ser realizada em local coberto devido ao inverno rigoroso daquela região; desenvolver um tipo de jogo sem violência que pudesse ser praticado por um grande número de pessoas ao mesmo tempo; e motivar os alunos diante da monotonia das aulas de Educação Física (DE ROSE JR; FERREIRA, 2010).

Naismith prendeu então dois cestos de pêssago no alto de uma parede e as equipes tinham que encestar a bola. Nas primeiras partidas, o modelo de cesto tinha um fundo. Dessa forma, a cada ponto, era usada uma escada para a devolução da bola. Não demorou para que o fundo fosse retirado, dinamizando as partidas. A criação desse novo jogo despertou grande interesse entre os alunos e o jogo difundiu-se rapidamente, sendo publicado na Revista *Triangle* com as seguintes regras: não era permitido correr com a posse de bola, não era permitido utilizar os pés, os lançamentos deveriam ser feitos com as mãos, não era permitido segurar o adversário (DE ROSE JR; FERREIRA, 2010).

CONTRIBUIÇÕES DO BASQUETEBOL PARA O DESENVOLVIMENTO MOTOR

A prática de basquetebol exige o uso da capacidade intelectual e rapidez de ação e raciocínio. Através desse esporte, o indivíduo desenvolverá os aspectos motor, físico, intelectual e mental (OLIVEIRA, 2002).

O basquetebol na escola deve ter uma formação básica, desenvolvendo as habilidades físico-mentais (consciência corporal, coordenação, flexibilidade, ritmo, agilidade, equilíbrio, percepção, espaço temporal, entre outros) e o aspecto comunicativo do indivíduo, onde os conceitos funcionais estão relacionados à interação do motor do indivíduo em um determinado espaço e tempo, cuja ação e qualidade são percebidas e mensuradas através das estruturas psicomotoras básicas: coordenação motora fina, coordenação motora global, estruturação espacial, organização temporal, estruturação do corpo, imagem corporal, conhecimento do corpo, esquema corporal e lateralidade (FERRAZ, 2002).

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi aplicada nas seguintes instituições escolares no Município de Caçador - SC: Escola de Educação Básica Paulo Schieffler – escola pública da rede estadual de ensino localizada à Rua Nereu Ramos, nº 351; Escola de Educação Básica Dom Orlando Dotti – escola pública da rede estadual de ensino localizada à Rua Irmão Tomaz, nº 293; e Colégio Aplicação (da Uniarp) – instituição privada de ensino localizada à Rua Victor Baptista Adami, nº 800.

Participaram da pesquisa 9 turmas da Escola de Educação Básica Paulo Schieffler – sendo 4 do período matutino, 2 do período vespertino e 3 do período

noturno; 8 turmas da Escola de Educação Básica Dom Orlando Dotti – sendo 4 do período matutino, 2 do vespertino e 2 do noturno, e 1 turma de estudantes do período noturno do Colégio Aplicação (da Uniarp).

RESULTADO E DISCUSSÃO

Tratando sobre o nível de conhecimento acerca da história do Basquetebol, foi possível constatar que a grande maioria - 81,2% - dos alunos participantes souberam responder em qual país foi criado o Basquetebol, optando pela resposta “Estados Unidos”. Com relação ao criador do Basquetebol, a maioria dos participantes (65,1%) souberam responder, optando pela resposta “James Naismith”, comprovando resultado exitoso decorrente da aprendizagem de aulas teóricas acerca da criação do Basquetebol.

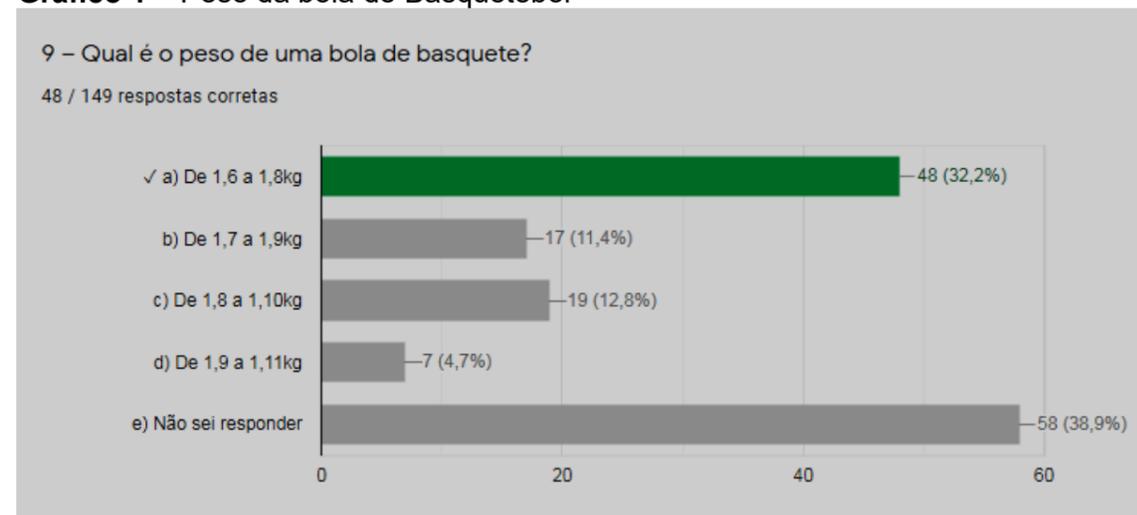
Os resultados referentes à como se dá o início de uma partida de Basquetebol demonstraram que 130 alunos acertaram a resposta, selecionando a opção “Bola ao alto”. E sobre o tempo que a equipe que está no ataque tem para realizar o arremesso, foi possível constatar que 91 dos alunos souberam responder, optando pela resposta “24 segundos”.

Tratando sobre o número de substituições que podem ser feitas durante uma partida de Basquetebol, percebeu-se que predominou o percentual de participantes que souberam responder – 67,8%, os quais optaram pela resposta “Ilimitadas”.

Referindo-se ao nível de conhecimento acerca do número de atletas que iniciam o jogo em cada equipe, os resultados demonstraram que 59,1% dos alunos participantes souberam responder, selecionando a resposta “5”. Sobre as respostas obtidas acerca da altura do aro até o solo, 103 alunos acertaram a resposta, selecionando a opção “3,05m”.

Tratando-se ao nível de conhecimento acerca do peso de uma bola de Basquetebol, foi possível observar que apenas 32,2% dos alunos participantes souberam responder, optando pela resposta “De 1,6 a 1,8 kg”:

Gráfico 1 – Peso da bola de Basquetebol



Fonte: Daros (2020).

No total, foram somente 48 respostas corretas. Diante disso, observa-se que

essa foi a pergunta com maior nível de dificuldade apresentada pelos participantes, considerando toda a pesquisa.

Sobre o atleta considerado o maior jogador de Basquetebol de todos os tempos a nível mundial, 77,9% dos participantes souberam responder, optando pela resposta “Michael Jordan”. Nota-se que houve um percentual maior de acerto tratando-se de um atleta estrangeiro em relação ao atleta brasileiro, pois quanto ao jogador brasileiro de Basquetebol conhecido como “Mão Santa”, os dados coletados constataram que apenas 63,4% dos alunos participantes souberam responder, optando pela resposta “Oscar Schmitd”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos dados, é possível afirmar que os resultados, em termos gerais, se apresentaram muito mais positivos do que negativos, demonstrando que um percentual significativo dos alunos pesquisados, apresentou nível satisfatório de conhecimento sobre basquetebol no que diz respeito à história dessa modalidade, às regras e conhecimentos técnicos, e às informações relacionadas ao Basquete no Brasil e no Mundo.

Conclui-se, com este trabalho, que durante as aulas de Educação Física no Ensino Fundamental, as regras do Basquetebol devem ser trabalhadas na teoria e na prática para que sejam melhores assimiladas pelos alunos, oportunizando a construção do aprendizado e elevando, cada vez mais, seus níveis de conhecimento acerca da modalidade de Basquetebol.

REFERÊNCIAS

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

DE ROSE JR., Dante; FERREIRA, Aluisio Elias Xavier. **Basquetebol: técnicas e táticas: uma abordagem didático-pedagógica**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2010.

FERRAZ, Osvaldo Luiz. **O esporte, a criança e o adolescente: consensos e divergências**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FINCK, Silvia Christina Madrid. **A Educação Física e o esporte na escola: cotidiano, saberes e formação**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

GOMES, Antônio Carlos; MACHADO, Jair de Almeida. **Prática esportiva: metodologia e planejamento na infância e adolescência**. Londrina: Midiograf, 2001.

OLIVEIRA, Valdomiro. **O processo de ensino dos jogos desportivos: um estudo acerca do Basquetebol**. Campinas: UEC, 2002.

SAVIETTO, Ana Paula; MONTEIRO, Diego de Souza. **A Prática do Basquetebol nas Escolas**. 2008. 25 f. TCC (Licenciatura em Educação Física). Universidade São Francisco, Bragança Paulista, SP, 2008.

SINDROME DE BURNOUT EM COLABORADORES DE UMA EMPRESA DE CALÇADOS E CONFECÇÕES DE CAÇADOR SC¹

Thailine Pires de Oliveira, thailinepires@gmail.com²

Ana Claudia Lawless, psicologia@uniarp.edu.br³

Resumo – Síndrome de *Burnout* (SB) é resultante de exposições prolongadas ao estresse no ambiente de trabalho ou em situações da vida pessoal. O presente estudo objetivou analisar a incidência da SB em colaboradores de uma empresa de calçados e confecções no município de Caçador – SC. Como objetivos específicos, buscou-se conceituar e traçar a evolução histórica da SB; escrever as fases do estresse na SB; identificar os principais fatores associados a referida síndrome e; listar os principais tratamentos utilizados na SB. Para tanto, utilizou-se a pesquisa de campo de caráter quali/quantitativo e exploratório. Como instrumento de pesquisa um questionário denominado de *Maslach Burnout Inventory* (MBI) que avalia a incidência da SB em várias profissões, composto por 22 perguntas fechadas relacionadas à frequência com que as pessoas vivenciam determinadas situações em seu ambiente de trabalho. A amostra foi de nove colaboradores da referida empresa. Os dados foram armazenados em planilha excel 2011 e analisados por intermédio de gráficos. Os resultados para SB apontam para prevalência do gênero feminino (88%) e masculino (12%), na faixa etária de 18 a 51 anos. Altos escores para exaustão emocional e despersonalização e baixos escores em realização profissional, indicando alta incidência, embora não havendo a incidência da SB.

Palavras-chave: *Síndrome de Burnout*, estresse, exaustão emocional, despersonalização.

INTRODUÇÃO

O termo *Burnout* surgiu no ano de 1974 pelo psicanalista alemão Herbert J. Freudenberger, que percebeu em seus estudos o crescimento do esgotamento emocional, uma constante degradação no humor e baixo nível de motivação dos trabalhadores associados à exaustão e apatia, através de pessoas que na época trabalhavam com ele (CODO, 2000).

Assim, com o intuito de compreender a SB é que se pretende pesquisar: Qual a incidência da síndrome de *Burnout* em colaboradores de uma empresa de calçados e confecções no município de Caçador - SC? Para responder à pergunta, o estudo apresenta como objetivo geral: Analisar a incidência da síndrome de *Burnout* em colaboradores de uma empresa de calçados e confecções no município de Caçador – SC. E, como objetivos específicos: Conceituar e traçar a evolução histórica da síndrome de *Burnout*; Descrever as fases do estresse na síndrome de *Burnout*; Identificar os principais fatores associados a referida síndrome e; Listar os principais tratamentos utilizados na síndrome de *Burnout*.

Esta pesquisa apresenta relevância social, pois contribui na ampliação e compreensão das dificuldades emocionais advindas das atividades laborais, bem

¹ O presente trabalho, refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso.

² Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora, Coordenadora do curso de Psicologia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

como, servindo de alerta à coletividade quanto as condições de trabalho vivenciadas e de conhecimento para as possíveis estratégias encontradas para reduzir os níveis de estresse, os quais podem contribuir para o surgimento da SB. Na perspectiva pessoal, a relevância está em expandir o conhecimento proporcionado por intermédio da troca de conhecimentos com as disciplinas já estudadas em sala de aula e pela busca de materiais bibliográficos publicados. E, por fim, apresenta relevância científica, uma vez que, permitirá a profissionais da área da saúde e aos interessados pelo assunto um instrumento de pesquisa, proporcionando uma melhor compreensão do processo que por vezes possam estar inseridos, ou mesmo, servindo de alerta para a seriedade da conservação da própria saúde e não somente dos cuidados da saúde de seus pacientes.

SINDROME DE BURNOUT, ESTRESSE PRINCIPAIS SINTOMAS E A RELAÇÃO COM O TRABALHO

Conforme Malagris (2004) apud Carvalho et. al. (2011, p. 1) existem três fatores que a SB apresenta, sendo eles: Exaustão emocional: trabalhadores possuindo a sensação de esgotamento de energia e de recursos emocionais consequente de intenso contato diário com problemas de outras pessoas; Despersonalização: trabalhadores desenvolvendo atitudes e sentimentos negativos em relação a clientes e usuários. Há falta de sensibilidade manifestada como endurecimento afetivo e; Baixa realização pessoal: trabalhadores com significativa redução de sentimento de competência e à valorização pessoal obtida através do trabalho com pessoas.

De acordo com Silva (2013, p. 26) “o estresse é um processo que se desenvolve em etapas, o qual pode ser temporário de baixa ou grande intensidade ou já estar em estado de depauperação tão grande que doenças extremamente sérias possam surgir”, destacando que “as reações de estresse são naturais e necessárias para a própria vida, mas às vezes podem tornar-se prejudiciais ao funcionamento dos sistemas orgânico e psicológico do indivíduo” (ARALDI-FAVASSA; ARRIMILIATO; IOURI, 2005, p.90).

A necessidade de se trabalhar para ter o sustento próprio ou da família “desde o início já era considerada uma pena imposta ao trabalhador, pois ele não tinha a possibilidade de escolher entre desfrutar da vida ou mesmo de trabalhar para alcançar uma vida digna” (REIS; FERNANDES; RODRIGUES, 2008, p.11), sendo certo que “o trabalhador, portanto, deve ser protegido dos danos à sua saúde no momento em que executa suas tarefas” (PAGANINI, 2011, p. 19). Este fenômeno traz consigo situações de sofrimento, uma carga ainda maior de competências interpessoais que precisam ser alcançadas pelos profissionais (SANTOS; CARDOSO, 2010), que acabam por ter muito estresse e depressão no trabalho, sabendo-se que o “trabalhador que antes era muito envolvido afetivamente com os seus clientes, com os seus pacientes ou com o trabalho em si, desgasta-se e, em um dado momento, desiste, esgota a energia completamente” (TABOSA; CORDEIRO, 2018, p. 8).

METODOLOGIA

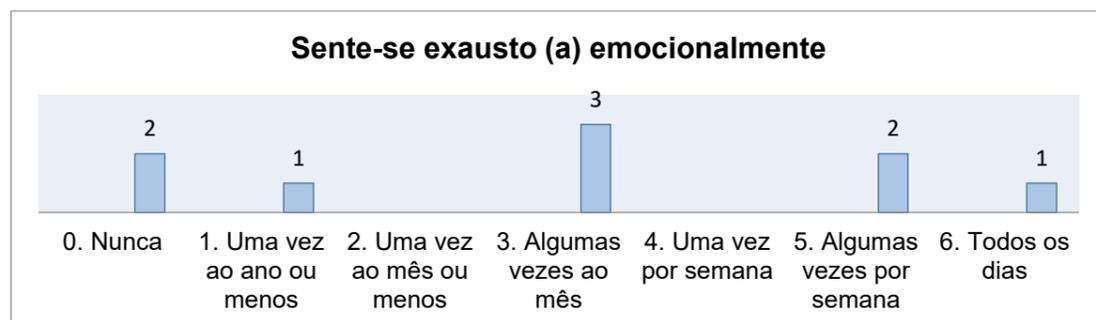
Este estudo, trata-se de uma pesquisa a campo de caráter qualitativo em que “[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (MENEZES, 2009, p. 16). Realizado em uma amostra de 9

colaboradores na faixa etária de 18 a 51 anos, de uma empresa de calçados e confecções de Caçador/SC. A coleta de dados se deu nos meses de novembro de 2020, após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob Número do Parecer: 4.367.638 e assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido pelo participante. Para se constatar a presença da SB, utilizou-se como instrumento um questionário denominado de MBI que avalia especificamente a incidência da SB em várias profissões, composto por 22 perguntas fechadas e sua posterior análise foi feita por meio da frequência e cálculo do percentual no programa Microsoft Excel 2011, demonstrados por meio de tabelas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão apresentados os principais resultados obtidos na pesquisa que objetiva analisar a incidência da síndrome de *Burnout* (SB) em colaboradores de uma empresa de calçados e confecções no município de Caçador – SC.

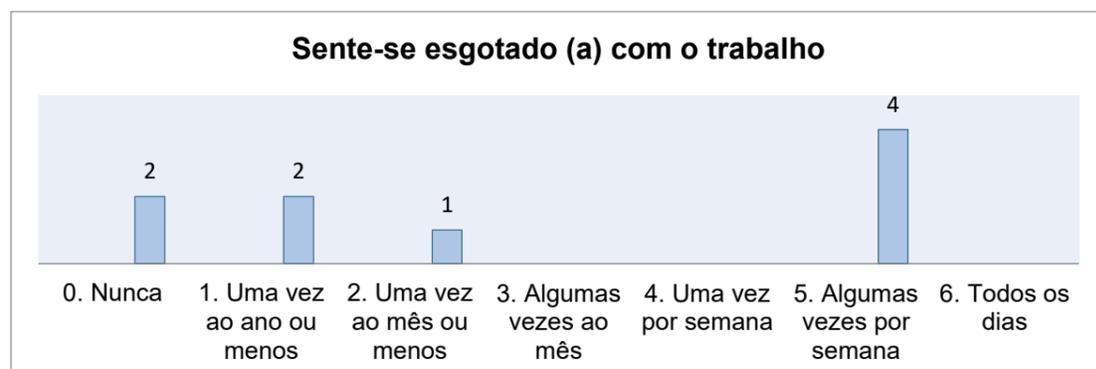
Gráfico 03: Sente-se exausto (a) emocionalmente



Fonte: A Autora (2020).

A sobrecarga de atividades no trabalho é considerada como um dos motivos que leva ao estresse no ambiente de trabalho, isso acontece devido às exigências que são impostas no ambiente e que sempre ultrapassam nosso limite de capacidade de adaptação. Os quatro fatores que resultam na sobrecarga no trabalho são: urgência do tempo; responsabilidade excessiva; falta de apoio; expectativas contínuas de nós mesmos e daqueles que estão a nossa volta (SILVA, 2013).

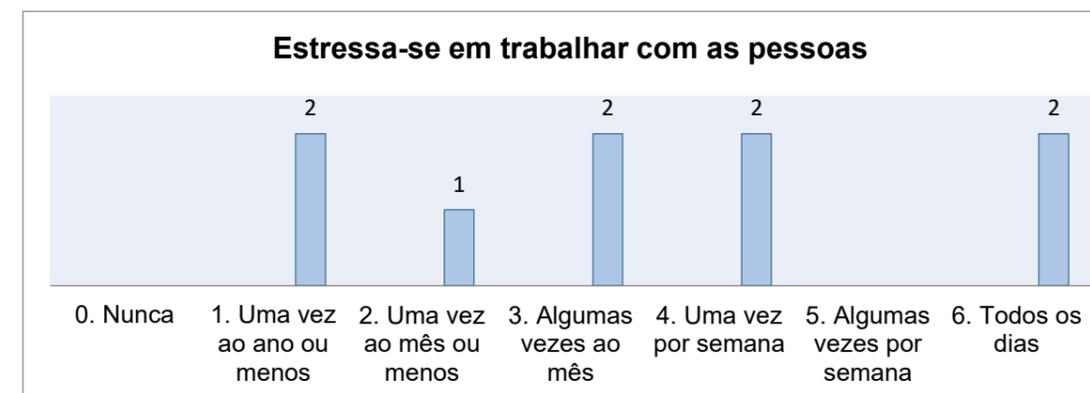
Gráfico 05: Sente-se esgotado (a) com o trabalho



Fonte: A Autora (2020).

Desta forma, compreende-se que, “diminuir os problemas de saúde do trabalhador é sinônimo de aumento de produtividade na empresa”. Com qualidade de vida no trabalho consequentemente haverá maior probabilidade de se obter qualidade de vida pessoal, social e familiar (SÉPE, 2011, p. 9).

Gráfico 07: Estressa-se em trabalhar com as pessoas



Tais resultados apontam que, “o estresse no trabalho também pode levar a problemas comportamentais, incluindo abuso de álcool e drogas, aumento do tabagismo e distúrbios do sono” (SOUZA; LUCON; ALCALDE, 2018, p. 5). E de que, “o ritmo de trabalho, por vezes, entra em contradição com os ritmos biológicos do indivíduo. O efeito dessa configuração reflete diretamente na saúde do trabalhador e extrapola, perpassando em suas diversas relações sociais do cotidiano” (SILVA, 2019, p. 52).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, pode-se observar que as mudanças que estão ocorrendo no processo de trabalho estão afetando diretamente na vida da ser humano causando males a sua saúde, embora não se tenha observado a incidência da SB, Diante disso, estudos referentes a SB relacionados aos profissionais da área do comércio, torna-se necessário para uma contribuição na melhoria das condições de trabalho e diminuição do sofrimento destes profissionais, e a atuação dos gestores diante desta situação torna-se de grande importância para prevenção e/ou solução do problema, bem como a necessidade de se identificar e promover ações educativas que possam minimizar os fatores estressantes provenientes do trabalho, buscando melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e a assistência a ser prestada ao cliente.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao Empresário da empresa de calçados e confecções do município de Caçador - SC que permitiu a efetivação deste estudo.

REFERÊNCIAS

ARALDI-FAVASSA, C. T.; ARRMILIATO, N.; IOURI, K. Aspectos Fisiológicos e Psicológicos do Estresse. **Revista de Psicologia da UnC**, v. 2, n. 2, p. 84-92, 2005.

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. **Burnout**: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. 3. ed. São Paulo-SP: Casa do Psicólogo, 2002.

BRITTO, C.; CRUZ, C.; FIGUEIREDO, J. **Fatores preponderantes na ocorrência e manifestação da Síndrome de Burnout em profissionais de enfermagem** [monografia]. Campos Gerais (MG): Faculdade de Ciências da Saúde de Campos Gerais, Curso de Bacharelado em Enfermagem; 2008.

CARVALHO, Gabriela Groman de; MARTINS, Ildete Oliveira; GARCIA, Juliana Simões; GONDIM, Vanusa. **A síndrome de Burnout em professores e professoras da saúde**. XV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e XI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale da Paraíba. 2011. Disponível em:
http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/RE_0309_1159_01.pdf.
 Acesso em: 10 jan. 2020.

CODO, W. **Educação: carinho e trabalho**. 3 ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes; CNTE, 1999.

MENEZES, Estera Muszkat. **Pesquisa Bibliográfica**. Florianópolis: CIN/CED/UFSC, 2009.

PAGANINI, Daiani Damiani. **Síndrome de Burnout**. 2011. 50 f. Monografia de conclusão de curós (Pós-graduação) – Engenheira de segurança do Trabalho, Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Criciúma, SC, 2011.

REIS, Carla de Carvalho; FERNANDES, Luida Helena Oliveira; RODRIGUES, Thais Duarte. **Síndrome de burnout no trabalho**. 2008. 48 f. Monografia de conclusão de curso (Graduação) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares - MG, 2008.

SANTOS A.F. O; CARDOSO, C.L: Profissionais de saúde mental: manifestação de stress e burnout. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 67-74, 2010.

SÉPE, Ana Carla Horst. **Estresse x trabalho**: Qualidade de vida nas organizações. 2011. 46 f. Monografia de Conclusão de Curso (Especialização) - RH - Gestão de Pessoas e Competências, do Centro Universitário Filadélfia – UNIFIL, Londrina, PR, 2011.

SILVA, Karina Ramos da. **O estresse no ambiente de trabalho**: causas, consequências e prevenções. 2013. 48 f. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação) - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Assis, SP, 2013.

SOUZA, Bruna Soares de; LUCON, Carlos Cardoso; ALCALDE, Elisângela de Aguiar. Qualidade de vida no trabalho, o estresse e seus impactos no ambiente de trabalho. **Revista Conexão Eletrônica** – Três Lagoas, MS - Volume 15 – Número 1 – Ano 2018.

TABOSA, Mirely Priscilla; CORDEIRO, Adriana Tenório. Estresse ocupacional: análise do ambiente laboral de uma cooperativa de médicos de Pernambuco. **Revista de Carreiras x Pessoas**. Vol. 8, Nº. 2, Ano 2018, mai./ago.

DOR E DESCONFORTO DA COLUNA CERVICAL E LOMBAR EM PROFESSORES DE SANTA CATARINA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19¹

Lucas dos Anjos Gaspar da Silva, lucasgaspar1102@gmail.com²
 Daniela dos Santos, danielasantos@uniarp.edu.br³

Resumo

Devido a pandemia causada pela COVID-19 os professores de todo estado de Santa Catarina se adaptaram ao novo método de ensino proposto pelo governo, e com isso passam horas em frente a um computador. O trabalho teve por objetivo verificar a prevalência de dor e desconforto na coluna cervical e lombar em professores de Santa Catarina durante a pandemia da COVID-19. O estudo foi do tipo descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quanti-qualitativa. A amostra foi composta por 105 professores do estado de Santa Catarina que ministram aula nos ensinos fundamentais, médio e de nível superior. Os dados foram coletados através de questionário em formato online, desenvolvido no Google Docs®, composto pelo questionário de caracterização da amostra, o questionário índice de incapacidade relacionada ao pescoço (NDI) utilizado para avaliar a capacidade funcional da cervical e o questionário de Owesstry 2.0 que dará informações sobre dores e desconfortos relacionados a lombar e sua incapacidade. Os resultados apontam para um aumento da atividade laboral neste período, o que ocasionou o aparecimento de dores cervicais e lombares, classificadas como risco moderado na coluna cervical e risco mínimo da coluna lombar.

Palavras-chave: Covid -19; Dor cervical ;Dor lombar; Professores.

INTRODUÇÃO

Devido a pandemia pelo COVID-19 os professores tiveram que adaptar sua casa como seu ambiente de trabalho, passando muitas horas sentados em frente a um computador, em sofás, cadeiras e até mesmo na cama. Isso acabou gerando um estresse físico e mental. Uma das consequências desse novo modelo educacional foram o aparecimento dos desconfortos na coluna vertebral, devido à má postura prolongada e também pelo fato de não estarem em um ambiente adequado para realizarem as atividades.

A coluna vertebral pertence ao esqueleto axial junto com o esqueleto cefálico, osso esterno e as costelas. É constituída por 33 vértebras, 24 pré-sacrais, sendo 7 cervicais, 12 torácicas e 5 lombares; pelo sacro, composto de 5 vértebras sacrais ossificadas e pelo osso cóccix, formado de 4 vértebras coccigeas rudimentares fundidas entre si (NEETER, F 2004).

Constitui importante papel na postura, sustentação de peso, locomoção, proteção da medula espinhal e raízes nervosas. Ao sentar, a coluna vertebral transmite o peso do corpo por meio das articulações sacro ilíacas para o osso ilíaco, e assim para as tuberosidades isquiáticas. Na postura ereta, o peso do corpo é

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de trabalho de conclusão de curso(TCC) da 10ª fase do curso de Fisioterapia.

² Acadêmico do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora, Mestre do curso de Fisioterapia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

transferido das articulações sacro ilíacas para os acetábulos dos ossos do quadril, em seguida para os fêmures (SOBOTTA, 2006).

A posição sentada é definida como a situação no qual o peso corpóreo é transferido para o assento da cadeira por meio da tuberosidade isquiática, dos tecidos moles da região glútea e da coxa, bem como para o solo por meio dos pés. (Marques et al., 2010). A posição sentada é a que mais causa desarmonia na postura corporal, visto que o homem moderno permanece, em média, um terço da sua vida nessa postura e não pratica atividade física, o que pode acarretar em alterações biomecânicas, como desequilíbrio muscular entre força extensora e flexora do tronco e redução da estabilidade e mobilidade do complexo lombo-pelve-quadril, responsáveis pelo desenvolvimento de dores na porção inferior da coluna (FREITAS, et al., 2011).

A pesquisa tem por objetivo verificar a prevalência de dor e desconforto na coluna cervical e lombar em professores de Santa Catarina durante a pandemia do COVID-19, e com isso conhecer o perfil das atividades educacionais utilizadas no modelo home office durante a pandemia do COVID-19 e avaliar se possuem ou não um ambiente adequado para realizar as atividades home office.

Diante disso, a escolha do tema é de extrema importância para avaliar e coletar dados sobre esse período em que os professores estão dando aula através de suas casas e descobrir se eles apresentam ou não dores e desconfortos em sua coluna cervical e lombar.

METODOLOGIA

Esse tipo de pesquisa se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa. Uma pesquisa descritiva tem como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis (THOMAS; NELSON E SILVERMAN, 2007). A população envolvida neste estudo foi composta por professores do estado de Santa Catarina que ministram aula nos ensinos fundamentais, médio e de nível superior, com um número total de 105 questionários.

Os dados foram coletados através de questionário em formato online, desenvolvido no Google Docs®. A coleta de dados foi por meio de questionários, sendo eles: questionário de caracterização dos pacientes que é composto por 17 questões fechadas e de múltipla escolha, o questionário índice de incapacidade relacionada ao pescoço (NDI) que é utilizado para avaliar a capacidade funcional da cervical e o questionário de Owestry 2.0 que avalia as dores e desconfortos relacionados e o risco de lombalgia.

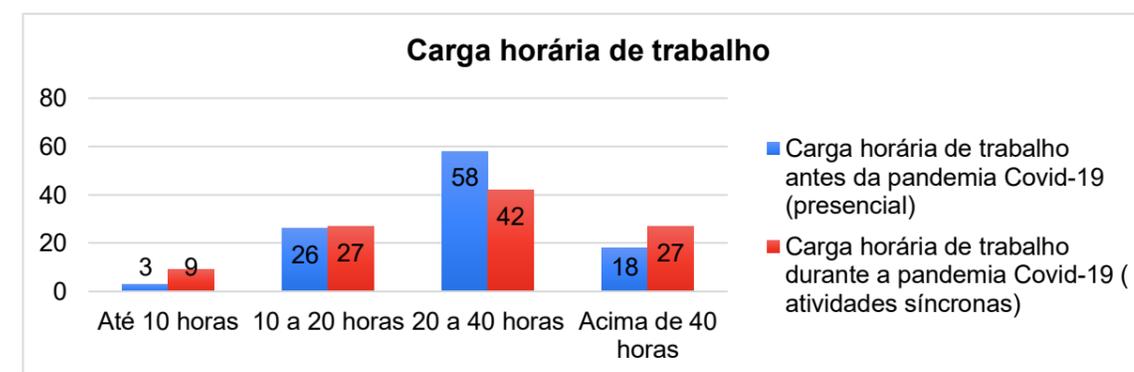
Este estudo foi aprovado pelo comitê de ética segundo as recomendações da resolução 466/12 do conselho nacional de saúde para pesquisa científica com seres humanos. sob o parecer número 4.143.079 e todos os participantes aceitaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por 105 participantes da qual 77,1% eram do gênero feminino e 22,9% do gênero masculino. Quanto a idade dos participantes, 19%

apresentou idade entre 20-30 anos, 29,5% apresentou idade entre 30 - 40 anos, 29,5% apresentou idade entre 40 - 50 anos, 20,0% apresentou idade entre 50 - 60 anos e apenas 1,9% apresentou idade acima de 60 anos. O estado civil dos participantes contou com as seguintes informações: 63, 8% estão casados ou uma união consensual, 27,6% são solteiros e 8,6% são divorciados. Já em relação a região do estado que trabalham 79,0% lecionam no meio oeste, 12,4% na região Sul, 4,8% no Oeste, 2,9% no Planalto Norte e apenas 1,0% no Planalto Serrano de Santa Catarina. Quanto a instituição na qual os professores trabalhavam: 51,4% são de rede pública de ensino, e 48,6% pertencem a rede privada de ensino. O nível educacional que leciona, ficou dividido da seguinte maneira: 28,6% ensino superior, 19,0% educação infantil, 19% ensino educacional, 17,1% ensino médio, 1,9% cursos técnicos, 1,9% pós-graduação e 12,4% lecionam em outras áreas de ensino.

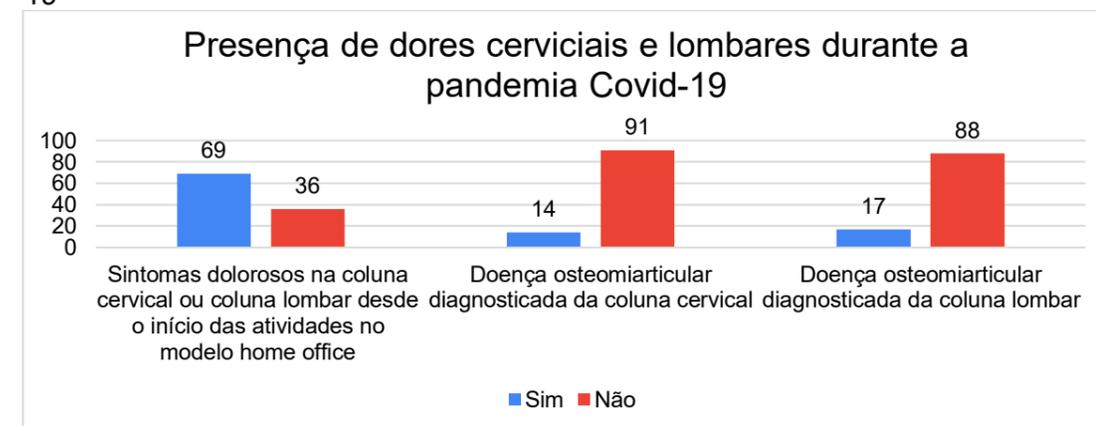
Gráfico 1 – Carga horária de trabalho pré e durante a pandemia Covid-19



Fonte: Autores, 2020.

O gráfico 1 demonstra a carga horária dos professores antes e durante a pandemia. Podemos observar que a carga horária dos professores reduziu entre os que trabalhavam de 20 a 40 horas, mas aumentou acima de 40 horas durante a pandemia. Pensando na posição laboral houve um aumento no período de tempo que os mesmos ficam sentados em frente a um computador, justificando assim o aumento de sintomas de dores e desconfortos na região cervical e lombar.

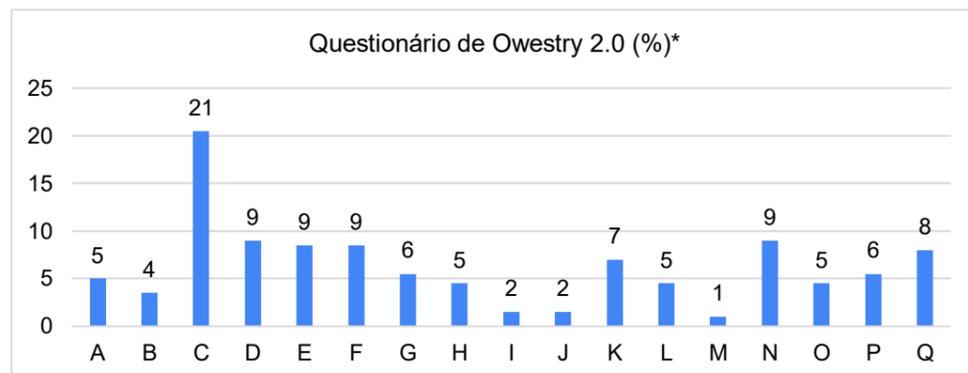
Gráfico 2 – Presença de dores na coluna cervical e lombar durante a pandemia Covid-19



Fonte: Autores, 2020

O gráfico 2 representa os resultados sobre a presença ou não de dores na coluna cervical e lombar durante a pandemia. Os dados mostram que 69 professores (65,8%) apresentaram sintomas dolorosos tanto na coluna cervical quanto na coluna lombar durante o período de atividades home office, mas que, a maioria dos participantes não tem o diagnóstico de doença osteomiartricular da coluna cervical (86,7%) e da coluna lombar (83,8%).

Gráfico 3: Resultado individual do questionário de Owestry 2.0.

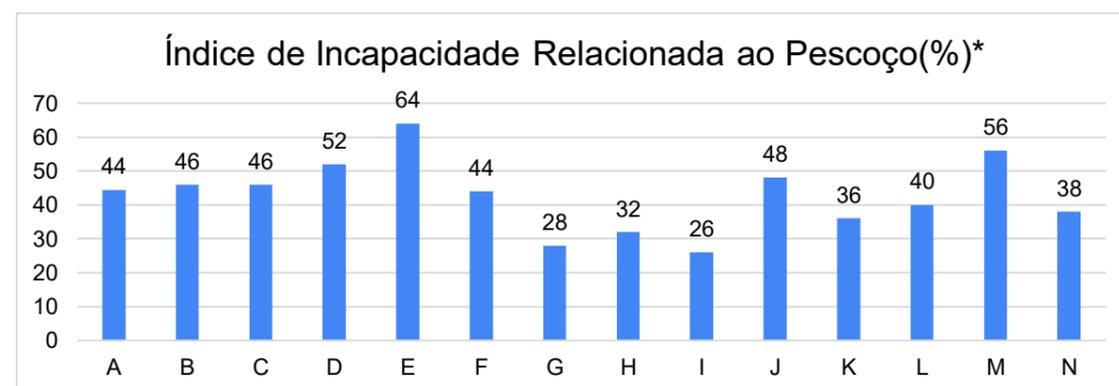


Fonte: Autor, 2020

Legenda: *interpretação dos resultados: 0% a 20% - incapacidade mínima; 21% a 40% incapacidade moderada; 41% a 60% - incapacidade intensa 61% a 80% - aleijado; 81% a 100% - inválido.

O gráfico 3 demonstra os resultados do questionário de Owestry 2.0, que avalia a incapacidade funcional da coluna lombar em atividades do dia a dia. Este questionário contou com 17 respostas, os resultados parciais mostram uma média de pontos de 13(±9). Com isso os resultados parciais mostram um risco de Owestry 2.0 igual a 6% (média), classificado assim, como incapacidade mínima na lombar.

Gráfico 4 – Resultado individual do questionário de Índice de Incapacidade Relacionada ao Pescoço (Neck Disability Index - NDI)



Fonte: AUTOR, 2020

Legenda:*Interpretação resultados: sem incapacidade quando o valor estiver abaixo de 10% (menos de 5 pontos); incapacidade mínima de 10 – 28%; incapacidade moderada de 30 – 48%; incapacidade severa de 50 – 68%; incapacidade completa acima de 72%.

O gráfico 4 representa os resultados do questionário de índice de incapacidade relacionada ao pescoço (Neck Disability Index – NDI). Que avalia justamente a incapacidade do pescoço. Este contou com 14 respostas. Os resultados coletados mostram uma média de pontuação de 21(±5) que representa 43% de incapacidade, classificado assim como risco de incapacidade moderada na cervical.

REFERÊNCIAS

FREITAS KPN, et al. **Lombalgia ocupacional e a postura sentada: efeitos da cinesioterapia laboral.** Revista Dor, v. 12, n. 4, p. 308-13, 2011.

NEETER, F. **Atlas de Anatomia Humana.** Editora artemed. 2004.

MARQUES, A. P. **Manual de Goniometria.** 2. ed. São Paulo: Manole, 2003.

SABOTTA, J. **Atlas de Anatomia Humana - 22ª Ed.** 2006.

THOMAS, J.R.; NELSON. J.K.; SILVERMAN, S.J. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física.** 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CORPO E CORPOREIDADE NA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Rafaela Piati Mendes, rafaelaj.piati@hotmail.com¹
Clayton Luiz Zanella, clayton@uniarp.edu.br²

Resumo

Este trabalho de pesquisa apresenta o tema “Corpo e Corporeidade na Constituição da Subjetividade”. A pesquisa baseou-se a partir das considerações da primazia de estudos da Psicanálise freudiana e lacaniana à Psicologia corporal de Reich e nas observações dos processos fenomenológicos que ocorrem na construção da corporeidade do sujeito, a partir das ideias de Merleau-Ponty. O trabalho tem como objetivo primário investigar o processo de consciência do próprio corpo desde o início da vida que corrobora a subjetividade do sujeito, a corporeidade deste corpo e o processo da integralidade corpo e subjetividade. Para a realização da pesquisa, utilizou-se o método bibliográfico, de natureza descritiva e qualitativa, evidenciando a sua relevância acadêmica, científica e social. O conhecimento produzido sobre este importante resgate pela corporeidade nos processos terapêuticos, contribui na compreensão pela perspectiva do desenvolvimento do corpo sendo alguém, enquanto identidade atribuída do eu e para a interpretação sensível da expressividade das personalidades no meio biopsicossocial e a relação consigo mesmo, bem como, para a noção das influências dos objetos externos, da relação com o mundo e do outro sobre o corpo que se é. Como principais resultados aponta-se que, a contribuição da psicanálise vem com a noção do corpo da pulsão em Freud; o corpo significativo pelo outro e do gozo em Lacan e o corpo que expressa o psiquismo na relação unilateral com a mente em Reich. Já no estudo da corporeidade com a subjetividade e o fechamento em Merleau Ponty, considera-se o corpo um conceito filosófico que se manifesta em sua totalidade com a mente e na relação contínua de vivência com e no mundo.

Palavras-chave: Corporeidade. Corpo. Subjetividade. Significado. Percepção.

INTRODUÇÃO

Este trabalho de revisão bibliográfica visa, através do problema de pesquisa, buscar o significado do corpo na construção da subjetividade pela psicanálise à abordagem da psicologia corporal e da corporeidade na fenomenologia existencialista. O objetivo geral da pesquisa vislumbra analisar o processo de constituição de sujeito a partir do corpo e da corporeidade junto da subjetividade, investigando o processo de construção da subjetividade com base nos pressupostos teóricos da noção do corpo próprio.

Sendo assim, além do corpo e da mente, está essa corporeidade, na manifestação da essência de si, a subjetividade, para o mundo. Essa pesquisa, quando se refere à corporeidade, tem o intuito de fazer entender que possui o mesmo sentido de subjetividade, sendo termos que constituem uma totalidade, não tendo como separá-las enquanto significado.

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

² Psicólogo. Assistente Social. Professor Me. Orientador. E-mail: clayton@uniarp.edu.br

Essa corporeidade flutua e constitui-se no conhecido e no desconhecido que a realidade do próprio mundo apresenta e é emaranhada, corporificada pela pessoa. A psicologia através da abordagem humanista existencial fenomenológica, trabalha essa corporeidade viva no sentido de encontrar e fazer ruir a tendência atualizante que se encontra nela, a intencionalidade da consciência corpórea e a própria noção de existência.

Lacan corrobora, através da dimensão simbólica da constituição desse corpo que se identifica e se reconhece através da relação com o corpo do outro, sendo este reservatório de um imaginário de si mesmo. Depois será marcado na própria linguagem que é prova viva de uma existência a par de qualquer um, inscrita pela falta – o desejo – e realizada no gozo.

E no manejo que vai além das ferramentas psicanalíticas iniciais, Wilhelm Reich traça a curva finalmente rumo ao próprio corpo cujo lugar de experiência humana será objeto central das suas teorias. Objeto e vida que vivencia antes da mente, que desenvolve coraças sentidas por repressões vindas de fora do social e de dentro do psiquismo emocional. Separando-se da psicanálise ortodoxa e criando a abordagem da psicologia corporal, desenvolveu suas ideias através dos estudos da vegetoterapia carátero-analítica e da orgonoterapia.

A questão norteadora da pesquisa surgiu de uma inquietação e curiosidade enquanto acadêmica de uma área social, humana, comunitária e da saúde que trabalha diretamente com corpos políticos e suas manifestações em todas as esferas das relações humanas e sociais. Há inúmeros questionamentos de como nossos corpos, enquanto cidadãos, seres humanos e seres afetivos estão sendo representados e conseguem representar a própria existência no trato do corpo que possui uma voz latente.

Evidentemente, este tema amplia discussões antropológicas, filosóficas e políticas quando se reflete acerca do significado de corporeidade na sociedade capitalista e patriarcal que estamos inseridos. Enquanto mulher, a deslegitimação de corpos femininos repercute nos anseios da corporeidade/subjetividade diariamente e são problemáticas como essa que esse tema pode conduzir a reflexões mais profundas necessariamente no trabalho dos psicólogos.

Dessa maneira, pensando fenomenologicamente nas investigações dos fenômenos que compõe as corporeidades e refletem, inspiram, modificam e influenciam a atuação dos corpos em sociedade e consigo próprios, pretende-se contribuir na constante transformação do manejo e estudo da área da Psicologia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O corpo se constitui como objeto de estudos em diversas áreas. Na psicanálise em específico, mesmo sendo a linguagem objeto principal para a atuação analítica, estando no lugar de destaque e privilégio, com o passar do tempo, deu espaço a novos atentos e novas representações que pudessem elucidar os processos psíquicos, dentre elas, o corpo, considerado por muitos seguidores e fiéis psicanalíticos negligenciado pelo discurso (LAZZARINI; VIANA, 2006).

Nesse mesmo sentido epistemológico, Amparo, Magalhães e Chatelard (2013) salientam ainda que a pulsão é ação indireta das operações psíquicas, vinda do corpo e agindo constantemente e indiretamente pela exigência da mente na ligação com o corpo. Os autores prosseguem salientando que se apresenta desta maneira o corpo pulsional, que se manifesta com o psiquismo relacionando-se a representações

conscientes e inconscientes. Ainda em Freud (1923/1974) apud Amparo et al (2013, p. 503), pode-se constatar que “a importância do corpo enquanto “massa bruta”, originária de sensações e expressões cenestésicas. Sua superfície pode originar sensações tanto internas quanto externas.”

A psicanálise construída na clínica é revestida pelo sentido da escuta a dimensão inconsciente do paciente, ao que é dito por meio da transferência no processo analítico, não se limita à expressão verbal, ou seja, os movimentos corporais, os gestos e até mesmo o silêncio compõe e dão forma a narrativa daquele que é analisado (FUCHS; ZORNIG, 2013).

É importante também salientar sobre a imagem do corpo, pelas observações de Dolto (2002) apud Mariz (2006), trata da imagem singular ligada a toda a história subjetiva dos sujeitos, enquanto síntese das experiências emocionais. Outra questão importante, é a narrativa que Freud traz sobre a realidade do Eu a partir da noção perceptiva externa que o sujeito tem de si, no confronto da própria realidade.

No princípio da subjetivação, relacionada com o corpo, Freud apresenta a problemática e a concepção do narcisismo. Por sua vez, o narcisismo começa pela autoerotização do corpo. “Inicialmente, as zonas erógenas estão num registro dispersivo no corpo que posteriormente será unificado, constituindo um corpo totalizado. Essa totalidade se ordena em torno de uma imagem que é denominada imagem corporal” (LAZZARINI; VIANA, 2006, p. 245).

Da mesma forma, na construção da dialética do eu ideal, o outro contrasta o traço ideal da dimensão simbólica do sujeito, que não faz parte do eu mas do Outro, pode também fazer com que essa mediação resulte em comportamentos de um eu que se apresenta na rivalidade e numa relação de amor-ódio a respeito da própria imagem ou a imagem de algum semelhante (SIQUEIRA, 2013).

Lacan afirma que para gozar é preciso ter um corpo, e o deleite do gozo vai além do desejo insaciável em busca do prazer. Como dito acima, o gozo é a transgressão, o regozijo. É aí que a linguagem retorna, pois para o corpo gozar precisa ser reconhecido e anunciado pela linguagem, “as diferentes relações com a satisfação que um sujeito falante pode experimentar no uso de um objeto desejado, postulando que a questão da satisfação também se inscreve na rede de sistemas simbólicos que dependem da linguagem” (CUKIERT; PRISZKULNIK, 2002).

Reich revolucionou a ideia de estudo das funções mentais separadas do corpo pela análise das experiências vividas pelo indivíduo, substituindo-as pela teoria de que o corpo é aquele que recebe antes da mente, as experiências físicas e emocionais desde a gestação até a morte. Contribuiu para o entendimento de que a mente reflete a experiência que o corpo vive inicialmente e as manifestações psíquicas podem ser lidadas por uma psicologia corporal (VOLPI, 2014).

Um corpo vivo está intrinsecamente ligado com uma mente ativa, ambos são interdependentes e possuem sua funcionalidade na relação um com o outro, a psicologia corporal pode ser estudada a partir de três grandes eixos da teoria Reichiana, são eles: a análise do caráter, a vegetoterapia carátero-analítica e a organoterapia (VOLPI, 2014).

Diante da breve exposição da teoria Reichiana sobre o corpo, pode-se observar que Reich se dedicou a estudar as manifestações psíquicas se atentando além do olhar psicanalítico pela fala, ao olhar para os comportamentos corporais, sendo a fala do corpo e para as manifestações energéticas que um organismo libidinal contrasta na relação unilateral do corpo com a mente e da mente com o corpo.

Assim a filosofia, bem como as abordagens humanistas-existenciais da psicologia preconizam reflexões da consciência-corpo no intuito de melhorar o manejo clínico, considerando as subjetividades individuais corporificadas. Sendo a subjetividade um campo de intersecções entre o indivíduo e o todo que o cerca, é no campo da Psicologia que o estudo da subjetividade se concretiza (CASTANHO; SCOZ, 2013).

METODOLOGIA

O presente estudo resulta do Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Psicologia. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica como método de pesquisa. Foram realizadas pesquisas em livros, meios eletrônicos e trabalhos científicos publicados nas diferentes correntes que estudam a relação da corporeidade e da subjetividade. Optou-se pela comparação teórica entre as diferentes correntes teóricas que discorrem sobre o tema, considerando os pressupostos de Freud, Lacan, Reich e Merleau-Ponty.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na intenção de compreender que corpo e mente constituem-se como totalidade na construção de sujeito, é preciso refletir que a partir de elementos histórico-culturais e condicionamentos sociais, o corpo mesmo introjetando essas dimensões influentes, continua se constituindo em sua totalidade como inacabado na sua subjetividade, pois enquanto consciência-corpo, está sempre na produção de conhecimento e em formação de sua identidade vinculado as suas relações com o mundo (ARAÚJO, 2015). Araújo (2015, p. 31) comenta que revalidar a corporeidade possibilita inclusive que o próprio sujeito se perceba enquanto unidade complexa e única a partir da sua realidade, sendo essa realidade integrada pela corporeidade em dimensões tanto subjetivas como objetivas: “corpo, emoções, sentimentos, consciência, relações com outros sujeitos e com o mundo. Além da constituição orgânica e biológica (genes, células, órgãos, sistema, etc), o corpo é formado pelo contexto político, econômico, social, cultural e natural”.

De acordo com essas discussões conceituais acerca da construção subjetiva humana com a soma da corporeidade, é prudente retomar a construção do saber na psicologia no final do século XIX que inicialmente se deteve na racionalidade científica moderna. Tendo tornado-se ciência a partir de Wundt e seguidores, Fechner, Cattell e Titchener, formulando uma psicologia baseada na experimentação comportamental e no reducionismo matemático (JOÃO; RIBEIRO et al, 2019).

Tecendo ainda a ideia de que predominantemente o entendimento da corporeidade se dá pela atribuição dos significados pela realização das experiências intersubjetivas, podemos compreender que parte dos conteúdos mentais são aprofundamentos de sentimentos, emoções e pensamentos enquanto produções psíquicas subjetivas em relação com os contextos sociais e culturais da realidade humana (CASTANHO E SCOZ, 2013).

A realidade da subjetividade não possui primazia na racionalidade, pois somente consta a razão enquanto mais um dos vários sentidos que contemplam uma subjetividade, sendo submissa a esta. O sujeito determina em sua história a partir dos sentidos que atribui a própria vida em cada experiência, memória, emoção, pensamento e ação que vivencia em cada espaço social (SILVA, 2013).

Em síntese, no emaranhado de convergências, conflitos, mistérios, apreensões, descobertas e transformações na constituição do Eu subjetivo e corpóreo, habitar uma carne vai além de um reducionismo de sujeito atacadado na dimensão da cognição, a estrutura da condição humana sensível em vida vem da noção de uma corporeidade, imagem de si mesmo repleta de símbolos e significantes, os quais passa-se a vida na manutenção e transcendência pela experiência desse abstrato.

Desta maneira, a Psicologia Fenomenológica se situa na existência do homem dentro do processo de existir na situação, ou seja, Ponty irá escrever sobre as significações originárias do indivíduo homem como o caminho para a construção da compreensão humana das coisas, aquele que dá sentido e significado aos fenômenos, a realidade num todo (CREMASCO, 2009).

Tendo em consideração que a psicologia frequentemente possui a subjetividade como objeto de estudo, a fenomenologia de Ponty vai conduzir o estudo subjetivo além dos dois caminhos os quais temos conhecimento, humano enquanto objeto ou consciência, haveria outra possibilidade de enxergar o homem em sua singularidade, ele afirma que a verdade do homem está para além do seu interior, compõe-se no mundo que é onde ele se conhece (SANTOS, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso possibilitou por outro viés, o do corpo e da corporeidade, a compreensão do ser humano enquanto entidade subjetiva que se relaciona com o mundo, elucidando a relação que se constrói e se transforma constantemente entre uma corporeidade e o mundo diante de si, reconhecendo o corpo enquanto porta voz primeiro do sujeito. Sabe-se, dessa forma, que nossas subjetividades são antes de tudo, históricas, culturais, sociais e resultantes de fenômenos inconclusos e conclusões conscientes e inconscientes, sempre direcionados pela tendência humana ascendente e progressiva.

Como o corpo possui uma representação e uma dimensão em várias áreas de pesquisas, considera-se valorizado desde a antiguidade. Na psicologia pelos atentos da psicomotricidade tem *a priori* o estudo e o percurso do corpo do físico ao simbólico, bem como, as relações do corpo com a psique e a própria motricidade nas esferas biopsicossociais expressadas nas dimensões afetivo-emocionais.

Outrossim, validar o corpo é permitir ao ser humano se conhecer enquanto identidade de si mesmo, pela propriedade do movimento, dos gestos, das expressões e sensações corpóreas, resultando no próprio *insight* em existir primeiramente, encarnado. A questão mente e corpo é antes de tudo uma reflexão filosófica e por isso, houve o resgate à própria filosofia fenomenológica.

Conclui-se que, no que se refere ao estudo e ao manejo de trabalho com subjetividades, o psicólogo que busca considerar além das estruturas dos fenômenos unicamente mentais, tem diante de si um universo atemporal, histórico, cultural, simbólico, social e racional tomado por indivíduos munidos de desejos, afetos, relações sociais, tensões, liberdade, repressões, contradições e transformações constantes próprias em diversos níveis de condições que determinam esse sujeito através do entendimento, da elucidação e do retorno ao seu corpo e à sua corporeidade.

REFERÊNCIAS

AMPARO, Deise Matos do; MAGALHAES, Ana Cláudia Reis de; CHATELARD, Daniela Scheinkman. **O corpo: identificações e imagem**. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482013000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 de Setembro de 2020.

ARAÚJO, Rafael vieira. **A CORPOREIDADE-SUBJETIVIDADE DOS EDUCANDOS TRABALHADORES DO PROEJA – FIC**. 2015. Dissertação de Mestrado (Educação). PUC-Goiás. Goiânia. 2015.

CASTANHO, marisa irene siqueira; SCOZ, beatriz Judith lima. **SUBJETIVIDADE, ENSINO E APRENDIZAGEM: APROXIMAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL EM TRABALHOS ACADÊMICOS1**. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/pe/v18n3/v18n3a09.pdf>>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

CREMASCO, Maria Virginia Filomena. **Algumas contribuições de Merleau-Ponty para a Psicologia em Fenomenologia da percepção**. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672009000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 29 out. 2020.

CUKIERT, Michele; PRISZKULNIK, Léia. **CONSIDERAÇÕES SOBRE EU E O CORPO EM LACAN**. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n1/10961.pdf>>. Acesso em 24 de setembro de 2020.

FUCHS, Solange Serrano; ZORNIG, Silvia. **A ESCUTA ANALÍTICA: CORPO, AFETO E PALAVRA**. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/4015-Texto%20do%20artigo-25803-1-10-20140310.pdf>>. Acesso em 16 de Setembro de 2020.

JOAO, Renato Bastos; RIBEIRO, Jorge Ponciano. **Corporeidade/subjetividade na psicologia clínica: tecendo fios teórico-epistemológicos para bordar um complexo objeto de estudo**. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642019000100233&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 Oct. 2020.

LAZZARINI, Eliana Rigotto; VIANA, Terezinha de Camargo. **O corpo em psicanálise**. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 de Setembro de 2020.

MARIZ, Netchaeva Mariz; **A POTENCIALIDADE NARRATIVA DO SINTOMA PSICOSSOMÁTICO**. 2016. Tese de doutorado (Psicologia Clínica) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, neemyas keer batalha dos. **MERLEAU-PONTY E A PSICOLOGIA: considerações sobre a intersubjetividade**. Disponível em:< <http://www.periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/fenomenolpsicol/article/view/2141/2187>>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

SILVA, érika nunes Cavalcante e. **(M)EU CORPO: A subjetivação na corporeidade deficiente**. Disponível em:< <https://core.ac.uk/download/pdf/187130104.pdf>>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

VOLPI, José Henrique. **PSICOSSOMÁTICA REICHIANA – A NEUROSE CONGELADA NO CORPO**. Disponível em:< https://centroreichiano.com.br/artigos/artigos/volpi_jose_henrique_psicossomatica_e_somatopsicodinamica.pdf>. Acesso em 02 de outubro de 2020.

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

Trabalhos oriundos de Práticas de Estágio

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO REALIZADO NA IMEX MEDICAL GROUP¹

Nataly Maximiliano, maxn028@hotmail.com²
 Mayne Francieli Gonçalves, mayne@uniarp.edu.br³

Resumo – O presente relato tem como objetivo descrever algumas atividades realizadas durante 240h de estágio na empresa Imex Medical Group, sendo desenvolvidas atividades por método de acompanhamento e pesquisa do funcionamento elétrico, mecânico e eletrônico dos mais diversos equipamentos na parte de diagnósticos por imagem. A metodologia tem caráter de pesquisa qualitativa, em que são acompanhadas as atividades realizadas no laboratório de eletrônica. Como resultados, o estágio possibilitou praticar diversos conteúdos aprendidos no decorrer da graduação, preparando a acadêmica para tomar decisões com base no conhecimento adquirido.

Palavras-chave: Estágio. Eletrônica. Elétrica. Equipamentos.

INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo descrever as atividades desenvolvidas no estágio obrigatório do curso de graduação em Engenharia de Controle e Automação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp), realizado no laboratório de eletrônica na empresa Imex Medical Group, em São José - SC.

A escolha do campo de estágio foi motivada pela oportunidade e interesse em aprender sobre tecnologias na área da saúde, e teve como principal objetivo à integração curricular, proporcionando assim a oportunidade de aprendizado e promovendo a compreensão do funcionamento elétrico, mecânico e eletrônico dos diversos equipamentos na parte de diagnósticos por imagem.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme NBR 5462 (ABNT, 1994) existem três tipos de manutenções:

- Manutenção corretiva:** manutenção realizada após um problema no equipamento;
- Manutenção preventiva:** manutenção que visa prevenir falhas, danos e interrupções no equipamento;
- Manutenção preditiva:** manutenção realizada para encontrar falhas em um estágio inicial, quando ainda não são prejudiciais ao equipamento e/ou ao processo de produção.

Esses três tipos de manutenções foram acompanhados durante o estágio.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Engenharia de Controle e Automação.

² Acadêmica do curso de Engenharia de Controle e Automação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora, Mestre do curso de Engenharia de Controle e Automação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades foram realizadas no período de aproximadamente 2 meses, totalizando 240h, de segunda-feira à sexta-feira, no período matutino e vespertino, no Laboratório de Eletrônica, cuja função dentro da empresa é a produção e manutenção, preventiva ou corretiva, dos equipamentos fornecidos aos clientes.

Durante a realização do estágio, foram realizadas inúmeras atividades dentre elas, a embalagem e desmontagem de equipamentos (Figura 1), auxílio em serviços de manutenção e instalação elétrica, instalação de SO e software, teste funcional, teste de resistência elétrica, e conserto (Figura 2) se possível, de diversas peças advindas de equipamentos já instalados no ambiente do cliente, retiradas pelos técnicos de campo da empresa.

Figura 1 – Embalagem raio-x em 4 volumes, sendo estes armazenados em caixas de madeira.



Fonte: A autora (2020).

Figura 2 – Desmontagem, teste elétrico e limpeza de freio e caixa de motor do mamógrafo.



Fonte: A autora (2020).

Dentre uma das grandes atividades desenvolvidas foi relacionada a desmontagem, embalagem, montagem, instalação elétrica, teste funcional e de resistência elétrica do equipamento de Raios X *Innovision* (Figura 3). O equipamento de raios X, faz uso de radiação ionizante para obter imagens de partes diversas do corpo humano (IMEX, 2020).

Figura 3 – Raios X fixo *Innovision* disponível na Imex Medical Group.



Fonte: Imex (2020).

Outra grande atividade desenvolvida foi relacionada a desmontagem, embalagem, instalação de software, instalação de sistema operacional (OS) e, laudo com o sistema híbrido de ultrassom eCube 5, eCube 8 (Figura 4), eCube 12, eCube 15 Platinum e eCube i7. A ultrassonografia é um exame de imagem realizado através de um transdutor, onde o aparelho capta ondas sonoras ao ter contato com o corpo humano. Com base nisto as imagens são formadas, e transferidas no monitor (IMEX, 2020).

Figura 4 – Ultrassom eCube 8 disponível na Imex Medical Group.



Fonte: Imex (2020).

Uma vez que é solicitado algum serviço técnico do laboratório, é emitido o Relatório de Solicitação de Serviços Única (SS), que tem por finalidade descrever o que deve ser feito com o equipamento, quem solicitou o serviço, e informações sobre as peças, como o número de série, cliente, data e nota fiscal (IMEX, 2020).

Após as atividades técnicas realizadas e concluídas, é desenvolvido o documento de registro para verificação, o Registro de Atendimento Técnico (RAT), que é o documento onde são descritas as inspeções ou assistências realizadas nos equipamentos e componentes pelos técnicos do laboratório de eletrônica, destacando

o estado da peça, quantidade de tempo no serviço realizado, identificação do técnico e da empresa (IMEX, 2020).

RESULTADOS

Com a realização do estágio, foram acompanhadas as manutenções e instalações na matriz de todas as máquinas e equipamentos fornecidos pela empresa. Todas as funções exercidas foram realizadas de acordo com as normas e procedimentos de saúde e segurança do trabalho, e auxílio de pessoas experientes. Foi possível adquirir conhecimento sobre variados assuntos dentro deste ramo, principalmente dentro das áreas de eletrônica, elétrica e mecânica.

Como resultados, o estágio possibilitou praticar diversos conteúdos aprendidos no decorrer da graduação, preparando a acadêmica para tomar decisões com base no conhecimento adquirido, obtendo contribuições para formação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado obrigatório teve grande importância para a integração curricular, e o objetivo de aprendizado e compreensão do funcionamento elétrico, mecânico e eletrônico dos diversos equipamentos na parte de diagnósticos por imagem foi alcançado.

Com isso, a visão que antes era limitada e sem conhecimento na área técnica destes equipamentos, agora pode-se dizer, que foi conhecida, gerando atitudes e habilidades que permitem interação e atuação neste ramo.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento a empresa Imex Medical Group, por ter disponibilizado seu ambiente e estrutura para a realização do estágio e por todos os ensinamentos que foram aprendidos durante este período.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5462**: confiabilidade e manutenibilidade. Rio de Janeiro, 1994.

IMEX MEDICAL GROUP. **A Empresa**. [Site institucional]. Disponível em: <https://www.imexmedicalgroup.com.br/sobre/>. Acesso em: 19, out. 2020.

SISTEMA PRODUTOR DE AVES MATRIZES - RECRIA¹

Gustavo Benincá Rodrigues, gbeninca@liberata.com.br²

Nicole Trevisani, nicole@uniarp.edu.br³

Resumo – O Estágio Curricular Supervisionado em Engenharia Agrônoma, foi realizado na área de Avicultura – Sistema Produtor de Aves Matrizes - Recria, na Empresa Granja Liberata, localizada na cidade de Fraiburgo-SC. O estágio teve a supervisão interna do Gerente da granja, Marcos Antônio Zucco e orientação da professora Dra. Nicole Trevisani, durante o período de 15 de agosto a 25 de setembro de 2020, concluindo um total de 180 horas. O estágio foi conduzido na área de Avicultura, por ser um setor de proteína animal que vem crescer nas últimas décadas, levando em consideração o fato que o Brasil encontra-se junto aos maiores produtores de proteína animal de frango do mundo. Diante disso, o objetivo do presente trabalho foi descrever as atividades que foram desenvolvidas no estágio, bem como relatar o funcionamento do Sistema Produtor de Aves Matriz-Recria.

Palavras-chave: Avicultura. Recria. Proteína animal.

INTRODUÇÃO

O cenário econômico mundial tem colocado o sistema produtor de aves em um panorama altamente positivo no Brasil, visto que, é visualizado como um dos mais desenvolvidos do mundo (ESPÍNDOLA, 2012). O sistema produtivo de aves de corte no Brasil, pelo seu acelerado ciclo de produção dispõe vantagens de alta competitividade, apresentando uma organização verticalizada e pelo baixo custo de produção da proteína animal, de tal forma que, atrai consumidores de divergentes classes sociais (RECK; SCHULTZ, 2016).

Com uma totalidade de exportação de 4,2 milhões de toneladas de carne de frango o Brasil é considerado o maior exportador, se consolidando nesse ano o primeiro no ranking. A produtividade de proteína de frango no ano passado foi de 13,2 milhões de toneladas, desta quantidade, 68% foram deslocados para o mercado brasileiro, os 32% restantes foram as 4,2 milhões de toneladas exportadas, dados esses consolidados no ano de 2019 (ABPA, 2020).

O Brasil, pelas suas condições climáticas, áreas favoráveis para o sistema de produção, possuindo uma capacidade promissora de crescer para tornar-se o polo produtor mundial (DANCOSKY, 2009). Essa efetividade da cadeia de produção está correlacionada a elementos como sistema de produção integrada, melhoramento de linhagens, biossegurança, dentre outros (MAPA, 2012).

CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA GRANJA LIBERATA

A Granja Liberata está localizada na Rodovia SC 456 Fraiburgo/Monte Carlo km 10, no município de Fraiburgo-SC. Sua principal atividade é a recria de aves matrizes. O antigo proprietário, Sr. Jorge Luiz Pozza Pederiva, adquiriu a granja em

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Estágio Curricular Obrigatório da 10ª fase do curso de Agronomia.

² Acadêmico do curso de agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Dra. do curso de agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

março de 2008, tendo falecido em 2018 e, então, passando às mãos de suas filhas Priscila e Patrícia Lima Pederiva. A Granja conta com o apoio de trinta e oito colaboradores, mais dois jovem-aprendiz; A Granja possui cinco núcleos com seis aviários cada, totalizando 30 aviários em toda a empresa; A capacidade é de 400.000 aves/ano em média, sendo alojadas aproximadamente 41.400 mil fêmeas e em torno de 5.500 machos em cada núcleo.

A recria representa ao período, a partir do, recebimento dos pintinhos com um dia de vida até as 22ª semanas de vida, quando as aves são transferidas para outras granjas do sistema de produção de ovos (SPO) da BRF. O período de recria tem por objetivo proporcionar o desenvolvimento, crescimento e imunização da ave-matriz de acordo com os parâmetros estabelecidos pela linhagem, que na atualidade é ROSS/AVIAGEN, dado que, é nessa fase do sistema de produção que as aves são preparadas para o período de postura, segundo o Manual de Manejo da ROSS (2018).

Foram desenvolvidas na granja atividades como, montagem dos casulos, alojamento das aves, aquecimento dos aviários, arraçamento, fornecimento de água, manejo de iluminação, pesagem e seleção de machos e fêmeas, vacinação via spray e via água, conforme orientação técnica.

METODOLOGIA

É na fase de recria que acontece a evolução do esqueleto da ave. Na 4ª a 5ª semana, a ave chega, a cerca de, 50% do seu tamanho esquelético. A partir da 10ª a 12ª semana de idade, a ave alcança mais de 90% da sua estrutura esquelética. Da 15ª semana em diante, alcançando o peso standard sugerido pela linhagem, a ave começa acumular reservas obtendo uma boa estrutura esquelética, conseqüentemente, uma boa uniformidade, e garantindo uma boa viabilidade das matrizes no decorrer da vida do lote, conforme o Manual de Manejo da ROSS (2018).

Os aviários carecem alojar aves de mesma idade e o manejo precisa seguir os fundamentos do “tudo dentro, tudo fora”. Esse manejo carrega vantagens para a saúde e o desempenho das aves, visto que, os programas de vacinação e limpeza são mais acessíveis e eficazes em locais onde as aves possuem a mesma idade no lote, de acordo com o Manual de Manejo da ROSS (2018).

Os aviários, as áreas no entorno dos aviários e todos os equipamentos (inclusive os sistemas de bebedouros e comedouros) devem ser integralmente limpos e desinfetados antes da chegada da cama de maravalha e dos pintinhos. A Granja executa diversos procedimentos chamados de Boas Práticas de Produção (BPP), estabelecidos pela própria BRF, objetivando garantir a higienização e biossegurança do ambiente antes da chegada dos pintinhos e durante o desenvolvimento da vida do lote, segundo o Manual de Manejo da ROSS (2018). Algumas Boas Práticas de Produção são realizados antes da chegada dos pintinhos, como lavar e desinfetar os aviários, espalhar calcário no piso, realizar controle de roedores, efetuar testes para identificar contaminação bacteriana.

No momento do alojamento, para que os pintinhos tenham um bom arranque inicial, é necessário que a temperatura do ar e da cama estejam conforme com as recomendações técnicas para a linhagem. A temperatura do ar e da cama devem ser ajustadas no mínimo 24 horas antes do alojamento, conforme o Manual de Manejo da ROSS (2018).

São montados os pinteiros (casulos), criando divisórias ao longo do aviário com folhas de poliestireno, para otimizar o espaço e a ambiência de cada casulo,

melhorando a disponibilidade de água e comida por ave/m². Esse material de poliestireno facilita a limpeza e desinfecção, e o torna crucial o uso desse manejo, visando reduzir a região na qual as aves serão alojados. O tamanho do casulo deve sempre ser determinado com a quantidade de aves alojados, utilizando-se inicialmente 45 a 55 pintinhos/m², seguido de aumentos no espaçamento do casulo no 3º, 7º, 10º, 14º, 19º e 28º e 49º dias de idade, quando as aves estarão por fim, ocupando todo o aviário, de acordo com, o Manual de Manejo da ROSS (2018). São colocadas folhas de papel pardo ondulado sobre a cama de maravalha, ao longo de toda linha de bebedouro do tipo *nipple*, com um pouco de ração espalhada uniformemente sobre o papel pardo, a fim de facilitar e estimular o consumo pelos pintinhos nos primeiros dias.

Nos primeiros dias de vida do lote, a temperatura adequada para os pintinhos é entre 29 e 33°C, decrescendo conforme a idade das aves ou as condições ambientais externas. O aquecimento dos casulos acontece por meio de uma fonte de calor (campânula convencional) aquecida a gás. Nesse sistema, o aquecimento é feito de tal forma que a temperatura seja a mesma em todo o aviário. É fundamental o uso de termômetro dentro do aviário para efetuar o aferimento da temperatura, sendo aferida sempre que possível dentro no aviário. A melhor forma de confirmar se a temperatura dentro do aviário encontra-se agradável é observar o arranjo e o comportamento das aves, pois quando encontram-se confortáveis, distribuem-se uniformemente dentro do casulo.

Durante os primeiros dias depois do alojamento, as aves devem receber 23 horas de luz e 1 hora de escuro por dia, seguindo a recomendação técnica da linhagem. Isso ajudará a desenvolver o apetite e a promover a atividade alimentar. A intensidade da luz na recria durante os primeiros dias deve ser alta (50-100 lux), no casulo, a fim de garantir que as aves encontrem o alimento e a água. Porém, para os machos a partir da 4ª semana, a intensidade de luz é reduzida para 3 a 5 lux, nas fêmeas esse manejo ocorre após os 21 dias de vida (3ª semana), pois a quantidade de alimento começa a ser mais racionada, de acordo com a recomendação da linhagem, e, portanto, a atividade corporal da ave também precisa ficar mais limitada, evitando perda de peso e atrito entre as próprias aves, de acordo com, o Manual de Manejo da ROSS (2018).

A granja adota um sistema de *flushing* nas primeiras semanas dos pintinhos, método que significa um constante fluxo de água sendo jorrado pelas linhas de *nipple* para fora do aviário, visando que a água fornecida permaneça entre 18 e 21°C, ideal para as aves, de acordo com a recomendação técnica para a linhagem. A altura dos bebedouros tipo *nipple* é frequentemente ajustada à idade e ao crescimento das aves, favorecendo o acesso aos bebedouros. Utiliza-se na granja bebedouros do tipo *nipple* e bebedouros infantis o que facilita o primeiro contato da água ao pintinho.

A água fornecida às aves é tratada com a finalidade de precaver doenças sanitárias que possam vir problematizar o desenvolvimento do lote. O tratamento é feito com pastilhas de cloro, o qual deve estar entre 3 e 5 ppm, para reduzir a carga bacteriana. São feitos testes uma vez por dia com uma fita teste, geralmente antes do arraçamento das aves. As caixas d'água dos aviários são lavadas de acordo com a recomendação técnica e registradas o controle em planilha, segundo o Manual de Manejo da ROSS (2018).

O arraçamento tem como propósito alcançar o peso corporal proposto pela linhagem ROSS, o qual garante o crescimento e desenvolvimento adequado, propiciando às aves adquirir maturidade sexual uniforme, reduzindo a diferença de peso e estrutura corporal no lote (FRÖHLICH, 2013). O manejo alimentar das aves é

realizado sempre no primeiro horário da manhã e o volume de ração a ser oferecida segue as recomendações do Manual de Manejo de Matrizes ROSS (2018), o qual orienta que sejam ofertada na primeira semana de vida 22 gramas de ração por ave, para as fêmeas, e 25 gramas de ração por ave, para os machos, os acréscimos de ração são dados a cada sete dias, chegando no período de transferência com uma ingestão diária das fêmeas de 114 gramas de ração por ave/dia, e dos machos de 118 gramas de ração por ave/dia. A ração fornecida dispõe de três variedades, ofertada de acordo com a idade de vida das aves, correspondendo a ração inicial usada nos primeiros 35 dias de idade, a ração de crescimento da 6ª à 17ª semana e a ração pré-postura da 18ª semana até a transferência.

O manejo do peso das aves é crucial para mantê-las dentro do standard padrão da linhagem ROSS. A realização da pesagem é executada semanalmente, a partir de uma balança digital, suspendendo as aves pelas asas. Faz-se uma amostragem do lote de 3% de fêmeas e de 5% de machos, respeitando essa porcentagem em todas as categorias. É por meio destas pesagens semanais que faz-se o controle semanal do consumo de ração diária, de acordo com, o Manual de Manejo da ROSS (2018).

A transferência do macho ocorre com 21ª semanas, uma semana antes da fêmea que ocorre com 22ª semanas. Essa antecipação do macho é feita para ambientação dos mesmos às novas condições de cama, luz, temperatura e ventilação, visando um arranque para a postura de ovos quando ocorre a chegada das fêmeas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biossegurança é crucial nesse sistema de produção, para se ter produções sadias e econômicas. As medidas de biossegurança devem ser seguidas com rigidez para prevenir e evitar a entrada de patógenos que podem afetar a sanidade, o bem-estar e os rendimentos técnicos das aves.

Todos os processos são de fundamental importância para que as aves possam produzir ovos férteis depois de transferidas para outra granja do sistema verticalizado da BRF.

REFERÊNCIAS

ABPA - Associação Brasileira de Proteína Animal. **Relatório anual 2020**. Disponível em: Disponível em: <http://abpa-br.com.br/storage/files/relatorio-anual-2020.pdf>. Acesso: 10. Ago.2020.

DANCOSKY, P. E. F. **Matrizes de frangos de corte em produção**. Trabalho de Conclusão de Curso de Medicina Veterinária – **Faculdade de Ciências Biológicas da Universidade de Tuiuti**. Paraná: 2009. Disponível em: <http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads//2011/03/MATRIZES-DE-FRANGOS-DE-CORTE-EM-PRODUCAO.pdf>. Acesso: 20. Set.2020.

ESPÍNDOLA, C. J. Trajetórias do progresso técnico na cadeia produtiva de carne de frango do Brasil. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 27, n. 53, p. 89-113, jan./jul. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560307>. Acesso: 3. Jun. 2020.

RECK, A. B. e SCHULTZ, G. Aplicação da metodologia multicritério de apoio à decisão no relacionamento interorganizacional na cadeia da avicultura de corte. **Rev. Econ. Sociol, Rural**, v. 54, n. 4, p. 709-728, dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790540407>. Acesso: 28. Ago. 2020.

MANUAL DE MANEJO DE MATRIZES ROSS. **2018: Aspectos Práticos da Habilidade no Manejo**. Disponível em: pt.aviagen.com/tech-center/download/1271/rosspshandbook2018-pt.ped. Acesso: 08. Set. 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Brasil Projeções do Agronegócio 2011/12 a 2021/22**. Brasília, 2012, 50 p. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso: 05. Out. 2020.

PROCESSOS INDUSTRIAIS: PASTEURIZADOR DE CREME¹

Higor Caio Bressan de Moraes, higor_bressan@hotmail.com²
 Mayne Francieli Gonçalves, mayne@uniarp.edu.br³

Resumo – O presente trabalho versa sobre a descrição da execução de um projeto de readequação de um pasteurizador de creme cru, tendo em vista que o pasteurizador antigo não atendia a todas as condições necessárias para o seu funcionamento e o objetivo é aumentar a capacidade produtiva do mesmo, além de fornecer melhores informações e dados do processo através de novos equipamentos e instrumentações instaladas no mesmo. Os resultados da readequação foram o aumento da vazão de produção alcançando assim a capacidade nominal do equipamento, além do melhoramento dos controles de temperatura e limpeza do equipamento. Conclui-se que através desse processo de modernização e readequação, é possível obter resultados consideravelmente significantes na produção final, através de alterações nos processos de automação e controle do equipamento.

Palavras-chave: Pasteurizador. Readequação. Automação. Produção.

INTRODUÇÃO

Atualmente, os processos industriais estão tendendo cada vez mais à modernização, tendo em vista que os benefícios são inúmeros, como por exemplo a melhoria na medição dos parâmetros de processo e a interpretação dos dados recebidos executando tarefas de forma automática, garantindo sempre a melhor qualidade possível ao produto final, ou através da emissão de relatórios e gráficos de análises detalhadas do processo. A padronização de protocolos de comunicação, a miniaturização dos dispositivos e o aumento da precisão dos mesmos são fatores que determinam a modernização dos processos industriais.

O presente resumo tem por objetivo relatar a execução de um projeto de readequação de um pasteurizador de creme cu, através da readequação de projetos elétricos, criação de novas lógicas de programação, substituição e adição de novas instrumentações no processo e o desenho da interface de controle do pasteurizador.

AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL: SISTEMA DE PASTEURIZAÇÃO

A automação é qualquer sistema que juntamente com os computadores substitui a operação manual do sistema por uma operação automatizada que melhora a segurança do processo, a qualidade dos produtos, a rapidez ou ainda traz uma redução dos custos produtivos. A automação é uma interligação entre diversos tipos de sistemas através de redes de comunicação que podem ser monitorados por sistemas SCADA (*Supervisory Control and Data Acquisition*) ou através de uma IHM

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Relatório de Estágio da 10ª fase do curso de engenharia elétrica.

² Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora, Mestre do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

(Interface homem-máquina), auxiliando assim os operadores na supervisão e análise de problemas (MORAES; CASTRUCCI, 2007).

Dentro desse contexto, existem os CLPs, que são responsáveis pelo controle de diversos tipos de sistema e empregados com frequência no ramo industrial. A estrutura dos CLPs pode ser dividida em entradas, saídas e unidade de processamento, sendo que as entradas são as responsáveis por receber os dados do processo, sendo eles digitais ou analógicos, e as saídas são responsáveis por enviar comandos, através das saídas digitais, ou referências de corrente e tensão através das saídas analógicas. O CLP, funciona através de uma sequência de operações, denominadas ciclo de varredura, como o próprio nome já diz, de forma cíclica o CLP faz a leitura das entradas e atualiza os dados, após isso faz a comparação dos dados lidos com o programa definido pelo usuário e com isso atualiza as saídas, conforme a Figura 1 (RECK, 2014).

Figura 1 – Ciclo de varredura de um CLP.



Fonte: (RECK, 2014).

A pasteurização de um alimento é um processo térmico que têm por intuito reduzir a carga microbiana e inativar enzimas, visando prolongar a vida útil desse alimento, porém o processo de pasteurização por si só não consegue conservar o alimento, sendo necessário aliar ele a processos de resfriamento e armazenamento adequados. As temperaturas de pasteurização variam de acordo com o tipo de alimento e devem seguir a legislação vigente, na pasteurização do leite por exemplo, utiliza-se uma temperatura mínima de 80 °C durante um período mínimo de 25 segundos (CELESTINO; SANCHEZ, 2018).

Existem dois tipos de pasteurização comumente utilizados, são elas a pasteurização lenta (LTLT – *Low temperature and long time*) e a pasteurização rápida (HTST – *High temperature and short time*). Em locais de produção menores, a pasteurização lenta (LTLT) é mais utilizada, devido ao seu baixo custo de implementação. Já a pasteurização rápida (HTST) é a mais utilizada nas indústrias, ela pode ser realizada em pasteurizadores tubulares para qualquer tipo de fluido, ou em pasteurizadores de placas para fluidos menos viscosos. Os líquidos por sua vez no processo de pasteurização rápida devem ser aquecidos em temperaturas maiores ou iguais a 72 °C durante um período de poucos segundos. O processo de pasteurização é dividido em três etapas, o aquecimento, a manutenção da temperatura e o resfriamento (CELESTINO; SANCHEZ, 2018).

PROJETO E DESENVOLVIMENTO

O pasteurizador de creme, conforme pode ser visto na Figura 2, tem o intuito de pasteurizar o creme cru, para posterior uso na produção de manteiga, creme de leite, nata, dentre outros produtos derivados.

O intuito dessa readequação, é aumentar a capacidade produtiva do pasteurizador de 7,00 m³/h, para 10,00 m³/h além de migrar todo o programa de automação que antes era da fabricante do equipamento, para um novo sistema que possa ser operado através de um sistema supervisor e não mais através de uma IHM e também a adição de alguns equipamentos e instrumentações, visando obter melhores dados do processo.

Figura 2 – Pasteurizador Industrial



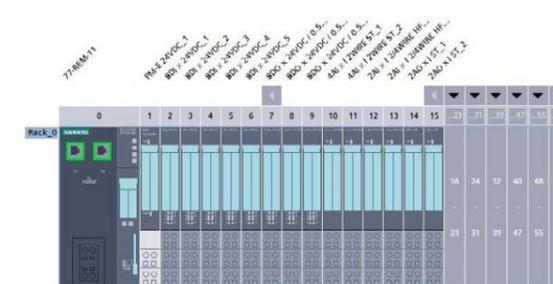
Fonte: GEA (2020).

Diante dos fatos supracitados, e através das documentações fornecidas pelo cliente (fluxogramas, projetos elétricos etc.), foi possível, através do estudo do fluxograma de processo, entender todas as etapas da pasteurização de creme, ficando assim mais fácil de elaborar a nova lógica de controle do pasteurizador. Foi necessário elaborar uma tabela com todos os equipamentos presentes no fluxograma discriminando cada um, sua TAG e sua função. Alguns dos equipamentos presentes no fluxograma não foram listados, pois não interferem diretamente na lógica de controle, e possuem funções mecânicas não tendo nenhum processo relacionado a parte de automação ou a parte elétrica do equipamento.

Dessa maneira, com todos os equipamentos levantados, foi possível realizar a readequação do projeto elétrico existente, incluindo alguns equipamentos de medição que não constavam no projeto anterior, além de novos sensores que foram incluídos no processo. Com o fluxograma atualizado, a lista de equipamentos, e o projeto elétrico, foi possível definir também quais as entradas e saídas (digitais e analógicas) seriam utilizadas em cada um dos equipamentos e foi acrescentado juntamente com a lista de equipamentos, podendo assim criar uma lista de variáveis no programa do CLP (Controlador lógico programável).

Baseado no projeto elétrico, foi possível criar a estrutura de hardware que será utilizada no controle do processo, conforme pode ser visto na Figura 3. O CLP utilizado no controle é um S7-1500 CPU 1516-3 da marca Siemens e a comunicação é feita através do protocolo ProfiNet e de uma cabeça de rede remota ET200S, para o controle. O software de programação utilizado é o TIA Portal V16.

Figura 3 – Estrutura de Hardware do Pasteurizador de Creme.



Fonte: O autor (2020).

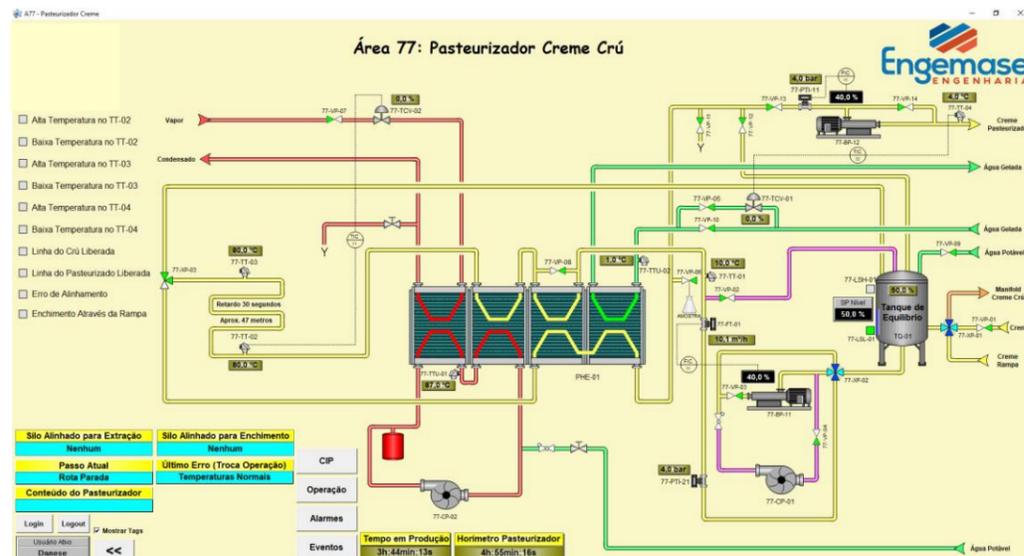
Com as estruturas básicas prontas, foi possível então criar a lógica de controle do pasteurizador, a qual é baseada em 12 (doze) passos, os quais são sequenciais, porém existem alguns passos que podem ser ativados no meio do processo de produção, visando controlar e manter as temperaturas de pasteurização e envio de produto constantes, tendo em vista que o principal objetivo do pasteurizador é o controle das temperaturas de pasteurização e de saída do produto, visando sempre obter um choque térmico adequado do produto. Todas as lógicas de controle foram escritas na linguagem *ladder*, tendo em vista que é uma das mais adotadas quando se trata de programação de CLPs, além de ser uma linguagem de fácil entendimento e rápida visualização e manutenção.

Com a lógica pronta e as variáveis definidas, foi possível iniciar a estruturação do sistema supervisor. Nesse caso, foi utilizado o software Elipse E3 da desenvolvedora Elipse. O Elipse E3 possui diversas ferramentas para desenho de telas, além de ferramentas para criação de gráficos e consultas detalhadas, o mesmo possui uma fácil interação com bancos de dados (SQL, Oracle, etc.) e CLPs. Na elaboração das telas, foi utilizado o mesmo conceito já adotado pelo cliente, utilizando bibliotecas padrões de válvulas e motores. Os desenhos foram feitos baseados no fluxograma fornecido anteriormente. Para a elaboração dos controles do sistema supervisor foi necessário possuir um conhecimento prévio da linguagem *Visual Basic*, a qual é adotada pelo programa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando os objetivos iniciais do aumento da capacidade de produção do pasteurizador de 7 m³/h para 10 m³/h, e a migração do sistema antigo para um sistema SCADA novo, foi possível perceber que pequenas mudanças no processo, como a inclusão de alguns sensores de temperatura e de nível, além da alteração de toda a lógica de funcionamento do equipamento, foram suficientes para aumentar a capacidade produtiva do equipamento em até 30%, além da alteração do software de controle e visualização que permitiu a geração de relatórios e gráficos que constam diversas informações de controle do pasteurizador, em conjunto com uma nova interface gráfica, conforme pode ser visto na Figura 4, a qual possibilita um entendimento melhor do processo produtivo por parte dos operadores, mostrando em tempo real todos os dados do processo, e a sequência de produção.

Figura 4 – Tela Inicial do Controle do Pasteurizador



Fonte: O autor (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, resultou no melhoramento de um pasteurizador industrial, a partir de modificações relativamente simples, as quais possibilitaram um aumento significativo na capacidade de produção do equipamento. Dito isso, é possível perceber a importância que se deve dar ao software de controle de um equipamento, que aliado com as devidas instrumentações é capaz de fornecer diversos dados do equipamento para o operador, possibilitando assim uma operação mais fácil e simples do equipamento, além da melhora na capacidade da produção. Uma das limitantes desse projeto é execução, tendo em vista que o desenvolvimento foi elaborado através de simulações do software de controle, porém muitos comportamentos do equipamento não podem ser previstos através de simulação, mas sim somente em campo.

REFERÊNCIAS

CELESTINO, Sonia; SANCHEZ, Beatriz. **Construção e operação de um sistema de pasteurização de bancada para alimentos líquidos**. Planaltina: Embrapa, fevereiro, 2018. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1092677/construcao-e-operacao-de-um-sistema-de-pasteurizacao-de-bancada-para-alimentos-liquidos>> Acesso em 15 de setembro de 2020.

MORAES, Cicero; CASTRUCCI, Plínio. **Engenharia de Automação Industrial**. 2ª edição. São Paulo: LTC, 2007.

RECK, Mauricio. **Pesquisa e Desenvolvimento de CLP para Automação Predial utilizando ECUs para veículos a gasolina**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso – UFSC Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2014.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

ESCRITÓRIO MODELO - UNIARP

Igor Catani da Silva, catani.igor@gmail.com¹
Marcelo Wandscheer, marcelow@uniarp.edu.br²

Resumo – O relatório de estágio supervisionado obrigatório, realizado no Escritório Modelo da UNIARP, desenvolveu-se com o objetivo de proporcionar ao acadêmico a preparação necessária para o mercado de trabalho. Durante o período do estágio elaboraram-se diversos projetos, alguns para a própria universidade e outros para a comunidade. Nos projetos foram desenhadas plantas baixas, de cobertura, fachadas, cortes, bem como seus respectivos quantitativos. O projeto que teve destaque foi a casa do mel destinada a Associação de Apicultores de Caçador, sendo um espaço voltado para à produção, extração, estocagem, classificação e industrialização de mel. Também se elaborou o projeto luminotécnico dos corredores do Bloco B para a universidade. Portanto, com a elaboração de todos os projetos durante o período de estágio, concluímos a sua importância na formação acadêmica, pois possibilitou-se ampliar e complementar os conhecimentos nas áreas trabalhadas.

Palavras-chave: Estágio. Projeto. Luminotécnico. Quantitativo.

INTRODUÇÃO

O estágio curricular supervisionado realizou-se no Escritório Modelo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

De acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008), o estágio curricular supervisionado obrigatório, desenvolve-se no ambiente de trabalho com o objetivo de proporcionar a preparação dos acadêmicos que frequentam o ensino regular nas instituições de ensino superior para o mercado de trabalho. Este estágio compõe o projeto pedagógico do curso, visando o aprendizado das competências da atividade profissional, devendo ser acompanhado de forma efetiva pelo professor orientador.

Durante a realização do estágio, elaborou-se diversos projetos, alguns voltados para a universidade e outros destinados a comunidade. O projeto da Casa do Mel, foi o principal, cujo propósito, a criação de um espaço destinado a Associação de Apicultores de Caçador, para atender a demanda atual e proporcionar aos associados um local adequado para produção e armazenamento dos produtos relacionados a apicultura. Nos projetos, elaboraram-se diversas plantas, como plantas baixas, de cobertura, fachadas, cortes e seus respectivos quantitativos.

Este relatório buscou como objetivo geral descrever as atividades desenvolvidas ao longo do estágio e a realização de pesquisa bibliográfica referente aos temas abordados, para alcançar tal objetivo, necessitou-se de objetivos específicos como: buscar informações referentes a instituição, realizar uma revisão bibliográfica sobre projeto arquitetônico e legislação referente a casa do mel, e descrever as atividades desenvolvidas durante o estágio.

¹ Acadêmico do Curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

² Professor do Curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

PROJETOS E LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE MATERIAIS

PROJETO ARQUITETÔNICO

O projeto arquitetônico “[...] envolve a ação criativa, o acúmulo de informação e de experiências, a formulação de hipóteses, a verificação das ideias, um sistema de notações próprias, entre outras propriedades [...]” (KOWALTOWSKI et al., 2011, n.p).

É complexo, pois envolve soluções técnicas e artísticas, resultado da manipulação criativa de diferentes elementos, como funções, volume, espaço, textura, luz, materiais, componentes técnicos e custos, desempenho e tecnologia construtiva. Não há um método único para resolver problemas, pois cada caso é único e precisa de soluções específicas. Diferentes métodos, ferramentas, técnicas e formas de representação são necessários para lidar com diversas variáveis: sociais, culturais, legais, funcionais, estéticas, econômicas, psicológicas, tecnológicas, de conforto ambiental; e com diferentes escalas: regionais, urbanas do edifício e do objeto (KOWALTOWSKI et al., 2011, n.p).

PROJETO CASA DO MEL

O apiário é o local voltado para à produção, extração, estocagem, classificação e industrialização de mel, sua produção precisa ser compatível com a capacidade da edificação. Deve ser composto de dependências para extração, filtração, decantação, classificação e envase, depósito para embalagens, dependência para estocagem e expedição, vestiários, sanitários e almoxarifado (BRASIL, 1985).

Deve possuir pé-direito mínimo de três metros, paredes de alvenaria e revestidas com cerâmica industrial de cor clara, colocadas a uma altura de no mínimo dois metros em toda a linha de produção. O piso deve ser impermeável. No forro recomenda-se a utilização de laje por ser de fácil higienização. As portas devem ser metálicas ou impermeáveis e as janelas com esquadrias metálicas e telas à prova de insetos (BRASIL, 1985).

PROJETO LUMINOTÉCNICO

A iluminação adequada possibilita a visualização do ambiente, permitindo que os usuários vejam, movam-se com segurança e executem as suas tarefas de maneira eficiente, precisa e segura, sem que haja fadiga e desconforto. Essa iluminação pode ser natural, artificial ou de ambos os tipos (ABNT, 2013 apud SOUZA et al., 2018).

O projeto luminotécnico é apresentado a partir do anteprojeto definido no projeto arquitetônico pelo arquiteto, com a indicação das luminárias e das lâmpadas, que devem ser representadas na planta de forro refletivo, onde devem ser indicados os acabamentos, os níveis, as projeções e nomenclaturas, os layouts dos equipamentos de iluminação, ventilação, sprinklers, sonorização, segurança e projeção de imagens, devidamente dimensionados e com indicações dos seus respectivos complementares. Devem ser apresentadas as legendas com especificação dos materiais e

demais elementos, assim como os títulos, escalas, notas gerais e carimbos (VALLADARES; MATOSO, 2002 apud SOUZA et al., 2018, p. 155).

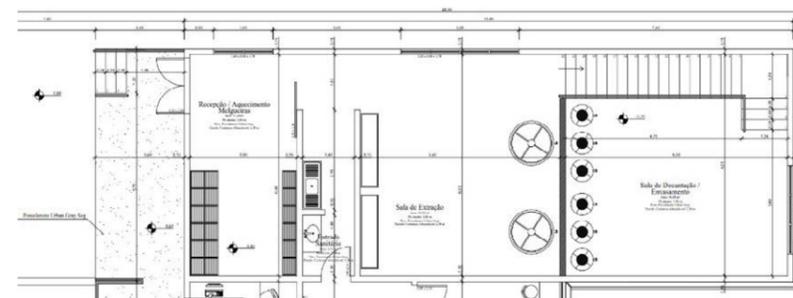
LEVANTAMENTO QUANTITATIVO

O levantamento dos materiais de um determinado projeto é realizado a partir dos desenhos fornecidos pelos projetistas, de forma impressa ou eletrônica, considerando-se as dimensões, unidades de medida e características técnicas (TRINDADE, 2019).

RELATO DA EXPERIÊNCIA

No decorrer do estágio, realizaram-se diversas atividades como o projeto da casa do mel para a Associação de Apicultores de Caçador, onde elaborou-se o projeto arquitetônico e seu quantitativo, a partir das recomendações especificadas na legislação pertinente. Na Figura 1, observa-se a linha de produção.

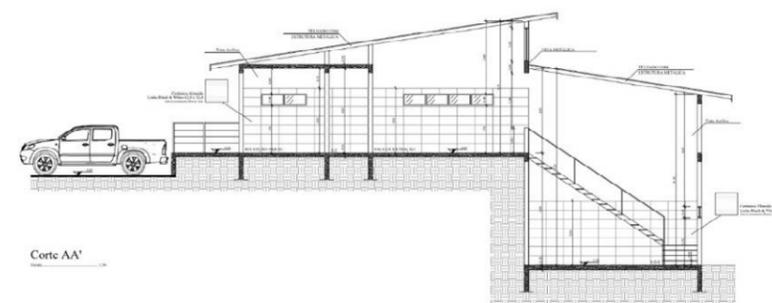
Figura 1 – Linha de produção



Fonte: O autor (2020).

No projeto arquitetônico, realizaram-se os cortes, fachadas e planta de cobertura. Nas Figuras 2 e 3, temos respectivamente um corte e uma fachada da edificação e na Figura 4, pode-se observar a planta de cobertura.

Figura 2 – Corte AA'



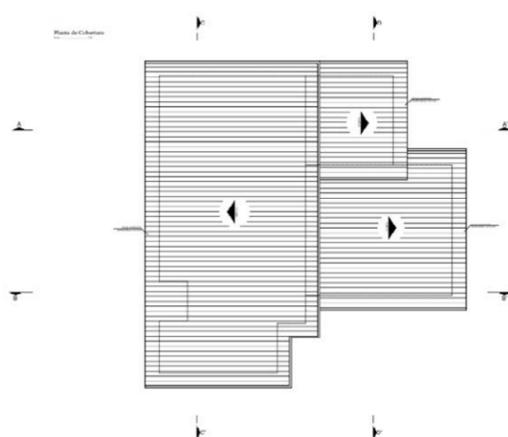
Fonte: O autor (2020).

Figura 3 – Fachada frontal



Fonte: O autor (2020).

Figura 4 – Planta de cobertura



Fonte: O autor (2020).

Também se desenvolveu o projeto luminotécnico dos corredores do Bloco B, onde realizaram-se medições e conferências in loco, bem como elaborou-se o quantitativo.

Iniciou-se o projeto luminotécnico das salas de aula do Bloco B, porém com o termino do estágio o mesmo será concluído nas próximas semanas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado das atividades desenvolvidas ao longo do período do estágio, temos a conclusão e entrega do projeto da casa do mel para a Associação de Apicultores de Caçador.

Também se realizou a entrega do projeto luminotécnico dos corredores do Bloco B para a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, para posterior cotação e implementação.

Vale salientar que todos os projetos foram desenvolvidos de acordo com as normas pertinentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da sala de aula, a universidade repassa um amplo conhecimento teórico em todas as disciplinas do curso de Engenharia Civil, porém com pouca prática, neste contexto que vemos a importância do estágio supervisionado obrigatório, que proporciona um conhecimento prático na área.

Por isso, através da experiência obtida com o desenvolvimento de projetos tanto arquitetônicos quanto luminotécnicos e seus respectivos quantitativos, possibilitou-se ampliar os conhecimentos nas áreas abrangidas durante a realização do estágio. Vale destacar o projeto da casa do mel que engloba a parte da legislação para sua elaboração, bem como os aspectos funcionais relacionados a linha de produção.

Com isso, concluímos que a experiência obtida com a realização do estágio proporcionou uma ampliação e complementação do conhecimento repassado durante o curso, sendo considerado uma preparação para o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 6, de 25 de julho de 1985**, Brasília, DF, jul 1985.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes**, Brasília, DF, set 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 29 out. 2020.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. et al. **O processo de projeto em arquitetura**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

SOUZA, Camila Dias de et al. **Luminotécnica aplicada**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

TRINDADE, Ligia Durante. **Modelagem da Informação da Construção (BIM) e orçamento evolutivo: contribuições para a automatização do levantamento de quantitativos em projeto**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3153/tde-23102019-122745/en.php>. Acesso em: 24 out. 2020.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO REALIZADO NA EMPRESA TROMBINI EMBALAGENS S/A¹

Felipe Massaroli, felipe_massaroli@hotmail.com²
Mayne Francieli Gonçalves, mayne@uniarp.edu.br³

Resumo – Este trabalho tem como objetivo descrever de maneira breve as atividades desempenhadas durante o estágio obrigatório do curso de engenharia mecânica realizado na empresa Trombini Embalagens S/A, atuante no ramo papeleiro situada na cidade de Fraiburgo SC. Durante o estágio foi acompanhado atividades do setor de manutenção da empresa, com um enfoque maior na área de gestão e planejamento, onde foi possível conhecer diversos procedimentos de inerentes a área de manutenção e também algumas atividades de manutenção em equipamentos onde pode-se identificar diversos procedimentos técnicos.

Palavras-chave: Estágio, Manutenção, Papel.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apresentar de maneira breve a experiência adquirida com a realização do estágio obrigatório realizado na empresa Trombini Embalagens S/A na cidade de Fraiburgo-SC. O estágio foi desenvolvido na área de manutenção da empresa, setor que é responsável por manter em condições de funcionamento todos os equipamentos da empresa, e para isso demanda de uma série de procedimentos e atividades de manutenção que são realizadas diariamente pelos mantenedores da empresa. A escolha deste setor em específico da empresa se deu devido a possuir o maior contato com as atividades que um engenheiro mecânico pode desempenhar trabalhando na manutenção de uma grande companhia.

MANUTENÇÃO INDUSTRIAL

Segundo Almeida (2014), a palavra manutenção deriva do latim *manus tenere*, que em tradução livre significa “manter o que se tem”, porém de acordo com alguns órgãos certificadores o conceito de manutenção é descrito de outra maneira, mas sempre enfatizando a preocupação com o bom funcionamento das máquinas e equipamentos.

Podemos entender manutenção industrial como o conjunto de cuidados e procedimentos técnicos necessários ao bom funcionamento e também ao reparo de máquinas, equipamentos, peças, moldes e ferramentas (ALMEIDA 2014, p. 15).

Segundo Kardec e Nascif (2009) a manutenção pode ser aplicada de várias maneiras de modo que os tipos de manutenção podem ser considerados políticas de manutenção desde que seja aplicada consoante a uma decisão gerencial, com base no quesito técnico e econômico.

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Relatório de Estágio da 10ª fase do curso de engenharia mecânica.

² Acadêmico do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora, Mestre do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

A manutenção é um conceito que não se faz presente somente em máquinas e equipamentos que já estão em funcionamento, é muito necessária também na concepção de um projeto, pois a disposição das peças deve obedecer algumas premissas para facilitar manutenções futuras do projeto acabado (ALMEIDA 2014).

De acordo com Pereira (2010) atualmente se exige uma alta eficiência operacional e devido a isso tem-se menos tempo para reparos em equipamentos. Deste modo a responsabilidade recai sobre a área de manutenção para que identifique a origem da falha e não somente trabalhe sobre seus efeitos.

Manutenção trata-se ações que se dão com o objetivo de manter ou reestabelecer um bem a um estado operacional específico. Porém com o avanço do tempo a manutenção obteve várias inovações que resultou em um novo paradigma (MOUBRAY, 1999 apud SOUZA, 2008).

MANUTENÇÃO CORRETIVA

Segundo Xavier (2003 apud OTANI, 2008) manutenção corretiva é definida na atuação para corrigir uma falha ou o desempenho inferior ao que se espera. Deriva do termo “corrigir”. E é dividido geralmente em duas fases:

- Manutenção corretiva não planejada – é a correção de uma situação que surgiu e reduziu o desempenho do equipamento, podendo ser uma falha total ou parcial. Esse tipo de manutenção gera um alto custo, pois, causa paradas de produção e, devido a isto, os danos aos equipamentos acabam sendo maiores (XAVIER, 2003 apud OTANI, 2008).
- Manutenção corretiva planejada – é o conserto ou correção que se faz devido a algum apontamento oriundo de inspeções preditivas, ou até mesmo pela decisão gerencial de se trabalhar até o equipamento apresentar uma falha (XAVIER, 2003 apud OTANI, 2008).

Quando uma empresa opera a manutenção na sua maior parte na modalidade corretiva não planejada, o seu departamento de manutenção é gerido pelas falhas dos equipamentos e o desempenho empresarial da organização fica refém dos ativos que podem quebrar a qualquer hora. Na manutenção corretiva o tempo médio entre falhas é aleatório de modo que não se pode saber quando o equipamento irá apresentar problemas (KARDEC; NASCIF, 2009).

MANUTENÇÃO PREVENTIVA

De acordo com Kardec e Nascif (2009), a manutenção preventiva trata-se do inverso da corretiva, pois esta procura evitar a ocorrência de falhas, de modo que seu maior objetivo seja prevenir falhas. Em setores como o da aviação por exemplo a manutenção preventiva é essencial para determinados componentes pois o quesito segurança é o mais importante.

Buscando evitar as paradas inesperadas por quebra de equipamentos, desenvolveu-se com base no estudo das falhas dos equipamentos, os dados de expectativa de vida útil dos componentes informado pelos fabricantes, foi possível planejar um cronograma de paradas programadas para manutenções preventivas nos equipamentos, de modo que as peças sofrem manutenção ou são substituídas antes de apresentarem problemas (ALMEIDA, 2014).

Manutenção preventiva é manutenção planejada e controlada, realizada em datas predeterminadas, de modo a manter a máquina ou equipamento em corretas condições de funcionamento e conservação, evitando paradas imprevistas. O planejamento é possível utilizando-se da documentação das

operações de manutenção corretiva e informações sobre a vida útil das peças fornecidas pelo fabricante (ALMEIDA, 2014, p.17)

A atuação realizada com intuito de reduzir as falhas ou a queda de desempenho de uma máquina ou equipamento, obedecendo a um planejamento periódico e preestabelecido, traz uma tranquilidade na operação da produção. Um dos pontos a se levar em conta para se conseguir uma boa preventiva é a determinação da periodicidade, pois utilizando os intervalos menores que o necessário, obtém-se paradas e substituição de componentes sem necessidade. Por isso é essencial a correta determinação dos prazos para as intervenções (XAVIER, 2003 apud OTANI, 2008).

MANUTENÇÃO PREDITIVA

A manutenção preditiva trabalha sobre o princípio de que é possível identificar as reais condições de funcionamento da máquina ou equipamento. “De acordo com dados obtidos a partir de fenômenos apresentados por ela quando alguma peça começa a se desgastar ou quando alguma regulagem é necessária” (ALMEIDA, 2014, p.23).

A melhor forma de definir a manutenção preditiva é usando o termo “predizer”. Esse é o foco da manutenção preditiva, prever as falhas antes que causem a perda de função de um equipamento ou sistema, para isso é feito o acompanhamento de diversos parâmetros, o que permite a operação ininterrupta do equipamento. Este modo de manutenção privilegia a “disponibilidade” devido a não promover intervenções nos equipamentos em operação, sem necessidade (OTANI, 2008).

De acordo com Xavier (2003 apud OTANI, 2008) manutenção preditiva consiste em acompanhar os parâmetros de trabalho de um equipamento o que permite conhecer o seu desempenho operacional, visando a definir a necessidade de intervir ou não no equipamento. Quando a intervenção no equipamento se dá oriundo de uma demanda preditiva, a manutenção realizada é chamada de Manutenção Corretiva Planejada ou CBM (*Condition Based Maintenance*). Essa manutenção corrige as falhas antes que causem uma perda de função, conseqüentemente permite que os equipamentos operem por um período maior sem a necessidade de parar e que a intervenção aconteça baseado em dados concretos e não em suposições.

Este tipo de manutenção ocorre baseado em inspeções periódicas, onde são avaliadas medidas como temperatura, ruído, vibração e outros sinais que o equipamento pode demonstrar quando começa a se desgastar. A análise dos dados colhidos permite o planejamento de troca dos componentes no momento correto de modo que se aproveita melhor a vida útil do equipamento pois substitui-se apenas peças defeituosas ou avariadas (ALMEIDA, 2014).

METODOLOGIA

No início das atividades de estágio, o qual ocupou uma carga horária de 240 h, e realizou-se de segunda a sexta com um total de 6h diárias, solicitou-se a empresa para que o estágio fosse feito na área de manutenção industrial, pois acredita-se que é a área em que mais encontraria similaridades com o conteúdo estudado no curso de engenharia mecânica.

A empresa Trombini possui de fato um parque fabril grande com diversas oportunidades para acompanhamento no decorrer do estágio. Devida a produção de papel ser um processo de transformação muito grande, a unidade da empresa na cidade de Fraiburgo SC possui diversos setores, os quais contam com diversos tipos de equipamentos pertencentes a variados tipos de processo. Para um acadêmico de engenharia mecânica, a possibilidade de acompanhar a manutenção mecânica dos equipamentos da fábrica possibilita grande aquisição de conhecimento.

Em conversa com o supervisor de manutenção da empresa, foi definido que durante o primeiro mês de estágio seria feito um acompanhamento nos setores de planejamento e programação da manutenção, setor de manutenção preditiva, e também atividades da manutenção mecânica industrial mais voltadas a área de produção de papel, de modo que o acompanhamento das atividades da manutenção mecânica da área de utilidades, revisão de equipamento e engenharia se daria na segunda parte do período de estágio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o período de estágio, através das várias situações observadas, foi possível distinguir e correlacionar os pontos em que a manutenção da empresa está de acordo com o referencial pesquisado e os pontos em que difere. Como principal ponto a ser citado como positivo e exatamente de acordo como a bibliografia, pode-se citar a manutenção preditiva da empresa pois esta ocorre de forma muito similar ao que cita Kardec e Nascif (2009), os métodos preditivos que a empresa utiliza permitem de fato a melhoria no sistema de manutenção, pois permitem a identificação de defeitos em equipamentos que podem ser corrigidos antes de que ocorra uma falha.

Foi possível também através do acompanhamento da rotina do setor de planejamento e programação da manutenção da empresa, conhecer os procedimentos e as funções do PCM que é responsável por providenciar todos os recursos que uma atividade necessita para ser executada, bem como planejar como a atividade deve ser executada e também quando será realizada. Foi possível também conhecer o funcionamento dos sistemas informatizados da empresa os quais são indispensáveis para o desempenho das atividades diárias da manutenção, pois é através dos sistemas que se encontra o histórico de manutenção do equipamento, a lista de peças e também é através de sistema que se faz todo o tratamento necessário aos materiais da manutenção, como providenciar peças e recursos para a manutenção, bem como mandar equipamentos para conserto externo.

Durante a passagem feita na oficina da manutenção da produção, foi possível identificar e acompanhar a rotina da revisão de equipamentos que é feita pelos mecânicos da fábrica, geralmente manutenção em bombas centrífugas, conjuntos mecânicos, caixas de redução, macacos mecânicos e demais equipamentos que a fábrica possui, e para este setor foi possível sugerir uma maneira nova de organização, com intuito de melhorar e otimizar a rotina da manutenção, foi sugerido que seja feita a peritagem do equipamento, para levantar a situação do equipamento, providenciar todos os recursos que o equipamento necessita para sua revisão para que assim que tudo estiver disponível seja feito a programação de montagem do equipamento. Trabalhando dessa forma pretende-se aproveitar melhor o tempo dos manutentores pois trabalharão em mais equipamentos e terão na maioria dos casos tudo providenciado pela equipe de planejamento para que a manutenção ocorra da maneira mais eficiente possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do desenvolvimento deste trabalho foi possível acompanhar o setor de manutenção da empresa, de modo que se obteve conhecimento do funcionamento organizacional do setor de manutenção, conhecendo um pouco de cada um dos principais processos que a manutenção possui.

Foi possível também identificar e correlacionar a pesquisa realizada com a realidade encontrada na empresa, e através disso sugerir até uma nova maneira para organizar a revisão de equipamentos. Durante o período de estágio foi vivenciado a rotina de manutenção da empresa onde pode se perceber e conhecer na prática diversos processos e procedimentos estudados em sala de aula. Levando em conta os objetivos traçados no início do estágio, no final das 240 horas conclui-se que foram alcançados os objetivos propostos com o desenvolvimento destas atividades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a empresa Trombini Embalagens S/A em especial a unidade de Fraiburgo-SC por permitir o desenvolvimento das atividades de estágio dentro do seu parque fabril e pelo total acesso e atenção recebida pela equipe de manutenção que facilitou e tornou este estágio uma experiência enriquecedora para minha vida profissional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Samuel de. **Manutenção mecânica industrial**: conceitos básicos tecnologia aplicada. São Paulo: Érica, 2014.

KARDEC, Alan; NASCIF, Julio. **Manutenção**: função estratégica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009

OTANI, Mario. A proposta de desenvolvimento de gestão da manutenção industrial na busca da excelência ou classe mundial, **Revista Gestão Industrial**, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, n 02, p. 01-16,2008.

PEREIRA, Mário Jorge da Silva. **Técnicas avançadas de manutenção**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

SOUZA, Rodrigo de Queiroz. **Metodologia e desenvolvimento de um sistema de manutenção preditiva visando à melhoria da confiabilidade de ativos de usinas hidrelétricas**. Universidade de Brasília, 2008.

PROJETOS INTEGRADORES

DESEQUILÍBRIO ENTRE CÁLCIO E MAGNÉSIO NA SOLUÇÃO NUTRITIVA PROMOVE PODRIDÃO APICAL EM FRUTOS E BAIXA TAXA DE TRANSPORTE DE ELÉTRONS EM FOLHAS DE TOMATE¹

Adriano Coser, adriancoser.ac@gmail.com²

André Pazin, andre.luizpazin@gmail.com²

Eduardo Matheus Stolte, eduardomatheusstolte@gmail.com²

Mateus Baldissera, baldisseramateus@gmail.com²

Leandro Hahn, leandrohahn@epagri.sc.gov.br³

Resumo- O objetivo deste trabalho é avaliar concentrações de cálcio e magnésio na cultura do tomate, em cultivo protegido. Em solução de Hoagland & Arnon ajustada para tomate, testou-se as concentrações de Ca e Mg (em meq): 10:2; 9:3; 8:4; 6:6; e 4:8. Após 60 dias de cultivo, avaliaram-se variáveis de crescimento, produção, teores de Ca e K na solução da folha, teores relativos de clorofila e parâmetros da fotossíntese das plantas. A concentração Ca:Mg na solução nutritiva de 4:8 meq aumenta o número e a massa de frutos de tomate com podridão apical e diminui os teores de Ca na solução da folha e a taxa de transporte de elétrons. Dessa forma, o tomaticultor deve buscar o uso de soluções nutritivas que tenham uma concentração mais equilibrada destes dois elementos para a obtenção de frutos de alta qualidade.

Palavras-chaves: *Lycopersicon esculentum* Miller. Solução da folha. Taxa de transporte de elétrons. Podridão apical.

INTRODUÇÃO

Atualmente o estado de Santa Catarina está entre os 7 maiores produtores de tomate no Brasil e a região de Caçador é a maior produtora de tomate do estado, com uma produção de 76,6 mil t, em 918 ha na safra 2018/2019 (EPAGRI, 2019). A ampla maioria dos cultivos é a campo, no solo. Nesse sistema, anualmente, as áreas precisam ser novas; e muitos produtores estão tendo dificuldade de áreas novas, inviabilizando o cultivo de tomate nesse sistema.

Vislumbra-se o cultivo protegido como alternativa aos tomaticultores da região. Este sistema de cultivo visa aumentar a produtividade e a qualidade dos frutos. O período de colheita pode ser prolongado por seis a sete meses, o que proporciona maior produtividade, obtenção de frutos de melhor aparência e qualidade, com maior rentabilidade e compensação do investimento inicial (MEDEIROS et al., 2005).

Em cultivo protegido, os nutrientes são fornecidos às plantas via solução nutritiva, a qual deve ter concentrações adequadas para obter o máximo de rendimento de frutos. O objetivo deste trabalho é avaliar diferentes concentrações de cálcio (Ca) e magnésio (Mg) na cultura do tomate em cultivo protegido.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Ca e o Mg são dois nutrientes essenciais para o crescimento e desenvolvimento do tomate. Mg é o mais abundante cátion divalente no citosol de

¹ Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Agronomia.

² Acadêmicos do Curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

³ Professor de Agronomia da Uniarp e Pesquisador da Epagri, Estação Experimental de Caçador-SC.

células vegetais e participa de vários processos fisiológicos (LI et al., 2001). Mg regula a atividade de enzimas, fotossíntese, síntese de proteínas, metabolismo de lipídios e alocação de carboidratos em plantas (VERBRUGGEN & HERMANS, 2013). Consequentemente, deficiência de Mg restringe severamente o crescimento e produção de plantas. Ca é o maior constituinte da parede celular vegetal, a qual ajuda a manter sua integridade e permeabilidade, aumenta a germinação de pólen e ativa inúmeras enzimas da mitose, divisão, alongação celular, e afeta a qualidade de frutos (JONES, 1999).

Suficiente suprimento de Mg e Ca na solução nutritiva pode promover incremento de rendimento e qualidade de frutos. No entanto, há algumas desordens fisiológicas que ocorrem apesar de um bom programa nutricional como é o caso da podridão apical (PA), rachaduras e manchas em frutos. A PA é relacionada por vários autores com deficiência de Ca (TAYLOR; LOCASCIO, 2004) ou pela interação entre Ca e Mg (FRANCO et al., 1999). Diante disso, nutricionistas estão focados em um novo desafio de entender as interações entre Ca e Mg no tomate e investigar seus efeitos no crescimento das plantas, produção e ocorrência de distúrbios fisiológicos.

MATERIAIS E MÉTODOS

O experimento foi conduzido em casa de vegetação da Uniarp, localizada em Caçador – SC. O delineamento utilizado foi inteiramente casualizado, com quatro repetições. Plantas de tomate do cultivar Paron, foram submetidas a cinco tratamentos com distintas concentrações de cálcio e magnésio (Ca:Mg) na solução nutritiva de Hoagland & Arnon ajustada para tomate (em meq): 10:2; 9:3; 8:4; 6:6; e 4:8. O tratamento com concentração Ca:Mg de 8:4 é o recomendada para o tomate.

Uma muda foi transplantada por vaso de 8,0 L, preenchido com uma mistura 2:1 de areia e vermiculita. A solução nutritiva foi adicionada desde o plantio das mudas conforme a necessidade das plantas. Aos 60 dias após o plantio, as plantas foram avaliadas para altura de plantas, número de folhas, inflorescências e frutos. As plantas foram separadas em folhas, caule e frutos e determinada a massa seca destas partes após secagem em estufa a 65 °C. O diâmetro do caule foi medido logo abaixo da inserção do primeiro cacho. Todos os frutos foram pesados para determinação da produção e presença de distúrbios fisiológicos por planta e o peso médio de frutos. Da folha diagnóstica (4ª folha a partir do ápice completamente expandida) cortou-se um segmento de 6 cm do pecíolo que foi espremido para obtenção da solução do pecíolo. Com uso de medidores de íons específicos determinou-se os teores de cálcio e potássio. Mediu-se com uso de clorofilômetro, o teor relativo de clorofila em cinco folíolos da folha diagnóstica.

A avaliação das trocas gasosas foi realizada no período de 09 h e 30 min às 12 h da manhã, na folha diagnóstica. Para tanto, utilizou-se um analisador de gás infravermelho IRGA LI-6400XT (LI-COR, Lincoln, EUA) com fluxo de ar de 400 mL min⁻¹, fonte de luz acoplada de 1.000 μmol m⁻² s⁻¹ com concentração constante de CO₂ (400 ppm), na temperatura e umidade ambiente. Na ocasião foram mensuradas a condutância estomática (mol de H₂O m⁻² s⁻¹), taxa de assimilação líquida de CO₂ (μmol de CO₂ m⁻² s⁻¹) e a eficiência fotoquímica (eficiência quântica do fotossistema II). Determinou-se ainda a taxa de transporte de elétrons (ETR) do fotossistema II.

Os dados foram submetidos à análise de variância (ANOVA). Todas as análises foram implementadas usando o programa "R", versão 3.0.3 (Team RDC, 2014) ao nível de 5% de significância. Como teste de separação de médias foi utilizado Tukey (P<0,05).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As concentrações de Ca:Mg na solução nutritiva não tiveram efeito sobre o crescimento, número e produção de frutos/planta e massa média/fruto (Tabela 1 e Figura 1). Provavelmente as quantidades dos dois elementos fornecidos às plantas, apesar de diferentes concentrações, foram suficientes para sustentar seu crescimento. Adicionalmente, os nutrientes podem ter se acumulado no substrato, já que o fornecimento da solução nutritiva era de acordo com as necessidades diárias, sem drenagem da solução.

Tabela 1 - Massa seca de folhas (MSF), massa seca do caule (MSC), massa seca total (MST=MSF+MSC), massa seca de frutos (MSF), massa seca total da parte aérea (MSTPA), altura (A), diâmetro do caule (DC), número de inflorescências (NI) e número de folhas (NF) de plantas de tomate submetidas a diferentes concentrações de Ca e Mg na solução nutritiva.

Concentração de Ca:Mg (meq)	MSF MSC MST MSF MSTPA					A	DC	NI	NF
	g					cm	mm	-	-
8:4	74,7	39,4	114,2	34,4	148,6	122,3	13,5	5,0	21,3
10:2	77,65	44,8	122,4	35,8	158,2	129,5	14,0	5,0	20,8
9:3	79,2	40,0	119,2	43,5	162,7	130,5	14,5	5,0	20,5
6:6	75,2	32,6	107,8	32,2	140,0	123,3	13,1	5,0	20,5
4:8	77,1	36,8	113,9	38,9	152,9	133,0	13,9	5,0	21,8
F-teste	0,95	0,15	0,53	0,46	0,40	0,52	0,52	0,43	0,80
CV (%)	11,8	16,4	10,7	24,2	11,1	8,1	8,2	4,4	8,2

No tratamento com solução nutritiva com concentração de Ca:Mg de 4,0:8,0 meq, verificou-se a ocorrência de podridão apical (PA) (2,25 frutos planta⁻¹) e 44,1 g de massa de frutos planta⁻¹ com esse distúrbio (Tabela 2). Segundo Arruda Jr et al. (2011) as baixas quantidades de Ca provocam desequilíbrio nas concentrações do mesmo nos tecidos, acarretando na falha de transporte desse íon, que faz com que as plantas apresentem menor produção e aparecimento de PA. O suprimento adequado de Ca é essencial para a firmeza e vida útil do fruto, com maiores concentrações de Ca na solução nutritiva, tem-se maiores frutos, acarretando em maiores rendimentos totais e de frutos comercializáveis (NZANZA, 2006). A ocorrência de PA se relaciona com a quantidade de frutos, visto que quanto mais frutos, maior será a demanda de Ca. Apesar de não haver diferença no número de frutos entre os tratamentos, acredita-se que o desequilíbrio no fornecimento de Ca e Mg do tratamento Ca:Mg de 4:8 determinou a ocorrência deste distúrbio fisiológico.

As concentrações de Ca na solução da folha decresceram com a diminuição da concentração de Ca na solução nutritiva, com menores concentrações obtidas no tratamento com 4:8 meq de Ca:Mg (17,3 mg L⁻¹) e maiores concentrações no tratamento com 10:2. Já as concentrações de K na solução da folha não tiveram efeito dos tratamentos, resultado semelhante observado por Bar-Tal & Pressman (1996).

O teor relativo de clorofila, taxa de assimilação líquida de CO₂, condutância estomática e eficiência fotoquímica não apresentaram efeito das concentrações de Ca e Mg na solução nutritiva (Tabela 3). No entanto, a taxa de transporte de elétrons (ETR) foi menor no tratamento com relação Ca:Mg 4:8 (171,9 μmol m⁻² s⁻¹) em relação ao tratamento com uma concentração 9:3 (200,7 μmol m⁻² s⁻¹). Como a ETR é uma medida do estresse da planta, as plantas deste tratamento, com baixo suprimento de Ca, apresentaram um comportamento fisiológico que poderá se expressar em menor crescimento e produção de frutos, caso as plantas fossem cultivadas por um maior período de tempo.



Figura 1 – Plantas de tomate submetidas a diferentes concentrações de Ca e Mg na solução nutritiva.

Tabela 2 - Número de frutos planta⁻¹ (NFP), produção de frutos planta⁻¹ (PFP), massa média fruto⁻¹ (MMF), número de frutos com podridão apical (NFPA), massa frutos podridão apical (MFPA) de plantas de tomate submetidas a diferentes concentrações de Ca e Mg na solução nutritiva.

Concentração de Ca:Mg (meq)	NFP	PFP	MMF	NFPA	MFPA
	-	g	g	-	g
8:4	18,25	688,75	37,93	0,0 b	0,0 b
10:2	17,75	646,25	36,55	0,0 b	0,0 b
9:3	15,25	669,00	43,94	0,0 b	0,0 b
6:6	16,50	630,25	39,12	0,0 b	0,0 b
4:8	18,50	668,75	37,02	2,25 a	44,1 a
F-teste	0,24	0,42	0,36	0,00	0,00
CV (%)	12,70	6,70	14,10	121,10	104,20

Letras diferentes mostram diferenças entre tratamentos (Tukey, P<0,05).

Dentre as avaliações fotossintéticas da planta, destaca-se que a TER, a qual indica qual a proporção de luz que foi absorvida pela clorofila associada ao FSII utilizada em atividade fotoquímica. Dessa forma, informa a quantidade de elétrons transportados, sendo um indicativo da fotossíntese (BAKER e ROSENQVIST, 2004). O principal fator determinante de sua eficiência é a habilidade com que os elétrons são removidos da quinona receptora do FSII, que é diretamente relacionado com a taxa de consumo dos produtos do transporte fotossintético de elétrons (ATP e NADPH). Tanto a baixa concentração de Ca, quanto a alta concentração de Mg desse tratamento podem ter diminuído a ETR das plantas.

Tabela 3 - Teores de cálcio (Ca SF) e potássio (K SF) na solução da folha, teor relativo de clorofila (TRC), taxa de assimilação líquida CO₂ (TAL), condutância estomática (CE), eficiência fotoquímica (EF), taxa de transporte de elétrons (ETR), em plantas de tomateiro submetidas a diferentes concentrações de Ca e Mg na solução nutritiva.

Concentração de Ca:Mg (meq)	Ca SF	K SF	TRC	TAL	CE	EF	ETR
	mg L ⁻¹	mg L ⁻¹	-	μmol CO ₂ m ⁻² s ⁻¹	mol H ₂ O m ⁻² s ⁻¹	-	μmol m ⁻² s ⁻¹
8:4	68,8 a	6725,0	62,7	21,	0,16	0,61	197,0 ab
10:2	89,3 a	6700,0	61,4	19,8	0,15	0,60	184,5 ab
9:3	81,8 a	6575,0	61,2	23,2	0,18	0,63	200,7 a
6:6	41,8 ab	7975,0	61,0	22,2	0,14	0,59	188,1 ab
4:8	17,3 b	6925,0	63,6	23,6	0,16	0,59	171,9 b
F-teste	0,00	0,06	0,91	0,79	0,96	0,61	0,02
CV (%)	39,30	9,70	7,20	21,40	43,20	6,50	6,20

Letras diferentes mostram diferenças entre tratamentos (Tukey, P<0,05).

Altas concentrações de Ca em solução nutritiva de tomate (300 mg L⁻¹) aumentaram o rendimento de frutos e reduziram a incidência de podridão apical e frutos manchados quando comparados com baixas concentrações de Ca (150 mg

L⁻¹). Altas concentrações de Ca reduziram a firmeza de frutos, porém, não afetaram tamanho de frutos e a fotossíntese de folhas. Plantas crescidas em 20 mg L⁻¹ de Mg mostraram clorose foliar em folhas inferiores e centrais na planta após oito semanas de cultivo, as quais apresentaram 50% de redução na fotossíntese (HAO & PAPADOPOULOS, 2002). Como o experimento foi conduzido durante 60 dias, acredita-se que uma condução por um período maior de tempo poderia apresentar diferenças mais consistentes entre os tratamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concentração Ca:Mg na solução nutritiva de 4:8 meq aumenta o número e a massa de frutos de tomate com podridão apical e diminui os teores de Ca na solução da folha e a taxa de transporte de elétrons. Dessa forma, o tomaticultor deve buscar o uso de soluções nutritivas que tenham uma concentração mais equilibrada destes dois elementos para a obtenção de frutos de alta qualidade.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA JÚNIOR, S. J.; BEZERRA NETO, E.; BARRETO, L.P.; RESENDE, L. V. Podridão apical e produtividade do tomateiro em função dos teores de cálcio e amônio. **Revista Caatinga**, v. 24, n. 4, p. 20-26, 2011.
- BAKER, N.R.; ROSENQVIST, E. Applications of chlorophyll fluorescence can improve crop production strategies: an examination of future possibilities. **Journal of Experimental Botany**, v. 55, n.403, p. 1607–1621, 2004.
- BAR-TAL, A.; PRESSMAN, E. Root restriction and potassium and calcium solution concentrations affect dry-matter production, cation uptake, and blossom-end rot in greenhouse tomato. **Journal of American Society Horticultural Science**. v.121, n.4, p. 649–655. 1996.
- FRANCO, J.A.; PEREZ-SAURA, P.J.; FERNANDEZ, J.A.; PARRA, M.; GARCIA, A.L. Effect of two irrigation rates on yield, incidence of blossom-end rot, mineral content and free amino acid levels in tomato cultivated under drip irrigation using saline water. **Journal of Horticulture Science and Biotechnology**. v.74, p.430-435, 1999.
- HAO, X.; P. PAPADOPOULOS, A. Effects of calcium and magnesium on growth, fruit yield and quality in a fall greenhouse tomato crop grown on rockwool. **Agriculture and Agri-Food Canada**, v.83, p. 903-912, 2002.
- JONES, J.B. **Tomato plant culture**: In the field, greenhouse, and home garden. CRC Press LLC, Florida. 11-53, 1999.
- LI, L.; TUTONE, A.F.; DRUMMOND, R.S.M.; GARDNER, R.C.; LU, N. S. A novel family of magnesium transport genes in Arabidopsis. **The Plant Cell**, v.13, p.2761–2775, 2001.
- MEDEIROS, M. A. D.; BÔAS, G. L. V.; CARRIJO, O. A.; MAKISHIMA, N.; VILELA, N. J. **Manejo Integrado da Traça-do-tomateiro em Ambiente protegido**. Brasília: Embrapa, 2005, v.36 (Circular Técnica)
- NZANZA, B. **Yield and quality of tomato as influenced by differential Ca, Mg and K nutrition**, Faculty of Natural and Agricultural Sciences University of Pretoria, p. 1-103, 2006.
- TAYLOR, M.D.; LOCASCIO, S.J. Blossom-End Rot: A calcium deficiency. **Journal of Plant Nutrition**. v.27, p. 123-139. 2004.
- VERBRUGGEN, N.; HERMANS, C. Physiological and molecular responses to magnesium nutritional imbalance in plants. **Plant and Soil**. v. 368, n.1-2, 2013.

FABRICAÇÃO DE COROA PARA REDUTOR DE VELOCIDADE¹

Amanda Lavínia de Souza da Silva, amanda.souza@uniarp.edu.br²
 Giovani Magalhães dos Reis, giovani_reis@estudante.sc.senai.br³
 Pablo Eduardo Alves Ramos, pabloalves380@gmail.com⁴
 Roberto Cavaletti, robertocavaletti@live.com⁵
 Rodrigo Carlos Gabiatti, rodrigogabiatti@outlook.com⁶
 Mayne Francieli Gonçalves, mayne@uniarp.edu.br⁷

Resumo- O presente trabalho tem como objetivo colocar em prática uma das diversas aplicações das ligas de bronze, dessa forma, foi desenvolvido uma coroa para um redutor de velocidade presente em uma serra fita, fabricado com o material, bronze TM 23. A peça foi projetada para a substituição da coroa original, responsável pelo controle de velocidade e modificação do ângulo de trabalho da máquina. Para a realização deste trabalho foram contemplados estudos acerca do material bronze, material este, escolhido para a realização da peça, bem como processo de usinagem. A mesma foi projetada no software Solid Works 2020, e fabricada pelo torno mecânico modelo Imor MVS 250, Plaina Rocco-700/2 e Geradora de engrenagens TOS Renânia FO-6. Como resultado, obteve-se a coroa de substituição, utilizada na serra fita de modelo Manrod Mr 122, possibilitando assim, a continuidade do bom funcionamento da máquina.

Palavras-chave: Bronze. Usinagem. Redutor.

INTRODUÇÃO

A liga de bronze TM 23 é comumente empregada na fabricação de peças que necessitam maior resistência a corrosão possuindo excelente soldabilidade, dentre suas muitas aplicações, destacam-se a fabricação de engrenagens, coroas, buchas para prensas, casquilhos, entre outros (SHOCKMETAIS, 2020). Dessa forma, foi escolhido para o presente estudo como material adequado para a confecção da coroa de substituição do redutor de velocidade.

Os redutores de velocidade, são mecanismos responsáveis pela transmissão de energia mecânica de um sistema para outro. Alternando sua velocidade e modificação do ângulo de trabalho das peças (SILVA, 2013).

O presente trabalho tem como principal objetivo aliar todo o conhecimento obtido sobre o material bronze, com a prática de uma usual aplicação fabril, onde por meio dos processos de pesquisa, projeção e confecção da peça, foram possíveis analisar histórico, características, tecnologias e aplicações, de uma das ligas metálicas mais antigas já utilizadas pelo homem (ALMEIDA 2018).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de: Projeto Integrador da 2ª fase dos cursos de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica.

² Acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora, Mestre dos cursos de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica. da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

BRONZE

O bronze é um material muito conhecido, sempre é encontrado em diversos equipamentos e máquinas de parques fabris das indústrias de diferentes setores, o bronze é uma liga metálica composta pela mistura entre cobre e estanho, sendo assim, não é encontrado de forma pura na natureza. Não possuindo então, um processo de extração propriamente dito. O bronze é uma das ligas mais antigas que se tem conhecimento, a fabricação do bronze iniciou-se a mais de 3000 anos, e essa época ficou conhecida como a idade do bronze (ALMEIDA, 2018).

A composição da liga metálica de bronze constitui-se basicamente de 60% cobre (Cu) e estanho (Sn), e dependendo da sua aplicação, pode ter outros constituintes (ALMEIDA, 2018). Quanto maior for a percentagem de estanho, conferida a liga de bronze, maior sua resistência (OLIVEIRA, 2011), os bronzes comerciais variam de 2 a 10% de estanho, para fundição podendo chegar a 11%, como também para este percentual o material pode ser trabalhado a frio, sendo mais resistentes a tração e escoamento. Outros materiais usualmente adicionados a estas ligas são fósforo (P), zinco (Zn), e Chumbo (Pb), o fósforo e o chumbo também são adicionados para maior resistência mecânica, enquanto o zinco atua como desoxidante, isso é, prolonga a durabilidade quanto a corrosão dos mesmos (CHIAVERINI, 1986).

USINAGEM

O Processo de usinagem pode ser caracterizado como meio de transformação da matéria, pela atividade de remoção de material, por cisalhamento considerada a forma mais tradicional pelos processos de fresamento, alargamento, torneamento, etc. como também, há a forma não tradicional onde são empregadas formas não muito utilizadas, como por exemplo laser, feixe de elétrons, reações químicas, etc (SALES; SANTOS, 2007).

Lembrando que todo o processo onde haja a remoção de cavaco por cisalhamento, é chamado de usinagem. É chamado de cavaco os resíduos dos processos de usinagem (SALES; SANTOS, 2007).

A usinagem é o método de fabricação mais popular no mundo compreende uma cadeia de etapas muito complexas e imprevisíveis pelo fato da dificuldade de se obter com precisão condições ideais de corte, porém quando descobertas e alinhadas ao processo de corte, seu uso é economicamente viável e a máquina que o realiza, trabalha praticamente sem intervenções (MACHADO; et al, 2009).

METODOLOGIA

O método de pesquisa abordado, foi o bibliográfico, caracterizando a pesquisa como descritiva qualitativa. Os dados obtidos para a confecção do trabalho foram retirados de livros, sites, revistas eletrônicas e tabelas de fabricantes. Todos acerca do material bronze e sobre os processos que compreendem a usinagem.

Para a confecção da peça, o projeto adotou as seguintes dimensões, conforme Tabela 1.

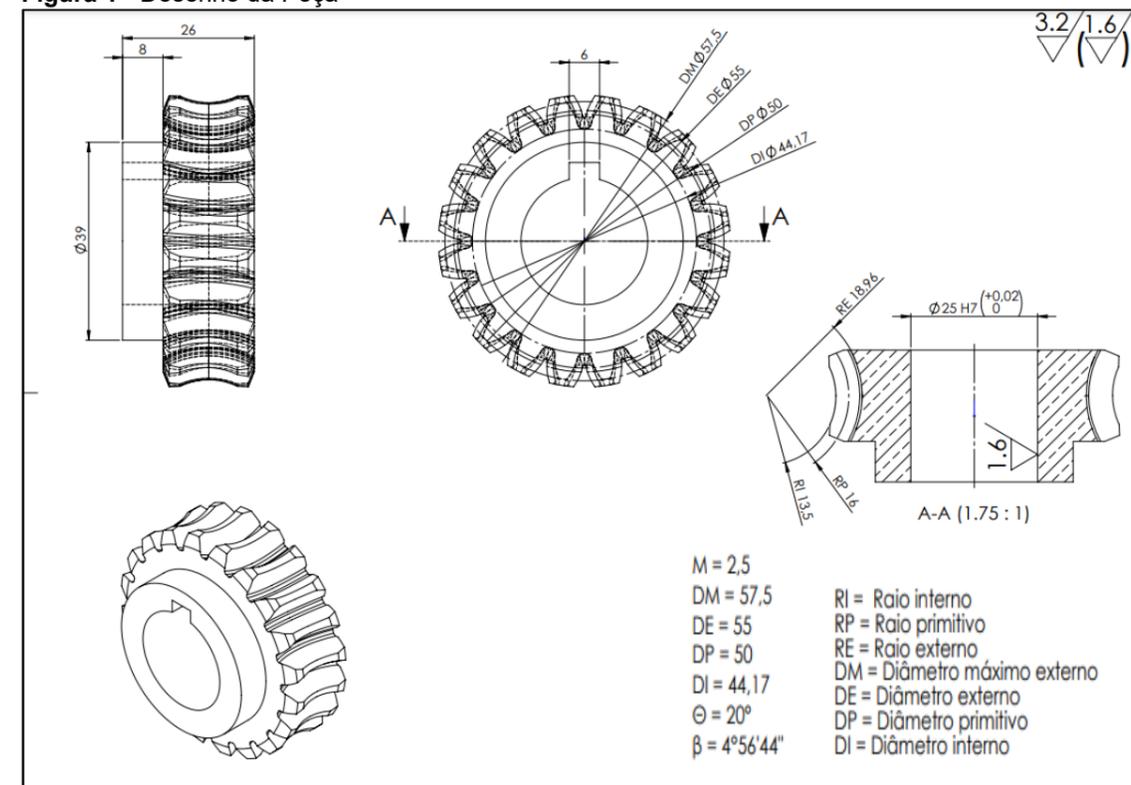
Tabela 1 - Especificações do projeto

Nomenclatura	Dimensão
Diâmetro externo	57,5mm
Diâmetro primitivo	50mm
Diâmetro Interno	44,17mm
Número de dentes	20
Módulo	2,5
Largura chaveta	6mm
Altura chaveta	2,8mm
Diâmetro furo	25mm
Largura total	25mm

Fonte: Os autores (2020)

Tais especificações foram projetadas com o auxílio do software Solid Works 2020, conforme demonstrados na Figura 1.

Figura 1- Desenho da Peça



Fonte: Os autores (2020).

Com a definição da peça, deu-se início a fabricação do redutor de velocidade, para isso foi escolhido o material Bronze TM 23 Bucha 2" x 1/2" x 26 mm.

Na Tabela 2 é apresentado a composição química do Bronze TM 23 conforme descrito pelo fabricante.

Tabela 2 - Composição química do Bronze TM 23 (%)

Zn	Pb	Sn	Fe	Ni	Cu
7,3113	14,6403	3,9788	0,7194	0,3793	72,64

Fonte: UF Bronze (2020).

Para fabricar a peça, primeiramente foram efetuados os furos de desbaste, processo este que consiste na remoção de material sobressalente, no centro da peça com diâmetro 24 mm, e desbaste externo visando também retirada de material sobressalente.

Após este processo houve a substituição de ferramentas do torno para ferramentas de acabamento interno e acabamento externo. Usinando o furo para ficar com 25 mm na parte interna, e na parte externa deixando a peça com 57 mm de diâmetro, também foi usinado um côncavo com raio de 13.5 mm na parte externa da peça.

Houve novamente substituição de ferramenta para uma de “sangramento” onde a peça foi cortada para obter-se uma espessura de 26 mm.

Após isto a peça foi para um equipamento chamado plaina, nesse processo foi aberto um canal com largura de 6 mm e 3 mm de profundidade, este canal é conhecido como chaveta, sendo responsável por travar a peça em cima do eixo que será utilizada.

Terminado o processo de usinagem, a peça foi para a geradora de engrenagens para fresar os dentes, procedimento este feito em empresa de usinagem do município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todas as etapas de usinagem para a confecção da peça foram trabalhadas a frio, e ao decorrer destas etapas, a barra de bronze TM 23 não apresentou nenhuma ruptura em sua estrutura, sendo assim pode-se afirmar que o material apresenta grande resistência quando cisalhado, sendo um material leve e de fácil manuseio.

Como resultado obteve-se a coroa para o redutor de velocidade, possuindo 25mm de largura total, diâmetro interno de 44,17mm e 20 dentes, em função dos procedimentos de usinagem citados no trabalho. A peça foi acoplada a caixa redutora de uma serra fita mecânica modelo Manrod Mr 122, conforme demonstrado na Figura 2, permitindo o bom funcionamento da máquina.

Figura 2- Redutor de velocidade finalizado e acoplado na caixa redutora



Fonte: Os autores (2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou demonstrar uma aplicação da liga de Bronze, apresentando aspectos relevantes sobre o material a ser estudado. E partindo desses estudos, foi escolhido a melhor tipologia de bronze em função da aplicação proposta. Que visou a fabricação de uma coroa para um redutor de velocidade.

Para o projeto, foram abordados e descritos todos os procedimentos. Inicialmente realizadas pesquisas bibliográficas sobre o material, posteriormente efetuado o projeto da peça com auxílio de software, para conduzir o trabalho de usinagem. Com base nas características apresentadas do material durante os processos de fabricação, constataram que houve êxito na escolha do mesmo, obtendo grandes vantagens de resistência durante o trabalho na peça.

A importância do trabalho foi o conhecimento obtido, onde após muitas pesquisas e discussões acerca do material de escolha, houve também a parte prática podendo avaliar as vantagens do material empregado, para a aplicação a qual foi destinado. Para a realização deste artigo houve o estímulo à pesquisa, bem como conhecer a fundo as características do objeto de estudo e principalmente colocar em prática uma de suas muitas aplicações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Samuel. **Manutenção Mecânica Industrial: Conceitos Básicos e Tecnologia Aplicada**. São Paulo: Érica, 2014.

CHIAVERINI, Vicente. **Tecnologia Mecânica**. 2º ed. São Paulo: Ed McGraw- Hill Ltda, 1986.

MACHADO; et al. **Teoria de usinagem dos materiais**. São Paulo: Ed Blucher, 2009.

OLIVEIRA, MM. **Tecnologia da conservação e da restauração - materiais e estruturas: um roteiro de estudos** [online]. 4th. ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2011. 243 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k8tdh/pdf/oliveira-9788523209230-02.pdf>. Acesso em 24 de Ago. de 2020.

SALES, Wisley Falco; SANTOS, Sandro Cardoso. **Aspectos tribológicos da usinagem dos materiais**. São Paulo: Ed Artliber, 2007.

SHOCKMETAIS. **Tabelas de medidas, pesos e informações técnicas**. Disponível em: <<https://shockmetais.com.br/tabelas/bronze/plig>> Acesso em: 20 ago. 2020.

SILVA, Gustavo Brasília Lopes Martins. **Projeto de um variador de velocidades escalonado tipo bloco deslizante para máquinas operatrizes**. Projeto de Graduação. Escola Politécnica. Curso de Engenharia Mecânica. Rio de Janeiro, 2013.

ESTRATÉGIAS DE MANEJO DE PLANTAS DANINHAS E FLUTUAÇÃO POPULACIONAL DE PRAGAS NA CULTURA DO PESSEGUEIRO¹

Mateus Rech, mateusrech321@hotmail.com²
Leonardo Collet de Souza, leonardocollet14@hotmail.com²
Robson Espit Biudaro, robson-e1@hotmail.com²
Tiago Bertotto, tiagobertotto98@gmail.com²
Elizandro Fochesatto, elizandro@uniarp.edu.br³
Rafael Borges, rborges1977@hotmail.com³

Resumo – O trabalho teve como objetivo avaliar a eficiência das estratégias de manejo de plantas daninhas e a flutuação populacional de pragas no pessegueiro. Os experimentos foram conduzidos no Horto Florestal Municipal de Caçador – SC. As plantas daninhas competem com as plantas cultivadas por nutrientes do solo, água e radiação solar, por isso busca-se a adoção de medidas para reduzir a quantidade de indivíduos e espécies na área. No experimento envolvendo as plantas daninhas, os tratamentos consistiram no manejo com herbicida, capina manual, cobertura com aveia preta e nabo forrageiro e cobertura com maravalha, avaliando-se semanalmente a altura das plantas daninhas germinadas, porcentagem de controle (visual) e massa verde total. Já no experimento monitoramento de pragas, instalou-se a 1,5 m de altura, na parte interna do pomar, armadilhas de monitoramento de mosca-das-frutas, cochonilha-branca-do-pessegueiro e mariposa-oriental, avaliando-se semanalmente a densidade populacional das pragas. A eficiência de controle das plantas daninhas variou entre os tratamentos. Nas armadilhas de monitoramento de *Grapholita molesta* foram capturados 16,5 insetos/armadilha/semana como pico máximo e *Pseudaulacaspis pentagona* 1,3 insetos/armadilha/semana. Conclui-se que a capina manual é o melhor método de controle para invasoras e que nenhuma das pragas amostradas atingiu densidade populacional igual ou superior ao nível de controle previamente estabelecido, não havendo necessidade de aplicação de algum método de controle.

Palavras-chave: Controle de Invasoras. Eficiência de manejo. *Grapholita molesta*. *Pseudaulacaspis pentagona*.

INTRODUÇÃO

Sendo oriunda da China, a espécie *Prunus persica* (L.) Batsch, popularmente conhecida como pessegueiro, é largamente difundida no território brasileiro, sendo responsável por uma produção de 190 mil toneladas em uma área de 17.283 hectares, representando uma produtividade superior a 11 mil toneladas ha⁻¹ (RUFATO et al., 2017). Santa Catarina ocupa a terceira posição no quadro dos estados produtores, correspondendo a 20% da produção nacional (MIGLIORANZA, 2018).

Há uma série de fatores que afetam o desenvolvimento da cultura, como incidência de plantas daninhas, ataque de pragas e doenças no decorrer do ciclo. Por conta disso, o desafio dos profissionais da Agronomia é auxiliar os produtores na condução do pessegueiro, sempre buscando a redução de custos e o incremento da produtividade, visando aumentar a lucratividade para os mesmos.

O presente trabalho tem por objetivo avaliar a eficiência das estratégias de manejo de plantas daninhas e a flutuação populacional de pragas no pessegueiro.

(1) O presente trabalho refere-se ao Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Agronomia.

(2) Acadêmico do Curso de Agronomia, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, SC, Brasil.

(3) Professor, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, SC, Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

No manejo para plantas daninhas, busca-se a adoção de medidas que visem reduzir a quantidade e a proporção das espécies de plantas daninhas presentes na área de interesse (VARGAS & BERNARDI, 2003). As plantas daninhas irão competir com as plantas cultivadas na busca por nutrientes da solução do solo, água e radiação solar (DURIGAN, 2001).

Por apresentar alta eficiência e grande rapidez na execução, o controle químico é o mais utilizado pelos produtores, necessitando menor mão-de-obra para aplicação (MARTINI et al., 2002). Neste sentido Pereira et al. (1981), demonstraram que a aplicação de Diuron e Simazine tem elevado índice de controle de plantas daninhas no pessegueiro.

Devido à alta exigência da população nacional pela produção de frutos livres de agrotóxicos (KESKE, 2004), o controle cultural de plantas daninhas torna-se uma prática fundamental. Em trabalho realizado por Balbinot et al. (2015), mostraram que a adoção de cobertura morta (manejo cultural) em pomares de pessegueiro, tem alta capacidade de inibir o desenvolvimento das plantas daninhas, chegando a atingir controle de 70%.

Com relação ao controle mecânico, as plantas daninhas são eliminadas com uso de enxada. Segundo Vargas & Bernardi (2003), esse tipo de manejo apresenta maior eficiência quando aplicado em plantas daninhas anuais e bianuais presentes na linha de cultivo.

Grande parte dos danos econômicos causados por insetos na fruticultura brasileira é devido ao ataque da espécie conhecida popularmente como moscas-das-frutas (SANTOS et al., 2018). Os danos são causados durante fase larval, devido ao hábito carpóforo, as larvas constroem galerias no interior dos frutos, alimentando-se da polpa e o apodrecendo os mesmos (NAVA; BOTTON, 2010).

Grapholita molesta é o nome científico da popularmente conhecida, mariposa-oriental, considerada uma das principais pragas existente da cultura do pessegueiro. O principal dano é causado pela larva que penetra no fruto, formando galerias em seu interior e se alimentando da polpa (BOTTON et al., 2011).

Pseudaulacaspis pentagona, conhecida como cochonilha-branca-do-pessegueiro, apresenta formas imaturas sem pernas e antenas, mesmo assim, são capazes de se deslocar com movimentos ondulares do corpo (NAVA et al., 2014). O seu dano é resultante da sucção da seiva da planta, reduzindo o vigor e ocasionado rachaduras em troncos e/ou galhos (NAVA et al., 2014).

MATERIAL E MÉTODOS

Foram conduzidos dois experimentos simultaneamente, nos quais foram avaliadas estratégias de manejo de plantas daninhas e amostragem populacional de três pragas da cultura do pessegueiro. Ambos foram instalados no Horto Florestal (26°44'13"S, 50°59'45"O e 966 m de altitude.) localizado no municipal de Caçador – SC. O clima da região caracteriza-se como "Cfb" (subtropical chuvoso com verão ameno), segundo classificação climática de Köppen (1948).

Para o experimento de manejo de plantas daninhas o delineamento experimental utilizado foi de blocos casualizados com cinco tratamentos e quatro repetições. Os tratamentos foram: testemunha (T1), glufosinato de amônia (T2), capina manual (T3), cobertura com massa seca de aveia preta e nabo forrageiro (T4) e cobertura com maravalha (T5). Cada unidade experimental foi composta por uma

área de quatro metros quadrados conforme indicado por MEDEIROS & CARVALHO (2007).

Após a montagem das unidades experimentais foram aplicados os tratamentos. No tratamento 2, utilizou-se o herbicida glufosinato-sal de amônio, na dosagem de 2 L.ha⁻¹, volume de calda de 300 L.ha⁻¹. A aplicação foi efetuada com o uso de um borrifador. O tratamento com a capina manual (T3), foi realizado com enxada. Para o T4, espalhou-se 3 kg/parcela de plantas de aveia preta e nabo forrageiro verdes importadas de área vizinha, com a finalidade de simular a cobertura de solo sob a incidência de plantas daninhas. Todos os tratamentos foram aplicados no dia 19/09/2020, realizando primeiramente a roçada de cada unidade experimental.

Ao todo foram avaliados quatro parâmetros: altura das plantas daninhas, principais espécies presentes na área, eficiência de controle (visual) e massa verde total. As avaliações foram realizadas aos 7, 14, 21, 28 e 35 dias após a aplicação do tratamento (DAT), sendo a massa verde determinada ao final das cinco semanas de avaliação. Os dados foram tabulados e submetidos à análise de variância conforme teste de Scott-Knott a 5% de probabilidade, com auxílio do software SISVAR 5.4.

Com relação ao monitoramento dos insetos, instalou-se armadilhas com intuito de avaliar a flutuação populacional de três principais pragas da cultura do pessegueiro. Para a mosca-das-frutas, foi utilizado uma armadilha do tipo McPhail contendo suco de uva a 25% como atrativo, instalando próxima a bordadura do pomar. Já para a cochonilha-branca-do-pessegueiro, foram instalados três painéis amarelos contendo cola entomológica e para a mariposa-oriental usou-se duas armadilhas delta contendo septo com feromônio sexual, além de uma armadilha com Tortrax (atrativo alimentar). Todas as armadilhas foram alocadas nas plantas de pêssogo, a 1,5 m de altura do solo.

Avaliou-se os insetos capturados aos 7, 14, 21, 28 e 35 dias após a instalação das armadilhas de monitoramento, através da identificação dos exemplares contidos em cada armadilha. A partir desses dados, confeccionou-se um gráfico com a flutuação populacional de cada espécie no decorrer do experimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo do experimento as principais espécies de plantas daninhas identificadas foram: tansagem (*Plantago major*), serralha (*Sonchus oleraceus*), azevém (*Lolium multiflorum*), aveia louca (*Avena factua*), trevo branco (*Trifolium repens*), dente-de-leão (*Taraxacum officinale*) e milhã (*Digitaria horizontalis*).

Com relação à altura das plantas daninhas, nota-se que o tratamento com capina manual (T3) diferiu-se dos demais tratamentos em todos os períodos de tempo analisados, mostrando-se a melhor estratégia a ser utilizada quando visa-se a redução do porte físico das invasoras (Tabela 1). O menor desenvolvimento da invasora, deve-se ao fato de que a capina manual elimina as reservas acumuladas nas folhas e raízes, dificultando a emissão de novas brotações (FONTES & GONÇALVES, 2009).

A eficiência de controle das plantas daninhas foi significativamente diferente entre os tratamentos. A capina manual apresentou a melhor eficiência no controle de plantas daninhas em todas as datas de avaliação (Tabela 2). A provável explicação é a precipitação pluvial de outubro foi de 29,4 mm, abaixo da normal climatológica do mês (206 mm), favorecendo a eficiência de controle da capina manual.

De acordo com a Tabela 2, nota-se que para a massa verde total das plantas daninhas, o T2 e T3 foram os que tiveram o menor acúmulo de massa verde total.

Também observa-se a estreita relação entre eficiência de controle e massa verde acumulada, tendo em vista que quanto maior foi a eficiência de controle, menor a massa verde acumulada.

Tabela 1 – Altura de plantas daninhas submetidas a cinco distintas estratégias de manejo. Caçador, SC. 2020.

Tratamento	Altura (cm)				
	7 DAT	14 DAT	21 DAT	28 DAT	35 DAT
Testemunha (T1)	17,87 a	27 a	32,5 a	33,5 a	34,5 a
Glufosinato de amônio (T2)	14 a	21,25 a	23,75 a	24,5 a	27,5 a
Capina Manual (T3)	9,5 b	12,5 b	14 b	15,25 b	15,5 b
Aveia preta + Nabo forrageiro (T4)	18,5 a	26 a	30,75 a	32,25 a	33,5 a
Maravalha (T5)	16 a	22,25 a	27 a	29,5 a	31,75 a
CV (%)	15,7	12,49	17,94	17,95	17,32

Médias seguidas pela mesma letra não diferem entre si pelo teste de Scott-Knott (P < 0,05).

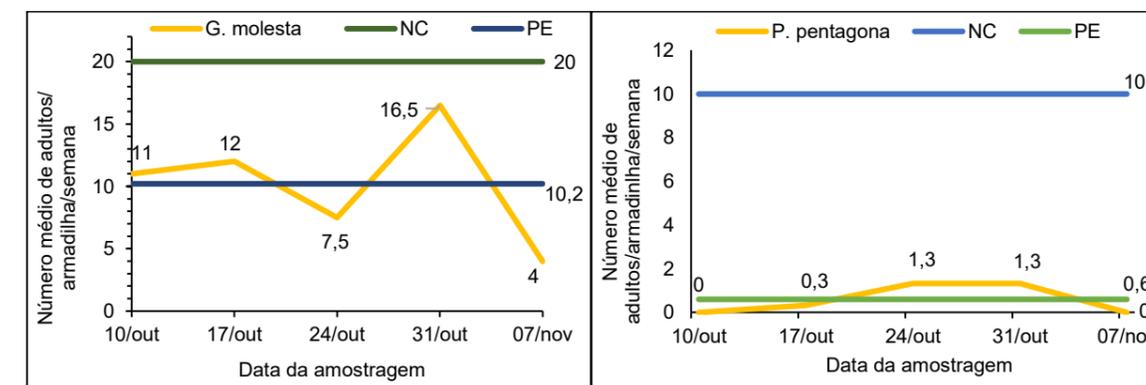
Tabela 2 – Eficiência no controle e massa verde total de plantas daninhas submetidas a cinco distintas estratégias de manejo avaliadas aos 7, 14, 21, 28 e 35 dias após a aplicação dos tratamentos (DAT). Caçador, SC. 2020.

Tratamento	Controle (%)					Massa Verde Total (g)
	7 DAT	14 DAT	21 DAT	28 DAT	35 DAT	
Testemunha (T1)	22,5 c	15 d	13,75 c	12,5 c	6,25 c	775,25 a
Glufosinato de amônio (T2)	73,75 b	66,25 b	60 b	46,25 b	46,25 b	359,75 b
Capina Manual (T3)	96,75 a	92,5 a	87,5 a	83,75 a	82,5 a	136,5 b
Aveia preta + Nabo forrageiro (T4)	82,5 b	37,75 c	18,75 c	12,5 c	8,75 c	556,5 a
Maravalha (T5)	70,5 b	52,75 c	32,5 c	26,25 c	23,75 c	744 a
CV (%)	13,7	24,73	17,76	21,5	25,32	34,92

Médias seguidas pela mesma letra não diferem entre si pelo teste de Scott-Knott (P < 0,05).

Através da Figura 1, nota-se que nenhuma praga amostrada atingiu o nível de controle, mostrando-se desnecessária a adoção de qualquer forma de manejo, seja ele cultural, químico e/ou mecânico.

Figura 1 – Flutuação populacional de *Grapholita molesta* e *Pseudaulea caspis pentagona*, pragas do pessegueiro, com nível de controle (NC) e ponto de equilíbrio da população (PE). Caçador, SC. 2020.



Chama a atenção não ter tido nenhuma quantificação de *Anastrepha fraterculus* durante o período de monitoramento. Um dos possíveis motivos para tal, é o pomar

estar longe de outras espécies frutíferas, as quais servem de hospedeiras para o inseto. Também pode-se levar em conta que durante o experimento houve uma temperatura média de 18 °C, segundo Nava & Botton (2010), essa temperatura aumenta o período de tempo para os adultos emergirem da pupa, chegando até 38 dias.

Com relação a *Grapholita molesta*, observa-se que na amostragem do dia 31/10 houve a maior incidência, chegando a 16,5 insetos/armadilha/semana. Já para a *Pseudaulacaspis pentagona*, durante duas semanas consecutivas (24/10 e 31/10) tivemos o maior número de exemplares, atingindo 1,3 pragas/armadilha/semana.

CONCLUSÃO

A capina manual mostrou-se o melhor método de controle para invasoras, tendo o maior controle, a menor altura de plantas e a menor massa verde total.

Nenhuma das pragas amostradas atingiu densidade populacional igual ou superior ao nível de controle, mostrando-nos não haver necessidade de efetuar alguma método de controle.

REFERÊNCIAS

- BALBINOT, Marciano et al. Controle de plantas daninhas na fruticultura através de plantas de cobertura no manejo do solo. **2º Simpósio de Agronomia e Tecnologia em Alimentos**. Novembro. 2015.
- BOTTON, Marcos et al. Bioecologia, monitoramento e controle da mariposa-oriental na cultura do pessegueiro no Rio Grande do Sul. **Circular Técnica Embrapa**. Bento Gonçalves-RS Setembro, 2011.
- DURIGAN, Julio Cezar. Manejo de plantas daninhas em pomares. In: Encontro Nacional sobre Fruticultura de Clima Temperado, Fraiburgo, SC. **Epagri**. 2001.
- FONTES, José Roberto Antonial; GONÇALVES, José Ricardo Pupo. Manejo Integrado de Plantas Daninhas. **I Simpósio sobre Manejo de Pragas**. 2009.
- KESKE, Cláudio. Controle fitossanitário e qualidade de frutos em ameixeira e pessegueiro sob sistema orgânico no Alto Vale do Itajaí, SC. **UFSC, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas**. Florianópolis. 2004.
- MEDEIROS, Antônio Roberto Marchese de; CARVALHO, Flávio Luiz Carpena. Plantas daninhas na cultura do pessegueiro. **EMBRAPA**. 2007.
- MIGLIORANZA, Sara Carolina. Poda verde e raleio de frutos em plantas de pessegueiro. **Universidade Federal de Santa Catarina**. Curitibanos. 2018.
- NAVA, Dori Edson et al. PESSEGUEIRO: insetos e ácaros pragas. **EMBRAPA**. p. 435-436. Brasília. 2014.
- RUFATO, Leo et al. Panorama nacional da produção de pêssego. **Revista Campo e Negócios**. 2017.
- SANTOS, Janaína Pereira dos et al. Índices de infestação da mosca-das-frutas sul-americana em frutíferas nativas em Caçador, SC, Brasil. **I Congresso Luso Brasileiro de Horticultura | Sessão Fruticultura Temperada e Tropical**. 2018.

Desenvolvimento comparativo de um projeto elétrico de um sistema de iluminação¹

Bruno Leonado Vitória, brunoleonardovitoria@gmail.com²

Élton Lourenço Do Nascimento, elitonlourencodonascimento@gmail.com³

Gustavo Kind Benetti, gustavokinbenetti@gmail.com⁴

Kesedi da Silva, kesedi10@gmail.com⁵

Lucas Dos Reis de Souza, lucas_reis_souza@hotmail.com⁶

Rodrigo Pedro Baziuk, rodrigobazz12@gmail.com⁷

Resumo

O presente trabalho consiste em uma análise das condições luminotécnicas do ponto de vista de conforto ambiental, qualidade e segurança no trabalho. A indústria a ser estudada é de têxtil, especificamente no setor de costura. Um ambiente que apresenta o nível de iluminação deficiente ou com excesso de iluminação, pode causar o comprometimento da saúde visual, segurança e do rendimento dos trabalhadores. O estudo considerou a análise de variáveis ambientais no processo de produção, processo de investigação ocorreu por meio de um levantamento de bibliografias sobre o tema, a partir de sites oficiais, teses, manuais e livros. Em seguida apresentam-se as verificações do sistema atual de iluminação, dividida em quatro etapas: verificação de modelos e fabricantes das luminárias, reatores e lâmpadas; verificação das condições do ambiente de trabalho (apresentação de poeiras, particulados, condições de limpeza e iluminação ambiente); avaliação de níveis de iluminâncias mínimos exigidos pela equipe de segurança de trabalho e por último as medições de iluminância. Partindo dos resultados obtidos, realizaram-se então avaliações técnicas, verificação de atendimento à norma vigente e apresentação de um método de cálculo luminotécnico que poderá ser de uso da empresa para estudar formas de melhorar o sistema de iluminação.

Palavras-chave: Sistemas de Iluminação. Segurança do Trabalho. Indústria.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conceitos de Iluminância:

- Os principais conceitos de iluminâncias são (PHILIPS, 2008):
- Fluxo luminoso: É a quantidade total de luz emitida a cada segundo por uma fonte luminosa. A unidade de medida do fluxo luminoso é o lúmen (lm), representado pelo símbolo Ø.
 - Intensidade Luminosa: É definida como a concentração de luz em uma direção específica, radiada por segundo. Representada pelo símbolo I e a unidade de medida é a candela (cd).

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade do Projeto Integrador da 6ª fase do curso de engenharia elétrica.

² Acadêmico do curso de engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Acadêmico do curso de engenharia elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

c) Nível de Iluminação ou Iluminância: Quantidade de luz ou fluxo luminoso que atinge uma unidade de área de uma superfície por segundo. A unidade de medida é o lux, representada pelo símbolo E. Um lux equivale a 1 lúmen por metro quadrado (lm/m²).

d) Eficiência Luminosa de uma Lâmpada: É calculada pela divisão entre o fluxo luminoso emitido em lúmens e a potência consumida pela lâmpada em Watts. A unidade de medida é o lúmen por Watt (lm/W). Uma lâmpada proporciona uma maior eficiência luminosa quando a energia consumida para gerar um determinado fluxo luminoso é menor do que da outra.

A iluminação dos ambientes deve atender a padrões de Iluminância, que no Brasil é determinado pela NBR ISO/IEC 8995-1 de 03/2013 - Iluminação de ambientes de trabalho - Parte 1 desenvolvida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), substituindo e cancelando a ABNT NBR 5413 (Iluminância de interiores), com última revisão em 1992 e a ABNT NBR 5382 (Iluminação de ambientes de trabalho), que havia sido inicialmente publicada em 1977 e que se encontrava sem atualização há 28 anos (desde 1985).

A NBR 8995-1 especifica os requisitos de iluminação para locais de trabalho internos e os requisitos para que as pessoas desempenhem tarefas visuais de maneira eficiente, com conforto e segurança durante todo o período de trabalho. Adicionalmente a norma apresenta quatro anexos informativos, elaborados com o intuito informar detalhes referentes aos requisitos desta Norma.

Conforme o projeto integrador passado, a indústria é do ramo têxtil, mais especificadamente no setor da costura, com carga horária de 8,5h diária de segunda a sexta-feira. As dimensões do pavimento que se encontra o setor de costura são de 40m de largura por 70m de comprimento e possui um pé direito de 7,5m. A altura do plano de trabalho é de 0,85m.

Conforme NBR ISO 8995-1, como é uma indústria têxtil e no setor de costura precisa de um Iluminamento médio de 750 lux. Parede branca 70% de refletância, teto branco 70% de refletância, chão escuro 10% de refletância. Foram escolhidas as seguintes lâmpadas/luminárias:

Tabela 01: Tipos de lâmpadas/luminárias

Tipo de Lâmpada	Potência (W)	Fluxo Luminoso (lm)
LHB04-S13000840 (LED)	110	13157
FHB02-S828 (Fluorescente)	248	17892
MPK460 (Vapor metálico)	428	30875

Fonte: Do Autor, 2020.

METODOLOGIA

Para elaboração do presente trabalho, foi realizado uma pesquisa a fundo dos tópicos a serem abordados. Inicialmente o recebimento dos dados possibilitou por meio do uso do software DIALux v4.12, gerar o diagrama de iluminamento médio, com base na norma NBR ISO 8995-1, como também o layout do posicionamento das luminárias, o que possibilitou o desenvolvimento dos esquemas elétricos realizados pelo Software AUTOCAD 2018. O dimensionamento de condutores e proteções foram baseados na norma NBR5410. Os demais tópicos foram elaborados com base no referencial teórico, como também nos modelos das lâmpadas/luminárias utilizadas.

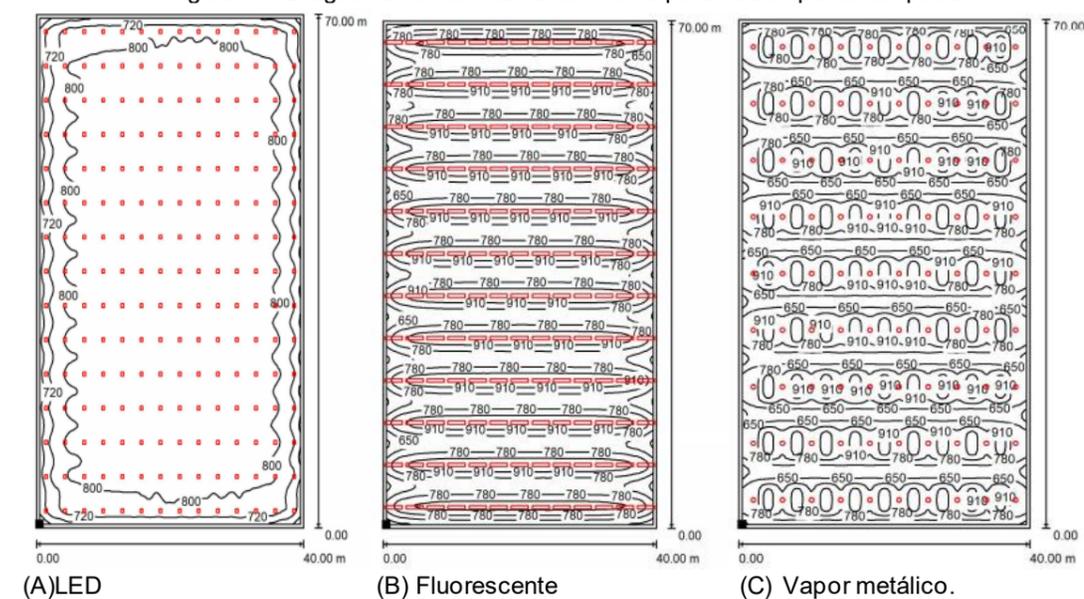
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a inserção dos dados constados no referencial teórico, os dados do projeto, como as luminárias, no Software constado na metodologia, DIALux v4.12, chegou-se à conclusão de que colocar as luminárias na altura do pé direito se fazia ineficaz, uma vez que a quantidade de lâmpadas/luminárias seria muito maior, portanto, se optou por deslocar a luminária para 4 metros acima do plano de trabalho.

Como constado na norma, nessa indústria têxtil, no setor de costura, tem de ter 750 lux de iluminamento médio, para suprir essa demanda, com o uso do Software, será utilizado 210 lâmpadas/luminárias de Led com modelo LHB04-S13000840, 156 lâmpadas/luminárias fluorescentes com modelo FHB02-S828 e, 90 lâmpadas/luminárias de vapor metálico com modelo MPK460.

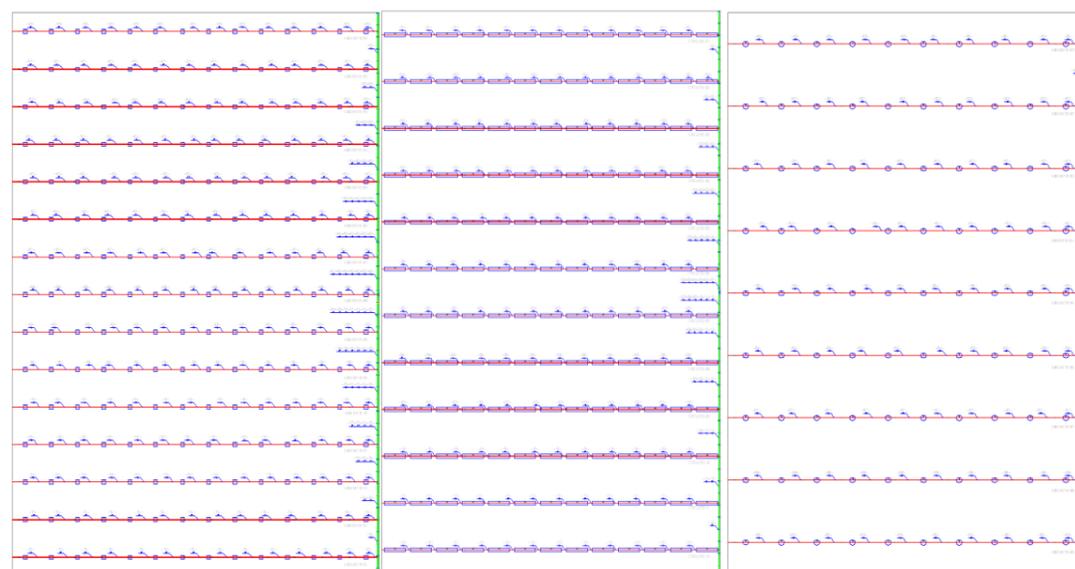
A seguir, o diagrama de iluminamento médio de cada uma delas, considerando-as sobre o plano de trabalho.

Figura 01: Diagrama de iluminamento médio para cada tipo de lâmpada



O Software DIALux v4.12 tem uma função onde consegue-se exportar em extensão de arquivo DWG, do layout das luminárias, pronto para ser utilizado pelo Software Autocad da Autodesk. A infraestrutura elétrica foi realizada da seguinte forma: Chega alimentação da iluminação do QGBT (Quadro Geral de Baixa Tensão) com eletroduto aterrado, até o QGL (Quadro Geral de luz), e sobe até o nível da instalação da luminária com eletrocalha perfurada de fora a fora do barracão, e deriva-se perfilados para alimentar cada linha de luminárias.

Figura 02: Planta baixa luminárias



(A) LED. (B) Fluorescente. (C) Vapor metálico.

Fonte: AutoCAD 2018, 2020.

Foi previsto a instalação de um Quadro de Distribuição em um ponto central de uma das faces laterais, mais precisamente aos 35 metros. Esse quadro tem alimentação geral trifásica, onde deriva para todos os circuitos monofásicos (220VCA), com as cargas distribuídas entre as fases.

Foi previsto um circuito elétrico para cada fila de luminárias, sendo: 15 circuitos para luminárias LED, 12 circuitos para luminárias fluorescentes e 9 circuitos para luminárias de vapor metálico. A alimentação, foi previsto um circuito trifásico vindo direto do Quadro Geral, com comprimento total de 70 metros. Foi considerado fator de potência 1.

Foi previsto para os circuitos monofásicos, cabos do tipo isolado, com isolamento em PVC. Para o circuito trifásico, foi previsto cabo do tipo multipolar com isolamento em EPR. Para todos os casos, foi previsto temperatura ambiente de 30°C.

Tabela 02 – Dimensionamento de condutores e proteções para os tipos de lâmpadas

LED												
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Fila	Largura (mts)	Comprimento (mts)	Altura (mts)	Total (mts)	Potência (Watts)	Corrente (A)	Método de instalação	Queda de tensão unitária (V/A.Km)	Queda de tensão (V)	Queda de tensão (%)	Cabo (mm²)	Disjuntor (A)
1 e 15	40	32,67	4	76,67	1540	7	B1	10,74	5,76	2,62	4	10
2 e 14	40	28	4	72	1540	7	B1	10,74	5,41	2,46	4	10
3 e 13	40	23,33	4	67,33	1540	7	B1	16,8	7,92	3,60	2,5	10
4 e 12	40	18,67	4	62,67	1540	7	B1	16,8	7,37	3,35	2,5	10
5 e 11	40	14	4	58	1540	7	B1	16,8	6,82	3,10	2,5	10
6 e 10	40	9,33	4	53,33	1540	7	B1	16,8	6,27	2,85	2,5	10
7 e 9	40	4,67	4	48,67	1540	7	B1	16,8	5,72	2,60	2,5	10
8	40	0	4	44	1540	7	B1	16,8	5,17	2,35	2,5	10
Geral				70	23100	35,1	B1	3,82	9,38	2,47	10	40

FLUORESCENTE												
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Fila	Largura (mts)	Comprimento (mts)	Altura (mts)	Total (mts)	Potência (Watts)	Corrente (A)	Método de instalação	Queda de tensão unitária (V/A.Km)	Queda de tensão (V)	Queda de tensão (%)	Cabo (mm²)	Disjuntor (A)
1 e 12	40	32,08	4	76,08	3224	14,65	B1	7,03	7,84	3,56	6	16
2 e 11	40	26,25	4	70,25	3224	14,65	B1	7,03	7,24	3,29	6	16
3 e 10	40	20,42	4	64,42	3224	14,65	B1	7,03	6,64	3,02	6	16
4 e 9	40	14,58	4	58,58	3224	14,65	B1	7,03	6,03	2,74	6	16
5 e 8	40	8,75	4	52,75	3224	14,65	B1	10,5	8,12	3,69	4	16
6 e 7	40	2,92	4	46,92	3224	14,65	B1	10,5	7,22	3,28	4	16
Geral				70	38688	58,78	B1	2,44	10,04	2,64	16	63

VAPOR METÁLICO												
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Fila	Largura (mts)	Comprimento (mts)	Altura (mts)	Total (mts)	Potência (Watts)	Corrente (A)	Método de instalação	Queda de tensão unitária (V/A.Km)	Queda de tensão (V)	Queda de tensão (%)	Cabo (mm²)	Disjuntor (A)
1 e 9	40	31,11	4	75,11	4280	19,45	B1	4,18	6,11	2,78	10	20
2 e 8	40	23,33	4	67,33	4280	19,45	B1	4,18	5,48	2,49	10	20
3 e 7	40	15,56	4	59,56	4280	19,45	B1	7,03	8,15	3,70	6	20
4 e 6	40	7,78	4	51,78	4280	19,45	B1	7,03	7,08	3,22	6	20
5	40	0	4	44	4280	19,45	B1	7,03	6,02	2,74	6	20
Geral				70	38520	58,53	B1	2,44	10	2,63	16	63

Fonte: Do Autor, 2020.

A seguir, mostra a eficiência luminosa, o quanto se gera de luminosidade com base em sua potência elétrica.

Tabela 03: Eficiência luminosa para os tipos de lâmpadas

Tipo de Lâmpada	Potência (W)	Fluxo Luminoso (lm)	Eficiência Luminosa (lm/W)
LHB04-S13000840 (LED)	110	13157	119,60
FHB02-S828 (Fluorescente)	248	17892	72,14
MPK460 (Vapor metálico)	428	30875	72,13

Fonte: Do Autor, 2020.

A diante, tem-se o consumo elétrico mensal, considerando-se consumo diário de 8,5 horas por dia e 22 dias no mês:

Tabela 04: Consumo elétrico mensal para os tipos de lâmpadas

Tipo de Lâmpada	Potência(W)	HORAS/DIA	DIAS	QUANTIDADE	kWh
LHB04-S13000840 (LED)	110	8,5	22	210	4319,7 kWh
FHB02-S828 (Fluorescente)	248	8,5	22	156	7234,7 kWh
MPK460 (Vapor metálico)	428	8,5	22	90	7203,2 kWh

Fonte: Do Autor, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se desenvolver o projeto de iluminação para um determinado ambiente não se deve analisar apenas o conjunto de luminárias e lâmpadas, mas também a quantidade da luz resultante, sua distribuição no ambiente – minimizando o ofuscamento e evitando a criação de áreas muito escuras - garantindo que as atividades do local sejam executadas com conforto e, conseqüentemente, maior produtividade. Os dados quantitativos indicam a necessidade de que sejam tomadas medidas de modo a garantir melhores condições de conforto para os trabalhadores, e maior eficiência no consumo de energia.

REFERÊNCIAS

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 5410:2004**: Instalações elétricas de baixa tensão. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO/CIE 8995-1:2013**: iluminação de ambientes de trabalho. Parte 1: Interior. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- Dialux. Versão 2014.4.12.[SP]: *Lumicenter*: Engenharia de iluminação, 2014. Disponível em: <https://www.lumicenteriluminacao.com.br/tecnologias/arquivos-ies-dialux/>. Acesso em: 15 novembro 2020.
- RIBEIRO GIARETA, VANESSA. **AValiação DO NÍVEL DE ILUMINÂNCIA EM POSTO DE TRABALHO: ESTUDO DE CASO DE UMA INDÚSTRIA TÊXTIL**. Orientador: Massayuki Mario Hara. 2014. 48 p. MONOGRAFIA (ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA E SEGURANÇA DO TRABALHO) - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba, Paraná, 2014.

A GEOESPACIALIZAÇÃO DE DADOS GEORREFERENCIADOS E GEOLOGIA SUPERFICIAL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC¹

Gabriel Tessari, gabrieltessari@hotmail.com²
 Nayana Rosa Coelho, nayrcoelho01@gmail.com³
 Rodrigo Vitto, rodrigo.vitto@uniarp.edu.br⁴
 Pedro Paulo Baruffi, pedro.baruffi@uniarp.edu.br⁵
 Liane da Silva Bueno, liane.bueno@uniarp.edu.br⁶

Resumo – Este artigo apresenta estudos que partiram da integração das disciplinas de Topografia I, Geologia e Desenho Assistido por computador da 4ª fase do Curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), campus Caçador/SC. Um projeto que propõe fundamentar os temas relacionados a elaboração de um mapa onde as informações de logradouros municipais e estações geodésicas pertencentes a rede brasileira, georreferenciados, agregados a característica geológica superficial predominante, fossem representados. Desenvolveu-se este trabalho através de uma metodologia aplicada, pautada em pesquisa bibliográfica. Sendo assim, buscou-se como área de estudo, o município de Caçador, localizado na região meio oeste do estado de Santa Catarina. Utilizou-se as coordenadas dos pontos geodésicos que encontram-se em boa situação no município, logradouros e subdistrito, obtidos através de banco de dados do IBGE para o desenvolvimento do mapa. Os softwares QGIS e ProGRID permitiram a conversão dos arquivos, para que estes fossem compatíveis com o software AutoCAD. Concluindo, obteve-se um mapa em escala apropriada, incluindo a característica geológica predominante, fundamentado a partir do potencial das informações envolvidas, com intuito de contribuir na visualização dos dados, em estudos e projetos posteriores de acadêmicos e profissionais das áreas das engenharias e áreas afins.

Palavras-chave: Pontos geodésicos. Malha de logradouros. Geoespacialização. Mapa. Caçador/SC.

INTRODUÇÃO

O projeto integrador da 4ª fase do curso de Engenharia Civil da UNIARP, campus Caçador, propôs a integração dos conhecimentos desenvolvidos a partir das disciplinas de Topografia I, Geologia e Desenho Assistido por Computador.

A disciplina de Topografia I tem como objetivo estudar a dimensão, posição e representação de uma porção da superfície dos terrenos sem levar em conta a curvatura terrestre, conforme menciona (TULER, 2014). Na planimetria são medidas as grandezas sobre um plano horizontal, e essas grandezas são as distâncias e os ângulos, portanto, as distâncias horizontais e os ângulos horizontais (BORGES, 2013, p.12). Já a disciplina de Desenho Assistido por Computador busca desenvolver os

¹Trabalho desenvolvido como Projeto Integrador da 4ª fase do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da UNIARP.

³ Acadêmica do curso de Engenharia Civil da UNIARP.

⁴ Professor, Especialista do Curso de Engenharia Civil da UNIARP.

⁵ Professor, Mestre do Curso de Engenharia Civil da UNIARP.

⁶ Professora, Doutora do Curso de Engenharia Civil da UNIARP

conhecimentos necessários para o domínio das ferramentas de desenho através do software AutoCAD. (Wagner et al.,2018, p. 28).

A disciplina de Geologia propõe o estudo das características do solo e a formulação do mesmo na região centro-oeste, na qual está localizada o município de Caçador. O crescimento da construção civil, e a necessidade de construir em terrenos de má qualidade, faz com que o ramo da geologia seja reconhecido e procurado. É indispensável a análise do solo para que a previsão de comportamentos no terreno seja possível. (Oliveira,2020)

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O projeto integrador da 4ª fase do curso de Engenharia Civil da UNIARP, campus Caçador, propôs a integração dos conhecimentos desenvolvidos a partir das disciplinas de Topografia I, Geologia e Desenho Assistido por Computador.

A disciplina de Topografia I tem como objetivo estudar a dimensão, posição e representação de uma porção da superfície dos terrenos sem levar em conta a curvatura terrestre, conforme menciona (TULER, 2014).

Já a disciplina de Desenho Assistido por Computador busca desenvolver os conhecimentos necessários para o domínio das ferramentas de desenho através do software AutoCAD.(Wagner et al.,2018, p. 28).

A principal área de interesse da geologia centra-se na representação dos materiais e estruturas que constituem a crosta terrestre nas suas várias partes. Enquanto a cartografia geológica pode ser considerada um nome em representações desta natureza, segundo (LOCH,2006).

METODOLOGIA

A realização deste projeto propõe uma metodologia aplicada, onde objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. De caráter bibliográfico, qualitativa com estudo de caso. Definiu-se como área de estudo o município de Caçador, região meio-oeste do Estado de Santa Catarina. Assim sendo, realizaram-se pesquisa bibliográfica no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), livros, artigos buscando-se fundamentar os temas envolvidos como dados georreferenciados para levantamento topográfico, ferramentas de desenho assistido por computador e geologia predominante de municípios. Bem como foram utilizados alguns softwares necessários para viabilizar a execução do projeto, tais como, Software QGIS 3.14.1-Pi, Software ProGrid 2010 e Software AutoCad 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desenvolveu-se o conhecimento de busca de dados georreferenciados a partir do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde obteve-se acesso às malhas dos logradouros georreferenciadas dos municípios do território brasileiro. A partir daí, localiza-se a malha georreferenciada dos logradouros do município de Caçador, área de estudo para a realização das atividades pertinentes a elaboração do mapa, objetivo principal do projeto integrador. Para tanto, com advento da localização do município de interesse, descompactou-se o arquivo obtendo-se acesso a malha do município. Através do Software livre QGIS 3.14.1-Pi, sendo este um sistema utilizado para tratar informações geográficas, selecionou-se o arquivo obtido no portal do IBGE, da malha do município de interesse, na qual estava georreferenciada a partir de coordenadas geográficas ou seja, no formato sexagesimal. Com a obtenção do referido arquivo, realizou-se a transformação do

sistema de coordenadas, a fim de viabilizar os trabalhos planejados em ambiente de AutoCad, passando para o sistema de coordenadas métricas Universal Transversa de Mercator (UTM). Segundo Granel-Pérez (2004), as coordenadas planas UTM, são adotadas internacionalmente para a cartografia básica de precisão. Este sistema tem a propriedade da conformidade, o que significa que os ângulos do objeto representado não ficam alterados, preservando as formas. Aponta o uso desse sistema para cartas com escalas entre 1:1.000.000 a 1:25.000, o que corrobora com a escala adotada neste estudo, tal seja, escala 1:50.000.

Bem como, no sistema de coordenadas de referência, foi selecionado o sistema de referência oficial brasileiro SIRGAS 2000/UTM, e o fuso correspondente a 22s, ou seja, zone 22s, correspondente ao fuso que faz a cobertura do Estado de Santa Catarina. Uma rede de referência, é composta por pontos, que são utilizados para gerar novos levantamentos de todos os tipos, (GHILANI; WOLF, 2012).

Realizando-se as adequações necessárias a partir do software QGIS 3.14.1-Pi, o arquivo ficou preparado para ser utilizado no software AutoCAD 2018, para elaboração do mapa das informações geoespaciais.

Tem-se que no contexto do município de Caçador, identificou-se as estações geodésicas, pertencentes à rede geodésica brasileira, com suas características a partir do relatório de cada estação, contendo o código, as coordenadas, a localização, estado de conservação, a data da última visita realizada por técnicos do IBGE. Identificou-se a situação das Estações D (Destruída), NE (Não Existente) e as 6 (seis) estações em situação B (Boa). Para realizar a transformação das coordenadas das estações geodésicas de Caçador, buscou-se o recurso do software aplicativo do IBGE ProGrid, para transformação de coordenadas geodésicas (latitude, longitude) em coordenadas UTM.

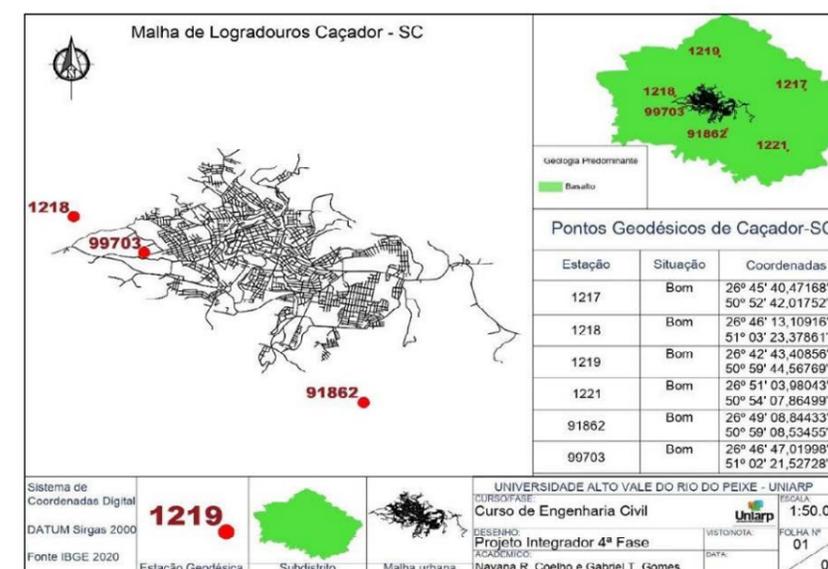
Loch (2006), menciona que os mapas geológicos possuem características padrões, tanto no uso de cores ou símbolos, assim como distribuir as informações no mapa. A autora destaca que o Manual Técnico de Geologia do Departamento de Produção Mineral (DNPM, 1985), segue uma ordem cronológica, onde as cores mais claras representam rochas mais recentes e as mais escuras as rochas mais antigas, tais como: O amarelo é usado para representar rochas sedimentares; O verde e o azul e suas variações são usados para representar rochas ígneas extrusivas; já o vermelho, magenta e o rosa são usados para representar rochas ígneas intrusivas e os marrons e cinzas são usados para a representação de rochas metamórficas.

Assim sendo, adotou-se uma simbologia (ou tonalidade) para a geologia predominante identificada para a área de estudo, ou seja, o município de Caçador. Através do Mapa Geodiversidade do Estado de Santa Catarina foi possível observar as formas de relevos existentes em toda a região, separado por cores, números e letras. A cidade de Caçador situa-se em cor verde escuro.

No município de estudo, predominam basaltos. As rochas possuem alta resistência ao corte e boa capacidade para suportar obras de grande porte, são ótimas fontes de materiais para a construção civil. Os solos têm boa capacidade hídrica e retêm nutrientes, o que é muito útil para a agricultura. (SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL, 2020). Através dos recursos de softwares computacionais, a vantagem de produzir mapas se dá pela facilidade da execução, sendo possível criar mapas fazendo a variação de tamanhos, como é o caso da espacialização de pontos (LOCH, 2006), o que vem corroborar quando da representação das estações geodésicas georreferenciadas do município de Caçador, onde a confecção do mapa proposto foi realizado a partir do software AutoCad (2018).

Em folha A3 elaborado o mapa final, a folha foi dividida para representar todos os itens do mapa separadamente, foi adicionada a malha do município, com os pontos geodésicos que se situam dentro da cidade, o subdistrito juntamente com a malha, e com os demais pontos que se encontram distantes dos demais, para que seja possível a visualização de todos os pontos existentes na cidade. Em uma tabela foram adicionadas as informações sobre os pontos geodésicos, que são suas numerações e coordenadas, em outras três janelas de visualização foram representados os pontos, a malha e o subdistrito. Finalmente como resultado final deste trabalho, apresenta-se o Mapa da malha de logradouro, estações georreferenciadas e geologia predominante de Caçador, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1: Mapa dos logradouros e estações geodésicas georreferenciadas e geologia predominante de Caçador



Fonte: Gabriel Tessari Gomes e Nayana Rosa Coelho (2020)

Para Granel-Pérez (2004), em mapa a partir do sistema de coordenadas UTM, na escala 1:50.000, representa que, a cada 2mm do mapa equivale à décima parte do quilômetro, ou seja, 100 metros no terreno. Assim sendo, as distâncias entre dois pontos da superfície dos terrenos com coordenadas conhecidas são identificadas por Pitágoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do projeto integrador, os conhecimentos adquiridos durante o cumprimento da disciplina de Topografia I, direcionados a Planimetria, contribuíram para o estudo das coordenadas cartesianas ou bidimensionais, fundamentais para o andamento do projeto. A disciplina de Desenho Assistido por Computador forneceu as ferramentas necessárias para a elaboração do mapa da malha urbana do município bem como a espacialização das estações da rede geodésica de Caçador, onde as informações delimitadas pelo projeto foram atendidas. Assim como, obteve-se o conhecimento da geologia predominante do município estudado pelo grupo.

Cabe ressaltar que, as informações pesquisadas aos temas pertinentes ao projeto integrador, assumem importante significância ao que tange ao planejamento de levantamentos topográficos para obras de engenharia. A pesquisa para a

identificação da geologia, limitando-se quanto às proposições do projeto, que previa a identificação superficial predominante do município, sem a previsão de amostragens locais para a caracterização do substrato, contribuiu para elencar a necessidade do aprofundamento do assunto frente a importância para obras de engenharia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marcelo de Carvalho; SILVA, Fábio Moreira da. **GEOMÁTICA para levantamento de ambientes. Base para aplicações em Topografia, Georreferenciamento e Agricultura de Precisão**. Lavras: Ed. UFLA, 2016.

AutoCad 2018. Disponível em: <https://www.autodesk.com.br/>. Acesso em: ag.2020.

BORGES, Alberto de Campo. **Topografia Aplicada à Engenharia Civil**. São Paulo: Editora Blucher, Vol. 1, 2013.

GHILANI; C. D.; WOLF, P. R. **Elementary surveying: An introduction to geometics**. 13ed. Prentice Hall, Upper Saddle River, New Jersey, 2012.

Granell-Pérez, María del Carmen. **Trabalhar Geografia com as cartas Topográficas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

IBGE. **Malhas de logradouros dos municípios e dos limites dos municípios**.

Disponível em:

ftp://geoftp.ibge.gov.br/recortes_para_fins_estatisticos/malha_de_setores_censitarios/censo_2010/base_de_faces_de_logradouros. Acesso em: ag. 2020.

LOCH, Ruth E. Nogueira. **CARTOGRAFIA Representação, Comunicação e Visualização de Dados Espaciais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

OLIVEIRA, Ricardo. **Origem e evolução da Geologia de Engenharia**. Disponível em:

https://moodle.uniarp.edu.br/pluginfile.php/126617/mod_resource/content/1/Cap_1_GE.pdf. Acesso em: 11 de set. de 2020.

ProGrid 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/servicos-para-posicionamento-geodesico/16312-progrid.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: ag. 2020.

QGIS 3.14.1- Pi. Disponível em: <https://qgis.org/downloads/>. Acesso em: ag. 2020.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Mapas de Geodiversidade Estaduais.

Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/14712>. Acesso em: 10 de nov, de 2020.

TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. **Fundamentos de Topografia**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

WAGNER, J. et al. **Projetos bidimensionais auxiliados por computador**. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028319/cfi/27!4/4@0.00:10.4>. Acesso em: 29 de out. de 2020.

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

DESFOLHA ANTECIPADA E SUA RELAÇÃO COM O TEOR DE CARBOIDRATOS EM RAMOS DE PESSEGUIRO cv. CHIMARRITA ¹

Sabrina Baldissera, sabrinabaldissera2016@gmail.com²

José Luiz Petri, petri@epagri.sc.gov.br³

Caroline de Fátima Esperança, caroline.esperanca@uniarp.edu.br⁴

Resumo – Em frutíferas de clima temperado a desfolha é empregada para diversos fins. Também trata-se de um fenômeno natural nestas plantas, que apresentam hábito caducifólio, sendo fundamental para o adequado desenvolvimento das mesmas. Este trabalho teve o objetivo de compreender o efeito da antecipação do desfolhamento em plantas de pessegueiro sobre os atributos de frutificação efetiva e teor de carboidratos, nitrogênio e carbono em ramos. Os tratamentos consistiram em Ethefon (150ml 100 L⁻¹ água), Oxicloreto de cobre (150g 100 L⁻¹ água), Ácido Fosfórico (1,5%), Controle (sem desfolha) e Desfolha manual. O percentual de desfolha foi avaliado aos 7, 14, 28 e 34 dias após a aplicação dos compostos desfolhantes. Os resultados demonstraram que o tratamento com Ethefon promoveu maior desfolhamento aos 7, 14 e 28 dias em relação aos demais, exceto aos 7 dias onde não diferiu do controle. Aos 34 dias Ethefon e Ácido Fosfórico promoveram os maiores níveis de desfolha. A frutificação efetiva e o teor de carboidratos, carbono, nitrogênio e a relação C/N não foram afetadas pelo desfolhamento. Assim, desfolhamento de pessegueiro pode ser realizado após meados de março utilizando Ethefon e Ácido Fosfórico, pois os mesmos promoveram desfolha e não afetaram o metabolismo de reservas e a frutificação efetiva.

Palavras-chave: Desfolhamento. *Prunus persica*. Reservas.

INTRODUÇÃO

As folhas desempenham funções vitais na planta, pois são nestes órgãos vegetais que ocorre o processo de fotossíntese (SOUZA; FLORES; LORENZI, 2013). No decorrer do ciclo de uma planta, as folhas sofrem uma série de transições de desenvolvimento, fisiológicas e metabólicas que resultam em senescência e morte.

A queda das folhas ocorre naturalmente em espécies caducifólias por meio dos processos denominados senescência e abscisão (TAIZ et al., 2017). A senescência envolve a degradação dos nutrientes armazenadas nas folhas para, posteriormente, serem translocados e armazenados em ramos, gemas ou raízes. Este processo, permite que as plantas iniciem um novo ciclo na primavera, utilizando as reservas para a floração e a brotação (WOO et al., 2013). Sendo assim, estas reservas apoiam o crescimento da frutífera após o término do período de dormência, onde a atividade fotossintética ainda não é capaz de atender a demanda de fotoassimilados devido à baixa área foliar (SILVA et al., 2014; TIXIER, 2019).

Além disso, durante a fase de dormência as reservas, especialmente os carboidratos, acumulados durante o período vegetativo, desempenham importante

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Trabalho de Conclusão de Curso da 10ª fase do curso de Agronomia.

² Acadêmica do curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Pesquisador da Epagri – Estação Experimental de Caçador, Professor, Mestre do Curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

⁴ Professora, Mestra do Curso de Agronomia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

papel na proteção de tecidos meristemáticos contra as condições ambientais adversas, principalmente as baixas temperaturas, além de fornecer energia para a brotação e floração na primavera (MARAFON, 2008).

Wingler et al. (2005) destacam a importância do início da senescência no momento adequado, pois indicam que a ocorrência precoce compromete a capacidade do vegetal em assimilar gás carbônico. Por outro lado, tardiamente interfere na remobilização de nutrientes, o que comprometeria o desenvolvimento vegetativo e a capacidade produtiva do ciclo seguinte.

No caso do desfolhamento precoce o mesmo acarreta redução da área foliar e compromete a floração no ciclo seguinte, contribuindo para sua ocorrência de forma outonal e não homogênea (BLEIKER; TANAKA, 1982 apud ARAUJO, 2004). Além disso, Alves e May-de Mio (2008) concluíram que desfolha precoce prolonga o período de florescimento e tem impacto negativo na produtividade. Por outro lado, em determinadas condições climáticas a queda de folhas é retardada ou é necessário a intervenção com determinados produtos químicos para que a mesma ocorra (ESPERANÇA, 2019).

Diante do exposto, o período de ocorrência da desfolha é de grande importância para o desenvolvimento da frutífera, pois afetam processos como a floração e os níveis de reservas (OLMSTEAD, 2015; FADÓN et al., 2020).

Este trabalho teve o objetivo de compreender o efeito da antecipação do desfolhamento em plantas de pessegueiro sobre os atributos de frutificação efetiva e teor de carboidratos, nitrogênio e carbono em ramos.

METODOLOGIA

O presente experimento foi conduzido em pomar comercial no município de Rio das Antas, região Meio Oeste do Estado de Santa Catarina (latitude 26° 58' 24" S e 51° 04' 31" W a 974 metros de altitude) na safra 2019/2020. De acordo com a escala de Köppen (1936), o clima da região é classificado como Cfb, com temperatura média anual 16,5 °C e pluviosidade média anual de 1806 mm (PANDOLFO et al., 2002).

Utilizou-se plantas do cultivar Chimarrita de 5 anos de idade, com densidade de plantio de 555 plantas ha⁻¹ sob espaçamento de 6 metros entre linhas e 3 metros entre plantas no sistema de condução em vaso.

Os tratamentos consistiram em: 1) Controle (sem desfolha), 2) desfolha manual, 3) Ethefon (150ml 100 L⁻¹ de água), 4) Oxicloreto de cobre (150g 100 L⁻¹ de água) e 5) Ácido Fosfórico (1,5%), sendo os tratamentos com compostos desfolhantes aplicados em dose única. Empregou-se o delineamento experimental de blocos ao acaso com 5 tratamentos e 5 repetições por tratamento.

Para determinação de desfolha foram marcados, em 19/03/2020, seis ramos de crescimento do ano, sendo três de cada lado da planta, totalizando 30 ramos por tratamento. Estes mesmos ramos foram utilizados para determinação da frutificação efetiva, sendo empregada a fórmula: Percentual de Frutificação Efetiva: ((número de frutos/ número de flores) * 100).

O percentual de desfolha foi determinado por meio da contagem do total de folhas no dia zero (antes das aplicações) e aos 7, aos 14 e aos 28 dias após a data de aplicação dos desfolhantes. O percentual de desfolha foi determinado pela seguinte fórmula: Percentual de desfolha: 100 - (NFD / NFI * 100), onde: NFD = número de folhas na data de avaliação e NFI = número de folhas inicial, antes das aplicações.

Para determinação dos teores de amido coletou-se ramos previamente à aplicação dos desfolhantes e da desfolha manual e após terem transcorridos 45 dias. Foram escolhidos aleatoriamente, em ambos os casos, 5 ramos de crescimento do ano de cada planta. Logo após terem sido coletados foi realizada a remoção das folhas dos ramos, os quais seguiram, posteriormente, para o laboratório de Ensaio Químico da Epagri- Estação Experimental de Caçador, onde foram realizadas as análises de carboidratos, carbono (C), nitrogênio (N) bem como a relação C/N.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os compostos desfolhantes apresentaram comportamentos distintos ao longo das datas de avaliação. Na primeira semana, Ethefon promoveu maior nível de desfolha em relação aos demais tratamentos, não diferindo, no entanto, do controle (Tabela 1). Já aos 14 e aos 21 dias o tratamento de Ethefon foi superior a todos os demais desfolhantes. Na última avaliação, aos 34 dias, foi obtido maior desfolha por meio dos tratamentos de Ácido Fosfórico e Ethrel, que promoveram, respectivamente, 75,1 e 80,8 por cento de desfolhamento.

Tabela 1 – Percentual de desfolha aos 7, 14, 28 e 34 dias após aplicação dos tratamentos desfolhantes.

Tratamento	Percentual de desfolha			
	-----Dias após aplicação-----			
	7	14	28	34
Controle	10,9 b	21,2 d	45,4 d	60,7 c
Desfolha manual	100,0 a	100,0 a	100,0 a	100,0 a
Ethefon 150ml 100 L ⁻¹ de água	16,1 b	73,2 b	79,0 b	80,8 b
Oxicloreto de cobre 150g 100 L ⁻¹ de água	6,4 c	19,0 d	43,1 d	63,4 c
Ácido Fosfórico (1,5%)	5,4 c	48,6 c	63,6 c	75,1 b
CV (%)	9,7			

Médias seguidas da mesma letra não diferem entre si ao nível de significância de 5%. **Fonte:** A autora (2020).

Resultados que corroboram os resultados encontrados neste trabalho com o desfolhamento por Ethrel foram obtidos por Gonçalves (2015) na cultura da pereira, por Macedo et al. (2018) em mudas de macieira e na videira (COSTA; FAÇANHA; FILHO, 2016).

Em relação ao acúmulo de reservas, as avaliações de carboidrato, carbono, nitrogênio e a relação C/N não foram influenciados pela prática da desfolha, não sendo observado efeito significativo entre os tratamentos. Estes resultados corroboram os encontrados por Lombard e Fuchigami (1989) em pessegueiro, Trevisan et al. (2003) em pereira e Palliotti, Gatti e Poni (2008) em videira.

O mesmo resultado foi encontrado para a frutificação efetiva, que não foi afetada pela antecipação da desfolha. Resultados semelhantes foram obtidos por Meyer et al. (2013) em macieira, Elkhishen (2015) e Amarcholi et al. (2016) em mangueira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da prática de desfolha em pessegueiro cv. Chimarrita após meados de março não acarreta efeitos negativos na frutífera no que tange ao acúmulo de carboidrato e teores de carbono e nitrogênio. Para o desfolhamento das plantas, os tratamentos de Ethrel e Ácido Fosfórico mostraram-se efetivos e não afetaram os atributos de reserva avaliados assim como a frutificação efetiva.

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS E APOIADORAS / AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao Programa de Bolsas Universitárias do Governo do Estado de Santa Catarina- UNIEDU, pela concessão de bolsa de estudo (Artigo 170) que oportunizou a realização da graduação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giselda; MAY-DE MIO, Louise Larissa. Efeito da desfolha causada pela ferrugem na floração e produtividade do pessegueiro. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 30, n. 4, p. 907-912, 2008.
- AMARCHOLI, Jaykishan Jivraj et al. Influence of Various Chemicals on Flowering and Fruiting Characteristics of 'Kesar' Mango. **Research Journal of Agricultural Sciences**, v. 7, n. 1, p. 53-54, 2016.
- ARAUJO, João Paulo Campos de. **Influência de sistemas de manejo na produção e nas reservas de pessegueiro precoce (Prunus persica (L.) Batsch) cultivado em clima tropical**. 2004. Dissertação (Mestrado em Agronomia- área de concentração Fitotecnia) -Escola Superior de Agricultura" Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.
- COSTA, Thiago Vieira; FAÇANHA, Rafaela Vieira; FILHO, João Alexio Scarpore. Ethephon sprays as a defoliation in 'Niagara Rosada' vine subjected to two crop production per year. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal (SP), v. 38, n. 2, p. 1-7, 2016.
- ESPERANÇA, Caroline de Fátima et al. Induction of Senescence and Foliar Abscission in Apple Trees with the Use of Abscisic Acid. **Journal of Experimental Agriculture International**, v. 35, n.5, p. 1-10, 2019.
- FADÓN, Erica et al. A Conceptual Framework for Winter Dormancy in Deciduous Trees. **Agronomy**, v.10, n. 241, p. 1-20, 2020.
- GONÇALVES, Maira Juline. **Fisiologia e produção de pereira europeia em função da desfolha química e entomosporiose**. 2015. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) - Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal, Lages, 2015.
- LOMBARD, P. B.; FUCHIGAMI, L. H. Fall ethephon delays-bloom in 'Redhaven' peach by delaying flower differentiation and development during dormancy. **Journal of the American Society for Horticultural Science**, v. 114, n. 6, p. 881-884, 1989.
- MACEDO, Fernanda Pelizzari Magrin de et al. Avaliação de desfolhantes em mudas de macieira 'Fuji Suprema' sob o porta-enxerto G202. *In: SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO*, 2018, Lages. **Anais...** Lages (SC): CAV/UEDESC, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/signa/82082-avaliacao-de-desfolhantes-em-mudas-de-macieira-fuji-suprema-sob-o-portaenxerto-g202/>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- MARAFON, Anderson Carlos. **Metabolismo de carboidratos, conteúdo de água e necrose floral em pereira (Pyrus sp.) em condições de falta de frio**. 2008. Tese

(Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Fisiologia Vegetal. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

MEYER, Geraldine de Andrade et al. Modificações no processo de senescência em folhas de macieira. **Jornal da Fruta**, Lages, v. 21, n. 270, p. 19-20, 2013. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/966984>. Acesso em 11 out. 2020.

OLMSTEAD, Mercy. Defoliating peaches. **Citrus Industry**, p. 26-27, 2015. Disponível em: https://crec.ifas.ufl.edu/extension/trade_journals/2015/2015_September_peaches.pdf Acesso em 02 set.2020.

PALLIOTTI, Alberto; GATT, Matteo; PONI, Stefano. Early Leaf Removal to Improve Vineyard Efficiency: Gas Exchange, Source-to-Sink Balance, and Reserve Storage Responses. **American Journal of Enology and Viticulture**, v. 62, n. 2, p. 219-228, 2011.

PANDOLFO, Cristina et al. **Atlas climatológico digital do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2002. (CD-ROM).

SILVA, David da et al. Measuring and modelling seasonal patterns of carbohydrate storage and mobilization in the trunks and root crowns of peach trees. **Annals of botany**, v. 114, n. 4, p. 643-652, 2014.

SOUZA, Vinicius Castro; FLORES, Thiago Bevilacqua; LORENZI, Harris. **Introdução à Botânica: morfologia**. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2013. 222p.

TAIZ, Lincoln et al. Fisiologia e Desenvolvimento Vegetal. *In*: TAIZ, Lincoln et al. (Org.). **Senescência Vegetal e Morte Celular**. 6 ed. São Paulo: Artmed, 2017. p. 665-672. Livro Eletrônico. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582713679/>. Acesso em 23 set. 2019.

TIXIER, Aude et al. Non-structural carbohydrates in dormant perennials: the tale of winter survival and spring arrival. **Frontiers in Forests and Global Change**, v. 2, n.18, p.1-8, 2019.

TREVISAN, Renato et al. Teores de açúcares em plantas de Pereira (*Pyrus serotina* REHDER) NAK., cv. Nijisseiki submetidas à desfolha total e poda de gema no final do ciclo de crescimento. **Revista Brasileira de Agrociência**, v. 9, n. 2, p. 117-119, 2003.

WINGLER, Astrid et al. The role of sugars in integrating environmental signals during the regulation of leaf senescence. **Journal of Experimental Botany**, vol. 57, n. 2, p. 391-399, 2006.

WOO, Hye Ryun et al. Plant leaf senescence and death – regulation by multiple layers of control and implications for aging in general. **Journal of Cell Science**, n.126, p. 4823–4833, 2013.

DESENVOLVIMENTO DE UM SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE DEMANDA ELÉTRICA ATRAVÉS DE FERRAMENTAS DE FÁCIL ACESSO.

Higor Caio Bressan de Moraes, higor_bressan@hotmail.com¹
 Eduardo da Silva Danese, eduardo@danese.eng.br²

Resumo – O presente trabalho, têm por objetivo abordar o desenvolvimento de um *software* de gerenciamento de demanda elétrica, que aliado com ferramentas que são encontrados facilmente no mercado e possuem *softwares* com seu código fonte aberto, é responsável por realizar o gerenciamento de demanda elétrica a partir da leitura de uma saída serial de usuário de um medidor de energia elétrica utilizado para faturamento. As ferramentas aqui utilizadas são muito conhecidas e possuem um valor de custo muito inferior em comparação à um gerenciador presente no mercado. Apesar de não ter todas as funcionalidades que gerenciadores existentes no mercado possuem, o intuito desse trabalho é mostrar a possibilidade de desenvolver um gerenciador a partir de equipamentos não usuais para esses fins. Os métodos adotados são baseados na norma ABNT NBR 14522, a qual define o padrão de comunicação e intercâmbio de informações que os medidores de energia elétrica para faturamento devem possuir. O gerenciador é responsável por fazer a leitura dos pulsos enviados através de uma saída serial de usuário do medidor, interpretá-los em forma de variáveis e atualizar essas variáveis a cada segundo utilizando esses dados para realização dos cálculos que são a base do controle utilizado para acionar as saídas de controle do *Raspberry Pi* (GPIO's), as quais irão gerenciar o desligamento ou religamento das cargas de um sistema fictício.

Palavras-chave: Energia. Controle. Demanda. Raspberry. Python.

INTRODUÇÃO

Na atualidade o tema sustentabilidade têm se tornado cada vez mais comum, tema esse que vêm sendo consensual em diversos setores globais, tendo em vista isso, a cobrança sobre os diversos setores, principalmente o produtivo também aumenta e cada vez mais aumentam as buscas por soluções visando se adaptar a essas condições e reduzir os índices de consumo de energia e emissão de poluentes.

Diante do fato supracitado, é possível notar que no Brasil a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) vem fazendo a sua parte, buscando elevar os níveis de sustentabilidade do setor de energia elétrica através de medidas como o gerenciamento pelo lado da demanda (GLD) que têm por objetivo influenciar o consumidor final a realizar o controle de cargas visando um melhor aproveitamento do sistema energético.

O presente trabalho, irá abordar o desenvolvimento de um software de gerenciamento de energia elétrica, que através das GPIO's (General Purpose Input/Output) de um *Raspberry Pi* irá realizar o controle da demanda de forma direta, ou seja, no ponto de consumo de um sistema fictício. O gerenciador de energia elétrica é um aparelho que limita o uso de energia em um sistema elétrico, sua finalidade é o controle da energia em um determinado período, visando não extrapolar os limites definidos em um contrato.

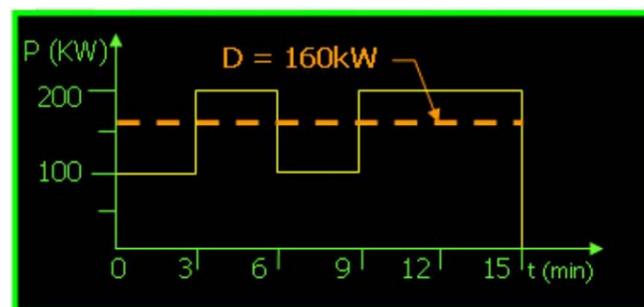
¹ Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

² Professor, Especialista do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A demanda é a média das potências elétricas ativas ou reativas, integralizada em um determinado espaço de tempo que é denominado período de integração. De maneira mais simplista, a demanda nada mais é do que o consumo de energia (kWh), dividido pelo tempo no qual se verificou tal consumo. Os períodos de integração podem variar de acordo com cada país, no Brasil a ANEEL regulamenta o período de integração da demanda em intervalos de 15 minutos, conseqüentemente, dentro de uma hora haverá quatro períodos de medição, cada um com duração de 15 minutos ou a cada quarto de hora (1/4h), conforme demonstrado na Figura 1 (TAMIETTI, 2009).

Figura 1 – Gráfico de demanda (kW).



Fonte: Tamietti (2009).

O Raspberry Pi é um computador de pequeno porte que foi desenvolvido com o intuito de promover a computação científica básica nas escolas, ele foi desenvolvido pela organização Raspberry Pi Foundation no Reino Unido. O equipamento pode ser encontrado em dois modelos, o Raspberry Pi Model A e o Raspberry Pi Model B, ambos lançados no ano de 2012. O Raspberry Pi, possui uma interface de entradas e saídas chamada de GPIO (General Purpose Input/ Output), que como o nome já diz, pode ser utilizado para qualquer tipo de utilização possível, além de servir como interface para outros hardwares (SJOGLID, 2015).

A linguagem Python é uma linguagem de altíssimo nível, orientada a objeto, de código aberto, desenvolvida em 1990 por Guido van Rossum, foi concebida a partir de uma linguagem existente na época, a chamada ABC e tinha como público-alvo engenheiros e físicos. É uma linguagem que vem conquistando espaço no mercado, pois é uma ferramenta robusta e capaz de realizar atividades complexas e concomitantemente é uma linguagem de fácil utilização e manipulação (BORGES, 2010).

O padrão RS 232 (Recommended Standard 232) foi criado na década de 60 pela EIA (Electronic Industries Association) após verificar-se a necessidade de substituir o tipo de comunicação que na época era feita através de linhas telefônicas. A padronização do sinal foi criada para fazer a troca de dados binários entre um DTE (Data Terminal Equipment) e um DEC (Data Circuit-terminating Equipment). Na comunicação serial RS 232, o tipo de codificação mais utilizado é o "start-stop assíncrono", que é baseado nos bits de partida e parada, juntamente com os bits de dados (URZUA, 2011).

A ABNT (2008), em sua norma ABNT NBR 14522 define o padrão do intercâmbio de informações que devem ser adotados nos sistemas de medição de energia elétrica, visando padronizar todos os sistemas de medição independente da sua procedência. Dentre os diversos padrões de intercâmbio de informações que são

definidos na norma, é possível citar o item 3.4 do qual trata sobre as saídas de usuário e que os dados nela presentes devem ser fornecidos obrigatoriamente pelos medidores, conforme o Art. 9º da audiência pública Nº 043/2010 publicada pela ANEEL (ANEEL, 2010; ABNT 2008).

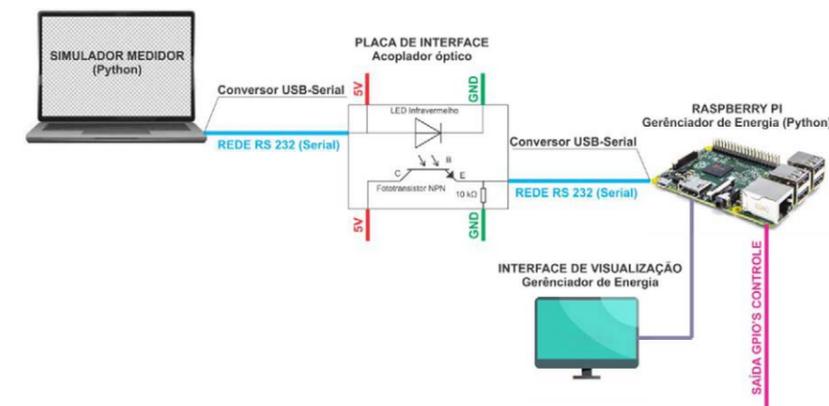
PROJETO E DESENVOLVIMENTO

Através do desenvolvimento desse trabalho, buscou-se o conhecimento necessário para compreender o funcionamento dos medidores de energia elétrica, com o intuito de interpretar o sinal proveniente da saída serial de usuário do mesmo e através dessa interpretação ter sido capaz de desenvolver e simular um software de controle que realiza o gerenciamento da demanda através das saídas digitais (GPIO's) de um *Raspberry-Pi*.

O desenvolvimento desse trabalho se deu em duas etapas, primeiramente a leitura e interpretação do sinal vindo do medidor. Após essa etapa concluída, foi possível obter todas as informações do simulador de medidor, diretamente no gerenciador. Com isso, foi possível realizar todos os cálculos relacionados à demanda e assim criar uma lógica de controle baseado na demanda projetada para o ciclo vigente.

O simulador foi concebido em linguagem Python, visando a fácil compatibilidade com outros sistemas. Nesse caso, o simulador roda em uma máquina virtual Linux, e envia através de um conversor USB-Serial (RS 232), um sinal de oito octetos para o gerenciador. Esse sinal, passa através de um isolador óptico similar à conexão real da saída de usuário do medidor com um gerenciador, visando isolar eletricamente o sistema de gerenciamento de energia do medidor, após isso, passa por circuito limitador de corrente, conforme a estrutura demonstrada na Figura 2.

Figura 2 – Estrutura do protótipo.



Fonte: O autor (2020).

O medidor por sua vez, envia para o gerenciador um pacote de dados seriados que contém 8 octetos (bytes), nos quais cada byte possui 1 start bit, 8 bits de dados e 1 stop bit, sendo um total de 10 bits por octeto, e 80 bits por cada pacote completo de dados. Os dados recebidos do simulador vêm em forma de octetos, esses octetos (bytes) são enviados e lidos no formato hexadecimal pelo simulador e pelo gerenciador respectivamente. Esses dados no formato hexadecimal são convertidos para uma base decimal, após isso esses dados passam por uma nova conversão para convertê-los para uma base binária. Com os dados em forma binária e analisando o item 3.4.1.2 norma ABNT NBR 14522 de 2008, foi possível extrair os dados

necessários para realizar os cálculos da demanda instantânea do sistema e consequentemente da demanda projetada para o ciclo vigente.

O Gerenciamento das cargas é realizado quando a demanda projetada ultrapassa a demanda que foi definida em contrato entre a concessionária de energia e o cliente. No gerenciador de energia é detectado o momento dessa ultrapassagem e enquanto a demanda projetada for maior que a contratada, a lógica de desligamento de cargas é atuada.

O desligamento das cargas é feito por prioridades, são 8 (oito) prioridades ao total nesse gerenciador, podendo ser expandidas conforme o número máximo de saídas que o controlador (Raspberry) nos fornece. Cada uma das prioridades é equivalente a uma carga do sistema, sendo que fica a critério do projetista do sistema alinhar juntamente com o cliente quais as cargas que podem ser desligadas e a ordem das mesmas. As prioridades vão de 0 a 7, sendo a prioridade 0 a primeira a ser desligada caso ocorra uma ultrapassagem da demanda contratada, caso a prioridade 0 seja desligada e ainda sim a ultrapassagem esteja ocorrendo, é então desligada a próxima prioridade. O gerenciador verifica a cada 10 segundos a ocorrência ou não de uma ultrapassagem, caso esteja ocorrendo ele executa a lógica de controle sequencial, a depender do tamanho da ultrapassagem.

O religamento das cargas também é controlado pelo gerenciador, tendo em vista que um religamento repentino de todas as cargas poderia gerar uma nova ultrapassagem. Para executar a lógica de religamento, o gerenciador recebe previamente a informação dos valores de cada uma das cargas (em kW), e baseado nesses valores ele define se a carga pode ou não ser religada. Caso a soma da demanda projetada para aquele instante, mais o valor da carga que será religada ultrapasse o valor da demanda contratada, essa carga então permanece desligada, caso contrário, o gerenciador libera a carga para o religamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando os resultados obtidos, foi possível sincronizar o sinal serial enviado pelo simulador do medidor, também foi possível interpretar esse sinal conforme a NBR 14522:2008, e a partir desse sinal foi possível desenvolver um software na linguagem *Python* capaz de controlar a demanda, visualizando em tempo real a demanda projetada através da interface gráfica do *Raspberry Pi*, conforme demonstrado na Figura 3, e por fim realizar o controle das cargas do sistema.

Figura 3 – Interface de visualização do gerenciador de energia.

Fonte: O Autor (2020).

Dessa forma, os resultados obtidos nesse trabalho foram satisfatórios, tendo em vista que todos os objetivos foram alcançados, além disso, o controlador se mostrou com um ótimo desempenho quanto a capacidade de processamento dos dados além de ser muito estável, dessa forma, foi possível validar o *Raspberry Pi* como uma ótima ferramenta para aplicações tanto acadêmicas quanto práticas, sendo possível desenvolver e controlar diversas coisas a partir das suas *GPIO's*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho resultou no desenvolvimento de um gerenciador de demanda a partir de ferramentas que não são comumente utilizadas para esse fim. É importante ainda destacar que um equipamento semelhante ao desenvolvido possui um custo elevado no mercado em comparação ao mesmo, e que o protótipo foi desenvolvido em uma linguagem que possui uma compatibilidade muito grande com diversos hardwares e pode ser executada nos mais diversos equipamentos. Apesar do simulador fornecer todas as informações necessárias para a realização do controle das cargas, não foi possível testar esse controle de maneira real, visualizando uma demanda instantânea variável e consequentemente uma demanda projetada variável. Dentre as limitações desse trabalho pode-se citar a falta de um medidor e de cargas reais para realizar os testes de desligamento e posterior visualização da queda na demanda instantânea e projetada.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14522:2008 – Intercâmbio de Informações Para Sistemas de Medição de Energia Elétrica**. Rio de Janeiro, 2008.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Resolução nº 414**. De 09 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren2010414.pdf>. Acesso em: 30 de março de 2020.

BORGES, Luiz Eduardo. **Python para Desenvolvedores**. 2.ed. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < https://ark4n.files.wordpress.com/2010/01/python_para_desenvolvedores_2ed.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2020.

SJOGELID, Stefan. **Raspberry Pi for Secret Agents**. 2.ed. Packt Publishing, 2015. Disponível em: <<https://tentacle.net/~prophet/raspberrypi/Raspberry%20Pi/1784397903%20%7BFA41340E%7D%20Raspberry%20Pi%20for%20Secret%20Agents%20%282nd%20ed.%29%20%5BSjogelid%202015-01-30%5D.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2020.

TAMIETTI, Ricardo Prado. **Tarifação de energia elétrica**. Belo Horizonte, MG: Engeweb, 2009.

URZUA, Gustavo. **Interface Gráfica para Comando de Iluminação de Grandes Ambientes Utilizando Telerruptores**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Engenharia de São Carlos – USP, São Paulo, 2011.

IMPLANTAÇÃO DE ROTINAS DE MANUTENÇÃO PREDITIVA EM UMA FÁBRICA DE PAPEL NA CIDADE DE FRAIBURGO-SC¹

Felipe Massaroli, felipe_massaroli@hotmail.com²
Giliarde Alves, giliarde@uniarp.edu.br³

Resumo – Este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo de caso da implantação de rotinas de manutenção preditiva em uma fábrica produtora de papel localizada na cidade de Fraiburgo-SC. Através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, reunindo conhecimentos sobre as práticas empregadas na manutenção preditiva, quais as vantagens e os resultados que cada prática promete entregar. É possível compreender os métodos utilizados na manutenção preditiva, as melhorias esperadas, os equipamentos necessários. Utilizando de dados fornecidos pela empresa para apresentar a situação da manutenção antes da implantação do programa de manutenção preditiva, e com o programa em pleno funcionamento, por meio de indicadores e análises de dados, observando detalhadamente os meios e métodos de manutenção preditiva empregados, para que com base no referencial teórico encontrado seja apresentado o resultado encontrado na implantação do programa na empresa. Através do conhecimento reunido por meio deste trabalho foi possível apontar possíveis oportunidades de melhoria no programa de manutenção, as quais podem trazer representativos ganhos para a empresa.

Palavras-chave: Manutenção, Preditiva, Papel.

INTRODUÇÃO

Uma empresa produtora de papel na cidade de Fraiburgo-SC no ano de 2015 sofria com constantes manutenções corretivas em suas máquinas e equipamentos, sendo elas nas especialidades de mecânica e elétrica, estes eventos corriqueiros e indesejáveis, estavam causando perda de produção e conseqüentemente diminuição na arrecadação da empresa.

Devido ao alto número de manutenções corretivas, se tem um desperdício de arrecadação para os cofres da empresa, aumentar a disponibilidade das máquinas para produzir, trará retorno financeiro para a organização.

Isto posto este trabalho propõe estudar, explanar e justificar o método de manutenção escolhido para diminuir o número de manutenções corretivas, aumentar a disponibilidade das máquinas, melhorar a confiabilidade dos equipamentos e trabalhar de uma maneira mais organizada na manutenção da fábrica em questão. Para isso os meios foram desenvolver pesquisa para entender e analisar a metodologia adotada para reduzir o número de corretivas na fábrica de papel, com base na fundamentação pesquisada justificar a escolha do método, para poder explicar detalhadamente o funcionamento da manutenção com base no método escolhido, e por fim apresentar os resultados encontrados após a implantação do método. Após a finalização do levantamento de dados e apresentação dos resultados surgiram possíveis pontos de melhoria que podem ser levados em conta para trabalhos futuros.

¹O presente trabalho, refere-se à atividade de resumo Trabalho de Conclusão de curso da 10ª fase do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professor do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Almeida (2014), a palavra manutenção deriva do latim *manus tenere*, que em tradução livre significa “manter o que se tem”, porém de acordo com alguns órgãos certificadores o conceito de manutenção é descrito de outra maneira, mas sempre enfatizando a preocupação com o bom funcionamento das máquinas e equipamentos.

Podemos entender manutenção industrial como o conjunto de cuidados e procedimentos técnicos necessários ao bom funcionamento e também ao reparo de máquinas, equipamentos, peças, moldes e ferramentas (ALMEIDA 2014, p. 15).

Segundo Kardec e Nascif (2009) a manutenção pode ser aplicada de várias maneiras de modo que os tipos de manutenção podem ser considerados políticas de manutenção desde que seja aplicada consoante a uma decisão gerencial, com base no quesito técnico e econômico.

A manutenção é um conceito que não se faz presente somente em máquinas e equipamentos que já estão em funcionamento, é muito necessária também na concepção de um projeto, pois a disposição das peças deve obedecer algumas premissas para facilitar manutenções futuras do projeto acabado (ALMEIDA 2014).

De acordo com Pereira (2010) atualmente se exige uma alta eficiência operacional e devido a isso tem-se menos tempo para reparos em equipamentos. Deste modo a responsabilidade recai sobre a área de manutenção para que identifique a origem da falha e não somente trabalhe sobre seus efeitos.

Manutenção trata-se ações que se dão com o objetivo de manter ou reestabelecer um bem a um estado operacional específico. Porém com o avanço do tempo a manutenção obteve várias inovações que resultou em um novo paradigma (MOUBRAY 1999 apud SOUZA, 2008).

MANUTENÇÃO CORRETIVA

Segundo Xavier, (2003) apud Otani (2008) manutenção corretiva é definida na atuação para corrigir uma falha ou o desempenho inferior ao que se espera. Deriva do termo “corrigir”. E é dividido geralmente em duas fases:

- Manutenção corretiva não planejada – é a correção de uma situação que surgiu e reduziu o desempenho do equipamento, podendo ser uma falha total ou parcial. Esse tipo de manutenção gera um alto custo, pois, causa paradas de produção e, devido a isto, os danos aos equipamentos acabam sendo maiores (XAVIER, 2003 apud OTANI, 2008).
- Manutenção corretiva planejada – é o conserto ou correção que se faz devido a algum apontamento oriundo de inspeções preditivas, ou até mesmo pela decisão gerencial de se trabalhar até o equipamento apresentar uma falha (XAVIER, 2003 apud OTANI, 2008).
- Quando uma empresa opera a manutenção na sua maior parte na modalidade corretiva não planejada o seu departamento de manutenção é gerido pelas falhas dos equipamentos e o desempenho empresarial da organização fica refém dos ativos que podem quebrar a qualquer hora. Na manutenção corretiva o tempo médio entre falhas é aleatório de modo que não se pode saber quando

o equipamento irá apresentar problemas (KARDEC e NASCIF, 2009).

MANUTENÇÃO PREVENTIVA

De acordo com Kardec e Nascif (2009), a manutenção preventiva trata-se do inverso da corretiva, pois esta procura evitar a ocorrência de falhas, de modo que seu maior objetivo seja prevenir falhas. Em setores como o da aviação por exemplo a manutenção preventiva é essencial para determinados componentes pois o quesito segurança é o mais importante.

Buscando evitar as paradas inesperadas por quebra de equipamentos, desenvolveu-se com base no estudo das falhas dos equipamentos, os dados de expectativa de vida útil dos componentes informado pelos fabricantes, foi possível planejar um cronograma de paradas programadas para manutenções preventivas nos equipamentos, de modo que as peças sofrem manutenção ou são substituídas antes de apresentarem problemas (ALMEIDA, 2014).

Manutenção preventiva é manutenção planejada e controlada, realizada em datas predeterminadas, de modo a manter a máquina ou equipamento em corretas condições de funcionamento e conservação, evitando paradas imprevistas. O planejamento é possível utilizando-se da documentação das operações de manutenção corretiva e informações sobre a vida útil das peças fornecidas pelo fabricante (ALMEIDA, 2014, p.17)

A atuação realizada com intuito de reduzir as falhas ou a queda de desempenho de uma máquina ou equipamento, obedecendo a um planejamento periódico e preestabelecido, traz uma tranquilidade na operação da produção. Um dos pontos a se levar em conta para se conseguir uma boa preventiva é a determinação da periodicidade, pois utilizando os intervalos menores que o necessário, obtem-se paradas e substituição de componentes sem necessidade. Por isso é essencial a correta determinação dos prazos para as intervenções (XAVIER, 2003 apud OTANI, 2008).

MANUTENÇÃO PREDITIVA

A manutenção preditiva trabalha sobre o princípio de que é possível identificar as reais condições de funcionamento da máquina ou equipamento. “De acordo com dados obtidos a partir de fenômenos apresentados por ela quando alguma peça começa a se desgastar ou quando alguma regulagem é necessária” (ALMEIDA, 2014, p.23).

A melhor forma de definir a manutenção preditiva é usando o termo “predizer”. Esse é o foco da manutenção preditiva, prever as falhas antes que causem a perda de função de um equipamento ou sistema, para isso é feito o acompanhamento de diversos parâmetros, o que permite a operação ininterrupta do equipamento. Este modo de manutenção privilegia a “disponibilidade” devido a não promover intervenções nos equipamentos em operação, sem necessidade (OTANI, 2008).

De acordo com Xavier (2003) apud Otani (2008) manutenção preditiva consiste em acompanhar os parâmetros de trabalho de um equipamento o que permite conhecer o seu desempenho operacional, visando a definir a necessidade de intervir ou não no equipamento. Quando a intervenção no equipamento se dá oriundo de uma demanda preditiva, a manutenção realizada é chamada de Manutenção Corretiva Planejada ou (CBM — CONDITION BASED MAINTENANCE). Essa manutenção

corrige as falhas antes que causem uma perda de função, conseqüentemente permite que os equipamentos operem por um período maior sem a necessidade de parar e que a intervenção aconteça baseado em dados concretos e não em suposições.

Este tipo de manutenção ocorre baseado em inspeções periódicas, onde são avaliadas medidas como temperatura, ruído, vibração e outros sinais que o equipamento pode demonstrar quando começa a se desgastar. A análise dos dados colhidos permite o planejamento de troca dos componentes no momento correto de modo que se aproveita melhor a vida útil do equipamento pois substitui-se apenas peças defeituosas ou avariadas (ALMEIDA, 2014).

METODOLOGIA

Para garantir um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, necessários na fabricação do papel para embalagens, sob a responsabilidade da manutenção industrial, foi criada uma divisão que deveria focar apenas nas atividades pertinentes a manutenção preditiva. Formando esta equipe, foi indicado um mecânico experiente que deveria liderar a equipe e encarregar-se de toda a estruturação do programa.

Para componentes girantes, ou que gerem algum tipo de vibração, os métodos escolhidos foram a análise de vibração, análise de lubrificante, medição de temperatura, e inspeção sensitiva. Para componentes elétricos inicialmente o método de inspeção foi a termografia. Na Figura 1 tem-se uma linha do tempo da implementação das rotinas de manutenção preditiva.

Figura 1 - Linha do tempo implementação rotinas de manutenção preditiva



Fonte: O autor (2020)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conjunto de medidas que surgiram com a implantação das rotinas de manutenção preditiva na fábrica de papel situada cidade de Fraiburgo-SC, trouxeram resultados que puderam ser observados nos indicadores de produção e manutenção da fábrica.

Um ponto de fundamental relevância, é que a implantação das rotinas de manutenção preditiva possibilitou a criação de ordens de serviço para correção de situações antes de ocorrer uma falha propriamente dita. Esta pratica garante uma disponibilidade maior aos ativos da fábrica de modo que se conhecendo os problemas que se tem nos equipamentos, torna-se possível, e completamente viável o planejamento da manutenção, o que garante melhor aproveitamento de recursos, como materiais, peças e mão de obra. De fato, com o passar do tempo, o avanço e

melhoria dos métodos preditivos empregados na manutenção da fábrica, foi notório que os executantes trabalhavam cada vez mais em trabalhos apontados pela equipe de preditiva do que em trabalhos emergenciais (corretivas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa realizada e do estudo do método empregado pela empresa, é possível concluir que as rotinas de manutenção preditivas de fato trouxeram benefícios para a companhia. Por meio da análise de vibração foi possível a identificação de defeitos em equipamentos girante antes de ocasionar uma falha, as inspeções sensíveis garantem uma consciência situacional dos equipamentos instalados pois possuem uma periodicidade de inspeção menor e permitem que seja identificados defeitos de vários tipos. Por meio da análise de lubrificantes mostrou-se possível saber a eficácia da lubrificação de equipamentos chave além de dar uma ideia da situação do desgaste interno nos equipamentos. E para os acionamentos elétricos a termografia permitiu a identificação de pontos quentes que possivelmente ocasionariam uma falha.

É de extrema importância destacar que o conjunto destas ações trouxe uma melhoria nos indicadores de manutenção e produção, pois houve uma significativa diminuição nas horas paradas para manutenção na máquina de papel, o que impacta positivamente na arrecadação da empresa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a empresa Trombini Embalagens por permitir o desenvolvimento deste trabalho e também ao professor Giliarde Alves pelo auxílio e toda orientação fornecida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Samuel de. **Manutenção mecânica industrial**: conceitos básicos tecnologia aplicada. São Paulo: Érica, 2014.

KARDEC, Alan; NASCIF, Julio. **Manutenção**: função estratégica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009

OTANI, Mario. A proposta de desenvolvimento de gestão da manutenção industrial na busca da excelência ou classe mundial, **Revista Gestão Industrial**, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, n 02, p. 01-16,2008.

PEREIRA, Mário Jorge da Silva. **Técnicas avançadas de manutenção**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

SOUZA, Rodrigo de Queiroz. **Metodologia e desenvolvimento de um sistema de manutenção preditiva visando à melhoria da confiabilidade de ativos de usinas hidrelétricas**. Universidade de Brasília, 2008.

APLICAÇÕES DA AUTOMAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE: SIMULADORES DE ENSINO¹

Nataly Maximiliano, maxn028@hotmail.com²
Mayne Francieli Gonçalves, mayne@uniarp.edu.br³

Resumo – O presente relato tem como objetivo descrever as atividades desenvolvidas no trabalho de conclusão de curso de engenharia de controle e automação. A temática gira em torno da automação na medicina, mais precisamente nos simuladores para ensino da medicina. Como objetivo principal, o estudo busca demonstrar algumas aplicabilidades reais de automação nesta área, trazendo à luz informações a respeito de simuladores que auxiliam na aprendizagem. Como resultados, foi constatado a eficiência de cada simulador citado para o ensino da medicina. Percebeu-se que o uso de automação na medicina já é realidade, se fazendo presente em qualquer etapa do processo medicinal, desde o ensino da medicina, a preparação de medicamentos até o auxílio de cirurgias.

Palavras-chave: Automação. Fidelidade. Medicina. Simulação.

INTRODUÇÃO

A automação deixou há algum tempo de ser temática de filmes futuristas e ficção científica. Hoje, com um investimento razoavelmente baixo qualquer pessoa pode automatizar suas casas, seus escritórios ou ambiente de trabalho. As assistentes virtuais, como Alexa da Amazon ou Siri da Apple, já existem há alguns anos e nos últimos tempos têm se popularizado bastante no Brasil.

Partindo das informações apresentadas surge o problema desta pesquisa: Quais as aplicações de automação nas metodologias de ensino de medicina?

Neste contexto, justificada pela atualidade da temática abordada, em que a automação avança em praticamente todos os setores da indústria e da prestação de serviços, este estudo tem como objetivo demonstrar algumas aplicabilidades reais de automação no ensino da medicina.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O termo “automação” define a participação de computadores em processos industriais, com o objetivo de auxiliar ou substituir a força de trabalho humana. A automação preza: “[...] pela segurança, pelo aumento da qualidade do produto, redução de custos, aumento do fluxo de produção, e outras vantagens, permitindo um melhor planejamento e controle dos processos industriais”, explica Marques et al. (2017, p. 49).

A automação aplicada no setor da saúde pode vir de diversas formas distintas. A primeira delas está relacionada à medicina laboratorial que, de acordo com

¹ O presente trabalho, refere-se à Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Engenharia de Controle e Automação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmica do curso de Engenharia de Controle e Automação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora, Mestre do curso de Engenharia de Controle e Automação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Campana e Oplustil (2011), nas últimas décadas foi a principal via na busca por mais eficiência, rapidez e visibilidade das empresas que atuam neste setor. A partir daí a automação se expandiu para todas as fases e processos do laboratório clínico (pré-analítica, analítica e pós-analítica), graças principalmente à popularização dos conceitos de automação e dos resultados obtidos com as experiências tidas com laboratórios clínicos automatizados (CAMPANA; OPLUSTIL, 2011).

Kaneko e Lopes (2019), alertam que a segurança do paciente é o maior desafio na área da saúde, sendo a simulação realística um método para diminuição de falhas, e aperfeiçoamento de médicos.

O Simulador de RCP (Figura 1), conforme o fabricante, é um simulador de paciente jovem, da empresa SimulaCare que facilita o treinamento de suporte básico de emergência médica em reanimação cardiopulmonar, ou RCP, que consistem em uma sequência de manobras e procedimentos realizados em um paciente com parada cardíaca (CARDOSO, 2003; SIMULACARE, 2020).

Figura 2 – Simulador de RCP de baixa fidelidade, SimulaCare.



Fonte: SimulaCare (2020).

O Simulador de Habilidade Clínicas Juno (Figura 2), conforme o fabricante, é um simulador de paciente adulto, da empresa Civiam que possibilita práticas clínicas em UTI (CIVIAM, 2020).

Figura 2 – Simulador de habilidades clínicas de média fidelidade



Fonte: Civiam (2020).

O Simulador Cardiopulmonar Harvey® (Figura 3), conforme o fabricante, é um simulador de paciente adulto, da empresa Laerdal que possibilita a simulação de praticamente qualquer doença cardíaca, variando pressão arterial, pulsos, sons cardíacos, sopros e sons respiratórios (UNIVERSITY OF MIAMI, 2016).

Figura 3 – Simulador Cardiopulmonar Harvey® de alta fidelidade, Laerdal.



Fonte: University of Miami (2016).

METODOLOGIA

A metodologia do trabalho tem como caráter a pesquisa bibliográfica e estudo de caso, em que foram realizadas pesquisas a respeito da temática selecionada que ajudaram a levar a uma discussão e análise dos dados qualitativos coletados.

O foco principal do estudo corresponde a identificação de algumas aplicações de automação nas metodologias de ensino em cursos de medicina. Este conteúdo é extremamente amplo, considerando que a maioria dos equipamentos clínicos relacionados a execução de exames possuem algum nível de automação aplicada. Com base nisso, a pesquisa foi delimitada a estudar três simuladores relacionados a área cardíaca. Bem como foram identificados de maneira genérica as aplicações de automação e outras técnicas habilitadas em cada simulador estudado, listados no Quadro 1.

Quadro 1 – Comparativo entre os simuladores de baixa, média e alta fidelidade.

TÉCNICAS HABILITADAS	SIMULADOR DE BAIXA FIDELIDADE	SIMULADOR DE MÉDIA FIDELIDADE	SIMULADOR DE ALTA FIDELIDADE
Reconhecimento de Pulso		X	X
Reconhecimento de Pressão		X	X
Reconhecimento de Frequência Cardíaca		X	X
Reconhecimento de Respiração			X
Manobra de RCP	X		
Abertura de Boca	X	X	
Procedimento de Irrigação de Olhos e Ouvidos	X	X	
Suporta Ventilação Simulada	X	X	
Permite Injeções Intramusculares		X	
Recurso de Fala		X	X
Plataforma de Software		X	X
Sons Programáveis			X
Nível de Automação	0%	50%	100%

Fonte: A autora (2020).

No que tange aos simuladores, por fim, foi desenvolvido um esboço de automação para o simulador de baixa fidelidade, com intuito de melhorar a avaliação de desempenho dos estudantes em simulação em RCP com simulador de baixa fidelidade. Neste esboço foi inserido, ambú, pistão, motor, molas, sensor, bomba de líquidos, mangueiras, microcontrolador e display.

Para finalizar este estudo relacionado a automação na medicina, foi realizado a aplicação de um questionário com alunos do Curso de Medicina da UNIARP, juntamente com profissionais das áreas de automação e saúde, sobre suas opiniões em relação as tecnologias na área da saúde e aos equipamentos automatizados.

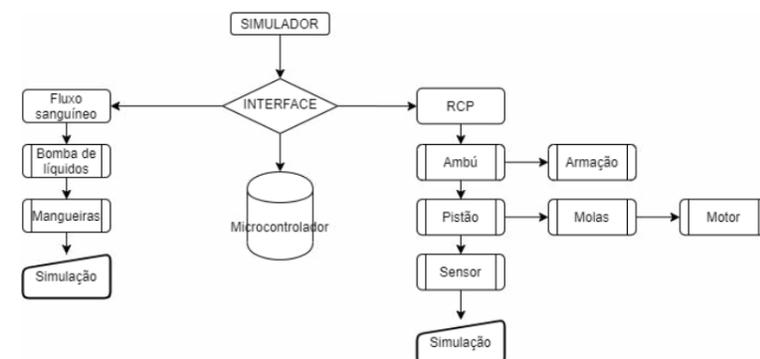
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da pesquisa do estudo foi constatado a eficiência de cada simulador citado anteriormente para o ensino da medicina; o de baixa fidelidade para manuseio direto de RCP, o de média fidelidade com algumas tecnologias implantadas, possibilitando o reconhecimento de pulso, pressão e frequência cardíaca, e o de alta fidelidade com alto nível de tecnologia, possibilitando a ausculta cardíaca praticamente realística. Os simuladores estudados demonstram resultados diferentes, pois cada um contém sua aplicação, mas destacando que um complementa o ensinamento do outro.

Além disso, foi possível identificar que quanto maior a fidelidade maior o nível de automação, apresentando um destaque para o simulador de alta fidelidade que é totalmente automatizado permitindo por meio de um comando alterar a patologia cardíaca simulada, proporcionando assim que os acadêmicos possam realizar a ausculta cardíaca de condições que com pacientes reais nem sempre se tem um participante com aquela patologia.

Já o simulador de baixa fidelidade não possui nenhuma aplicação de automação, desta forma, foi desenvolvido um esboço de automação do simulador de baixa fidelidade de RCP, para tal, foi elaborado um fluxograma, descrevendo como seria esse sistema de simulação, conforme mostra a Figura 4.

Figura 4 – Fluxograma do esboço do simulador de baixa fidelidade de RCP.



Fonte: A autora (2020).

O esboço é composto por uma interface, construída com um display e um microcontrolador, onde será possível escolher o cenário que deseja ser simulado, onde poderá ser escolhido entre simulação de RCP ou simulação de fluxo sanguíneo.

Por fim, os questionários abordaram questões fundamentais sobre a aplicabilidade da automação e simuladores, obtendo como maior índice de resposta que a automação é fundamental na área da saúde, tanto pela visão dos estudantes e professores médicos quanto por engenheiros e técnicos de automação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho foi apresentado algumas aplicações reais de automação no ensino da medicina. Para tal, foi destacado três tipos de simuladores relacionados a área cardíaca, sendo um de baixa, um de média e um de alta fidelidade.

Além disso, foi desenvolvido um esboço de automação de um simulador de baixa fidelidade, demonstrando que mesmo um equipamento que atualmente não possui automação, pode ser projetado e implantado uma automação para melhorar os resultados apresentados por este. Cabe destacar, que atualmente cada simulador tem a sua utilização e aplicação no ensino da medicina, mas se forem desenvolvidas novas automações pode-se ter um simulador que englobe todos os procedimentos e operações necessárias daquela determinada área.

Destaca-se ainda os resultados obtidos pela aplicação dos questionários de pesquisa para acadêmicos e professores da área de medicina e para engenheiros e técnicos de automação, sendo que nos três grupos focos da pesquisa ficou evidenciado o reconhecimento de que a automação agrega significativamente no estudo da medicina.

Desta forma, fica comprovado que a automação dentro da área da saúde, em especial na medicina, veio para ficar. Praticamente qualquer etapa do processo medicinal pode ser automatizada, desde o ensino da medicina, a preparação de medicamentos e o auxílio de cirurgias.

REFERÊNCIAS

CAMPANA, Gustavo Aguiar; OPLUSTIL, Carmen Paz. **Conceitos de automação na medicina laboratorial: revisão de literatura.** J Bras Patol Med Lab, v. 47, n. 2, p. 119-127, abril, 2011.

CARDOSO, Telma Abdalla de Oliveira. **Manual de Primeiros Socorros.** Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2003.

CIVIAM. **CAE Juno.** [Site institucional]. Disponível em: <https://simulacaomedica.civiam.com.br/produto/cae-juno/>. Acesso em: 07, set. 2020.

KANEKO, Regina Mayumi Utiyama; LOPES, Maria Helena Baena de Moraes. Cenário em simulação realística em saúde: o que é relevante para a sua elaboração? *. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 53, e03453, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342019000100602&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20, nov. 2020.

MARQUES, Jean Liecheski. et al. Proposta de uma bancada de baixo custo para o ensino de automação industrial de acordo com as normas de segurança. **Revista de Ensino de Engenharia**, v.36, n. 2, p. 47-62, 2017.

SIMULACARE. **Manequim Simulador Adulto Torso Avançado para RCP e Intubação com Painel Eletrônico - 80 BB.** [Site institucional]. Disponível em: <http://www.simulacare.com.br/80BB-Manequim-Torso-Avançado-com-Painel-RCP.asp>. Acesso em: 29, out. 2020.

UNIVERSITY OF MIAMI. **Harvey Technical Service Manual: The Cardiopulmonary Patient Simulator.** Florida: P.O Box, 2016.

ESTUDO RODOVIÁRIO DA INTERSEÇÃO LOCALIZADA NO ENTRONCAMENTO DA RODOVIA SC 355 KM 47 + 630 E O ACESSO AO LOTEAMENTO LUIZ DOMINGOS DA CIDADE DE VIDEIRA¹

Eliezero Felipe Ribeiro Alves, eliezero44@hotmail.com²

Miguel Mello, miguelasmello@gmail.com³

Resumo – O trabalho em questão tem como objeto de estudo o acesso localizado no km 47 + 630 metros, da rodovia estadual SC -355, que é a ligação principal do loteamento Luiz Domingos do Bairro Rio das Pedras da cidade de Videira – SC, com a rede rodoviária nacional. E a rodovia SC-355 é de suma importância para o trânsito da cidade de Videira, pois, através desta, é feita a conexão com as cidades vizinhas que são Fraiburgo, Iomere, Arroio Trinta e Salto Veloso, e também receber parte do fluxo vindos das rodovias circundantes ao município, SC 135 e SC 452, portanto, o volume médio diário de veículos é alto e em sua maioria composto por veículos pesados. O trecho estudado apresenta limite de velocidade de 80km/h, velocidade essa que por uma análise simples e indutiva do local se mostra incoerente com a velocidade real dos veículos que por ali trafegam. Na situação atual, é comum a recorrência de acidentes no trecho estudado. Portanto, tem-se como propósito deste trabalho e objetivo geral, estudar o acesso e desenvolver os projetos de interseção, conforme rege o manual de interseção do DNIT (2005). E assim com a execução de um projeto geométrico e de sinalização, haverá melhorias nas condições de tráfego. Através das soluções apresentadas para o acesso, buscou-se, solucionar os problemas relativos à ausência de segurança, tornando-a mais confortável e segura para aqueles que por ela transitam. Assim neste relatório, serão apresentados os estudos realizados, além das metodologias utilizadas. Tal como o processo que resultou nos projetos planialtimétrico em que com base neste e outros, apresentá-los. A interseção reprojeta que por sua vez é uma interseção de três ramos simples sem sinalização semafórica, de solução canalizada, com a direção dos movimentos ordenadas pela sinalização horizontal e vertical.

Palavras-chave: Interseção. Projetos. Ponto crítico.

INTRODUÇÃO

Inicialmente se faz necessário mencionar que a definição para interseção é dada como sendo a área onde duas ou mais vias se interceptam, ou seja, é a confluência criada no entroncamento delas, destinadas aos movimentos inerentes dos veículos no cruzamento das vias, em geral (DNIT, 2005).

Os acidentes rodoviários têm se mostrado um problema trágico e complicado de se lidar nos últimos tempos, pois conforme dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), confirmou-se que cerca de 1,2 milhões de pessoas são mortas e milhões são feridas ou ficam incapacitadas, todos os anos em decorrência de acidentes de trânsito (OMS, 2007).

Outrossim, com relação ao acesso localizado na Rodovia SC - 355 km 47 + 630 m, principal acesso ao loteamento Luiz Domingos, Bairro Rio das Pedras da cidade

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Trabalho de Conclusão de Curso da 10ª fase do curso de Engenharia Civil.

² Acadêmico do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professor, Mestre do curso de Engenharia Civil da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

de Videira –SC, que é uma amostra da falta de planejamento, visto que por sua vez é um acesso pouco sinalizado e que resulta em uma série de acidentes todos os anos.

Deste modo, o propósito deste trabalho, tem como escopo primordial e objetivo geral, estudar o acesso e desenvolver os projetos de interseção, conforme rege o manual de interseção do DNIT (2005), e com as soluções apresentadas para o acesso ao loteamento Luiz Domingos da Cidade de Videira – SC, localizado no km 47 + 630 metros, da rodovia Estadual SC – 355, buscou-se, solucionar os problemas relativos a ausência de segurança, tornando-a mais confortável e segura para aqueles que por ela transitam.

Desta maneira, a pesquisa teve como pauta, os seguintes objetivos específicos, realização de estudo de tráfego para determinar a frota de veículos circulante na atualidade; o levantamento topográfico para a obtenção de projeto planialtimétrico do acesso; desenvolvimento de projeto geométrico da interseção de forma a proporcionar segurança, conforto e comodidade aos usuários da via; e por fim, a elaboração de projeto de sinalização vertical e horizontal da interseção.

SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

Conforme Instituído na Lei nº 9.503 do ano de 1997, no seu artigo 5º (quinto), o sistema nacional de trânsito (SNT) que é o conjunto de órgãos e entidades governamentais criados com a finalidade de gerir todo o sistema viário com diretrizes, normas e procedimentos, que visem à segurança, à fluidez e o conforto do trânsito brasileiro (BRASIL, 1997).

SISTEMA URBANO VIÁRIO

Encontrasse no parágrafo primeiro do artigo 1º do CTB, que “considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga” (BRASIL, 1997, p. 01).

Vias

Para o DNER (1998) o Brasil possui um sério problema com as suas próprias rodovias, visto que as áreas lindeiras das rodovias evoluíram de forma desordenada, faltando planejamento e recursos suficientes, para soluções mais seguras e eficientes.

Por seguinte, permite-se que as interseções em nível sejam construídas nas rodovias, algo que foge do próprio conceito de via de trânsito rápido o qual consta no CTB (BRASIL, 1997, p. 93) “[...] aquela caracterizada por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível”. A existência de uma interseção cria uma mistura de alto risco, onde veículos em velocidade circulam com outros em baixa

Interseções

As interseções, segundo AASHTO (2001 apud LOCK, 2014) são pontos conflitantes onde duas ou mais vias se encontram ou cruzam e no conjunto viário apresentam no geral uma vasta vantagem em eficiência, segurança e custo de operação, tornando-se uma parte importante do conjunto viário, pois propicia a simultaneidade dos movimentos dos veículos, e estabelece meios mais cômodos e confortáveis as pessoas que atravessam o cruzamento.

Em vista das propriedades descontínuas das interseções, é comumente encontrado situações críticas, que normalmente se tem a necessidade de procurar

tratamentos especiais de segurança das áreas onde existe conflitos nos sentidos das correntes de tráfego (DNIT, 2005).

METODOLOGIA

Levantamento de Dados Qualitativos

Os trabalhos tiveram como início, uma análise qualitativa da interseção. Assim, segundo Silva (2005, p. 20) que apresenta o método qualitativo como sendo a análise que “[...] não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. [...]”.

Portanto, por meio de uma avaliação indutiva do pesquisador, isto é, a partir de observações in loco, se buscou levantar alguns dados considerado essenciais e citados no manual do DNIT (2005), dados sobre a volume e composição e horários de pico da frota circulante, imperfeições na pista para as ocorrências de acidentes, e ainda, verificar quais são os principais obstáculos e desafios enfrentados pelos pedestres e motoristas ao atravessar a via.

Levantamento Topográfico

Conforme, a Instrução de Serviço – IS 201, do DNIT (2006b), os estudos topográficos, tem por objetivo a concepção do modelo topográfico digital do terreno que possibilita a visualização da geometria do traçado selecionado e desta forma, mediante os elementos topográficos coletados seja possível continuar os estudos, em vistas, dos projetos geométricos finais.

O levantamento se objetivou no levantamento dos pontos que possibilitaria a identificação da posição do bordos e eixos das pistas, além de locação de postes e placas existentes no local.

Estudo de Tráfego

De acordo com DNIT (2006, p. 101) as pesquisas de tráfego são “os procedimentos normalmente utilizados na engenharia de tráfego para o levantamento de dados de campo são as pesquisas, que podem ser feitas mediante entrevista ou por observação direta”.

Ainda conforme DNIT (2006), a função das contagens volumétricas refere-se a análise in loco, para quantificar, classificar e setorizar os veículos que compõem o tráfego, registrando desta forma, dados importantes como sentidos de fluxos, quantidades, categorias, e horários em que os veículos passam por um ou vários pontos viários de estudo em determinada unidade de tempo. A pesquisa gerará por fim informações que são usadas em análises de capacidade da interseção, avaliação das causas dos índices de acidentes, dimensionamento do pavimento e dimensionamento da interseção, dentre outras melhorias.

Projetos

Em conformidade com DNIT (2005), realizou-se os projetos geométrico atendendo todas as diretrizes da norma, definição da frota circulante, do veículo de projeto, da solução para a interseção, além das principais orientações contida em normas já citadas.

Portanto, a fim de desenvolver os projetos de sinalização viária, se faz um controle consciente do projeto, em que separa o processo de criação em 3 (três) etapas, onde, busca encontrar meios para conduzir em segurança os condutores dos

veículos na travessia da interseção, e para isto, tem-se no primeiro instante do projeto, a necessidade de se fazer os lançamento dos sinais de sinalização, como placas indicativas, de advertência, e obrigatórias, logo se faz o lançamento das marcas e inscrições no pavimento e finalizar o processo com o lançamento dos dispositivos auxiliares (DNIT, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na atual situação, é comum a recorrência de acidentes no trecho da interseção estudada. De acordo o levantamento preliminar, no cadastro rodoviário da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE) no ano de 2020 foi possível coletar dados referente a via.

Outrossim, a Polícia Rodoviária Estadual emitiu um relatório do período de 01 de janeiro 2015 até o dia 19 de abril de 2020, em que estão registrados um total de 153 (cento e cinquenta e três) pessoas envolvidas nos acidentes, resta consignar que deste número, 05 (cinco) foram vítimas fatais, referente a interseção estudada e suas proximidades, conforme, pode ser observado, no relatório dos acidentes no Anexo A.

O levantamento topográfico foi realizado com o equipamento Estação Total Leica TCR 1205, de posse da empresa Topoeste Engenharia e Meio Ambiente de Videira. Para a realização do mesmo teve-se o auxílio de Vinício Sarmento, acadêmico da UNIARP e encarregado pelo equipamento.

Após o levantamento de toda a interseção, um arquivo de pontos foi gerado pelo equipamento, e com o auxílio do software AutoCAD Civil 3D, foram ligados os pontos e gerado o projeto planialtimétrico, com a demarcação dos bordos e eixos, postes, acessos e edificações.

Com isso, realizou-se a contagem volumétrica de veículos com o auxílio das imagens de monitoramento de uma empresa, a qual encontra-se próxima a interseção. Foram observadas vinte e quatro horas por dia (das 00:00 às 23:59), de três dias diferentes (terça-feira 25/08, quarta-feira 26/08 e quinta-feira 27/08). Foi analisado o trânsito de veículos dos sentidos Videira a Fraiburgo, Fraiburgo a Videira, Videira ao Loteamento Luiz Domingos, Loteamento Luiz Domingos a Videira, Fraiburgo ao Luiz Domingos e Loteamento Luiz Domingos a Fraiburgo.

Após contagem volumétrica dos veículos, os números foram convertidos para Unidades de Carro de Passeio (UCP), pois, de acordo com DNIT (2006c), é conveniente representar cada tipo de veículo em UCP, que é o número equivalente de carros de passeio que exerce os mesmos efeitos na capacidade da rodovia que o veículo referido.

Em vista do Manual de Projeto de Interseções (DNIT, 2005), deve ser escolhido o tipo de interseção a partir de uma visão socioeconômica, levando em consideração as exigências técnicas de trânsito (velocidade, volume e composição do tráfego), as exigências do terreno e arredores e os custos de instalação, operação e manutenção. Diante disso, para esse projeto, propôs-se uma interseção com três ramos sem sinalização semafórica, de solução canalizada, onde de acordo com o Manual de Projetos de Interseções (2005), é a solução na qual os movimentos do tráfego podem ser definidos através da sinalização horizontal, por meio de ilhas ou de outras maneiras, de maneira a minimizar os conflitos.

O projeto de sinalização foi executado de acordo com o que preconiza o Manual de Sinalização Rodoviária (DNIT, 2010), que menciona que a sinalização vertical é estabelecida através de placas, painéis e dispositivos auxiliares, situados na posição vertical, implantados à margem da via ou suspensos sobre ela, regulamentando e advertindo os usuários, além de indicar orientar e informar os mesmos. Quanto a

sinalização horizontal, menciona que é formada pelo conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, propiciando maior segurança e conforto aos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido com embasamento nas orientações do DNIT. Com o levantamento topográfico, obteve-se os limites da interseção atual, demarcação dos bordos, eixo, locação dos postes e dispositivos de drenagem, além das curvas de nível de que foram geradas de 1,00 em 1,00m, e com base neste se pode desenvolver os projetos da interseção propriamente dita e sempre buscando a melhor solução em vista dos resultados do estudo de tráfego realizado.

Não foi necessária mudança de gabarito e greide da interseção, apenas uma adequação da sinalização com implantação de ilhas, faixas de aceleração, faixas de desaceleração e sinalização vertical e horizontal. Tal adequação da interseção trará maior segurança aos usuários, além de conforto e trafegabilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº9.503, de 23 de setembro de 1997. Lex: Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm. Acesso em: 10 de mar. de 2020.

DNER- Departamento De Estradas De Rodagem. Guia de Redução de Acidentes com Base em Medidas de Engenharia de Baixo Custo. Rio de Janeiro: Diretoria de Estudos e Projetos. Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa, 1998.

DNIT- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Manual de Projetos de Interseções. 2. ed. Rio de Janeiro: Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa. Instituto de Pesquisas Rodoviárias, 2005. _____ . Manual de Estudos de Tráfego. Rio de Janeiro: Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa. Instituto de Pesquisas Rodoviárias, 2006.

_____. Manual de Sinalização Rodoviária. Rio de Janeiro: Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa. Instituto de Pesquisas Rodoviárias, 2010.

LOCK, Wagner Fontanari. Estudo de Tráfego na Interseção Entre a Av. João Pessoa e Rua Coronel Oscar Rafael Jost na cidade de Santa Cruz do Sul/RS. 2014. Dissertação (Bacharelado em Engenharia Civil) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

OMS, Drinking and Driving: A Road Safety Manual for Decision-Makers and Practitioners. Geneva, Global Road Safety Partnership, 2007.

PIMENTA, Carlos Reinaldo Toledo; OLIVEIRA, Márcio Pires de. Introdução ao Projeto Geométrico de Interseções Rodoviárias. [S.l: s.n.], 2002.

SILVA, Edna Lúcia da. Metodologia da pesquisa e Elaboração de Dissertação. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

CIÊNCIAS HUMANAS E CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Trabalhos oriundos de Práticas de Estágio

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EMPRESA RÁDIO CAÇANJURÊ DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Angélica Alves Pereira
Rafael Seidel

RESUMO

Este relatório trata da experiência da acadêmica Angélica Alves Pereira no estágio obrigatório na área de jornalismo na Rádio Caçanjurê. As atividades a serem desenvolvidas pela acadêmica na empresa Rádio Caçanjurê, integrante do grupo RBV Rádios, envolveram radiojornalismo, redação jornalística e jornalismo digital. A ideia era desenvolver as habilidades da acadêmica dentro do âmbito da empresa, de forma a aprender com os profissionais do local assim como colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula.

O foco da acadêmica foi desenvolver as habilidades em jornalismo para a rádio, que atualmente envolve o radiojornalismo, ou a produção de conteúdo em formato de áudio. O radiojornalismo e a redação jornalística andam de mãos dadas, por isso as pretensões da acadêmica envolviam a produção de roteiros para arquivos de áudios que poderiam vir a ser veiculados na rádio.

Da mesma forma, as atividades realizadas em jornalismo digital tinham por objetivo desenvolver as habilidades construídas durante o curso, além de exercitar as habilidades desenvolvidas no telejornalismo. A ideia era produção criativa para alimentar as redes sociais da Rádio Caçanjurê, de forma a aumentar o engajamento das plataformas em que a empresa também está inserida.

1 INTRODUÇÃO

O foco da acadêmica foi desenvolver as habilidades em jornalismo para a rádio, que atualmente envolve o radiojornalismo, ou a produção de conteúdo em formato de áudio. O radiojornalismo e a redação jornalística andam de mãos dadas, por isso as pretensões da acadêmica envolviam a produção de roteiros para arquivos de áudios que poderiam vir a ser veiculados na rádio.

Da mesma forma, as atividades realizadas em jornalismo digital tinham por objetivo desenvolver as habilidades construídas durante o curso. Por isso, uma das atividades realizadas dentro do jornalismo digital foi a de edição de vídeos. A ideia era produção criativa para alimentar as redes sociais da Rádio Caçanjurê, de forma a aumentar o engajamento das plataformas em que a empresa também está inserida.

É na tecnologia que a rádio encontra seu refúgio. As modernizações que passaram a ocorrer logo após a Segunda Guerra Mundial facilitaram a difusão do radiojornalismo. Com a tecnologia, ficava cada vez mais fácil levar conteúdo rápido e de qualidade para os programas ao vivo. Com o tempo, a tecnologia passou a se fortalecer cada vez mais e levar ainda mais refinamento para o radiojornalismo, até que, por fim, aliada a tecnologia e a uma reinvenção constante, tornou-se indispensável, como afirma a historiadora e jornalista Gisela Swetlana Ortriwano (1985, p. 22):

Já no final do decênio, em 1959, o rádio brasileiro está em condições de acelerar a sua corrida para um jornalismo mais atuante, ao vivo, permitindo que reportagens fossem transmitidas diretamente da rua e entrevistas realizadas fora dos estúdios [...] A Rádio Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, lança um tipo de programa que seria depois adotado pelas emissoras de todo o país: os serviços de utilidade pública. A inovação foi introduzida pelo jornalista Reinaldo Jardim, que teve como objetivo reestabelecer o diálogo com os ouvintes. (ORTRIWANO, 1985, p. 22).

Com a internet, o jornalismo veio a se fortalecer. Trouxe ainda mais imediatismo para o ramo e isso não foi diferente na rádio. Agora, é possível difundir notícias de forma ainda mais rápida e fácil, já que é mais simples levar material para dentro do estúdio. Esta nova realidade com certeza ajudou a remodelar o rádio e, também, a fortalecer sua influência. Afinal, o objetivo não é a disputa entre mídias, mas sim a interação das duas, para que juntas, o jornalismo se torne mais transparente e de qualidade.

2 IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA E DA ORGANIZAÇÃO

A acadêmica, através da experiência adquirida no curso de Jornalismo, assim como a experiência prática adquirida com o estágio, pode propor algumas melhorias para a Rádio Caçanjurê.

Entre elas, a acadêmica propôs a criação de um podcast semanal com assuntos relevantes sobre a região e o país. O podcast é uma mídia de transmissão de informação que pode ser sobre qualquer conteúdo. A vantagem é que pode ser facilmente veiculado através do Spotify ou Deezer.

Através da criação de conteúdo exclusivo, como o podcast, por exemplo, a Rádio Caçanjurê pode aumentar o engajamento no perfil do Instagram, a fim de atingir os dez mil seguidores para poder utilizar de diversas ferramentas que a rede social disponibiliza.

Uma forma de aumentar o engajamento do perfil do Instagram da rádio seria promover as lives que aconteciam no estúdio da Rádio Caçanjurê antes da pandemia do novo coronavírus. Por tanto, as lives podem ser feitas via Instagram, duas contas simultaneamente, com o locutor no estúdio e os artistas em suas casas. Esta também seria uma maneira de promover as páginas pessoais dos artistas.

3 RESULTADOS

A acadêmica, através de suas vivências no curso de Jornalismo, pode trazer algumas experiências pessoais para o âmbito da empresa Rádio Caçanjurê. Um dos maiores desafios é manter a rádio também relevante nas redes sociais, através do Facebook e Instagram.

O Facebook da rádio possui muitas curtidas, porém o Instagram poderia ter mais interatividade, de modo a liberar algumas ferramentas da plataforma. Deste modo, a acadêmica optou por tentar abordagens mais inclusivas nesta rede social, como questionários, jogos e sorteios. Os sorteios são o que mais movimentam a plataforma, já que incentiva que mais pessoas curtam o perfil.

Uma das sugestões também foi a criação de um podcast, entretanto este não foi levado adiante. O podcast é uma forma muito simples de divulgação de conteúdo, principalmente para pessoas que gostam de ouvir rádio, já que os formatos são semelhantes. Entretanto, o podcast é criado sob demanda e pode ser ouvido em qualquer lugar, de qualquer forma, em qualquer horário. Ou seja, diferente da rádio, o conteúdo pode ser revisitado.

Através da coluna “Água na Boca”, a acadêmica conseguiu uma maior interação em pelo menos duas plataformas, o Facebook e o Youtube. Principalmente porque o projeto da coluna tem como objetivo trazer experiências pessoais e

memórias das pessoas que trabalham na rádio, de forma a incentivar o sentimentalismo dos ouvintes e por consequência, a interatividade. Além disso, todo mundo gosta de uma boa receita de um bom prato típico, principalmente se ele evoca uma boa lembrança.

4 CONCLUSÃO

A realização do estágio é uma oportunidade que os acadêmicos têm de vivenciarem experiências envolvendo sua futura profissão. É também uma oportunidade de colocar em prática as habilidades aprendidas durante o curso, de forma a auxiliar no crescimento da empresa escolhida.

De forma geral, o estágio na Rádio Caçanjurê propiciou momentos de muito crescimento para a acadêmica, que pode entrar em contato não apenas com todos os profissionais envolvidos no funcionamento de uma rádio, sendo eles jornalistas ou não, mas também com os ouvintes. Isto deu a oportunidade à acadêmica de visualizar a área jornalística de diversos ângulos, já que dentro de uma rádio é possível encontrar muitas áreas do jornalismo.

Na área da informação rápida e de confiança, ter o contato com profissionais sérios, que prezem pela qualidade das informações é de grande aprendizado ao acadêmico. Além da experiência adquirida em diversas áreas, não apenas na rádio em si.

O objetivo principal do estágio era o entendimento de como fazer jornalismo para rádio. Entretanto, na era da informação, é difícil manter o trabalho do jornalista reduzido a este ou aquele veículo de comunicação, já que hoje é necessário que o jornalismo seja amplo e multiplataforma. Esta é a lição mais preciosa aprendida pela acadêmica.

Mas, lição ainda mais importante, foi a da importância de se reinventar. A Rádio 92 FM tem 30 anos de existência, porém sua rádio irmã, a rádio Caçanjurê, também integrante do grupo RBV, completa em 2020 setenta e dois anos de existência. A Caçanjurê é a prova de como uma rádio pode se reinventar para se manter relevante nos tempos atuais, lições preciosas passadas dos profissionais da Caçanjurê para os profissionais da 92 e da rádio Transamérica, que,

consequentemente, passam para os novos profissionais no mercado, como a acadêmica e estagiária, Angélica Alves Pereira.

REFERÊNCIAS

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **França 1938, III Copa do Mundo: o Rádio Brasileiro Estava Lá.** in Revista Comunicações & Artes, São Paulo, ECA-USP, n. 34, 2º quadrimestre 1998, pp. 5-16

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos.** São Paulo: Summus, 1985

TAVARES Jr, Carlos Augusto. **Radiojornalismo: Compartilhamento e expressividades no ciberespaço.** Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-28022014-112615/publico/carlostavaresCorrigida.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CALABRE, Lia. **A Era do Rádio: Memória e História.** ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História. Disponível em: <http://www.faccamp.br/ojs/index.php/RMPE/article/view/75>
<http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.22/ANPUH.S22.379.pdf/65>. Acesso em: 27 jun. 2020.

KLOCKNER, Luciano. **O Repórter Esso e a Globalização:** a produção de sentido no primeiro noticiário radiofônico mundial. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande /MS – setembro 2001. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/5722246430643375767694402644968017367.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2020.



A GESTÃO ESCOLAR EM UM INSTITUIÇÃO ESTADUAL DE ENSINO¹

Karoline Copetti Teles de Oliveira²
Prof. Ms. Paulo Roberto Gonçalves³

Resumo – A Gestão Escolar passou por diferentes significações entre tempos e espaços distintos. Atualmente é amparada por leis e diretrizes, onde é estabelecido que a mesma, deve ocorrer no meio educacional de maneira participativa e democrática, onde toda a comunidade escolar atua ativamente no processo de ensino, por meio do Projeto Político Pedagógico, da Associação de Pais e Professores, do Conselho Deliberativo Escolar e Grêmio Estudantil. Dessa forma, o presente estudo apresenta como se dá a Gestão Escolar em uma Instituição de Ensino Estadual. Durante a realização da pesquisa, identificou-se que o papel do gestor vai muito além de assumir uma função de liderança na escola, é dominar a área pedagógica, administrativa e financeira, tendo como conhecimento as leis que regem o cenário educacional e o sistema de ensino, para assim estar devidamente amparado e guiado em suas ações. É ter habilidades como uma boa comunicação, empatia, paciência, resiliência, espírito de liderança, para assim melhor guiar diversas pessoas, com especificidades únicas. Antes de ser um bom gestor, deve ser um excelente docente.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Gestão Democrática e Participativa. Gestor Escolar.

INTRODUÇÃO

A Gestão Escolar no decorrer da trajetória educacional, apresentou mudanças importantes, antes vista como uma gestão autocrática, científica e centrada na administração, atualmente é desenvolvida por meio de uma gestão democrática e participativa, ampara e norteada por leis e diretrizes. Um bom gestor escolar deve ter uma diversidade de habilidades e conhecimentos, devendo conhecer as leis que regulamentam o sistema de ensino, para assim saber como agir. Deve ter uma boa comunicação e espírito de liderança.

Por motivos de pandemia, as instituições escolares estão fechadas, logo a observação ocorreu de modo atípico aos demais anos, se deu através de uma entrevista realizada com uma gestora escolar. No primeiro capítulo, será apresentado os marcos normativos da Gestão Escolar no Brasil e como a mesma se mostra. Na segunda parte, contém o relato das observações realizadas no decorrer do estágio e por fim uma análise referente ao mesmo.

GESTÃO ESCOLAR

A trajetória da Gestão Escolar no Brasil, se despertou após o processo de Industrialização (VIEIRA; BUSSOLOTI, 2019). A LDB 9394/96, afirma no seu artigo 3º, inciso VIII, que “a gestão escolar de ensino deve ser democrática, tendo assim que respeitar as leis que regulamentam o sistema de ensino” (BRASIL, 1996). As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), trazem que “a

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Estágio Curricular Obrigatório em Gestão Escolar do Curso de Pedagogia.

² Acadêmica do curso de Pedagogia da UNIARP.

³ Professor Orientador de Estágios do curso de Pedagogia da UNIARP.

gestão democrática é entendida como princípio que orienta os processos e procedimentos administrativos e pedagógicos, no âmbito da escola e nas suas relações com os demais órgãos do sistema educativo de que faz parte”.

Anteriormente a direção escolar tinha como foco o diretor, onde o mesmo geria a escola, a controlava e a supervisionava de acordo com as normas preestabelecidas (VIEIRA; BUSSOLOTTI, 2019). O gestor atualmente necessita ter diversas habilidades e competências, pois enfrenta uma diversidade de situações em que terá que saber resolver-las e gerenciar-las, tendo funções administrativas e pedagógicas (LUCK, 2009). Ainda sob o ponto de vista de Lück, “O trabalho de gestão escolar exige, pois, o exercício de múltiplas competências específicas e dos mais variados matizes. A sua diversidade é um desafio para os gestores” (LUCK, 2009, p.25).

O Projeto Político Pedagógico é um documento construído por toda a comunidade escolar de maneira participativa e democrática, no mesmo se encontra a identificação da unidade escolar, seus marcos referenciais, entre outras informações relacionadas a instituição. A construção do mesmo, demanda constantes atualizações no projeto e a participação de toda a comunidade escolar (VIEIRA; VIDAL; NOGUEIRA, 2020). A avaliação é uma ação essencial para que se cheguem aos objetivos previstos, é na mesma que é analisado se as estratégias adotadas estão funcionando ou não, para assim poder agir. A avaliação não deve ter o direcionamento de punir ou premiar, mas deve ser um instrumento de investigação de desempenho, para possíveis intervenções e melhorias (VASCONCELOS, 2019).

METODOLOGIA

Por conta da pandemia e quarentena pelo Covid-19, as escolas não estão fazendo aulas presenciais, logo não conseguimos realizar a observação, aplicando assim um questionário com uma gestora da Rede Estadual de ensino, para isso foi utilizado a plataforma Formulários do Google. A Escola atende 1551 alunos, abrangendo as etapas do Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, nos turnos Matutino, Vespertino e Noturno. Contendo 76 docentes, para ministrarem aulas, a Instituição de Ensino se localiza próximo ao Centro da Cidade, atendendo uma clientela diversificada, em sua maioria famílias de classe média. Segundo a Gestora Escolar, o IDEB da escola é dividido, nos Anos Iniciais é 7, nos Anos Finais 4,8 e o ensino médio não consta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Gestora Escolar é formada em Pedagogia e possui 7 anos de experiência na área de gestão, mas trabalha na educação há 32 anos. Passou pelas escolas de ensino privado, estadual e municipal, gosta muito de estar no meio de crianças e jovens e ama ser professora educadora. A mesma comentou que “A escola é um espaço natural para integração, mediação, inclusão e transformação de pessoas através do conhecimento e partilha de experiências”. A mesma assumiu a função de gestora nessa instituição de ensino quando trabalhava como orientadora educacional, a diretora anterior havia ficado doente e teve que se afastar. Assim a atual gestora automaticamente foi assumindo, sendo primeiramente indicada, em 2016 venceu a eleição para diretor da escola estadual. Também foi eleita em 2018 para gestão até 2022.

A diretora relata que as maiores dificuldades frente a direção escolar é o trabalho permanente de práticas pedagógicas eficientes no processo ensino e aprendizagem, a ampliação da participação de pais do fundamental II e ensino médio, a valorização da escola e estudos e também a ampliação da consciência do aluno. Através desse relato, observamos que os pais são mais presentes e participativos na vida escolar de seus filhos quando eles são mais novos e estão na Educação Infantil e Ensino Fundamental I, quando os estudantes chegam no Ensino Fundamental II e Ensino Médio a presença dos pais decaem.

A educadora e gestora discorre sobre seu maior sonho frente a função que exerce, “Que a escola pública seja de fato valorizada, que o aluno aprenda muito e que os espaços físicos ofereçam condições adequadas para a construção do conhecimento e a pesquisa seja a premissa”. Sabemos que a realidade da educação atualmente é diversa e a estruturas das instituições escolas nem sempre são espaços que estimulam o aprender.

Na escola estadual é praticada uma liderança democrática e compartilhada, firmada nas leis que regulamentam a educação. Onde há um exercício árduo diário, constante, exigindo paciência, conhecimento nas áreas pedagógica, administrativa e gestão financeira. Se faz necessário acolher todas as pessoas, saber ouvir e manter a comunicação clara e transparente. O Conselho Deliberativo Escolar, a Associação de Pais e Professores e o Grêmio Estudantil, são formados através de eleições conforme as normativas. As reuniões são sistemáticas e sempre juntos com a direção.

Atualmente a comunicação entre família e escola, se dá por meio de WhatsApp, telefone, redes sociais e o Google sala de aula. Na instituição escolar, os conflitos e problemas de faltas/baixo rendimento dos professores, são resolvidos através de diálogo, quando o docente falta a coordenação da escola é quem assume as turmas a qual o professor ministra aulas, mas ocorrem poucas faltas. Em relação ao baixo rendimento a gestora traz que age da seguinte maneira, “Conversamos orientamos e damos o suporte, processo lento e complexo, porém necessário.

Em relação ao caso de baixo rendimento por parte dos estudantes, ocorre a recuperação paralela que é prevista por lei, também o segundo professor oferece um maior suporte a esses alunos, realizando o atendimento individual. Sempre que necessário esses alunos com maiores dificuldades e baixo rendimento constantes, são encaminhados para especialistas. Por fim a gestora traz que para que ocorra uma boa gestão se faz necessário a prática da Pedagogia da Escuta, exigindo do gestor educacional comprometimento, paciência e perseverança, onde o mesmo deve dar exemplo, sendo presença sempre.

O Projeto Político Pedagógico da instituição escolar estadual está atualizado com o ano atual, podendo ser encontrado facilmente no site oficial da escola, disponibilizado de modo digital. Por conta da pandemia, o PPP foi reformulado em julho deste ano, por meio da plataforma de HangoutsMeet, onde ocorreu uma web-conferência com os membros escolares para atualização do documento, de acordo com as legislações vigentes. O mesmo foi submetido à aprovação pelos conselhos escolares, assembleia geral e por toda a comunidade educacional.

No PPP consta as características da escola e da clientela que a mesma atende, as dimensões físicas, financeiras e administrativas, informações sobre o rendimento escolar, recuperação e métodos avaliativos, o funcionamento da escola e normas a serem seguidas, a proposta curricular, metas e estratégias a serem alcançadas, legislação e normalização, avaliação e consolidação do PPP e projetos que serão explorados no decorrer do ano letivo. O documento é completo e abrange diversas

informações relevantes, na elaboração e reformulação do mesmo foi feita uma ata e foi coletado a assinatura dos envolvidos nesse processo.

Por meio das observações, pudemos analisar que a escola é gerida de modo democrático, participativo e compartilhado, o que está amparado e exigido por leis e orientações para o Gestor Escolar conforme apresentado no corpo do presente relatório. Envolvendo toda a comunidade educacional nas tomadas de decisões, esse tipo de gestão se estabelece na instituição de ensino através do Conselho Deliberativo Escolar, Associação de Pais e Professores e do Grêmio Estudantil, onde todos os membros escolares participam de maneira democrática. O Projeto Político Pedagógico encontra-se atualizado e de acordo com as legislações vigentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que a observação não tenha ocorrido de fato, por conta da quarentena e pandemia, as respostas dadas no questionário enviado à gestora foram esclarecedoras. Pudemos observar que ser gestor vai muito além de assumir uma função de liderança na escola, é dominar a área pedagógica, administrativa e financeira, tendo como conhecimento as leis que regem o cenário educacional e o sistema de ensino, para assim estar devidamente amparado e guiado em suas ações. É ter habilidades como uma boa comunicação, empatia, paciência, resiliência, espírito de liderança, para assim melhor guiar diversas pessoas, com especificidades únicas. Antes de ser um bom gestor, deve ser um excelente docente.

Nas escolas estaduais a escolha de gestores não ocorre por indicação, mas sim de maneira democrática, por meio de eleições, onde os candidatos ao cargo devem elaborar planos e estratégias para a instituição escolar que desejam gerenciar, após isso ocorre as votações, em que a comunidade escolar opta por um candidato. O gestor fica nessa função por quatro anos, até que haja outra eleição.

A gestão não deve ser autocrática, onde o poder é centralizado no diretor escolar, mas deve ser democrática e participativa, sendo o gestor transparente e comunicativo em suas ações. Nesse modo de gestão, todos da comunidade escolar, se tornam agentes ativos e participativos nas decisões que envolvem a instituição. Por isso, houve a criação da Associação de Pais e Professores, do Conselho Deliberativo Escolar e do Grêmio Estudantil, fazendo com que todos tivessem voz e envolvimento. A gestão democrática e participativa é prevista por lei, devendo ser seguida em todas as instituições educacionais.

Os membros escolares elaboram o Projeto Político Pedagógico, onde no mesmo contêm informações sobre a instituição escolar, a comunidade, a visão e missão da escola, seus objetivos, metas, etc. No projeto fica estabelecido o Marco Referencial, que é onde a escola deseja estar e chegar, seu objetivo. Para cada objetivo é elaborada uma estratégia, para assim chegar ao Marco Referencial.

Após a realização da entrevista com a gestora, análise de respostas e das demais pesquisas e estudos, concluímos que a gestão da escola explorada ocorre de maneira democrática, participativa e compartilhada, firmada na legislação educacional vigente. As informações passadas pela gestora à acadêmica, foram extremamente importantes e significativas para a estudante entender como ocorre a gestão escolar e para a sua formação acadêmica e profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013.

LÜCK, H. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências**. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

VASCONCELOS, Cristiane Regina Dourado. A gestão escolar e o acompanhamento da avaliação: algumas possibilidades. **Revista Práxis Pedagógica**, n.3, p.1-16, set./dez., 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/276529583.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

VIEIRA, Ana Elisa Ribeiro; BUSSOLOTI, Juliana Marcondes. Gestão Escolar: um estudo de caso sobre Escolas Técnicas. **Interação Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 20, n. 1, p. 45-70, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unis.edu.br/index.php/interacao/article/view/167/152>. Acesso em: 17 set. 2020.

VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloisa Maia; NOGUEIRA, Jaana Flavia Fernandes. **A gestão escolar no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

A UTILIZAÇÃO DA BNCC PARA O ENSINO DE LÍNGUAGENS:¹

ANÁLISE DA APLICABILIDADE DOS ESTÁGIOS CURRICULARES OBRIGATÓRIOS DO CURSO DE LETRAS–TRILÍNGUE ANTES E DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Carla Moro Baldissera, krlabeautiful@hotmail.com²

Rafaela Carneiro Scopel, rafaelascopel@gmail.com³

Wesley Gonçalves de Oliveira, wesley_g_cdr@hotmail.com⁴

Naricléia Terezinha Faustino, naricleia@hotmail.com⁵

Resumo – A análise dos estágios curriculares obrigatórios realizados pelos acadêmicos do curso de Letras-Trilíngue, com a reflexão da utilização da Base Nacional Comum Curricular para a prática pedagógica no ensino de Línguas expõe a experiência docente na disciplina de Língua Portuguesa, antes da pandemia da COVID-19, e nas disciplinas de Língua Inglesa e Língua Espanhola durante o período de isolamento social.

Palavras-chave: Estágio. BNCC. Línguas. Português. Estrangeiras.

INTRODUÇÃO

O curso de Letras-Trilíngue, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, proporciona aos acadêmicos, a habilitação para o ensino em várias áreas das línguas, habilitando o profissional nas disciplinas de Língua Portuguesa, Inglesa e Espanhola. Nas três últimas fases do curso, inicia-se o confronto da teoria com a prática, por meio dos estágios curriculares obrigatórios. Cada acadêmico realiza seus estágios em uma turma do Ensino Fundamental II e uma do Ensino Médio.

Para poder atuar em sala de aula com os alunos, os acadêmicos desenvolvem um projeto de estágio, com a escolha de um tema central, a fim de realizar a experimentação da prática pedagógica. A partir disso, escolheu-se, portanto, um tema que está em alta e é relativamente novo na educação brasileira, sendo este: a utilização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no ensino de línguas.

Porém, neste ano de 2020, houve uma calamidade pública, a qual assolou não só o país, mas o mundo inteiro: a pandemia da COVID-19. Os acadêmicos do curso de Letras-Trilíngue tiveram sua prática de estágio reestruturada devido a tal situação. Foi designado, portanto, que os estágios ocorreriam de forma remota.

Para que tal problemática seja esclarecida, objetiva-se a exposição da prática docente do ensino da Língua Portuguesa e Estrangeira, por meio da utilização das habilidades e objetivos da Base Nacional Comum Curricular e com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, em meio a dois cenários, sendo um atípico, demonstrando a experimentação das temáticas e metodologias, nos vários aspectos do ensino de línguas, visando a busca do desenvolvimento das

¹ O presente trabalho, refere-se à prática de estágio curricular obrigatório da 10ª fase do curso de Letras-Trilíngue.

² Acadêmica do curso de Letras-Trilíngue da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Letras-Trilíngue da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Letras-Trilíngue da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Professora do curso de Letras-Trilíngue da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

competências e habilidades da BNCC; e a explanação da experiência no trabalho pedagógico com e sem o contato com os alunos em sala de aula.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O ENSINO DE LÍNGUAS

Desde os primórdios, sabe-se que o uso da linguagem foi essencial para se estabelecer contato, fosse ela por meio de símbolos, gestos ou da fala. Além disso, a evolução das línguas foi essencial para que a humanidade também evoluísse.

A educação como um todo, na história do Brasil, é bem tardia, pois, conforme o exposto de Vilela (2018, n.p) desde 1500, data em que o Brasil é descoberto, até 1549, em que os jesuítas assumem a posição de educadores no território brasileiro. Após um longo período decorrido e com muitas tentativas de comunicação, de acordo com Gaspar (2011, n.p), estabelece-se um meio de contato linguístico, principalmente por parte dos jesuítas, que tinham a intenção de educar os indígenas para convertê-los ao Catolicismo, acarretando, então, em trocas de dialetos entre o Tupi e o português portucalense. É importante salientar que a partir da vinda da Família Real conforme aponta Rodrigues (2007 apud SALVADOR; SANTOS, 2008, p. 5) é que a educação teve grandes avanços, principalmente no ensino de línguas estrangeiras.

Durante todo o processo de aprendizagem, o país foi embasado por várias leis e mudanças, a cada nova lei, incumbiam-se novos recursos, materiais e até mesmo métodos de aprendizagem. Podendo ser citados os Parâmetros Curriculares Nacionais que norteavam os professores para uma normatização dos conteúdos trabalhados, porém deixaram de ser utilizados para dar vez à Base Nacional Comum Curricular, a qual tornou-se a nova referência dos professores a partir de 2017.

A BNCC traz competências, habilidades e objetivos que deverão ser desenvolvidos pelos alunos ao longo do seu processo de aprendizagem, como pode ser visto na própria Base que “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017a, n.p). Esse documento foi implantado com o objetivo de padronizar o ensino regular, promovendo uma linearidade nos conteúdos para que dessa forma sejam reduzidas as dificuldades sofridas pelos educandos.

Entende-se que cabe ao profissional de Letras realizar o ensino de línguas com uma abordagem menos tradicionalista. Afinal,

A diferença entre ensinar uma prática e ensinar para que o aluno desenvolva uma competência ou habilidade não é mera questão terminológica. Na escola, onde se predomina uma concepção da leitura e da escrita como competências, concebe-se a atividade de ler e de escrever como um conjunto de habilidades progressivamente desenvolvidas até se chegar a uma competência leitora e escritora ideal: a do usuário proficiente da língua escrita (KLEIMAM, 2007, p. 2).

Percebe-se que a BNCC traz essa terminologia de desenvolvimento das competências e habilidades citadas pela autora, pois “é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais” em que todos os indivíduos possuirão uma educação de qualidade em todo o território brasileiro, terão uma “aprendizagem e desenvolvimento a que todos [...] têm direito” (BRASIL, 2017b, n.p).

A língua estrangeira é muito desprestigiada pelos educandos brasileiros, pois os mesmos não veem um sentido para o estudo de uma segunda língua, uma vez

que são ensinados, desde a infância, somente no idioma materno (Língua Portuguesa), o que resulta na perda de algumas oportunidades profissionais, sociais e pessoais.

[...] a disciplina Línguas Estrangeiras na escola visa a ensinar um idioma estrangeiro e, ao mesmo tempo, cumprir outros compromissos com os educandos, como, por exemplo, contribuir para a formação de indivíduos como parte de suas preocupações educacionais (BRASIL, 2006, p. 91).

Portanto, o profissional de letras tem a possibilidade de atrair a atenção dos educandos, por meio da utilização da BNCC, com conteúdos e metodologias inovadoras, fazendo o uso de materiais de seu consumo diário do discente, a fim de exemplificar a importância da linguagem na vida do ser humano, na atualidade.

METODOLOGIA

A prática de estágio curricular obrigatório do curso de Letras-Trilíngue, tem alguns passos para acontecer: na sétima fase, os acadêmicos desenvolvem um projeto de estágio direcionado ao componente curricular Língua Portuguesa, com a escolha de um tema; após aprovação da professora orientadora, na oitava fase, é escolhida uma turma do Ensino Fundamental II e uma do Médio, de uma instituição de ensino para o efetivo trabalho, com a aprovação da direção e professor; já na escola, são algumas aulas de observação nas turmas escolhidas para análise de perfil dos alunos e a linha de trabalho do professor da disciplina, além observar a rotina da própria instituição, é nesse momento, também, que o professor e os acadêmicos alinham os conteúdos a serem trabalhados com os alunos em sala de aula. Após isso, os acadêmicos elaboram os seus planos de aula e apresentam para a professora orientadora de estágio que opinará sobre as atividades, tempo de aplicação e aprovará os mesmos para o trabalho pedagógico. Por fim, é o momento de ir para a sala de aula, já com todas as atividades e recursos necessários para a atuação docente.

Na oitava fase, o componente curricular objeto de estágio é o de Língua Portuguesa. Os acadêmicos realizaram esse período no segundo semestre do ano de 2019, de forma presencial, ou seja, com a participação dos alunos para a explanação dos conteúdos e realização de atividades, em paralelo a isso, realizou-se a confecção do projeto de estágio direcionado à língua estrangeira.

No primeiro semestre de 2020, os acadêmicos iniciaram o processo para realizar o estágio na Língua Inglesa, porém todas as atividades foram interrompidas devido à pandemia da COVID-19 acarretando na suspensão das aulas, às quais não havia previsão de retorno. Assim, em meio a tantas tentativas para que houvesse a realização do referido estágio, entrou-se em acordo com a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe e, após a aprovação da Coordenação Geral, os estagiários aplicariam as aulas com o uso de tecnologias virtuais, uma vez que era o cenário que os professores estavam enfrentando.

Os processos então mudaram, uma vez que não seria trabalhado com os alunos, então, o procedimento da aplicabilidade do estágio consistiu na elaboração de dez planos de aula para cada turma, sendo uma do Ensino Fundamental II e uma do Ensino Médio, dentro dos conteúdos programáticos e com o tema do projeto anteriormente realizado. Tais planejamentos foram lidos e aprovados pela professora orientadora do estágio e, após essa aprovação, os acadêmicos desenvolveram e disponibilizaram todas as atividades propostas no Google Classroom. Assim, o estágio foi realizado por meio de videoconferência, momento

em que foram apresentadas as aulas, metodologias utilizadas e atividades, bem como a apresentação da videoaula solicitada em que o acadêmico explica o conteúdo a ser trabalhado. Todo o desenvolvimento foi realizado pensando-se no efetivo trabalho com alunos das turmas propostas e relatando-se essa experiência.

Por fim, o segundo semestre de 2020, os acadêmicos agora na décima fase do curso, realizaram o estágio curricular obrigatório em Língua Espanhola. Como o cenário de pandemia não se alterou, esse estágio ocorreu da mesma maneira remota (on-line). Todos os passos se repetiram, porém, teve-se que adaptar, já que não é mais língua estrangeira obrigatória, mas sem dificuldades, pois a BNCC é um excelente documento de auxílio, possibilitando adaptações. Realizou-se, também, o relatório dessa experiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da experiência vivenciada nos estágios curriculares obrigatórios do curso de Letras-Trilíngue, é possível ter uma prática docente na área de atuação profissional, bem como realizar o confronto da teoria até então aprendida. Na área das linguagens, pôde-se analisar que as competências, habilidades e objetivos presentes nesse documento esclarecem ao professor um limiar do conhecimento de mundo que o educando adquire de forma a relacionar as diversas áreas da linguagem, pois o mesmo terá contato com o meio digital, social, interdisciplinar e linguista.

Também, observou-se que a organização da Base proporciona um trabalho mais amplo no que diz respeito ao uso das tecnologias, utilizando as TICs, seja em modalidade presencial ou remoto, já que o mundo está globalizado no meio tecnológico e os educandos são os pioneiros dessas tecnologias. Além do trabalho com a língua materna, o Português, que intercala a explanação das diversas áreas do conhecimento dentro da disciplina, experimentou-se o uso da BNCC na língua estrangeira, mesmo que o ensino obrigatório seja apenas o inglês. Os acadêmicos não tiveram problemas em utilizar as mesmas habilidades e objetivos, convertendo-os para a Língua Espanhola, visto que essas habilidades proporcionam, mesmo que adaptadas, um caminho ao professor para o seu trabalho pedagógico.

Outrossim, analisou-se, discutiu-se e refletiu-se sobre o trabalho pedagógico realizado com os alunos, já que o contato direto com os alunos o estagiário pode observar e até mesmo modificar a explanação ou atividade que está desenvolvendo, contando também da experiência e visão de mundo que o aluno dispõe em sala de aula. Já na ausência de alunos, o acadêmico acaba por não ter uma referência de experimentação, ficando muitas vezes na dúvida se o educando conseguiria realizar a atividade, se a forma como está sendo explicado está coerente com o conhecimento que se tem, além de não ter um feedback em pontos estratégicos, automatizando-se assim a aula. Constata-se, portanto, que os estágios curriculares obrigatórios realizados, em modalidade presencial e remoto, foram de grande valia para a construção de conhecimento e na reflexão pedagógica do futuro profissional de Letras-Trilíngue, no âmbito de docência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estágios supervisionados obrigatórios realizados pelos acadêmicos do curso de Letras-Trilíngue, embora os estágios de língua estrangeira foram realizados de forma digital e sem participação de educandos da escola de nível

básico, considera-se que foram de grande valia para o aprendizado didático-pedagógico do profissional de Letras. Além disso, pôde-se aproveitar o uso de ferramentas digitais e da metodologia on-line na aplicação das aulas e atividades, bem como levar a reflexão de que o aluno é a principal ferramenta de trabalho de um educador. Também, foi possível manter uma sequência didática contemplando os objetivos da BNCC, tanto em Língua Portuguesa, quanto em Língua Estrangeira, sendo a língua obrigatória, o Inglês, ou a adaptação para o Espanhol.

Acredita-se, portanto, que a utilização da BNCC na prática do ensino de linguagens realmente vem para auxiliar os professores em como mediar o conhecimento dos alunos na construção do repertório linguístico global e individualizado, visando a construção de caráter social. A explanação e os exemplos que contemplam e partem da realidade de mundo do educando auxiliam demasiadamente no ensino-aprendizagem, levando em conta que a união entre a teoria e a prática instiga a curiosidade dele, o que resulta na aprendizagem propriamente dita.

AGRADECIMENTOS

Um sincero agradecimento ao corpo docente da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe afinal, os ensinamentos e incentivos foram fundamentais para o desempenho acadêmico do corpo discente da instituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 1). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. **Educação é a base**. 2017a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. **A base**. 2017b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 26 out. 2020.

GASPAR, Lúcia. **Línguas Indígenas no Brasil**. PESQUISA ESCOLAR ONLINE, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 2011. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=832:linguas-indigenas-no-brasil&catid=47:letra-l. Acesso em: 26 out. 2020.

KLEIMAN, Angela B. **Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 73-87. *In*: Signo. ORLANDI, Eni P. Santa Cruz do Sul, v.32 n 53, p. 1-25, dez, 2007.

SALVADOR, Alzenaide C. O.; SANTOS, Luana V. dos. **O Ensino de Espanhol na Educação Básica Brasileira: uma retrospectiva histórica**. 2008. Anais da XVI Semana de Humanidades (ISSN 2175-7593). GT 38 – El español em su diversidad. Disponível em: <https://cchla.ufm.br/humanidades/ARTIGOS/GT38/O%20ENSINO%20DE%20ESPA%20NHOL%20NA%20EDUCACAO%20BASICA%20BRASILEIRA%20UMA%20RETROS>

PECTIVA%20HISTORICA.pdf. Acesso em: 26 out. 2020.

VILELA, Thiago Dutra. **Linha do Tempo da História da Educação no Brasil**. OCOMPRESSO, 2018. Disponível em: <https://www.ocomprimido.com/dose-diaria/linha-do-tempo-da-historia-da-educacao-no-brasil/>. Acesso em: 26 out. 2020.

LEVANTAMENTO FLORÍSTICO DE UMA ÁREA DE FLORESTA DE OMBROFITA MISTA¹

Deive Carlet, deivec29@outlook.com²

Resumo – Nos tempos atuais devido ao crescimento da sociedade humana em aspectos econômicos e sociais, nos deparamos com a diminuição das áreas verdes,. Esse fator se adere devido ao desenvolvimento humano sendo praticamente impossível de ser evitado uma vez estar interligado ao abastecimento da economia e sobrevivência da nossa sociedade. O Brasil é um país rico em biomas sendo eles Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampas e Pantanal, distribuídos em seus mais de 61 % de mata nativa em seu território (Ministério do Meio Ambiente, 2020). No que se refere a mata nativa da região sul do Brasil é classificado com Ombrofito Mista, tendo como característica marcante a presença da *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze, conhecida também como Pinheiro Brasileiro é uma árvore de grande porte nativa, podendo ser encontrada em toda a extensão da região sul do Brasil e países vizinhos. O levantamento florístico é de grande importância para preservação ambiental, uma vez que através dele é estabelecido a biodiversidade do local, sendo essencial para a preservação e recuperação do meio ambiente.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Região Sul. Levantamento Florístico.

INTRODUÇÃO

É de grande importância para o Biólogo ou responsável por efetuar atividades referentes ao levantamento de flora e atividades voltadas para a preservação ambiental em áreas de APP (Áreas de Preservação Permanente) ou compensação conhecimento de metodologia e legislação ambiental voltadas a esse campo são essenciais para uma eficiente pesquisa ou atividade uma vez que exigem aprimoramento na sua aplicação em campo.

O Brasil é um país rico em biomas sendo eles Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampas e Pantanal, distribuídos em seus mais de 61 % de mata nativa em seu território (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2020).

No que se refere a mata nativa da região sul do território brasileiro é classificado com Ombrofito Mista, tendo como característica marcante a presença da *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze, conhecida também como Pinheiro Brasileiro é uma árvore de grande porte podendo ser encontrada em toda a extensão da região sul do Brasil e países vizinhos (SONEGO; BACKES; SOUZA, 2007).

O levantamento florístico é de essencial importância para preservação ambiental, uma vez que através dela é estabelecido normas e orientações para a preservação e recuperação de uma área pre determinada levando em conta

conhecimento das espécies presentes, através de informações para a realização de pesquisas mais aprofundadas (IURK, 2008).

Para garantir a preservação de florestas e do meio ambiente foi estabelecido o Código Florestal a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 12.651/2012) que estabelece normas e diretrizes para práticas de compensação e reflorestamento em áreas florestais além de leis de proteção em áreas de APP (Área de Preservação Permanente) e RL (Reserva Legal) (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Brasil possui em seu território vários ecossistemas ricos em biodiversidade que abrange inúmeras formas de vida. E de grande importância à compreensão desses seres uma vez que atividades humanas podem interferir em sua conservação diminuindo sua ocorrência conseqüentemente suas populações e por fim ocasionando sua extinção (NASCIMENTO; LONGHI; BRENA, 2001).

A vegetação típica da região sul do Brasil e a Floresta Ombrófila Mista, resultado da união de floras de origem austral-andina e floras de origem tropical afro-brasileira. Esse tipo de floresta é composta por áreas savânicas e estépicas, resultando em um mosaico florístico, a espécie *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze, é uma característica fisionômica desse tipo de floresta (SONEGO; BACKES; SOUZA, 2007).

Análises florísticas contribuem para o entendimento do desenvolvimento vegetal de uma determinada área, elas caracterizam a estrutura da amostra encontrada além de seu estado de sucessão (MAGGIONI; LARROCCA, 2009).

Segundo Peccatiello (2011), com a realização de análises e possível obter informações essenciais para a formalização de leis e políticas públicas voltadas ao meio ambiente de modo que possa garantir futuras pesquisas e atividades de manejo florestal destas espécies, resultando em novos modelos ao uso sustentável e potencial econômico das florestas.

A elaboração do levantamento de flora deve apresentar dados sucintos e confiáveis, pois quando incompletos ou incongruentes podem resultar em danos para as espécies da área levantada e invalidar a pesquisa desenvolvida (PESAMOSCA; LUDTKE).

METODOLOGIA

A pesquisa consiste em um levantamento de flora em uma área destinada para ser utilizada como área de recuperação. O método escolhido para as atividades práticas em campo e realização do referido projeto foi o de "caminhamento". Segundo IBHE 2012, essa técnica consiste em estabelecer linhas imaginárias onde era efetuado uma caminhada em sentido reto de borda a borda da área determinada, efetuando coletas de amostras da vegetação e seguida efetuando a classificação e identificação das mesmas através de herbários virtuais, referência teórico adequado e consulta com especialistas, seguindo a metodologia.

¹ O presente trabalho refere-se à atividade de Estágio Curricular Obrigatório do curso de Ciências Biológicas.

² Acadêmico do curso de Ciências Biológicas da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Durante os meses de outubro a novembro foram efetuadas visitas a área destinada a pesquisa, onde foram coletados dados dos respectivos exemplares e amostras dos mesmos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento de finalização desse trabalho foi constatado cerca de 28 amostras de flora divididas em 23 famílias.

Quadro 1 – Amostras de flora.

nome científico	família	nome popular
<i>Lithraea brasiliensis</i>	anacardiáceas	aroeira-braba
<i>vernonanthura petiolaris</i>	Asteraceae	vassourao
<i>Schinus terebinthifolia</i>	Anacardiaceae	aroeira-pimenteira
<i>Solanum mauritianum</i>	solanaceae	fumo-brabo
<i>Tabernaemontana laeta</i>	Apocynaceae	Jasmim de leite
<i>Balfourodendron riedelianum</i>	Rutaceae	guatambu
<i>Tovomitopsis paniculata</i>	Clusiaceae	clusia-brava
<i>Ilex amara</i>	Aquifoliaceae	erva-mate crioula
<i>myrsine coriacea</i> (Sw.) R.Br.	Primulaceae	caporroquinha
<i>schefflera calva</i>	Araliaceae	mandioqueiro
<i>Raulinoreitzia</i>	Asteraceae	vassourão-de-brinco
<i>Ipomoea bahiensis</i> Willd. ex Roem. Schult.	Convolvulaceae	jetirana
<i>Podocarpus elatus</i>	Podocarpaceae	pinheiro marrom
<i>Mollinedia schottiana</i> (Spreng.) Perkins	Monimiaceae	pimenteira
<i>Clethra scabra</i> Pers	Clethraceae	carne de vaca
<i>Araucaria angustifolia</i>	Araucariaceae	Pinheiro-brasileiro
<i>Calyptanthes lucida</i> Mart. ex DC.	Myrtaceae	guamirim
<i>Eugenia mosenii</i> (Kausel) Sobral	Myrtaceae	guamirim
<i>Allophylus edulis</i> (A.St.-Hil., Cambess. & A. Juss.) Radlk.	Sapindaceae	chal-chal
<i>Casearia decandra</i> Jacq.	Salicaceae	guaçatonga,
<i>Ilex theezans</i> Mart. ex Reissek	Aquifoliaceae	caúna
<i>Vantanea compacta</i> (Schnizl.) Cuatrec.	Humiriaceae	guaraparim
<i>Pouteria venosa</i> (Mart.) Baehni	Sapotaceae	guacá-de-leite
<i>Ficus adhatodifolia</i> Schott	Moraceae	figueira
<i>Myrciaria tenella</i> (DC.) O. Berg	Myrtaceae	cambui
<i>Myrcianthes gigantea</i> (D. Legrand) D. Legrand	Myrtaceae	araça-do-mato
<i>Sebastiania commersoniana</i> (Baill.) L.B. Sm. & Downs	Euphorbiaceae	branquinho
<i>Zanthoxylum caribaeum</i> Lam.	Rutaceae	mamica-de-cadela

Fonte: Flora digital (2020).

Em comparação a outros trabalhos como de Maggioni e Lorosca (2009) que apresentou dados de 143 espécies, pertencentes a 59 famílias (GUEDES et.al, 2015) com dados de 192 espécies, distribuídas em 59 famílias, é nítida a diferença nas porcentagens finais, isso se adere muito a fatores como o local onde as pesquisas foram realizadas o tamanho da área em questão, em ambos os trabalhos foram executados utilizando o mesmo método de caminhada e recolhimento de amostra para identificação, mas devido a área da referida pesquisa ser classificada como uma área de borda ela já apresenta uma certa inferioridade em comparação as demais que estão mais introduzidas para o interior da mata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a finalização desse referido projeto notou-se que a área pesquisa apresentou ser constituída de mata nativa da região sul, sendo constituída por *Araucaria Angustifolia* (Araucarias) e *Eugenia mosenii* (Kausel) Sobral (guamirim), sendo essa última amplamente distribuída em toda a extensão da área, mas ela demanda de uma atenção maior, pois apresentou pouca biodiversidade por estar em uma área onde futuramente sofrera atividades industriais aos seus arredores. Além disso, a poluição sonora que afugenta a fauna em especial as aves que dificulta a dispersão de sementes. Para a realização de trabalho notou-se sendo as maiores dificuldades o tempo para analisar os dados.

REFERÊNCIAS

BIOMAS. Ministerio do Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/itemlist/category/12-biomass>. Acessado em: 17 de novembro de 2020.

GIEHL, E.L.H. (coordenador) 2020. **Flora digital do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina**. Disponível em: URL: <http://floradigital.ufsc.br>. acessado em: 18 de novembro de 2020.

SONEGO, R.C; BACKES, A; SOUZA, A.F. **Descrição da estrutura de uma Floresta Ombrófila Mista, RS, Brasil, utilizando estimadores não-paramétricos de riqueza e rarefação de amostras**. São Leopoldo- RS, P.1-13, março de 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-33062007000400019&script=sci_abstract&lng=pt. Acessado em: 17 de novembro de 2020.

IBGE-Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Serie manuais técnicos em geociência, n1.

IURK, M.C. **Levantamento florístico de um fragmento de Floresta Ombrófila Mista aluvial do Rio Iguaçu, Município de Palmeira - PR** / Curitiba- PR, p.1-114, fevereiro de 2008. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/14619>. Acessado em: 17 de novembro de 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Institui o novo código florestal brasileiro.

BRASIL. **Lei nº 20.922**, de 16 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.botuvera.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/lei-12651-2012-codigo-florestal.pdf>. Acessado em: 17 de novembro de 2020.

NASCIMENTO, A.R.T.; LONGHI, S.J; BRENA, D.A. **Estrutura e padrões de distribuição espacial de espécies arboreas em uma amostra de Floresta Ombrófila Mista em Nova Prata, RS**. Nova Prata –RS, P.1-15, v.11, n.1, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaflorestal/article/view/499/0>. Acessado em: 17 de novembro de 2020.

MAGGIONI, C; LOROCCA, J. **Levantamento Florístico de um Fragmento de Floresta Ombrófila Mista em Farroupilha/RS**. Farroupilha –RS,p.1-13, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8486751-Levantamento-floristico-de-um-fragmento-de-floresta-ombrofila-mista-em-farroupilha-rs.html>. Acessado em: 17 de novembro de 2020.

PECCATIELLO, A.F.O. **Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000)**. Nº24, jul./dez. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/21542/17081>. Acessado em: 17 de novembro de 2020.

PESAMOSSCA, S.C; LUDTKE, R. **Levantamento Florístico**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/23999108-Levantamento-floristico.html>. Acessado em: 17 de novembro de 2020.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE GESTÃO ESCOLAR¹

Tháise Maiara Ferreira de Lima, fthaisemaiara@gmail.com²
Paulo Gonçalves, goncalves@uniarp.edi.br³

RESUMO

O estágio de gestão escolar é uma oportunidade para os acadêmicos mostrarem o conhecimento adquirido em sala de aula, experiência, aprendizado e vivências com o currículo pedagógico, e também pode ser uma oportunidade para aprender e se desenvolver na prática no dia-a-dia na unidade escolar. Neste relatório apresentaremos os resultados das leituras, observações e intervenção de forma diferenciada, pois devido a pandemia não pudemos realizar o estágio de forma presencial mas por meio de perguntas enviadas pelo e-mail do diretor escolar, então apresentamos no primeiro capítulo o referencial teórico que fundamenta esta etapa, que relata a trajetória da Educação Básica e a Legislação pertinente a essa modalidade de ensino bem como as metodologias e didáticas utilizadas. No segundo capítulo, relatamos as experiências de vivências na escola de ensino fundamental Frei Caneca, em Lebon Régis / SC aonde pudemos observar pelas perguntas e respostas do Diretor e compreender os resultados e de como toda a equipe docente se responsabiliza referente aos projetos determinados nesta fase sobre ensino sobre metodologia, conteúdos comportamento dos alunos, relação professores e alunos, avaliação e outros itens que apareceram durante nossa estada na Unidade Escolar.

Palavras-chave: gestão, escolar, currículo, pedagógico, metodologia.

INTRODUÇÃO

O Estágio em Gestão Escolar apresentou-se como uma oportunidade, como acadêmica, de demonstrar os conhecimentos adquiridos durante as aulas, vivências, estudos e encontros, dentro do curso de Pedagogia e também a oportunidade de conhecermos sobre a prática da educação no cotidiano de uma Unidade Escolar.

Durante este semestre, vivenciando uma Pandemia e uma situação totalmente inédita, realizamos todas as atividades previstas para a realização do Estágio, sendo que o local escolhido foi a Escola de Educação Básica Frei Caneca, no Município de Lebon Régis/SC.

Neste Relatório estaremos apresentando os resultados das nossas leituras, observações e intervenções realizadas nesta área, sendo que no primeiro capítulo apresentamos o referencial teórico que nos deu base para este estágio, onde relatamos a trajetória da Educação Básica, a legislação pertinente a essa modalidade de ensino bem como as metodologias e didáticas utilizadas.

No segundo capítulo relatamos a experiência vivenciada na Escola de Educação Básica Frei Caneca, município de Lebon Régis/SC, onde pude observar as condições e perceber os resultados do trabalho de toda a equipe pedagógica, a partir dos itens pré-estabelecidos para este estágio: didática, metodologia,

¹ Resumo do relatório de Estágio em Gestão Escolar – Curso de Pedagogia Uniarp

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da Uniarp

³ Professor Orientador de Estágios do Curso de Pedagogia da Uniarp

conteúdos, comportamento dos alunos, relação professores e alunos, avaliação e outros itens que apareceram durante nossa estada na Unidade Escolar citada.

Finalizando, estaremos apresentando uma Análise Geral sobre as teorias e práticas observadas durante o estágio com uma visão crítica sobre a realidade desta modalidade de ensino.

GESTÃO ESCOLAR

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

De acordo com Dourado (1998), A gestão democrática é um processo de aprendizagem e luta que pressupõe nas especificidades da prática social e na sua relativa autonomia a possibilidade de criar fundos para a participação efetiva de toda a comunidade escolar na gestão escolar. Ou seja, a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar no cotidiano escolar. O processo de gestão nas escolas vai além da gestão administrativa e visa estimular a participação de diferentes pessoas por meio da expressão de aspectos financeiros, pedagógicos e administrativos.

Nesse contexto,

O gestor é aquele que direciona suas atividades para uma educação de qualidade, e seu objetivo é dividir tarefas e integrar ideias e atividades entre a escola, família e comunidade. A propósito, Ferreira afirma que “governança democrática é o processo de articular uma estratégia de ação para atingir objetivos específicos e requer lideranças focadas nas competências, legitimidade e credibilidade” (2001, p. 165).

Alguns componentes básicos da governança democrática:

- Constituição do Conselho Escolar;
- Desenvolvimento de um Projeto Político Pedagógico de forma coletiva e participativa;
- Definição e supervisão do orçamento escolar pela comunidade escolar;
- Abertura de responsabilidade e transparência;
- Avaliação institucional da escola, professores, dirigentes, alunos, corpo técnico;
- Eleições diretas para o diretor.

Além disso, na aplicação de uma política de educação universal, a democratização das admissões e a manutenção do aluno em uma escola de qualidade devem ser consideradas uma prioridade educacional. Os conselhos escolares, representados pela comunidade, foram introduzidos pela Lei no. 9.394/96. Essa forma de participação fortalece os interesses coletivos da ação pública e é um mecanismo político de superação do papel central da autoridade escolar.

A implantação de 7.293 conselhos escolares possibilita que diferentes setores da sociedade participem de forma democrática e institucional na gestão escolar. § 2º do art. 14 da Lei nº. 9.394 / 96 confirma a necessidade de “participação da escola e da comunidade local nos conselhos escolares ou equivalentes”.

Quando se trata de gestão participativa no contexto de uma escola pública, refere-se à relação entre desigualdades, em que a escola estará despreparada para os desafios emergentes, e a comunidade não preparada para a prática da gestão escolar participativa. A participação é teoricamente garantida através do funcionamento do conselho de escola, que visa dar autonomia à escola na concepção e execução dos seus projetos. A este respeito, Paro conclui o seguinte:

Observamos a este respeito que, na medida em que um indivíduo começa a contribuir financeiramente ou com seu trabalho para a escola, ele está em melhor posição para recuperar sua cooperação, e isso pode dar a você mais incentivo para defender seus direitos e criar mais pressão para participar da tomada de decisões. (PARO, 2005, p. 51).

A democracia implica a participação de todos, desde que leve a objetivos comuns, como o desenvolvimento do senso crítico do aluno, o respeito à individualidade e a troca de experiências. Para Lück (2006, p. 31),

Preparar a comunidade escolar para a gestão democrática é a essência da transformação do sistema educacional”, na medida em que a participação passa a ser um conjunto de ferramentas que podem melhorar a qualidade da educação.

A gestão escolar democrática visa envolver toda a comunidade escolar através da participação efetiva na construção do Projeto Político Pedagógico e em todas as decisões decorrentes dessa gestão.

A gestão escolar democrática só é eficaz se a comunidade participa efetiva e ativamente, diretamente ou por meio de órgãos colegiais da escola, como Conselho Escolar, Conselho de Alunos ou APMF - uma associação de pais, professores e funcionários. Segundo Luckesi (2007, p. 15): “Uma escola é o que são seus gestores, professores, pais de alunos, alunos e comunidade. A “cara da escola” nasce da ação conjunta de todos esses elementos”. Isso significa que a escola é administrada de acordo com sua comunidade e sua comunidade com a participação efetiva de todos. Portanto, ele é um espelho de seus gerentes.

A governança democrática é um princípio constitucional reforçado pela LDBEN (Lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação Nacional), Lei nº. 9.394 / 96 de 20 de dezembro de 1996, Lei Darcy Ribeiro e se destaca pela prática de seus gestores relacionada à visão de educação emancipatória. Requer um gestor que identifique e implemente espaços educativos alinhados à educação participativa, atestando a construção de escolas solidárias, democráticas e competentes.

De acordo com art. 14 Diretrizes e fundamentos da educação nacional nº 9394/96, os sistemas educacionais definirão as normas de gestão democrática da educação pública no ensino fundamental, de acordo com sua especificidade e de acordo com os seguintes princípios: I - participação dos educadores no desenvolvimento do projeto pedagógico escolar; II - participação da escola e das comunidades locais em conselhos escolares ou equiparados Art. 15. Os sistemas educacionais devem conferir às unidades públicas integradas de ensino fundamental autonomia pedagógica e administrativa gradativa e de gestão financeira, observadas as disposições gerais da legislação do sistema financeiro público.

Mesmo antes de a governança democrática da educação pública ser incorporada à constituição de 1988, a mobilização começou em torno de sua introdução na LDB. A gestão democrática é um processo de aprendizagem e luta que vê na especificidade da prática social e sua relativa autonomia como uma

oportunidade de criar recursos para a participação efetiva de toda a comunidade escolar na gestão escolar.

Ao focar na tomada de decisão participativa e na deliberação, expressa o desejo de desenvolver os indivíduos como cidadãos e a sociedade como uma sociedade democrática. Essa gestão é composta por: a Constituição do Conselho de Escola - respaldada pela BDL, Lei nº 9.394 / 96 no art. 14, que trata dos princípios da Gestão Democrática no ponto II - "participação da escola e das comunidades locais em conselhos escolares ou equiparados", para que desempenhem o papel de corresponsáveis na construção de um projeto pedagógico voltado para a educação de qualidade para os atuais clientes de escolas públicas.

Esses conselhos devem ser implementados para ter uma governança democrática. Desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico (PPP) de forma coletiva e participativa - o artigo 12 da LDB afirma: "As instituições de ensino (...) serão responsáveis por: (ponto I :) elaboração e implementação de sua proposta pedagógica".

Os avanços rumo à democracia ocorreram não só no campo político, mas também no social, acabando por atingir a educação, segundo Bastos (2002), a partir da década de 1930 começam a surgir movimentos participativos na gestão das escolas públicas, onde Anísio Teixeira teve o primeiro administrador que aliava a democracia à administração Educação.

A democratização da educação segue o mesmo processo da democratização política, mas menos e muito mais lenta do que o desejável. Uma das aspirações da democratização da educação é a democratização da gestão da escola pública. O princípio da gestão democrática da escola pública se consolidou na década de 1980, a partir das lutas pela democratização da sociedade ocorridas desde meados dos anos 1970.

Ou seja, as propostas surgidas na governança colegiada nos anos anteriores não se destacam do conjunto de propostas educacionais e sociais desenvolvidas por diferentes setores da sociedade, que "incluíram em suas demandas o projeto político da escola, da educação e da sociedade, o resultado e as formas de organização da sociedade, propício à construção de consciência cívica" (LUZ, 1999: 60).

No campo da educação, essas mudanças ocorrem de forma ainda mais complexa, pois a escola, na sociedade em que vivemos, como em outras sociedades, tem uma função social estritamente definida, que é sempre questionada e é motivo constante. Debates, reflexões e discussões, mas sobretudo a tarefa da escola é ser "a principal etapa do processo educativo" (LDB - 9.394 / 96). Atualmente, a escola tem uma tarefa muito difícil de acompanhar o processo de globalização, modernização da sociedade e introdução e criação de novos valores importantes para a sociedade, contribuindo para o seu desenvolvimento, tendo em conta o desafio que a escola ainda lutava.

As atividades escolares voltadas à educação para o trabalho produtivo partem do compromisso com o meio físico e social em que se insere, visto que é um reservatório de experiências sociais". (Idem, p. 73).

Assim, surgem alternativas para o desenvolvimento de atividades educacionais; entre eles a gestão democrática.

As práticas de gestão são comuns na escola, mas historicamente têm servido mais para controlar do que estimular novos conhecimentos. Buscam materializar as relações de poder na área de administração, organização do trabalho, burocracia e pessoal. (BASTOS, 2002: p. 24).

Entendida aqui como um processo administrativo conjunto entre gestores e comunidade escolar, a governança democrática continua sendo um desafio para as escolas, pois a democracia no processo educacional tem uma história muito recente, assim como o processo de democratização política em geral que o Brasil, seu processo de desenvolvimento, é marcado por contradições e conflitos.

A governança democrática restaura o controle da sociedade civil sobre a educação e a escola pública, introduzindo as eleições de diretores e conselhos escolares, garante a liberdade de expressão, pensamento, formação e organização coletiva da escola e facilita a luta, as condições materiais de compra e manutenção do equipamento escolar, bem como a remuneração justa para todos os funcionários da educação (BASTOS 2002: p. 78).

O que nos remete à necessidade de estabelecer uma governança democrática na escola, bem como de estabelecer relações mútuas na construção de um coletivo. É imprescindível que os mecanismos de democratização da gestão da educação alcancem todos os níveis do sistema educacional. Deve haver casos de participação universal com a secretaria municipal de educação, escolas e, quando apropriado, em nível regional.

Também pode ser prevista a participação especializada, correspondendo aos diferentes serviços educacionais oferecidos (educação infantil, ensino fundamental e médio, alfabetização de adultos, formação profissional). Em qualquer caso, os mecanismos institucionais criados devem garantir a participação do maior número possível de atores.

Cabe destacar que a gestão democrática é um princípio constitucional. Legalmente baseado na Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988), a governança democrática da educação pública vem ganhando importância nas discussões acadêmicas, mas sua prática ainda está se tornando, ainda parte dos objetivos que deveriam ser atendidos pelo atual Plano Nacional de Educação (PCN).

Meta 19: Gestão democrática: Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (BRASIL, 2014).

A inclusão do princípio da governabilidade democrática na constituição de 1988 foi influenciada pelo clima dos movimentos pela redemocratização do país e seguiu um novo ordenamento jurídico, ancorado no pacto federal, que elevou municípios e estados a estados de súditos federais, entidade dotada de autonomia política, administrativa e financeira conferida pela Carta Magna organização do próprio sistema de aprendizagem (ARRETCHE, 2002). Nesse caminho município foi encarregado de definir os padrões de gestão democrática da educação pública, de acordo com a Lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação Nacional (LDBEN),

Como descreve Libâneo (2008), direção é princípio e atributo da gestão, onde se realiza o trabalho em equipe, conduzindo as pessoas e integrando-as aos objetivos; a gestão implementa o processo de tomada de decisão na prática decisões na organização e guias para realizar o trabalho em da melhor maneira possível. Todos os profissionais no desempenho de suas funções gerente, executa um conjunto de funções relacionadas a esta função são necessários conhecimentos, habilidades e atitudes concretas e expressas, e não é diferente quando o trabalho é sobre gestão escolar.

Como descreve Libâneo (2008), direção é princípio e atributo da gestão, onde se realiza o trabalho em equipe, conduzindo as pessoas e integrando-as aos objetivos; a gestão implementa o processo de tomada de decisão na prática decisões na organização e guias para realizar o trabalho em da melhor maneira possível. Todos os profissionais no desempenho de suas funções gerente, executa um conjunto de funções relacionadas a esta função são necessários conhecimentos, habilidades e atitudes concretas e expressas, e não é diferente quando o trabalho é sobre gestão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que por motivos da Pandemia, esse ano não realizamos estágio de gestão escolar de forma presencial, mas pudemos realiza-lo por meio de perguntas encaminhadas pelo e-mail do diretor da escola Frei Caneca.

Lendo suas respostas pudemos perceber que a escola Frei Caneca tem uma enorme demanda e também tem uma equipe preparada para atender todos esses alunos que vem de todos os bairros do município por isso sabemos o quanto o gestor escolar precisa ser responsável pela escola, pois mesmo diante da Pandemia seus alunos precisam de orientações e de sua equipe pedagógica.

Pudemos perceber em suas respostas que o colégio tem uma grande equipe e que mesmo com a Pandemia estão seguindo com todas as Leis e Normas do Estado. Também para diretor sua liderança é participativa e democrática, pois segundo ele não podemos fazer nada sozinhos temos que fazer em equipe pois sozinhos não conseguimos atingir nossas metas e resultados.

Sabemos que ser gestor vai muito além de assumir um cargo de liderança, é saber liderar, ter comprometimento com todos seus liderados, necessita ter boas habilidades de comunicação, empatia, paciência, para liderar e conseguir tem um ensino de qualidade e participação de todos.

Também sabemos que o gestor um dia já foi professor e sabe como é estar em sala de aula, conduzindo seus alunos a um bom aproveitamento dos conhecimentos, atitudes, valores que a escola enfim ensina para ele. Mas tudo isso só é bem planejado e executado quando tem um bom gestor que sabe ter liderança. Que assume de verdade as responsabilidades delegadas a ele, que tem um bom planejamento em cada ação que faz. E que conduz sua equipe pedagógica ao rumo certo, mostrando os passos a passos para uma gestão democrática.

Portanto sabemos que para que seja assim o Associação de Pais e Professores do Conselho Deliberativo e do Grêmio Estudantil foram estabelecidos para que todos tenham voz e possam ter a plena participação na escola.

Desta forma o PPP "projeto político pedagógico" também é organizado de forma democrática aonde consta informações sobre as instituições escolares,

comunidades, visão e a missão, propósito e os objetivos e metas da escola. Devido a ordem do distanciamento social, não pudemos observar como a gestão e sua equipe gestora atuam na prática. De acordo com as respostas ao questionário, podemos verifica que a equipe gestora e os documentos oficiais da escola cumprem os requisitos legais, e o que foi estudado em teoria até no momento, mas esses aspectos poderiam ser melhor analisados por meio do estágio presencial.

Mesmo sendo restrito as ações neste estágio em um momento de distanciamento social, ainda sim fizemos o melhor para obter o maior conhecimento sobre essa área, sabendo que o entendimento é essencial para nossa formação.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1988.

ed. Petrópolis: Vozes, 2007b.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2007a.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**.

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LÜCK, Heloísa; SIQUEIRA, Kátia; GIRLING, Robert; e KEITH, Sherry. **A escola**

Participativa: a gestão escolar. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PILETTI, Claudino, PILETTI, Nelson PILETTI. **História da Educação**.

SAVIANI, Dermeval, **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**.

CARVALHO, Maria Lúcia R. D. **Escola e democracia**. São Paulo: EPU, 1979.

LEITURA INTERDISCIPLINAR ²

ECOPEDAGOGIA: MUITO ALÉM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PEDAGOGIA, UM NOVO OLHAR PARA AS RELAÇÕES

Paula Tonatto Carlos Pereira¹
 Debora Ceretta Jung²
 Regis Fabiano de Oliveira³

Resumo – A Ecopedagogia, ou Pedagogia da Terra, surge da necessidade de uma visão mais íntegra, consciente e ecológica acerca das necessidades do mundo atual. Essa teoria da educação visa um novo modelo sustentável, não avaliando apenas a natureza, sua preservação e os impactos nela ocorridos, mas sim, visa também mudanças das relações sociais e ambientais. Comparado à educação ambiental, a Ecopedagogia possui princípios mais amplos e, ao avaliarmos com os elementos do cotidiano, podemos observar o caráter planetário que tal teoria educacional possui. Além de estar se desenvolvendo como um movimento pedagógico, a Pedagogia da Terra também se apresenta como uma abordagem curricular e certamente reflete na necessidade da reorientação dos currículos para que assim abracem certos princípios e valores.

Palavras-chave: Ecopedagogia. Movimentos pedagógicos. Educação Ambiental. Cidadania planetária.

INTRODUÇÃO

A educação é um elemento fundamental para a formação e estruturação de uma sociedade, especificamente quando falamos de uma sociedade sustentável (PEREZ GOMES, 1998). O ato de educar é responsável pela transmissão de saberes, possibilitando ainda que o aluno compreenda seu papel no mundo, na história e em suas relações (FREIRE, 1987; ANTUNES, 2002).

Ao relacionarmos os estudos no meio ambiente com a educação ambiental surge um novo conceito, um novo olhar sobre as relações: a Ecopedagogia.

A Ecopedagogia contempla uma nova visão relacionada aos trabalhos e objetivos da Educação Ambiental, direcionando seus objetivos em prol da sustentabilidade, humanização e da consciência ecológica.

Este conceito, apesar de importantíssimo para o Ensino Básico, possuindo vasta abrangência de temas e interdisciplinaridade ainda é pouco disseminado nos conteúdos de Ciências, especificamente aos relacionados a Educação Ambiental (GADOTTI, 2009).

Desta forma, o presente estudo tem como objetivo uma revisão bibliográfica sobre a Ecopedagogia, seus conceitos e relevância aos conhecimentos formativos do indivíduo.

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). E-mail: paulatonatto48@gmail.com

² Professora, docente do curso de Ciências Biológicas e Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). E-mail: deborajung@uniarp.edu.br

³ Professor, docente do curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). E-mail: oliveiraregis2@yahoo.com.br

METODOLOGIA

O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa, de caráter teórico a partir de uma revisão bibliográfica acerca da importância da Ecopedagogia, da disseminação dos conhecimentos nela abordados e da importância da inserção de tal teoria educacional no Ensino Básico. Os artigos, livros e demais publicações foram buscados a partir da base de publicações presentes no Google Scholar, bem como demais documentos oficiais do Brasil.

ECOPEDAGOGIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO NO ENSINO BÁSICO

O Ensino Básico do Brasil segue orientações metodológicas e conteúdos programáticos propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). As DCN conduzem o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino (BRASIL, 2013), além de ser complementado pelas normas presentes na BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Estas, visam orientar sobre a elaboração dos currículos dos diversos níveis de ensino, sejam eles públicos ou privados, bem como sobre as propostas pedagógicas a serem utilizadas na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o território nacional (BRASIL, 2017).

Dentre os temas a serem trabalhados no Ensino Básico encontram-se os conhecimentos voltados a Educação Ambiental, tema este, reconhecido como tema transversal do ensino (BERNARDES, PRIETRO, 2013; BRASIL, 2017). A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída a partir do Decreto n.º 9.795 de 1999, permitiu que a educação ambiental fosse desenvolvida como uma prática educativa, contínua e permanente e de forma transversal e interdisciplinar. A educação ambiental traz consigo um objeto de estudo extremamente importante para o desenvolvimento de conceitos que serão formativos aos indivíduos (BERNARDES, PRIETRO, 2013; BRASIL, 2002).

Neste aspecto, a partir das discussões ocorridas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (conhecida também como ECO-92 ou Rio-92) e com o Fórum Global, surge a Ecopedagogia (BRASIL, 20??). Com o objetivo de transmitir conhecimentos e valores como amizade, respeito, leveza, carinho e atenção, a Ecopedagogia, ou Pedagogia da Terra, apresenta-se como um processo educacional mais humanizado, especialmente para uma sociedade com relações mais sustentáveis, para que assim as interações homem-natureza ocorram de maneira sadia, conscientes e que a mesma seja respeitada (HANSEN, 2006; GADOTTI, 2009).

A educação ecopedagógica busca ainda pela compreensão da relação entre os processos envolvidos nas atividades cotidianas e os recursos utilizados para isto, mas sempre com enfoque ecologicamente apropriado, com responsabilidade social, econômica, política, socialmente justo e sem discriminações (BRAGA; BARD, 2016; CARVALHO, 2020).

Ao relacionarmos a Ecopedagogia e a Educação Ambiental (EA) vê-se que uma não se opõe a outra, pelo contrário. A EA é um princípio básico para a Pedagogia da Terra, oferecendo propostas, metodologias e embasamentos para a realização de suas atividades. Entretanto, apesar de não se opor, a Ecopedagogia apresenta-se com um caráter mais amplo e mais profundo quando comparado a EA (BRAGA; BARD, 2016; GADOTTI, 2000, 2005).

Esta teoria educacional busca “caminhar com sentido”, onde a partir de uma educação problematizadora busca-se o equilíbrio das relações. Para que esta

problematização ocorra de maneira ideal, conforme os princípios estabelecidos pela Ecopedagogia, é necessário a reorientação dos currículos escolares, a fim de que incluam os princípios defendidos por ela, visando sempre o que há de ser mais significativo em relação aos conhecimentos formativos do aluno (RUSCHEINSKY, 2002; HALAL, 2009).

A Pedagogia da Terra, além de buscar um olhar mais ecológico e sustentável as relações homem-natureza, proporciona um olhar mais inovador por parte do aluno, a estimulação do pensamento crítico, a solidariedade, a igualdade, a consciência ética e responsabilidade (HALAL, 2009; DONATO; SOUZA, 2016; SILVA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada vez mais a escola se torna responsável pela construção de conhecimentos formativos do indivíduo, e também por desenvolvê-los de maneira responsável. Neste aspecto, é notável mudança nos pensamentos acerca dos preceitos éticos, voltados a responsabilidade, a consciência coletiva, a ética e a autonomia, especialmente quando os preceitos da Ecopedagogia são seguidos. A educação ecopedagógica é parte de caminho para o desenvolvimento de uma consciência planetária, de relações mais harmônicas, de uma sensibilidade ecológica e de uma sociedade com atitudes mais sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ângela; GADOTTI, Moacir. **Leitura do mundo no contexto da planetarização: por uma pedagogia da sustentabilidade**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. 2002.

BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira; PRIETO, Élisson Cesar. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DISCIPLINA VERSUS TEMA TRANSVERSAL**. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 24, set. 2013. ISSN 1517-1256. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3891>>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

BRAGA, Mauro Augusto de Leao; BARD, Charle Joseph. **Ecopedagogia: uma nova forma de educar**. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/52495/ecopedagogia-uma-nova-forma-de-educar>. Acesso em 21 de nov. 2020.

BRASIL. **DECRETO Nº 4.281, DE 25 DE JUNHO DE 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 17 de nov. 2020.

BRASIL. **Diretrizes da Educação Básica**. 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18 de nov. 2020.

BRASIL. Senado federal. **Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países.** 20???. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>. Acesso em: 22 de nov. 2020.

CARVALHO, Edileide Almeida de. **Educação Ambiental, Ecopedagogia e Sustentabilidade.** Editora Dialética, 2020.

DONATO, Cláudio José; SOUZA, Graziella Praça Orosco. Ecopedagogia: uma via para o desenvolvimento sustentável. In: **Colloquium Humanarum.** 2016. p. 255-261. Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/enepe/2016/suplementos/area/Humanarum/Educa%C3%A7%C3%A3o/ECOPEDAGOGIA%20UMA%20VIA%20PARA%20O%20DESENVOLVIMENTO%20SUSTENT%C3%81VEL.pdf>. Acesso em: 18 de nov. 2020.

FREIRE, P.. **Pedagogia do Oprimido.** 25ª ed. (1ª edição: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

GADOTTI, Moacir. **Ecopedagogia e educação para a sustentabilidade.** Canoas: ULBRA, 2005.

GADOTTI, Moacir. Ecopedagogia, pedagogia da terra, pedagogia da sustentabilidade, educação ambiental e educação para a cidadania planetária. **Produção de terceiros sobre Paulo Freire; Série Artigos,** 2009. Disponível em: http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3397/1/FPF_PTPF_01_0420.pdf. Acesso em: 18 de nov. 2020.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra: Ecopedagogia e educação sustentável.** CLACSO, 2000.

HALAL, Christine Yates. Ecopedagogia: uma nova educação. **Revista de Educação,** v. 12, n. 14, 2009.

HANSEN, Karla. O que é Ecopedagogia? Educação Pública. 2006. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/6/39/o-que-e-ecopedagogia#:~:text=Ele%20explica%20que%20a%20ecopedagogia,intimamente%20ligado%20ao%20futuro%20de>. Acesso em: 10 de nov. 2020.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. **As Funções Sociais da Escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência.** In GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e Transformar o Ensino.** 4 ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

RUSCHEINSKY, Aloísio. As rimas da ecopedagogia: uma perspectiva ambientalista. **Educação Ambiental: abordagens múltiplas.** Porto Alegre: Artmed, p. 61-71, 2002. Disponível em: <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/2011/12/Aloisio2.pdf>. Acesso em: 21 de nov. 2020.

SILVA, Daniele Gonçalves da. Educação ambiental e a ecopedagogia no processo de ensino e aprendizagem. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar,** v. 2, n. 2.0, 2019.

O ENSINO DA COMPREENSÃO¹

Carine Alves dos Santos, carinealvesdossantos@outlook.com²

Genecis Perachi da Silva, janeperachi@hotmail.com³

Ana Paula Carneiro Canalle, letras@uniarp.edu.br⁴

Resumo – Este estudo se propôs a aprofundar a análise do capítulo VI- “Ensinar a compreensão”, do livro “Os sete saberes necessários para a educação do futuro” de Edgar Morin, relacionando-o ao filme “Ensaio Sobre a Cegueira”, baseado em livro homônimo do escritor português José Saramago, a fim de notarem-se possíveis semelhanças entre o que o educador propõe como essencial para uma verdadeira educação e o que a película mostra a partir de uma situação nova, ou seja, a cegueira.

Palavras-chave: Ensinar a compreensão. Cegueira. Empatia. Comportamentos.

INTRODUÇÃO

A educação, com o passar dos tempos, vem sendo, cada vez mais, discutida. Dentre tantas obras que abordam a evolução educacional, vale ressaltar “Os sete saberes necessários para a educação do futuro”, de Edgar Morin, na qual se retratam os processos de transformação tanto da educação quanto dos seres humanos, visando a retratar as dificuldades em aceitar as mudanças que, muitas vezes, fazem-se necessárias para obter o sucesso. As pessoas estão se apegando aos bens materiais e estão se esquecendo dos valores essenciais da vida, como a empatia com o próximo e a dignidade.

No filme “Ensaio Sobre a cegueira”, dirigido pelo cineasta brasileiro Fernando Meirelles, baseado no livro homônimo de José Saramago, retratam-se as modificações de comportamentos quando as pessoas são obrigadas a mudar suas vidas inesperadamente, ou seja, todas lutavam pela sobrevivência, não importava mais sua profissão, seus bens materiais ou seu diploma.

Os assuntos trabalhados trazem uma reflexão às futuras pedagogas e aos seres humanos, pois é possível verificar o quanto as pessoas estão se tornando escravas do trabalho, das tecnologias e dos bens materiais. Portanto, nota-se que cabe a cada um refletir sobre suas ações e ensinar-se, em sala de aula, a compreensão dos verdadeiros valores da vida que ninguém pode tirar: o afeto, a dignidade, o respeito e a empatia com o próximo.

A COMPREENSÃO COMO UMA FORMA DE ENXERGAR

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Leitura interdisciplinar da 7ª fase do Curso de Pedagogia Fraiburgo.

² Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Professora Mestra do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O capítulo VI “Ensinar a compreensão”, do livro “Os sete saberes necessários à educação do futuro”, de autoria de Edgar Morin, publicada a 2ª edição revisada em 2011, aborda a condição planetária, um assunto que está associado especialmente à era da globalização do século XX. Diante do crescimento expansivo global e da degradação da vida planetária, ainda que haja uma tomada de consciência sobre diversos problemas, não se efetivou nenhuma decisão, por isso, para Morin, faz-se urgente a consciência de uma construção planetária.

De acordo com o primeiro item do mencionado capítulo, “As duas compreensões”, existem duas formas de compreensão: a compreensão intelectual ou objetiva e a compreensão humana intersubjetiva.

Compreender significa intelectualmente aprender em conjunto, compreenderem, abraçar junto (o texto e seu contexto, as partes e o todo, o múltiplo e o uno). A compreensão intelectual passa pela inteligibilidade e pela explicação (MORIN, 2011, p.82).

No segundo item, “Educação para os obstáculos à compreensão”, apontam-se os múltiplos obstáculos exteriores à compreensão intelectual.

Para Morin, “O egocentrismo” leva à cultura de tapear a si próprio, provocada por autojustificação, por autoglorificação e tendência a jogar no outro a culpa de todos os males.

Em relação “Etnocentrismo e Sociocentrismo”, o autor mostra que as pessoas nutrem xenofobia e racismos e podem até se desqualificar como seres humanos.

As ideias preconcebidas, as racionalizações com base em premissas arbitrárias, a auto justificação frenética, a incapacidade de autocriticar-se, os raciocínios paranoicos, a arrogância, a recusa, o desprezo, a fabricação e a condenação de culpados são as causas e as consequências das piores incompreensões, oriundas tanto do egocentrismo quanto do etnocentrismo (MORIN, 2011, p.85).

Morin explana, também, sobre “O espírito redutor”, que pode ser representado pela possessão de uma ideia, uma fé, uma convicção absoluta de algo como verdade.

A partir disso, no tópico “A ética da compreensão”, ele trata da importância da ética da compreensão, quando não há expectativa de reciprocidade do outro.

Segundo o autor, “O bem pensar” permite apreender em conjunto o texto e o contexto, sendo fundamental, igualmente, a ética, a introspecção para que se possa praticar mentalmente o autoexame crítico. Ainda, sobre a complexidade humana, aponta a necessidade de muito reflexão para haver compreensão.

Estar aberto ao outro, internalizar a verdadeira tolerância, exercitar a aceitação de ideias, convicções e respeito às escolhas e posições divergentes às suas se evidencia no tópico “A interiorização da tolerância”.

Destaca-se, no item 5, “Compreensão, ética e cultura planetárias”, que as culturas devem aprender umas com as outras e se tornar uma cultura aprendiz. A compreensão integra aprender e reaprender.

A partir dessa abordagem sobre os subtítulos do capítulo VI, é interessante notar, então, que Morin relata a importância e a necessidade de uma inovação de pensamentos para compreender como a globalização influencia as relações humanas, haja vista se viver em um tempo onde todos estão conectados. Para ele, a escola deve abrir espaço para o debate a respeito da aceleração histórica, sobre

as múltiplas informações que não se conseguem estruturar, organizar e como se enfrentará esse nível de globalização hoje e no futuro.

Sendo uma forma de aprender a diversidade do mundo, é algo que as pessoas devem conhecer desde cedo para que, no futuro, possam praticar atos responsáveis, respeitando as pessoas. A autoavaliação sobre as atitudes e as decisões tomadas na vida é algo que poucos fazem, devendo ser feita dentro da sala de aula, ou seja, os professores devem instigar os alunos a se autoavaliarem, pois é uma ação fundamental à educação do futuro, é uma forma de ajudar no crescimento pessoal, tornando-os seres críticos e pensantes. Compreender o outro requer muita sabedoria e reflexão e para que isso ocorra deve haver empatia e aceitação da diversidade de pensamentos e de ideias.

Quando se compreende o outro, inicia-se um ciclo de autoconhecimento e de aceitação. O processo mais difícil é aceitar o outro da forma que ele é. Com a aceitação, o ser humano tende a evoluir constantemente.

O propósito do Edgar Morin é que a Educação do Futuro se torne mais desenvolvida e compreensiva para que se aceitem as pessoas do jeito que cada uma é, despertando-se empatia pelo próximo, respeitando seus direitos e deveres para, enfim, haver uma educação inovadora e de qualidade para o futuro.

A compreensão é, ao mesmo tempo, meio e fim da comunicação humana. O planeta necessita, em todos os sentidos, de compreensões mútuas. Dada a importância da educação para a compreensão, em todos os níveis educativos e em todas as idades, o desenvolvimento da compreensão necessita da reforma planetária das mentalidades, esta deve ser a tarefa da educação do futuro (MORIN, 2011, p.91).

O ser humano é capaz de modificar seu comportamento em todos os momentos, suas reações são modificadas conforme a ocasião. E para enriquecer essa breve análise, cita-se o filme “Ensaio sobre a cegueira”, baseado em livro homônimo de autoria de José Saramago, pois traz a reflexão na perspectiva das relações humanas, permitindo assim aprofundar, através dessa comparativa, a compreensão do comportamento humano.

A história da película em questão aborda o surgimento de uma cegueira, que se espalha como em uma epidemia. Isso afeta sobremaneira todos os personagens, que se encontram em nova situação e têm a necessidade de repensar suas prioridades e, também, de mostrarem-se como são verdadeiramente.

METODOLOGIA

A concretização deste estudo se deu por meio de pesquisa bibliográfica, na qual se contemplou a leitura do livro “Os sete saberes necessários à educação do futuro”, com especial enfoque ao capítulo VI “Ensinar a compreensão” e assistência do filme “Ensaio sobre a cegueira”. A analogia entre capítulo analisado e filme assistido se mostra imperativa, haja vista a relação entre o que Morin aponta em sua obra e a nova realidade dos personagens retratados na película, ou melhor, a importância da compreensão para que, enquanto seres humanos, pudessem vivenciar a situação na qual se encontravam.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o avanço acelerado do mundo, as pessoas estão se tornando escravas de si mesmas e das tecnologias, ou melhor, passam a maior parte de seu tempo

trabalhando ou absortas em redes sociais, deixando de lado a família e o lazer. Esquecem a importância de ter empatia pelos outros, acabam menosprezando o próximo por sua condição social, por sua etnia, por sua moradia. Dessa forma, não olham para o outro por suas qualidades, mas sim por seus bens e poderes, selecionando aqueles que lhes trazem algum benefício, ocasionando uma incompreensão sobre a realidade na qual o outro se insere.

A ética da compreensão mostra que o ser humano deve ajudar as pessoas que precisam sem esperar algo em troca. Morin (2011) menciona ser necessário as pessoas compreenderem que o ajudar não deve ser feito pensando em um retorno, o pensar permite ao ser humano compreender as condições objetivas e subjetivas das situações, o mundo precisa de mais amor pelo outro, respeitando a ética, cultura e compreensão planetária, pois as culturas aprendem e se desenvolvem juntas.

Trazendo o filme “Ensaio sobre a cegueira” à tona, pode-se evidenciar a representação central sobre a cegueira, em que uma doença inesperada causa uma estranha perda da visão. Diferente da cegueira tradicional, que é das trevas, essa é uma cegueira branca. Desde o primeiro momento em que a primeira vítima fica cega em meio a um trânsito intenso, surgem rapidamente pessoas para ajudar, porém um homem mostra-se disposto a levá-lo para sua casa, mas o mesmo estava cheio de más intenções. O que serve como um alerta sobre as aparências, pois nem tudo o que se vê pode ser verdadeiro. As pessoas andam “mascaradas” escondendo sua índole. O homem rouba a vítima após deixá-la em seu apartamento.

As pessoas perderam a ética, a paciência, o amor a si mesmas e ao próximo, perderam a esperança e esqueceram do poder divino, pois cada uma pensou em si própria e esqueceu dos outros fazendo com que a humanidade entrasse em colapso total.

Vale ressaltar o fato curioso sobre a pandemia da cegueira branca, pois toma conta da humanidade, menos da mulher do médico, a qual ainda estava sem entender o porquê de não afetada. Será que ela era tão saudável? Ou ela seria a única que suportaria ver toda a arrogância do ser humano?

Diante disso, pode-se entender que a mensagem de Morin por meio de sua obra “Os sete saberes necessários à educação do futuro”, mais precisamente no capítulo VI, ou seja, “Ensinar a Compreensão” abordado neste trabalho, relaciona-se perfeitamente com a reflexão trazida pelo filme “Ensaio sobre a cegueira”, trazendo a lição sobre a empatia humana claramente representada na personagem a mulher do médico.

As aprendizagens e as observações realizados por meio deste estudo mostram o quanto os seres humanos devem pensar em suas ações, pois, no futuro, tudo terá um resultado uma consequência sobre as escolhas. Portanto é fundamental que, na educação, transmitam-se os valores necessários para que seja possível alcançar as metas e os objetivos de vida, havendo consciência de que, algumas vezes, as condições encontradas poderão ser diferentes do que se esperava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo analisar o capítulo VI “Ensinar a compreensão”, do livro Os sete saberes necessários à educação do futuro, relacionando-o ao filme “Ensaio sobre a cegueira” com a intenção de refletir as possibilidades para que de fato os educadores encontrem o autêntico sentido de educar para a compreensão humana. Nesse sentido, percebeu-se que se deve pensar as ações em um mundo onde boa parte das pessoas não consegue ter a empatia pelo próximo, no entanto, mesmo que em menor número, há aquelas que fazem a diferença assim como a personagem da película citada denominada “a mulher do médico”. Essa não mediu esforços ao se doar a fim de ajudar inclusive a quem nunca havia cruzado seu caminho antes. Dessa forma, fica claro ser indispensável o sentimento e a capacidade de colocar-se no lugar do outro com relação à educação para o futuro.

REFERÊNCIAS

ENSAIO sobre a cegueira. Direção de Fernando Meirelles. Brasil, Canadá e Uruguai: Miramax Films e Focus Features, 2008 (121 min).

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2.ed.rev. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, 2011.



ECOPEDAGOGIA¹

ECOPEDAGOGIA E A VALORIZAÇÃO DA VIDA

Bruna Eduarda Rodrigues, mbrunaedu3108@gmail.com²

Ilse Behrens, behrens@conection.com.br³

Ester Wolff Ferreira, esterwolff14@hotmail.com⁴

Jenifer Aparecida Gomes de Oliveira, jenifergomes17@hotmail.com⁵

Kenia Fernanda Paes Nascimento, davi.kenia@hotmail.com⁶

Raquel Moura Tibes, mraquelmouratibes@gmail.com⁷

RESUMO

Nos dois últimos séculos, a humanidade está passando por uma crise existencial e socioambiental, decorrente principalmente das práticas predatórias, consumistas e exploratórias que vêm praticando com a natureza e com o próprio ser humano. Por desconhecimento ou falta de uma educação integral, grande parte da população não se integra na análise e discussão sobre a complexidade que envolve as delicadas relações existentes entre as diversas formas de vida no planeta e não desenvolvem uma consciência ambiental crítica, capaz de se integrar ao conhecimento de sua responsabilidade socioambiental.

A escola tem um papel relevante nesta discussão, em todos os níveis e áreas de atuação, contribuindo com o processo de conscientização e valorização da vida. A partir dessa perspectiva, podemos dizer que Educar, segundo os ideais da Ecopedagogia é ensinar e aprender a partir de uma visão integral, ou seja, holística do mundo e do ser humano.

Desse modo, busca-se tratar a Ecopedagogia, abordando acerca do seu histórico, conceito e sua aplicação com as crianças na creche, ressaltando que desde muito cedo, deve-se ampliar os seus conhecimentos acerca da sustentabilidade, destacando não só a amplitude de olhares aos pedagogos, mas também à comunidade em geral.

Palavras-chave: Ecopedagogia. Ser Humano. Educação. Sustentabilidade. Consciência ambiental.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Leitura Interdisciplinar da Terceira Fase do Curso de Pedagogia.

² Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Professora Mestre do Curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).



INTRODUÇÃO

A palavra ecopedagogia pode ser definida como a pedagogia voltada para a educação para a preservação e conservação do meio ambiente, em que surgiu por meio da evolução da ecologia, a qual, inicialmente, foi denominada pedagogia do desenvolvimento sustentável. Esse novo pensar em pedagogia teve início por meio de um estudo realizado pelo Instituto Latino-americano de Pedagogia da Comunicação (ILPEC), na Costa Rica, na década de 1990, legitimada por Francisco Gutiérrez, em 1994, e confirmado por Gutiérrez e Prado (2013).

Esse novo olhar para a educação possui bases filosóficas e está voltado para a reestruturação de uma sociedade mais integrada, sintonizada, atuante, responsável com suas ações no mundo e empenhada na transformação do planeta, além de apresentar ideias voltadas à sustentabilidade, fazendo com que o ser humano possa interagir com a natureza desde o início da sua educação e, assim, aprenda a respeitá-la. Com isso, busca-se também a sustentabilidade para que pessoas vivam bem no mesmo espaço, respeitando as suas diferenças.

O movimento da ecopedagogia é uma consequência da teoria e a prática da pedagogia crítica, um corpo de práxis educacional influenciado pelo filósofo educador Paulo Freire. A missão da ecopedagogia é desenvolver uma valorização robusta dos potenciais coletivos da humanidade e promover a justiça social em todo o mundo, assim como discutir sobre a preservação ambiental no presente, tendo como objetivo auxiliar na sustentabilidade das gerações futuras, de modo a reavivar a esperança de um futuro possível, com dignidade para todos.

Esta entra em ação no ambiente escolar não como um conteúdo em especial, mas sim como um meio de enfatizar a importância de preservação do ambiente em que vivemos. Desse modo, promove-se o desenvolvimento de cidadãos críticos, que busquem a inovação e construção na sociedade; que tenham consciência planetária e local, sabendo respeitar os diversos povos e nações; que estabeleçam uma relação interdisciplinar entre o ser humano, a natureza e o universo; que sejam estimulados a serem solidários, a igualdade e ao respeito aos direitos humanos, buscando interação entre as diversas culturas existentes; que utilizem-se de conhecimentos prévios, isto é, aqueles conhecimentos adquiridos ainda no ambiente familiar; que respeitem as diversas formas de vida, bem como os seus ciclos vitais.

Nesse sentido, a Ecopedagogia tem como objetivo modificar o nosso modo de ver as pessoas, a natureza e tudo o que nos rodeia, demonstrando que é preciso ocorrer uma melhora de qualidade de vida não só com o planeta, mas também com as pessoas que convivemos. Para que ocorram mudanças significativas no modo de como pensamos a sociedade atual, precisamos quebrar paradigmas e deixar de lado toda a alienação a que fomos expostos desde nosso nascimento.

Diante dessa nova visão pedagógica, podemos e devemos pensar em ações que colaborem para sua efetivação em todos os níveis de ensino. A educação infantil, creche, abrange crianças de 0 a 3 anos. Essas crianças passam, em média, na instituição de 9 a 12 horas, sendo cuidadas, assistidas, ensinadas e educadas. Portanto, os centros de educação infantil são excelentes lugares para se começar a implantar esse novo olhar pedagógico. As crianças, apesar de serem pequeninas, compreendem tudo o que lhes é falado e mostrado. As aprendizagens significativas são armazenadas no seu inconsciente por longo tempo, se não para toda a vida. Essa fase é perfeita para se “implantar” bons conceitos sobre natureza, preservação, cuidados, amor, empatia, sociedade, entre outros.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Ecopedagogia vem para acrescentar dentro do processo educacional, a valorização pela vida, através do acesso ao conhecimento. Conforme Guimarães (2014), a fragmentação do saber, representado pelas especializações do conhecimento, aprofundou a compreensão das partes, entretanto, é necessário que compreenda que o meio ambiente é também uma unidade, que necessita ser analisada por inteiro, mediante uma visão mais ampla e integradora que nos conduz a um conhecimento mais totalizante.

Diante do exposto, verifica-se o real impacto dessa dicotomia existente na sociedade em que objetivando-se o desenvolvimento, o conhecimento é produzido de forma compartilhada, promovendo uma ruptura dos saberes, e também do universo como um todo.

Pela gravidade da situação ambiental em todo o mundo, como também no Brasil, Guimarães (2014) destaca que já se tornou explícita a necessidade de se implantar a Educação Ambiental para as novas gerações, inserindo-se neste ponto o papel da escola e dos Educadores. Esta valorização deve acontecer desde a mais tenra idade, em que ocorre a construção de valores e atitudes, bem como para a população em geral.

Para Freire (2000), urge que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos fundamentais como o respeito à vida dos seres humanos, a vida dos outros animais, a vida dos pássaros, a vida dos rios e das florestas. Não creio na amorosidade entre mulheres e homens, entre os seres humanos, se não nos tornamos capazes de amar o mundo.

Faz-se necessário investir numa mudança de valores, e onde iniciar senão nas escolas de Educação Infantil, onde todo o desenvolvimento humano começa. Desde muito cedo, as crianças percebem e entendem o mundo ao seu redor com o auxílio de seus familiares e professores.

Um excelente modo de se cultivar e estimular bons valores nas crianças pequeninas é através da música e da contação de histórias, sejam através de contos de fadas, cantigas de roda, fábulas, lendas, narrações, com fantoches ou imagens,



sendo um método muito eficaz de ensinar bons valores e atitudes nobres aos pequenos. Por meio dessas situações, pode-se abordar sobre qualquer assunto que terá a atenção da criança naquele momento, e, assim, deve-se repassar atitudes importantes, além de realizar indagações dirigidas aos pequenos, ensinando-lhes a pensar e expressar a sua opinião sobre os assuntos abordados, além de pensarem por si mesmos, respeitando a opinião dos demais, e até mesmo debatendo sobre aquilo que lhe foi questionado.

Um bom modo de se iniciar a sustentabilidade para as crianças é criando uma horta no centro de Educação Infantil. Desse modo, elas aprenderão a cuidar das plantas, adubar a terra a partir da utilização de material orgânico, bem como compreender acerca da importância de uma alimentação saudável, utilizando-se de alimentos sem agrotóxicos, etc. Elas aprenderão que através do plantio saudável terão saladas, alimentos e chás naturais, além de compreenderem sua importância em nossa vida e na natureza.

Outra atividade que pode ser realizada com os pequenos é a fabricação e utilização de tintas naturais, de várias cores e tonalidades, deixando de lado as tintas industrializadas. Desse modo, serão produzidas as próprias tintas naturais, com possibilidades de experimentações incríveis, além de criar algo que não prejudica a saúde e o ambiente.

Além disso, pode-se oferecer brinquedos e instrumentos musicais produzidos a partir de materiais reciclados, inserindo, assim, o conceito dos 5 Rs: Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar. Desse modo, demonstra-se a possibilidade de reutilizar o que seria descartado, atribuindo-se novas formas de uso desses materiais. Além de ressaltar que não são apenas os brinquedos comprados que são divertidos, mas que é possível utilizar-se da criatividade.

Outra possibilidade é a criação de um parquinho no centro de Educação Infantil, utilizando materiais como pneus, madeiras de construção, além de painéis sonoros e painéis de atividades interativas com vários materiais reciclados. A própria BNCC, documento norteador para o planejamento da educação infantil, traz em várias de suas experiências, sugestões de brincadeiras e atividades que usam elementos naturais, tais como folhas, pedras, gravetos. O objetivo desta prática está centrado na conscientização dos alunos de que a sustentabilidade ambiental e social é condição de subsistência humana, reestruturando e restabelecendo novos hábitos culturais relacionados com a contaminação da água e do solo pelo lixo, tornando-nos responsáveis pela preservação de nossos ecossistemas.

Destaca-se também a prática da observação das mudanças climáticas, o que ocorre durante o dia para a noite, os movimentos e sons ocorridos ao nosso redor, passeios em meio à natureza, o convívio com animais domésticos e observação de outros animais e de comportamentos das pessoas ao nosso redor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ecopedagogia vai além da Educação Ambiental, transpondo-se pela interdisciplinaridade. Entretanto, também vai muito além dela, pois engloba valores e princípios que estão ligados à vida, ao cotidiano e que perpassam o plano das disciplinas e dos saberes acadêmicos, devendo ser trabalhada desde os primeiros anos da Educação Infantil. Para educar para sustentabilidade, a escola precisa ser



um lugar onde não apenas se transmitam conteúdos e ensinamentos sobre meio ambiente e sustentabilidade, mas deve ser um local onde os alunos percebam a necessidade de que este deva ser respeitado, amado e valorizado, pois este faz parte da vida.

Desse modo, é preciso educar as crianças com consciência para a cidadania planetária, em que devem ocorrer mudanças em suas casas, mudanças atitudinais, e, assim, demonstrando nossas atitudes, as quais são pensadas em um bem maior e comum a todos com o intuito de influenciar as pessoas de nossa família, nossa vizinhança, nossos colegas de escola, nosso bairro e até mesmo nossa cidade.

Os educadores também precisam exercitar o bom senso, a empatia e os bons valores, para educar e ensinar as crianças. É necessário que estes observem o modelo de sociedade o qual vivemos e repensem suas práticas em sala de aula. Empatia é a palavra do momento, porém não devemos usá-la apenas como uma palavra bonita, mas sim, senti-la e fazer valer seu significado, demonstrando-a com todos ao nosso redor e com nosso mundo, que precisa tanto da nossa empatia e do nosso amor. É preciso despertar em nossas crianças o amor pela natureza para que assim se tenha a esperança de um futuro melhor para todos, humanos, animais e plantas.

Esse tema é muito importante nos dias atuais, devendo ser inserido nas prioridades educacionais do currículo escolar, desde os primeiros anos da Educação Infantil. No entanto, é necessário trabalhá-lo coerentemente, de modo a ser lembrado acerca de sua importância durante todos os dias, fazendo parte das rotinas e da vida das crianças.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **A Carta Da Terra Na Educação**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.

GUIMARÃES, Mauro. **A Dimensão Ambiental na Educação**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2014.

ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA ECOPEDEGÓGICA: COMPROMISSO DOCENTE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL¹

Jessica Moura Fernandes²
Carla Monteiro da Silva³
Sandra Mara Rodrigues⁴
Andressa Monteiro da Silva⁵
Beatriz Teresinha Coscodai⁶

RESUMO

Neste momento da história em que a consciência ambiental é extremamente necessária, o educador tem em suas mãos uma tarefa muito importante: mediar as transformações necessárias nos pensamentos e ações dos educandos relativos ao meio ambiente, visando uma sociedade mais sustentável. Dessa forma, o objetivo deste artigo é compreender a Ecopedagogia na teoria e na prática e relacioná-la com os anos iniciais do ensino Fundamental. Destaca-se aqui também a preocupação em clarificar o papel do pedagogo neste processo ampliando seu compromisso social. É de suma importância pensar não só no planeta, mas também na reeducação do olhar e do sentir humanos com vistas a um futuro melhor e com dignidade para todos.

Palavras-chave: Ecopedagogia, Ensino Fundamental, Consciência Ambiental

INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é compreender a Ecopedagogia e ampliar o compromisso social dos acadêmicos da 3ª Fase do Curso de Pedagogia da UNIARP junto a educando dos anos iniciais do Ensino Fundamental no sentido de uma significativa e ampla educação ambiental.

No desenvolvimento serão apresentados os aspectos conceituais da Ecopedagogia, sua origem e finalidades, bem como sua relação com o currículo, a interdisciplinaridade e a consciência ambiental.

Evidencia-se que o quanto antes essa consciência for trabalhada e construída, maior será o compromisso social dos educandos para com a preservação e conservação de todo o Planeta.

Por fim, ressalta-se o papel do Pedagogo na Ecopedagogia com alguns direcionamentos para a prática pedagógica.

¹ Artigo apresentado ao SEDEPEX (UNIARP)

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

³ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁴ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁵ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁶ Professora Mestra da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

O Estudo é de natureza qualitativa, do tipo Bibliográfico sendo realizado com o apoio de artigos, livros e publicações existentes sobre o tema para embasar a construção da investigação teórica e posterior análise dos dados.

1 ECOPEDEGOGIA: CONCEITO, ORIGEM E FINALIDADE

Todo o Planeta passa hoje por um momento crítico ambiental devido a tantos anos de agressões à mãe Terra, bem como, práticas humanas desprovidas do espírito de coletividade e de preocupação para com o outro e para com a natureza. Na perspectiva de modificar este cenário e progredir para uma sustentabilidade será necessário uma educação que trabalhe este propósito gerando uma nova consciência. Esta educação chama-se Ecopedagogia.

1.1 Conceituando Ecopedagogia

A Ecopedagogia diz respeito a uma educação direcionada à humanidade, objetivando gerar uma sociedade sustentável e ecológica, onde todos os seres vivos possam interagir uns com os outros aprendendo a respeitar-se e a respeitar a natureza. Nesse sentido, podemos dizer que, segundo a perspectiva da Ecopedagogia, educar é tanto ensinar quanto aprender, a partir de uma visão libertadora de mundo.

Não é uma pedagogia a mais, ao lado de outras pedagogias. Ela só tem sentido como projeto alternativo global, ela está ligada portanto, a um projeto utópico: Mudar as relações humanas, sociais, ambientais que se tem hoje. Ela não tem pretensão de ser totalmente inédita. Ela se insere como movimento na evolução do próprio movimento ecológico (GADOTTI, 2000, p.237).

Através de seus princípios visa redirecionar o ser humano para um processo de transformação tanto a nível de sua consciência individual quanto a nível de coletividade. Ou seja, ao promover as mudanças na forma como pensamos e como nos relacionamos com o outro, poder-se-á construir um mundo mais sustentável. Assim, Ecopedagogia diz respeito a uma nova educação, uma nova proposta educativa centrada na vida cotidiana, mas também, na transformação do lugar onde moramos e o espaço onde vivemos. Ela também é denominada de Pedagogia da Terra.

1.2 O surgimento da Ecopedagogia e suas finalidades

Em agosto de 1990, o Instituto Paulo Freire organizou o primeiro Encontro Internacional da Carta da Terra. E foi nas discussões ocorridas durante este evento que se originou o termo Ecopedagogia;

Tem como propósito maior criar uma nova forma de olhar e educar, objetivando uma nova sociedade ambiental, voltada para as práticas do meio ambiente e sua preservação, bem como, o equilíbrio e o respeito às diversidades.

A Ecopedagogia tem por finalidade reeducar o olhar das pessoas, isto é, desenvolver a atitude de observar e evitar a presença de agressões ao meio ambiente e aos viventes e o desperdício, a poluição sonora, visual, a poluição da água e do ar etc. para intervir no mundo no sentido de reeducar o habitante do planeta e reverter a cultura do descartável. A tomada de consciência dessa realidade é profundamente formadora. O meio ambiente forma tanto quanto ele é formado ou deformado. Precisamos de uma ecoformação para recuperarmos a consciência dessas experiências cotidianas. Na ânsia de dominar o mundo, elas correm o risco de desaparecer do nosso campo de consciência, se a relação que nos liga a ele for apenas uma relação de uso (MMA, 2000, p.2)

Dessa forma, não visa apenas estabelecer um conjunto de regras e normas de caráter moralizador, mas sim, redefinir toda prática humana perante a natureza e perante uns com os outros de forma a tornar o mundo em que vivemos um mundo verdadeiramente humanizado associando direitos humanos e direitos planetários.

1.3 Ecopedagogia, Currículo e Interdisciplinaridade.

Pensar a Ecopedagogia nos sistemas de ensino pressupõe uma recondução dos currículos para que englobem os princípios fundamentais defendidos por ela. São esses princípios os norteadores da compreensão dos conteúdos, da elaboração dos livros didáticos e de todas as demais contingências do processo educativo. É preciso ter claro que os conteúdos curriculares precisam ser significativos para o aluno, e isso só se realizará se esses conteúdos forem significativos também para a saúde do planeta, para o contexto mais amplo” (GADOTTI, 2000, p. 92).

Neste sentido, a Ecopedagogia não é tema apenas da disciplina de Ciências, mas envolve todas as áreas de conhecimento e todo o trabalho pedagógico desenvolvido nos anos iniciais do Ensino Fundamental de forma interdisciplinar.

É preciso que os conteúdos sejam contextualizados, ou seja, que a realidade social esteja estritamente relacionada com os conteúdos trabalhados no dia-a-dia escolar. O educando precisa entender como esse conhecimento tem relação com a vida.

A transformação que a Ecopedagogia prioriza envolve essa articulação entre os diferentes saberes, os diferentes conhecimentos e as diferentes realidades. Assim, perde-se a visão eminentemente disciplinar e compartimentalizada do conhecimento e do mundo e passa-se a entender que o aprender é sempre uma reconstrução social e política.

1.4 Ecopedagogia e Consciência ambiental

Para a Ecopedagogia a consciência ambiental é de extrema importância para sustentabilidade do planeta. Desde o processo de industrialização o homem passou a colocar-se como senhor de todas as coisas entendendo que podia controlar o meio ambiente da forma que melhor lhe conviesse, sem preocupar-se com as conseqüências de suas ações.

Porém, tornou-se necessário ter consciência dos atos cometidos contra o meio ambiente. Em outros momentos de nossa história os recursos ambientais eram abundantes, o cuidado com a mãe natureza era maior. A poluição, o desmatamento e as queimadas foram sendo praticadas descontroladamente gerando um conflito de sustentabilidade dos sistemas econômicos e naturais. Hoje o tempo esta se

esgotando e por isso devemos colocar a mão na consciência e fazer uma Ecopedagogia para gerar ações mais humanizadas.

Nesse sentido, a educação ambiental tem um importante papel uma vez que ela

[...] promove a construção de saberes pessoais que são a inscrição de subjetividades diversas na complexidade do mundo. Este conhecimento pessoal é construído em um processo dialético de confronto com a realidade e de diálogo com o outro (com os outros), que dá consistência e coerência ao saber, além de confrontar interesses, muitas vezes contrapostos, mas inseridos nos saberes pessoais e coletivos do mundo (REIGOTA, 1994, p.121).

1.5 O papel do educador na Ecopedagogia

O pratica do educador é fundamental nesse processo de construção de uma cidadania voltada à vida no sentido mais amplo possível, contribuindo para tornar o planeta cada vez mais saudável, a sociedade mais justa e as relações humanas cada vez mais ecológicas.

Em seus escritos Gadotti afirma que “precisamos de uma Pedagogia da terra, uma pedagogia apropriada para esse momento de reconstrução paradigmática, apropriada à cultura da sustentabilidade, da Paz” (2005, p. 12).

Cabe ao educador realizar assim, as mediações necessárias para que as transformações aconteçam no âmbito da escola, da família, da sociedade e do planeta, entendendo que a “educação terá um papel determinante na criação da sensibilidade social necessária para reorientar a humanidade” (ASSMANN, 2001, p. 26).

O ser humano precisa ser protagonista de sua historia e, para isso, precisa ter clareza de seu papel no mundo. E imprescindível ao educador se perguntar que sujeitos estão se produzindo através de suas intervenções e do coletivo escolar.

No âmbito educacional será necessário que hajam reflexões e ações que proporcionem “uma educação sustentável para a sobrevivência do planeta” (GADOTTI, 1998, p. 83).

Hutchison (2000), define com clareza que

Nossa tarefa para o futuro imediato deve ser a de continuar a articular essa visão e a de construir um paradigma curricular para as escolas que nos possa ajudar, da melhor forma possível, a recuperar um modo humano autêntico de relação com o mundo natural e a enfrentar de modo direto os desafios ecológicos com os quais nos deparamos atualmente (p.164)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ecopedagogia é uma nova pedagogia que orienta, integra, relaciona e conduz o educando para muito além da educação ambiental. Ela é mais abrangente que a pedagogia voltada a educação sustentável. .

Através dela o educando estará inserido neste novo movimento educacional para uma formação cidadã ambiental global.

Este artigo possibilitou que fosse explicada a devida necessidade de todos em conjunto lutarmos por um mundo melhor e com qualidade de vida. Apoiado em paradigmas que priorizem atitudes verdadeiramente ecológicas e responsivas à vida.

Toda mobilização social, política, econômica e culturalmente são atitudes que ajudarão a transformar o mundo e a preservá-lo. Um lugar onde a vida é a palavra geradora e a consciência é a palavra transformadora.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN.H. **Reencantar a Educação**. Rumo á sociedade apreendente. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GADOTTI, Moacir. **Ecopedagogia e educação para a sustentabilidade**. Canoas, Ulbra, 2005.
- _____. **Pedagogia da práxis**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998. 333 p.
- _____. **Pedagogia da terra**. 5.ed. São Paulo: Ed. Fundação Peirópolis, 2000. 217p.
- _____. Pedagogia da Terra: Ecopedagogia e educação sustentável. In: **Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana em el siglo XXI**, Buenos Aires, CLACSO, 2001.
- _____. **Perspectivas atuais da educação**. 1.ed. Porto Alegre: Livraria Artmed, 2000, 294p.
- GOMES, S, R.; BARBOSA, I; AGUIAR, J. V. S. **Quando a escola e o bairro dialogam: o ensino de ciências e a Ecopoedagogia**. Educação Ambiental em Ação, 2015. Disponível em: <http://www.pos.uea.edu.br/data/area/publicacoes/download/14-11.pdf> Acesso em: 20.jul.2020
- GÓMEZ, A..PÉREZ I. As funções sociais da escola, da reprodução a construção crítica do conhecimento e da experiência In:SACRISTÁN.J.Gimeno;GÓMEZ,A.I.PÉREZ. **Compreender e transformar o ensino**, 4 ed. São Paulo:Artmed,1998.
- HALAL, C. Y. Ecopedagogia: uma nova educação. In: **Revista de Educação**. São Paulo, n,14, 87-103, ago, 2009.
- HUTCHISON, David. **Educação ecológica: idéias sobre consciência ambiental**. Porto Alegre: Artmed, 2000, 176p.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. A Carta da Terra. (Site do Ministério do Meio Ambiente), Brasília/DF, 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.doc>. Acesso em: 22 maio.2020.
- REIGOTA, Marcos.**O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ECOPELAGOGIA¹

A ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA ECOPELAGÓGICA

- Aguinéia Pereira de Souza Ferreira, aguineia.souza@gmail.com²
 Grazielle Brito, grazyelebryto@gmail.com³
 Luciane dos Santos Ringwald, lucianeringwald@gmail.com⁴
 Rosilda Ribeiro de Souza, rosilda2776@gmail.com⁵
 Zaira Granemann de Souza, zairagranemann@hotmail.com⁶
 Paulo Izael Cardoso, paulo.cardoso@uniarp.edu.br⁷

Resumo – O presente artigo propõe reflexões acerca da ecopedagogia e da sua importância no ambiente escolar bem como a implementação de projetos que integrem desde cedo a criança nessa cultura de sustentabilidade. A educação faz parte da sociedade e essa relação é fundamental nas mudanças transformadoras do mundo, na qual o professor através de práticas pedagógicas desperta os alunos para atitudes humanísticas, não só com a natureza, mas também como indivíduos sociais que praticam valores como a empatia e o respeito. É importante o estímulo para a conscientização do bem-estar da humanidade.

Palavras-chave: Ecopedagogia. Educação. Sustentabilidade. Projeto.

INTRODUÇÃO

O tema central dessa leitura interdisciplinar é a ecopedagogia. Não é um assunto novo, mas surge como um complemento a luta pertinente na consolidação da CARTA DA TERRA, documento este que é um grito de socorro às necessidades da natureza e de mudanças no comportamento social, pois o ser humano na busca de seu próprio interesse, destrói o sistema natural de subsídios indispensáveis para a sua própria existência. A ecopedagogia possui influências nas práticas pedagógicas de Paulo Freire, que na sua teoria de pedagogia crítica buscava formar um cidadão consciente de seu papel na sociedade, além de sua capacidade de transformar o mundo a partir de sua realidade.

Mas essa criticidade não está restrita apenas no espaço escolar, deve ser vivida e sentida por todos. A educação é vista de uma perspectiva necessária para tornar a criança um cidadão crítico, capaz de observar e intervir no meio social com ações relevantes ao desenvolvimento sustentável e mais democrático nos cuidados que dizem respeito a sua vida espiritual, social e com o meio ambiente. Disposto

¹O presente trabalho refere-se à atividade de (Leitura Interdisciplinar da 6ª fase do curso de Pedagogia).

² Acadêmico do curso de da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professor(a), especialista do curso de pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

essa ideia o objetivo do trabalho é analisar como a ecopedagogia pode ser trabalhada no ensino básico, iniciando na educação infantil por meio da reflexão e da prática para um novo paradigma de mundo.

EDUCAÇÃO PARA ECOPELOGIA

É importante refletir primeiramente sobre pedagogia e sustentabilidade antes de mencionar a ecopedagogia como prática escolar. A participação individual é fundamental nesse processo, seja na vida política, na comunidade, que relacionam todas as experiências diárias que unem o eu, o outro e o nós.

[...] A Pedagogia é a teoria, a reflexão, sobre esse aspecto da realidade em suas relações com outro aspecto [...] Educação é o conjunto das ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre outros grupos e classes sociais[...] (LIBÂNEO, 2001, p.22 e p.45).

O processo de globalização da economia, da cultura na era das comunicações, está vinculado à educação do futuro e só acontecerá se o poder público se tornar aliado, contribuindo para as formas de desenvolvimento sustentável local até a proteção da Terra. Mas o “desafio da sociedade sustentável de hoje é criar novas formas de ser e de estar neste mundo” (PRADO, 2000, p.33). Pensando nisso, o professor propõe aos alunos reflexões quanto as formas de colocar em prática a ecopedagogia no cenário educacional, que como formador de cidadãos críticos frente aos problemas ambientais desenvolve diversas habilidades.

Cabe ao professor estimular a criança a descobrir novas maneiras de interagir com o meio ambiente através de projetos sustentáveis oportunos e criados em conjunto. Nesse ambiente de diversidades a mediação é importante para novos entendimentos e atitudes para qualidade de vida e um futuro mais humanizado, em que “[...] a competência do educador tem uma dimensão ética, pela própria natureza do seu que fazer. A ética não é mais uma coisa, um conteúdo, uma disciplina [...]” (PRADO, 2000, p.23).

A ecopedagogia tem como foco preparar o indivíduo para uma sociedade mais igualitária, respeitosa a toda espécie de vida, uma sociedade evoluída não só em tecnologia, mas que também use a ciência e todo o conhecimento em atitudes de consciência coletiva embasada nos direitos individuais de educação universal.

Se a intenção é que os alunos se apropriem do conhecimento científico e desenvolvam uma autonomia no pensar e no agir, é importante conceber a relação de ensino e aprendizagem como uma relação entre sujeitos, em que cada um, a seu modo e com determinado papel, está envolvido na construção de uma compreensão dos fenômenos naturais e suas transformações, na formação de atitudes e valores humanos (PCN, 1997, p.28).

O objetivo é analisar como a ecopedagogia pode ser trabalhada no ensino básico, iniciando na educação infantil por meio da reflexão e da prática para a construção de uma consciência ambiental, onde valores, interesses e atitudes do ser humano possam contribuir com a preservação do meio ambiente para uma sociedade mais justa e sustentável, despertando novos sentidos, incluindo a igualdade de oportunidades para que todos tenham melhores condições de vida. Nada melhor que o projeto a seguir, o qual promove uma diversidade de

experiências e sensações. Frente aos problemas ambientais atuais faz-se valer a importância da escola, tal como o emprego de conceitos e práticas ecopedagógicas na interdisciplinaridade do currículo a realidade escolar, valorizando a.

METODOLOGIA

Para a compreensão e concepção dos conceitos acerca da ecopedagogia assim como suas práticas nos ambientes escolares, elaboramos um projeto ainda a desenvolver com alunos do 5ºano do Ensino Fundamental, no qual alunos da Educação Infantil (creche) serão beneficiados, aprendendo desde então sobre a conscientização e preservação do meio ambiente. Primeiramente, a metodologia utilizada para esse projeto foi embasada em algumas pesquisas de campo e desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Posteriormente faz-se uma coleta de dados com objetivo de levantar informações sobre o conhecimento e a aplicação da ecopedagogia no Ensino Fundamental I.

Temos conhecimento que os alunos do 5ºano têm noção básica do que se trata a sustentabilidade e a preservação ambiental, dessa maneira é discutido a importância dessas noções transformarem-se em hábitos, para isso é necessário que haja um trabalho que ultrapasse o campo das teorias partindo então para as ações práticas. Com base nesse pressuposto, o projeto visa trabalhar na montagem de um jardim sensorial, onde será feito o uso de materiais reciclados e naturais com a seleção de ervas naturais, os chás. E para que esse projeto venha ter êxito é preciso que a escola seja um ambiente onde a sustentabilidade seja vivenciada cotidianamente por todos os alunos independente de nível escolar, pois dessa maneira as escolas conseguirão trabalhar a formação da consciência socioambiental dos seus educandos.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO JARDIM SENSORIAL

O projeto será desenvolvido por alunos do 5ºano, promovendo a integração desde o momento das pesquisas e entrevistas com os familiares, propiciando que reconheçam a importância da cultura popular nos conteúdos científicos, bem como os chás utilizados por essas famílias e o conhecimento que possuem dos benefícios das plantas até a construção do jardim de fato. Esse jardim sensorial pertencerá a um pequeno espaço oferecido pela escola em que as diversidades serão experienciadas, sentidas e vividas desde a educação infantil, oportunizando relações com sua cotidianidade.

A ecopedagogia traz a reflexão de atitudes voltadas ao ser humano que deve valorizar o espaço em que vive, cuidando não só do meio ambiente, mas das relações entre pessoas valorizando o conhecimento da terra, reutilizando materiais recicláveis na elaboração de projetos pedagógicos. O uso de pneus como canteiros, garrafas pet como artigo de decoração, as diversas texturas, cheiros, sabores e formas oferecidos pela natureza. Colocar o homem em contato com todas essas sensações é inspirar a valorização da natureza pelos sentidos, tocar, ouvir, sentir, cheirar, perceber no paladar o verdadeiro sabor de viver em harmonia com o planeta Terra. Para Leão (2007 apud FRANÇA, 2019, p.16),

[...] um jardim sensorial pode proporcionar várias experiências, dentre elas, instiga o desenvolvimento físico propiciando o equilíbrio, o intelectual e o espiritual da criança/aluno. Além de estimular e ativar os cinco sentidos por meio do contato direto com a natureza. Para o autor, o jardim sensorial é

um espaço que aprimora o aprendizado por meio da percepção, em razão de ser um ambiente que proporciona conhecer e reconhecer vários elementos que fazem parte da natureza, seja por meio das plantas, dos animais ou de outros fatores presente no mesmo.

O jardim sensorial estimula os sentidos e para uma criança portadora de deficiência promove o estudo dos elementos da natureza, das plantas e os sentidos diferentes que desperta em cada um. Contribui também para minimizar um fator relevante nos dias atuais que é o stress, algo notório no âmbito escolar. Além disso, é um espaço que propicia sensações agradáveis em meio às atividades das quais os discentes realizam e participam ativamente, instigando a criatividade por meio da experiência sensorial consequentemente atingindo os cinco sentidos. O jardim sensorial é um espaço essencial para o desenvolvimento das crianças e que pode ser idealizado como instrumento pedagógico fazendo parte do planejamento escolar, uma vez que, favorece a construção da autonomia e da conscientização da criança em relação a tomada de uma posição responsável perante a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do assunto discutido é fundamental para toda a sociedade. Aqui direcionada mais ao contexto escolar como forma de priorizar desde cedo a formação de seres humanos mais conscientes e ecologicamente corretos, que participam de um cotidiano em constantes transformações, mas de uma maneira racional e responsável pelo lugar em que se vive. E para o bem-estar e qualidade de vida das gerações vindouras é preciso trabalhar em nossos educandos um conjunto de saberes interdisciplinares, de modo que incentivem essa consciência ecopedagógica. Sabemos que para a própria existência é necessário o bom uso dos recursos naturais, os quais pela bondade infinita recebemos gratuitamente, mas que pelo uso inadequado desses bens naturais a humanidade vem sofrendo as consequências, pois são muitos os prejuízos e desastres naturais. Lança-se isso nas contas da ação humana que não preserva e nem se preocupa com os seres vivos que fazem parte desse rico ecossistema.

Diante dessa situação precisamos trabalhar nas escolas a cultura da sustentabilidade partindo do conhecimento cotidiano que as crianças possuem, onde a pedagogia encontra um solo fértil para a aprendizagem e mudança de atitudes, ampliando valores e transmitindo ao outro o conhecimento obtido. Dessa forma é fundamental que a pedagogia possibilite a criança “[...] abrir caminhos: novos e flexíveis, através dos quais talvez só transitemos uma única vez [...]” (PRADO, 2000, p.62). Ao desenvolver o projeto esperamos que o aprendiz seja estimulado a compreender a importância da consciência ecológica e que boas atitudes facilitem o entendimento do que já existe no mundo, é presente e passado unidos para um futuro mais humano e igualitário. Nesse contexto destacamos a ecopedagogia no ambiente escolar, onde o educador regado de recursos e metodologias busca despertar no aluno os sentidos do que realmente importa, com o desejo de práticas sustentáveis, analisando também a tecnologia também. Aliando a esses conhecimentos científicos a sua cotidianidade, a percepção e valorização das diversidades, focando no bem dos seres, a igualdade e a preservação planetária.

O desenvolvimento de habilidades através de projetos resultará em efeitos positivos nesses alunos, permitindo uma formação consciente de futuros cidadãos na questão dos valores morais, ecológicos, científicos e humanos. Esse projeto é possível de ser trabalhado com todas as faixas etárias, sendo adaptado e melhorado

conforme o que os alunos também achem importante, afinal é uma produção em conjunto.

O projeto tem a finalidade de unir o útil e o belo, reutilizando e valorizando o que está a nossa volta, percebendo o que realmente importa na vida. Em como ser e fazer a diferença no mundo e nas vivências diárias. Com isso, é possível a análise crítica do que descartarmos de forma incorreta e o quanto estamos prejudicando o meio ambiente, a nossa casa, pois a Terra é nosso lar. Que reutilizar é pensar sustentável, é sentir outras formas de mudanças, ao invés de apenas destruir sem a preocupação com a qualidade de vida e o que estamos causando ao meio ambiente. Que independente da classe social e política é necessário cuidado com o meio em que se está inserido, refletindo sobre a importância de cada um e do todo que existe, pensando em maneiras criativas de inserir no seu dia a dia a ciência, que interage nos diversos aspectos da necessidade global de união de forças para um trabalho de conscientização para o bem da humanidade, trazendo equilíbrio e uma vida próspera para que todos os seres vivos existentes nesse planeta vivam em paz.

REFERÊNCIA

CARTA DA TERRA. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta_terra.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

FRANÇA, Jadeilda M. **Vivências pedagógicas do método Montessori numa turma de 4º ano no ensino fundamental**. 2019. Disponível em: <http://dSPACE.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/21384/1/TCC-JADEILDA%20MARQUES%20FRAN%C3%87A.pdf>. Acesso em 17 de nov. 2020.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra: Ecopedagogia e educação sustentável**. Buenos Aires: Clacso, 2001.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do meio ambiente, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê? 4.ed.** São Paulo: Cortez, 2001. 200p.

(PCN) Parâmetro Curricular Nacional, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PRADO, Francisco Gutiérrez Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000. 96p.

A conjunção “E” e suas plurissignificações no gênero textual letra de música ¹

Anderson Palhano Domingues, apd-bgs@hotmail.com²

Maria Galdina Goetten De Souza, galdinagoetten2@gmail.com³

Zelinda Ribeiro de Moraes, zelalinda@hotmail.com⁴

Thiago Emanuel Agostini, agostinithi34@gmail.com⁵

Scheilla Marisol Pacheco, scheillapacheco@hotmail.com⁶

Marileusa Carvalho, marileusa@uniarp.edu.br⁷

PROJETOS INTEGRADORES

Resumo – Com base em análise linguística realizada, este estudo tem por objetivo principal mostrar as muitas significações que a conjunção E pode ter no português brasileiro, especialmente gênero textual música. Por meio de análises de canções nacionais, pôde-se verificar muitas das significações que essa conjunção, a mais utilizada em nossa língua materna, pode tomar. Por mais que se ressalte o seu valor aditivo, é necessário verificar que o E ultrapassa tal classificação gramatical e ganha novos sentidos de acordo com o seu emprego em situações práticas.

Palavras-chave: Conjunção. E. Significações. Letra de Música.

INTRODUÇÃO

O estudo das conjunções, parte importante das análises sintáticas realizadas para que ocorra aprofundamento em questões gramaticais, sempre traz à tona as relações semânticas estabelecidas por cada conjunção.

A conjunção é a palavra que tem por finalidade realizar as interconexões entre as orações e períodos de um texto, por meio de mecanismos de adição, comparação, sequenciamento e explicação. Entende-se, assim, que podem ser considerados significados lógicos que relacionam atividades e mensagens sequencialmente. Este estudo somente focará nas conjunções responsáveis pelos processos de coordenação, muito utilizados no cotidiano, os quais implicam determinadas significações às construções textuais. Pensando na variedade de conotações que algumas conjunções coordenativas podem assumir, aqui se pretende analisar a mais representativa conjunção coordenativa do português, pelo menos quando se considera o critério frequência: a aditiva E. A partir de tal análise, objetiva-se mostrar os diversos valores incorporados pelo elemento conectivo em questão. Para a análise proposta, pretende-se ter como suporte teórico diferentes gramáticas do Português. A proposta deste trabalho é analisar ocorrências da conjunção E no gênero textual letra de música.

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da 6ª fase do curso de Letras Trilíngue da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

² Acadêmico do curso de Letras Trilíngue da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmico do curso de Letras Trilíngue da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmico do curso de Letras Trilíngue da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmico do curso de Letras Trilíngue da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmico do curso de Letras Trilíngue da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora, Mestre em Desenvolvimento Regional, do curso de Letras Trilíngue da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A conjunção E encaixa-se na categoria das conjunções coordenadas aditivas. Contudo, entende-se que é mais do que isto, posto sua frequência extraordinária de utilização em variados contextos, tipos e gêneros textuais.

Tal verdade faz com que a conjunção coordenativa E seja, indubitavelmente, considerada a conjunção coordenativa prototípica em muitas línguas, incluindo-se, logicamente, o Português.(...) A importância adquirida pela conjunção coordenativa E, ao longo da própria existência da língua, e as variadas funções verificáveis no uso de tal elemento linguístico contribuem para que ele receba denominações como: conjunção coordenativa polivalente, conjunção plena, coordenante puro, dentre várias outras terminologias adotadas. (MESQUITA, 2003, p. 22)

É importante notar que, como destacado por Mesquita, frequente utilização do “E” dá-se não apenas na língua portuguesa, mas em muitas outras línguas. Essa ocorrência se dá não apenas pelo seu caráter de adição, mas também pela polissemia que essa palavra apresenta.

Cargas semânticas adquiridas pela preposição E

Para fins de análise da conjunção E em seus diversos significados, procurou-se o apoio de autores que já haviam realizado estudos acerca de sua polissemia. Neves (2000) demonstra algumas situações em que a conjunção E adquire outros valores além do aditivo, classificando-a como neutra e destacando suas possibilidades de estabelecimento de relações de contraste e de causa-consequência. Outros autores, como Cunha e Cintra (1985) ainda sublinham que outros papéis assumidos pelo E podem ser de valores adversativos, concessivos, de consequência/conclusão, de finalidade e valor consecutivo.

A conjunção E pode ainda introduzir uma explicação enfática; iniciar frases de alta intensidade afetiva, desempenhando quase o mesmo valor das interjeições e facilitar a passagem de uma ideia a outra, mesmo que não relacionadas. (MESQUITA, 2003, p. 24)

Bechara (1999) destaca que, apesar das possibilidades de significação serem imensas, o que prevalece sempre é o valor aditivo do E:

Muitas vezes, graças ao significado dos lexemas envolvidos na adição, o grupo das orações coordenadas permite-nos extrair um conteúdo suplementar de “causa”, “consequência”, “oposição”, etc. Estes sentidos contextuais, importantes na mensagem global, não interessam nem modificam a relação aditiva das unidades envolvidas. (BECHARA, 1999, p.269)

Com base nesses autores, buscou-se a análise de letras de música, nas quais buscou-se avaliar as cargas semânticas, ou seja, de significação, de diversas conjunções E em seus usos práticos.

METODOLOGIA

Conforme as análises indicadas por Neves (2000); Cunha e Cintra (1985) e Mesquita (2003), a metodologia empregada foi a análise da conjunção E em letras de música, com base nos significados sugeridos no quadro abaixo:

ADIÇÃO
CONTRASTE/ OPOSIÇÃO (USO ADVERSATIVO)
CAUSA/ CONSEQUÊNCIA
FINALIDADE
INTRODUÇÃO DE UMA EXPLICAÇÃO ENFÁTICA
INÍCIO DE FRASES DE ALTA INTENSIDADE AFETIVA
FACILITAÇÃO DA PASSAGEM DE UMA IDEIA A OUTRA (MESMO SEM RELAÇÃO)

As letras de música foram escolhidas aleatoriamente, e efetuou-se a leitura e posterior análise dos usos da conjunção E com base nas classificações propostas acima.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na letra da música “Eduardo e Mônica” foram encontradas 37 conjunções E, com as seguintes significações: *adição, adversativa, causa, consequência, finalidade, facilitação da passagem de uma ideia a outra*. Abaixo, listam-se algumas das análises realizadas para fins de exemplificação.

“*E conversaram muito mesmo pra tentar se conhecer*”: Nessa ocasião, expressa-se finalidade, pois o “e” evidencia uma atitude que se faz com objetivo de se obter um resultado.

“*A Mônica de moto e o Eduardo de camelo*”: Nesse período nota-se o uso do “e” como opositor de ideias diferentes (de algo que se propõe na primeira ideia e vice-versa), sendo assim, duas situações adversas se unem na oração.

“*Ele aprendeu a beber, deixou o cabelo crescer, e decidiu trabalhar (não!)*”: Nessa situação o “e” aponta um fato que desencadeou-se devido ao contexto apontado nos anteriores (maturidade, independência, rebeldia), pois o oração final expressa uma consequência dos fatos narrados anteriormente dentro do contexto.

Já na canção “Liberdade Provisória”, houve 10 ocorrências do E, sendo suas significações: *consequência, introdução de uma explicação enfática, início de frase com alta intensidade afetiva*. A seguir, são apresentadas as análises realizadas para exemplificação.

“*Só que foi eu quem terminou E quem foi largado não espera*”: Nessa oração, o uso do “e” reforça o argumento contextual da situação do eu lírico, com uma explicação enfatizando o porquê da ação relatada na sequência da letra.

“**E** ela tava mais linda cada vez que eu olhava”: Na introdução desta frase, o uso do “e”, acrescenta ênfase ao elogio prestado à mulher amada, enaltecendo o sentimento e, portanto, salientando a intensidade da expressão.

“**E** ela me matou na unha”: Neste trecho, temos a presença do “e” juntamente com a figura de linguagem expressando a ideia do autor da canção sobre a justificativa das atitudes de sua pretendida, concluindo o insucesso de suas pretensões para com a sua amada.

Na canção sertaneja romântica “Convite de Casamento”, notou-se o uso da conjunção “E” 4 vezes, sendo eles com as seguintes significações: *adição e consequência*. Na sequência, apresentam-se algumas análises para exemplificação.

“*Como se fosse o sol* **E** *a lua*”: Neste período percebe-se que a conjunção “E” tem valor aditivo, pois expressa dois pensamentos similares que são adicionados um ao outro por meio dela.

“*O tempo passou* **E** *eu sofri calado*” Neste fragmento percebe-se que a conjunção “E” evidencia um valor de consequência, pois acrescenta a ideia de que um acontecimento que causou determinada reação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É mister salientar que o conectivo E é portador de características diferenciadas, o que justifica o interesse e variado estudo sobre ele. Entende-se, também que as utilizações pressupostas neste estudo não esgotam as possibilidades significativas dessa palavra tão frequentemente utilizada. Tal característica mostra como o falante usa desse termo em inúmeras situações e com as mais diversas conotações. O E é aprendido ainda na infância, e seu uso constante se estende por toda a vida do indivíduo. Apesar da prevalência do E como conectivo de adição, a análise de músicas populares fez com que se percebesse sua grande polissemia e frequência de utilização.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley (1985). Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MESQUITA, Elisete Maria De Carvalho. . A REALIZAÇÃO DA ADITIVA “E” EM DIFERENTES TIPOS TEXTUAIS. **Letras & Letras**, v. 22, n. 1, 2 mar. 2007.

NEVES, M. H. M. Gramática de usos do português. 2a ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

VIAN, Jr.; & MENDES, W. (2015). O sistema de conjunção em textos acadêmicos: os mecanismos de sequenciamento e de explicação. *Letras*, 0(50), 163-186. doi:<https://doi.org/10.5902/2176148520209>

ECOPEDAGOGIA¹

A ECOPEDAGOGIA E A VISÃO DA VIDA

Ana Silvia Ariatti. adairozorio17@gmail.com²

Cintia Aparecida Guedes. cintiaguedes511@gmail.com³

Cristiane Aparecida Correa. Criscorrea1109@outlook.com⁴

Fabiana Polaski. fabianapolavski@gmail.com⁵

Marcia Eduarda Felipe dos Santos. marciaeduardafelipedossantos@gmail.com⁶

Ilse Behrens. behrens@conection.com.br⁷

RESUMO

A Ecopedagogia pode ser definida como a ciência da consciência. Ela pode trazer uma rica contribuição para a formação crítica dos alunos, desde a Educação Infantil aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, seguindo por toda a vida. A Ecopedagogia trata da Pedagogia orientada para a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana, tendo como objetivo a promoção da sociedade sustentável, trabalhando com a fundamentação de uma “cidadania planetária”, dando maior sentido para a ação dos seres humanos enquanto seres vivos que compartilham suas vidas. A Ecopedagogia está relacionada com a sustentabilidade, superando conhecimentos e conceitos da economia e da ecologia. Pode-se afirmar que a Ecopedagogia é um movimento político e educativo na busca de mudar as relações humanas, sociais e ambientais, com respeito e solidariedade.

Palavras-chave: Ecopedagogia. Educação. Cidadania.

INTRODUÇÃO

Uma profunda crise ambiental afeta a vida no planeta terra e esta é uma das principais questões a serem discutidas na contemporaneidade deste mundo globalizado e que se coloca no centro das discussões sobre a relação da Ecopedagogia e da Educação. Vários setores da sociedade têm apresentado sinais de deterioração ética, envolvendo as organizações religiosas, sociais, políticas, econômicas e culturais.¹

¹ Artigo do Projeto Integrado do Sedepex, apresentado à UNIARP.

² Acadêmica do Curso de Pedagogia, sexta fase da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

³ Acadêmica do Curso de Pedagogia, sexta fase da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁴ Acadêmica do Curso de Pedagogia, sexta fase da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁵ Acadêmica do Curso de Pedagogia, sexta fase da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁶ Acadêmica do Curso de Pedagogia, sexta fase da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

⁷ Professora Mestre do Curso de Pedagogia da UNIARP.

Neste ponto se questiona a formação do cidadão, envolvendo a Família e a Escola, principalmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, período onde os alunos estão mais suscetíveis ao envolvimento afetivo e cognitivo.

Neste sentido, entendermos a importância de discutir alguns fundamentos teóricos que sinalizam uma relação entre a Ecopedagogia e sua interferência no processo de ensino-aprendizagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, visando a formação crítica no cotidiano escolar. Como acadêmicas do Curso de Pedagogia não podemos deixar de nos envolver nesta discussão que envolve os conceitos de Ecopedagogia e Educação como base de um processo de transformação inserido na formação dos educandos, na formação dos professores e na análise do papel da escola no contexto da comunidade planetária.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ECOPEDAGOGIA E A FORMAÇÃO DA VISÃO CRÍTICA NOS ANOS INICIAIS

Analisando a profunda crise ambiental que atinge a vida no planeta terra e analisando as consequências do desequilíbrio presente em diversos setores da sociedade humana, levanta-se o papel das instituições responsáveis pela formação educacional do cidadão.

Entende-se a importância de explicitar os fundamentos teóricos que sustentam a discussão em que a Ecopedagogia interfere significativamente no processo de ensino-aprendizagem, principalmente em se falando das crianças dos primeiros anos de escolarização, com vistas à a formação crítica e a práxis pedagógica no cotidiano escolar, envolvendo principalmente os responsáveis pelo processo educacional. Os conceitos de Ecopedagogia e Educação constituem a base de um processo de transformação que envolve profundamente a constituição dos educandos, a formação dos professores e o papel da família e da escola no contexto da comunidade planetária.

A Ecopedagogia analisa a possibilidade de reconstrução dos valores morais, sociais, econômicos, culturais e ambientais, na perspectiva de um novo olhar e novas possibilidades de organizar as condições básicas para que os alunos possam visualizar o mundo de maneira mais crítica, mais humana e com compreensão ampla e solidária da dinâmica do mundo e dos seres humanos.

Nesta perspectiva Paulo Freire (1996) defende a formação permanente de professores, uma formação ligada a uma prática político-pedagógica consciente. Esta formação deve ser norteada pelos seguintes princípios: o educador é o sujeito social de sua prática e sua formação deve ser constante e sistematizada; a prática pedagógica requer a compreensão da própria gênese do conhecimento; o programa de formação de educadores é condição para o processo de reorientação curricular. Os cursos de Pedagogia devem possibilitar a formação de profissionais capazes de formar novas gerações para transformar o mundo e de transformarem a si próprios. Isso será possível se estes profissionais se dispuserem a superar seus próprios limites e romper com um modo de pensar e agir hegemônico em nossa sociedade.

Construir-se de maneira diferente ao que a lógica política espera traz consequências para aquele que resiste à ordem. Esta práxis deve ser a objetivação de convicções políticas emancipadoras, democráticas, ética e da vontade do sujeito social. Daí, pensamos e acreditamos que mudar, transformar e revolucionar é uma escolha que se fundamenta fortemente nos sentimentos e em uma razão sensível, mudando a visão do mundo e da vida. Ora, para que serve a qualificação docente se não for para construir maior sensibilidade e proximidade entre as pessoas que ensinam e as pessoas que aprendem? Aliás, todos ensinam e todos aprendem e isso deve estar presente no cotidiano da educação escolar.

Pode-se afirmar que, de acordo com o que está acontecendo em nosso planeta, a Educação Ambiental deve ser inserida numa dimensão da educação, como atividade intencional da prática social e humana, imprimindo ao desenvolvimento individual um caráter social e ético em sua relação com o mundo, com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar a vida.

A ecopedagogia traz uma oportunidade de valorizar habilidades da essência humana e incorporar uma cultura de sustentabilidade dentro do espaço escolar. Compreende-se que ela valoriza a terra, proporcionando uma estrutura integrada e coerente para a evolução do ensino, devendo estar integrada às práticas cotidianas.

Segundo Gadotti (2001) a ecopedagogia não se opõe a uma educação ambiental, ela incorpora-se e oferece-lhe estratégias, propostas e meios para realização concreta. Hoje a ecopedagogia se tornou, um movimento e uma perspectiva da educação maior do que uma pedagogia de desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que devemos formar defensores ambientais, não como simples multiplicadores, mas como fomentadores e dinamizadores desse ambiente, não como ambiente fechados nas escolas ou até mesmo em sua comunidade do entorno, mas como um movimento voltado para a interconexão com outros espaços em que movimentos semelhantes estejam em elaboração.

Nossa sugestão é que o tema não seja apenas trabalhado na semana ou mês do meio ambiente, mas sim, diariamente, a partir do espaço em que a criança vive e do ambiente escolar, pois o que se observa nas escolas é um abandono de ideias e concepções de vida. A Interdisciplinaridade deve fazer parte essencial da vida das crianças e da prática pedagógica, sendo que os professores/educadores devem acreditar e trabalhar a Ecopedagogia como uma visão de mundo e de vida, pela preservação da natureza e do planeta.

REFERÊNCIAS

GADOTTI, M. **Educar para a Sustentabilidade: uma contribuição à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra – Ideias Centrais para um Debate**. Site do Instituto Paulo Freire, 2006.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2004.

A ECOPELOGIA E A INTERDISCIPLINARIDADE NOS ANOS INICIAIS¹

Clara Girioli, claragirioli@gmail.com²

Dâmaris Conceição Varela, damaris.cvarela@gmail.com³

Édina Maria Fernandes, edinamaria.fer@gmail.com⁴

Natalia Maria Hillesheim, nataliahillesheim1@gmail.com⁵

Simone Aparecida Ribeiro, simone.apribeiro88@gmail.com⁶

Sônia de Fatima Gonçalves, soniafatima@uniarp.edu.br⁷

RESUMO

O Ensino Fundamental faz parte do processo de desenvolvimento escolar da criança, e quando se fala em anos iniciais, sente-se que estas são etapas que representam um marco para a vida educacional. Normalmente neste período a vida escolar se transforma no alicerce da fase de aceitação e escolhas. Dentro desta perspectiva os professores (as) precisam dar uma ênfase maior à Interdisciplinaridade e introduzir a ecopedagogia, trabalhando com o conhecimento e o papel de cada um na melhoria da qualidade de vida e busca da felicidade. Dentro das disciplinas trabalhadas nos anos iniciais, os conteúdos são a base para todo o processo de aprendizagem de e irão acompanhar o aluno em toda sua vida, sendo que o professor deve fazer uso desta relação interdisciplinar para melhorar a qualidade de ensino e de educação.

PALAVRAS CHAVE: Interdisciplinaridade, Ecopedagogia, Ciências e Novas Tecnologias.

INTRODUÇÃO

A ecopedagogia juntamente com a interdisciplinaridade procura construir de forma pedagógica métodos e processos que possam alertar desde cedo crianças e jovens sobre a natureza a que se refere ao processo de ligação entre as disciplinas, apresentando-se como uma proposta onde a maneira do professor ensinar considera

¹ O presente trabalho, refere-se à atividade de Projeto Integrador da VI fase do curso de Pedagogia;

² Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

³ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁴ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁵ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁶ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

⁷ Professora, Mestre do curso de Pedagogia da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

a construção do conhecimento pelo aluno. Sob esta perspectiva este artigo tem como objetivo apresentar as possibilidades de se trabalhar nos anos iniciais buscando integrar maior número de disciplinas, numa visão interdisciplinar, considerando principalmente Artes Ciências Geografia e as tecnologias, como elementos integrantes do desenvolvimento dos trabalhos. As experiências trabalhadas nos anos iniciais, integrados a Artes, Desenho, pintura, Geografia e às Tecnologias são essenciais para o bom desenvolvimento da criança, independente da fase na qual esta se encontra, pois desde o início do processo escolar, se inicia a construção de identidade da mesma, facilitando e permitindo que melhore em muitas áreas, aumentando a autoconfiança, ajudando a desenvolver a criatividade, coordenação motora fina, a noção de espaço, respeito pelos limites e melhoria na escrita e leitura.

DESENVOLVIMENTO

A Interdisciplinaridade e ecopedagogia em anos iniciais.

Voltada para a formação do indivíduo, a interdisciplinaridade Junto com a ecopedagogia propõe a capacidade de dialogar com as diversas disciplinas, fazendo entender o saber como um todo, e não como partes ou fragmentações. Trata-se de uma prática que está em processo de construção e desenvolvimento dentro da Escola. Assim, interdisciplinaridade é parte de um movimento que busca a superação da disciplinaridade. A Interdisciplinaridade é uma prática que não dilui as disciplinas no contexto escolar, mas que amplia o trabalho das disciplinas na medida em que promove a aproximação e a articulação das atividades docentes numa ação coordenada e orientada para objetivos bem definidos pelos professores (SORRENTINO, 1998).

Segundo Pereira (2020, p. 1) , a interdisciplinaridade pode ser traduzida em tentativa do homem conhecer as interações entre mundo natural e a sociedade, criação humana e natureza, e em formas e maneiras de captura da totalidade social, incluindo a relação indivíduo/sociedade e a relação entre indivíduos. Consiste, portanto, em processos de interação entre conhecimento racional e conhecimento sensível, e de integração entre saberes tão diferentes, e, ao mesmo tempo, indissociáveis na produção de sentido da vida.

Dentro deste contexto da Interdisciplinaridade e da ecopedagogia, a Ciência juntamente com as outras disciplinas são fundamentais para o desenvolvimento da

criança, independente da fase na qual esta se encontre, pois desde o início do processo escolar se inicia a construção de identidade da mesma, facilitando e permitindo que melhore em muitas áreas, aumentando a autoconfiança, ajudando a desenvolver a criatividade, coordenação motora fina, a noção de espaço, respeito pelos limites e melhoria na escrita e leitura. Dentro destes aspectos, não podemos deixar de expor a importância da interdisciplinaridade e da ecopedagogia.

A Ecopedagogia, também conhecida como Pedagogia da Terra, possui um projeto complexo que versa a formação de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável. Seus princípios tem a finalidade de reorientar o olhar do ser humano para o seu eu, suas ações, para a cotidianidade, para o outro e tudo que há no planeta Terra, chamando a atenção para a interdependência que une a todos. Ela pode ser entendida como um processo de transformação do sujeito humano que pretende se arraigar por toda a sociedade, gerando novas formas de ser, se perceber, se posicionar ante aos outros e a si mesmo, fornecendo os subsídios mínimos necessários para superar paradigmas tradicionais, buscar o novo e enfrentar os desafios atuais (NEPOMOCENO, LINDINO, 2020)

Ciências

As Ciências contribuem de uma forma bem significativa para a formação da personalidade e da maturidade psicológica do aluno, assim como auxiliando em suas dificuldades de aprendizagem em áreas específicas, principalmente contando com as vastas experiências que o aluno poderá fazer que o ajudara no aprendizado. Já nas Artes esta manifestação da criança é algo natural, pois toda criança desenha e faz uso da pintura, é algo que ela aprende por imitação e criação, vendo os adultos escreverem, entendendo que é um meio de comunicar-se com o mundo, seja com lápis, caneta, giz ou qualquer coisa que risque.

É fundamental a compreensão das atividades desenvolvidas, pois essa é uma fase das mais importantes no desenvolvimento da criança, por este motivo é indispensável a reflexão ao analisar o trabalho do aluno, pois as emoções, sentimentos, segredos entre outros que o indivíduo esteja a vivenciar e não encontra outra maneira de se comunicar, estão todos ali. Em todas as disciplinas escolares se

trabalha a Arte, o desenho e a pintura, pois a Arte está em tudo e em todo lugar, podendo estar integrada com a Ciências, Geografia e as novas Tecnologias.

Importância das Metodologias Ativas na Interdisciplinaridade

Diversas mudanças na maneira de interagir com o mundo foram apresentadas à sociedade contemporânea através das tecnologias e da informatização, alterando relações políticas, econômicas, sociais e educacionais. A educação apresentou grande evolução ao se integrar na área da informática, utilizando-se das metodologias ativas de aprendizagem.

Segundo Oliveira Pinto (2020, p. 01), na metodologia ativa, o aluno é personagem principal e o maior responsável pelo processo de aprendizado. Sendo assim, o objetivo desse modelo de ensino é incentivar que a comunidade acadêmica desenvolva a capacidade de absorção de conteúdos de maneira autônoma e participativa.

O professor/educador pode substituir aulas expositivas por conteúdos virtuais, sendo que o aluno pode ter acesso aos conteúdos on-line, para que o tempo em sala seja mais bem aproveitado com outras atividades integradoras. Desta forma faz com que o aluno, principalmente do quinto ano, chegue à sala de aula com um conhecimento prévio, podendo tirar dúvidas com os professores e possa desta maneira, interagir com os seus colegas fazendo projetos, pesquisando, jogando, resolvendo problemas ou analisando estudos de caso. Desta forma o professor poderá observar um aumento do interesse dos alunos nas aulas, participando do seu processo de ensino e aprendizagem.

Os alunos podem se beneficiar com um melhor planejamento das aulas e com a utilização de recursos variados, como vídeos, imagens e textos nos mais diversos formatos. Afinal, cada um tem um jeito de aprender. Dessa forma, é possível melhorar a concentração e dedicação dos alunos também nos encontros presenciais, sem que os professores se desgastem tanto. A inserção da tecnologia na educação escolar provocou uma verdadeira revolução na concepção de ensino e de aprendizagem, principalmente por parte de alguns professores que não a aceitaram, ou por não terem conhecimento, por acomodação, ou por não terem vontade de mudar suas aulas. O computador pode ser utilizado para ensinar, desde que o professor esteja inserido no processo de planejamento das atividades.

Portanto, a tecnologia se mostrou útil no processo de ensino/aprendizagem, principalmente com a utilização da variedade de programas educacionais que podem ser inseridos nas metodologias de ensino. Um jogo que pode ser usado nas aulas é o Kahoot, um serviço gratuito para PC, celular Android e iPhone, que proporciona para o aluno o jogo aliado ao estudo, utilizando-se de testes de perguntas e respostas. O importante é o professor utilizar a interdisciplinaridade nos jogos, estimulando o interesse pelos conteúdos e conhecimentos de todas as disciplinas.

METODOLOGIA

Segundo Marconi e Lakatos (2009), nenhuma pesquisa parte da estaca zero, o pesquisador busca fontes de pesquisas já existentes, documentais e bibliográficas. E com citação das principais conclusões a que outros autores chegaram, permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrando contradição ou reafirmando comportamentos e atitudes.

Este estudo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2007, p. 65) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Marconi e Lakatos (2011, p. 57) discorrem que:

A pesquisa bibliográfica ou de fonte secundárias abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, até meios de comunicações orais. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Este estudo foi composto pelo levantamento bibliográfico em artigos que tratam do tema Ecopedagogia. Segundo Marconi e Lakatos (2011) são vários os procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam de acordo com a maneira que será realizada a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao estudarmos a ecopedagogia juntamente com a interdisciplinaridade, entendemos que é buscar novos meios de explorar os processos de ensino/aprendizagem, podemos usar como exemplo a tecnologia. Sugerimos como proposta de trabalho, dentre as várias

possibilidades que a ecopedagogia e a interdisciplinaridade nos apresentam, criar um jogo utilizando das tecnologias e fazer uso do aplicativo denominado kahoot⁸, e desta forma revisar os assuntos trabalhados em sala de uma maneira mais lúdica, e tendo assim novas possibilidades de assimilação do conhecimento, unindo a tecnologia e a interdisciplinaridade integrando a ecopedagogia em um todo e interagindo com os alunos de uma maneira ampla e com uma proposta de linguagem diferenciada do que eles estão acostumados na escolas. Como resultados através da proposta do jogo, busca-se saber o que o aluno aprendeu, e o próprio aplicativo nos proporciona os dados necessários para o percentual de aproveitamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho proporcionou um conhecimento amplo do que é ecopedagogia e interdisciplinaridade conceitos que ainda estão em desenvolvimento no Brasil. A ecopedagogia não é uma proposta pedagógica ela não é uma didática ou metodologia de trabalho ela é um movimento que vem trazer sentido aos atos, porém não é uma pedagogia que está somente restrita nas escolas. Aprendemos também que a ecopedagogia é levar a criança a desafiar-se e sentir-se mais profundo em seu mundo levar a criança a perceber a importância da nossa casa que é única e pode acabar sendo destruída por seus próprios habitantes.

REFERÊNCIAS

ALAL, Cristiane Yates. **Ecopedagogia, uma nova educação**. Revista de Educação. Vol. XII. Ano 2009. UNIPAMPA

ANDRADE, Cíntia Cristiane de et al. **Ecopedagogia – Utopia Ou A Chave Para Uma Sociedade Sustentável?** – UNESPAR. Disponível em:

⁸ Kahoot! uma ferramenta em sala de aula. É plataforma de criação de questionário, pesquisa e quizzes que foi criado em 2013, baseado em jogos com perguntas de múltipla escolha, que permite aos educadores e estudantes investigar, criar, colaborar e compartilhar conhecimentos e funciona em qualquer dispositivo tecnológico conectado à Internet. Kahoot! é uma ferramenta de avaliação gratuita na Web, que permite o uso de quizzes na sala de aula, e ajuda a ativar e envolver os alunos em discussões. (Disponível em: <
<http://www.giseldacosta.com/wordpress/kahoot-um-gameshow-em-sala-de-aula/>>)

https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24018_12938.pdf Acesso em 20 ago 2020.

FRUTUOSO, Gerson Marques. FRANÇA, Cecília de Campo. **A Ecopedagogia E Sua Episteme Como Contribuição Para A Formação Crítica Na Escola**. Revista Moinhos. Tangará da Serra, vol.6, 2018.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra: Ecopedagogia e educação sustentável**. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101010031842/4gadotti.pdf> > Acesso em 27 jul 2020.

GUERRA, Fábio Soares. **Ecopedagogia: Contribuições Para Práticas Pedagógicas Em Educação Ambiental**. AMBIENTE & EDUCAÇÃO Revista de Educação Ambiental Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental Universidade Federal do Rio Grande - FURG ISSN - 1413-8638 E-ISSN - 2238-5533

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NEPOMOCENO, Taiane Aparecida Ribeiro; LINDINO, Terezinha Corrêa. **Práticas Educativas Ambientais Formais Sob o Olhar da Ecopedagogia**. NEPOMOCENO, T.A.R.; LINDINO, T.C. Práticas Educativas Ambientais Formais Sob o Olhar da Ecopedagogia. Plêiade, 13(28): 13-28, jan./jun., 2019 DOI: 10.32915/plêiade.v13i28.542

OLIVEIRA PINTO, Diego. **Metodologias Ativas de Aprendizagem: o que são e como aplicá-las**. Disponível em: <https://blog.lyceum.com.br/metodologias-ativas-de-aprendizagem>. Acesso em 13 Nov de 2020.

PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Disponível em < <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/int.html> >. Acesso em 08 nov 2020.